Organizadores

Adélia Augusta Souto de Oliveira
Angela Maria Pires Caniato
Débora Cristina Fonseca
Juracy Armando Mariano de Almeida
Kléber Prado Filho
Maria Lúcia Boarini

Psicologia social, violência e subjetividade

Coleção
Práticas sociais, Políticas Públicas e Direitos Humanos

Coordenação
Ana Lídia Campos Brizola
Andrea Vieira Zanella

Coleção
Práticas Sociais, Políticas Públicas e Direitos Humanos

Coordenação

Ana Lídia Campos Brizola
Andrea Vieira Zanella

Vol. 4 Psicologia social, violência e subjetividade

Organização

Adélia Augusta Souto de Oliveira
Angela Maria Pires Caniato
Débora Cristina Fonseca
Juracy Armando Mariano de Almeida
Kléber Prado Filho
Maria Lúcia Boarini

ABRAPSO EDITORA

EDIÇÕES do BOSQUE
UFSC/CFH/NUPPE

Florianópolis
2015

Catalogação na fonte pela Biblioteca Universitária
da
Universidade Federal de Santa Catarina

P912 Psicologia social, violência e subjetividade [recurso eletrônico] / organizadores, Angela Maria Pires Caniato...[et al.] ; coordenadoras da coleção Ana Lídia Campos Brizola, Andrea Vieira Zanella. – Florianópolis : ABRAPSO Editora : Edições do Bosque CFH/UFSC, 2015. 440 p.; grafs., tabs. - (Coleção Práticas Sociais, Políticas Públicas e Direitos Humanos; v. 4)

Inclui bibliografia.
ISBN: 978-85-86472-23-7

1. Psicologia social. 2. Psicologia. 3. Violência. I. Caniato, Angela Maria Pires. II. Série

CDU: 159.9

Diretoria Nacional da ABRAPSO 2014-2015
Presidente: Aluísio Ferreira de Lima
Primeiro Secretário: Marcelo Gustavo Aguilar Calegare
Segundo Secretário: Leandro Roberto Neves
Primeira Tesoureira: Deborah Christina Antunes
Segunda Tesoureira: Renata Monteiro Garcia
Suplente: Carlos Eduardo Ramos
Primeira Presidenta: Silvia Tatiana Maurer Lane (gestão 1980-1983)

ABRAPSO Editora
Ana Lídia Campos Brizola
Cleci Maraschin
Neuza Maria de Fatima Guareschi

Conselho Editorial
Ana Maria Jacó-Vilela – Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Andrea Vieira Zanella - Universidade Federal de Santa Catarina
Benedito Medrado-Dantas - Universidade Federal de Pernambuco
Conceição Nogueira – Universidade do Minho, Portugal
Francisco Portugal – Universidade Federal do Rio de Janeiro
Lupicinio Íñiguez-Rueda – Universidad Autonoma de Barcelona, España
Maria Lívia do Nascimento - Universidade Federal Fluminense
Pedrinho Guareschi – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Peter Spink – Fundação Getúlio Vargas

Edições do Bosque Gestão 2012-2016
Ana Lídia Campos Brizola
Paulo Pinheiro Machado

Conselho Editorial
Arno Wehling - Universidade do Estado do Rio de Janeiro e UNIRIO
Edgardo Castro - Universidad Nacional de San Martín, Argentina
Fernando dos Santos Sampaio - UNIOESTE - PR
José Luis Alonso Santos - Universidad de Salamanca, España
Jose Murilo de Carvalho - Universidade Federal do Rio de Janeiro
Leonor Maria Cantera Espinosa - Universidad Autonoma de Barcelona, España
Marc Bessin - École des Hautes Études en Sciences Sociales, France
Marco Aurélio Máximo Prado - Universidade Federal de Minas Gerais

Sobre a ABRAPSO

A ABRAPSO é uma associação sem fins lucrativos, fundada durante a 32ª Reunião da SBPC, no Rio de Janeiro, em julho de 1980. Fruto de um posicionamento crítico na Psicologia Social, desde a sua criação, a ABRAPSO tem sido importante espaço para o intercâmbio entre estudantes de graduação e pós-graduação, profissionais, docentes e pesquisadores. Os Encontros Nacionais e Regionais da entidade têm atraído um número cada vez maior de profissionais da Psicologia e possibilitam visualizar os problemas sociais que a realidade brasileira tem apresentado à Psicologia Social. A revista *Psicologia & Sociedade* é o veículo de divulgação científica da entidade.

http://www.abrapso.org.br/

Sobre as Edições do Bosque

As *Edições do Bosque* tem como foco a publicação de obras originais e inéditas que tenham impacto no mundo acadêmico e interlocução com a sociedade. Compõe-se de um conjunto de Coleções Especiais acessíveis no repositório da Universidade Federal de Santa Catarina. A tônica da Editoria é aproximar os autores do público leitor, oferecendo publicação com agilidade e acesso universal e gratuito através dos meios digitais disponíveis. A Editoria do Bosque conta com a estrutura profissional e corpo científico do Núcleo de Publicações (NUPPE) do CFH/UFSC.

http://nuppe.ufsc.br/

Revisão: CCLI Consultoria linguística
Editoração: Spartaco Edições
Capa e Projeto gráfico: Spartaco Edições

Esta obra está licenciada sob uma Licença Creative Commons

Sumário

Sobre a Coleção **1**

Apresentação **3**

Estado democrático de direito penal: contradições e perspectivas para a práxis **11**
Adriana Eiko Matsumoto

Revista íntima no sistema prisional paraibano: expressões da violência na subjetividade de familiares de presos **34**
Nelson Gomes de Sant'Ana e Silva Junior , Erlayne Beatriz Félix de Lima Silva, Bruno Gonçalves Medeiros e Juliane Neves Silva da Costa

Édipo e castração na constituição do sujeito: da formação humanizadora à criminalidade **52**
Larissa Leão de Castro e Norton Godinho Leão

Homicídios de jovens em Salvador e as novas tessituras das cidades **81**
Márcia Esteves de Calazans

O ocaso narcísico da subjetividade contemporânea: a violência psicossocial e suas possíveis repercussões no psiquismo **104**
Angela Maria Pires Caniato e Mérly Luane Vargas do Nascimento

De bandidões a doentinhos: uma análise das identidades pressupostas numa instituição total **123**
Débora Cidro de Brito e Aluísio Ferreira de Lima

O discurso psicológico na fundação da criminologia brasileira **146**
Juliana Ferreira da Silva

Do determinismo biológico ao determinismo familiar do criminoso: uma análise de documentos jurídicos **173**
Lisandra Espíndula Moreira e Maria Juracy Filgueiras Toneli

Planejamento familiar, um estudo do seu caráter educativo e eugênico **197**
Melline Ortega Faggion e Maria Lucia Boarini

Hanseníase e políticas públicas no contexto amazônico **215**
Clara Miranda Santos e Vânia Damasceno Costa

Conceito dinâmico de juventudes e sua implicação na política pública **242**
Alcimar Enéas Rocha Trancoso e Adélia Augusta Souto de Oliveira

Quem são as mulheres que entregam o filho para adoção na visão dos profissionais da saúde e do judiciário? **260**
Aline Cardoso Siqueira, Samara Silva dos Santos, Flavia Elso Leão, Suane Pastoriza Faraj, Bruna Maria Corazza Martins e Ângela Roos Campeol

Entre redes de cuidado e circuitos aprisionantes: internações psiquiátricas de crianças e adolescentes **274**
Flávia Blikstein e Maria Cristina G. Vicentin

Bem-estar infantil e as percepções das crianças **295**
Bibiana Ramos dos Santos, Fernanda Czarneski Borges e Jorge Castellá Sarriera

Desafios da inclusão escolar/social de jovens no ensino superior **311**
Ana Claudia Rodrigues Fernandes e Maria Cláudia Santos Lopes de Oliveira

Escolarização de jovens em conflito com a lei: sentidos construídos por professores da rede pública **334**

Débora Cristina Fonseca e Fernanda Lustosa Almeida Damm

Exclusão e inclusão da juventude da/na universidade pública expandida e precarizada do norte fluminense **356**

Eduardo Pinto e Silva

Juventudes: paisagens periféricas e de periferias em devir **377**

Silvana Mendes Lima

Violência de Estado e juventude: problematizando atos infracionais **388**

Leticia Eli Pereira de Campos e Willian Mella Girotto

Mulheres, prisões e outras histórias: clínica, corpo e devir **402**

Gabriela Pinheiro Soares, Antonio Vladimir Félix-Silva e Martha Emanuela Soares da Silva Figueiró

Do conflito com a lei a partir da gestalt-terapia e sua epistemologia **421**

Lusmar Roosevelt Passos Ibiapina e David Vieira de Araújo

Sobre os autores, organizadores e coordenadoras **434**

A coleção

Práticas Sociais, Políticas Públicas e Direitos Humanos reúne trabalhos oriundos do XVII Encontro Nacional da Associação Brasileira de Psicologia Social - ABRAPSO, realizado na Universidade Federal de Santa Catarina em outubro de 2013. Comemorando 30 anos, ao realizar esse evento que aliou ensino, pesquisa e atuação profissional em Psicologia Social implicada com o debate atual sobre problemas sociais e políticos do nosso país e sobre o cotidiano da nossa sociedade, a ABRAPSO reafirmou sua resistência política à cristalização das instituições humanas.

A ABRAPSO nasceu comprometida com processos de democratização do país, a partir de uma análise crítica sobre a produção de conhecimento e atuação profissional em Psicologia Social e áreas afins. O horizonte de seus afiliados é a construção de uma sociedade fundamentada em princípios de justiça social e de solidariedade, comprometida com a ampliação da democracia, a luta por direitos e o acolhimento à diferença. Nossas pesquisas e ações profissionais visam a crítica à produção e reprodução de desigualdades, sejam elas econômica, racial, étnica, de gênero, por orientação sexual, por localização geográfica ou qualquer outro aspecto que sirva para oprimir indivíduos e grupos. Os princípios que orientam as práticas sociais dos afiliados à ABRAPSO são, portanto, o respeito à vida e à diversidade, o acolhimento à liberdade de expressão democrática, bem como o repúdio a toda e qualquer forma de violência e discriminação. A ABRAPSO, como parte da sociedade civil, tem buscado contribuir para que possamos de fato avançar na explicitação e resolução de violências de diversas ordens que atentam contra a dignidade das pessoas.

Os Encontros Nacionais de Psicologia Social promovidos pela ABRAPSO consistem em uma das estratégias para esse fim. Foi um dos primeiros eventos nacionais realizados na área de Psicologia (em 1980) e se caracteriza atualmente como o 3º maior encontro brasileiro de Psicologia, em número de participantes: nos últimos encontros congregou em média 3.000 participantes e viabilizou a apresentação de mais de 1.500 trabalhos.

O XVII Encontro Nacional da Associação Brasileira de Psicologia Social foi concebido a partir da compreensão de que convivemos com violências de diversas ordens, com o aviltamento de direitos humanos e o recrudescimento de práticas de sujeição. Ao mesmo tempo, assistimos à presença cada vez maior de psicólogos(as) atuando junto a políticas de governo. Ter como foco do Encontro Nacional da ABRAPSO a temática **Práticas Sociais, Políticas Públicas e Direitos Humanos** possibilitou o debate desses acontecimentos e práticas, das lógicas privatistas e individualizantes que geralmente os caracterizam e os processos de subjetivação daí decorrentes. Ao mesmo tempo, oportunizou dar visibilidade às práticas de resistência que instituem fissuras nesse cenário e contribuem para a reinvenção do político.

Neste XVII Encontro, além da conferência de abertura, simpósios, minicursos, oficinas e diversas atividades culturais, foram realizados 39 Grupos de Trabalho, todos coordenados por pesquisadores/doutores de diferentes instituições e estados brasileiros. Estes coordenadores selecionaram até cinco trabalhos, entre os apresentados em seus GTs, para compor a presente coletânea e responsabilizaram-se pelo processo editorial que envolveu desde o convite para apresentação dos trabalhos completos, avaliação por pares, decisões editorias e documentação pertinente. Como resultado, chegou-se à seleção dos textos finais. Organizados, então, por afinidades temáticas, passaram a compor os oito volumes desta Coleção. Para introduzir as edições temáticas, foram convidados pesquisadores que estiveram envolvidos na coordenação de GTs e organização do evento, com reconhecida produção acadêmica nas temáticas afins.

Agradecemos a todos os envolvidos neste projeto de divulgação dos trabalhos completos dos participantes do XVII Encontro Nacional da ABRAPSO: trata-se de um esforço conjunto não apenas para a divulgação das experiências e do conhecimento que vem sendo produzido na Psicologia Social brasileira, em particular no âmbito da ABRAPSO, mas para a amplificação do debate e provocação de ideias e ações transformadoras da realidade social em que vivemos e da qual ativamente participamos.

Ana Lídia Brizola

Andréa Vieira Zanella

Apresentação

Psicologia social, violência e subjetividade

Angela Caniato

Desde há muito eu aprendi num Congresso no Nordeste brasileiro que, antes de fazer qualquer fala científica, devemos dizer quem somos, por que e para que estamos ali comunicando alguma coisa. Passei a agir assim, pois entendi ser essa atitude uma forma de respeito a quem nos ouve, a quem estamos nos dirigindo, para que ele saiba de onde a gente vem e para onde queremos conduzir aquele diálogo.

Sou Angela Caniato, uma profissional inquieta e transparente que não se contenta em viver de mentiras e aparências - ai está meu potencial de criatividade e busca da verdade. O rigor acadêmico e a procura da cientificidade me foram apresentados por meus supervisores de Psicologia Clínica desde minha graduação na PUC/RJ na década de 60. Sou muito grata a Yone Caldas e a Therezinha Lins Albuquerque que me introduziram na prática psicanalítica que veio a nortear toda minha formação teórica posterior. Sou grata a um não-ecletismo que me formou psicóloga na graduação e que foi sedimentado por essa duas psicólogas - supervisoras. Nele apoiada, não abandonei meu objeto de estudo- a subjetividade humana – que foi, à posteriore, enriquecido teórica e metodologicamente com a apropriação de certa perspectiva marxista da relação indivíduo e sociedade.

Ingressei no Mestrado em Psicologia Social na PUC/SP em meados da década de 70 quando conheci a filósofa Iray Carone que veio a se tornar minha orientadora da dissertação e, posteriormente, da tese de doutorado na USP/SP. Fui por ela apresentada e introduzida nos estudos

da Teoria Crítica da Escola de Frankfurt, em especial na Psicopolítica de Theodor Adorno. Mas foi só em 1995, depois da defesa de minha tese de doutorado- "A história Negada. Violência e Cidadania sob um Enfoque Psicopolítico"-, cujos sujeitos foram ex-presos políticos torturados da Ditadura Civil Militar de 1964 (**violência de Estado)** e a quem atendi para psicoterapia, que foi possível começar a ousar pensar a dialética indivíduo e sociedade. Nesse momento efetuei uma importante guinada na compreensão da subjetividade e no exercício acadêmico-profissional, abandonando de vez os obstáculos perversos da neutralidade da ciência e engajando-me em estudos e práticas vinculadas à **violência na sociedade** e seus impactos identificatórios destrutivos nas relações entre os indivíduos e na construção das identidades subjetivas. Aliei-me a grupos em defesa dos Direitos Humanos tal como a Anistia Internacional e o Grupo Tortura Nunca Mais/RJ- junto á Cecilia Coimbra e outras entidades latino americanas que seguem a teoria-prática de Ignácio Martín Baró (Psicoliberación) e a ALFEPSI (Asociación Latinoamericana para la Formación y Ensenanza de la Psicologia) .

Ainda nos anos de 1979- inicio de 1980, enquanto estudava Psicologia Social na PUC/SP, tive a felicidade de participar com Silvia Lane da criação da ABRAPSO (Associação Brasileira de Psicologia Social) e acompanhar os passos iniciais da criação da Revista Psicologia e Sociedade, organizada inicialmente pelo Prof. Alberto Abib Andery. Dei continuidade à Silvia Lane na organização do II Encontro Nacional da ABRAPSO que aconteceu em Maringá, Paraná quando assumi a presidência da ABRAPSO por duas gestões. Continuo até hoje compondo o quadro de sucessivas diretorias, em diferentes cargos.

Não é fácil, para quem sente, pensa e vive sob a hegemonia do neoliberalismo e de seu correlato na ciência- o positivismo/experimentalista -, trafegar pela tensão que integra indivíduo e cultura enquanto duas entidades distintas, submetidas a leis de organizações internas também diferentes. Viver essa tensão e conflito e poder manter a clareza no pensar, significa suportar o antagonismo disruptivo inerente ao ser homem eminentemente social e que exige para sobreviver o acolhimento/amparo da cultura. Não cair no reducionismo e intimismo psicologizante e culpabilizador (visão de avestruz, segundo Jurandir F. Costa) ou na alienação do indivíduo padronizado sob conformação social perversa, é tarefa difícil,

mas necessária, quando abordamos os indivíduos e grupos como seres críticos e autônomos , como os verdadeiros agentes da cultura.

A sólida formação e exercício profissional dentro da Psicanálise assim como a participação ativa na vida de pesquisadora na Universidade Estadual de Maringá – onde trabalho atualmente na Pós Graduação em Psicologia (mestrado e doutorado) – vêm me permitindo transitar com certa facilidade na relação indivíduo - cultura. A releitura extensiva e cuidadosa da obra de Freud, em especial de seu livro "El Malestar en la Cultura", a orientação de pesquisas dentro da perspectica Psicopolitica de Theodor Adorno (seus estudos sobre a indústria cultural, consciência crítica, educação emancipatória) vem oferecendo o gancho teórico metodológico para questionar a domesticação de certa Psicanálise aos valores da sociedade de consumo atual e evitando assim cair na cilada da perniciosa fragmentação do individualismo e da simbiose narcísica da pseudo-individuação.

Para melhor entender os descaminhos na Psicanálise no Brasil, venho estudando a história da Psicanálise como ciência e profissão em nosso país – em especial a partir do Rio de Janeiro - que vem sendo conduzente à importantes erros epistemológicos na difusão dessa ciência entre os profissionais em formação e via o perverso-culpabilizante que transmitem aos seus clientes. Venho identificando os rumos autoritários nessa formação e na teorização da Psicanálise difundida por eles: emergem ai as injunções políticas autoritárias veiculadas por essas sociedades profissionais que, entre outros abusos e arbítrios, albergaram um torturador nos seus quadros de formação como é o caso do médico-torturador Amilcar Lobo.

Enfim, questionar uma sociedade atravessada por estereótipos e preconceitos não significa negar a importância do amparo do outro na construção da identidade subjetiva e nem jogar os indivíduos na solidão e desamparo excludente-culpabilizador, mas identificar/denunciar uma possível **criminalização**, que atinge em especial os negros, as crianças e os adolescentes das classes pauperizadas. Deste modo, o objetivo dos trabalhos que integram esta coletânea consiste em analisar a produção dos processos de inclusão/ excludente e da exclusão/includente na sociedade contemporânea, em especial acompanhar essa parcela da população (pauperizada) para desvelar a perversidade presente nos processos de construção das suas identidades, consideradas à priori agressivas.

Esta coletânea é composta por trabalhos selecionados a partir de seis grupos temáticos realizados durante o XVII Encontro Nacional da ABRAPSO: "Expressões da Violência na Subjetividade da Realidade Urbana", "Identidade", "Historicizando os Saberes Psi Frente às Práticas Sociais", "Políticas Públicas e Direitos Humanos", "Infância e Juventude: a Produção de Conceito, as Políticas Públicas e os Direitos Humanos", "Juventude, Instituições e Processos de Inclusão e Exclusão Social" e "Judicialização da Vida".

As indagações que pautam os textos remetem em especial para os processos psicossociais presentes na construção das identidades subjetivas: Como têm ocorrido os processos de socialização e individuação de diferentes sujeitos em nossa sociedade? Como o discurso neoliberal tem influenciado os processos de socialização e individuação das identidades? Quais os aportes filosóficos, sociológicos, políticos e psicológicos mais coerentes para o resgate de uma autonomia emancipatória dos indivíduos, aliada à problematização das questões sociais da contemporaneidade? Já existem contribuições significativas, intervenções potencializadoras da alteridade que sejam inspiradoras de novas formas de respeito às diferentes identidades em sua criticidade e autonomia e que sejam capazes de criar um horizonte emancipatório?

Na sociedade democrática brasileira, a sobrevivência do indivíduo não é garantida, mas se lhe outorga as obrigações contidas e firmadas nas leis. Enfim, o contrato social burguês não se compromete com a eliminação da desigualdade e, de certa maneira, contribui para acirrar os conflitos classistas nas relações sociais. Isso significa dizer que o poder econômico não pode ser dissociado do poder político: "o poder econômico interfere no poder político de várias maneiras: na verdade, o primeiro pode estar determinando ou pelo menos comprometendo o funcionamento do segundo, a despeito da autonomia política ser entronizada como um princípio básico" (Carone, 2004, p.13).

Como se pode pensar em liberdade com a desigualdade social vigente no país e a má distribuição de recursos? A igualdade econômica ou material é que deveria ser o desiderato, pois é uma possibilidade concreta para a realização dos direitos à cidadania.

Uma sociedade com interesses de classes é caracterizada pela desigualdade econômica e social, o que implica no privilégio de uns em detri-

mento de outros, incapaz assim de assegurar direitos à todos. A marca na esfera política é o favor, a condução paternal e a subjugação pelo poder econômico. Assim, a legislação, quase sempre ampara privilégios e interesses de dirigentes econômicos e políticos e que não são expressão de direitos relativos às decisões de interesse coletivo. O contrato social burguês não descumpre as leis e formalmente tende a promover a igualdade, mas este é cumprido apenas na aparência, pois na prática as desigualdades imperam soberanas.

Nessa conjuntura, a realidade política, econômica e social que se expressa hoje, com a derrocada do "estado de bem estar social", aponta para o declínio do modelo de proteção social e explicita cada vez mais a **violência estrutural** com a falta de oferta de trabalho e os seus processos de desregulação. A consequência é o recrudescimento da tendência totalitária em virtude do acirramento da contradição do desenvolvimento tecnológico atrelado à reprodução da miséria e das desigualdades sociais e uma crescente política de **criminalização** das parcelas mais pobres da população brasileira, em especial os negros.

Os processos históricos de cunho autoritário que perpassaram a história do Estado brasileiro, agravam esta situação, quando o "Estado democrático de direito" sucumbe ante o "Estado Punitivo", no qual à atuação policial e carcerária toma o lugar da assistência social. Assim, presenciamos um Estado Mínimo, que necessita de um Estado Máximo de controle social e repressão sobre as populações pobres e excluídas. Dessa forma, parte-se da perspectiva baseada na Criminologia Crítica, que o Estado não é neutro, idealmente dirigido para o bem comum, mas com a representação política de uma sociedade de classes, atende prioritariamente aos interesses de um segmento específico da população. O Estado, na condição de aliado dos poderosos, aciona os mecanismos ideológicos para criminalizar/ segregar os que possam perturbar o funcionamento desse sistema e exerce seu controle/punição com aqueles que possam atrapalhar o funcionamento do sistema (**violência de estado**). Desta forma, observamos a existência de uma sociedade aterrorizada por um rigor punitivo, traduzido em penas severas para os transgressores e a criminalização generalizada de condutas, em especial dos indivíduos das classes subalternas – os pobres. Estas **violências** produzem, muitas vezes, deformações na constituição das identidades subjetivas que se traduzem em atos criminosos. ("se estão dizendo que eu sou ladrão, eu vou roubar"- sic). Eles acabam

seguindo a profecia criminalizadora da pobreza, mais especificamente a de uma juventude como "potencial e naturalmente" agressiva. Em um movimento perverso, esses jovens assumem essa identidade que lhe é atribuída, por haver interiorizado a identidade que lhes é socialmente imputada de serem "delinquentes" ou "criminosos".

Para refletir sobre os processos de **inclusão e exclusão social**, privilegiamos uma aproximação da juventude brasileira, em sua maioria pobre e tomada como protagonista dessa violência, para analisar como se efetiva sua inserção social. Identificamos que as politicas públicas esperam o pior desses jovens e os tratam sob suspeita, com ações de contenção atravessadas por malignidade. Essas políticas públicas apenas escondem os processos de inclusão perversa a que esses jovens estão submetidos. Fica evidente que a inclusão que elas se propõe a promover é, simultaneamente, excludente: muitos jovens são facilmente denunciados e criminalizados pelas mesmas instituições que deveriam cuidar de seu desenvolvimento.

Neste sentido consideramos, como de fundamental importância, abordar os processos de **criminalização** dos jovens nos mais diferentes segmentos da sociedade e nas diferentes instituições que se propõem a garantir seus direitos, entre elas as escolas públicas, os sistemas de saúde e de justiça. Assim, discutimos alguns elementos constitutivos da lógica de criminalização da juventude, considerando a realidade atual, em que podemos destacar o arbítrio dos sistemas de justiça e da educação.

Diante de uma formação deficitária com relação ao debate sobre os **direitos humanos** em geral, e de crianças e adolescentes e jovens em particular, faz-se necessário problematizar alguns conceitos e perspectivas usualmente adotadas sem maiores questionamentos, a exemplo da seletividade da justiça e o seu desempenho autoritário. Uma das questões importantes refere-se ao modo **estigmatizante** que o sistema jurídico-penal e socioeducativo tem atuado. Ao impor um único destino possível aos sujeitos, à identidade construída sob preconceitos é adicionado outro tipo de aprisionamento: uma identidade pré-definida, impossibilitando todas as demais opções de vida que esses sujeitos poderiam vir a ter. Se antes eles eram patologizados como delinquentes, hoje eles são criminalizados como "adolescentes em conflito com a lei" (ECA). Pode-se imaginar como o efeito da marca estigmatizante é ainda mais perversa no caso dos adolescentes e jovens, em sua condição particular de pessoas em desenvolvi-

mento. Nas instituições de encarceramento, o contexto que cerca o socioeducando ou o apenado, envia-lhe a mesma mensagem de degradação da sua auto-imagem. Com a insistência dessa mensagem reproduzida cotidianamente, os sujeitos, especialmente os jovens, começam a assimilá-la.

Parte-se do pressuposto de que em todo e qualquer trabalho junto com o coletivo de indivíduos deve-se levar em conta que as identidades subjetivas são construídas na relação com a cultura. A juventude e a infância são categorias **historicamente** constituídas, portanto devemos identificar as mudanças nas relações intergeracionais, nas narrativas sobre a infância e juventude a cada época histórica e também mudanças quantitativas que podem ser localizadas, por exemplo, na estruturação demográfica de uma cidade, em especial no que se refere às diferentes formas de segregação da população pobre. Portanto, são inúmeras as contradições, as diversidades, enfim, a complexidade do fenômeno da infância e juventude no decorrer do processo histórico que hão de ser distinguidas e nomeadas junto com o movimento e transformação históricas.

No que se refere à estruturação das identidades subjetivas, se focamos nos processos de identificação projetiva-introjetiva na constituição das identidades subjetivas individuais, temos de considerar a internalização da **violência simbólica.** Na contemporaneidade os processo tecnológicos midiáticos se incumbem de difundir a indústria cultural que impregna os processos psíquicos simbólicos, exercendo sobre as subjetividades seu forte poder destrutivo e manipulatório das individualidades. A Psicanálise – quando atravessada por uma leitura relacional indivíduo-cultura - é uma das teorias que permite desvelar nas subjetividades a presença perversa dos elementos ideológicos acima nomeados. Trazidos à consciência torna-se possível desenvolver nos indivíduos uma **consciência crítica** capaz de impedir à absorção da malignidade social. Esse processo se constitui numa das expressões do fortalecimento do processo reflexivo que torna o indivíduo sujeito (ator) de sua vida individual e coletiva. Esse é um dos elementos de uma **educação emancipatória** verdadeiramente cidadã, conduzente à cooperação entre os indivíduos para a transformação social.

A partir do que apresentamos aqui é possível dialogar com os trabalhos sobre Estado, democracia e movimentos sociais, refletir sobre as inflexões das políticas públicas ou falta delas nas subjetividades dos que vivem nas grandes cidades hoje. Desta forma, como o Estado máximo em

relação ao controle e repressão produz fenômenos como: o aumento do **encarceramento**; a **judicialização** das relações interpessoais; o aumento de **homicídios**, tendo como público alvo, em especial os jovens pobres e negros (que hoje morrem três vezes mais que os jovens brancos, no Brasil); as políticas de segurança pública de controle e repressão, que como consequência produzem uma crescente lógica de **criminalização dos pobres**; o aumento da ideologia de colocar as drogas como a metáfora do mal e com isso uma política cada vez maior de repressão ao usuário e ao tráfico e ainda o aumento de grupos juvenis que buscam no grupo e em várias formas de transgressões formas de marcarem a sua história em um mundo que insiste em ignorá-los.

A proposta contida nos artigos que integram esse EBOOK é, então, problematizar e discutir sobre as marcas traumáticas produzidas nos indivíduos em sua relação com a sociedade, de se aproximar da tensão existente entre indivíduo e sociedade e de pensar as rupturas e continuidade desta relação, em uma realidade que contém condições quase que impeditivas para a autonomia do indivíduo-sujeito e sua vida coletiva emancipatória.

Nessa apresentação está exposta a perspectiva epistemológica que atravessa nossa compreensão dos indivíduos nos Estados autoritários contemporâneos, que se sustentam na sociedade da violência do lucro e do consumo, para manter a cada um e a todos os indivíduos submissos à lógica da mercadoria como constitutivo exclusivo/excludente de seus vínculos e de suas identidades subjetivas.

Maringá, junho de 2015.

Estado democrático de direito penal: contradições e perspectivas para a práxis

Adriana Eiko Matsumoto

Introdução

Na base material do fenômeno da criminalização dos pobres e do crescimento vertiginoso do sistema prisional, encontram-se vários determinantes, dentre eles, destaca-se um elemento fundante deste trabalho: o fato de que o denominado Estado Democrático de Direito tem se caracterizado pela potencialização de ações e políticas penais e, desse modo, revela-se como uma das expressões da contradição atual na crise de acumulação do capital. Dessa forma, o eixo pelo qual discorreremos está balizado pela compreensão de que o Estado democrático de direito penal é a forma-Estado que nos ajuda a compreender a essência contraditória das políticas voltadas às mazelas produzidas pelo modo de produção capitalista (*modus operandi* na gestão do Estado para os pobres), aliado ao caráter repressivo (e exterminador) que ele vem apresentando na atualidade por meio das políticas de segurança pública.

Sob o imperativo da autorreprodução destrutiva do capital (Mészáros, 2002), configura-se o encarceramento maciço da população expropriada, aliado às políticas sociais compensatórias, de caráter neoliberal. A categoria forjada para esta análise, **Estado democrático de direito penal** (Matsumoto, 2013), encerra em si essa contradição do Estado burguês em que convive a igualdade jurídico-política com a faceta de classe do Estado, qual seja, totalitária, penal e policial para os trabalhadores e, principalmente, para aqueles em situação de subemprego ou desemprego. Nesse sentido, abordaremos a problemática específica das ações caracterizadas como de caráter repressivo do Estado em seu sentido estrito, a saber, as políticas de segurança pública, ainda que tenhamos como suposta a sua articulação intrínseca com as políticas sociais (bem como a compreensão de que essas políticas sociais carregam matizes conservadores e coerciti-

vos), a partir da reflexão de sua **função subsidiária** no contexto da precarização do trabalho típica da crise estrutural do capital.

Fundamentalmente, a partir da década de 1990, houve um crescimento vertiginoso das prisões e do recurso maciço ao encarceramento nas sociedades modernas, principalmente nos denominados países desenvolvidos e democráticos. A "penalidade neoliberal" (Wacquant, 2001) apresenta-se (na aparência) como um paradoxo ao propor remediar com um **mais Estado** policial e penitenciário o **menos Estado** social. Contudo, o Estado, ao empreender tal tarefa, não o faz em contraposição às políticas sociais voltadas aos pobres, mas em ocasião delas e em sua complementaridade, tendo como objetivo a manutenção da exploração classista característica do modo de produção capitalista (essência). A ideologia e as práticas da Tolerância Zero, erigidas no interior do Movimento Lei e Ordem, andam *pari passu* com as investidas neoliberais no trato social, e tais ações são todas manifestações desse Estado Democrático de Direito.

Com a finalidade de expor os múltiplos determinantes componentes dessa realidade, partiremos das contribuições do método erigido por Marx, em sua teoria social para a compreensão da Economia Política, que indica a necessidade de desvelar as mediações que compõem e determinam o objeto de nossa análise: a constituição de um Estado Democrático de Direito Penal em suas contradições, compreendendo que ele está inserido na totalidade que, dialeticamente, relaciona as condições materiais da produção e reprodução da vida social.

Evidencia-se no texto "Introdução à contribuição para a crítica da economia política", escrito em 1859, que "o método que consiste em elevar-se do abstrato ao concreto não é senão a maneira de proceder do pensamento para se apropriar do concreto, para reproduzi-lo como concreto pensado" (Marx, 1978, p. 117). Nesse sentido, o método crítico-dialético construído por Marx compreende, necessariamente, a noção de processualidade histórica, a categoria ontológica da totalidade, a negatividade, a contradição, o processo de produção e reprodução do ser social em suas conexões e mediações. Além disso, está a compreensão de que, ao revelar o movimento do real, a teoria contribui com subsídios para uma ação transformadora sobre a realidade, outrora objeto de sua análise. Portanto, ao analisar o fenômeno de constituição de políticas de encarceramento (as quais apresentaram recrudescimento em nível mundial na atuali-

dade), temos que compreendê-lo a partir da dimensão da totalidade das relações de produção, a qual "forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta uma superestrutura jurídica e política, e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência" (Marx, 1989, p. 25).

Marx afirma que "em todas as formas de sociedade se encontra uma produção determinada, superior a todas as demais, e cuja situação aponta sua posição e influência sobre as outras" (1978, p. 18). É preciso, pois, desvelar as tendências encontradas na forma mais elaborada do Estado Democrático de Direito Penal para compreendermos como ele se desenvolve nos demais países, tomadas suas características e diferenças.

Assim, para analisar o aparente paradoxo da constituição de um Estado autoritário que lança mão de recursos de encarceramento em massa no seio das sociedades denominadas democráticas, há que se desvelarem os elementos apresentados em sua expressão mais desenvolvida, condições em que as contradições estejam mais evidentes, como é o caso da implementação de políticas penais cada vez mais totalitárias na gestão da miséria nos EUA, a partir do final da década de 80 do século XX (Wacquant, 2001, 2003). As perguntas fundamentais que direcionam o estudo diante do fenômeno investigado são: que conjunto de relações o determina? Quais suas contradições essenciais e tendências de desenvolvimento?

Ao se referir a Titmus, Wacquant (2001) corrobora a ideia de que os Estados Unidos da América consistem no protótipo do "Estado-providência residual", pois apenas outorgam seu apoio em consequência da "carência acumulada do mercado de trabalho e da família, intervindo caso a caso, mediante programas reservados apenas às categorias precárias consideradas como 'merecedoras' (mães com filhos pequenos, deficientes, inválidos, etc.)" (Wacquant, 2001, p. 23). Nesse sentido, a relação do Estado com a população em situação de vulnerabilidade social se dá por meio de contornos bem claros, no campo do controle moral e na propagação de um ideário reprodutivista, pautado na lógica do trabalho precarizado. Assim, do ponto de vista das políticas de segurança instaura-se um "novo senso comum penal" (Wacquant, 2001) gestado nos EUA e disseminado globalmente.

Já na Europa, o aumento da população encarcerada se dá a partir da exigência da autorreprodução do capital com especificidades que devem

ser consideradas. De acordo com Wacquant (2001), observou-se a transmutação de um "Estado Providência" para um "Estado Penitência" nos países europeus, fundamentalmente a partir da crise do *Welfare State*. O recurso da guerra contra as drogas, como artifício para a veiculação do novo senso comum penal, sob a ótica da Tolerância Zero, também é observada na Europa.

No caso da América Latina, segundo Zaffaroni (2007) e Rosa Del Olmo (2004), as políticas criminais e penais, bem como o desenvolvimento de uma criminologia latino-americana se deram a partir de um contorno altamente opressor, baseado nas concepções pseudocientíficas das teorias racistas e lombrosianas, principalmente no que diz respeito à população negra (aos indígenas cabia o extermínio), e pela configuração de um sistema penal inquisitorial violador dos direitos humanos. Sem a experiência de um *Welfare State*, as prisões latino-americanas tornam-se espaços privilegiados para a efetivação do gueto, ou como menciona Vera Malaguti Batista (2003), de um "apartheid criminológico".

Estados Unidos da América, Europa, América Latina... O desenvolvimento quase em progressão geométrica dos índices de encarceramento e de ações realizadas pelas políticas de segurança pública, aliado à redução dos gastos sociais, ou mesmo disseminação de ações sociais compensatórias, à erradicação ou neutralização dos sindicatos, à *flexibilização* das regras de contratação, de demissão e a organização do trabalho, e, consequentemente à instituição do trabalho assalariado flexível como sinônimo de "emprego e cidadania, via a instauração conjunta de trabalho forçado (*workfare*) para os beneficiários da ajuda social" (Wacquant, 2001, p. 77), constituem ingredientes fundantes da constituição do Estado Democrático de Direito Penal e que devem ser considerados para uma análise que permita reconstruir o fenômeno em suas bases concretas.

Há, portanto, um complexo jogo de interdependência nas políticas sociais e penais, que, inserido na totalidade, deve ser explicitado para que se compreendam os determinantes do desenvolvimento atual das políticas penais, bem como o papel que tal conformação de Estado ocupa no desenvolvimento do capital, na geopolítica mundial e no controle social das massas. A que responde este movimento e como se articula em relação à tendência expansionista (e destrutiva) do capital?

A crise estrutural do capital e seus desdobramentos na constituição do Estado Democrático de Direito Penal

A tese apresentada por Mészáros em "Para além do capital" e reapresentada no livro *A crise estrutural do capital*, demonstra, a partir dos pressupostos materialista-histórico-dialético, que o sistema capitalista não pode mais se desenvolver sem recorrer à exacerbação da **taxa de utilização decrescente do valor de uso das mercadorias**. Isso traz desdobramentos profundos para a produção, circulação e consumo, bem como para a cultura e formas de sociabilidade e, consequentemente, para a constituição subjetiva dos seres humanos que partilham dessa realidade concreta.

A característica mais fundamental da crise estrutural do capital, de acordo com Mészáros (2002; 2009), é o fato de que o gigantismo da produção capitalista só é possível pela ampliação de sua dimensão destrutiva. Não há um processo de reprodução ampliada do capital caracterizado por uma produção genuína, mas por uma autorreprodução destrutiva que se manifesta das mais diferentes formas: nulificação de vastas quantidades de riqueza e recursos acumulados (por exemplo, na utilização em larga escala da ajuda externa para salvaguardar da bancarrota bancos e agências financeiras na crise econômica de 2008), intensificação da liquidação de pequenos e médios capitais, subutilização e obsolescência planejada de aparatos tecnológicos (que aparece na esfera fenomênica como movimento de permanente renovação do capital), destruição de força de trabalho (intensificação das taxas de extração de mais-valia relativa, trazendo para baixo a equalização da taxa diferencial de exploração a partir dos processos de precarização do trabalho, retirada de direitos, etc.), a extração predatória dos recursos naturais para movimentar o circuito da obsolescência e a importância crescente do complexo militar-industrial na economia capitalista.

Dessa forma, para Mészáros (2002), o sistema sociometabólico do capital, cujo *núcleo* centra é formado pelo tripé capital-trabalho assalariado-Estado, passa por uma crise estrutural (que é a acumulação do capital), caracterizada por uma longa onda recessiva que apresenta algumas especificidades e características como tentativas para a superação dessa crise. Ao contrário dos ciclos de expansão que configuraram o capitalismo

ao longo da história (com alternância de períodos de expansão e crise), temos presenciado, desde o final da década de 60 e início dos anos 70 do século XX, uma crise "endêmica, cumulativa, crônica e permanente" (M*észáros*, 2009).

A precarização estrutural e a corrosão do trabalho (a partir das diretrizes da acumulação flexível postas em movimentos com o *toyotismo* e a reestruturação produtiva), bem como a destruição dos recursos naturais, são elementos que compõem tal realidade, delineando um quadro assustador, no qual não há horizonte possível sem que haja uma transformação radical. Exaurem-se as possibilidades civilizatórias dentro da ordem do capital, que "não tem mais condições de propiciar quaisquer alternativas progressivas para a massa dos trabalhadores" (Netto, 2010, p. 22). Assim, a autorreprodução destrutiva do capital torna-se abrangente e adquire feições totalitárias e incontroláveis, na medida em que determina toda sorte de relações de produção e reprodução da vida (em suas bases materiais e culturais, bem como dos recursos naturais para sua manutenção). Ou seja, não se caracteriza apenas por ser uma crise especificamente econômica.

Outra característica do sistema metabólico do capital, a partir das análises que Mészáros (2002) faz ao avançar nas contribuições dadas por Marx, dá-se pelo crescimento do complexo industrial-militar, induzido pelas políticas financeiras e de relações exteriores baseadas na lógica monopolista levada a cabo, fundamentalmente, pelos Estados Unidos da América. Mészáros (2003) discute sobre dois elementos postos no desenvolvimento da ideologia e estrutura organizacional estadunidense em sua política de segurança: a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e o Tratado de Mútua Segurança entre Japão e Estados Unidos. O autor afirma que nos dois casos existe a lógica de transformação de uma associação militar defensiva em ofensiva e de consolidação da lógica de "estratégia de ataque preventivo". Em ambos tratados, há a autorização para que os EUA ataquem qualquer país, sem que seja respeitada a soberania nacional (tanto dos alvos dos ataques, quanto dos países considerados aliados) e sem que seja comunicado até mesmo aos organismos internacionais de controle de segurança criados pelo imperialismo no pós-guerra, como o Conselho de Segurança da ONU. Nesse sentido, o que aparece como "capital globalizado" é, na aparência, a expressão da tendência imperialista levada a cabo também pela política expansionista-militar estadunidense.

Esses elementos estão na determinação de uma reestruturação nas bases jurídicas do Estado. Assim, do ponto de vista da especificidade do desenvolvimento da sobre-estrutura jurídica, que dá sustentação e legitimação social à gestão penal e militarizada da miséria, dois elementos precisam ser destacados: a reestruturação nas esferas legislativas e o fortalecimento do Direito Penal como resposta social às questões geradas pelas mazelas da exploração capitalista.

O Movimento Lei e Ordem, amparado na lógica da defesa social, traduz-se em um processo bem-sucedido que visa fortalecer e re-legitimar o sistema penal (avaliado popularmente como ineficiente e não suficientemente repressivo), a partir do endurecimento das práticas punitivas e relativização dos direitos e garantias para os sujeitos considerados criminosos. Esse movimento ganha fôlego na década de 80 do século XX, quando o *Manhattan Institute* vulgariza a concepção da criminologia conservadora estadunidense, denominada Teoria das Janelas Quebradas[1]. Essa metáfora serve para exemplificar a situação de territórios urbanos em que grassam distúrbios e comportamentos desviantes e devem ser alvos de ações repressivas do Estado, de modo a coibir pequenos delitos e prevenir o aumento da criminalidade.

Dentre os ideólogos contemporâneos que contribuíram para o denominado Movimento Lei e Ordem cabe também destacar Charles Murray[2]. Murray sistematizou as bases argumentativas para a política de Tolerância Zero aliada à retirada do Estado nas políticas sociais voltadas aos pobres. Em sua análise sobre a realidade estadunidense e europeia, Murray traz a noção de que a causalidade dos distúrbios oriundos da *underclass* está no excesso de políticas sociais de Estado voltadas aos mais pobres. Para ele, os pobres beneficiários de programas sociais seriam avessos ao trabalho

[1] Diz respeito à metáfora de um prédio que tem uma de suas janelas quebrada e que não é consertada; avaliam que desordeiros interpretarão o fato como um descaso, ou que ninguém do prédio se importa com as janelas quebradas e se proporão a quebrar mais janelas. Se elas não forem consertadas, esses sujeitos se sentirão convidados a aumentarem o grau de sua incivilidade, iniciando, assim, atos delitivos cada vez mais graves e que não terão fim, até que alguma ação de intervenção seja feita para mudar o contexto de degradação. Assim, para Wilson e Kelling, devem ser combatidos os pequenos delitos com a máxima eficácia, pois neles está o potencial para o desenvolvimento de grandes patologias criminais.

[2] Charles Murray, juntamente com o psicólogo Richard Herrnstein, foi autor do livro *The bell curve* (A Curva do Sino, 1994), no qual defende que a inteligência é o fator mais importante no sucesso das pessoas e que os negros teriam, comprovadamente, inteligência inferior – atualizando as teorias racistas elaboradas no século XIX.

e responsáveis pela degeneração moral e social das metrópoles estadunidenses e europeias. A resposta do Estado a esse problema? Tolerância zero.

Dessa forma, é a partir da reapresentação dessas velhas ideias da criminologia que uma das atuais expressões do Movimento Lei e Ordem no campo do Direito Penal se dá pela constituição de um **Direito Penal do Inimigo**, ou Direito Penal autoritário, o qual tem encontrado exponencial desenvolvimento em vários países pós-episódio ocorrido em 11 de Setembro de 2001 nos EUA. A tese do Direito Penal do Inimigo foi elaborada em 1985 por Günther Jakobs, na obra *Bürgerstrafrecht und Feindsrafrecht* (Direito Penal do Cidadão e Direito Penal do Inimigo), na qual afirma que existem dois tipos de Direito Penal diferentes: o direto penal do cidadão e o direito penal do inimigo. No Direito Penal do Inimigo, ocorre a antecipação da punição do inimigo, como no recurso suntuoso às prisões cautelares, um recrudescimento das penas e supressão de garantias processuais, bem como de seus direitos civis, além da configuração de novas leis voltadas a combater os inimigos (terroristas, crime organizado, traficantes, etc.).

Do ponto de vista jurídico, as Constituições Federais na vigência de um Estado Democrático de Direito, como é o caso da Constituição brasileira e suas legislações infraconstitucionais, baseiam-se na noção de **Direito Penal do fato** e, contraditoriamente, perfilam-se na ideologia da **Defesa social**; é, portanto, no interior dessas sociedades que vem se alastrando o poder do Direito Penal do Inimigo. Segundo Zaffaroni (2007), na América Latina,

> as medidas de contenção para os *inimigos* ocupam quase todo o espaço de ação do sistema penal em seu aspecto repressivo, por via da chamada prisão ou detenção preventiva, provisória, ou seja, o confinamento cautelar, a que estão submetidos ¾ dos presos da região. De fato e de direito, esta é a prática de toda a América Latina para quase todos os prisioneiros. (Zaffaroni, 2007, p. 109)

No tocante às políticas criminais e penitenciárias, observa-se a tendência de desenvolver políticas mais "efetivas" e "eficazes" no combate à criminalidade, gerando um crescimento exponencial da população aprisionada em nível mundial e uma ação cada vez mais totalitária dos Estados Democráticos para com as populações em situação de vulnerabi-

lidade social, notadamente as que mais foram afetadas pelo processo de implantação das políticas neoliberais. A massa dos enjeitados e precarizados cresce e políticas de neutralização, controle e até mesmo extermínio são elaboradas (em complementaridade com as políticas sociais compensatórias), a fim de garantir o fôlego expansionista dentro da derrocada estrutural do desenvolvimento da acumulação capitalista. Essa seletividade do sistema penal e a gestão militarizada da miséria representam, pois, uma modalidade eficiente de controle das classes populares; em outras palavras, temos assim configurada uma das formas mais eficientes de coerção e controle, utilizados a favor do assim chamado Estado Democrático de Direito na luta de classes.

Aliado ao programa de autorreprodução do capital, por meio de sua investida na **tendência de utilização decrescente**, está o fortalecimento do complexo militar-industrial (cujas manifestações destrutivas não estavam plenamente visíveis na época de Marx), que entra em cena com ênfase no século XX, particularmente nas últimas quatro décadas (incluindo início do século XXI). A despeito das teses que anunciavam sua derrocada pós-guerra fria, de acordo com Mészáros (2003), o complexo militar-industrial mostrou-se fortemente eficaz, ao tornar-se capaz de superar o obstáculo de como combinar a máxima expansão possível com a taxa de utilização mínima. Com ele, os onerosos gastos supérfluos ganham legitimidade na dimensão do dever patriótico e em nome da segurança nacional, assim como contribuem inegavelmente para a reestruturação do conjunto da produção e do consumo de maneira a remover a necessidade do consumo real.

Os subprodutos e a ideologia subjacente gerados pela propulsão do complexo industrial-militar são postos em circulação como mercadorias necessárias à vida de todo "cidadão" e passam a constituir, com força hegemônica, uma sociabilidade caracterizada por medo e terror. É justamente nesse contexto que devemos analisar a crescente disseminação de sensação de insegurança, sendo que o apelo à busca de mais segurança, mais repressão, e, portanto, maior endurecimento penal, é determinado (não só, mas fundamentalmente) pela necessidade de circulação e consumo de tais subprodutos.

Como abarcar a imensidão de indivíduos que sabidamente não terão a liberdade de vender sua força de trabalho, a não ser para as estraté-

gias de sobrevivência que seguem criminalizadas pela ordem vigente? Estão eles incluídos nessa lógica perversa também a partir da inclusão pela gestão penal e militarizada de suas vidas e de seu território. De acordo com Mészáros (2002),

> O resultado, sob o impacto dessas determinações, não é a ampliação dos contornos da circulação que se constitui em tendência inexorável do desenvolvimento do capitalista, mas, ao contrário, a restrição artificial do círculo de consumo e a exclusão dele das massas "desprivilegiadas" (isto é, a esmagadora maioria da humanidade), tanto nos países avançados como no "Terceiro Mundo", graças às perversas possibilidades produtivas abertas ao sistema capitalista pela taxa de utilização decrescente. (p. 685)

O que está em jogo, portanto, é a forma como a sociedade tem lidado com as populações cada vez mais expropriadas pelo capital, num movimento crescente de exploração relativa e até absoluta, com a consequente precarização das condições de vida da classe trabalhadora. Esse processo é acirrado em determinados momentos históricos, e há que se registrar que os desdobramentos na sobre-estrutura jurídica e, consequentemente, na constituição de uma gestão penal e militarizada da miséria, também sofrem um acirramento a partir das condições materiais de intensificação dos conflitos e contradições de classe.

Assim, concordamos com Pachukanis (1986), no sentido de que há que se revelar a relação social da qual a forma jurídica (encontrada em sua expressão mais desenvolvida na sociedade burguesa) é reflexo, ou seja, é preciso analisar a relação dos proprietários dos meios de produção e produtores das mercadorias entre si.

> O direito penal é, deste modo, uma parte integrante da superestrutura jurídica, na medida em que encarna uma modalidade dessa forma fundamental, à qual está subordinada a sociedade moderna: a forma da troca de equivalentes com todas as suas consequências. A realização destas relações de troca, no Direito Penal, constitui um aspecto da realização do Estado de direito como forma ideal das relações entre os produtores de mercadorias independentes e iguais que se encontram no mercado. Porém, como as relações sociais não se limitam às relações jurídicas abstratas entre proprietários de mercadorias abstratas, a jurisdição penal não é somente uma encarnação da forma jurídica abstrata, mas também uma arma imediata na luta de classes. (Pachukanis, 1986, p. 126)

Historicamente, a partir da necessidade de fortalecimento de um Estado de Segurança Nacional, elemento constitutivo das Ditaduras Militares que assolaram a América Latina no século XX, as instituições responsáveis pela segurança fortaleceram-se política e economicamente, estruturando um poder de polícia militarizado, autômato, violador de direitos cidadãos. Nesse contexto, desenvolveram-se sociedades exacerbadamente penalistas e excludentes, não somente do ponto de vista do final da linha de produção das políticas penais e de segurança pública (vertiginoso crescimento da população encarcerada, aliado a altíssimos índices de extermínio pelo terrorismo de Estado), mas também pela forma com que as sociedades latino-americanas (mas não somente elas) lidaram com a população expropriada em *liberdade*. Isso nos revela um movimento de "direitização" (Ianni, 2004) de elites governantes, das classes dominantes, dos poderes e setores da opinião pública. Em um de seus últimos escritos, Otavio Ianni nos ensina:

> Note-se, pois, que com a formação do Estado terrorista, disfarçado de democrático, na realidade totalitário e nazi-fascista, institucionaliza-se a barbárie. Algo que se havia desenvolvido de forma difusa e indefinida na sociedade, em seus poros, frestas e recantos, logo se configura como ideologia e prática, técnica e missão do Estado como um todo ou de alguns dos seus aparelhos e agências de controle e repressão, em escalada nacional e mundial. É como se a essência do poder estatal, o monopólio da violência, aos poucos permeasse ativa e generalizadamente o conjunto das organizações e instituições estatais, realizando, de forma paroxística, a fusão entre o complexo industrial-militar, a tecno-estrutura estatal e o monopólio da violência. (Ianni, 2004, p. 290)

Um exemplo que devemos considerar na realidade brasileira são as recentes modificações na esfera legislativa, outorgando maiores poderes para as Forças Armadas atuarem em território nacional sob a prerrogativa da **Garantia de Lei e Ordem** (GLO), prevista na Constituição Federal. Contudo, a GLO sofreu recentes modificações nas estratégias de sua execução.

O Decreto Presidencial nº 3.897, de 24 de agosto 2001, sancionado no governo Fernando Henrique Cardoso, flexibilizou o exercício das Forças Armadas em território nacional, em situação de normalidade institucional, sem que tenha sido declarado Estado de Defesa ou Estado de Sítio, nem mesmo declarada pelo governante do Estado a falência de seu

sistema de polícia em garantir lei e ordem (todos esses elementos dispostos como condição para o uso das Forças Armadas no País, conforme consta na Constituição Federal). Já o Decreto Presidencial nº 5.289, de 29 de novembro de 2004, publicado durante o governo Lula, cria a Força Nacional de Segurança Pública. Ambos os casos contrariam o caráter subsidiário das intervenções das Forças Armadas posto pelo Artigo 144 da Constituição Federal de 1988.

É esse o artifício utilizado para atuação das Forças Armadas na ocupação militar das favelas do Rio de Janeiro, na operação que ficou conhecida como **pacificação**. Também é por meio dessas prerrogativas que o "Plano Nacional de Enfrentamento ao Crack", coordenado pelos Ministérios da Justiça e da Saúde e lançado em 2012, tem em sua metodologia a participação da Força Nacional de Segurança Pública para garantir a efetiva repressão do tráfico aliado à garantia de atendimento à saúde dos usuários de drogas – mais uma vez, políticas sociais caracterizadas pela lógica totalitária da segurança pública.

É importante frisar que, ao tratarmos das questões relativas ao controle penal pelo exercício do encarceramento e extermínio voltado aos indivíduos da classe trabalhadora, notadamente os setores mais precarizados de nossa sociedade, devemos, ressaltar as características de nossa própria história, com nossa herança escravocrata e o alastramento do preconceito racial nas diferentes esferas e políticas públicas. Não se trata de retirar do foco a análise da luta de classes, mas de compreender as particularidades nas quais se desenvolve a tendência geral de acirramento de políticas repressivas como resposta às mazelas produzidas pela autorreprodução destrutiva do capital em nosso País.

As estruturas de controle social que legitimaram e garantiram a relação de expropriação e exploração, desde a época da invasão dos colonizadores, a dizimação dos povos originários, a ordenação da produção dada pela disseminação da escravidão como forma de garantir a extração dos recursos naturais e, posteriormente, de produção agrícola e agropecuária (também com o uso da mão-de-obra imigrante), transfere-se, da atuação dos capatazes do Brasil Colônia, para a lógica de funcionamento do sistema de segurança em nosso País. "O interesse de classes imprime, assim, a cada sistema penal a marca da concretização histórica" (Pachukanis, 1986, p. 124).

Dessa forma, fica evidente que todo o ordenamento jurídico-institucional do Estado, inclusive o monopólio da violência, deve se estruturar de modo a garantir a reprodução do modo de produção vigente. Eis também o papel da sobre-estrutura jurídica e penal em um país de herança escravocrata e que vivencia a ideologia da democracia racial e a realidade concreta de violência, segregação e extermínio da população jovem, negra e periférica.

Contribuições da Criminologia crítica para a análise da constituição do Estado democrático do direito penal

É a partir do momento histórico que se caracteriza pela exacerbação do *pauperismo* no seio do desenvolvimento do capital, adquirindo feições imperialistas e ainda mais totalitárias, que vimos, no campo das ciências humanas, desenvolver uma série de teorias oriundas desse campo ideológico erigido pelas contradições postas no real, dentre elas, a concepção de uma gênese delitiva localizada unicamente no sujeito que cometia o crime. Assim, ao abstrair o contexto e o fato do delito, a Escola Liberal Clássica do Direito Penal[3], o compreende como "possuidor de uma estrutura real e um significado jurídico autônomo, metafisicamente hipostasiado: o ato da livre vontade de um sujeito" (Baratta, 2002, p. 38).

Rosa del Olmo, em seu célebre livro *A América Latina e sua criminologia* (2004), problematizou o surgimento da criminologia como uma ciência dedicada ao estudo do delito e da delinquência, forjada e determinada por momento histórico específico na Europa. Para a autora, a criminologia como ciência surge no final do século XIX, fundamentalmente a partir da obra *L'uomo delinquente* de Cesare Lombroso[4].

Ora, todo sistema penal responde a um sistema de produção (Rusche & Kirchheimer, 2004) e tais mediações são escamoteadas pelo processo de ideologização, subsidiados pelas teorias supostamente científicas

[3] Referência a teorias sobre o crime, direito penal e a pena desenvolvidas na Europa entre séculos XVIII e XIX, como por exemplo as teorias de Bentahm na Inglaterra, Feuerbach, na Alemanha e Beccaria na Itália (Baratta, 2002, p. 32).

[4] Cesare Lombroso (1835 – 1909), médico italiano, considerado o idealizador e fundador da escola de antropologia criminal italiana principalmente pelo lançamento de seu livro, *O Homem delinquente,* em 1876.

produzidas para essa finalidade. Nesse sentido, a descontextualização, parte fundante do processo de produção da ideologia dominante como expressão das ideias da classe dominante, é característica dessas concepções e é nesse momento histórico que Cesare Lombroso escreve seu *L'uomo delinquente*, síntese importante de uma época em que se urgiam explicações científicas sobre a desordem que assolava e ameaçava a ordem burguesa.

> Os estudos da escola italiana não faziam mais que corroborar "cientificamente" o que se queria demonstrar. Recorde-se que, por exemplo, os primeiros estudos de medição de Lombroso foram feitos com soldados, mas esses soldados eram do sul da Itália. A inferioridade racial era a única inferioridade que a ideologia dominante podia aceitar para justificar as diferenças que a exploração originava ... Não há dúvida então que a antropologia criminal (leia-se criminologia) seria o instrumento necessário nesse momento também dentro da Itália. (Del Olmo, 2004, p. 51)

Em relação ao "delinquente", compreendido a partir da concepção liberal característica da ideologia surgida nesse contexto histórico e, a partir daí, disseminada, "a solução seria isolá-lo em um ambiente institucional fechado que proporcionaria as condições necessárias para refletir e adquirir os hábitos da ordem" (Del Olmo, 2004, p. 57). As ciências do campo psi-jurídico deram legitimidade para a compreensão de que tal comportamento desviante não era apenas fruto do livre arbítrio, mas também de fraturas e falhas na constituição orgânica ou moral desses indivíduos criminosos.

As alianças psi-jurídicas no tratamento do delinquente ganham sustentação, a partir das teorizações sobre os **inimigos naturais da sociedade** elaboradas por Rafael Garofalo[5], jurista e criminólogo italiano da Escola Criminal Positiva e que trabalhou juntamente com Lombroso. Garofalo afirmava ser papel da sociedade produzir uma espécie de seleção natural, eliminando os seus inimigos: "mediante uma matança no campo de batalha, a nação se defende de seus inimigos externos; mediante uma execução capital, de seus inimigos internos" (Garofalo, 1891 in Zaffaroni, 2007, pp.

[5] Nascido em 1851 e falecido em 1934, Garofalo foi importante expoente da Escola Criminal Positiva Italiana, fundada por Cesare Lombroso. Introduziu a relevância dos aspectos psicológicos e antropológicos nos estudos da criminologia, considerando a periculosidade uma característica inata dos delinquentes, os quais eram tomados por ele como uma variação involuída da espécie humana.

93-94). A definição propagada por Garofalo sobre o inimigo estava encharcada pelo etnocentrismo e teorias racistas, importantes elementos ideológicos característicos da época. A respeito disso, Zaffaroni comenta:

> A periculosidade e seu ente portador (o perigoso) ou *inimigo* onticamente reconhecível, provenientes da melhor tradição positivista e mais precisamente garofaliana, cedo ou tarde, devido à sua segurança individualizadora, *termina na supressão física dos inimigos. O desenvolvimento coerente do perigosismo, mais cedo ou mais tarde, acaba no campo de concentração.* (Zaffaroni, 2007, p. 104)

Além do dispositivo da periculosidade, outro elemento importante é gerado pelos criminólogos italianos, a saber: a classificação (supostamente científica) dos anormais. É creditada a Enrico Ferri a descoberta de que o criminoso é um **anormal moral** (Rauter, 2003): suas características seriam a insensibilidade, covardia, preguiça, vaidade, mentira, sendo que o criminoso seria incapaz de ter controle moral – como os indivíduos tidos como honestos. Essa expressão do anormal moral é ainda mais potente em sua capacidade de disseminar-se no corpo social, na medida em que os "marcadores" não são mais as características físicas (como em Lombroso). "A anormalidade, a tendência para o crime, pode agora ser reconhecida em hábitos de vida, em comportamentos considerados antissociais" (Rauter, 2003, p. 35). Surge, nessa época, a tendência a classificar os indivíduos segundo sua disponibilidade futura para o crime.

Contudo, isso não significou a superação das teorias racistas no Direito Penal, nem sua disseminação nas políticas criminais. Não por acaso, os estudos no campo da criminologia da Escola Positiva também contribuíram para o chamado racismo científico. Lombroso, ao definir características físicas e psíquicas "herdadas de seus ancestrais", fortaleceu, assim, a ideia de que os criminosos teriam um biótipo diferente dos considerados "normais". Essa concepção ganhou terreno em vários países e se desenvolveu de forma característica no Brasil, país que viveu a escravatura e que ainda reproduz elementos do preconceito travestidos de uma ideologia de democracia racial. Como afirma Vera Malaguti Batista: "o processo de construção da ordem burguesa no Brasil enfrenta o problema da massa de ex-escravos excluída do mercado de trabalho, aperfeiçoando a eficácia das instituições de controle social, baseado no modelo racista e positivista de Cesare Lombroso" (Batista, 2003, p. 58).

Tais noções continuam ordenando muitas das teóricas criminológicas na atualidade, bem como as práticas repressivas e preventivas no campo da segurança pública. Um exemplo disso são os critérios utilizados pelos policiais quando fazem a abordagem policial em indivíduos considerados suspeitos. A autorização para a abordagem pessoal, ou "busca pessoal", é regulada pelo disposto no Código de Processo Penal em seu artigo 244: "a busca pessoal independerá de mandato, no caso de prisão ou quando houver fundada suspeita". Nesse sentido, a constituição do que é considerada **fundada suspeita** está povoada pelas concepções racistas e se desdobra na escolha de quais são os indivíduos considerados perigosos na sociedade atual.

O extermínio programático posto em movimento pelo Estado opera pela seletividade mencionada por Zaffaroni (2007) como culpabilidade por vulnerabilidade, sendo que, no caso, a expressão correta seria "exterminibilidade por vulnerabilidade". Um dos exemplos é o município de São Paulo que, desde 2001, vem registrando índices cada vez mais alarmantes sobre as mortes perpetradas pelos agentes da lei, sendo que 93% das pessoas que morreram em supostos tiroteios com a Polícia Militar eram moradores da periferia da cidade, em sua maioria negros e pardos. De acordo com matéria publicada no jornal O Estado de São Paulo, "negros e pardos foram os que mais morreram nos últimos dez anos: 54% do total de vítimas na cidade, enquanto no Censo de 2010 apenas 37% da população de São Paulo se declara dessas raças"[6].

Assim, estampada nas manchetes dos jornais no espetáculo do horror programado, a pobreza segue cada vez mais caracterizada como o lugar privilegiado da periculosidade, o que, por sua vez, desdobra-se na autorização social para o combate à criminalidade, tomado aqui como sinônimo de combate violento à pobreza e aos pobres.

Como vimos, essa seletividade do sistema prisional e suas características de contenção representam uma modalidade eficiente de controle das classes populares; em outras palavras e a partir dos pressupostos marxianos, tem-se que o Movimento Lei e Ordem (mediação que fundamenta a reestruturação da sobre-estrutura do Estado democrático de direito penal) é uma das formas mais eficientes de coerção e controle, utilizadas a favor do Estado burguês na luta de classes.

[6] Confrontos com a PM: 93% morrem na periferia". http://www.estadao.com.br/noticias/geral,confrontos-com-pm-93-morrem-na-periferia,907560,0.htm

Proposições no campo da crítica ao Direito Penal, à criminologia clássica e positivista foram elaboradas como respostas à noção de criminalidade e, por consequência, de criminoso que haviam se desenvolvido no final do século XIX. Dentre as respostas, cumpre-nos destacar as contribuições da escola da Criminologia crítica em sua perspectiva marxista na análise dessa realidade.

De acordo com as reflexões da Criminologia crítica, as análises dos aspectos sociais, econômicos e jurídicos da questão penal e de Segurança pública, apontam para a constituição de um eficaz poder de subjugação das classes populares a partir do controle penal. A possibilidade de superação desse direito penal típico do Estado burguês, contudo, não se dá apenas pela crítica às teorias e técnicas do campo jurídico, numa busca pela igualdade abstrata e jurídica.

> Quanto mais aguda e encarniçada se torna esta luta, tanto mais a dominação de classe encontra dificuldades em se efetivar no interior da forma jurídica. Neste caso, o tribunal "imparcial", com as suas garantias jurídicas, é rechaçado, e toma frente uma organização direta da violência de classe, cujas ações são conduzidas unicamente por considerações de oportunidade política. (Pachukanis, 1986, p. 126)

Considerações finais sobre contradições e perspectivas para a práxis

De acordo com os pressupostos do materialismo-histórico-dialético, sabemos que a história não tem uma direcionalidade, pois não há uma teleologia (um fim determinado) para o movimento histórico. Contudo, é característica ontológica dos seres humanos essa intencionalidade e a constante (e contraditória) produção de si e do mundo circundante. Dessa forma, o ser social, síntese da teleologia e causalidade, produto e produtor dessa condição ontológica posta na particularidade de uma sociedade capitalista, deve ser compreendido em sua totalidade, em seu conjunto de determinações contraditórias: base material e sobre-estrutura, forças produtivas, relações de produção e consumo e pelo antagonismo que se dá em seu interior a partir da luta de classes. É nesse sentido que nossa análise se volta para apontar contradições e perspectivas frente à praxis que apresente características tais que possam sintetizar a relação histórica e dialética entre causalidade e teleologia.

Como vimos anteriormente, a constituição de um Estado democrático de direito penal apresenta-se, pois, como uma categoria-síntese que propõe explicar as contradições da realidade, principalmente no campo das políticas públicas no que diz respeito à complementaridade entre as políticas sociais e penais como uma suposta resposta às mazelas oriundas da exploração típica do sistema capitalista. Vimos também que essta configuração fortalece um processo ainda mais acirrado de penalização (e até extermínio) de indivíduos da classe trabalhadora, principalmente o segmento pobre, do sexo masculino e negro.

Esse processo de criminalização da pobreza, que foi gestado antes do capitalismo, ganha expressão e se complexifica, a partir do acirramento da crise estrutural do capital, característico da disjunção radical entre a produção que visa atender às necessidades humanas daquelas que se voltam simplesmente para a autorreprodução destrutiva do capital. Além disso, a tônica do desenvolvimento da perspectiva penal e criminalizadora encontra cada vez mais guarida na sociedade e é componente importante dos processos de socialização e da sociabilidade contemporânea, principalmente a partir da disseminação de um senso comum penal pautado pela tolerância zero. Além disso, combate os criminosos em suas manifestações entre a classe trabalhadora cada vez mais precarizada em suas condições concretas de existência.

Nesse sentido, o projeto sociocultural da ilustração, calcada na razão e produção científica e que confere a argamassa para a constituição da sobre-estrutura jurídica, conforma-se para atender às demandas da classe dominante e configura-se, assim, como racionalidade instrumental, a qual determina uma relação específica entre ser social e natureza. Quando a burguesia ilustrada se utiliza do argumento de igualdade de todos em seu momento revolucionário (claramente compreendido aqui na superação da sociedade feudal), baseia sua concepção nas artimanhas de um jusnaturalismo, o qual é tomado em suas últimas consequências no reposicionamento conservador dos ideólogos da classe dominante para compor a dominação e buscar conter a classe trabalhadora. Por isso, é fundamental compreender a gênese das teorias criminológicas que se estendem até os dias atuais, mediando a relação social num suposto enfrentamento à violência e criminalidade tomadas como entes genéricos e a-históricos, como expressões de características individuais

(personalidade, subjetividade) ou, no máximo, como um desdobramento de inadequações desses sujeitos frente ao "jogo democrático" a que todos estão submetidos.

O Estado democrático de direito penal constitui-se exatamente no contexto em que um novo ciclo de precarização do trabalho se desenvolve, calcado pela reestruturação produtiva, pelas políticas neoliberais, pela exacerbação do culto do individualismo possessivo entre os despossuídos, produzindo fragmentação, isolamento, ideologização. Dessa forma, o "grande encarceramento" contemporâneo conhece seu primeiro crescimento, exatamente quando o capitalismo globalizado produz os efeitos nefastos da política neoliberal, tanto na periferia do capital, quanto em seu centro (como no caso dos EUA).

Nesse sentido, é fundamental para o desenvolvimento de uma práxis potencialmente transformadora que busquemos compreender o movimento que se dá no interior do Direito Penal e das teorias do campo da segurança pública, gestados a partir das condições concretas e que conferem, na sobre-estrutura, legitimidade à continuidade da exploração capitalista atual, pois o que temos na realidade é um perverso mecanismo de controle e extermínio social apresentado como positiva resposta aos efeitos da desigualdade social produzida pelo capitalismo. Partirmos, assim, de uma realidade que faz vicejar concepções cada vez mais totalitárias no que diz respeito às formas de lidarmos com os sujeitos criminalizados em nossa ordem social, numa expressão partilhada da noção de que "o perigo mora ao lado" e de disseminação de uma sensação de insegurança generalizada.

Do ponto de vista histórico, como nos ensinou José Paulo Netto (2010), é a partir de 1848, no contexto das revoluções operárias como resposta à crise capitalista, que se engendra um clima ideológico polarizado entre classe operária e burguesia, e surge um novo protagonista social revolucionário, o proletariado. A criminologia crítica de base marxista, ao trazer a centralidade da luta de classes para compreender a gênese do fenômeno denominado crime, constitui, portanto, importante ferramenta para que possamos compreender as contradições no campo da sobre-estrutura e ensejar ações na luta cotidiana pelos direitos da classe trabalhadora.

Assim, os enfrentamentos a essa realidade (Estado Democrático de Direito Penal), se inscritos numa perspectiva de radical transformação social, não podem ser tributários de posicionamentos afeitos à lógica meramente humanista que viceja na maioria dos discursos (e práticas) a favor dos direitos humanos, pois reside aí um equívoco que é o de subsumir-se à idealização e naturalização dos sujeitos históricos enquanto apenas "sujeito de direito".

Concordamos com Pachukanis (1986), quando afirma que as principais categorias das formas jurídicas, como expressões na sobre-estrutura das contradições inerentes à vida social concreta, são as concepções de "sujeito de direito" e as "relações jurídicas". A noção de sujeito de direito repousa numa concepção idealista, caracterizada pelo jusnaturalismo e pela compreensão de que há um direito natural e universal (por isso a-histórico) que rege a vida em sociedade. Ao mesmo tempo, a partir do fortalecimento do modo de produção capitalista e com a disseminação de sua sociabilidade regulada pela norma jurídica, as relações travadas entre os indivíduos no seio dessa sociedade tornam-se, assim, relações abstratas mediadas pela regulação jurídica entre seus cidadãos dotados de direitos naturais.

Esse formalismo jurídico contribui para a abstração das contradições e conflitos sociais, pois, nessa lógica, são todos "sujeitos de direitos" postos no mesmo nível de relação contratual. Isso traz desdobramentos para a noção de democracia que viceja em nossa sociedade, como um "governo do povo" e de sua maioria. Portanto, a vivência de uma democracia que se dá no Estado capitalista, partindo dessa compreensão, assemelha-se a uma farsa, a qual deixará de se aparentar democrática se houver qualquer manifestação de mudança que, em alguns contextos, vise até mesmo apenas algumas reformas mais contundentes dentro da ótica do capital. Afinal, é a ideologia da democracia que também serve de verniz para tingir de bons modos a exploração da mais-valia, parafraseando Trotsky.

Nesse sentido, a luta por direitos, para além do formalismo jurídico, deve ter como horizonte a própria superação das condições concretas que desenvolvem a realidade a ser superada, ou seja, deve ter como foco a contradição fundamental capital/trabalho que retira da classe trabalhadora a possibilidade de obter a centralidade do processo de produção, inclusive de seus meios.

Ora, a possibilidade teleológica de transformação radical do ser social depende de sua condição ontológica e esta, das condições concretas que a determinam. Ao mesmo tempo em que se agudizam as condições de exploração submetidas à classe trabalhadora na atualidade, também se acirram os controles penais, o extermínio programado da juventude negra e pobre e as ações de neutralização também por meio das políticas sociais na gestão da miséria. Os efeitos nefastos dessa política levada a cabo pelo Estado democrático de direito penal vêm se tornando, gradativamente, mais perceptíveis a uma parcela da classe trabalhadora e tem-se vislumbrado certa tendência para que se abarque essa pauta nas lutas políticas, como no exemplo do enfrentamento da criminalização de movimentos sociais e do genocídio da população pobre, jovem e negra. Contudo, essa ainda não é uma posição hegemônica na práxis que se pretende revolucionária nos dias atuais, pois, inclusive, muitos movimentos e coletivos utilizam-se do discurso da penalização e criminalização como formas de reivindicar direitos de minorias sobrepujadas e reificadas. Eis outro desafio que está posto na história da luta de classes e no diálogo com diferentes segmentos de movimentos sociais.

Assim, empenhar-se na práxis que enfrente a sobre-estrutura erigida num Estado democrático de direito penal é, ao mesmo tempo, aliar-se às leituras críticas dessa realidade, sem perder de vista que o movimento da história ainda está aí e que essa questão específica, embora não constitua o cerne da luta de classes tomada aqui como uma práxis revolucionária, pode contribuir para a emancipação humana.

Isso equivale a dizer que, enquanto o capitalismo for constituído na forma social dominante de produção e reprodução da vida em todas as suas dimensões, os coletivos, movimentos, entidades, partidos organizados a partir de posicionamento à esquerda e com pautas progressistas, encontrar-se-ão em muitas lutas conjuntas por reformas, de modo que possam garantir mais condições de vida para que a classe trabalhadora consiga se desenvolver como classe para si e, nesse sentido, tornar-se sujeito efetivo de sua própria história.

Portanto, na sociedade capitalista o limite da luta pela ótica da cidadania é a existência da propriedade privada e a consequente exploração do ser humano sobre outro ser humano. Segundo Marx (1843/1991), "a emancipação política é a redução do homem, de um lado, a membro da

sociedade burguesa, a indivíduo egoísta independente e, de outro, a cidadão do Estado, a pessoal moral" (p. 50). Dessa forma, o discurso e a prática tão em voga na atualidade de luta pela cidadania e pelo fortalecimento de um Estado Democrático de Direito consistem apenas na emancipação possível para os indivíduos, proprietários de sua força de trabalho e não dos meios de produção, dentro do modo de produção capitalista.

Nunca é demais lembrar que, ainda que exista um abismo paradoxal entre a realidade posta e a almejada, a primeira é ponto de partida para sua própria transformação objetiva. Dessa forma, compreende-se que a práxis no contexto do Estado democrático de direito penal, ao lidar com as contradições entre emancipação política e emancipação humana, traduz-se como um modelo de resistência à barbárie ensejada pelo movimento de autorreprodução destrutiva do capital. Ao se inscreverem no campo de transformações sociais estruturais, as ações políticas na esfera da defesa de direitos, além de não reproduzirem discurso jusnaturalista, também não podem prescindir das reflexões e posicionamentos acerca da reprodução da sobre-estrutura como elemento legitimador da ordem social estabelecida, o que significa, nos limites do objetivo deste trabalho, compreender a necessidade de superar o Direito Penal e os discursos e práticas encarceradoras e de criminalização dos pobres.

É precisamente nesse sentido que a práxis no enfrentamento ao Estado Democrático de Direito Penal se faz necessária, pois as políticas sociais e penais, hoje, incidem diretamente sobre os setores da classe trabalhadora que são mais vitimizados pela prática de criminalização, encarceramento e extermínio. Assim, a luta contra a barbárie, expressa na denúncia e combate ao Estado democrático de direito penal, é um pilar importante, ainda que não suficiente, para a constituição de uma práxis que avance no sentido da emancipação humana.

Referências

Baratta, A (2002). *Criminologia crítica e crítica do direito penal: introdução à sociologia do direito penal.* Rio de Janeiro: Revan; ICC.

Batista, V. M. (2003). *Difíceis ganhos fáceis: drogas e juventude pobre no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Revan.

Del Olmo, R. (2004). *A América Latina e sua criminologia*. Rio de Janeiro: Revan; ICC.

Ianni, O. (2004). *Capitalismo, violência e terrorismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Jakobs, G. & Cancio, M. M. (2003). *Derecho Penal del enemigo*. Madri: Cuardenos Civitas.

Marx, K. (1978). *Para a crítica da economia política.* São Paulo: Abril Cultural. (Original publicado em 1859)

Marx, K. (1989). *Manuscritos econômico-filosóficos*. Lisboa: Edições 70. (Original publicado em 1844)

Marx, K. (1991). *A questão judaica* (2ª ed.). São Paulo: Moraes. (Original publicado em 1843)

Matsumoto, A. E. (2013). *Práxis social e emancipação: contradições e perspectivas no Estado Democrático de Direito Penal.* Tese de Doutorado, Programa Pós-graduação em Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

Mészáros, I. (2002). *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo.

Mészáros, I. (2003). *O século XXI: socialismo ou barbárie?* São Paulo: Boitempo.

Mészáros, I. (2009). *A crise estrutural do capital*. São Paulo: Boitempo.

Netto, J. P. (2010). Uma face contemporânea da barbárie. Texto da comunicação na seção temática "O agravamento da crise estrutural do capitalismo. O socialismo como alternativa à barbárie". In *III Encontro Internacional "Civilização ou Barbárie"* Acesso 15 de março, 2014, em file:///C:/Users/Usuario/Downloads/Paulo%20Netto,%20Jos%C3%A9.%20Uma%20face%20contemporanea%20da%20barbarie.pdf

Pachukanis, E. B (1986). *Teoria geral do direito e marxismo*. São Paulo: Editora Acadêmica.

Rauter, C. (2003). *Criminologia e subjetividade no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan.

Rusche, G. & Kirchheimer, O. (2004). *Punição e estrutura social*. Rio de Janeiro: Revan; ICC.

Wacquant, L. (2001). *As prisões da miséria*. Rio de Janeiro: Zahar.

Wacquant, L. (2003). *Punir os pobres*: *a nova gestão da miséria nos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Revan.

Zaffaroni, E. R. (2007). *O inimigo no direito penal*. Rio de Janeiro: Revan.

Revista íntima: violência e subjetividade no cárcere paraibano

Nelson Gomes de Sant'Ana e Silva Junior

Erlayne Beatriz Félix de Lima Silva

Bruno Gonçalves Medeiros

Juliane Neves Silva da Costa

Introdução

No Brasil, a experiência penitenciária está longe de ser considerada eficaz ou cumpridora de suas metas. Processos como ressocialização, educação e transformação positiva de apenados não passam de mera falácia, insistentemente reproduzida por um sistema truculento e pouco afeito à preservação dos direitos humanos. A lógica punitiva vigente em nosso sistema penal estende-se para além dos sentenciados, atingindo muito frequentemente os familiares das pessoas encarceradas.

Apesar de não terem cometido crime algum, são cotidianas as violências sofridas pelos que apresentam algum grau de parentesco com o preso. As queixas vão desde dificuldades no acesso à justiça e nas visitas, até a falta de informações, humilhações e desvalorização pessoal. Nesse contexto, a figura das mulheres, maioria significativa no rol de visitantes dos presídios brasileiros, torna-se vulnerável no tocante à garantia de seus direitos e respeito à dignidade. A revista íntima, procedimento presente em quase todos os presídios do país, configura-se como um rico analisador do processo de violência de gênero, capaz de colocar as mulheres que visitam seus companheiros em uma condição absolutamente vexatória e degradante.

O objetivo deste trabalho é analisar, de modo sistematizado, as relações existentes entre as políticas de segurança pública e as violações aos Direitos Humanos no Brasil, especificamente no tocante ao procedimento de revista íntima nos presídios paraibanos.

Breve histórico do sistema prisional brasileiro

Segundo Dutra (2008), a prisão não é qualquer instituição pública que promove ou auxilia o bem estar das pessoas que nela ingressam. É um poder que exerce a violência institucional, reprimindo as necessidades reais de direitos humanos com um enorme grau de violação dos direitos fundamentais. Longe de reeducar e ressocializar, a real função da pena de prisão é a fabricação de delinquentes, exercida mediante ritos de degradação do indivíduo, resultando em castigo, humilhação e estigmatização do apenado (Foucault, 1987).

Graves violações aos direitos humanos e a outras disposições legais, como a Lei de Execução Penal nº 7210/1984, encontram-se cristalizadas na realidade do sistema prisional brasileiro. Dentre elas, citam-se: a superlotação; presos sentenciados cumprindo pena junto aos provisórios; apenados que deveriam estar no regime semiaberto, mas que não encontram instituições prisionais para acolhimento; presos que já cumpriram suas penas, mas continuam encarcerados; problemas de saúde, entre outros.

De acordo com Duarte (2007), no Brasil, as condições de encarceramento vão de encontro flagrante a diversas recomendações legais, nacionais e internacionais de proteção aos direitos humanos.

> As condições de encarceramento brasileiras, em específico, as do Rio de Janeiro, rompem com as prescrições legais nacionais e os documentos internacionais de proteção aos direitos humanos. Por exemplo, as Regras Mínimas para o Tratamento de Presos, adotadas em 1955 durante o Congresso das Nações Unidas para a Prevenção do Crime e Tratamento dos Delinquentes, e as Regras Mínimas para o Tratamento do Preso no Brasil do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (Resolução n° 14 de 11/11/1994) são desrespeitadas no país. São ignorados os princípios básicos que norteiam ambas as legislações como a necessidade de tratamento igual a todos os detentos, independentemente de qualquer condição econômica, social, política, orientação sexual, étnica etc. As prisões são predominantemente ocupadas por pessoas negras e pardas, com baixo nível de escolaridade. (Duarte, 2007, p. 4)

Na maioria das instituições penitenciárias brasileiras, os serviços internos do cárcere são alvos constantes de reclamações por parte dos de-

tentos, no que diz respeito à falta de estrutura e profissionais habilitados para o exercício de suas funções. As condições de trabalho no sistema penitenciário são dotadas de precariedade, tanto física quanto administrativa – má remuneração dos funcionários, falta de dispositivos de trabalho, corrupção administrativa e estatal. Além disso, segundo Wacquant (2010), atualmente enfrenta-se o fortalecimento do Estado Penitenciário, no qual as instituições de policiamento e controle são solidificadas em resposta às desestabilizações econômicas e sociais causadas pelos regimes neoliberais.

Diante desse contexto de violações à dignidade humana de pessoas encarceradas, pouco se discute acerca da situação de seus familiares, em sua maioria mulheres – mães, esposas, filhas, companheiras –, as quais são constantemente vítimas do poder do Estado no âmbito do sistema prisional.

Criminalização da pobreza e seletividade penal no sistema penitenciário

O sistema penal é seletivo. Ele persegue prioritariamente os pobres, negros e, na maioria, jovens. Em contrapartida, temos muitos exemplos de crimes de "colarinho branco" que acabam não tendo os autores punidos. O sistema penal tem uma preferência clara, criminalizando estratos mais pobres da sociedade, que são lançados facilmente atrás das grades. Isso significa dizer que muitos cometem crimes, mas só alguns são tratados pelo Estado como criminosos, e dele se tornarão "inimigos".

> Criminoso é aquele a quem, por sua conduta e algo mais, a sociedade conseguiu atribuir com sucesso o rótulo de criminoso. Pode ter havido a conduta contrária ao Direito penal, mas é apenas com esse "algo mais" que seu praticante se tornará efetivamente criminoso. Em geral, esse algo mais é composto por uma espécie de índice de marginalização do sujeito: quanto maior o índice de marginalização, maior a probabilidade de ele ser dito criminoso. Tal índice cresce proporcionalmente ao número de posições estigmatizadas que o sujeito acumula. Assim, se ele é negro, pobre, desempregado, homossexual, de aspecto lombrosiano e imigrante paraguaio, seu índice de marginalização será altíssimo e, qualquer deslize, fará com que seja rotulado de marginal. Em compensação, se o indivíduo é rico, turista norte-americano em férias, casado e branco, seu índice de marginalização

> será tendente a zero. O rótulo de vítima lhe cairá fácil, mas o de marginal só com um espetáculo investigativo sem precedentes. (Sell, 2007, p. 4)

Os processos relacionados ao encarceramento produzem despersonalização e invisibilidade, despotencializando subjetividades e constituindo sobre os apenados um saber que se acumula e se centraliza. A ressocialização se apresenta como uma das principais funções declaradas da prisão, contudo tal justificativa soa como mera falácia quando analisamos o sistema penal brasileiro e, em particular, o paraibano. No panorama local, evidencia-se como função velada da prisão a segregação seletiva de pessoas/grupos sociais que já se encontram à margem da sociedade, em especial os pobres.

Em meio a todo esse processo, vemos um Estado Penal superdimensionado diante de um Estado Social altamente deficitário, com poucos investimentos e políticas públicas que efetivem direitos e garantias asseguradas, inclusive constitucionalmente. Nos últimos 25 anos, presenciamos um aumento significativo nos números de prisões e encarceramentos, quadro realmente alarmante quando analisamos a realidade de países como os Estados Unidos, onde percebe-se a nítida redução nos orçamentos de educação, serviço social e saúde para realocação nas áreas policial, de justiça e prisional. A política de tolerância zero começa a ser importada para o Brasil com um discurso de criminalização da pobreza, aumentando o perigo de que essas estratégias sejam incorporadas de maneira incisiva nas políticas de segurança pública do nosso país (Wacquant, 2010).

A questão da violação aos direitos humanos torna-se ainda mais gritante, quando o Estado passa a se voltar também aos familiares dos apenados, vendo-os da mesma forma: como "inimigos". O Estado garante esse tratamento aos familiares ao impor, entre outras situações, procedimentos vexatórios e desnecessários no processo de revista íntima, sempre em nome da segurança (Mariath, 2008).

Segundo a legislação em vigor, ao cometer um delito, o indivíduo, deverá pagar pelo seu ato de forma intransferível; ou seja, a pena tem um caráter totalmente pessoal, devendo ser cumprida pelo próprio autor. Entretanto, constata-se que a infração cometida pelo apenado passa a influenciar também em como seus familiares serão vistos, pois eles se tornam suspeitos, passando a ser criminalizados, mesmo sem ter cometido

delito algum. Exemplo do que estamos tentando argumentar é a prática rotineira da revista íntima nas penitenciárias brasileiras.

Legislação e violações de direitos no processo de revista íntima

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 5º, diz que *"nenhuma pena passará da pessoa do condenado"*, ou seja, a pena tem caráter pessoal e intransferível. Contudo, a punição tem sido vivenciada também pelas mulheres que, periódica e pontualmente, encontram-se nas penitenciárias para visitarem seus familiares. Durante o processo de entrada na unidade prisional para realização de visita aos apenados, elas são submetidas à revista íntima, ou seja, o desnudamento, o agachamento e, não raras vezes, a manipulação de genitais, a fim de barrar a entrada de drogas, armas e celulares dentro dos estabelecimentos penais (Paula & Santana, 2012).

A Resolução nº 9, de 12 de julho de 2006 do CNPCP determina que o procedimento deverá ser realizado, segundo o Art. 1º, com a finalidade de segurança, por meios mecânicos e/ou manuais, em visitantes, servidores ou prestadores de serviço que ingressem em instituições prisionais. A Resolução é clara ao afirmar, em seu Art. 2º, que a revista íntima manual só será efetuada em caráter excepcional, havendo fundada suspeita de que a pessoa a ser revistada possui algum objeto ou substância proibida em lei ou que ponha em risco a segurança do local.

A revista manual deverá prezar pela dignidade da pessoa revistada e deverá ser realizada em local reservado. É importante considerar que, na ausência de uma autorização judicial baseada numa suspeita de caráter objetivo, diante de um fato identificado, registrado pela administração e assinado pelo revistado, a regra para a realização da revista íntima nos presídios é que ela seja de caráter indireto, o que significa que deve ser realizada através de detectores de metal (ou equivalentes), sem contato físico entre o agente e o revistado (Mariath, 2008).

No estado da Paraíba, o Conselho Estadual de Direitos Humanos (CEDH/PB), considerando o disposto na Lei Estadual nº 6.081/2000, que regulamenta a revista íntima, considera que submeter de forma indiscriminada os familiares de apenados a aviltantes revistas, sem qualquer

justificativa, ofende diretamente a legalidade. Considera-se que a pena do transgressor não deve ser repassada aos seus familiares e, dessa forma coloca-se que, conforme o teor do § 2 º ao artigo 6º da recomendação do Conselho Estadual, a revista íntima seja realizada apenas em casos de suspeitas e mediante expressa autorização por escrito do Diretor do Presídio.

A Resolução do CNPCP e a Lei Estadual 6.081/2000 prezam pela efetivação da revista manual apenas em casos em que as suspeitas sejam justificadas. Ao verificar a realidade do Sistema Prisional brasileiro, percebe-se que o descumprimento da lei e a violação da dignidade e honra humana são fatores extremamente comuns nas instituições prisionais, no que refere ao procedimento de revista íntima. Ao ser efetuado de forma tão arbitrária e danosa aos familiares, acredita-se que tal procedimento está baseado em um "exercício de vidência" que os agentes do Estado têm em relação ao familiar. O descaso com que são tratados os familiares, em especial as mulheres e crianças, é de cunho irreparável.

O que se observa nos presídios brasileiros é a utilização do processo de revista íntima como forma de prevenir a ocorrência de um delito, baseando-se na possibilidade da ocorrência do evento remoto, ficando nas mãos do responsável pela revista o poder de suspeitar ou não do visitante ao olhá-lo, presumindo que esteja portando algo proibido.

Dip e Gazzaneo (2013) salientam que nos presídios de São Paulo é comum que as revistas sejam realizadas com as crianças e adultos no mesmo ambiente, e que os infantes são obrigados a retirarem suas roupas. As revistas são tão violadoras e comuns que a violência acabou por ser banalizada, e a relação dos jovens com o corpo prejudicada, na medida em que ele é desqualificado constantemente, seja pelos procedimentos, seja pelos xingamentos. Para Antônio Carlos Malheiros, coordenador da Vara de Infância e Juventude do Tribunal de Justiça de São Paulo, a revista íntima imposta para as mulheres e crianças é semelhante a um campo de concentração e está "totalmente em desacordo com o ECA e a Constituição Federal".

Em pesquisa realizada com as familiares de presos na cidade de Florianópolis, ficou explícito o sentimento de invasão por parte das mulheres entrevistadas. As entrevistas buscaram dar voz a essas familiares, e a partir disso verificou-se que, ao serem realizados os pro-

cedimentos, elas se sentem como bandidas cumprindo uma pena que não parece se diferenciar muito da que é cumprida pelo familiar preso (Dutra, 2008).

Mesmo havendo leis que regulamentam as revistas íntimas, o procedimento sofre inúmeras variações de instituição para instituição, tendo caráter mais abusivo em certos presídios, nos quais chega a ser solicitado que as mulheres entrem com mais de uma pessoa na sala de revista ou abram os lábios vaginais. Mesmo com a diferenciação da revista entre os presídios, o fator violento e degradante está presente, se não em todos os casos, em sua grande maioria. Para as mulheres entrevistadas, o processo significa o empobrecimento material, devido o alto custo para se fazerem presentes nas visitas, a estigmatização pela sociedade, o empobrecimento afetivo, além da despersonificação de identidade pelo processo de submissão, fazendo-as sentirem-se menos femininas e perdendo sua liberdade de expressão.

Método

Participaram desse estudo 237 familiares de apenados na cidade de João Pessoa – Paraíba. Deste total, 95,5% são mulheres com idade mínima de 18 anos. Entre elas, 164 são consideradas cônjuges, companheiras e/ou namoradas de presos.

Para coleta dos dados utilizou-se uma entrevista semiestruturada, contendo sessenta questões, abordando diversos aspectos das condições de cárcere (saúde, trabalho, educação, visita íntima, revista íntima): visões sobre o sistema prisional, acesso à justiça, vivências dos familiares a partir do aprisionamento de apenado. Dentre essas sessenta, foram feitas nove perguntas sobre o processo de revista íntima: (a) Descreva como é feita a revista, (b) Tem toque? (c) É feita individual ou coletivamente? (d) Como você se sente durante a revista íntima? (e) Já vivenciou ou presenciou alguma situação constrangedora ou humilhante? Qual? (f) Você já viu uma criança sendo revistada? Se sim, de que forma? (g) O que você acha da revista íntima? (h) De zero a dez, qual nota você dá à forma como a revista íntima é realizada no presídio onde seu familiar está preso? (i) Quais sugestões você teria para melhoria da revista íntima?

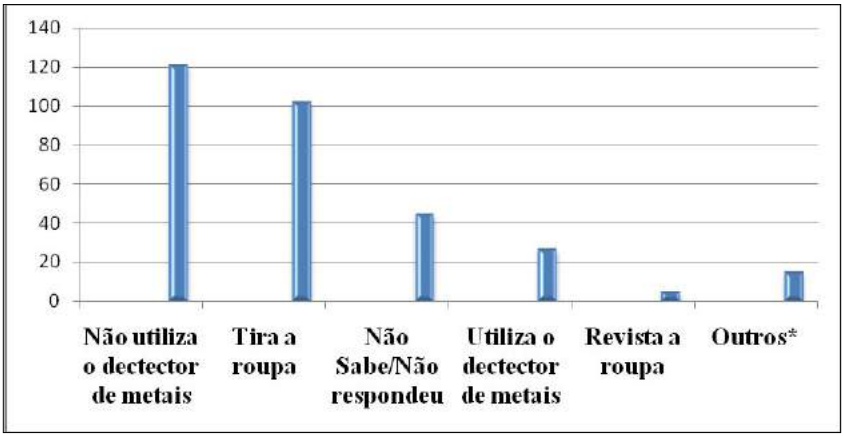
Foram realizadas visitas aos seguintes presídios masculinos da capital paraibana: Penitenciária de Segurança Máxima Geraldo Beltrão, Penitenciária Desembargador Flósculo da Nóbrega, Presídio Instituto Penal Sílvio Porto e Complexo Penitenciário de Segurança Máxima Romeu Gonçalves de Abrantes. As entrevistas aconteceram aos domingos – os dias de visitas familiares – por aproximadamente quatro meses.

Resultados e discussão

Como afirmado anteriormente, dos 237 entrevistados, 224 eram mulheres. Mais da metade dos entrevistados encontram-se entre 18 e 30 anos, e cerca de 64% sobrevivem com uma renda de zero a um salário mínimo. Com relação à escolaridade dos entrevistados, cerca de 48% possuem ensino fundamental incompleto.

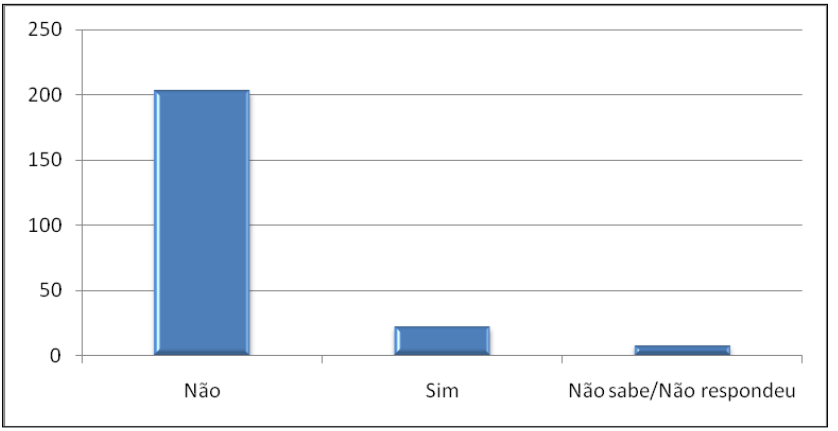
O perfil dos familiares entrevistados nas filas dos presídios de João Pessoa não difere do quadro geral do Sistema Prisional brasileiro: pessoas com nível escolar baixo, renda familiar quase inexistente e de grande maioria feminina, fato que reflete além de uma questão de gênero, a seletividade penal, a qual criminaliza apenas uma parte da população, a mesma que sofre com a ausência do Estado muito antes do ingresso nas penitenciárias.

Figura 1. Como a revista é realizada?



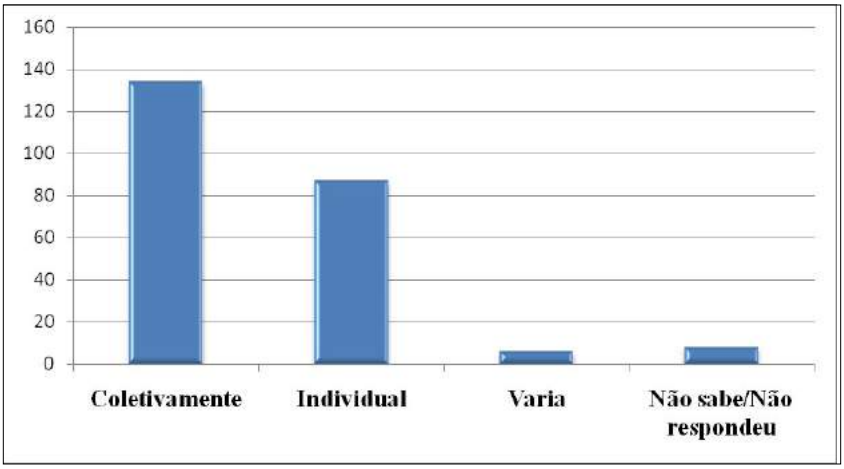
Inicialmente, as entrevistadas descreveram a forma de realização do procedimento de revista íntima nas unidades prisionais. Observou-se que esse dispositivo não vem sendo utilizado conforme as recomendações legais, tendo em vista que 38,4% das entrevistadas afirmaram que não são utilizados detectores de metais, e 32,4% afirmaram que são obrigadas a retirarem suas vestes diante do procedimento. Apenas 8,5% apontaram o uso do detector de metais, porém não nas condições adequadas.

Figura 2. Sobre a existência de toque corporal nas revistas



Em seguida, procurou-se saber se as revistas acontecem com toque ou não. Apesar da maioria das familiares afirmar que não havia presença de toque por parte das agentes penitenciárias, 9,4% afirmaram que existe, sim, um toque durante o processo de revista íntima. Tal fato é considerado totalmente inaceitável e desrespeitoso para com as mulheres que passam por tal procedimento. Como afirma Mariath (2008), esse "toque" se configura como um método invasivo e ilegal, tendo em vista que não deve ser usado de contato físico entre revistado e agente público, e esse último deve fazer uso apenas de detectores de metais; e nos casos de uma revista manual, ela não pode ultrapassar um contato superficial com o revistado.

Figura 3. Sobre a privacidade na realização da revista íntima



No que se refere ainda à estrutura da revista, perguntou-se se a mesma ocorre de forma individual ou coletiva. Observa-se que 57% das entrevistadas afirmaram que as revistas acontecem de forma coletiva, e 37% relataram que tal procedimento acontece de forma individual.

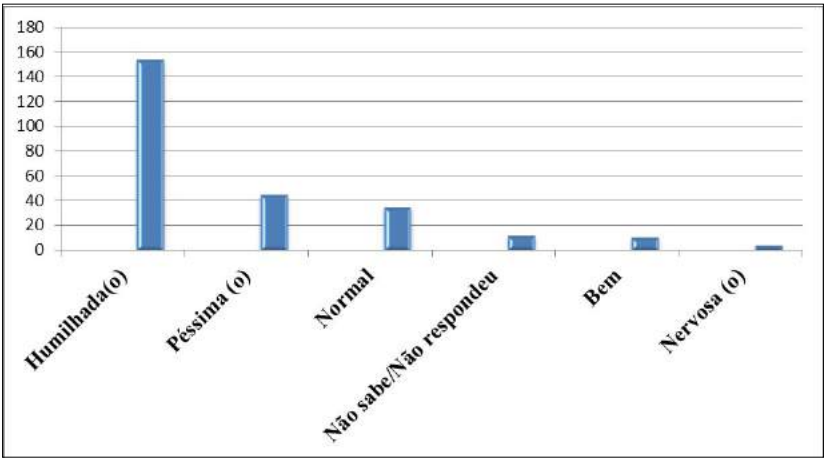
Essa realidade se encontra totalmente inapropriada de acordo com a recomendação dos Artigos 3º e 5º da Resolução do CNPCP nº 9 de 12 de julho de 2006: "*a revista deverá prezar pela dignidade da pessoa revistada e deverá ser realizada em local reservado. O procedimento deverá ser realizado, sempre que possível, no preso visitado*". Tal fato demonstra a pouca preocupação por parte dos agentes do Estado em assegurarem a dignidade e privacidade das pessoas submetidas a ess tipo de procedimento.

Pode-se dizer que a realidade das revistas íntimas nas unidades prisionais do estado paraibano acontece de forma inadequada, sem estrutura fixa, de maneira vexatória e acarretando imenso constrangimento e sofrimento psíquico às familiares de apenados.

Tais práticas estigmatizam e dilaceram as subjetividades dessas pessoas, na medida em que as trata como "meros" corpos de sujeitos que portam ou transportam materiais proibidos para dentro dos presídios.

Além disso, estão carregadas de sofrimento psíquico e social para essas mulheres e familiares de presos, que na realidade estão exercendo o papel de laço social e ressocialização aos seus parentes apenados – função que o Estado mostrou-se ausente ao longo de toda história do sistema prisional brasileiro.

Figura 4. Sentimentos presentes durante a revista íntima



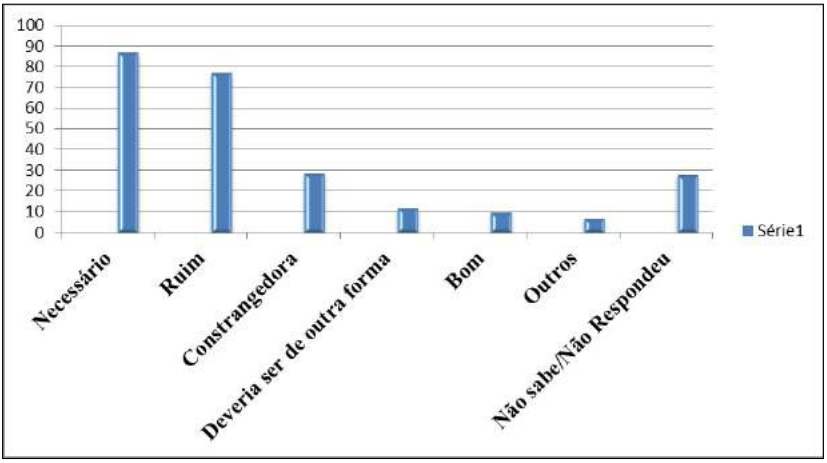
Ao serem questionados sobre como se sentem durante a revista íntima, 65% dos familiares afirmam se sentirem humilhados(as), 19% sentem-se péssimos(as) e 14,8% sentem-se normais. O sentimento de humilhação pode ser exemplificado pela descrição do procedimento realizado com as familiares: *'"Olha o corpo todo, manda tirar a roupa, manda se agachar. Olha o cabelo, boca, manda ficar enfrente do espelho",* tornando evidente o caráter abusivo do procedimento.

Dutra (2008) coloca que a revista íntima é, para as mulheres, um processo de humilhação, por mostrarem o corpo e seus órgãos sexuais para os agentes e pela forma como eles as tratam. Segundo sua pesquisa, os agentes penitenciários, além da imprudência nos tratamentos, também não fornecem as informações necessárias sobre as regras da instituição prisional e da própria revista íntima. Tal fator vem justificar a carac-

terização como "normal" por algumas das familiares. Por não possuírem acesso à legislação e aos seus direitos como familiares de presos e pelas informações incompletas cedidas pelos funcionários das prisões, os familiares acabam por internalizar o procedimento como natural.

O mesmo processo de naturalização pode ser percebido quando questionados acerca das suas opiniões sobre a revista íntima. A Figura 5 demonstra que 36,7% dos familiares afirmam ser um procedimento necessário, mesmo que 32,5% o considerem ruim.

Figura 5. Opiniões sobre a revista íntima



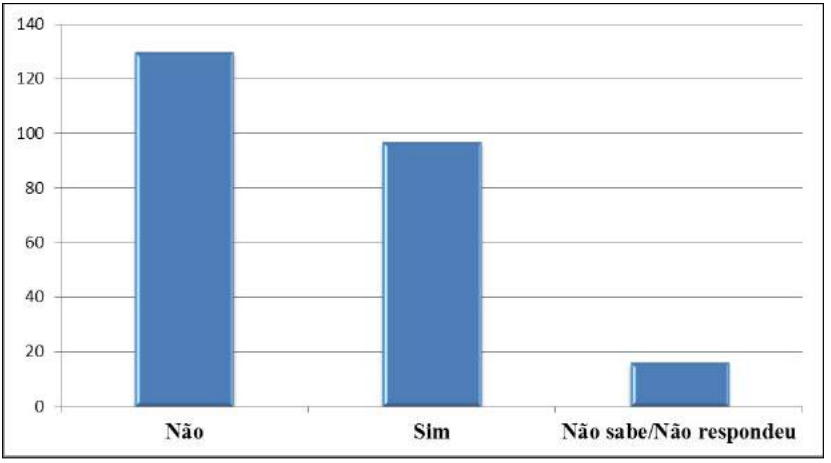
A análise acima é exemplificada nas falas de algumas entrevistadas:

Normal, se não tiver vira bagunça; É bom ter, pois evita trazer besteiras para o presídio; Não deveria ter, mas como muita gente leva droga, essas coisas, então tem que ter; É ruim, porque é na frente de todo mundo; Péssima, não era para existir pela humilhação que faz a pessoa passar; e *Horrível, entretanto é necessário.*

O fato a ser destacado é que essas pessoas entrevistadas não consideram a possibilidade de outras formas bem menos invasivas de se realizar uma revista íntima. Dispõem-se de tecnologias de revista em aero-

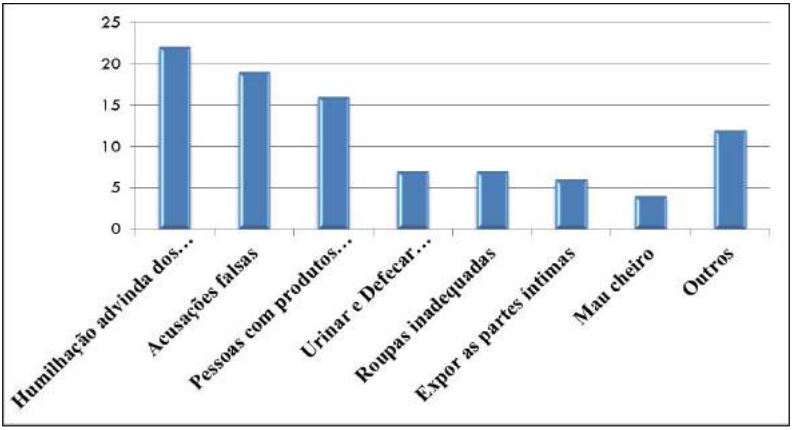
portos, por exemplo, que poderiam ser utilizadas nos presídios. Porém, muitas das pessoas entrevistadas desconhecem que existem outras possibilidades e acabam por internalizar que a forma humilhante como se dá a revista íntima é o único jeito de realizá-la. Esse fato demonstra outra ineficiência do sistema penal e do Estado em relação a essa população: a falta de conhecimento e acesso a direitos e à justiça.

Figura 6. Você já vivenciou ou presenciou alguma situação constrangedora ou humilhante?



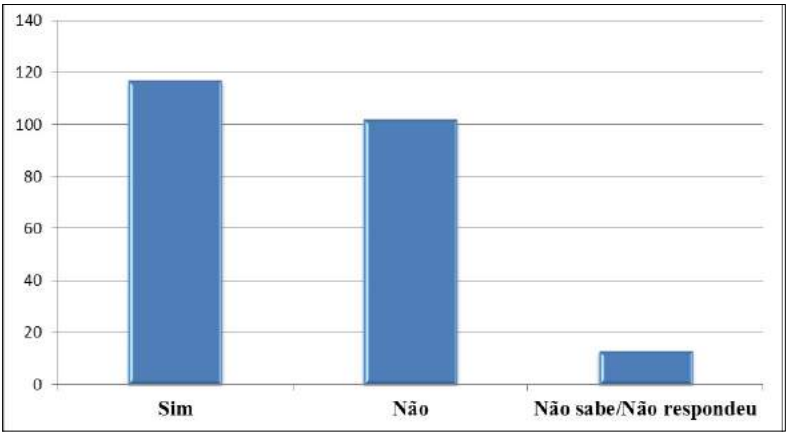
Como demonstrado na figura 6, ao serem questionados sobre alguma situação constrangedora durante a revista, 54,8% dos familiares responderam que nunca presenciaram nenhum fato humilhante. A forma como acontece a revista íntima é tão naturalizada e tão comum que o fato do próprio procedimento ser humilhante não foi considerado pelas familiares. Porém, 40,9% responderam que já sofreram algum tipo de constrangimento e quando questionadas qual foi essa situação, 22,7% responderam que foi humilhação advinda do próprio agente penitenciário, enquanto 19,6% sofreram com acusações falsas. Segundo Sousa (2010), tanto os agentes como a própria direção do presídio demonstram não ter nenhuma preocupação em tratar os familiares de forma apropriada, argumentando que desde a organização da fila os agentes utilizam tratamento desrespeitoso.

Figura 7. Já vivenciou ou presenciou alguma situação constrangedora ou humilhante? Qual?



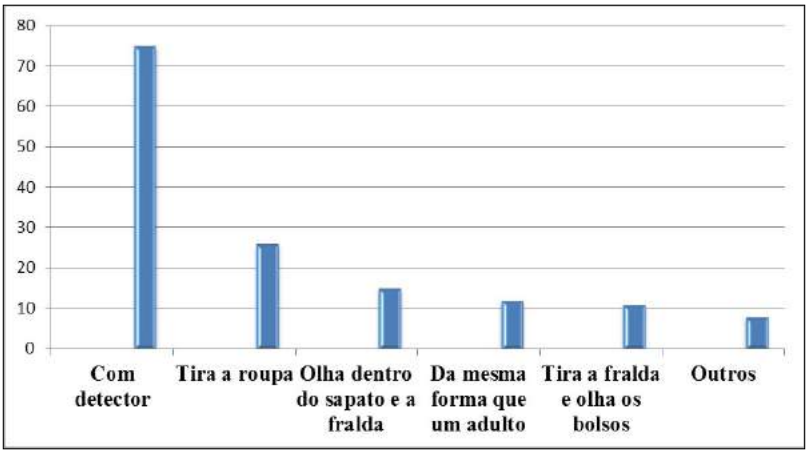
Ao serem questionados sobre a revista com crianças, 49,4% dos familiares afirmaram já terem presenciado esse procedimento.

Figura 8. Você já viu uma criança sendo revistada?



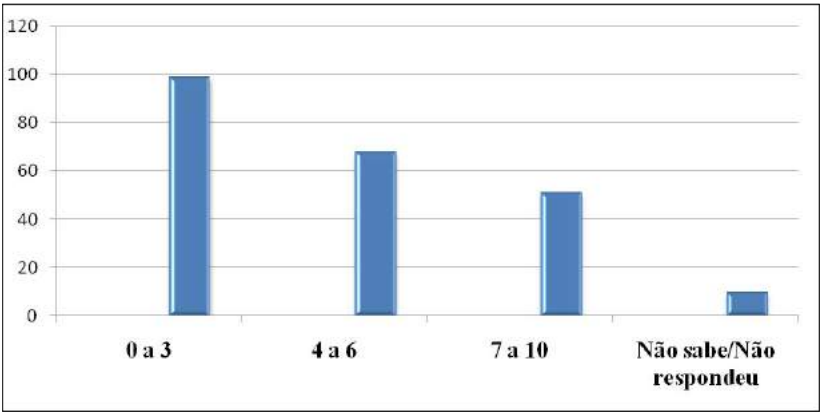
Os familiares que responderam "sim" na questão anterior foram questionados de que forma as crianças foram revistadas. Na figura 9, pode-se perceber que a maioria, 61,1%, respondeu que o procedimento foi com o detector de metal; 22,2% colocaram que as crianças precisaram tirar a roupa, enquanto outros afirmaram terem presenciado as agentes olhando dentro dos sapatos e fraldas e viram as crianças sendo revistadas "da mesma forma que um adulto". O Estatuto da Criança e do Adolescente traz em seu Art. 18 que *"É dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor".* Considerando todas as declarações dadas pelas entrevistadas e o histórico de revista íntima no Brasil, pode-se afirmar, sem hesitações, que se trata de um procedimento violador e desrespeitoso, ao qual uma criança não deve ser submetida.

Figura 9. Você já viu uma criança sendo revistada? Se sim, de que forma?



Além disso, pode-se perceber que o procedimento é totalmente contrário ao que preza o Estatuto e a não-violação da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente.

Figura 10. Nota atribuída de 0 a 10 para a forma como a revista íntima é realizada nos presídios



Com a figura 10, observamos que as notas mais baixas (0 a 3 e 4 a 6) obtiveram um número mais expressivo de respostas. Isso mostra o seu grau de insatisfação com o modo que os presídios objetivam as revistas, possuindo caráter abusivo e desrespeitando a dignidade humana. A fala seguinte de uma entrevistada elucida a opinião de todas: *"Deve ser feita, mas elas* (as agentes penitenciárias) *às vezes são grossas, tem que ver as pessoas, não deixam entrar".*

Na última questão, indagou-se aos entrevistados se eles tinham alguma sugestão a dar que contribuísse para a melhoria do processo da revista íntima. Apesar de eles reclamarem bastante da situação vexatória e da forma como é feita a revista, boa parte não soube ou não quis externar alguma sugestão, fazendo com que a categoria "Não sabe/Não respondeu" obtivesse um número mais frequente de respostas.

Tal fato remete ao que já foi discutido a partir da figura 6, que a maioria dessas pessoas, por não considerarem a existência de outras formas bem menos invasivas de se realizar uma revista íntima e por entenderem o instrumento como necessário, acabam por não sugerir alternativas.

Considerações finais

As revistas íntimas geram profundos impactos psicológicos e sociais na vida dos familiares, pois as condições e as medidas adotadas são precárias, desumanas, vexatórias e desrespeitosas ao princípio da dignidade humana, além de afrontarem, muitas vezes, a saúde mental daqueles que se submetem ao procedimento. Os familiares sofrem não só com o procedimento, mas com as consequências geradas por ele em suas vidas, a humilhação que leva ao estigma que precisam carregar dentro e fora das prisões, a desvalorização da sua identidade, os preconceitos que a sociedade constrói em torno da mulher que vai aos presídios, bem como as perdas materiais que existem para conseguir visitar seu parente preso.

É notório que a revista íntima torna-se uma intensa violação aos direitos humanos, mas é necessário pensar que se refere também a uma violência de gênero, tendo em vista que o procedimento com os homens não chega a ser tão invasivo. Portanto, faz-se necessária uma reflexão crítica acerca do papel dessas mulheres que lutam, diariamente, para conseguir estar perto dos seus familiares, naturalizando, muitas vezes, processos desumanos por não terem acesso aos seus direitos.

A revista íntima, na forma realizada, é um procedimento que não se sustenta legalmente, sugerindo-nos, portanto, que as instituições prisionais invistam em técnicas menos invasivas e mais humanizadas, de modo a preservar a integridade física e moral dos familiares, principalmente mulheres e crianças, respeitando seus direitos fundamentais.

Referências

Dip, A. & Gazzaneo, F. (2013). Eles assistem tudo, depois é a vez deles. *Publica*. Acesso em 28 de novembro, 2013, em http://apublica.org/2013/07/eles-assistem-tudo-depois-e-vez-deles/

Dutra, Y. F. (2008). A inconstitucionalidade da revista íntima realizada em familiares de presos, a segurança prisional e o princípio da dignidade da pessoa humana**.** *Novos Estudos Jurídicos, 13*(2), 93-104.

Duarte, T. L. (2007) Análise dos procedimentos de revistas íntimas realizados no sistema penitenciário do estado do rio de janeiro. *Revista Sociologia Jurídica*, 10, 1-32.

Foucault, M. (1987). *Vigiar e punir***.** Petrópolis, RJ: Vozes.

Lei n. 7.210, de 11 de julho de 1984. (1984). Institui a Lei de Execução Penal. Brasília, DF: Presidência da República. Acesso em 26 de novembro, 2013, em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7210.htm

Mariath, C. R. (2008). *Limites da revista corporal no âmbito do sistema penitenciário.* Brasília, DF: DEPEN. *Acesso em 28 de novembro, 2013, em* portal.mj.gov.br/services/DocumentManagement/FileDownload.EZTSvc.asp?DocumentID={CBBFF2DD-BF35-4C16-8955-431F25A13D2F}&ServiceInstUID={4AB01622-7C49-420B-9F76-15A4137F1CCD}

Paula, A. C. M. C. & Santana, I. J. (2012). Mulheres: a violação dos direitos fundamentais por meio da revista íntima. *Revista do Laboratório de Estudos da Violência da UNESP,* 9, 262-274. Acesso em 28 de novembro, 2013, em http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=2&cad=rja&uact=8&ved=0CCYQFjAB&url=http%3A%2F%2Frevistas.marilia.unesp.br%2Frevistas%2Findex.php%2Flevs%2Farticle%2Fdownload%2F2291%2F1888&ei=wnTVVLnBCIqegwTf24LACQ&usg=AFQjCNGrJG_6In8yg60xKDI3SCrr1Al2YQ&sig2=sYNtwkRcO9H28TIpGh0BHg&bvm=bv.85464276,d.eXY

Sell, S. C. (2007). A etiqueta do crime: considerações sobre o labelling approach. *Jus Navigandi*, 12, 1507. Acesso em 27 de novembro, 2013, em http://jus.com.br/artigos/10290/a-etiqueta-do-crime.

Sousa, A. P. (2010). *Os signos de representação do "eu" e do "outro": a prática da tatuagem carcerária.* Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Sociologia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.

Wacquant, L. (2010). *As prisões da miséria* (A. Telles, Trad.). Rio de Janeiro: Zahar.

Édipo e castração na constituição do sujeito: da formação humanizadora à criminalidade

Larissa Leão de Castro

Norton Godinho Leão

Introdução

Os temas do complexo de Édipo e da castração oferecem uma diversidade de trabalhos na teoria psicanalítica, devido à leitura que se faz desses complexos como chave para a compreensão de neuroses, do processo de socialização do indivíduo, do desenvolvimento da sexualidade, do estabelecimento de pré-condições para amar, da liga para os laços sociais e até mesmo para tentar compreender expressões de criminalidade na sociedade. Portanto, faz-se mister encontrar os achados de Freud que abarcam esse tema como contribuição dos diferentes caminhos pelos quais a vida sexual se desenvolve e se constrói, fato que possibilitou a teorização da prática psicanalítica.

No caminho da observação de processos importantes do desenvolvimento sexual infantil, Freud destaca como estruturantes do psiquismo humano o complexo de Édipo correlacionado ao conceito de castração. É um modelo de análise que será explanado neste trabalho, a partir da observação de meninos realizada por Freud na sua forma positiva. Assim, é uma simplificação utilizada para servir como ponto de partida na elucidação e reflexão a respeito da inter-relação constitutiva entre indivíduo e sociedade.

O menino com aproximadamente três a cinco anos ingressa na fase fálica/genital, época em que o pênis passa a possuir primazia, grandessíssimo valor proporcional à satisfação autoerógena que desperta. Ele tenta seduzir a mãe através da manipulação de seu instrumento; é sua amante, quer estar no lugar do pai por perceber sua força, ele é objeto de sua rivalidade, investido de hostilidade. É quem atrapalha sua relação com

ela, assim gostaria de se livrar dele. Não quer partilhá-la, e, quando o pai está ausente, percebe sua satisfação com a mesma aumentada. (Freud, 1940/1996).

A mãe ou algum substituto, percebendo sua tentativa de sedução por meio da masturbação, lhe impede de continuar, frequentemente diz que se o fizer terá seu órgão cortado pelo pai. Essa ameaça de castração experimentada e/ou psiquicamente sentida exerce efeitos posteriores diante da constatação ou rememoração da diferença anatômica entre os sexos. (Freud, 1940/1996).

Antes de se sentir ameaçado diante da incógnita da origem dessa diferença (vagina e pênis), uma das teorias criadas pelos meninos é da atribuição de um pênis a todas as pessoas. Essa atribuição se deve ao fato dessa zona erógena ser intensamente investida, objeto fonte de grande prazer autoerótico. Assim, não compreende alguém humano como não portador desse objeto essencial (Freud, 1908/1996). Ao se deparar, em suas experiências, com a ausência desse objeto na menina, ele muda a constatação da ausência do pênis e presença da vagina, pois esse fato faria com que abandonasse sua teoria. Ele diz que o outro sexo também tem o pênis, porém ele irá crescer posteriormente.

A suposição da ausência do pênis e possivelmente da presença da vagina no outro sexo é fonte de rememoração da ameaça de castração de seu próprio órgão, pois até então a teoria era de que todos teriam um pênis e, se o outro sexo não tem é porque lhe tiraram; foi castrado/punido por sua satisfação autoerótica e isso também poderia acontecer com ele. Assim, interpreta, inconscientemente, a ausência do pênis como resultado direto da castração efetuada nas meninas, logo o complexo de castração se instaura e faz seu efeito (Freud, 1940/1996).

No desenvolvimento cronológico das obras de Freud, o que torna o horror da ameaça de castração mais crível é sua profunda relação com o Complexo de Édipo. A castração encontra-se como pressuposto da saída do complexo edípico pelo menino. Como resultado da ameaça de castração, ele cede à proibição de possuir a mãe e tem aí sua saída do Complexo de Édipo (Freud, 1940).

Movido pelo interesse de preservação do seu órgão essencial, abdica de seus interesses sexuais completa ou parcialmente, abdica da posse

da mãe e passa a não tocar mais em seus genitais. Ao mesmo tempo, possui um sentimento ambivalente em relação ao pai: paralelo a sua hostilidade sente ternura, admiração e amor. É importantíssimo salientar o grande papel que o amor tem nesse processo, assim como a possibilidade das crianças falarem de seus conflitos e se expressarem. É o amor que, em ambivalência com o outro sentimento, ajuda-o a abandonar e recalcar, como processo de defesa, sua pulsão sexual insatisfeita de se livrar do pai (cometer o parricídio) e de ter relações com a mãe (incesto) (Pellegrino, 1987).

São esses os dois tabus primitivos identificados por Freud (1913/1996) em *Totem e Tabu*. A propósito, o psicanalista brasileiro Hélio Pellegrino (1984) afirma: "O Édipo é uma gramática pela qual o desejo e a agressão se tornam metabolizáveis e entram no circuito de intercâmbio social. O Édipo implica, necessariamente, renúncia e recalque de pulsões antissociais e criminais, não utilizáveis pelo processo civilizatório" (Pellegrino, 1984, p. 9).

O criador da psicanálise desenvolve a noção dos efeitos da instituição do supereu, que representam a introjeção do objeto paterno no eu, ao qual tenta se submeter e ao mesmo tempo lidar com as exigências de satisfação pulsionais do id, na sua função de síntese. Freud (1921) revela que esse processo se dá por um mecanismo denominado identificação, pelo qual o menino se espelha em algumas características do pai, toma-o como modelo, querendo ser como ele e se transforma segundo esse modelo. Ao mesmo tempo, abandona completa ou parcialmente seu desejo de ter a mãe para si, defletindo esse desejo sexual original e podendo mudá-lo para outros cursos de realizações culturais e sociais.

Assim, é na relação com o outro que a criança vai se identificar e se diferenciar, construindo-se como ser humano que vive e se constitui em sociedade. Nesse momento, tem o pai como modelo que impede a satisfação de um desejo imediato, figura de autoridade que representa para a criança o impedimento, a lei. Pellegrino (1984) analisa que na resolução do Édipo, passando pela castração, se dá a identificação da criança com a Lei do Pai, Lei da Cultura. Sem dúvida o psicanalista identifica a exigência de um grande sacrifício da criança abrir mão de um desejo onipotente, uma interdição pela Lei e, ao mesmo tempo,

> abre para o seu desenvolvimento perspectivas cruciais e fundadoras. A Lei do Pai implica uma ação de troca e de intercâmbio amoroso. Ela pede – mas doa. Constringe, mas liberta. Impõe ao desejo uma gramática, mas cria a possibilidade do livre discurso amoroso. (Pellegrino, 1984, p. 6)

Assim, dá-se a introdução do sujeito no intercâmbio social, o que permite sua identificação com alguns valores de dada realidade cultural, a construção de um Ideal de Eu, como afirma o autor supracitado:

> A vida social, para ser respeitável e suportável, precisa estar irrigada e vivificada por princípios mínimos de justiça, de equidade, de legitimidade do poder político, de respeito pelo trabalho e pela pessoa humana. Esse elenco de valores, acolhido por todos e cada um, irá constituir o Ideal de Eu de uma cultura determinada. O ideal de eu, referência identificatória comum aos membros de um processo civilizatório, constituirá o cimento capaz de promover a integração – e a coesão – do tecido social. (Pellegrino, 1984, p. 4)

O autor faz, então, uma analogia estrutural entre o modelo do pacto edípico e o modelo do pacto civilizatório, na medida em que nele se estabelecem deveres e direitos. Da família se estende aos outros atores sociais numa via de mão dupla, processo pelo qual o indivíduo se humaniza e o princípio de prazer se adapta ao princípio de realidade. É análogo aos outros processos de aprendizado, aquisição de competências, até a objetivação do indivíduo na natureza mediada pelo trabalho. O psicanalista identifica que existem renúncias importantes no processo de aprendizagem e de trabalho, aquisição de competências que implique não só em aquisição de uma técnica, mas de "toda uma postura existencial" (Pellegrino, 1984, p. 8). Em relação ao Édipo, trabalho e às tarefas de socialização, o autor faz uma relação indissolúvel:

> Através do aprendizado escolar, profissional e humano, a criança também tem que abrir mão dessa onipotência. Os dois processos – o Édipo e as subsequentes tarefas de socialização – representam situações estruturalmente análogas. Se o Édipo é o batismo, o trabalho é a crisma pela qual o ser humano se torna sócio da sociedade humana. (Pellegrino, 1984, p. 8)

Assim, por meio dessas renúncias o pacto social só mantém sua coesão, se, por sua vez, por meio do trabalho, o indivíduo ganhar condições de subsistência e dignidade para viver, ou seja, ter como garantia seus

direitos inalienáveis por noções de justiça. O autor ressalta que o pacto tem mão dupla, é mútuo, assim como o pacto edípico (Pellegrino, 1984).

Para ele, o rompimento dessa mutualidade, é grave, tem consequências danosas e gera crises sociais. A quebra do pacto social pode gerar tanto um protesto social, no sentido de restabelecimento desses valores e transformação da sociedade ou formas perversas de protesto, como se evidencia mediante sintomas da criminalidade que englobam: assalto, homicídio, tráfico de drogas, atos de delinquência, impulsos criminais, expressão de violência física primitiva, estupro e prostituição (Pellegrino, 1984).

Então, como tentar compreender a quebra do pacto social que pode levar a uma quebra do pacto edípico? Para desenvolver esse tema, Pellegrino (1984) faz uma análise da realidade objetiva do Brasil em algumas estruturas capazes de desenvolver uma crise social grave o suficiente para produzir o sintoma da criminalidade como forma perversa de protesto social. Cita o Golpe Militar de 1964, no Brasil, que instituiu uma política autoritária contra os interesses populares e consolidou o modelo econômico do capitalismo selvagem, que se caracteriza por uma exorbitante diferença entre os que tudo têm e os que nada têm. Cita graves problemas como alta mortalidade infantil, política de recessão e desemprego, fome, injustiça social, impunidade diante das corrupções políticas, além de empréstimos faraônicos para obras duvidosas. Denuncia o modo de produção pelo qual o trabalhador vende sua mão de obra e continua com condições subumanas de vida, gerando riqueza para os que já a possuem, e mantém sua miséria sem receber em troca do seu trabalho condições mínimas para manter a própria dignidade e de sua família (Pellegrino, 1984). Para o psicanalista, quando faltam os valores do Ideal de Eu capazes de identificar e agregar o sujeito a sua cultura,

> quando a injustiça impera e a iniquidade governa. Quando a corrupção pulula e a impunidade se instala. Quando a miséria de milhões se defronta com a aviltante ostentação de pouquíssimos. Quando ocorre tudo isso que – no presente momento – define e estigmatiza a sociedade brasileira, então a criminalidade desfralda a sua bandeira perversa, e se torna a denúncia de uma estrutura social também perversa. (Pellegrino, 1984, p. 4)

Destaca-se a importância de se contrapor à criminalidade/barbárie no esforço crítico de compreender as graves causas que a geram. Nesse sentido, o sociólogo alemão Adorno (1995), conhecedor da psi-

cologia, integrante da Escola de Frankfurt, crítico e estudioso das raízes dos fenômenos de barbárie de seu tempo (nazismo e fascismo), afirma a respeito de atacar as condições objetivas que permitem a barbárie (entendida como expressão de violência física primitiva): "O passado só estará plenamente elaborado no instante em que estiverem eliminadas as causas do que passou. O encaminhamento do passado pôde manter-se até hoje, unicamente porque continuam existindo as suas causas." (Adorno, 1995, p. 49).

Ao mesmo tempo, há que se fazer uma importante ressalva a respeito de que nem toda crise social gera sintomas de criminalidade. Diante da percepção de que, frente às causas que geram uma crise social alguns agem de forma diferente de outros que expressam atos de violência, barbárie, Adorno (1995) afirma:

> Na medida em que se conhecem as condições internas e externas que os tornaram assim – pressupondo por hipótese que este conhecimento é possível – seria possível tirar conclusões práticas que impeçam a repetição de Auschwits [1]. A utilidade ou não de semelhante tentativa só se mostrará após sua concretização; não pretendo superestimá-la. É preciso lembrar que as pessoas não podem ser explicadas automaticamente a partir de condições como estas. Em condições iguais alguns se tornaram assim, e outros de um jeito bem diferente. Mesmo assim valeria a pena. O mero questionamento de como se ficou assim já encerraria um potencial esclarecedor. (p. 132)

Então, se poderia pensar como alguém se torna de uma forma e não de outra, tendo como ponto de partida a compreensão de que isso se deve a um processo de formação histórica do indivíduo, desde sua infância até o resto da vida, e não a uma natureza imutável e absoluta. Para Adorno, romper com essa ideia de natureza imutável do ser humano é esclarecedor e urgente, na medida em que reconhece o ser humano constituído na relação com outras pessoas e que este processo é contínuo. Isso rompe com a ideia de uma consciência absoluta, coisificada, que se defende de um criar-se, tornar-se, no vir-a-ser, nas experiências de formação por toda a vida. Para ele, esse esclarecimento do homem como ser histórico já é um rompimento com tudo isso. (Adorno, 1995).

[1] Território onde se localizavam campos de concentração e extermínio de pessoas, símbolos do Holocausto no nazismo.

Assim, diante da quebra do pacto social, felizmente existem outras formas de protesto que se visualizam como grandes potências de transformação social. Podemos citar vários exemplos como a conquista dos trabalhadores de seu direito de greve e protesto, por outra via que não seja a expressão de violência primitiva, que leve à mudança social quando as condições de trabalho e de vida não são dignas. Dessa forma, Pellegrino (1984) ressalta que há outra via de romper com o pacto, justamente a via de garantir os valores que constituem a identificação com Ideal do Eu de uma cultura.

> Em tal caso, a ruptura com o pacto social perverso, ao invés de provocar a ruptura do pacto edípico, vai reforçá-lo e confirmá-lo. A luta contra a sociedade se fará, não através da criminalidade, mas em nome de altos valores reverenciados pela cultura: a liberdade, a igualdade, a fraternidade, a dignidade do trabalho, o pleno respeito à pessoa humana e aos seus direitos fundamentais. (Pellegrino, 1984, p. 12)

Dessa forma, segundo o mesmo autor, o apodrecimento dos valores humanos, assim como uma grave crise social perversa podem produzir sintomas de criminalidade, formas de protesto também bárbaras que não conduzem a uma transformação e sim reproduzem a violência. Essa ideia também é considerada por Adorno (1995), ao observar que a ausência de valores humanos é uma das causas da barbárie, é traduzida pelo problema da falência da cultura, pela ausência de valores mínimos como solidariedade, liberdade e justiça. A isso se contrapõe a capacidade de reflexão das pessoas, capacidade de pensar com objetivos e atos claros e humanos, tendo como critério a condição humana.

Portanto, outras formas de protesto podem ter verdadeiramente o potencial de transformação social, ao mesmo tempo; elas se contrapõem à ideia de passividade, de mera adaptação dos indivíduos. Para Adorno, a mera adaptação dos indivíduos é igualmente problemática, retira a espontaneidade dos sujeitos, coisificando-os como instrumentos da ordem vigente: "esta passividade inofensiva constitui ela própria, provavelmente, apenas uma forma de barbárie, na medida em que está pronta para contemplar o horror e se omitir no momento decisivo." (Adorno, 1995, p. 164). Assim, a questão da transformação social ser contrária à passividade é decisiva, requer sujeitos que possuem capacidade de refletir sobre sua realidade e sobre si, de se determinar, de lutar para uma transfor-

mação a partir daí, de resistir, não participar e se contrapor às formas de infligir sofrimento (Adorno, 1995).

Diante da problemática, como se pode considerar a atuação da psicologia diante de casos que apresentem sintomas de criminalidade, e qual seria seu papel no enfrentamento da barbárie? Adorno (1995) discorre sobre esse objetivo em "Educação após Auschwits", tendo por contribuições leituras de textos culturais de Freud como *O mal-estar na cultura* e *Psicologia das massas e análise do eu*. A esse respeito, retoma a análise de Freud, de que a barbárie se encontra desde sempre na civilização, está no seu princípio civilizatório. Reflete sobre a necessidade de se conscientizar de e se opor a isso. E resgata a questão colocada do papel da psicologia no enfrentamento da barbárie:

> Como hoje em dia é extremamente limitada a possibilidade de mudar os pressupostos objetivos, isto é, sociais e políticos que geram tais acontecimentos, as tentativas de se contrapor à repetição de Auschwitz são impelidas necessariamente para o lado subjetivo... Torna-se necessário o que a esse respeito uma vez denominei de inflexão em direção ao sujeito. É preciso reconhecer os mecanismos que tornam as pessoas capazes de cometer tais atos, é preciso revelar tais mecanismos a eles próprios, procurando impedir que se tornem novamente capazes de tais atos, na medida em que se desperta uma consciência geral acerca destes mecanismos. (Adorno, 1995, p. 121)

Assim, reconhece-se a necessidade de um esforço crítico, no sentido de encontrar os motivos que levam ao horror, fazê-los tornarem-se conscientes. Adorno observa a urgência para essas pessoas que cometem crimes de refletirem a respeito de si próprias, entrando em contato com a questão. Nesse sentido, o desafio da psicologia estaria na desbarbarização do homem, num esclarecimento subjetivo que contraponha à violência, em tentar oferecer condições subjetivas para que essas formas bárbaras de violência e criminalidade, não se repitam. A aposta está no processo fundamental da prática analítica, ou seja, permitir a elaboração da própria história. O autor faz uma ressalva de que ninguém estará completamente livre dos traços da barbárie - como, por exemplo, da pulsão de morte conceituada por Freud -, mas tudo dependerá da capacidade de sublimar tais pulsões/agressões e conduzi-las contra o princípio da barbárie.

Diante dessas inquietações, que implicam questões de ordem ética, indaga-se: o que a psicanálise pode em relação ao sujeito do ato de-

linquente? Na reflexão da possibilidade de tratamento e nas premissas psicanalíticas a todo desenvolvimento possível da criminologia, Lacan afirma: "A ação concreta da psicanálise é de benefício numa ordem rija. As significações que ela revela no sujeito culpado não o excluem da comunidade humana. Ela possibilita um tratamento em que o sujeito não fica alienado em si mesmo" (Lacan, 1998, p. 131). Vincula-se a esse objetivo uma premissa que o autor retoma da experiência analítica: "essa base é a mesma que define o caráter sagrado da ação médica – ou seja, o respeito pelo sofrimento do homem." (Lacan, 1998, p. 131) e, a partir dessa base, desenvolver-se-á ideia de responsabilidade "sem a qual a experiência humana não comporta nenhum progresso." (Lacan, 1998, p. 131).

Enfim, após essa recapitulação da descrição do conceito de complexo de Édipo e de castração nas obras de Freud - verificando sua importância estruturante na constituição subjetiva que tem íntima relação com o mundo social, após ter compreendido a amplitude que este modelo ganha a partir de contribuições da leitura de Pellegrino e após um esforço no sentido de compreender outro tema interpolado com estes que é a criminalidade/barbárie - tendo como base contribuições de Pellegrino e Adorno; esse trabalho se justifica pela importância de compreender esses fenômenos que têm grande impacto na vida individual e social. Sua relevância se deve à possível contribuição no confronto com o tema da criminalidade e às possíveis intervenções/contraposições frente a esta.

A partir das contribuições dessas lentes teóricas, buscou-se, nesta pesquisa-intervenção, compreender o tema da criminalidade, tentar compreender como as pessoas se tornam capazes de cometer atos de barbárie, quais mecanismos estão aí implicados e revelá-los, a fim de que não cometam tais atos. Em suma, buscaram-se subsídios teóricos para uma tentativa de compreensão e intervenção em um caso que chegou à clínica apresentando sintomas de criminalidade.

Método

Participantes

O participante deste trabalho, de nome fictício Alberto, estava com 19 anos. Na primeira entrevista, a estagiária lhe pergunta o que o trouxe

ali. Conta que em dezembro de 2010 foi preso devido a roubo de som de carro e, em fevereiro de 2011, foi preso por roubo de carro, permanecendo por aproximadamente 20 dias na prisão. Atualmente, responde à justiça em liberdade. Afirma que do jeito que estava ou seria preso, e não iria sair mais, ou seria morto. E também percebe que, pela primeira vez, sua família estava fazendo o que nunca fizeram: dando-lhe carinho. Então diz que, pela primeira vez, estava tentando se controlar e ter outra vida, não magoá-los, por isso vinha à terapia. Mas tem a sensação de que sua situação é uma bomba prestes a explodir.

Na primeira entrevista, começa a contar sua história: aos nove meses, sua mãe faleceu. Seu pai havia se separado dela mudando para outra cidade. Passou a ser criado por duas pessoas que batiam muito nele e em sua irmã mais nova, ao ponto dela falecer. Ele teve sequelas, ficou muito tempo com o pescoço torto de tanto apanhar.

Vendo isso, outras vizinhas o adotaram quando tinha dois anos, uma que ele considera mãe e a outra madrinha. Relata que sempre teve muita dificuldade de parar de fazer o que não devia. Ia para a escola, mas não queria estudar, quebrava coisas e fazia o que não podia. Fala que sua mãe tentava discipliná-lo, às vezes castigar pelo que fazia, mas a madrinha intervinha e não deixava. Relata ter muita dificuldade em controlar o que faz.

Aos 14 anos, começou a usar drogas. Tendo muitos problemas, sua mãe de consideração ligou para o seu pai dizendo que não dava mais conta dele, que cuidasse do menino. Foi morar com ele nessa época, mas diz que não aguentou. Afirma que ele tentava controlar tudo o que fazia, tentou discipliná-lo, porém diz que acha que já era tarde demais para isso, deveria ter sido feito antes, quando era criança. Começou a ter outros amigos na cidade em que o pai morava e teve problemas.

Não aguentando viver com o pai, veio residir nesta capital morando um tempo na casa de uma irmã. Estava estudando, mas não queria continuar. Não querendo morar com ela, foi então para casa de uma tia no fim do ano passado, fez algumas amizades e aprendeu a roubar carros ao ponto de se tornar "o cabeça da turma". Diz que sua família lhe fala muita coisa, lhe pergunta o porquê está fazendo o que faz. Afirma que não conversa com eles porque se disser o porquê eles terão muita decepção.

Então não tem com quem conversar sobre isso, só fica dentro de si o que realmente sente. E percebendo o que a família estava fazendo por ele, diz que, pela primeira vez, estava tentando ter outra vida, por isso vinha à terapia, mas não sabia se iria continuar.

Material/Ambiente

Os atendimentos ocorreram em um dos consultórios destinados ao atendimento psicanalítico do CEPSI (Centro de Estudos, Pesquisas e Práticas Psicológicas), que possuía: um divã, duas poltronas, uma mesa de escritório, três cadeiras, o slogan da Universidade e um tapete. Foi utilizado computador para relatório das sessões e submetimento delas à supervisão.

Procedimento

O sujeito foi escolhido de forma aleatória, baseando-se no critério da disponibilidade de horários entre estagiária e sujeito, consultados nas fichas de triagem, assim como na instrução institucional de atendimento às fichas com inscrições mais antigas e/ou de urgência. A estagiária entrou em contato por telefone, agendou-se o primeiro contato, com duração de 50 minutos, assim como as 21 sessões subsequentes. Na primeira entrevista, estabeleceu-se o contrato com os esclarecimentos das normas de funcionamento da clínica, do compromisso ético e sigilo da sua identificação, das faltas não justificadas e justificadas, da gratuidade dos honorários, definindo-se o atendimento duas vezes por semana. Os atendimentos foram orientados a partir da psicanálise, uma tentativa de escuta, leitura e tratamento - a partir desse método - viabilizada pelo suporte do estudo teórico, supervisão semanal e análise pessoal da estagiária.

Houve o consentimento do sujeito com a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Dando-se início às sessões psicoterápicas, contabilizadas de 21 sessões, entre abril e junho de 2011, realizadas duas vezes semanalmente (entre abril e maio) e três vezes semanalmente (em junho).

A partir da psicanálise, método de investigação e intervenção, coloca-se em principal observância as recomendações sobre técnica da psicanálise, sendo a regra fundamental a associação livre como recurso

ao inconsciente, objetivando que - através da fala (instrumento psicanalítico) - essa pessoa que chega à clínica seja escutada em seu sofrimento psíquico, na tentativa de compreender os mecanismos que a tornaram assim, na aposta de um sujeito advir, que possa elaborar sua história, construindo uma vida humana digna para si e para outras pessoas.

Resultados e discussão

Fragmentos de análise

Em sua terceira sessão, Alberto diz querer ser alguém, ter responsabilidade. Diz nunca ter tido essa experiência de acordar cedo e sozinho para trabalhar de forma responsável. Achava estranho e muito diferente, porque nunca havia respeitado ninguém e isso era difícil para ele agora, não sabia se iria dar conta de continuar assim, pois nunca fez nada por sua família, algo que alguém quer dele. Até então, só importava o que queria e nunca obedecia a nada, então estava tentando "resistir às tentações", mas não sabia até quando.

Relata que nunca teve abertura para dizer sua história para ninguém, depois que começou a dizê-la na última sessão comenta: "Estou bem melhor depois da última vez que falei com você, decidi me abrir um pouco para minha família, até conversei com meu tio coisas que nunca conversei, falei da minha história e de algumas coisas erradas que fazia. Meu tio também me contou a história dele, me disse que também foi pobre e que apanhou muito. Eu levei um susto, fiquei surpreso com isso porque meu tio passou pelas mesmas coisas que eu passei e como pode ser tão diferente? Um foi para um caminho e o outro para o um completamente diferente." Então a estagiária lhe pergunta se, pelo o que ele dizia, estava percebendo que mesmo passando por situações semelhantes algumas pessoas podem se construir de uma forma e outros de outra? Alberto diz que sim, que se assustou com isso. A estagiária então lhe pergunta: "Então teria ainda outras formas de se construir?" Ele fala que talvez sim, mas não sabia se dava conta dessas outras formas de levar a vida.

Partindo do questionamento e investigação de como se ficou assim, no caminho da reflexão de que diante de mesmas situações uns se

tornam de uma forma e outros de outra, e na recapitulação do que já foi exposto nesse trabalho, pela análise de Adorno (1995) acerca do esclarecimento de que a formação do sujeito é histórica e, por ser histórica, mantém indissolúvel relação com o presente (que, por sua vez, é acessível a uma práxis transformadora), parte-se para a necessidade de abertura a uma escuta e descoberta do sujeito que se apresenta, na tentativa de possibilitá-lo a elaborar sua história.

Na quarta sessão, diz:

> *Está sendo muito difícil resistir às tentações. Tinha certeza que iria para uma festa e não deu certo de ir, fiquei grilado, terminei com a namorada que me deixou mais irritado ainda, com muito ódio. Tentei segurar a raiva, mas no mesmo dia fui fumar na porta de casa e vi uma briga de dois homens com um senhor. Eu já estava grilado e ao ver isso, eles espancando o cara, não aguentei e fui lá. Primeiro tentei separar a briga, não consegui, então comecei a bater nos dois caras. Um deles fugiu e o outro que ficou apanhou muito, eu ia matar, espanquei mesmo, deixei no chão. Aí chegaram umas pessoas e me afastaram.*

A estagiária lhe pergunta se poderia garantir que, ao menos durante o período do tratamento, pudesse deixar de agir com violência, parando para poder refletir no que o faz exteriorizar essa violência nas pessoas. Diz que sim, e depois de um tempo de fala faz a seguinte afirmação:

> *Eu estava até tranquilo antes disso, mas ao ver a cena minha raiva voltou. Na verdade, já estava com raiva e naquele momento vi que poderia descontar em alguém, fui bater nos caras, não por dó do senhor que estava apanhando, mas pela vontade mesmo que deu de descontar em alguém. Depois disso fiquei bem mais feliz, tranquilo.*

É questionado se então o sentido disso era descontar raiva em alguém? Diz que sim e que o que é constante em sua vida é sentir muito ódio. Todas suas lembranças lhe dão muito ódio e quanto sente isso não quer se lembrar de nada, quer descontar violentamente em carros ou pessoas. Relata como os roubos começaram até quando passou a roubar carros e, mesmo não querendo roubar nada de alguns, quebrava-os todos, queimava a parte elétrica, entortava a porta. Então se sentia feliz, fala que pensava consigo: "*É, querido, dessa vez você perdeu!*"

Esse ato de descontar em outros - recorrente nas falas de Alberto na maioria das sessões - é analisado por Adorno como prática sádica que expressa vingança das dores que o sujeito precisou ocultar, recalcar. Desenvolve mentalidades autoritárias que podem levar ao horror, ao perigo de subjugar e controlar o outro, não se importando com o seu destino, não tendo capacidade de encontro com o diferente, com o não idêntico, dissonante, ao exercer uma atitude autoritária de domínio sobre o outro (Adorno, 1995).

Na oitava sessão diz:

> *Tô muito bem depois da última sessão, tô mais aberto pras pessoas. Comprei algumas mercadorias na loja e queria organizar de uma forma, pedi para uma pessoa me ajudar, ela não podia e eu fiz tranquilamente. Antes, se eu planejava fazer algo e precisava de alguém para isso, e a pessoa não pudesse, eu xingava, descontava a raiva, mas agora entendo quando elas não podem. Parece que tô passando as habilidades que tenho de malandro para coisas boas também; vendi um produto honestamente, o que antes eu aumentaria o preço muito mais do que era, senti um prazer maior do que se tivesse vendido como antes. Então estou pensando em trabalhar honestamente e vir aqui falar com você.*

Diz ter duas faces, uma boa e uma muito má, até se assusta no que pode virar, mas quer tentar virar suas habilidades para o bem. Ao ser finalizada a sessão, ele diz*: "Eu estar aqui compartilhando minhas coisas está controlando meu outro lado. Obrigado".*

Na nona sessão, diz:

> *Tenho duas caras, duas pessoas em uma só. Quando vi a reportagem do Edmar Teixeira que entrou na escola atirando nas crianças eu falei sem ver, na sala, que ele deveria atirar mesmo e matar todo mundo. As pessoas não entenderam porque eu falei isso, eles me perguntam: 'por que você diz isso, ninguém te entende?!'. Agora eu penso por que eu falei, penso isso e, ao mesmo tempo, penso que se visse um cara desses fazendo algo assim e eu tivesse lá, não tenho dúvida nenhuma de que já que ele vai matar todo mundo eu seria o primeiro a pular na frente, a morrer ou então a matar. Sou fã do Fernandinho Beira-Mar, de alguns traficantes, porque eles têm estratégia, são inteligentes, planejam fazer algo, vão até o fim, mesmo que tenham que passar por cima das pessoas. Sou assim, fã do Osama Bin La-*

> *den e do homem que jogou o avião nas Torres Gêmeas. No caso do Edmar e do que jogou o avião não me identifico com eles matarem as pessoas, mas no planejamento, estratégia, inteligência criadas*.

A estagiária então lhe pergunta se ele não tem ou não teve outras identificações, se não vê possibilidade de se identificar com outros tipos de pessoas que não essas "*que passam por cima dos outros*". Diz:

> *Não, não me identifico com Ronaldinho Gaúcho, nenhum deles, admiro esses porque sei que eles têm estratégia e atropelam quem estiver na frente para alcançar mais rápido o que querem, sempre querem mais e gostam como eu de dinheiro fácil.*

É indagado então de onde viria esta frieza de passar por cima dos outros para alcançar algo, ele diz*: "Sempre fui assim, de pensar em mim e muito pouco nas pessoas, desde criança gosto de dinheiro fácil, é como tirar doce da boca de criança".*

Aqui a estagiária se depara com um impasse, um limite, a dificuldade de encontrar pontos de apoio psicológico que possibilitassem Alberto refletir e se conscientizar dessa frieza e indiferença frente ao destino dos outros. Adorno identifica uma dificuldade de confrontar essa questão com sujeitos com "traços de incomunicabilidade, no que se identificam com certos doentes mentais ou personalidades psicóticas" (Adorno, 1995, p. 130). Uma indagação central se apresentou e demanda maiores estudos a respeito de como são formadas identificações com personalidades desse tipo, que passam por cima de outras pessoas para alcançar seus objetivos e não se importam com o destino dos outros. E como possibilitar, pelo tratamento psicanalítico, a formação de outras identificações que fujam a esse padrão apresentado, se ele não traz consigo outras identificações?

Essa questão é discorrida por Adorno (1995) ao falar de uma frieza específica definida pela indiferença, frente ao que acontece com todas as outras, frente ao destino do outro que decorre - como é apontado - por uma incapacidade de identificação. A identificação revelada com personalidades autoritárias e com a erupção da violência física – como se infere na identificação de Alberto com Edmar, em estar em seu lugar ou morrer nessa situação - é analisada pelo teórico como uma racionalidade identificada com as formas de erupção da violência, uma regressão a um estado

primitivo de violência física que identifica em pessoas com caráter manipulador, indiferentes frente ao destino de outras, sem vinculação de seus atos com objetivos racionais[2].

Dessa forma, a frieza é analisada como condição para a desgraça. Então, como atuar em contrapartida a essa frieza? O autor reflete sobre a dificuldade de se fazer um apelo ao calor humano, na medida em que isso é artificial e nega o próprio calor. Adorno (1995) analisa que não há como exigir amor, que o incentivo ao amor é parte da ideologia que perpetua a frieza porque é impositivo e opressor, e isso é contrário à capacidade de amar. Ao mesmo tempo, com todas essas impossibilidades, um caminho é vislumbrado, no sentido de ajudar a frieza a adquirir consciência de si própria, das razões pelas quais foi gerada. Há que se apostar em outro direcionamento da fúria.

A estagiária se deparou com inquietação e questionamento sobre como atuar contrariamente a essas condições, como encontrar outras possibilidades para esse sujeito? A esse respeito, Adorno afirma que, quanto melhores são tratadas as crianças e quanto menos se errar na infância, pode-se atuar no plano individual contra esses pressupostos. Mas, e na vida adulta, como atuar contra esses pressupostos, no plano individual, na vida adulta? [3]

Em sua décima sessão, Alberto relata estar com medo de ter uma recaída, pois naquele dia iria começar um grande evento na cidade. Diz:

> *Não vou dar conta de não beber, vou encontrar os amigos das antigas, eles estão sem um cabeça, um líder que manda neles e sem dinheiro, com certeza vão precisar de mim e vai ser como eu sair da prisão e voltar a viver. Em casa me sinto na prisão, sem poder fazer nada que gosto, da adrenalina de fazer o que é errado. Hoje será meu grande dia! Avisei o vigia que me falasse quais carros ele ia vigiar porque eu ia pegar só os outros, mas ele duvidou que eu fizesse isso. Agora vou fazer mesmo, minha palavra é tudo! Vou fazer ele ficar caladinho, olhando os nenezinhos quebrar todos carros que ele for vigiar e se ele me falar uma coisinha vou arrastar ele todo, ralar*

[2] Afirma que "a incapacidade para a identificação foi sem dúvida a condição psicológica mais importante para tornar possível algo como Auschwiz" (Adorno, 1995, p. 134), essa frieza pela qual não há um repouso na simpatia, atração, e sim persecução dos próprios interesses frente aos demais.

[3] Algumas possibilidades, mesmo com as limitações, são pensadas a partir desse suporte teórico e serviram de guia nesse trabalho, serão expostas adiante.

> *ele no chão 100 metros, jogar ele num buraco perto do rio numa baixada. Vai respeitar malandro!*

Foi solicitado refletir sobre o que o incomodou tanto na fala do vigia e qual o sentido dele descontar violência nessa pessoa. Diz: "*É duvidar da minha palavra*". Fica em silêncio e diz:

> Eu tava querendo quebrar os carros e ele duvidar da minha palavra foi como estabelecer um desafio. Os nenezinhos me respeitam e admiram porque consigo ser frio, planejar o que tenho que fazer e executar sem nenhuma dúvida, ir até o final, mesmo se a polícia me pegar permaneço frio para controlar a situação. Eles fazem o que eu mando porque eu sou o cabeça, já tenho tudo planejado e se alguém for pego sabem que rapidamente conseguirei dinheiro e vou tirar eles da cadeia. Mas, se algum for cagueta, eles sabem que vão morrer, que com tortura nenhuma devem me caguetar, falo pra eles que conheço muita gente na cadeia, que telefone é igual mato por lá, e que cagueta lá não tem vez, morre mesmo. Agora estão sem líder nenhum, porque todos foram presos.

Ao ser questionado se estava decidido, se já não havia nenhuma dúvida sobre isso, afirma:

> *Tá, tá tudo decidido, apesar de eu estar vindo conversar com você e estar em dúvida sobre qual das duas vidas vou levar, pelo menos o dia de hoje tá decidido,* já estou *com um pé na outra vida, voltando. Isso me preocupa porque talvez não tenha volta. Nunca tive essa experiência de ser certinho, estar nessa vida. Hoje não me interessa se cada mãe minha, as minhas cinco mães, minha tia, você ou todo o mundo me tentar convencer de não fazer isso, de qualquer forma vou fazer, esfolar a cabeça dele até longe pra aprender a respeitar malandro.*

É interrogado sobre o que lhe faz ter tanta certeza e não se abrir para refletir por que está fazendo isso, é perguntado de onde viria tanto ódio. Fica em silêncio por um longo período e diz que toda sua vida foi assim, havia 12 anos que era assim. É perguntado: "12 anos?" Diz que sim, desde sua infância, desde que era 'moleque'. Foi perguntado com cuidado se ele poderia falar sobre isso.

Após algum tempo de silêncio, senta no divã, começa a chorar, com voz trêmula e mantendo o olhar na estagiária, diz que não sabia se conse-

guia falar sobre aquilo pela dor que era. Começa a falar baixo e chorando, relata como começou a roubar de sua mãe, madrinha e tio, quando criança. E como comprava tudo para todos na escola: cocaína - que de vez em quando usava-, lanche. Até que um dia o marido de sua madrinha guardou o dinheiro no bolso e foi dormir, foi para pegar o dinheiro e ele acordou. Sua mãe tirou o cinto para lhe bater, assim como o marido de sua madrinha, mas esta entrou na frente, lhe abraçou e levou uma cintada. Chora muito e diz que seu passado dói muito, nunca falou disso para ninguém, enterrou essa história e nunca achou que iria desenterrar e agora estava falando disso ali para a estagiária. Foi dito que ali era o lugar próprio para falar de tudo isso, do que está enterrado e nunca falou do seu sofrimento, seria escutado em seu sofrimento, talvez assim pudesse elaborá-lo e refletir sobre isso sem descontar em ninguém. Nesse momento fala: "Aqui está sendo um lugar muito diferente de tudo, estou começando a falar das coisas enterradas que nunca falaria pra ninguém. Não preciso mais fazer o que ia fazer hoje, tenho certeza de que minha madrinha se lembra de mim e me ama, sei que tem pessoas que me amam, mas não entendo, por que não consigo retribuir esse amor, não consigo amar assim.". Essa fala era recorrente nas sessões de Alberto, ao dizer que não consegue amar as pessoas como elas às vezes o amam. Adorno (1995), ao tratar da questão da incapacidade de identificação, faz uma relação com a incapacidade de amar, diz isso não num sentido sentimental ou moralizante, mas ao perceber uma carente relação libidinal com outras pessoas.

A estagiária então lhe retoma um ganho que ele teve em conseguir refletir sobre algo que antes tinha certeza que iria agir com violência, com prejuízos para os outros e para si, descontando suas angústias em outras pessoas, conseguia perceber que isso já não faz sentido e que poderia falar de si ali, do que lhe faz sofrer assim como outras coisas. Ainda foi dito que ele seria escutado e que dissesse tudo o que viesse à cabeça (observando a regra fundamental da psicanálise). E era uma exigência do tratamento deixar de descontar nos outros ou em carros, deixasse de agir com violência e viesse falar disso, como estava fazendo ali naquele dia. Foi dito também que essa era a condição para continuidade do tratamento. Ele responde:

> *Isso pra mim é diferente de tudo o que já vi, eu nunca tinha falado dessas coisas enterradas com ninguém e estou me sentindo bem em falar, parece que tá diminuindo meu ódio, minha raiva, tá ajudando eu não descontar*

nas pessoas, o que sempre fiz. Eu entendi o que você disse, o meu dia acabou por aqui, não tenho mais nada pra falar com os meninos que vão tá lá na festa e nem pra fazer, meu dia de hoje finalizou por aqui, só quero ir pra casa.

Essas são as recomendações de Freud em seu texto "Recordar, Repetir e Elaborar", é uma tradução em termos analíticos de um dos objetivos da técnica a partir do conceito de recordação. Com o objetivo de impedir que o indivíduo execute atos, impedir que dirija algumas pulsões para a esfera motora, ele destaca a necessidade de, através da fala, a pessoa parar de repetir alguns atos na esfera motora e repetir na esfera psíquica. Denomina esse processo de recordação, ou seja, repetir na esfera psíquica o que se repetia nas atitudes cotidianas, para assim iniciar-se um processo de elaboração. Nesse processo, há uma exigência a ser feita, traduzida pelo autor da seguinte maneira: "Protege-se melhor o paciente de prejuízos ocasionados pela execução de um de seus impulsos, fazendo-o prometer não tomar quaisquer decisões importantes que lhe afetem a vida durante o tempo do tratamento" (Freud, 1914, p. 169). Em um diálogo entre Adorno e Becker que vai ao encontro desse objetivo, com o intuito de pensar um tratamento para pessoas que apresentam violência física primitiva, indicam no texto "Educação e Emancipação" pressupostos fundamentais:

> A tolerância frente às agressões, colocada com muita razão pelo senhor como pressuposto, para que as agressões renunciem a seu caráter bárbaro, pressupõe por sua vez a renúncia ao comportamento autoritário e à formação de um superego rigoroso, estável e ao mesmo tempo exteriorizado. Por isso, a dissolução de qualquer tipo de autoridade não esclarecida, principalmente na primeira infância, constitui um dos pressupostos mais importantes para uma desbarbarização. Mas eu seria o último a minimizar essas questões, pois os pais com que temos de lidar são, por sua vez, também produtos desta cultura e são tão bárbaros como o é esta cultura. O direito de punição continua sabidamente a ser, em terras alemãs, um recurso sagrado, de que as pessoas dificilmente abrem mão, tal como pena de morte e outros dispositivos igualmente bárbaros. (Adorno, 1995, p. 167)

Ao refletir sobre a necessidade urgente de tratamento e contraposição à barbárie de forma que não se iguale a mesma, fugindo à mera punição vingativa e desumana e a esse nível duplamente perverso, percebe-se

a necessidade de deixar os agressores se expressarem e, ao mesmo tempo, iniciar a sua elaboração, fazendo com que essa agressão seja falada, se torne metabolizável, elaborável, saia da esfera motora e ganhe outros caminhos que não esses deletérios de uma dor recalcada. Dessa forma, pode-se impedir que se descontem nos outros as angústias, fúrias sem refletir a respeito de si; pode-se impedir que se exteriorize violência, levando a refletir sobre si e sobre os destinatários dessa violência. (Adorno, 1995).

Em sua 11ª sessão, Alberto diz que saiu, mas se sentia feliz porque conseguiu controlar sua vontade de roubar carros, mesmo bebendo, além de ter enfrentado uma barreira: depois de nunca mais ver um amigo, nem sua mãe e irmã, foi a casa deles e se surpreendeu porque foi muito bem recebido e passou o dia com eles. Disse que tinha vergonha, pois eles sabem o que ele já fez, mas estava bem por ter superado essa barreira. Diz:

> *Sempre foi do mesmo jeito, tô gostando de alguém e essa pessoa também gostando de mim, aí quando o vínculo vai ficando mais forte e essa pessoa descobre minha profissão ou que faço coisas erradas, se afasta de mim. Sinto revoltado e com ódio deles e de mim, e quero afastar também. Revoltado, começo a fazer mais coisas erradas, crio uma barreira de voltar a procurar quem eu comecei a gostar*.

Esse relato, bem como outros nas sessões, expressam como suas relações libidinais foram se construindo ao longo de sua história, de forma mais ou menos homogênea, repetitiva. Relata que toda sua vida foi assim, "formando uma grande bola de neve, criando barreiras", se afastando de quase todas as pessoas com que se relacionava. Quando Adorno (1995) analisa traços de carente relação libidinal com outras pessoas, fazendo um paralelo à incapacidade para amar, encontra essa dificuldade em pessoas "frias e precisam negar também em seu íntimo a possibilidade do amor ... antes que o mesmo se instale." (Adorno, 1995, p. 133). Será que a análise pode ser associada a essa forma sintomática de se relacionar? Ao mesmo tempo, Alberto diz:

> *É esquisito, vir falar com você tá fazendo com que de alguma forma eu tenha controle sobre mim, tô falando e não agindo descontroladamente. Eu gostaria de quebrar as barreiras que me afastaram a vida toda de quem me amava, mas tenho medo de agir como antes e tudo dar errado de novo e me afastar novamente.*

Nessas falas e nas tentativas que Alberto apresentou no decurso do tratamento, evidenciadas por ele ao tentar reconstruir laços que começaram a ser estabelecidos, percebe-se também a possibilidade de reconstrução desses laços, que tem relação com a reconstrução do pacto social.

Na 12ª sessão, Alberto chega à clínica relatando que estava muito bem, já tinha pensado e decidido não vir mais à terapia, comentou com seu amigo, mas ele disse que achava que estava sendo bom e para não parar, vir e dizer tudo o que acontecia, então, decidiu continuar, pediu para não deitar no divã. Disse que até então ninguém nunca se preocupou com ele, com o que passava, com o motivo que fazia agir como agia. Permanece em silêncio muito tempo, e a estagiária lhe pergunta por que agia assim. Começa a tremer e fala: *"Tenho muito ódio, mágoa, raiva"*. Retoma a lembrança da morte da sua mãe e que ele e a irmã ficaram nas mãos de familiares que bateram tanto neles que sua irmã faleceu, não aguentou. Mostra muitos hematomas no corpo, diz sentir muita mágoa por terem matado sua irmã e que tem capacidade de matá-las se vê-las e reconhecê-las. Diz ter dificuldade em dizer suas coisas enterradas, pois sempre tentou esquecer e nunca falou disso com ninguém. Em silêncio, inquieto, chora e diz que já foi abusado, mas não conseguia falar sobre isso, diz:

> *Então ninguém me pergunta por que ajo assim. Sinto muito ódio e tenho que descontar em alguma coisa, em alguém, mas agora quero tirar isso de mim, mas não consigo, se visse o cara que fez isso cortaria ele em pedaços.*

Diz ter ódio de muitas pessoas como seu pai por nunca ter cuidado dele, deixou os filhos com as tias e quando foi educar bateu muito, apanhou muito do irmão - diz que deste compreende porque ele desejava seu bem, mas tem mágoa.

Infere-se e apreende-se com o relato de Alberto que ele foi marcado por uma história de sujeição, dor, objeto de agressividade e violência por quem deveria ter-lhe amado e educado. Foi tornado coisa por outras pessoas e que também faz das outras pessoas coisa, objeto de sua agressividade, de sua violência. Na crítica contra a educação pela violência, Cida Alves cita o assombroso dado de que cinco crianças de até 14 anos morrem vítimas de agressão a cada dois dias no Brasil. Ela afirma: "O castigo leva à indiferença quanto ao sofrimento do outro e, por isso, quem sofre a violência – sobretudo praticada por quem deveria protegê-lo - tende

a tolerar mais as violências e utilizá-las como um meio de resolver seus conflitos e diferenças" (Alves, 2011).

Alberto fala que estava se sentindo mais "aliviado ao poder falar sobre suas coisas enterradas, não estava descontando isso nos outros", que iria sair com os amigos, mas sem assaltos ou brigas, queria se divertir com eles e ver pessoas, momento em que a sessão foi finalizada. Pode-se se inferir desse e de vários outros relatos nas sessões uma aposta no fato de o sujeito aceitar falar sobre seu sofrimento, procurar a clínica, seja uma possibilidade de mudar o curso deletério do ódio, tornando-o metabolizável por outros caminhos que não o da reprodução da violência e indiferença frente à mesma.

Na 13ª sessão, relata estar voltando a ser como era. Saiu para uma festa, bebeu e quis fazer algo errado, mandou seu amigo ir na frente em uma banca. Roubou um urso na presença do vendedor, sabendo que tinha polícia ao redor e que se fosse visto poderia ser preso e não voltar. Diz que fez isso porque sua adrenalina voltou, estava ficando sem controle. Ainda fala que agora estava pensando, por estar morando sozinho, se conseguiria ser de outra forma, que falar na terapia estava lhe fazendo pensar no futuro, pois como estava, iria ter vida curta, morrer logo. Relata então uma situação de que soube que o cunhado bateu em sua irmã. Alberto foi até ele e lhe ameaçou, garantindo que o mataria se encostasse nela novamente; diz que, diferente da irmã, tem toda capacidade para matá-lo e, se isso acontecesse, iria matá-lo. A estagiária então lhe questiona por que ele teria aquela saída, se não existiriam outras formas de impedir essa violência, pensando em procurar justiça, denunciando na Delegacia da Mulher, por exemplo. Fica pensando e diz:

> *Não, mas poderia ser ele ou qualquer outro, às vezes quero matar alguém, sinto ódio. Quando bebo, tudo o que está enterrado volta, me deixa louco e quero descontar em alguma coisa. Se ele fizesse isso, eu ia matar ele e junto desgraçar minha própria vida. Não estou bem com a justiça, sei que serei preso rapidamente.*

Questionou-se, se o sentido disso então seria "desgraçar a vida de alguém e a sua própria vida"? Responde: "É, seria desgraçar a vida de alguém e minha". Diz que suas coisas enterradas lhe fazem ter muito ódio e sempre descontou isso em alguma coisa, sempre foi assim. Relatou nessa

e em outras ocasiões, ações cruéis com outras pessoas e disse que, ao mesmo tempo, quando pensa no que já foi capaz de fazer, quer desgraçar sua vida. Em várias sessões, relata o que já fez a esse respeito: estar andando com amigos e bêbado manda acelerarem mais e mais e, ao ver uma curva, estando sem cinto, só pensava que o carro poderia capotar ou bater em um poste e ele morrer, entre outros atos nesse sentido.

Freud traduz o sadismo por tendência a infligir dor, na crueldade e prazer condicionado à humilhação, maus-tratos ou sujeição do objeto sexual, relacionado a um componente primitivo de agressividade exagerada da pulsão. E seu par oposto, o masoquismo, no prazer condicionado ao padecimento de dor física ou psíquica advinda do objeto sexual. Pontua ainda que as formas ativas e passivas desse tipo de perversão frequentemente se encontram na mesma pessoa: "Quem sente prazer em provocar dor no outro, na relação sexual também é capaz de gozar, como prazer, de qualquer dor que possa extrair das relações sexuais." (Freud, 1905, p. 151). Correlacionado a isso elabora o conceito de masoquismo secundário como um tipo de masoquismo em que há uma transformação enraizada no sadismo que se volta contra a própria pessoa. Depreendem-se atos análogos em que Alberto faz dos outros objetos de sua agressividade, ao mesmo tempo em que se torna esse objeto da própria agressividade.

Diante do relatado, a estagiária lhe pergunta se ele poderia refletir em outras possibilidades que não fossem de violência em cima de alguém e nem em cima de si, em pensar em não desgraçar a vida de outra pessoa nem a sua. Responde que falar do que estava enterrado era dolorido e quer enterrar novamente essas coisas, por isso não veio à última sessão, pensou em não vir à terapia nunca mais, mudar de cidade, mas depois viu que se ficarem enterradas continuariam estando com ele e fazendo o que faz. Ao mesmo tempo, disse que teria que fazer alguma coisa aquele dia, descontar em algo. A estagiária lhe questiona se ele 'teria' que fazer algo, ao que diz que sim, e pela preocupação do que poderia lhe acontecer pergunta se poderia esperar até a próxima sessão para falar de suas questões garantindo que não tomaria decisão de fazer algo. Diz: "Gostaria de não ter que fazer, mas sei que não estou me controlando novamente, acho que não consigo esperar como combinamos para falar sem descontar em alguma coisa e desgraçar minha vida.". A estagiária preocupada com o que poderia acontecer - segundo seus relatos de descontar suas

dores e/ou desgraçar sua própria vida - lhe pergunta se, com uma sessão no dia seguinte ele garantiria que não faria nada. Concorda e diz que assim garantia; pensava que precisava conversar, porque não conversa com ninguém sobre esses assuntos. É marcada uma sessão a mais de urgência no dia seguinte.

Na 15ª sessão, relata ter saído com amigos após fechar o local em que trabalha (cujo dono é um familiar), ter ido ao bar, não aguentou e gastou todo dinheiro do caixa pagando tudo. Diz que se estiver em alguma situação de urgência esse seu familiar seria o único que lhe daria apoio e estava quase descobrindo que o dinheiro estava sumindo, diz estar prejudicando a ele e a si mesmo e, caso ele descubra, vai se afastar, perder confiança, então se sentiria culpado e também iria se afastar, estaria sem ninguém e continuando a fazer as "bolas de neve e desgraçando a própria vida", talvez fosse preso. É retomada pela estagiária a necessidade de ele suspender esses atos, que, como ele dizia, caminhavam no sentido de prejudicar os outros e a si; foi dito para não tomar nenhuma decisão que prejudicasse sua vida e de qualquer outra pessoa, mas que viesse ao tratamento falar e tratar de suas questões. Diz já não poder se controlar nesse sentido, se poderia garantir isso. Foi dito que era uma condição do tratamento, e foram propostas mais sessões se ele se comprometesse a não ter esses atos, diz: "Assim posso prometer, porque só duas vezes por semana acumula muita coisa. Talvez ninguém dê valor ao que eu sou, mas talvez possam dar valor ao que eu posso ser.". São marcadas três sessões semanais a partir de então.

Na 19ª sessão, diz:

> *Estou trabalhando na loja, toca uma música, então várias coisas me vêm na cabeça, hoje já pensei em sair à noite, sei que meus amigos não têm dinheiro, então penso em ganhar dinheiro e pagar pra todo mundo. Já que não tenho nada, penso em roubar um fusca e depois clonar ele para poder crescer.* É-lhe questionado: mas, assim você vai crescer?. Responde: É, assim eu vou crescer, aí penso em roubar outro tipo de carro, depois uma Hilux e assim vai... É perguntado se ele não visualiza outra forma de se constituir. Retoma o que disse nas sessões anteriores, afirma: ... *ter o poder é algo que me deixa muito feliz. Às vezes penso no que você já me perguntou por que faço isso, me sinto valorizado nesses momentos, sinto muito bem, que tenho valor e poder. Sempre sou eu quem tem a palavra final, de onde sair, tudo. Não pode ter ninguém melhor que eu onde vou. Quando os caras dão*

> *em cima de meninas que estão na minha mesa ou então esbarram em mim, até podem ser grandes e fortes, mando sair do bar, ameaço, digo que tenho arma e que posso até apanhar deles, mas saindo do bar eles não têm vez, faço eles pedirem desculpas pra mim e mando embora.*

Como trabalhado teoricamente neste artigo, Adorno e Pellegrino dialogam a ideia da ausência de valores mínimos de uma cultura podendo ser produtora da barbárie. Pellegrino faz uma análise de que uma grave crise social pode produzir formas perversas de protesto social como a criminalidade, que não melhoram em nada sua condição, pioram tudo, a saber:

> A criminalidade dos miseráveis, dos famintos, dos desesperados, dos revoltados, exprime uma forma perversa de protesto social, que não conduz a nada e, sem dúvida, piora tudo. O delinquente, ao cometer seu crime, não pretende nenhuma transformação da sociedade. Ao contrário, busca identificar-se imaginariamente com o seu inimigo de classe, copiando-lhe caricatamente os defeitos e deformidades. Quando um ladrão assalta um apartamento em Vieira Souto, não comete ato de desapropriação socialista. Na verdade, ele quer ocupar o lugar do milionário, usurpando-lhe o status e os privilégios. (Pellegrino, 1984, p. 11)

Isso é percebido através do sentido que Alberto dá a seus delitos, uma racionalidade fincada na lógica do consumo, do poder e "valor" que as coisas lhe conferem, em ganhar dinheiro fácil, mesmo que tenha que "atropelar muitas pessoas". Uma racionalidade identificada com o opressor de classe, como é analisada acima, que não busca uma transformação da sociedade por noções de justiça, mas ter valor e poder ocupando o lugar de quem ele rouba. Refletindo a respeito dessa problemática, o autor acima afirma:

> Por outro lado, se a delinquência e a criminalidade são formas perversas de protesto social, as estruturas de dominação do capitalismo selvagem também são formas criminosas de relacionamento social. 'Mais grave do que assaltar um banco é fundar um banco' - costumava dizer Lenin... O assalto a um banco é, obviamente, um ato delinqüente, e quem o pratica se coloca fora da lei, exposto aos seus rigores. Já o dono do banco, quando pratica a usura, cobrando juros escorchantes, capazes de paralisar a produção, também comete ato criminoso, sem, contudo, pagar o mesmo preço do assaltante." (Pellegrino, 1984, p. 11)

Assim como Marx (1974) analisa a prostituição como uma expressão particular de uma prostituição universal no trabalho, no modelo econômico do capitalismo (trabalho estranhado, pelo qual o homem se vende como objeto a um trabalho do qual não se identifica e não se reconhece), a criminalidade também seria uma expressão particular da lógica do lucro a qualquer preço, alimentada socialmente? Assim sendo, combater a criminalidade implica combater a lógica perversa predominante no modelo econômico vigente, pois, como afirma Osvaldo Coggiola (2011), "o crime é inseparável do capitalismo ... o vínculo entre corrupção, negócios, e acumulação capitalista." (Coggiola, 2011, p. 20). Talvez por isso Adorno (1995) afirme que há algo de desesperador em pensar em se confrontar com a barbárie, se ela está no princípio civilizatório, na lógica do mundo; assim como os modelos de identificação e valores presentes na cultura que mantém o ideal da busca de ostentação de dinheiro e poder para se sentir valorizado, não importando quem tenha que atropelar para tal.

Na 21ª sessão, Alberto relata estar continuando a roubar o dinheiro da loja em que trabalha, bebendo muito, sem comer, quase entrando em brigas novamente. Havia pagado toda conta do bar e descido muitos uísques, até jogava eles para cima querendo que todos vissem que tinha dinheiro, foi pegá-lo no ar, não conseguiu, quebrou uma garrafa, alguém da mesa ao lado comentou que só queria se mostrar, mas que seu dinheiro iria acabar. Depois disso, gastou todo o dinheiro do caixa, tinha certeza de que iria entrar em briga, mas havia lembrado de que havia falado na terapia que não teria essas ações violentas e diz que bebeu água e foi embora. Diz estar prejudicando seu familiar, dono da loja, vai perder a confiança, se afastaria e voltaria a fazer o que fazia, relata outros delitos e diz estar voltando a ser como era, iria ser preso rapidamente.

Foi-lhe dito que havíamos combinado a suspensão de seus atos de delitos e violência que evidenciavam uma gravidade de suas consequências, tanto para si quanto para outras pessoas,e que essa era condição para o tratamento, de outra forma, o tratamento seria encerrado. Ele diz:

> *Eu sei disso, não adianta eu vir, falar com você e continuar não aceitando sua ajuda; no fundo eu não estou aceitando você me ouvir porque eu venho, falo e não consigo tomar as atitudes que tenho que tomar. Estou pensando em sair dessa sessão hoje e encontrar com meu primo e dizer*

para ele fechar a loja que tô tomando conta porque não posso ficar só com dinheiro do caixa, nunca tive contato com tanto dinheiro, quero só trabalhar para ele.

Assim, foi retomado o que foi combinado, que aquela seria a última sessão do semestre e entraríamos em contato após o mês de julho. Ele diz:

Eu vou voltar melhor no próximo semestre, quero parar de falar e fazer o que estou fazendo, as bolas de neve, com isso sei que tô fugindo dos meus problemas. Preciso falar da minha infância, aí está o meu problema. Espero parar de fazer o que estou fazendo e sempre fiz por não querer falar disso, só assim eu vou poder falar da minha infância.

Pensando em algum encaminhamento do caso de Alberto paralelo à terapia, para pessoas habilitadas e qualificadas em outras formas de tratamento, conversou-se com um profissional na área, e foi indicado o CAPS VIDA (Centro de Atenção Psicossocial) como uma possibilidade de tratamento estruturado e especializado para o atendimento de dependentes de álcool e outras drogas, por contar com equipe multidisciplinar que oferece cuidados diários, para as pessoas necessitadas de acompanhamento psicossocial, e pensando em um tratamento de reinserção social em grupos que podem possibilitar um clima contrário ao extremismo, à indiferença, possibilitando, sobretudo, outras identificações.

No retorno do estágio, foi feita a ligação no número disponível na ficha de triagem, mas não houve resposta. Então foi encaminhado um telegrama, informando que os atendimentos haviam retornado e que ele poderia remarcar as sessões pela secretaria. Não havendo resposta, através do número presente de um familiar entrou-se em contato, perguntou-se para Alberto se havia interesse em continuar a terapia, disse que sim, os horários foram marcados, mas não compareceu às sessões.

Assim, mesmo com os efeitos que se pode perceber dessa escuta e intervenção, a estagiária se deparou com muitos limites, muitas impossibilidades que se apresentaram e impotência. Mas essa experiência se identifica para a estagiária com a reflexão de Adorno:

> Qualquer tentativa séria de conduzir a sociedade à emancipação – evito de propósito a palavra 'educar' – é submetida a resistências enormes, e

> porque tudo o que há de ruim no mundo imediatamente encontra seus advogados loquazes, que procurarão demonstrar que, justamente o que pretendemos encontra-se de há muito superado ou então está desatualizado ou é utópico. Prefiro encerrar a conversa sugerindo à atenção dos nossos ouvintes o fenômeno de que, justamente quando é grande a ânsia de transformar, a repressão se torna muito fácil; que as tentativas de transformar efetivamente o nosso mundo em um aspecto específico qualquer imediatamente são submetidas à potência avassaladora do existente e parecem condenadas à impotência. Aquele que quer transformar provavelmente só poderá fazê-lo na medida em que converter esta impotência, ela mesma, juntamente com sua própria impotência, em um momento daquilo que ele pensa e talvez também daquilo que ele faz. (Adorno, 1995, p. 185)

Referências

Adorno, T. W. (1995). *Educação e emancipação*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. (Original publicado em 1971)

Alves, M. A. (2011). *Primeira infância. Proteção Integral. Educar sem castigos f*ísicos. Acesso em 19 de outubro, 2011, em http://toleranciaecontentamento.blogspot.com/2011/10/consumismo-entre-criancas-e-castigos.html

Coggiola, O. (2011). Combater a corrupção é combater o capitalismo. *Revista Caros Amigos,* 175*,* 18-21.

Freud, S. (1996). Três ensaios sobre a Teoria da Sexualidade. In *Um caso de histeria, três ensaios sobre sexualidade e outros trabalhos* (Vol. 7, pp. 119-231). Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1905)

Freud, S. (1996). Sobre as teorias sexuais das crianças. In *'Gradiva' de Jensen e outros trabalhos* (Vol. 9, pp. 191-204). Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1908)

Freud, S. (1996). O retorno do totemismo na infância. In *Os chistes e a sua relação com o inconsciente* (Vol. 13, pp. 109-162). Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1913)

Freud, S. (1996). Recordar, repetir e elaborar (novas recomendações sobre a técnica da psicanálise 2). In *O caso Schreber, artigos sobre técnica e outros trabalhos* (Vol. 12, pp. 161-171). Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1914)

Freud, S. (1996). Identificação. In *Além do princípio de prazer, psicologia de grupo e outros trabalhos* (Vol. 17, pp. 115-120). Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1921)

Freud, S. (1996). Um exemplo de trabalho psicanalítico. In *Moisés e o monoteísmo, esboço de psicanálise e outros trabalhos* (Vol. 23, pp. 197-207). Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1940)

Lacan, J. (1998). Premissas a todo desenvolvimento possível da criminologia. In *Escritos* (pp. 127-151). Rio de Janeiro: Zahar.

Marx, K. (1974). Propriedade privada e comunismo. In *Manuscritos econômico-filosófico (Terceiro Manuscrito).* São Paulo: Abril Cultural (Original publicado em 1844)

Pellegrino, H. (1984, 07 de outubro). Psicanálise da criminalidade brasileira: ricos e pobres. [Folhetim], *Folha de S*ão Paulo. Acesso em 04 de fevereiro, 2015, em http://www.cefetsp.br/edu/eso/filosofia/pellegrinocriminalidadecsc.html

Pellegrino, H. (1987). Édipo e a paixão. In S. Cardoso (Org.), *Os sentidos da paixão* (pp. 307-327). São Paulo: Companhia das Letras.

Homicídios de jovens em Salvador e as novas tessituras das cidades

Márcia Esteves de Calazans

Introdução

É indiscutível a centralidade e relevância da questão da violência e segurança pública no Brasil contemporâneo. Ainda que os homicídios não expressem a criminalidade urbana em sua totalidade, apontam seus significativos contornos. Os números são elevados, e os jovens, sobremaneira, são atores principais, ou seja, atingem uma categoria bem definida – jovens negros – e localizam-se em determinadas áreas integradas de segurança pública. Ou seja, ao mesmo tempo em que dão visibilidade à desigualdade, no que diz respeito ao acesso dessa população a serviços, também o fazem quanto à forma como a violência é distribuída na metrópole e como a política pública de segurança intervém no território. Se por um lado a violência letal aponta uma categoria social bem definida, levando ao risco de uma associação à imagem da periferia, por outro é importante pensarmos que se trata de uma temática urbana, da vida nas cidades, como a garantia de direitos fundamentais, o acesso a serviços tais como saúde, educação, saneamento, cultura, esporte e lazer.

Em recente estudo, Waiselfisz (2013) aponta que as causas externas na população jovem são responsáveis por 73,6% das mortes. Em alguns Estados, como Alagoas, Bahia, Pernambuco, Espírito Santo e no Distrito Federal, mais da metade das mortes de jovens foi provocada por homicídio. Além dessas mortes, acidentes de transporte são responsáveis por mais 19,3% dos óbitos juvenis, e suicídios adicionam ainda 3,9%.

Em conjunto, essas três causas são responsáveis por quase dois terços (62,8%) das mortes dos jovens brasileiros. Segundo esse autor, o jovem do Norte e Nordeste do País coloca-se em proporções bem mais

elevadas, não somente por causas externas, mas também por causas naturais, o que pode evidenciar o acesso e precariedade do sistema de saúde nessas regiões. Respectivamente, são 77 e 23% na população jovem, ficando os homicídios com 50,7% na morte por causas externas.

De acordo com Waiselfisz (2013), esse diferencial nos ritmos de evolução da mortalidade indica a existência de processos diversos. Isso se deve ao fato de as características da mortalidade juvenil não terem permanecido congeladas ao longo do tempo, mas mudado radicalmente sua configuração, a partir do que poderíamos denominar "novos padrões da mortalidade juvenil". Esse novo padrão evidencia a morte por causas externas, cujos principais responsáveis são os homicídios.

A Bahia está entre os cinco Estados que mais sofreram com o aumento da violência na década, sendo um dos que apresentaram as mais altas taxas de homicídios, com 195% – entre os anos 2000 e 2010.

Reconhecendo a centralidade dessa temática no cenário atual, o presente artigo se propõe a analisar o significado das novas políticas públicas de segurança centradas na questão do território, a partir dos primeiros resultados de uma pesquisa em curso[1] na cidade de Salvador: *Organização social do território: homicídios de jovens em Salvador*.

Refletimos, sobretudo, em que medida os novos padrões da mortalidade juvenil, que vêm se desenhando em Salvador, têm sido impactados pelas novas políticas públicas de segurança.

Assim, este capítulo se propõe analisar as taxas de homicídios em Salvador no período de 2010-2011, partindo dos indicadores apresentados pela Secretaria de Segurança Pública do Estado da Bahia, considerando as áreas integradas de segurança pública.

Na Portaria nº 184, de 21 de março de 2007, o secretário de Segurança Pública do Estado da Bahia fixa as áreas integradas de Segurança Pública para atuação das unidades operacionais da Polícia Civil e da Polícia Militar:

> Considerando a necessidade de dar consecução aos trabalhos de integração operacional entre os órgãos que compõem o Sistema Estadual da Seguran-

[1] Este trabalho contou com a valorosa colaboração de Paula Melo e Rafael Casais, bolsistas de Iniciação Científica junto ao Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre Violências, Democracia, Controle Social e Cidadania UCSAL/CNPq.

> ça Pública; Considerando que o aumento e migração populacional geram problemas de ordem estratégicas, táticas e operacionais; Considerando que o geoprocessamento dará maior visibilidade ao processo de integração entre os órgãos e em consequência melhores resultados; Considerando que o controle da violência e da criminalidade por meio da soma de esforços, prescinde de atuação planejada e integrada; Considerando a deliberação de ampliar a eficiência policial; Considerando a necessidade de se reduzir a criminalidade, em todas as suas formas. R E S O L V E: I – Fixar (21) vinte e uma Áreas Integradas de Segurança Pública (AISP) na cidade do Salvador, que serão compostas pelas localidades inseridas em cada área e limitadas pelos logradouros abaixo da forma que se segue.

A partir de então, a cidade passa a ser dividida em áreas integradas de segurança pública (AISP), definindo a inclusão de bairros e delimitando seus limites territoriais para as competências da Polícia Civil e da Polícia Militar, e é lá onde se materializa a política pública de segurança.

Como em outras metrópoles brasileiras, as taxas de homicídios vêm se mostrando crescentes em determinadas AISP da cidade de Salvador.

Escolhemos as áreas AISP 13 e AISP 16, por apresentarem taxas elevadas no período 2010-2011. E, considerando que houve alteração na base da metodologia, sobretudo quanto à circunscrição do campo – mas considerando tais alterações –, levamos em conta as regiões e bairros que as definiam para 2012, tendo elas também apresentado elevação. Em que pese apresentar redução no cômputo geral das taxas para a cidade e em uma AISP, não podemos interpretar tais reduções necessariamente como impacto da política pública de segurança e das bases comunitárias de segurança. Além disso, podemos afirmar que há concentração de homicídios em determinadas áreas integradas de segurança pública, como no caso das AISP em questão.

No entanto, devemos considerar a fragilidade da fonte, pois a Secretaria de Segurança do Estado da Bahia vem, sistematicamente, alterando o desenho das AISP, o que resulta em um "embaralhar as cartas", quando se trata de analisar a evolução dos dados, pois há uma troca sistemática na base da circunscrição, a saber, a circunscrição territorial das áreas integradas e o número correspondente as AISP. Destacamos que, no período de 2010-2011, identificam-se como AISP 16 os bairros Periperi, Fazenda

Coutos, Paripe, Ilha Amarela, Rio Sena, Praia Grande, porém em 2012 passa a ser o bairro da Pituba[2].

Portanto, se o leitor consultar a base de dados disponibilizada no site da Secretaria de Segurança Pública da Bahia, do ano de 2012, deve tomar cuidado e considerar que atualmente a AISP 11 (2012) Tancredo Neves corresponde **à** antiga AISP 13 (2010-2011). E hoje a AISP 5 (2012) Periperi corresponde **à** antiga AISP 16 (2010-2011). Dessa forma, se utilizarmos a fonte da Secretaria de Segurança Pública sem essa informação (a qual não está no próprio site, ainda que os dados lá estejam), **à** primeira vista parecerá que houve significativa redução nas taxas de homicídios dolosos, o que não é verdade. Considerando essa informação, observar no quadro a seguir as AISP 11 (Tancredo Neves: Granjas Rurais Presidente Vargas, Jardim Santo Inácio, Calabetão, Mata Escura, Sussuarana, Nova Sussuarana, Novo Horizonte, Barreiras, Arraial do Retiro, Beiru/Tancredo Neves, Arenoso, Engomadeira, São Gonçalo, Cabula, Cabula VI, Resgate, Narandiba, Doron, Saboeiro, Pernambués, Saramandaia, Centro Administrativo da Bahia) e AISP 05 (Periperi: Ilha de Maré, São Tomé, Paripe, Fazenda Coutos, Coutos, Nova Constituinte, Periperi, Praia Grande, Rio Sena, Alto da Terezinha, Itacaranha, Plataforma, São João do Cabrito, Alto do Cabrito, Lobato, Santa Luzia) para o ano de 2012.

Ao observarmos as tabelas da distribuição dos homicídios em Salvador, é possível asseverar que os crimes contra a pessoa estão sobremaneira concentrados na periferia da cidade.

Vejamos os homicídios dolosos em Salvador, referente ao ano de 2012[3]:

[2] Importante observar que, para os anos de 2010 e 2011, a AISP 13 corresponde a Tancredo Neves: Narandiba, Engomadeira, Tancredo Neves, Doron, São Gonçalo do Retiro. E AISP 16 – Periperi: Periperi, Fazenda Coutos, Paripe, Ilha Amarela, Rio Sena, Praia Grande. No novo desenho das AISP para 2012, a AISP 13 – Cajazeiras corresponde a Águas Claras, Cajazeiras II, Cajazeiras IV, Cajazeiras V, Cajazeiras VI, Cajazeiras VII, Cajazeiras VII, Cajazeiras X, Cajazeiras XI, Fazenda Grande I, Fazenda Grande II, Fazenda Grande III, Fazenda Grande IV, Jaguaripe e Boca da Mata. Já a AISP 16 – Pituba: Pituba, Caminho das Árvores e Itaigara.

[3] AISP 1 – Barris: Barris, Centro, Canela, Garcia, Centro Histórico, Santo Antônio, Tororó, Nazaré, Saúde, Macaúbas, Barbalho e Baixa de Quintas. AISP 2 – Liberdade: Liberdade, Curuzu, Santa Mônica, Pero Vaz, IAPI, Lapinha, Caixa D'Água, Pau Miúdo, Baixa de Quintas, Cidade Nova. AISP 3 – Bomfim: Ribeira, Mangueira, Caminho de Areia, Monte Serrat, Bonfim, Massaranduba, Boa Viagem, Vila Ruy Barbosa/Jardim Cruzeiro, Roma, Uruguai, Mares, Calçada, Comercio, Santa Luzia. AISP 4 – São Caetano: Retiro, Fazenda Grande do Retiro, Bom Juá, São Caetano, Capelinha, Boa vista de São Caetano, Campinhas de Pirajá, Marechal Rondon,

Tabela 1. Homicídios dolosos em 2012

	AISP 01	AISP 02	AISP 03	AISP 04	AISP 05	AISP 06	AISP 07	AISP 08	AISP 09	AISP 10	AISP 11	AISP 12	AISP 13	AISP 14	AISP 15	AISP 16	TOTAL
JANEIRO	7	10	9	13	23	4	5	6	9	17	14	16	11	1	0	0	145
FEVEREIRO	5	11	14	10	22	9	1	11	10	24	25	12	19	1	4	1	179
MARÇO	4	15	14	16	18	3	1	8	5	10	20	9	10	1	2	0	136
ABRIL	4	11	14	11	24	2	2	4	6	19	15	15	11	1	1	1	141
MAIO	4	14	10	11	13	5	5	3	0	10	20	13	7	0	1	0	116
JUNHO	4	8	6	10	15	4	3	1	7	1	20	13	7	0	1	0	100
JULHO	2	12	9	13	18	8	2	4	3	6	28	5	13	1	1	1	126
AGOSTO	8	10	8	11	24	11	0	3	3	9	14	16	12	0	2	0	131
SETEMBRO	3	9	10	9	24	8	4	2	7	6	23	11	11	0	5	0	132
OUTUBRO	5	7	10	10	20	2	0	3	4	7	20	13	10	0	3	1	115
NOVEMBRO	3	9	6	13	21	2	1	7	2	15	17	20	5	0	5	1	127
DEZEMBRO	6	11	6	9	21	7	0	5	1	11	20	15	14	1	0	1	128
TOTAL	55	127	116	136	243	65	24	57	57	135	236	158	130	6	25	6	1.576

Fonte: Secretaria de Segurança Pública do Estado da Bahia

Para 2010 e 2011, podemos observar as AISPs 13 (Narandiba, Engomadeira, Tancredo Neves, Doron, São Gonçalo do Retiro, Resgat) e AISP 16 (Periperi, Fazenda Coutos, Paripe, Ilha Amarela, Rio Sena, Praia Grande), pois, conforme referido, nessas circunscrições a delimitação territorial compreende os mesmos bairros. Optamos trabalhar com 2010-2011, tendo em vista que a maior qualidade corresponde ao ano/espaço territorial.

Pirajá. AISP 5 – Periperi: Ilha de Maré, São Tomé, Paripe, Fazenda Coutos, Coutos, Nova Constituinte, Periperi, Praia Grande, Rio Sena, Alto da Terezinha, Itacaranha, Plataforma, São João do Cabrito, Alto do Cabrito, Lobato, Santa Luzia. AISP 6 – Brotas: Brotas, Boa Vista de Brotas, Engenho Velho de Brotas, Acupe, Candeal, Santo Agostinho, Cosme de Farias, Matatu, Vila Laura, Luiz Anselmo. AISP 7 – Rio Vermelho: Federação, Engenho Velho da Federação, Alto das Pombas, Calabar, Ondina, Rio Vermelho. AISP 8: Moradas da Lagoa, Valéria, Palestina. AISP 9 – Boca do Rio: Pituaçu, Imbuí, Boca do Rio, Stiep, Jardim Armação, Costa Azul. AISP 10 – Pau de Lima: Castelo Branco, Dom Avelar, Porto Seco Pirajá, Vila Canária, Jardim Cajazeiras, Pau da Lima, São Marcos, Sete de Abril, Jardim Nova Esperança, Novo Marotinho, Canabrava, Nova Brasília, Trobogy, Vale dos Lagos, São Rafael. AISP 11 – Tancredo Neves: Granjas Rurais Presidente Vargas, Jardim Santo Inácio, Calabetão, Mata Escura, Sussuarana, Nova Sussuarana, Novo Horizonte, Barreiras, Arraial do Retiro, Beiru/Tancredo Neves, Arenoso, Engomadeira, São Gonçalo, Cabula, Cabula VI, Resgate, Narandiba, Doron, Saboeiro, Pernambués, Saramandaia, Centro Administrativo da Bahia. AISP 12 – Itapuã: Nova Esperança, Cassange, Itinga, Jardim das Margaridas, São Cristovão, Mussurunga, Aeroporto, Stella Maris, Itapuã, Piatã, Bairro da Paz, Patamares. AISP 13 – Cajazeiras: Águas Claras, Cajazeiras II, Cajazeiras IV, Cajazeiras V, Cajazeiras VI, Cajazeiras VII, Cajazeiras VIII, Cajazeiras X, Cajazeiras XI, Fazenda Grande I, Fazenda Grande II, Fazenda Grande III, Fazenda Grande IV, Boca da Mata, Jaguaripe I. AISP 14 – Barra: Vitória, Graça, Barra. AISP 15 – Nordeste Amaralina: Chapada do Rio Vermelho, Santa Cruz, Vale das Pedrinhas, Nordeste de Amaralina, Amaralina. AISP 16 – Pituba: Caminho das Árvores, Itaigara, Pituba.

Tabela 2. Homicídios dolosos em 2010[4]

	AISP 1	AISP 2	AISP 3	AISP 4	AISP 5	AISP 6	AISP 7	AISP 8	AISP 10	AISP 12	AISP 13	AISP 16	AISP 17	AISP 18	AISP 19	AISP 20	TOTAL
JANEIRO	1	7	4	7	8	6	11	0	8	6	23	30	13	10	11	10	155
FEVEREIRO	1	2	3	11	0	1	14	0	10	2	17	21	21	13	5	4	125
MARÇO	1	1	4	13	14	8	20	0	26	4	10	29	12	13	11	12	178
ABRIL	0	2	5	10	2	0	11	1	15	1	15	27	13	15	8	11	136
MAIO	0	2	1	13	4	6	14	1	16	7	20	27	25	15	10	10	171
JUNHO	1	4	3	8	7	6	8	0	13	8	20	26	6	14	14	14	152
JULHO	0	0	1	8	12	5	2	2	10	7	18	17	21	8	7	4	122
AGOSTO	0	3	3	12	5	4	12	0	14	4	5	7	14	4	12	3	102
SETEMBRO	0	2	4	7	6	4	7	1	9	3	12	13	11	14	6	7	106
OUTUBRO	0	0	4	7	7	7	5	0	13	4	12	11	11	13	8	6	108
NOVEMBRO	2	6	4	7	5	4	10	1	9	5	13	18	10	15	6	12	127
DEZEMBRO	1	3	4	2	10	6	9	1	15	4	18	25	13	19	7	20	157
TOTAL	7	32	40	105	80	57	123	7	158	55	183	251	170	153	105	113	1639

Fonte: Secretaria de Segurança Pública do Estado da Bahia

[4] AISP 1 – Barra: Barra, Graça e Vitória. AISP 2 – Barris: Barris, Canela, Garcia, Centro, Centro Histórico, Santo Antônio, Barbalho, Baixa de Quintas, Macaúbas, Saúde, Nazaré e Tororó. AISP 3 – Rio Vermelho: Federação, Engenho Velho da Federação, Alto das Pombas, Calabar, Ondina, Rio Vermelho, Nordeste de Amaralina. AISP 4 – Bomfim: Ribeira, Mangueira, Caminho de Areia, Monte Serrat, Bonfim, Massaranduba, Boa Viagem, Vila Ruy Barbosa/Jardim Cruzeiro, Roma, Uruguai, Mares, Calçada, Comercio, Santa Luzia, Boa Vista de São Caetano. AISP 5 – Brotas: Santo Agostinho, Matatu, Vila Laura, Luiz Anselmo, Cosme de Farias, Boa Vista de Brotas, Engenho Velho de Brotas, Acupe, Brotas e Candeal. AISP 7 – Liberdade: Liberdade, Curuzú, Santa Mônica, Pero Vaz, Iapi, Lapinha, Caixa D'Água, Pau Miúdo, Baixa de Quintas e Cidade Nova. AISP 8 – Pituba: Pituba, Caminho das Árvores e Itaigara. AISP 10 – São Caetano: Pirajá, Marechal Rondon, Campinas de Pirajá, Boa Vista de São Caetano, Capelinha, São Caetano, Bom Juá, Fazenda Grande do Retiro e Retiro. AISP 12 – Boca do Rio: Costa Azul, Stiep, Jardim Armação, Boca do Rio, Imbui, Pituaçu. AISP 13 – Tancredo Neves: Granjas Rurais Presidente Vargas, Jardim Santo Inácio, Calabetão, Mata Escura, Sussuarana, Nova Sussuarana, Novo Horizonte, Barreiras, Arraial do Retiro, Beiru/Tancredo Neves, São Gonçalo, Engomadeira, Arenoso, Cabula VI, Cabula, Resgate, Saboeiro, Doron, Narandiba, Pernambues, Saramandaia, Centro Administrativo da Bahia. AISP 16 – Periperi: Ilha de Maré, São Tomé, Paripe, Fazenda Coutos, Nova Constituinte, Periperi, Praia Grande, Rio Sena, Alta da Terezinha, Itacaranha, Plataforma, São João do Cabrito, Alto do Cabrito, Lobato, Santa Luzia, Boa Vista de São Caetano. AISP 17 – Cia: Moradas da Lagoa, Valéria e Palestina. AISP 18 – Pau da Lima: Castelo Branco, Vila Canaria, Dom Avelar, Porto Seco Pirajá, Jardim Cajazeiras, Pau da Lima, São Marcos, Sete de Abril, Jardim Nova Esperança, Novo Marotinho, Canabrava, Nova Brasília, São Rafael, Vale dos Lagos, Trobogy. ASIP 19 – Cajazeiras: Águas Claras, Cajazeiras VI, Cajazeiras VII, Cajazeiras IV, Cajazeiras V, Cajazeiras II, Cajazeiras VIII, Cajazeiras X, Cajazeiras IX, Fazenda Grande I, Fazenda Grande II, Fazenda Grande III, Fazenda Grande IV, Jaguaripe I, Boca da Mata. AISP 20 – Itapuã: Nova Esperança, Cassange, Itinga, Jardim das Margaridas, São Cristóvão, Mussurunga, Aeroporto, Bairro da Paz, Stella Maris, Itapuã, Piatã, Patamares.

Tabela 3. Homicídios dolosos em 2011[5]

	AISP 1	AISP 2	AISP 3	AISP 4	AISP 5	AISP 6	AISP 7	AISP 8	AISP 10	AISP 12	AISP 13	AISP 16	AISP 17	AISP 18	AISP 19	AISP 20	TOTAL
JANEIRO	4	1	3	7	8	5	12	1	15	4	11	19	15	10	7	11	133
FEVEREIRO	1	4	2	9	6	7	10	2	15	1	13	17	12	17	11	10	137
MARÇO	0	1	7	15	3	3	15	0	13	6	13	10	12	11	5	8	122
ABRIL	0	3	0	5	10	2	12	1	10	5	17	28	6	14	6	16	135
MAIO	3	2	5	9	4	0	10	0	11	2	30	27	10	8	8	9	138
JUNHO	0	2	4	7	6	1	9	0	9	2	20	22	5	18	6	15	126
JULHO	1	6	6	8	5	2	10	3	10	1	18	16	5	16	12	14	133
AGOSTO	3	3	3	6	4	5	6	0	16	4	28	16	10	15	9	4	132
SETEMBRO	0	2	1	5	3	0	6	1	10	4	13	18	15	19	9	12	118
OUTUBRO	0	4	4	7	1	0	9	1	20	12	16	14	9	10	11	6	124
NOVEMBRO	0	7	2	5	2	2	8	0	14	2	17	12	9	20	10	6	116
DEZEMBRO	1	1	2	10	5	2	14	1	12	4	10	6	12	14	6	10	110
TOTAL	13	36	39	93	57	29	121	10	155	47	206	205	120	172	100	121	1524

Fonte: Secretaria Estadual de Segurança Pública da Bahia

[5] AISP 1 – BARRA: Barra, Graça e Vitória. AISP 2 – Barris: Barris, Canela, Garcia, Centro, Centro Histórico, Santo Antônio, Barbalho, Baixa de Quintas, Macaúbas, Saúde, Nazaré e Tororó. AISP 3 – Rio Vermelho: Federação, Engenho Velho da Federação, Alto das Pombas, Calabar, Ondina, Rio Vermelho, Nordeste de Amaralina. AISP 4 – Bomfim: Ribeira, Mangueira, Caminho de Areia, Monte Serrat, Bonfim, Massaranduba, Boa Viagem, Vila Ruy Barbosa/Jardim Cruzeiro, Roma, Uruguai, Mares, Calçada, Comércio, Santa Luzia, Boa Vista de São Caetano. AISP 5 – Brotas: Santo Agostinho, Matatu, Vila Laura, Luiz Anselmo, Cosme de Farias, Boa Vista de Brotas, Engenho Velho de Brotas, Acupe, Brotas e Candeal. AISP 7 – Liberdade: Liberdade, Curuzú, Santa Mônica, Pero Vaz, IAPI, Lapinha, Caixa D'Água, Pau Miúdo, Baixa de Quintas e Cidade Nova. AISP 8 – Pituba: Pituba, Caminho das Árvores e Itaigara. AISP 10 – São Caetano: Pirajá, Marechal Rondon, Campinas de Pirajá, Boa Vista de São Caetano, Capelinha, São Caetano, Bom Juá, Fazenda Grande do Retiro e Retiro. AISP 12 – Boca do Rio: Costa Azul, Stiep, Jardim Armação, Boca do Rio, Imbui, Pituaçu. AISP 13 – Tancredo Neves: Granjas Rurais Presidente Vargas, Jardim Santo Inácio, Calabetão, Mata Escura, Sussuarana, Nova Sussuarana, Novo Horizonte, Barreiras, Arraial do Retiro, Beiru/Tancredo Neves, São Gonçalo, Engomadeira, Arenoso, Cabula VI, Cabula, Resgate, Saboeiro, Doron, Narandiba, Pernambues, Saramandaia, Centro Administrativo da Bahia. AISP 16 – Periperi: Ilha de Maré, São Tomé, Paripe, Fazenda Coutos, Nova Constituinte, Periperi, Praia Grande, Rio Sena, Alta da Terezinha, Itacaranha, Plataforma, São João do Cabrito, Alto do Cabrito, Lobato, Santa Luzia, Boa Vista de São Caetano. AISP 17 – Cia: Moradas da Lagoa, Valéria e Palestina. AISP 18 – Pau da Lima: Castelo Branco, Vila Canária, Dom Avelar, Porto Seco Pirajá, Jardim Cajazeiras, Pau da Lima, São Marcos, Sete de Abril, Jardim Nova Esperança, Novo Marotinho, Canabrava, Nova Brasília, São Rafael, Vale dos Lagos, Trobogy. ASIP 19 – Cajazeiras: Águas Claras, Cajazeiras VI, Cajazeiras VII, Cajazeiras IV, Cajazeiras V, Cajazeiras II, Cajazeiras VIII, Cajazeiras X, Cajazeiras IX, Fazenda Grande I, Fazenda Grande II, Fazenda Grande III, Fazenda Grande IV, Jaguaripe I, Boca da Mata. AISP 20 – Itapuã: Nova Esperança, Cassange, Itinga, Jardim das Margaridas, São Cristóvão, Mussurunga, Aeroporto, Bairro da Paz, Stella Maris, Itapuã, Piatã, Patamares.

Considerações sobre 2010 e 2011

A AISP 13 (Narandiba, Engomadeira, Tancredo Neves, Doron, São Gonçalo do Retiro, Resgat), nos anos de 2010-2011, teve um aumento de 58 homicídios, e a AISP 16 (Periperi, Fazenda Coutos, Paripe, Ilha Amarela, Rio Sena, Praia Grande) uma redução de 46 mortes por homicídio.

Em que pese a redução na AISP 16, a primeira hipótese alternativa é que essa evolução poderia simplesmente acompanhar a tendência geral na cidade que apresenta redução. Isto é, se a violência letal estiver caindo na cidade, a redução dos homicídios nas AISP seria também esperada na ausência do programa e, portanto, não poderia ser atribuída a ele. Para poder concluir pelo impacto positivo de uma política pública, seria preciso evidenciar uma queda nas AISP e nas bases comunitárias superior à obtida na população em geral.

Considerando as alterações das AISP, observamos que, de 2010 a 2012, nessas localidades, as taxas de homicídios vêm aumentando. A AISP 13, de 2011 para 2012, teve um aumento de 30 mortes por homicídio doloso, e a AISP 16 um aumento de 38 mortes por homicídio doloso.

Portanto, ampliando a análise dos dados apresentados e considerando que a Secretaria de Segurança Pública do Estado da Bahia altera os territórios e as circunscrições das AISP, verificamos um aumento do número de homicídios nos territórios onde se situam os bairros considerados populares, em contraponto aos espaços elitizados como, por exemplo, os bairros Caminho das Árvores e Graça. Localidades onde há maior densidade demográfica naturalmente tendem a sofrer com a abstenção do Estado, demonstrada na ausência de serviços básicos como direito à educação de qualidade, acessibilidade, habitação, segurança, etc. Não obstante os problemas popularmente conhecidos, essa população é submetida a um processo de estigmatização, marginalização e criminalização através dos mais variados mecanismos de poder impostos muitas vezes por uma cultura do medo, que centraliza discursos discriminatórios, materializando a exclusão social.

Por meio das tabelas apresentadas, percebemos a concentração de homicídios no subúrbio ferroviário. Distante do centro, essa zona, composta pelos bairros de Periperi, Fazenda Coutos, Paripe, Ilha Amarela, Rio

Sena e Praia Grande, sofre com o processo de periferização, comum às cidades que se projetam como grandes centros urbanos. Esses bairros estão localizados nas extremidades da zona urbana, numa tentativa de distanciar suas realidades e problemáticas do modelo civilizatório, marcado pela especulação imobiliária que atua a serviço do neoliberalismo e da lógica do capital.

A taxa de homicídios em Salvador leva-nos à hipótese de que a ausência de garantia dos direitos fundamentais propicia um cenário favorável às novas modalidades de relações sociais engendradas em um contexto de precariedade material e submissão simbólica. E uma vez que a política pública de segurança se materializa nas áreas integradas de segurança pública, podemos afirmar que ela não alcança o processo de desigualdade social, tampouco tem produzido impacto positivo na taxa de homicídios nesses territórios.

O Mapa da Violência 2012: a cor dos homicídios no Brasil, segundo Waiselfisz (2012), cujos dados dialogam com informações coletadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do Sistema de Informações de Mortalidade do Ministério da Saúde que seguem as orientações da Organização Mundial de Saúde quanto à forma de mensurar e ranquear os diversos países, Estados e municípios, tem como aceitável a taxa de dez mortes para cada cem mil habitantes.

As informações presentes colocam-nos em alerta, uma vez que podemos observar que os dados de violência letal têm atingido majoritariamente homens, jovens, negros de pouca escolaridade e que vivem, em sua maioria, nas zonas periféricas de áreas integradas de segurança pública. E mais, observamos uma tendência de queda no número absoluto de homicídios na população branca, e de aumento no número da população negra, compartilhada entre a população geral e a população jovem.

Entre 2002 e 2010, há uma evolução do número de homicídios no Brasil, passando de 45.997 casos para 49.203, em 2010, e as informações da raça/cor desses casos é, respectivamente, 41% branca e 58,6% negra (2002) e 28,5% branca e 71,1% negra, o que confirma a tendência já sinalizada anteriormente.

Observando os dados da Bahia no mapa da Violência 2012, constatamos que a cor e os índices dos homicídios no Brasil, em 2010, são

os seguintes: 361 (branca) e 5.069 (negra), o que corresponde, respectivamente, a uma taxa de 11,7 e 47,3% da população branca e negra, que no Estado da Bahia relaciona-se a 22 e 78%. Isso demonstra o processo de desigualdade, o qual a política pública de segurança não alcança, e tampouco tem produzido impacto positivo nessas taxas. O poder estatal que deveria, por atribuição do soberano – o povo – garantir os direitos fundamentais resguardados pela Constituição, se expressa nesse campo de ação problemático com intervenções, na maioria das vezes, centradas na coerção, visando estabelecer apenas os limites necessários à manutenção de sua legitimidade e confinamento desses atores em zonas periféricas de fácil manipulação. Segundo Costa , o Estado dribla suas responsabilidades concernentes à criminalidade, utilizando discursos em que são relacionadas intrinsecamente pobreza (causa) e criminalidade (efeito). Dessa forma, ainda segundo o autor, na estrutura urbanística da cidade, tais contradições são evidenciadas por: (a) lógica das áreas homogêneas, explicitadas pela segregação evidente no espaço urbano da cidade, e (b) ausência de operações públicas municipais de urbanização (Costa, 2004).

A cidade e a política pública de segurança

Esta seção se propõe a analisar como as transformações das cidades para o século XXI e a nova política de segurança pública. Imbricam-se através do Pronasci e Planesp[6], e, ainda, como a dimensão territorial articula tais relações materializadas nas áreas integradas de segurança pública.

Na virada do século, assistimos a mudanças impulsionadas pelo fenômeno da globalização. Nos resultados iniciais desta pesquisa, percebemos que classe, idade, sexo, cor e raça dos sujeitos estão imbricados na produção das taxas de homicídios e têm articulação direta com o território em questão. Esses territórios (AISP's) sofrem intervenções espaciais distintas da própria política pública de segurança; assim essas áreas têm seus controles radicalmente separados e se encontram opostos uns aos outros. Essa oposição dá-se como uma fratura que assume a forma de antagonismo social; dessa maneira, os defeitos estruturais do sistema de metabolis-

[6] PRONASCI - Programa Nacional de Segurança com Cidadania; PLANESP - Plano Estadual de Segurança Pública.

mo social do capital manifestam-se de várias formas. Dito de outra forma, como um instrumento da modernidade, as chamadas "cidades-modelo" são representativas da coerção estatal, trazendo consigo a burocracia e a racionalidade instrumental características do modo de produção capitalista. Funcionando como um modelizador da subjetivação, como dispositivo estratégico de um discurso dominante, ocupa-se da sujeição subjetiva das próprias pessoas que a compõem, no intuito de prepará-las para o novo século XXI. E isso nos leva a refletir em que medida os novos padrões de mortalidade juvenil estão imbricados com a produção das novas cidades.

> As chamadas "cidades-modelo" são imagens de marca construídas pela ação combinada de governos locais, junto a atores hegemônicos com interesses localizados, agências multilaterais e redes mundiais de cidades. A partir de alguns centros de decisão e comunicação que, em variados fluxos e interações, parecem conformar um campo político de alcance global, os atores que participam desse campo realizam as leituras das cidades e constroem as imagens, tornadas dominantes mediante estratégias discursivas, meios e instrumentos para sua difusão e legitimação em variadas escalas. (Sánchez, 2001, p. 31)

Ainda, segundo a autora, quando tomadas isoladamente, as imagens das "cidades-modelo" parecem, para o senso comum, apresentar dito estatuto de "modelos" como resultado apenas do desempenho dos governos das cidades que, mediante "boas práticas", conseguiram destacar-se na ação urbanística, ambiental ou nas práticas de gestão das cidades. Essa aparência constrói a representação do processo de transformação de determinados projetos de cidade em "modelos", como processo que se dá de dentro para fora, como se fosse construído apenas e essencialmente a partir da ação local dos governos e cidadãos e, posteriormente, descoberto por agentes externos e difundido em outros âmbitos e escalas. Assim tem sido na esfera da política pública de segurança em que seus programas, sobretudo o Pronasci, tem obtido reconhecimento por organismos internacionais nas avaliações das "boas práticas" – pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Em que pesem as altas taxas de homicídios presentes em determinados territórios urbanos, observamos que, no contexto da reinvenção das cidades em "cidades-modelos", destinou-se a esses espaços principalmente a intervenção da política de segurança pública, através do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania.

O Pronasci foi instituído em outubro de 2007 e começou a ser implementado em 2008, sendo, portanto, recém-nascido. Seu objetivo é articular ações de segurança pública para a prevenção, controle e repressão da criminalidade, estabelecendo políticas sociais e ações de proteção às vítimas. O principal impacto esperado com o Pronasci é a redução da violência letal no País. E tem quatro focos prioritários: o primeiro foco é o etário: jovens de 15 a 24 anos; segundo foco é o social: jovens e adolescentes egressos do sistema prisional ou em situação de moradores de rua, famílias expostas à violência urbana, vítimas da criminalidade e mulheres em situação de violência; terceiro foco é o territorial: regiões metropolitanas e aglomerados urbanos que apresentem altos índices de homicídios e crimes violentos; e o quarto foco é o repressivo: combate ao crime organizado.

O impacto da inclusão de intervenções na dimensão espacial, mediante programas locais no interior do Pronasci, traduz e dá visibilidade às ações do urbanismo contemporâneo nas políticas de segurança pública. Já é conhecida a intervenção espacial e política pública de segurança em determinados territórios, pois, em certa medida, podemos observar nos projetos de requalificação urbana nos anos 1970, por exemplo, que tratavam de estratégias de gentrificação, o chamado Projeto Renascença. E mesmo nas décadas de 1990/2000 observamos intervenções desse tipo em algumas cidades impulsionadas pela especulação imobiliária. Nesse sentido, não há uma linearidade; o que temos observado no País são diferentes lógicas de intervenções na dimensão espacial, com a política pública de segurança. Cabe ressaltar que, no segundo governo Lula, o uso racional dos conceitos típicos de intervenção na dimensão espacial coloca-se como indissociável à estruturação de novos contornos para a política pública de segurança e reafirma e oficializa a inclusão da dimensão espacial na Política Nacional de Segurança Pública, através dos Programas Locais (Território de Paz; Integração do Jovem e da Família; Segurança e Convivência), os quais se materializam nas AISP e nas Bases Comunitárias de Segurança, e das ações estruturais: modernização das instituições de segurança pública e do sistema prisional; valorização dos profissionais de segurança pública e agentes penitenciários; enfrentamento à corrupção policial e ao crime organizado, sobre a vitimização e letalidades policiais. As bases comunitárias de segurança pública, podemos dizer, estão imiscuídas entre os Programas Locais e Ações Estruturais.

Segundo Dias, Silva e Cordeiro (2011), na Bahia, o Pronasci se dá, como nova forma de tratar a segurança pública, primeiramente, com a eleição do então governador Jacques Wagner (PT) em 2007 e a criação do Plano Estadual de Segurança Pública (PLANESP, 2008-2011) e, posteriormente, com o lançamento do Programa Pacto pela Vida em 2011 (que irá reverberar nas mais diversas ações). Ainda, segundo os autores, o Planesp "apresenta a política de segurança pública do atual governo, consolidando suas diretrizes e principais ações até 2011, que já vêm sendo implantadas desde o início desta gestão" (PLANESP, 2008, p. 2).

Assim, a estratégia definida no Programa Nacional de Segurança Cidadã para se combater a violência se faz presente no Estado da Bahia através do Plano Estadual de Segurança Pública:

> Implementação de ações preventivas intra e interinstitucionais e ações repressivas, que considera também as diretrizes do Governo Federal através do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI, reveladas, neste plano, em duas diretrizes: Modernização do Sistema de Segurança Pública e valorização do servidor policial e redução da violência e da insegurança. (PLANESP, 2008, p. 2)

O Pacto pela Vida faz a interlocução do Programa Nacional de Segurança Cidadã e o Plano Estadual de Segurança Pública.

Conforme Dias, Silva e Cordeiro (2011), o Pacto pela Vida é um Programa de Estado lançado, oficialmente, em seis de junho de 2011, pelo governo da Bahia, inserindo-se em um pacote de ações na área da Segurança Pública, "que envolve a articulação entre sociedade, Ministério Público, Defensoria Pública e poderes Judiciário, Legislativo e Executivo Estadual, Federal e Municipais" (SECOM, 2011).

A liderança do Pacto "é feita diretamente pelo governador da Bahia, que dirigirá esforços de 13 Secretarias de Estado, com o objetivo principal de reduzir os índices de violência, com ênfase na diminuição dos crimes contra a vida e contra o patrimônio" (Pacto pela vida, 2011, p. 2). E este se materializa através das AISP.

O Programa persegue os princípios do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP) e do Pronasci, além das resoluções das conferências estaduais.

Portanto, é nas AISP que se materializa a política pública de segurança, e onde serão realizados os projetos e ações do Programa como: prevenção social; ações de enfrentamento ao *crack* e outras drogas; meritocracia para as polícias e, finalmente, as Bases Comunitárias de Segurança. Ou seja, as AISP são o aspecto mais visível da política de segurança pública nacional e estadual. E agregam-se a essas intervenções na dimensão espacial, a saber: as bases comunitárias de segurança pública. Portanto, como dito anteriormente, a recente política possui conotação espacial; não se coloca como nova.

Conforme prescrito pela Política Pública de Segurança, a base comunitária de segurança tem como representação um equipamento de policiamento comunitário, cuja função dentro da política pública de segurança é promover a segurança e a convivência pacífica em localidades identificadas como críticas, visando à integração das instituições de segurança pública com a comunidade local, além de reduzir os índices de violência e criminalidade.

Na Bahia, já foram instaladas seis, a saber: Base Comunitária de Segurança do Calabar (27/04/11), Bases Comunitárias de Segurança do Complexo de Amaralina: Nordeste de Amaralina, Santa Cruz e Vale das Pedrinhas (27/09/11); Base Comunitária de Segurança de Fazenda Coutos (16/01/12); Base Comunitária de Segurança de Itinga (Lauro de Freitas) (15/08/12). Mas se os indicadores estão apontando o crescimento do índice de violência letal nas áreas estudadas, sugere que tais programas e política não estão se mostrando suficientes. E, por não serem suficientes, trazem ainda novos elementos, pois o processo de produção do espaço social é objetivo e subjetivo, e as novas cidades-modelos têm priorizado a reorganização territorial. Segundo Sánchez (2001), como parte da racionalidade do capitalismo, potencializador dessa reorganização territorial, com vistas à eficiência econômica –, introduz formas modernas de dominação. E, assim, a dimensão espacial ganha forma de representação de imagens adequadas, o que corrobora para percebermos a importância que tem adquirido a dimensão espacial através do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania no contexto das "novas cidades" (a *city marketing) como* ferramenta de política pública.

Portanto, avaliar as taxas de homicídios nas áreas integradas de segurança pública, sobretudo o crescimento dessas taxas e quem está sob o

risco maior de compor tais estatísticas, nos leva a pensar que as intervenções na dimensão espacial realizadas pela política pública de segurança compõem a eloquente oratória dos atores hegemônicos (agências multilaterais) ao que vem a ser um "governo mundial" e favorece a realização dos imperativos do capital.

Como afirma Sánchez:

> Trata-se de uma retórica persuasiva que, em sua vertente urbana, configura uma agenda para as cidades, tornada dominante, com pautas definidas para ações e programas, em uma afirmação política da hegemonia do pensamento e ação sobre as cidades. Como instrumento de consolidação dessa agenda urbana, são desenvolvidas políticas de promoção e legitimação de certos projetos de cidade. Esses projetos são difundidos como emblemas da época presente. Sua imagem publicitária são as chamadas "cidades-modelo" e seus pontos de irradiação coincidem com as instâncias políticas de produção de discursos: governos locais em associação com as mídias; instituições supranacionais, como a Comunidade Europeia e agências multilaterais. (2001, p. 32)

Dessa forma, assistimos a um fenômeno recente (Sánchez, 2001), que é a transformação das cidades em mercadorias, denotando que a mercantilização do espaço alcança outro patamar da realização do capitalismo. Enquanto a orientação estratégica está além da importância que a simples venda de parcelas de espaço, uma vez que busca realizar a reorganização da produção subordinada às cidades e aos centros de decisão. A segurança é um ativo dessa escala de valor e evidencia um novo fenômeno do mercado de cidades, que é a produção global do espaço social.

> A identificação desses elos políticos entre as agências multilaterais de cooperação e alguns dos principais ideólogos encarregados da difusão do "novo modelo de gestão urbana" (constitutivamente vinculado às representações e práticas da Cidade-mercadoria), permite-nos o entendimento das conexões entre o chamado "pensamento global" e a ideologia neoliberal. (Sánchez, 2001, p. 32)

Segundo a autora (2001, p. 32), a fase atual do capitalismo só se realiza produzindo um novo espaço, pressionado pelas novas exigências da acumulação, mediante suas lógicas e estratégias à escala mundial. Na

produção desse espaço, operam agentes e interesses combinados em diferentes campos políticos e arranjos territoriais para cada caso. Sujeitos, instituições, práticas e produtos circulam, de maneira relacionada, no âmbito de diferentes mercados, materiais e símbolos. Efetivamente, a análise do mercado de cidades permite identificar a produção, circulação e troca de bens materiais junto à produção, circulação e troca de imagens, linguagens publicitárias e discursos. Assim, o mercado mundial de cidades é movido e, ao mesmo tempo, movimenta outros mercados, mercado de empresas com interesses localizados, empresas e corporações, mercado imobiliário, mercado de consumo,mercado do turismo, mercado de consultoria em planejamento, além do chamado mercado das boas práticas.

> Mercado das chamadas "boas práticas": as agências multilaterais, sob manifestos objetivos técnicos, têm implícitos interesses político ideológicos na promoção e difusão internacional de imagens de "cidades-modelo". Mediante a legitimação de "administrações urbanas competentes", "gestões competitivas" ou "planejamento urbano estratégico", as agências perseguem a reformatação do campo da administração pública e do Estado. (Sánchez, 2001, p. 34)

Aqui se evidencia o valor simbólico do espaço, através de atividades de representações. Portanto, é importante compreendermos que os espaços adquirem não apenas qualidades materiais, mas também valor simbólico. Cabe ressaltar que as representações simbólicas têm impacto sobre as avaliações e *rankings* de lugares e determinam parte considerável das escolhas locacionais. Estudos têm apontado a valorização do mercado imobiliário em regiões onde as bases comunitárias e ou as UPPs foram instaladas. Portanto, materialidade, representação e imaginação não são mundos separados. Há um complexo intercâmbio entre a transformação material e o simbolismo cultural, entre a reestruturação de lugares e a construção de identidades. Desse modo, a cultura é o meio que relaciona a textura da paisagem ao texto social (Sánchez, 2001, p. 35).

Esta seção apresenta os resultados iniciais da pesquisa *Organização social do território: homicídios de jovens em Salvador.*

O levantamento realizado por meio dos boletins de ocorrência confirma que há concentração de homicídios nas regiões citadas na primeira seção deste artigo, situada na periferia, subúrbio da cidade.

A Baixa do Fiscal – região que, segundo o IBGE, pertence ao bairro Calçada – é a localidade que apresenta considerável violência letal na cidade do Salvador. Em 2012, foram registrados oito dos dez homicídios de Calçada. Se considerarmos a população de todo o bairro, a taxa de homicídios por 100 mil habitantes ao ano (referência utilizada pela ONU para medir a violência) chega a exorbitantes 526 – a média em toda a capital baiana para esse ano foi de 65.

Observamos a diferença entre as taxas de homicídios, as mais baixas nos bairros nobres, em contraponto a uma alta violência na periferia e no subúrbio Ferroviário, onde fica a Baixa do Fiscal.

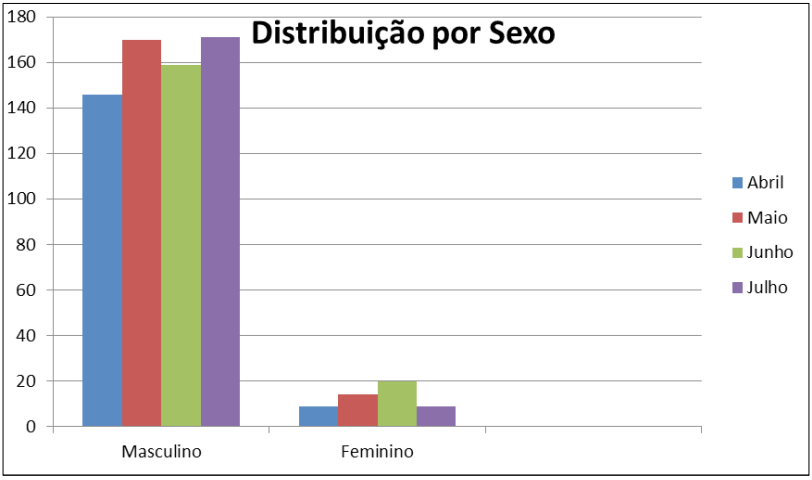
A 2,5 km dali, o bairro Lobato registrou o maior aumento no número de vítimas da violência. Passou de 11 homicídios na mesma quantidade de dias de 2011 para 22 mortes violentas em 2012, um aumento de 100% com relação ao ano anterior.

Se, por um lado, as cidades no século XXI, ou as cidades mercadoria, colocam em xeque a cidade democrática, a qual favorece os fluxos sobre os lugares, a privatização em detrimento do espaço público, avaliar os homicídios de jovens na cidade de Salvador é reconhecer sobremaneira o divórcio da *urbs* e da *civitas*[7]. Nessa perspectiva, a valorização de determinadas áreas em detrimento de outras afeta a maneira de ser da sociedade e de uma categoria social, como a juventude. E mais, se a privatização se sobrepõe ao público, o mercado ao Estado, e se a tendência é que os fluxos sobreponham-se aos lugares produzindo desterritorialização, a política pública de segurança, com suas intervenções na dimensão espacial, sugere um esforço de reterritorialização. Ou seja, as novas conflitualidades e os novos padrões de mortalidade juvenil sugerem que nessas novas cidades, nas cidades mercadorias, coabitam desterritorialização e territorialização.

No gráfico a seguir, apresentamos o levantamento dos Boletins de Ocorrências correspondentes aos meses de abril a julho de 2011, considerando a variável sexo. Para os respectivos meses, as taxas de homídios, considerando ambos os sexos, alcançaram os seguintes números: 155, 184, 179 e 180.

[7] Nesse sentido ver: Mongin, O. (2009). *A condição urbana: a cidade na era da globalização.* São Paulo: Estação Liberdade.

Gráfico 1. Homicídios x sexo



Fonte: Secretaria de Segurança Pública do Estado da Bahia, 2013.

Verificamos que homens são as maiores vítimas de homicídio na cidade de Salvador e região metropolitana. No mês de abril, 146 homens foram mortos, para 9 mulheres no mesmo período. Maio registrou números maiores, com 170 homens e 14 mulheres; junho com 159 homens e 20 mulheres, e julho com 171 homens e 9 mulheres.

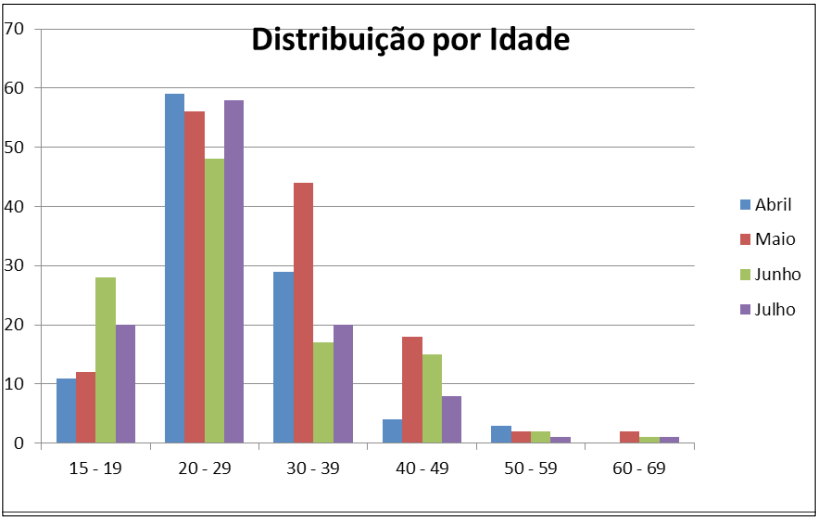
A juventude não se representa como uma categoria social apenas pelo atributo de idade; é, também, uma característica sociocultural. O jovem se assemelha a outros pelas condições socioeconômicas em que vive em determinada área de segurança pública, inclusive. Portanto, a juventude é uma categoria social que considera o fator biológico etário, e as condições sociais nas quais vive esse jovem. Dessa forma, os dados alarmantes apresentados ao longo deste trabalho apontam que os homicídios na cidade de Salvador estão colocando em risco determinada categoria social.

Os resultados da pesquisa denotam que a categoria social juventude é a maior vítima de homicídio. Assim, há atributos que conferem maior vulnerabilidade: jovem, homem, negro e determinadas áreas integradas

de segurança pública. Em que pesem os boletins de ocorrência não possibilitarem identificar a cor da vítima, a pesquisa de Waselfisz (2013) aponta que são os jovens negros as maiores vítimas de homicídios no Brasil.

No gráfico a seguir, sobre homicídios na cidade de Salvador, Bahia, apresentamos os números distribuídos por faixa etária, conforme levantamento realizado em boletins de ocorrência no período de abril a julho de 2011.

Gráfico 2. Homicídios x idade x mês

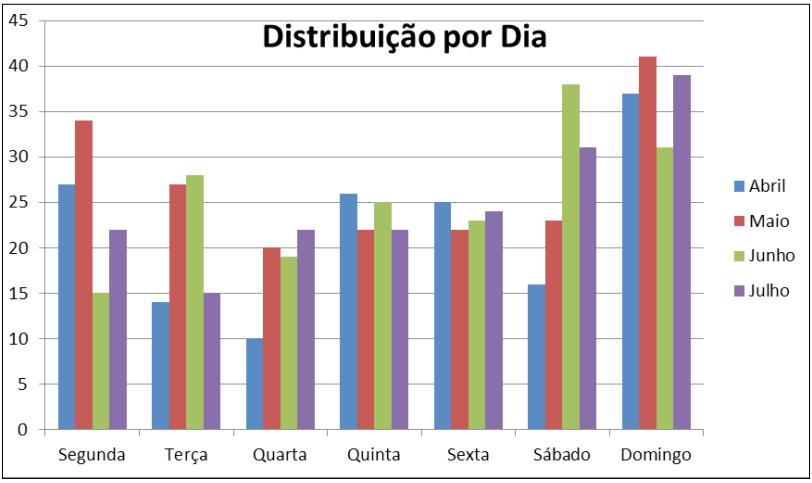


Fonte: Secretaria de Segurança Pública do Estado da Bahia, 2013.

Com base no levantamento dos boletins de ocorrências, observa-se que jovens entre 20 e 29 anos são as principais vítimas de homicídios, no período considerado. Na cidade, durante o mês de abril, foram 59 mortos; maio registrou 56 óbitos, 48 vítimas em junho e 58 mortes em julho. O gráfico mostra também as outras faixas etárias e os respectivos meses. De certa forma, podemos dizer que, no levantamento realizado no mesmo período pelo *Jornal A Tarde,* a incidência recai sobre a mesma faixa etária observada nos boletins de ocorrência.

A seguir, apresentamos a distribuição dos dados sobre homicídios, considerando os dias da semana, mostrando os dias de maior incidência das mortes.

Gráfico 3. Homicídios x dia da semana x mês



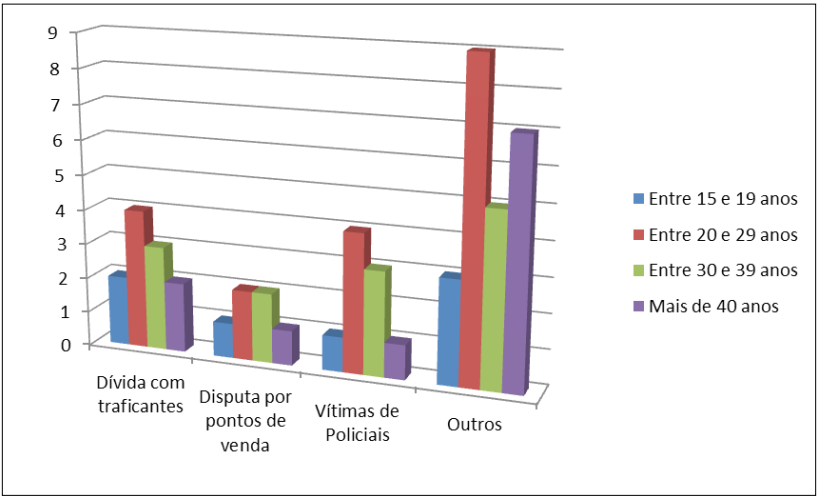
Fonte: Secretaria de Segurança Pública do Estado da Bahia, 2013. Levantamento em boletins de ocorrência; abril a julho de 2011.

Assim, com base na análise dos resultados apresentados no levantamento realizado nos boletins de ocorrência, identificamos que os crimes predominam nos finais de semana em relação aos outros dias. Nos domingos do mês de abril, encontramos números expressivos com 37 homicídios; em maio foram 41 mortes; em junho foram registrados 31 casos aos domingos e em julho foram 39 vítimas. Observamos, ainda, que, além de maior incidência em finais de semana (sábado e domingo), há prevalência no horário entre 18 e 23h 59 min; ou seja, sobretudo no final da tarde de sábado e ao longo dia de domingo.

Ainda que possamos observar o período, incidência de dias da semana e horário, a fonte Boletim de Ocorrências, conforme dados lançados no site da Secretaria de Segurança Pública do Estado da Bahia, não possibilita identificarmos as motivações. Já a fonte Jornal A Tarde evidencia, em

algumas matérias sobre homicídios, a motivação para os homicídios. Portanto, na sequência, apresentaremos os números de homicídios na capital baiana, considerando o período de abril a julho de 2011 e identificando as idades da vítima e suas motivações.

Gráfico 4. Homicídio x idade x motivações



Fonte: Jornal A Tarde; abril a julho 2011.

Com relação a dívidas com traficantes, notamos que quatro jovens entre 20 e 29 anos foram mortos: três entre 30 e 39 anos, dois entre 15 e 19 anos e com mais de 40 anos. A dificuldade de escolha entre os motivos explicitados no gráfico foi solucionada com ideia de representar os mais comuns e elucidativos; isso fica claro quando observamos os números das mortes sem identificação, classificados aqui como "outros".

Podemos iniciar a análise do gráfico estabelecendo questões sobre sua legitimidade por causa do elevado número de casos sem a necessária identificação de seus motivos. Dessa forma, partimos para a análise dos dados, relativizando-os com a intenção de possibilitar a relação com noções cotidianas de fácil alcance, na tentativa de exercitarmos uma abordagem axiológica que permita uma correlação inequívoca com as variáveis

motivacionais desses crimes.

Conseguimos verificar, facilmente, no gráfico, que há relativa proximidade dos números de vítimas de traficantes com as vítimas de agentes do Estado.

Jovens entre 20 e 29 anos, segundo o gráfico, são as principais vítimas de homicídios, dado que encontra correspondência com outras pesquisas quantitativas.

No Brasil, a falta de progresso na solução das problemáticas e preenchimento das lacunas no modelo atual de segurança pública serve para comprovar o gradativo aumento da mortalidade dos jovens vítimas de homicídios no País (Waiselfisz, 2013). Isso não seria diferente em Salvador, marcada pelos seus altos índices de violência letal entre a população jovem.

Num contexto de segregação socioespacial encontrado em Salvador e região metropolitana, podemos identificar variáveis responsáveis pela emergência de "ilhas urbanas" marginais e criminalizadas: frágil intervenção do Estado no equacionamento da expansão espacial urbanística da cidade; desigualdade de oportunidades para ascensão socioeconômica de categorias menos privilegiadas (como o acesso dos jovens aos bens de consumo que são impostos pela sociedade); estagnação de políticas públicas que priorizem a qualificação profissional dos setores mais pobres e vulneráveis da população, alem da redução dos postos de trabalho e sua estratificação. Esses são alguns dos elementos que reconstroem uma conjuntura formada nas metrópoles e produzem consequências tanto no plano material quanto no plano simbólico (Carvalho, Souza, & Pereira, 2004).

As cidades brasileiras, em especial as que possuem maiores potenciais turísticos, estão sendo projetadas mundialmente como mercadorias a serem consumidas por um mercado cada vez mais exigente. Como afirma Sánchez (2001), as cidades sofrem um processo de reestruturação urbanística, voltada para a satisfação de uma política mundial que exige, através de cidades-modelo, um discurso local em consonância com a mídia e instituições supranacionais.

Esse paradigma adotado pela cidade de Salvador reflete diretamente na forma de relacionamento entre cidade e população, delimitando seus espaços e reestabelecendo novas formas de convivência, sempre voltada para a imagem que visa a sustentar. Isso espelha, de forma direta, um

maior distanciamento social entre os grupos, acentuando a desigualdade e a segregação socioespacial responsável pelo aumento de comunidades marginalizadas e estigmatizadas.

Referências

Carvalho, I. M. M., Souza, A. G., & Pereira, G. C. (2004). Polarização e segregação socioespacial em uma metrópole periférica. *Caderno CRH, 17*(41), 281-297.

Costa, F. (2004). *O lugar da violência: tipologias urbanas e violência em Salvador*. Salvador: FAPESB/Governo da Bahia (Editais temáticos – segurança pública).

Dias, C., Silva, M. A., & Cordeiro, P. R. O. (2011). Segurança pública com cidadania e a base comunitária de segurança, do que se trata. In *A produção da cidade e a captura do público: que perspectivas* ? Salvador: URBA 12.

Sánchez, F. (2001). A reinvenção das cidades na virada do século; agentes, estratégias e escalas de ação política. *Revista Sociologia Política,* 16, 31-49.

Secretaria de Segurança Pública do Estado da Bahia. (2008). *Plano Estadual de Segurança Pública*. Salvador: Autor.

Secretaria de Segurança Pública do Estado da Bahia. (2011). *Plano Estadual de Segurança Pública*. Salvador: Autor.

Secretaria de Comunicação Social do Estado da Bahia – SECOM. (2011). *Programa Pacto pela Vida*. Salvador: Autor. Acesso em 15 de março, 2013, em http://www.comunicacao.ba.gov.br/noticias/2011/06/06/governo-da-bahia-lanca-oficialmente-oprograma-pacto-pela-vida.

Waiselfisz, J. J. (2012). Mapa da violência: a cor dos homicídios no Brasil. Rio de Janeiro: CEBELA; FLACSO.

Waiselfisz, J. J. (2013). *Mapa da violência: mortes matadas por armas de fogo*. Rio de Janeiro: CEBELA; FLACSO.

Ocaso narcísico da subjetividade contemporânea: violência psicossocial e repercussões psíquicas

Angela Maria Pires Caniato

Mérly Luane Vargas do Nascimento

Introdução

O narcisismo vem sendo compreendido como um fenômeno emblemático de nossa época. Embora considerado, inicialmente, uma perversão pela clínica médica, e, em seguida, transformado em conceito da teoria psicanalítica não restrito ao campo da patologia, na atualidade, o termo tem adquirido significados e empregos diversos, como instrumento e objeto de análise, tanto de psicólogos quanto de filósofos, historiadores e sociólogos. Normalmente, o objetivo dos pesquisadores com tal utilização é o de elucidar fenômenos e características da cultura, da sociedade e da subjetividade contemporâneas.

Não obstante esteja longe de nossas pretensões analisar cada um desses empregos e concepções de narcisismo, bem como tecer considerações acerca da precisão conceitual ou a divergência em relação ao que foi originalmente formulado por Freud (1914/2004), parece interessante buscar entender possíveis motivos para esse "uso inflacionário da noção [de narcisismo]" (Costa, 1984, p. 163), além de analisar a importância adquirida por esse conceito no âmbito da Psicologia Social contemporânea.

A partir da compreensão de que "o homem desenvolveu um psiquismo histórico e cultural, que se expressa como momento constitutivo e constituinte desta cultura" (Rey, 2002, p. 22, tradução nossa), realizamos uma leitura psicossocial do fenômeno do narcisismo, com o auxílio de alguns autores que problematizam essa questão na contemporaneidade. Desse modo, aspectos sociais e culturais são analisados, objetivando constituir uma compreensão mais ampla da subjetividade

contemporânea, a partir da consideração de maneiras pelas quais os processos de subjetivação são historicamente influenciados e transformados.

A asserção de que cada forma de organização social, além de determinar ou influenciar o modelo de subjetividade preponderante, também dele necessita para se sustentar (Severiano & Estramiana, 2006), é a premissa básica que conduz as investigações aqui empreendidas, no sentido de articular, de um lado, as compreensões acerca do narcisismo como fenômeno psíquico (e, portanto, subjetivo) e, de outro, as condições objetivas que desencadeiam ou exacerbam tal fenômeno, presentes no seio da cultura e da sociedade.

Quando pesquisadores de áreas distintas da Psicanálise apropriam-se do conceito de narcisismo para explicar a cultura e a sociedade em que vivemos, é pertinente supor que essa atenção científica voltada ao termo não se dê por mero acaso. Precisamos admitir que, como noção, concepção ou conceito, o narcisismo adquire, atualmente, certa importância no âmbito das ciências humanas.

Um exemplo significativo de tal apropriação refere-se à concepção de cultura do narcisismo, elaborada pelo historiador americano Cristopher Lasch, no final do século XX. Originalmente publicado em 1979, nos Estados Unidos, o livro *The Culture of Narcissism: American Life in an Age of Diminishing Expectations* já foi traduzido para diversos países e rendeu ao seu autor, na edição de 1980, o prêmio do National Book Award – uma das mais importantes condecorações, juntamente com o prêmio Pulitzer, da literatura norte-americana – na categoria *current interest.* Além disso, o livro ter-se-ia tornado um campeão de vendas após o próprio presidente dos Estados Unidos, Jimmy Carter, tê-lo mencionado em um discurso televisionado para todo o país.

A discussão empreendida por Lasch (1983) acerca da cultura norte-americana – ulteriormente ampliada para outros países ocidentais – confere grande valor heurístico à noção narcisismo, principalmente quando se trata de compreender o modo pelo qual nossa forma de organização social relaciona-se a expressões e manifestações características de sofrimento psíquico. De maneira apropriada, Lasch (1983) não pretende confundir os campos do psiquismo e da cultura e, desse modo, não se refere a uma "cultura narcisista". A cultura do narcisismo, tal como definida por

ele, refere-se a um conjunto de fatores sociais e culturais que vêm exacerbar o narcisismo nos indivíduos.

Em linhas gerais, a compreensão de cultura do narcisismo remete-nos a um retraimento narcísico socialmente engendrado: a pressão consumista, a redução de mecanismos estatais e pessoais de proteção ao indivíduo, a competição exacerbada, entre outros fatores, faria com que o indivíduo, acossado e destituído de esperanças, se refugiasse em "um irônico distanciamento que anestesia a dor, mas também invalida a vontade de mudar as condições sociais" (Lasch, 1983, p. 128). Em decorrência dos imperativos de sobrevivência socialmente impostos e da falta de amparo em vários níveis, o indivíduo voltar-se-ia para preocupações exclusivamente pessoais, em detrimento de sua consciência política e de seu papel na transformação da realidade social.

Pedrossian (2008, p. 97) corrobora tal hipótese laschiana, ao afirmar que o próprio princípio civilizatório contemporâneo imiscuiu-se à barbárie, promovendo a violência corporal e psíquica e, por isso, "a gênese do ajuste e do conformismo do indivíduo narcisista encontra-se na própria sociedade". De modo semelhante ao historiador, a autora acredita que esse tipo de narcisismo, promovido ou exacerbado pela atual conjuntura cultural, é produto do sofrimento socialmente vivenciado, e, não obstante, se faz também conservador da mesma ordem social injusta que o promove.

Se tais compreensões se fazem procedentes em relação ao nosso contexto cultural e social, resta saber de que maneira se dá essa exacerbação do narcisismo na contemporaneidade, bem como, a que propósitos ela serve. Além disso, tendo em vista a dimensão multifacetada do conceito psicanalítico de narcisismo (Amaral, 1997) e também à sua dupla potencialidade de aliar-se tanto aos propósitos da vida e do amor quanto aos propósitos de autodestruição e morte psíquica (Green, 1988b), faz-se necessária uma investigação mais ampla do significado que o narcisismo adquire nessas análises contemporâneas.

Nesse caso, parece impor-se à Psicanálise – teoria que, com maior amplitude, difundiu o conceito – a tarefa de responder que tipo de narcisismo está sendo intensificado e quais as repercussões disso no psiquismo dos indivíduos sujeitos a esse processo de promoção social do narcisismo (Pedrossian, 2008). Em outras palavras, parece necessário articular as ca-

racterísticas dessa sociedade e cultura às injunções subjetivas que lhe correspondem ou tendem a fazê-lo, tecendo uma análise psicossocial desse fenômeno.

Desse modo, empreenderemos no presente uma investigação do conceito de narcisismo, a partir de Freud (1914/2004) e também com o auxílio de autores contemporâneos da Psicanálise, buscando compreendê-lo em suas diferentes dimensões, para, então, em um segundo momento, explorar com mais propriedade o que vem a ser esse fenômeno que se convencionou denominar "narcisismo contemporâneo".

O conceito de narcisismo e seus múltiplos aspectos

Como conceito psicanalítico, o narcisismo pode ser compreendido de diferentes formas. Mesmo quando restringimos sua apreciação ao que foi inicialmente formulado por Freud (1914/2004), nos deparamos com múltiplas compreensões acerca do narcisismo. Ao analisar o que diz a teoria psicanalítica a esse respeito, Hornstein (2006) afirma que o narcisismo é, simultaneamente, uma etapa da história libidinal ou etapa do desenvolvimento, um traço de personalidade, uma patologia ou um elemento patológico presente em quadros mais amplos, e, sobretudo, o que torna possível para o sujeito um movimento de centralização de suas representações identificatórias, reunindo-as na unidade egóica.

A definição freudiana inicial de narcisismo concebe dois momentos para o mesmo: o narcisismo primário e o narcisismo secundário. Enquanto o narcisismo primário é tido como uma fase constitucional do desenvolvimento da libido, o narcisismo secundário consistiria em uma espécie de retorno a esse modo de distribuição libidinal, no qual os investimentos feitos nos objetos e ideais (externos ao sujeito) são retirados, e a libido resultante desse movimento é retornada ao Eu:

> Assim, esse narcisismo, que se constitui ao chamar de novo para si os investimentos anteriormente depositados nos objetos, pode ser concebido como um narcisismo secundário, superposto a outro, primário. [...] chegamos à concepção de que, **originalmente, o Eu é investido de libido e de que uma parte dessa libido é depois repassada aos objetos**. Contudo, essencialmente a libido permanece retida no Eu; poderíamos dizer que ela se relaciona com os investimentos realizados nos objetos, de modo análogo

> àquele com que o corpo de um protozoário se relaciona com os pseudópodes que projeta em direção aos objetos. (Freud, 1914/2004, p. 99, grifos nossos)

Freud (1914/2004, p. 97) defende, assim, a existência de "um narcisismo primário e normal", correspondente ao estágio intermediário entre o autoerotismo original e a eleição do objeto de investimento libidinal. Com isso, o autor introduz uma divergência teórica (e clínica) em relação a concepções consideradas hegemônicas até então, as quais restringiam o narcisismo ao campo da perversão e da patologia. Além disso, Freud (1914/2004) explica a própria patologia referente ao narcisismo por um retorno a esse estado antes normal e necessário. O redirecionamento da libido ao Eu, caracterizado por sua retirada do mundo exterior, marcaria, assim, um segundo momento de sua localização no Eu, daí a denominação de narcisismo secundário em relação ao narcisismo original ou primário.

Para melhor compreender o estágio do narcisismo primário e suas vicissitudes, é necessário lembrar que o Eu, diferente do Isso, trata-se de uma estrutura que deverá ser fundada: ela não "nasce" junto com o sujeito. Segundo Freud (1926/1996) "o ego é, na realidade, a parte organizada do id" (p. 100). Por pressupor uma organização, o Eu requer um novo trabalho, uma diferenciação no interior do aparelho psíquico, permitindo que representações até então fragmentadas centrem-se numa representação única e coerente. Para tanto, algo deverá ser adicionado à economia libidinal autoerótica:

> É uma suposição necessária a de que uma unidade comparável ao Eu não esteja presente no indivíduo desde o início; o Eu precisa antes ser desenvolvido. Todavia, as pulsões autoeróticas estão presentes desde o início, e é necessário supor que algo tem de ser acrescentado ao autoerotismo, uma nova ação psíquica, para que se constitua o narcisismo. (Freud, 1914/2004, p. 99)

O narcisismo primário, como etapa constitucional do desenvolvimento, seria o que garante ao Eu o investimento de libido necessário para constituí-lo como unidade coesa e, ao mesmo tempo, digna de receber amor. Em outras palavras, o narcisismo primário corresponde ao momento fundador do próprio Eu. Será a partir dessa espécie de matriz libidinal que, segundo Freud (1914/2004), a libido poderá ser direcionada aos

objetos e aos ideais do mundo externo, embora o autor deixe claro que ela nunca poderá esvaziar-se completamente: parte da libido deverá ficar retida no eu como garantia de sua própria estruturação e permanência.

É essencial destacar, entretanto, que esse momento fundador – embora definido como um estágio em que a libido fica irrestritamente disponível ao Eu –, não prescinde da presença estruturante de um outro ser humano (Hornstein, 2006). A chamada estruturação egóica é mediada pelos cuidados e pelo olhar do outro, o qual investe de libido o corpo do sujeito, permitindo-lhe formar uma representação de si como "unidade indivisível e fortemente estruturada" (Severiano, 2001, p. 125). Nesse sentido, Costa (1988) afirma que a libido funciona como uma espécie de argamassa necessária para unir as representações que constituem o Eu: "O Eu, tanto na introdução ao narcisismo como na teoria das identificações, passa a existir quando a libido investe certos objetos que são a substância mesma da formação egóica" (p. 154). Está aqui em questão, portanto, o papel decisivo que o objeto desempenha para o surgimento do Eu no estágio do narcisismo primário.

No início da vida, são os cuidados da mãe (ou daquele que cuida) que irão garantir a constituição do investimento objetal na criança, tornando possível não apenas a formação do Eu, por meio do narcisismo primário, mas também a capacidade desse pequeno ser de amar outros objetos a ele externos. A esse respeito, Green (1988) esclarece que "o percurso do investimento só se constitui porque a mãe também o investe" (p. 132), o que significa que a libido narcisista tem uma origem objetal. Ainda, de acordo com Severiano (2001, p. 126), "sem o outro que lhe permita imaginar a falta e buscar no mundo externo o seu objeto de satisfação, temos o indivíduo autista ou o esquizofrênico catatônico; ou como no mito: alguém que morre afogado no próprio eu".

Mas a questão não é meramente de genealogia: a relação entre libido objetal e narcísica é de mútua dependência, e isso não ocorre apenas no estágio originário do narcisismo. Um exemplo disso nos é dado por Freud (1914/2004), ao falar da possibilidade de vivenciar um amor pleno, repleto de felicidades e, assim, ao se sentir amado, também inundar seu Eu de libido narcísica. Na concepção do autor, um amor correspondido possibilitaria ao Eu voltar a se enriquecer de libido, tanto pelas satisfações vivenciadas com o objeto quanto pela libido que o objeto investiria no Eu

do sujeito: "um amor feliz que venha a ocorrer no mundo real será capaz de corresponder ao estado originário no qual não há como diferenciar a libido objetal da libido do Eu" (Freud, 1914/2004, p. 117).

Por outro lado, quando o investimento de libido no objeto resulta em sofrimento – consequência da perda, desprezo, indiferença ou qualquer outra decepção causada pelo objeto – a tendência é o retraimento libidinal, o que significa desinvestimento dos objetos externos e o retorno da libido ao Eu pelo qual esse último objetiva fortalecer-se. Tal retração é defensiva e difere qualitativamente daquele "estado de graça" experimentado pelo sujeito do exemplo anterior. Nesse último caso, há uma retirada de libido dos objetos, geralmente motivada por uma dor ou sofrimento, os quais, em alguns casos, chegam a ser de natureza traumática (Green, 1988).

O narcisismo funciona, portanto, também como uma defesa, a qual, por sua vez, é geralmente ativada pelo sofrimento excessivo. Conforme afirma Severiano (2001, p. 133), esse mecanismo – caracterizado pelo redirecionamento da libido depositada nos objetos e ideais de volta ao Eu – "constitui uma defesa psíquica na qual a fuga do mundo externo e o refúgio no ego são provocados por sentimentos insuportáveis de impotência ante uma sensação de aniquilamento". Tal sofrimento, é bom salientar, será principalmente resultante das relações travadas com o objeto: a terceira fonte de sofrimento proposta por Freud (1930/1996). Nesse caso de narcisismo secundário, há uma oposição momentânea entre libido objetal e narcísica: quanto mais libido é retornada ao Eu, menos libido é investida nos objetos exteriores.

De modo análogo, em casos de doença orgânica, ocorreria um retraimento natural da libido investida nos objetos em direção ao Eu, retraimento esse que facilitaria o processo de cura. O desligamento em relação aos componentes do mundo externo – que não tenham relação com o sofrimento do doente – passa a ser o traço mais marcante na atitude desse último. Entretanto, como sinal de sua recuperação ele deverá renunciar a esse egoísmo próprio da doença: "o doente recolhe seus investimentos libidinais para o Eu e torna a enviá-los depois da cura" (Freud, 1914/2004, p. 103).

Assim, o narcisismo secundário pode ser compreendido como uma defesa e um movimento em busca da cura. Tanto no caso da doença or-

gânica, quanto na decepção amorosa, a retirada de libido do mundo exterior visa abastecer o suprimento de libido do Eu e, desse modo, fortalecê-lo. No entanto, esse modo de distribuição libidinal não poderá perdurar. Freud (1914/2004, p. 106) já alertava: "um forte egoísmo protege contra o adoecimento, mas, no final, precisamos começar a amar para não adoecer, e iremos adoecer se, em consequência de impedimentos não pudermos amar" (Freud, 1914/2004, p. 106). Em outras palavras, a fixação na posição libidinal narcísica constitui-se um sinal de patologia presente ou futura.

De acordo com Green (1988, p. 49), exceto pelo desinvestimento natural do Eu em relação ao mundo exterior, durante o sono reparador de toda noite, "a retração narcisista não requer nenhum comentário particular, a não ser a lembrança de que ela é a resposta a um sofrimento e um mal-estar". O que ocorrerá, a partir dessa retração, dependerá tanto das vicissitudes do desenvolvimento ulterior do indivíduo quanto de características estruturais do Eu, ou, em outras palavras, de sua capacidade de lidar com o sofrimento e com a independência e diferença irredutível do objeto em relação ao sujeito.

Como sabemos, as funções do Eu incluem não somente lidar com as demandas pulsionais, mas também servir a três senhores, sendo, consequentemente, ameaçado por três perigos: o mundo externo, a libido do Isso e a severidade do Supereu (Freud, 1923/1996). No caso em que o objeto, ao invés de cumprir sua função de alimentar e investir libidinalmente no Eu, torna-se uma quarta fonte de perigo, ansiedade e até mesmo angústia, temos o risco desse mesmo Eu sucumbir. Green (1988b) afirma que, nesse caso, "o objeto-trauma tornar-se-á um objeto-louco. Enlouquecido e enlouquecedor, contra o qual será tentada uma neutralização pelas pulsões de destruição" (p. 157). Em outras palavras, o narcisismo transformar-se-á de positivo em negativo. As pulsões de destruição alternar-se-ão entre objeto externo, interno e inclusive sobre o próprio Eu.

Como nos permite compreender Green (1988b, p. 54), o narcisismo serve ao sujeito como "objeto interno substitutivo que vela pelo Eu como a mãe vela pela criança". Dessa função protetora do narcisismo, podemos depreender as consequências destrutivas – para o psiquismo – de sua transformação de positivo em negativo. Será tal alteração o fator respon-

sável por "instalar o que é da morte no seio do amor, de torná-los quites, em detrimento do objeto" (Green, 1988b, p. 108, grifos nossos).

Segundo Green (1988a, p. 59), baseado em Freud, o objetivo da pulsão de morte é eliminar toda e qualquer perturbação. A mesma visa, portanto, neutralizar o desejo, o qual confere ao sujeito a consciência de separação em relação ao objeto e, assim, da falta. Enquanto as pulsões de vida garantirão uma "função objetalizante", caracterizada por estabelecer laços com o objeto, a pulsão de morte cumpriria a função contrária, ou seja:

> a meta da pulsão de morte é realizar ao máximo uma função desobjetalizante através do desligamento. Esta qualificação permite compreender que não é somente a relação com o objeto que é atacada, mas também os substitutos deste – o Eu, por exemplo, e o próprio investimento, à medida que sofreu o processo de objetalização. (Green, 1988a, p. 60)

Assim, Green (1988b, p. 23) concebe o narcisismo de morte como expressão dessa tendência desobjetalizante, que é a busca "do nada, isto é, de uma redução das tensões ao nível zero, que é a aproximação da morte psíquica". Para melhor elucidar tal questão, podemos dizer que o narcisismo de morte corresponderia ao apagamento do desejo no que ele tem de mais perturbador, ou seja, sinalizar ao sujeito sua condição de falta, de incompletude e dependência em relação aos objetos exteriores.

Assim, o narcisismo, como tentativa de defesa e resposta ao sofrimento experimentado pelo sujeito, é passível de se aliar tantos aos objetivos da cura (e, portanto, da vida) quanto adquirir um caráter eminentemente patológico, que se traduz pela tendência de conduzir a atividade psíquica de acordo com os objetivos da pulsão de morte, ou seja, neutralizar o desejo, eliminar o vínculo com os objetos de amor externos e reduzir a tensão a zero.

A partir dessa compreensão, e tendo em vista essa dupla potencialidade do narcisismo, investigaremos, em seguida, alguns dos elementos da chamada cultura do narcisismo (Lasch, 1983). Nosso objetivo é melhor apreender o fenômeno do narcisismo contemporâneo como modalidade de sofrimento psíquico, seja para buscar uma compreensão acadêmica mais ampla dessa importante categoria psicossocial, ou visando colaborar com a constituição de uma atuação profissional da Psicologia mais com-

prometida com o ser humano do que com rótulos e diagnósticos individuais e que, portanto, recuse-se a responsabilizar unicamente o sujeito em sofrimento por problemas cultural e historicamente gerados.

O narcisismo e a cultura contemporânea

Como pontuamos anteriormente, ao desenvolver sua análise da chamada cultura do narcisismo, Lasch (1983) não logra tornar os campos da cultura e do psiquismo intercambiáveis, como se ambos pudessem ser tratados segundo um mesmo pressuposto ontológico. O autor nos fala de "uma sociedade que dá crescente proeminência e encorajamento a traços narcisistas" (Lasch, 1983, p. 15), compreendendo tais traços, portanto, como uma resposta do indivíduo a acontecimentos externos e de ordem histórica. Tal análise permite articular, de um lado, o conceito de narcisismo e este como fenômeno psíquico (e, portanto subjetivo) e, de outro, as condições objetivas que desencadeiam ou exacerbam tal fenômeno, presentes no âmbito da sociedade e da cultura.

Lasch (1983, p. 128), ao referir-se ao narcisismo, destaca o que os psicólogos e psicanalistas entendem por sua dimensão defensiva, ou seja, as defesas de caráter narcísico. Para o autor, a incomensurabilidade e a opressão social geram uma atitude de estupefação e desesperança no indivíduo que, eximindo-se de entender e transformar sua sociedade, volta-se para interesses eminentemente pessoais, deixando de refletir e de se preocupar com as questões políticas e as causas coletivas. Eis aí o cerne da chamada cultura do narcisismo: o indivíduo, guiado por uma "mentalidade sobreviventista" (Lasch, 1983, p. 27), adota uma atitude calcada no individualismo, que renuncia a refletir ou agir politicamente.

Lasch (1983, p. 11) nos fala de uma "crise geral da cultura ocidental", referindo-se a essa incapacidade do indivíduo contemporâneo de conferir inteligibilidade ao seu momento histórico e, assim, de agir no sentido de transformá-lo. Bauman (2008, p. 36), por sua vez, traz essa análise mais próxima aos nossos dias, apontando a incerteza quanto ao nosso próprio destino global como "força individualizante", e argumentando que, em nossa época, a ideia de interesses comuns torna-se praticamente incompreensível, dada a impotência do indivíduo para controlar seus próprios meios de sobrevivência e de determinar ou prever o curso dos aconteci-

mentos que os controlam. O autor também defende, semelhantemente a Lasch (1983), a existência de uma crise na cultura, devido ao fato da rotina ser constantemente desafiada e, assim, ser impossível planejar ou confiar no futuro. Acerca disso, acrescenta: "Projetar-se no futuro não é possível para quem não tem controle do presente, mas esse projeto é condição indispensável de todo pensamento transformador" (Bauman, 2008, p. 42).

Devido à dificuldade de pensar e agir no sentido da transformação das condições sociais, o narcisismo suscitado pela cultura atual será também conservador da mesma ordem social injusta que o gera. Ao retirar seu interesse das questões políticas e da coletividade, o narcisista acaba se conformando com a totalidade existente e desistindo de refletir sobre outras possibilidades. Conforme afirma Pedrossian (2008, p. 88): "A palavra de ordem é adaptação do narcisista à realidade existente por intermédio da falta de esclarecimento".

De modo semelhante, Lasch (1983, pp. 127-128) afirma que, embora consista em uma tentativa de se defender, a "postura de cínico distanciamento" e a "fuga romântica" em relação à realidade social acabam solapando as possibilidades de transformação dessa última. Perpetuam-se, desse modo, as mesmas formas de sofrimento contra os quais o indivíduo lograva defender-se por meio do seu retraimento narcísico. É também por esse motivo que Lasch (1983, p. 99) assevera que a suposta glorificação do indivíduo nesse tipo de cultura significa, na verdade, seu próprio "aniquilamento".

Para Lasch (1983), quanto mais o indivíduo se centra em interesses narcisistas, mais insatisfação e sentimentos de angústia são gerados. Embora tenha o intuito original de promover conforto psíquico ao indivíduo, o exclusivo interesse de si parece malograr justamente nesse ponto essencial. Além disso, conforme explica Sennett (1988), o fato de voltar-se para si mesmo, não garante ao indivíduo melhor compreensão de suas necessidades e sentimentos. O autor esclarece que, "quanto mais privatizada é a psique, menos estimulada ela será e tanto mais nos será difícil sentir ou exprimir sentimentos" (Sennett, 1988, p. 16). Em outras palavras, o indivíduo precisa da mediação do outro e da cultura para compreender a si mesmo – inclusive seus próprios sentimentos – e individuar-se. É por esse motivo que o recuo do indivíduo em relação ao espaço público – esse retraimento narcísico para a esfera privada – não garante que o indivíduo compreenda melhor sua interioridade:

> As sociedades ocidentais estão mudando a partir de algo semelhante a um estado voltado para o outro para um tipo voltado para a interioridade – com a ressalva de que, em meio à preocupação consigo mesmo, **ninguém pode dizer o que há dentro.** (Sennet, 1988, p. 18, grifos nossos)

Adorno (2008, p. 30) nos auxilia a entender melhor porque o foco narcísico sobre o Eu não necessariamente garante o atendimento das necessidades do indivíduo: "A perspicácia excessivamente concentrada no interesse próprio resulta na deterioração da capacidade de enxergar além dele, o que resulta em prejuízo para o interesse próprio". Isso nos permite também compreender porque o reduto narcísico, diante da violência psicossocial contemporânea, é menos um porto-seguro do que uma claustrofóbica (e, muitas vezes, agonizante) câmera de isolamento.

A aporia utilizada por Adorno (2008, p. 19) para explicar os desvios ou transtornos dos mecanismos de autoconservação do Eu na contemporaneidade é bastante elucidativa nesse sentido. O autor nos fala sobre um "hiperdesenvolvimento autodestrutivo do interesse próprio" (Adorno, 2008, p. 19). Tal paradoxo parece conjugar-se, de maneira praticamente incólume quanto ao seu significado, à noção de narcisismo de morte: a concomitância entre exacerbação do interesse próprio e da autodestrutividade, nesse caso, seria a expressão do enlace entre o narcisismo (retirada da libido dos objetos e ideais em direção ao Eu) e os objetivos da pulsão de morte (destruição de si mesmo, redução da energia a zero, morte).

Podemos compreender que o retraimento narcísico, apesar de defensivo, não deixa de ter também uma dimensão mutiladora do eu, na medida em que a fantasia onipotente narcísica, como explica Green (1988b, p. 214), "retira o sujeito de um circuito de relações objetais". Em relação a isso, o autor também afirma: "a completude narcisista não é signo de saúde, mas miragem de morte. Ninguém é sem objeto. Ninguém é o que é sem objeto" (Green, 1988b, p. 211). Ora, se ninguém é sem objeto, só se pode ser autossuficiente sendo nada, daí a aspiração ao estado quiescente que só pode ser anterior ou posterior à vida. Desse modo, torna-se mais fácil compreender de que maneira o desejo de anular a tensão e a dor coaduna-se à pulsão de morte.

No entender de Lasch (1983), a cultura do narcisismo colabora com tal mutilação do Eu, à medida que, simultaneamente, dificulta as relações

entre as pessoas e promove fantasias narcísicas: "ao mesmo tempo em que a sociedade torna cada vez mais difícil o encontro da satisfação no amor e no trabalho, ela cerca o indivíduo de fantasias manufaturadas de gratificação total" (p. 277). É nesse sentido que as ilusões de onipotência, encorajadas pela publicidade, cumprem seu papel político de integração e adaptação dos indivíduos à ordem social (Baudrillard, 2006). Nas palavras de Pedrossian (2008, p. 179), "O todo social apropria-se da vida dos indivíduos para a reprodução da ordem estabelecida".

É assim que, "insaciavelmente faminto de experiências emocionais com as quais preencher um vazio interior" o indivíduo se tornará um alvo fácil da publicidade e da indústria das necessidades programadas (Lasch, 1983, p. 63).Conforme nos explica Baudrillard (1995), a publicidade – instância simbólica privilegiada no *ethos* contemporâneo – engendra a criação social de necessidades que, não obstante se apresentem como criadas para a sublime fruição do consumidor, referem-se, ao fim e ao cabo, às próprias necessidades de reprodução do sistema:

> O campo do consumo é ... um **campo social estruturado** em que os bens e as próprias necessidades, como também os diversos indícios de cultura, transitam de um grupo modelo e de uma **elite** diretora para as outras categorias sociais ... nenhuma necessidade emerge espontaneamente do consumidor de base ... as necessidades e as satisfações escoam-se para baixo ("trickling down") em virtude de um princípio absoluto e de uma espécie de imperativo social categórico, que constitui o suporte da distância e da diferenciação por meio dos signos. (Baudrillard, 1995, pp. 61-62)

Adorno e Horkheimer (1947/2006, p. 135), do mesmo modo, compreendem que os padrões de consumo veiculados pela publicidade correspondem a um circuito sistematizado e hierárquico de manipulação. Para os autores, tanto a publicidade quanto a indústria cultural convertem-se em "psicotécnica", ou seja, em instrumentos de poderosa influência, e, concomitantemente, de engodo para o consumidor. Acerca da publicidade, os autores ainda afirmam: "Ela consolida os grilhões que encadeiam os consumidores às grandes corporações" (Adorno & Horkheimer, 1947/2006, p. 134).

Não obstante, o denominado *"***condicionamento de diferenciação** e de obediência a um código" (Baudrillard, 1995, p. 60), promovido pela publicidade, é dificilmente percebido dessa maneira pelo indivíduo consumi-

dor. A "*ambiência benéfica e maternal*" (Baudrillard, 1995, p. 206) criada e difundida pela psicotécnica, faz crer ao consumidor que é ele quem faz a escolha, baseado em sua liberdade e aspirações pessoais. Mais que isso, a publicidade apresenta os objetos a serem consumidos através de uma solicitude que lembra o clima emocional de gratificação (passiva) da criança por seus pais: todo o universo do consumo é apresentado, no discurso da publicidade, como orientado para a plena satisfação do consumidor É também nisso que se funda a crença dos consumidores nos discursos e imagens publicitárias: nessa "função gratificante, infantilizante da publicidade" (Baudrillard, 2006, p. 181).

Lasch (1983, p. 64) acredita que o narcisismo na contemporaneidade é uma expressão do desamparo e do sofrimento. A necessidade de sobrevivência psíquica – desencadeada por meio de vários artefatos e características da cultura do narcisismo – faz com que o indivíduo se isole e se defenda da dependência dos outros, que são "percebidos como não confiáveis, sem exceção". As fantasias de onipotência que acompanham o retraimento narcísico seriam, portanto, tentativas de compensar esses sentimentos de dor e falta de proteção.

Além disso, pela própria estrutura individualista dessa ordem social, os indivíduos são pressionados a buscarem, inutilmente, resolver sozinhos problemas produzidos socialmente. Bauman (2008, p. 190) explica a razão de ser essa uma tarefa que resultará, inevitavelmente, infrutífera: "não existem soluções biográficas para contradições sistêmicas" .

Defrontados com a impossibilidade de resolver seus problemas, a tendência é que os indivíduos percam a confiança no significado da vida e nos esforços de longo prazo. Do mesmo modo, valores tais como justiça e igualdade, podem ser ridicularizados. O que impera é a "indiferença de massa" (Lipovetsky, 1989, p. 10), a qual, por sua vez, corresponde a uma tendência a "reduzir a carga emocional investida no espaço público ou nas esferas transcendentes, aumentando correlativamente as prioridades da esfera privada" (Lipovetsky, 1983, p. 14).

Costa (1988, p. 165) define nossa cultura como "aquela em que o conjunto de itens materiais e simbólicos maximizam real ou imaginariamente os efeitos da *Anankê*", tornando a experiência de impotência e desamparo bastante intensa. *Anankê*, tal como definida por Freud (1930/1996), refere-se ao conjunto de nossas necessidades materiais e

objetivas. Tal noção reúne, portanto, tudo aquilo que, por apontar nossa fragilidade e dependência de recursos, evidencia o *Hilflosigkeit*, ou seja, o desamparo ou incapacidade de sobreviver por si mesmo, apontado por Freud (1930/1996), como condição inexpugnável do ser humano. Intensificar seus efeitos corresponde a acirrar o desamparo estrutural, tornando-se mais difícil de com ele lidar e suportá-lo. Esse será o motivo mais apontado (pelos autores aqui pesquisados) no desencadeamento das defesas de caráter narcísico. A ideia comum é que lidar com um desamparo maior do que aquele que se pode suportar corresponde a uma tarefa demasiado árdua para o aparelho psíquico, realizada à custa de considerável sofrimento. Além disso, a "humilhação narcísica" (Costa, 1988, p. 165) – dada pela sensação de impotência e pequenez diante de uma totalidade social todo-poderosa – tende a acionar mecanismos psíquicos que se coadunam à pulsão de morte.

Em um primeiro momento, a defesa narcísica visa fortalecer o Eu, reinvestindo nele a libido retirada do mundo exterior. Ocorre que, como vimos, esse Eu é invadido por elementos da exterioridade, ao identificar-se mimeticamente com os modelos estandardizados da indústria cultural e ser diluído na totalidade social. Os padrões adotados pelo indivíduo para, supostamente, satisfazer suas necessidades, geralmente não contam com uma reflexão apropriada ou com uma consideração dos elementos verdadeiramente humanos dessas necessidades. Ao negligenciar – até mesmo, às vezes, por desconhecer – seus próprios interesses e necessidades para perseguir imperativos hierarquicamente impostos de adaptação social, o indivíduo se deixa absorver na totalidade que o violenta (Adorno & Horkheimer, 1947/2004).

Adorno e Horkheimer (1947/2004) colocam a identificação com o sistema vigente como uma forma de aniquilamento do indivíduo no que ele possui de singular, legítimo e reflexivo. Em um contexto no qual a cultura deixa de primar pelo bem-estar de seus membros, suscitando o desamparo e, consequentemente, o narcisismo, podemos compreender melhor os enlaces feitos entre esse tipo de identificação e as forças constitucionais de autodestruição do indivíduo.

Nas palavras de Sodré (1990, p. 17), a "ordem telerrealista da contemporaneidade", ao fascinar e iludir o indivíduo contemporâneo, entorpece sua percepção, afastando-o de si mesmo para arrastá-lo ao "universo

de vertigem narcísica". Tal universo permite a essa mesma ordem administrar a vida social e mesmo conduzir a vontade individual por caminhos compatíveis à manutenção do sistema vigente. Nesse sentido, o narcisismo contemporâneo revela-se como instrumento da cumplicidade individual à violência psicossocial engendrada pelo sistema.

Para Pedrossian (2008), a violência e a barbárie, implicadas no próprio princípio civilizatório da contemporaneidade, inibem a pulsão de vida em suas mais diversas manifestações, tais como: amor, felicidade, sublimação e transcendência. A autora coloca, claramente, que o narcisismo contemporâneo é, simultaneamente, fruto da violência engendrada por uma sociedade administrada e autoritária, e também elemento necessário ao desenvolvimento e sustentação da mesma, já que esse tipo de sociedade requer, para a manutenção do *status quo*, indivíduos regredidos, vulneráveis e desamparados.

Assim, quando buscamos compreender o sentido do termo 'narcisismo contemporâneo', não se trata somente de um exercício intelectual que, aplicando os conhecimentos psicanalíticos a objetos específicos de nossa época, visa manter o interesse social da Psicanálise (Saceanu, 2005). Ao analisar as reverberações subjetivas, decorrentes do modo de organização social contemporâneo, objetivamos também colaborar com a constituição de uma ciência psicológica comprometida com o ser humano e que, portanto, recusa-se a acumpliciar-se ou fazer eco a técnicas de controle e violência psicossocial ou a discursos ideológicos de caráter alienante e excludente (Caniato, 2009).

Vimos que a cumplicidade individual com a cultura do narcisismo contemporânea se dá no âmbito do desejo e do inconsciente. Não obstante, a aliança narcisismo-pulsão de morte, perpetrada pela aniquilação ou cooptação do desejo individual – e também por várias outras formas de violência psicossocial, às quais o indivíduo encontra-se sujeito – fazem do narcisismo contemporâneo a expressão da crueldade e indiferença. Depois de despojado daquilo que constitui e fortalece seu eu, restará ao indivíduo apenas reproduzir tal esvaziamento de amor em suas relações sociais e pessoais.

Como esclarece Freud (1921/1996), "no desenvolvimento da humanidade como um todo, do mesmo modo que nos indivíduos, só o amor atua como fator civilizador, no sentido de ocasionar a transformação do

egoísmo em altruísmo" (p. 114). A cultura que impede a ação desse 'fator civilizador' torna o indivíduo bárbaro ao mesmo tempo em que se transforma, ela mesma, em barbárie. As várias formas que a violência adquire na sociedade contemporânea parecem ser razões suficientes para buscar, essencialmente, modos de promover e fortalecer o amor e a solidariedade na esperança de dirimir, e mesmo conter, a barbárie.

Dessa forma, a compreensão de que nossa sociedade "está se afundando em uma nova espécie de barbárie" (Adorno & Horkheimer, 1947/2006, p. 11), não necessariamente remete-nos a um fatalismo conformista diante da realidade psicossocial aqui investigada. Ao fim e ao cabo, as ferramentas teóricas constituídas nesse trabalho e também aquelas que foram nele analisadas, parecem servir justamente ao propósito contrário, ou seja, instrumentalizar os profissionais da Psicologia e de outras áreas que lidem direta ou indiretamente com o sofrimento psíquico, para intervenções reflexivas e transformadoras desse estado de coisas. Afinal, se a civilização é – ou, ao menos, poderia ser – o conjunto de "todas as coisas que buscamos a fim de nos protegermos contra as ameaças oriundas das fontes de sofrimento" (Freud, 1930/1996, p. 93), urge fazer cumprir essa função eminentemente protetora da cultura em relação aos seres humanos. A Psicologia, como ciência intimamente relacionada à produção simbólica e ao sofrimento humano, não pode furtar-se ao cumprimento de seu papel no que se refere a essa importante tarefa.

Referências

Adorno, T. W. (2008). *As estrelas descem à Terra: a coluna de astrologia do Los Angeles Times: um estudo sobre superstição secundária*. São Paulo: UNESP.

Adorno, T. & Horkheimer, M. (2006). *Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos.* Rio de Janeiro: Zahar (Original publicado em 1947)

Amaral, M. G. T. (1997). *O espectro de Narciso na modernidade: de Freud a Adorno.* São Paulo: Estação Liberdade.

Baudrillard, J. (1995). *A sociedade de consumo.* Lisboa: Edições 70.

Baudrillard, J. (2006). *O sistema de objetos.* São Paulo: Perspectiva.

Bauman, Z. (2008). *A sociedade individualizada*: *vidas contadas e histórias vividas.* Rio de Janeiro: Zahar.

Caniato, A. M. P. (2009). Reflexões sobre as implicações ideológicas na psicologia clínica. In *Subjetividade e Violência* (pp. 121-150). Maringá, PR: Eduem.

Costa, J. F. (1984). *Violência e Psicanálise.* Rio de Janeiro: Graal.

Costa, J. F. (1988). Narcisismo em tempos sombrios. In *Percurso na história da psicanálise* (pp. 151-174). Rio de Janeiro: Taurus.

Freud, S. (1996). Psicologia de grupo e análise do ego. In *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud* (Vol. 18, pp. 77-154). Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1921)

Freud, S. (1996). O Ego e o Id. In *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud* (Vol. 19, pp. 13-80). Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1923)

Freud, S. (1996). O mal estar na civilização. In *Edição Standard Brasileira das Obras Psicólogicas Completas de Sigmund Freud* (Vol. 21, pp. 65-148). Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1930)

Freud, S. (2004). Sobre o narcisismo: uma introdução. In *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas de Sigmund Freud* (Vol. 1, pp. 95-131). Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1914)

Green, A. (1988a). Pulsão de morte, narcisismo negativo, função desobjetalizante. In *A pulsão de morte* (pp. 53-64). São Paulo: Escuta.

Green, A. (1988b). *Narcisismo de vida, narcisismo de morte.* São Paulo: Escuta.

Hornstein, L. (2006). *Narcisismo: autoestima, identidad, alteridad.* Buenos Aires: Paidós.

Lasch, C. (1983). *A cultura do narcisismo: a vida americana numa era de esperanças em declínio.* Rio de Janeiro: Imago.

Lipovetsky, G. (1983). *A era do vazio: ensaio sobre o individualismo contemporâneo*. Lisboa: Relógio D'Água.

Lipovetsky, G. (1989). *O império do efêmero: a moda e seu destino nas sociedades modernas.* São Paulo: Companhia das Letras.

Pedrossian, D. R. S. (2008). *A racionalidade tecnológica, o narcisismo e a melancolia.* São Paulo: Roca.

Rey, F. L. G. (2002). La subjetividad: su significación para la Ciencia Psicológica. In *Por uma epistemologia da subjetividade: um debate entre a teoria sócio-histórica e a teoria das representações sociais* (pp. 19-42). São Paulo: Casa do Psicólogo.

Saceanu, P. (2005). *A inquietante estranheza na contemporaneidade*. Tese de Doutorado, Programa em Pós-graduação em Teoria Psicanalítica, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Sennett, R. (1988). *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade.* São Paulo: Companhia das Letras.

Severiano, M. F. V. (2001). *Narcisismo e publicidade: uma análise psicossocial dos ideais do consumo na contemporaneidade*. São Paulo: Annablume.

Severiano, M. F. V. & Estramiana, J. L. A. (2006). *Consumo, narcisismo e identidades contemporâneas: uma análise psicossocial.* Rio de Janeiro: EdUERJ.

Sodré, M. (1990). *A máquina de Narciso: televisão, indivíduo e poder no Brasil*. São Paulo: Cortez.

De bandidões a doentinhos: uma análise das identidades pressupostas numa instituição total

Débora Cidro de Brito

Aluísio Ferreira de Lima

Introdução

Neste texto, procuramos discutir as (im)possibilidades de existência dentro dos hospitais de custódia e de tratamento psiquiátrico a partir das narrativas de duas pessoas internadas. O referencial teórico de análise utilizado refere-se ao sintagma identidade-metamorfose-emancipação, presente nos trabalhos de Lima e Ciampa (2012), Ciampa (1984, 1987, 2003[1]), Lima (2010) e Almeida (2005). Proposição que "reafirma a necessidade de uma psicologia que seja efetivamente social e que estude a questão do desenvolvimento do ser humano em toda a sua complexidade e abrangência" (Lima & Ciampa, 2012, p. 26). A escolha por esse referencial teórico deu-se pela possibilidade que apresenta para "assinalar e denunciar as formas de opressão individual/coletiva e as práticas de reconhecimento perverso" (Lima & Ciampa, 2012, p. 25) em narrativas de história de vida. Acreditamos que as histórias de Vânia e de Rosa (nomes fictícios) oferecerão diferentes elementos para a compreensão das (im)possibilidades de existência dentro dos hospitais de custódia, com personagens constituídas a partir de duas possibilidades de papéis sociais: bandidões ou doentinhos.

A medida de segurança e as instituições totais

O Código Penal é a lei que regula as ações humanas com o objetivo de defender a sociedade, aplicando uma sanção penal em caso de prática

[1] Ciampa, A. C. (2003). A identidade social como metamorfose humana em busca de emancipação: articulando pensamento histórico e pensamento utópico. Trabalho apresentado no *XXIX Encontro da Sociedade Interamericana de Psicologia* - SP, Lima.

de algum crime. Para que se considere a capacidade de algum indivíduo sofrer uma sanção penal, devem ser considerados três aspectos, segundo Fontana-Rosa e Cohen (2006): a imputabilidade, a culpabilidade e a responsabilidade.

A imputabilidade se relaciona com a capacidade que um indivíduo deve ter para valorizar e respeitar as normas sociais, controlando seus impulsos e evitando uma ação delituosa. A culpabilidade é a parte subjetiva do delito. Parte do princípio de que todos devem conhecer as consequências de seus atos, havendo sempre uma motivação em nossas ações e da qual temos conhecimento. Por último, a responsabilidade é a consequência do crime, a sanção penal em questão.

Em resumo, uma pessoa imputável é aquela que tem conhecimento e controle dos seus atos e, portanto, poderá ser culpabilizada por um crime cometido e responsabilizada por ele. Ao receber uma sanção penal, ela estará respondendo à sociedade pela ação criminosa.

Ocorre que nem sempre é possível considerar a imputabilidade aos sujeitos que cometem algum delito, impossibilitando, consequentemente, a culpabilização e a responsabilização. O Artigo 26 do Código Penal discute essa condição e propõe que:

> É isento de pena o agente que, por doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado era, ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento. (Mirabete, 2001, p. 229)

A isenção de pena, como é possível imaginar, não implica a liberação das obrigações legais. De acordo com o Artigo 97, em caso de inimputabilidade, deverá ser aplicada a medida de segurança (MS), e o Juiz deverá determinar a internação ou, se o crime for punível com detenção, poderá propor o tratamento ambulatorial. E, ao contrário das penas previstas para os delitos convencionais, onde o limite de privação de liberdade é previsto e aplicado na condenação, o prazo estipulado para o cumprimento da medida de segurança será indeterminado, até que seja averiguada a cessação de periculosidade: "1º - A internação ou tratamento ambulatorial será por tempo indeterminado, perdurando enquanto não for averiguada, mediante perícia médica, a cessação de periculosidade. O prazo mínimo deverá ser de um a três anos" (Mirabete, 2001, p. 582).

Como é possível observar no Artigo 97, o que definirá a modalidade de tratamento (internação ou ambulatorial) será o crime cometido, e não a condição psíquica da pessoa. Essa condição coloca a medida de segurança em conflito com a Legislação de Saúde Mental vigente no País, sobretudo a Lei n. 10.216 (2001) — que trata dos direitos dos portadores de sofrimento psíquico e redireciona o modelo de atenção no País —, que propõe a internação somente quando todos os outros meios extra-hospitalares tiverem se mostrado insuficientes, contraindicando o tratamento em instituições asilares e as longas internações.

A cessação de periculosidade como critério para a liberdade apresenta-se como outro problema, uma vez que o próprio conceito de periculosidade não tem uma definição clara. Trata-se de um termo resultante dos interstícios do Direito com a Medicina, sem estudos que possam indicar alguma clareza no entendimento do conceito, apenas que ele se refere às possibilidades de ações futuras (Corocine, 2005).

Cohen (2006) também nos chama a atenção para a preconceituosa relação entre doença/deficiência mental e a periculosidade encontrada no Código Penal a partir das mudanças no ano de 1984, que exclui desse grupo qualquer pessoa que tenha cometido um crime e que possa ser responsabilizada por seu ato. Segundo suas palavras, "um indivíduo que matar toda a família e os seus vizinhos não será considerado socialmente perigoso; ele o seria se furtasse uma loja e fosse considerado doente mental" (p. 125).

É certo que após a implantação da Lei n. 10.216 (2001), algumas regulamentações foram criadas na tentativa de adequar as medidas de segurança aos princípios da Reforma Psiquiátrica e às experiências com pacientes judiciários que seguem a política antimanicomial, por exemplo, as Resoluções n. 5 (2004) e 4 (2010) do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária. Porém, nenhuma dessas resoluções possibilita o questionamento no modo como as medidas de segurança são executadas. O que temos são mudanças restritas ao campo burocrático que na prática estão longe de alterar as políticas de identidade que produzem a identidade do louco perigoso, ou seja, mantêm-se os discursos que estabelecem identidades, definindo como se deve ser, com a justificativa de que essa é a melhor opção para o outro, conforme Goffman (1975) havia assinalado ainda nos anos de 1960.

As medidas de segurança seguem, em sua maioria, sendo cumpridas em Hospitais de Custódia e Tratamento Psiquiátrico, "instituições totais" que pouco têm a oferecer em termos de tratamento e possibilidades de recuperação[2]. Instituições que, como bem evidenciou Goffman (2007), promovem em seus internos processos de mortificação do eu, que têm início desde sua internação e passam pelo uso das roupas da instituição, corte de cabelo obrigatório, identificação numérica, horários definidos pela administração, até a transformação da pessoa em objeto e eliminação, em seu novo cotidiano, das ações que anteriormente lhe conferiam certa autonomia. Despojado de seu eu e de tudo e todos que lhe conferiam uma identidade, resta ao internado representar as personagens possíveis dentro da instituição. E, ainda que não se queira, inicia-se uma "carreira de moral", em que o indivíduo oscila entre a recusa da personagem até a aceitação de seu papel como única forma possível (Goffman, 2007).

Os trabalhos de Corocine (2005) e Carrara (1998) apresentam dois tipos de papéis resultantes da carreira moral possíveis de se representar em Hospitais de Custódia e Tratamento Psiquiátrico: os "bandidões" e os "doentinhos" ou pepezões. Os bandidões são aqueles que apresentam mais características dos internos de um presídio, mais malandragem nas ações, geralmente aqueles com alguma liderança no hospital e maior acesso a certos benefícios. Os doentinhos se assemelham aos pacientes de hospitais psiquiátricos, com nenhuma ou pouca malandragem, a princípio parecendo muito mais dependentes e objetos da instituição. Os papéis de "bandidões" e "doentinhos" podem ser compreendidos, nesse sentido, como políticas de identidades que, segundo Goffman (1975), são resultantes das imposições de determinados grupos sobre aqueles que são vistos como desviantes de uma normalidade e, por isso, devem se adequar ao que o grupo "correto" entende como possibilidade para as identidades.

Conforme o exposto, as medidas de segurança, por meio de instituições totais, tais como os Hospitais de Custódia e Tratamento Psiquiátrico, têm promovido um tipo de intervenção que segue na contramão da Lei n. 10.216 (2001), oferecendo carreiras morais que oferecem como papéis a condição de "bandidões" ou "doentinhos" (Carrara, 1998; Coro-

2 As instituições totais, segundo Goffman (2007, p. 11), são locais de moradia, de trabalho e de lazer, onde o indivíduo viverá por um determinado tempo (espontaneamente ou obrigado), tendo sua vida administrada por terceiros e separado da sociedade mais ampla.

cine, 2005). Quais os efeitos da imposição desses papéis? Como diferentes sujeitos se colocam frente a esses papéis? É possível pensar na emancipação identitária de pessoas internadas nessas instituições totais? Essas são as questões que surgem ao nos depararmos com esse pano de fundo e que iremos tentar responder ao longo deste texto ao trazer as narrativas de Vânia e Rosa. Entretanto, antes de tratarmos de suas histórias, iremos discorrer sobre o sintagma identidade-metamorfose-emancipação, referencial que orientará nossa análise.

O sintagma identidade-metamorfose-emancipação

Adiantamos no início deste trabalho que iremos realizar a análise das narrativas de Vânia e Rosa a partir do sintagma identidade-metamorfose-emancipação, desenvolvido nos trabalhos de Ciampa (1984, 1987, 2003), Lima e Ciampa (2012), Lima (2010) e Almeida (2005). O sintagma identidade-metamorfose-emancipação é resultante do aprofundamento das reflexões iniciadas por Ciampa em 1987 em *A estória do Severino e a história da Severina*. O autor, mesmo não apresentando nesse trabalho claramente o ideal de emancipação (Lima & Ciampa, 2012), identifica as transformações pelas quais a personagem de Severino — do poema "Morte e Vida Severina" de João Cabral de Melo Neto — e a personagem de Severina — uma pessoa "de carne e osso" — vão passando ao longo de suas vidas, mostrando-se em movimento, expressando-se como metamorfose em busca de emancipação.

Para uma clarificação do conceito de identidade, Ciampa (1987, p. 198) utiliza a forma personagem, visto que, se o limitássemos aos papéis sociais que podem ser desempenhados, teríamos uma padronização das pessoas, uma objetividade sem ligação com a subjetividade de cada um: todos os médicos, as esposas, os universitários seriam iguais. Já a forma personagem evidencia "momentos da identidade, degraus que se sucedem, círculos que se voltam sobre si em um movimento, ao mesmo tempo, de progressão e de regressão" (Ciampa, 1987, p. 198). Diferente dos papéis sociais, as personagens se relacionam com os projetos de vida, com a individualidade de cada um.

Nossa identidade, nesse sentido, é constituída por uma série de personagens, que se formam a partir das diversas relações que vivemos.

Algumas são deixadas para trás, outras se mantêm ao longo do tempo mesmo quando passamos a representar novas personagens. Essas personagens (as que foram e as que ficaram) não estão isoladas em nossa identidade, cada uma influencia e é influenciada pela outra, formando a base para as novas que virão (Ciampa, 1987).

É por meio da representação das personagens que a identidade se manifesta. Diante do outro, representamos a nós mesmos, representamos a personagem professor, a personagem filha, a personagem esposa etc. Essas representações só podem ocorrer porque antes houve uma ação que permitiu a existência dessas personagens: a formação para a docência, o casamento, o nascimento da criança e assim por diante. Também é correto afirmar que essas representações só ocorrem porque há o reconhecimento por parte do outro. Se somos "autorizados" a representar uma personagem, é porque ela foi reconhecida pelo outro (Ciampa, 1984, 1987). Quando as mudanças das personagens ocorrem pela ação e pela consciência do fazer, conferem um significado para a identidade, podendo ser chamadas de *mesmidade*.

Nas relações que estabelecemos, estamos sempre representando as personagens que nos compõem, obviamente não todas ao mesmo tempo. Essa representação sempre vai considerar as expectativas dos outros e a nossa, e estará pautada no reconhecimento prévio do que é possível numa personagem, o que nos leva a ter "sempre que considerar uma identidade pressuposta, podendo agir para reproduzi-la ou, ao contrário, para modificá-la" (Almeida, 2005, p. 85). Isso, por si só, já demonstra que não há uma plena liberdade de escolha na constituição da identidade. Se escolhemos, assim fazemos a partir de um número limitado de possibilidades, dadas as determinações sociais e históricas.

Isso quer dizer que, embora a identidade não possa ser vista como algo permanente, um traço estático, mas como uma articulação entre várias personagens na vida de uma pessoa, esta ainda é muitas vezes vivida a partir de uma identidade pressuposta. Geralmente se espera que a pessoa cresça, estude, depois trabalhe, case, tenha filhos e, ao final da vida, aceite a velhice. Quebrar esse ciclo: não ir para a faculdade (quando se é de uma determinada classe social), não casar, ter um relacionamento homoafetivo e não ter filhos são alguns exemplos de mudanças no padrão

identitário que podem levar do estranhamento a ações violentas por parte dos outros sujeitos que fazem parte da interação.

Sendo assim, quando nos referimos ao fato de que em nosso cotidiano operamos a partir de identidades pressupostas, isso significa dizer que não podemos desconsiderar um fenômeno de reposição de uma mesma personagem. Quando isso ocorre, chamamos de *mesmice*, uma reposição de si mesmo que leva à aparência de não metamorfose. Podemos verificar a *mesmice* no cotidiano das relações sociais. O exemplo de Ciampa (1984) sobre a paternidade é muito claro: tornar-se pai é um fenômeno social que guarda semelhanças com outras paternidades prévias. O pai passa a ser reconhecido como tal, e essa personagem torna-se uma reposição constante, levando à negação das transformações nessa e nas outras personagens que compõem sua identidade.

Desse modo, a própria representação de uma personagem leva à negação das outras que compõem a identidade. Ainda que saibamos que uma pessoa, ao representar um estudante – dado o contexto que lhe confere esse direito –, não seja apenas isso, temos que reconhecer que sua representação oculta as demais personagens que a compõem.

No nosso cotidiano, temos o costume de reconhecer o outro por aquilo que vemos e não nos preocupamos com as personagens ocultadas pela representação de uma. A princípio, isso parece um simples processo de identificação e de reconhecimento do outro, mas trata-se de uma tendência a ver a representação como algo dado (Ciampa, 1987). O exemplo da paternidade pode ampliar nosso entendimento sobre a identidade pressuposta que se apoia na reposição constante de uma personagem. Não só somos reconhecidos por uma identidade pressuposta, como representamos de acordo com essa pressuposição (ainda que exista o objetivo de modificá-la).

> Daí a expectativa generalizada de que alguém deve agir de acordo com suas predicações e, conseqüentemente, ser tratado como tal. De certa forma, re-atualizamos, através de rituais sociais, uma identidade pressuposta, que assim é vista como algo dado (e não se dando continuamente através da re-posição). (Ciampa, 1987, p. 163)

Essa ocultação/representação leva a uma aparência da identidade como algo dado, e não se dando ao longo do tempo, levando, muitas ve-

zes, a uma aparência de não metamorfose. Somado a isso, Ciampa (1987, pp. 139-140) desenvolve, a partir de proposições marxianas, o conceito de fetichismo da personagem, ou seja, semelhante à forma mercadoria, algumas personagens podem sofrer uma reposição constante, dadas as imposições sociais que impedem sua superação, tornando-se um "objeto misterioso e fantasmagórico". O poder exercido por uma personagem fetichizada ultrapassa o tempo de sua existência, definindo ainda a sua identidade, como no recorte do poema: "Severino é lavrador, mas já não lavra".

De forma complementar ao fenômeno do *fetichismo da personagem,* temos o conceito de *reconhecimento perverso*, que foi apresentado em *Metamorfose, Anamorfose e Reconhecimento Perverso* (Lima, 2010), para explicar as situações em que existe um falso discurso de emancipação (ou, em nossos casos, de cuidado) que encobre as reais possibilidades de superação da identidade. Nesse trabalho, partindo do exemplo da personagem Severina-louca descrita em *A estória do Severino...*", Lima (2010) vai discutir como o discurso médico reduziu a pluralidade de personagens de sua identidade para apenas a personagem louca. Além disso, analisa mais três narrativas de histórias de vida de pessoas que vivem com o diagnóstico de doença mental e assinala como o discurso da Reforma Psiquiátrica, apesar de oferecer melhores condições aos pacientes, ainda apresenta uma contradição grave ao colocar como condição de cuidado a submissão ao discurso psiquiátrico, que transforma o sujeito submetido ao diagnóstico em "cidadão doente mental" (Lima, 2010, p. 115), inserindo-o em outra lógica manicomial, como "consumidor" de medicamentos e procedimentos.

Nesses casos, a *mesmice* é ocultada pelos "ganhos" de uma nova e melhor forma de tratamento que lhe confere mínima inclusão social, porém tornando-se mais complexo o reconhecimento de uma opressão. Fenômeno que Almeida (2005, p. 204) havia denominado como a produção de uma *identidade desidentificadora*, ao se referir àqueles que não têm lugar no espaço social, dadas as políticas de identidade que lhe conferem esse "não lugar", ou seja, os idosos, os presidiários, os portadores de sofrimento psíquico, os estigmatizados em geral que, muitas vezes, têm suas identidades definidas de tal forma a negar sua autonomia frente às diversidades da vida.

Acreditamos que esteja evidente como as proposições apresentadas a partir do sintagma Identidade-Metamorfose-Emancipação podem con-

tribuir na análise das identidades de pessoas internadas em instituições totais. E apresentaremos a seguir as histórias de Vânia e de Rosa (nomes fictícios) — pessoas que foram acompanhadas durante o ano de 2010 pela equipe de Psicologia de um Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico de São Paulo —, que oferecem diferentes elementos para a compreensão das (im)possibilidades de existência dentro dos Hospitais de Custódia a partir das personagens constituídas das duas possibilidades de papéis sociais atribuídas: bandidões ou doentinhos.

Vânia: a usuária de drogas que se prostituía, a louca perigosa, a bandidona

Vânia teve sua primeira internação no Hospital de Custódia em 1999, na época com 23 anos, vivenciando outras internações psiquiátricas em hospitais comuns anteriormente. Era usuária de drogas e também se prostituía para o sustento de seu vício; todavia, o motivo de sua internação foi a tentativa de assassinar o pai adotivo.

Consultando seu prontuário, foi possível verificar que para a tentativa de homicídio existem versões e horários diferentes para a ação, segundo os relatos de Vânia, de seu companheiro na época, de sua mãe, de um conhecido e do próprio padrasto. Nessas versões, com exceção desse conhecido e de seu padrasto, os demais afirmavam que este último sempre a ameaçou de morte, como também consta que Vânia fizera algumas ameaças.

Em outras versões, verificamos o relato de que a agressão não foi efetuada somente por Vânia, estando seu companheiro envolvido no caso, porém a ordem de prisão foi expedida somente em nome de Vânia, que posteriormente declarou estar "segurando a bronca" do seu companheiro que lhe ajudou com a tentativa de assassinato, pois assim ele não retornaria ao sistema penitenciário do qual havia saído há pouco tempo. Informou ainda que a escolha entre eles para que somente ela confessasse o crime se deu justamente por conta das internações psiquiátricas anteriores, o que facilitaria a conversão da sua pena em medida de segurança e o rápido retorno à sociedade.

É comum ouvir dos pacientes que foram instruídos por seus advogados para declararem, sempre que possível, a existência de uma doença mental que permitisse a conversão da pena em medidas de segu-

rança, entendendo que o tempo de tratamento se encerraria nos primeiros três anos ou antes disso. Trata-se de uma desinformação quanto ao tempo mínimo de tratamento da medida de segurança conforme consta no Código Penal e que, muitas vezes, é interpretado como o término do tratamento.

Dentro do Hospital de Custódia, Vânia passou a afirmar que sua mãe também estava envolvida no crime e que assumira toda a culpa para não deixá-la ir presa. Tal fato sempre foi narrado acompanhado da mágoa que sentia ao se perceber abandonada pela mãe, que não demonstrava interesse em se responsabilizar por sua desinternação.

Entre "brechas" e histórias estranhamente narradas nas folhas de seu prontuário criminal, inicia-se a história real de Vânia. Não que sua vida tivesse início no momento do crime. Sua vida certamente foi traçada desde seu nascimento, determinada pelas relações que atravessaram seu desenvolvimento, mas a entrada no hospital seguramente merece um capítulo à parte.

Vânia está há 14 anos no Hospital de Custódia, com algumas transferências para o tratamento em regime semiaberto[3], quando passava alguns períodos na casa de sua mãe. Sobre isso, Vânia dizia que a experiência não era agradável: mesmo que a medicação a deixasse impregnada, sua mãe demonstrava estar apavorada com a possibilidade de Vânia atacar alguém da família sem motivo aparente. Embora afirmasse não entender como a mãe poderia acreditar na possibilidade de agressão, dados os fortes sintomas da impregnação que afetavam sua mobilidade, estava submetida à identidade pressuposta de *Louca Perigosa*.

Sendo assim, existia por parte dos outros certa expectativa e receio de que houvesse alguma agressão. A personagem conferida após sua internação no Hospital de Custódia tornara-se fetichizada: mesmo com a explicação de que, por meio de uma avaliação, Vânia obteve o direito de voltar às ruas, a vizinhança demonstrava medo dela ou tentava se aproximar com um misto de ressalva e de curiosidade.

[3] É inevitável e contraditório o uso de termos decorrentes do sistema penitenciário. Um dos mais comuns é utilizado para designar o tipo de tratamento que ocorre nos Hospital de Custódia: tratamento em regime fechado ou em regime semiaberto. Este último ocorre quando o paciente apresenta "redução" no grau de periculosidade e por isso não é desinternado imediatamente, passando por uma internação intercalada com períodos (que não chegam a um mês) na casa de algum familiar.

As tentativas para se conseguir um emprego informal não foram possíveis, ninguém arriscava lhe dar um trabalho. Por ser Usuária de Drogas, sabia o que fazer para fugir do desconforto de representar tal identidade pressuposta: assumia outra personagem e seguia para "as bocas" com o intuito de esquecer seus problemas. O refúgio obviamente não serviu para a superação de sua condição de *Louca Perigosa*, pelo contrário, em um de seus retornos para o Hospital de Custódia, após algum tempo hospedada na casa da mãe, retorna para o tratamento em regime fechado, pois declara ao psiquiatra que havia consumido grande quantidade de crack nas ruas. Retornando ao Hospital de Custódia no final de 2009, permanece no mesmo até hoje e deve lidar com o fato da mãe afirmar não ter mais disponibilidade para recebê-la em casa e evitar a todo custo qualquer contato.

Quais seriam os motivos que determinaram o retorno de Vânia ao regime fechado de internação? Seria apenas o difícil relacionamento com sua mãe? Seria somente a dependência das drogas? Lembremos que antes disso encontramos Vânia presa à reposição da personagem Louca Perigosa, reconhecida como sua identidade pressuposta, e talvez sem consciência dessa mesmice que lhe aprisionava. Na condição de *Louca Perigosa em regime semiaberto*, ao declarar o uso de drogas, retorna para o regime fechado, tornando-se novamente, e sem previsão de alta, a *Louca Perigosa que precisa ficar trancada*.

De fato, em um primeiro momento, a forma física de Vânia, sua aparência masculina e sua fama passam a ideia de força, de agressividade, de uma pessoa perigosa. Vânia tem força e pode tranquilamente agredir alguém no hospital. Aliás, chegou a fazer isso muitas vezes. Todavia, é importante perceber que as agressões não foram por conta de sua condição de *Louca Perigosa*; elas são mais efeito da impossibilidade de viver outras personagens. Sua força física em relação às outras pacientes lhe concede certo poder, muitas vezes conquistado com agressões ou ameaças. Entretanto, em um segundo momento, o contraste com sua voz, extremamente fina, remete-nos a uma *criança que não cresceu*. Pelo menos em partes, quando nos aproximamos e conseguimos conhecê-la um pouco mais. Para além de sua identidade pressuposta, encontramos uma Vânia que gosta por escrever poesias que falam da infância ao lado da avó que já falecera, aparecem alguns

momentos de docilidade, de imaturidade, de bom humor que descontrai as pessoas.

No que se refere ao reconhecimento que recebia, a equipe técnica tinha opiniões divergentes sobre sua condição: enquanto alguns reconheciam nela os efeitos da institucionalização, que empobrecia sua capacidade de se relacionar com outras pessoas, e a diminuição de seus recursos para desenvolver novas habilidades que pudessem auxiliar em sua reestruturação em meio à sociedade, outros entendiam que uma pessoa capaz de ir até uma "boca de fumo" e comprar drogas não estava institucionalizada. Para estes últimos, a ação de usar drogas só confirmava a escassez de possibilidades que ela encontrava nas ruas. Ainda assim, era entre os usuários de drogas que Vânia podia ser reconhecida por outra coisa, exceto a Louca Perigosa.

Por ser reconhecida como a *Bandidona*, a *Paciente problema*, variações da personagem *Louca Perigosa*, Vânia foi encaminhada para acompanhamento individual com um psicólogo que se empenhou para que suas outras personagens fossem vistas, mesmo que minimamente. Havia da parte dele a certeza de que Vânia representava uma personagem que lhe descaracterizava e encobria suas possibilidades, uma identidade desidentificadora.

Acreditava-se que Vânia podia nos surpreender, e assim fez: ela recebia um benefício que ficava sob responsabilidade de sua mãe, que, por sua vez, alegava precisar do mesmo para ajudar na criação dos netos que ficaram sob sua guarda (informação que se mostrou questionável após alguns contatos da equipe técnica). Certo dia, Vânia solicitou que esse benefício fosse suspenso, pois para ela estava claro que, enquanto a mãe recebesse o benefício, pouco seria feito para sua desinternação. A equipe (que, apesar das recusas da mãe, insistiu em manter contato) decidiu que seu pedido deveria ser aceito e o benefício suspenso, pois reconhecia que a mãe tinha plenas condições financeiras de viver sem esse valor[4].

A ação, entretanto, não deu certo. A diretoria do Hospital de Custódia recebeu o pedido dela e da equipe e, além de não atender o pedido, preferiu acusar a equipe de estar castigando-a com a retirada do benefício.

[4] Para não deixar a impressão que funcionários de um Hospital de Custódia têm poderes de suspender um benefício dado pelo INSS, informamos que pessoas custodiadas pelo Estado (como o caso de pessoas em medida de segurança em regime fechado) podem facilmente perder tal benefício.

E, uma vez desfeito o mal-entendido, restou a má vontade. Essa atitude da diretoria somente é possível de ser compreendida quando consideramos que ações de cuidado podem muitas vezes, ao invés de potencializar o sujeito, reforçar sua impotência.

Talvez fosse esta a oportunidade que Vânia teria para chegar a zero — semelhante ao que ocorrera com a personagem *Severina-louca* que Ciampa (1987) relata em seu livro. Cortar o vínculo doentio com a mãe que, apesar de ser entendida pelo hospital como apoio familiar, parecia ter um ganho maior enquanto a filha estava internada. Essa abertura para uma nova personagem, todavia, foi abortada pela diretoria, e Vânia foi silenciada, restando a reposição da *Louca Perigosa que não pode fazer escolhas por si mesma*.

Claro que não podemos ter certeza do que ocorreria com a suspensão do benefício. Não podemos afirmar se isso seria possível, mas o fato é que a ação em si demonstrou movimentos de metamorfose importantes na narrativa de Vânia. Pela primeira vez, ela deixou de esperar dos outros que algo fosse feito para sua desinternação e buscou, a partir de uma ação sua, produzir alguma mudança.

Posteriormente, depois de muita insistência da equipe técnica, sua mãe aceitou receber a filha em casa, por meio de uma "saída terapêutica", que ocorre um único dia com a presença de um técnico e do agente de segurança. O objetivo dessa ação era tentar reaproximá-las. A presença de uma técnica acompanhando a visita poderia esclarecer alguns pontos sobre o atual quadro de Vânia. Considerando que ela estava próxima a fazer o laudo de cessação de periculosidade, essa visita poderia se mostrar como algo positivo em sua avaliação.

Dias antes dessa saída, Vânia solicitou que fosse recolhida para o Centro de Observação – C.O., que é um espaço dentro do Hospital de Custódia onde ficam os pacientes em crise, para melhor serem observados[5]. Vânia entrou no C.O. com um isqueiro sem que alguém percebesse e colocou fogo no colchão, ocasionando a suspensão de sua visita. Esse episódio e outros conflitos, ano após ano, vão favorecendo um resultado negativo em sua avaliação de cessação de periculosidade.

[5] Num Hospital de Custódia, também é utilizado como local para separar os pacientes que estão brigando ou apenas dando "algum" trabalho. Antigamente os pacientes ficavam nus em celas; hoje em dia é obrigatória a colocação dos pacientes em camas, vestidos, porém geralmente amarrados.

É certo que em determinadas épocas Vânia tentava ficar mais "calma" dentro da colônia, evitava se envolver em brigas e comparecia com maior frequência aos atendimentos psicológicos. Em contrapartida, existia o interesse, por parte de outras pacientes e até mesmo de alguns funcionários, de que Vânia retornasse a representar a personagem Bandidona. Certa vez, sua namorada se envolveu numa briga. Inicialmente Vânia tentou não se envolver, até o momento que uma funcionária lhe procurou e "cobrou" uma atitude condizente com o que todos esperavam dela. O resultado foi a confusão se encerrando com uma surra dada por Vânia em outra paciente, acarrentado uma dose extra de medicamentos e sua remoção novamente para o C.O.

De todo modo, o que podemos aprender com a narrativa de Vânia é que, enquanto continuava a reproduzir os comportamentos agressivos que em nada lhe ajudavam, a lógica manicomial favorecia que ela mantivesse a personagem Louca Perigosa. As poucas experiências extramuros também não colaboraram positivamente em seus ensaios na tentativa de mudar a situação. Tal como o pedido para suspender o benefício em poder de sua mãe, foram abortadas logo no início.

A confissão que fez para o perito sobre o uso de drogas, mesmo certa de que isso ocasionaria seu retorno ao regime fechado, o fogo colocado no colchão dias antes de uma nova visita à mãe, sua conduta - para com as outras pacientes e com os funcionários - faz com que Vânia não seja só mais uma paciente dentro do hospital, faz com que seja reconhecida como a *Louca Perigosa que usa drogas*, que gera uma demanda maior de investimento por parte de psicólogos, terapeutas ocupacionais, assistentes sociais e agentes de segurança. A *Bandidona* que tem força, pode atacar, controlar outras internas... alguém que, não conseguindo se encontrar e ser reconhecida, se perde.

Rosa: a *louquinha da cidade*, a *inexistente do Hospital de Custódia,* a *doentinha com alto risco de fuga*

Nosso primeiro contato com Rosa foi no início do ano de 2010, quando foi indicada para ser paciente de Acompanhamento Terapêutico (AT). Tínhamos a informação de que paciente se tratava: uma mulher quieta,

tímida, que pouco aparecia no Hospital de Custódia. Sua história era melhor conhecida por alguns funcionários antigos, pois Rosa, em sua primeira passagem pelo Hospital de Custódia há muitos anos atrás, trabalhou na cozinha. Paciente tranquila, porém com desenvolvimento mental comprometido, após alguns anos conseguiu em seu laudo de cessação de periculosidade a indicação para retornar ao convívio familiar.

O motivo de sua primeira internação foi pelo fato de acumular alguns processos por tentativa de agressão. Nunca ninguém se feriu, e, quando detida, era encaminhada para tratamento ambulatorial. O que descobrimos bem depois foi o fato de não haver uma rede de atendimento em saúde mental na cidade onde ela morava, e não constava em seu prontuário o local onde deveria ocorrer o tratamento ambulatorial (informação que muitos pacientes que retornam para o hospital afirmam não haver recebido na época).

Entendemos que, por desconhecimento seu e até mesmo de sua família, não houve questionamentos sobre isso, assim como não houve as apresentações ao juiz, e Rosa apenas permanecia em casa. Não havia concretamente uma fuga, apenas a tentativa de deixar para trás a obrigatoriedade de manter a relação jurídica de algo que não fazia sentido. Questionada algumas vezes sobre por que abandonava o tratamento, respondia que não gostava, que queria ficar com sua mãe. Qual o entendimento que Rosa pôde adquirir para se manter em algum tratamento judicial? O que foi feito por parte dos serviços de saúde para manter um vínculo que fizesse algum sentido para Rosa?

Por abandonar (ou não seguir) diversas vezes os tratamentos ambulatoriais impostos pela justiça, foi aplicada a medida de segurança em regime fechado, e Rosa foi encaminhada pela primeira vez ao Hospital de Custódia. Desinternada, ficou dez anos morando em sua cidade com a família, mas outra vez cometeu uma tentativa de agressão e novamente foi encaminhada ao Hospital de Custódia. A reincidência, mesmo ocorrendo muitos anos depois da desinternação, só favoreceu o entendimento por parte da Justiça de que Rosa não mudara nesse tempo, que ainda era a Louca Perigosa.

Se olharmos de modo crítico o caso de Rosa, podemos entender que a internação somente ocorreu após as tentativas fracassadas de tra-

tamento em meio aberto, estando assim de acordo com a Lei n. 10.216 (2001). A realidade do caso nos mostra é que o fracasso do tratamento extramuros ocorreu por não haver o entendimento de sua necessidade, além dos problemas da Saúde Pública. Não se consideraram, em nenhum momento, os efeitos das relações entre Rosa e as pessoas com quem convivia quando a medida de segurança na modalidade internação foi decretada. Considerou-se somente a frieza da Lei, ignorando-se as relações, as falhas e as dificuldades que atravessam o cuidado em saúde mental de uma pessoa que cometeu algum delito.

O que percebemos na história de Rosa, conversando com ela, com funcionários que a conheciam e lendo seu prontuário é que a agressão foi motivada por ela ser tratada como a Louquinha da cidade. Por ser motivo de piadas onde morava e não gostar disto, algumas vezes quis tirar satisfações, conforme pode ser verificado no episódio descrito em seu prontuário sobre o dia em que entrou numa delegacia para brigar com os policiais. Nele, é acusada de apresentar perigo por estar armada. Nesse episódio de fato foi encontrado um objeto cortante em sua bolsa após revista policial, objeto que não fora utilizado em momento algum.

Nas atividades de Acompanhamento Terapêutico, Rosa andava pelas ruas internas do hospital e algumas vezes para fora dos muros. Nessas caminhadas, ela sempre brincava que iria fugir ou atirar uma pedra em alguém, geralmente policiais. Também em alguns passeios externos, juntamente com outras pacientes e a equipe de Educação, falava que ia se atirar no lago ou que jogaria pedras em alguém: somente ameaças.

Gostava de fazer brincadeiras, não podia ver um rapaz e já queria conversar, como no episódio em que não se conteve ao ver um psicólogo do hospital, fazendo questão de dizer por diversas vezes o quanto ele era bonito. Também gostava de brincar com uma agente de segurança dizendo que iria roubar seu marido. Nessas horas, víamos outra Rosa, algo favorecido pelos passeios e pelo contato com o outro. A Doentinha quase invisível dentro do Hospital de Custódia mostrava suas brincadeiras, sua atenção com o outro, seu interesse pelo outro.

As atividades desenvolvidas durante o Acompanhamento Terapêutico ou outras formas de passeios permitiam que os pacientes saíssem dos muros do Hospital de Custódia e pudessem andar por outras áreas da instituição, pelas ruas ou até mesmo por locais mais distantes e diferentes da

rotina manicomial. O que teoricamente tinha o objetivo de resgatar os laços sociais e as capacidades perdidas numa longa internação mostrava-se, na prática, atividade de recreação, um exemplo das "práticas humanizadoras" do hospital. Ainda assim, não nos negávamos a fazer, evitando que pacientes como Rosa ficassem a maior parte do tempo deitados em suas camas.

Durante essas saídas, Rosa inicialmente se mostrava um pouco tímida, às vezes um pouco alheia aos estímulos de um novo local. Com o tempo, foi mostrando boas habilidades no contato com o outro. Os relatos de suas experiências na cidade onde viveu mostraram outras personagens: a *Rosa cozinheira*, a *Rosa trabalhadora*, a *Rosa romântica* que gostava de olhar os moços da cidade, uma pessoa que tinha saudade da família, entendia que precisava ajudar sua mãe já com a saúde debilitada e, principalmente, perguntava por que não ia embora. Uma Rosa que não entendia os motivos da sua internação e, por isso, repetia diversas vezes: "*Eu quero ir embora!*"

Seria possível dizer que, assim como Vânia, Rosa também só era reconhecida pela instituição total como uma *Louca Perigosa.* Nesse caso, desconsideramos aqui uma diferença clara entre as duas: a condição performática de seus corpos. Diferentemente de Vânia, Rosa, reconhecida como a *Doentinha*, era quase inexistente no hospital, seu perfil era o ideal para justificar a existência de tal instituição: era calada, obediente, sua voz pouco ouvida, seus pedidos ignorados.

Sua condição de periculosidade era lembrada por uma única ação, sua única tentativa de fuga. Em uma certa ocasião, andando com os agentes de segurança, avistou o portão central do hospital e quis ir embora, caminhando no sentido contrário. Não correu, não ameaçou ninguém, nenhum alerta precisou ser acionado, não resistiu à prisão. Apenas recolheram Rosa novamente para dentro da colônia. A data em que isso ocorreu já não é sequer lembrada, nem mesmo qual foi o portão que ela ousou querer passar, porém a ação tornou-se seu predicado, e Rosa passou a ser vista de modo fetichizado como a *Doentinha com alto risco de fuga*. Sua identidade pressuposta era a da *Louca Perigosa e fugitiva*, mesmo que nunca tenha conseguido concretizar a ação de fuga. Essa condição, que fetichizava a identidade de Rosa, ficava evidente nos primeiros passeios feitos no ano de 2010, que sempre contavam com agentes de segurança receosos de que ela fugisse.

Rosa não trabalhava no hospital e não possuía recursos financeiros, portanto, quaisquer valores gastos nas atividades eram provenientes de quem a acompanhava. A atividade era oferecida pela instituição, mas sem recursos para seu desenvolvimento[6]. Considerando as poucas vagas de trabalho existentes na instituição, além de não atenderem a todos, são obrigatoriamente destinadas para aqueles que possuem boa condição física para executá-las, afinal, são trabalhos braçais e subalternos. As poucas vagas destinadas aos pacientes mais comprometidos também são em menor número que o necessário. Tanto uma forma de trabalho como a outra ainda carregam a ideologia do trabalho terapêutico, do tratamento moral que entendia no retorno das capacidades laborais a possibilidade de reinserção na sociedade.

O fato é que, com o tempo, os passeios com Rosa foram ficando mais curtos. Às vezes nem ela mesma os queria, pois se tornaram repetitivos. Obviamente isso não significa que ela não desejasse a liberdade; Rosa queria novos estímulos. Mesmo tímida, cabisbaixa, queria ver coisas novas, provar novos sabores, ver gente nova, mas principalmente queria voltar para casa. Certa vez, Rosa questionou se esses passeios a ajudariam a ir embora. Pergunta complexa, pois sua condição como paciente de Hospital de Custódia não era simples. Se não acreditávamos na efetividade de seu tratamento ali dentro, como acreditar que esses passeios poderiam ajudar? Ainda assim, foi possível perceber que, para ela, o Acompanhamento Terapêutico favoreceu em algum momento o resgate de suas outras personagens. Poderia não ser o meio para sua desinternação, mas proporcionava a expressão de outras personagens que ela também era e questionava a identidade pressuposta *Doentinha com alto risco de fuga*: uma mulher do interior que trabalhou muito na roça e que ajudou a mãe a criar os sobrinhos, capaz de viver outras personagens...

O dia a dia no Hospital de Custódia permitiu percebermos algo muito terrível: a necessidade de permanência do hospital da forma como é. Numa conversa informal, durante o horário do almoço, foi dito de forma muito clara por alguns funcionários que desinternar os pacientes e mudar aquele lugar significaria a perda do emprego de muita gente. Discurso que

[6] O caso de Rosa não era o único. Geralmente os pacientes que mais precisam participar das atividades que possibilitam vez ou outra tirá-los de dentro do hospital, permitindo verificar quais recursos estão presentes e favorecendo sua desinternação, são justamente os pacientes que não conseguem trabalho na instituição e não possuem recursos financeiros.

deixa claro o nosso cinismo e os desafios da transformação das relações manicomiais.

Nessas horas, temos que afastar nosso olhar sobre Rosa e focar na instituição e, a partir dela, para a sociedade capitalista que mantém a existência de Hospitais de Custódia dada a conveniência que ainda apresentam. A lógica manicomial não poderá ser superada enquanto essas instituições nos servirem de alimento para exorcizar nossos fantasmas e, ao mesmo tempo, serem os espaços para nossa subsistência em uma sociedade perversa. As identidades pressupostas de Rosa e de Vânia são, cada uma a seu modo, exemplos de práticas cínicas e reconhecimentos perversos, indispensáveis para a permanência dessas instituições e dos empregos que ela oferece. Instituições que forçam os indivíduos a se reproduzirem como réplicas de si mesmos, "a fim de preservar interesses estabelecidos, situações convenientes, interesses e conveniências que são, se radicalmente analisados, interesses e conveniências do capital (e não do ser humano, que assim permanece um ator preso à mesmice imposta)" (Ciampa, 1987, p. 165).

Rosa estava há mais de um ano no hospital e ainda não havia feito o laudo de cessação de periculosidade, mas o motivo não era o atraso comum, e sim o fato de que suas peças processuais ainda não estavam no hospital. É comum que isso aconteça, mas o atraso nesse caso foi significativo: Rosa não existia nem no papel. Somente nos passeios era possível ver outra pessoa, mas ali dentro quase não era vista, pelo menos não para ser desinternada.

Certo dia, fomos informados que as peças processuais de Rosa haviam chegado, e foi então que informações sobre seu prontuário puderam ser lidas. Mais ainda, aqueles documentos revelavam a aproximação do dia de sua avaliação e, quem sabe, a possibilidade de ir embora. Dias depois, o psiquiatra que faria sua avaliação procurou alguns técnicos para obter informações sobre Rosa. Já de início, demonstrou pouco interesse em desinterná-la, cogitando uma pequena possibilidade de transferência para um hospital psiquiátrico comum, mais próximo da família, mas, ainda assim, só podia enxergá-la numa instituição total.

Sugerimos que ela pudesse ser reinserida no tratamento ambulatorial e que se fizesse um contato com sua família explicando a necessidade de adesão ao seu tratamento. Ele solicitou que localizássemos qual a rede

disponível para atendê-la em sua cidade. Infelizmente, nesse momento verificamos que não havia CAPS nas proximidades, e o contato com a UBS evidenciava as dificuldades da região.

Na única carta que Rosa recebeu de sua família, foi demonstrado por parte deles a saudade que sentiam dela. A carta iniciava com um pedido de desculpas pela dificuldade em encontrar alguém na região que pudesse escrevê-la e colocá-la nos correios, o que nos deixava diante de um caso de extrema pobreza, e não de periculosidade ou doença mental.

Poucos dias depois, o perito terminou sua avaliação dando parecer desfavorável para desinternação, por não acreditar na capacidade de cuidado da família. O perito, com sua opinião formada de que Rosa deveria continuar internada, personificava o impedimento de superação da identidade pressuposta *Louca Perigosa com alto risco de fuga*. Além disso, seu discurso afirmava claramente que ele entendia ser o Hospital de Custódia o melhor lugar para cuidar de Rosa, ultrapassando os benefícios que ela obteria se estivesse ao lado de sua família. Ora, o que se observou nessa ação foi "ao invés de um reconhecimento promotor de alterização (reconhecimento pós-convencional), um reconhecimento perverso, que reduz as infinitas possibilidades de criação das personagens à representação de uma identidade fetichizada, estigmatizada" (Lima, 2010, p. 230).

Rosa, assim como Vânia, não sendo reconhecida para além de suas identidades pressupostas, permanece impossibilitada de representar suas outras personagens, sendo cuidada em um lugar onde sua liberdade não é vista como um ideal a ser concretizado.

Considerações finais

Acreditamos que as histórias analisadas neste trabalho permitiram evidenciar as possibilidades de metamorfose da identidade em busca de emancipação. Do mesmo modo, imaginamos que as histórias de Vânia e Rosa ofereceram elementos suficientes para a compreensão de como ocorrem os processos de negação das diferentes possibilidades de representação das identidades e a subsequente redução das várias personagens a uma identidade pressuposta (nos casos analisados, a de *Louca Perigosa*). Tanto Vânia quanto Rosa tentam resistir aos reconhecimentos

perversos que reproduzem a fetichização de suas identidades e nos contam suas experiências de metamorfose, pequenas superações ou ensaios frente à realidade violenta dos Hospitais de Custódia.

Suas histórias evidenciaram as dificuldades encontradas até o momento ante o reconhecimento de outras personagens de suas identidades por parte da sociedade (representada pelos discursos médico e jurídico) e por isso continuam sendo reconhecidas somente pelas identidades pressupostas da *Bandidona Louca Perigosa*, ou a *Doentinha com alto risco de fuga*. Dia após dia, suas personagens são reconhecidas perversamente: Vânia obtém toda a atenção do hospital, acreditando que representar a personagem *Louca Perigosa* lhe traz benefícios e lhe difere das outras pacientes. Rosa, mesmo sendo reconhecida como *Doentinha com alto risco de fuga*, ganha o direito de fazer passeios pela cidade, e tal ação é vista como grande benefício para seu cuidado. Ao final essas ações, que servem para mostrar a "humanização" existente nessas instituições totais, adequando-se às portarias, expressam aquilo que escondem e que é seu principal objetivo: a administração da loucura pela reposição, em várias modulações, da identidade pressuposta do *Louco perigoso*.

Antes mesmo de representarem a *Bandidona* ou a *Doentinha*, ambas já pareciam estar presas a reposições de outras personagens que traziam consigo estigmas: Vânia era então uma *Usuária de Drogas que se prostituía para manter seu vício*, Rosa era a *Louquinha da cidade*. Aprisionadas a essas identidades desidentificadoras, no Hospital de Custódia encontraram apenas outros papéis que serviriam para abafar as questões sociais que atravessaram suas vidas e de tantas outras Vânias e Rosas, materializando na dimensão individual um problema que atravessa as relações humanas de forma universal em nossa sociedade.

Finalmente, não é novidade que as prisões (e suas versões, como os Hospitais de Custódia) são apenas alguns dos dispositivos que buscam administrar as desigualdades sociais, despolitizando as causas do abandono e da pobreza e efetivando diversas formas de violência. Os casos relatados em 2010 ainda fazem parte do cenário do Hospital de Custódia. Cotidianamente os papéis que orientam as identidades pressupostas e fetichizam as personagens de diferentes indivíduos vão justificando a existência dessas instituições totais. Superar esse círculo vicioso ainda é um grande desafio, impossível de ser superado apenas com a implemen-

tação de Leis como a 10.216 (2001). É preciso superar a colonização de nosso imaginário que ainda legitima a existência de instituições totais que produzem "cuidados-incapacitantes" resultantes de violências éticas. Do lado de fora, esperamos que Vânia e Rosa possam em algum momento ser reconhecidas como pessoas portadoras de direitos e consigam superar essa condição, vivendo outras personagens que não apenas as direcionem para a morte, mas rumo à emancipação.

Referências

Almeida, J. A. M. (2005). *Sobre a anamorfose: identidade e emancipação na velhice*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-graduação em Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

Carrara, S. (1998). *Crime e loucura: o aparecimento do manicômio judiciário na passagem do século*. Rio de Janeiro: EdUERJ; São Paulo: EdUSP.

Ciampa, A. C. (1984). Identidade. In S. T. M. Lane & W. Codo (Orgs.), *Psicologia Social: o homem em movimento* (pp. 58-77). São Paulo: Brasiliense.

Ciampa, A. C. (1987). *A estória de Severino e a história de Severina: um ensaio de Psicologia Social*. São Paulo: Brasiliense.

Cohen, C. (2006). Medida de segurança. In C. Cohen, M. Segre, & F. C. Ferraz (Orgs.), *Saúde mental, crime e justiça* (2ª ed. rev. atual., pp. 123-130). São Paulo: Ed. USP.

Corocine, S. C. (2005). *A fabricação da periculosidade: um retrato sobre a violência nas instituições*. Rio de Janeiro: Ed. Quártica.

Fontana-Rosa, J. C. & Cohen, C. (2006). Psicopatologia forense na esfera penal. In C. Cohen, M. Segre, & F. C. Ferraz (Orgs.), *Saúde mental, crime e justiça* (2ª ed. rev. atual., pp. 97-108). São Paulo: Ed. USP.

Goffman. E. (1975). *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: LTC.

Goffman, E. (2007). *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Perspectiva.

Lei n. 10.216, de 06 de abril de 2001. (2001). Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Acesso em 09 de abril, 2015, em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10216.htm

Lima. A. F. (2010). *Metamorfose, anamorfose e reconhecimento perverso: a identidade na perspectiva da Psicologia Social Crítica*. São Paulo: FAPESP EDUC.

Lima, A. F. & Ciampa, A. C. (2012). Metamorfose humana em busca de emancipação: a identidade na perspectiva da Psicologia Social Crítica. In A. F. Lima (Org.), *Psicologia social crítica: paralaxes do contemporâneo* (pp. 11-29). Porto Alegre: Sulina.

Mirabete, J. F. (2001). *Código penal interpretado* (2ª ed.). São Paulo: Atlas.

Resolução n. 4, de 30 de julho de 2010. (2010). Dispõe sobre as diretrizes nacionais de atenção aos pacientes judiciários e execução de medida de segurança. Brasília, DF: Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária.

Resolução n. 5, de 04 de maio de 2004. (2004). Dispõe a respeito das diretrizes para o cumprimento das Medidas de Segurança, adequando-as à previsão contida na Lei n. 10.216 de 06 de abril de 2001. Brasília, DF: Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária.

O discurso psicológico na fundação da criminologia brasileira

Juliana Ferreira da Silva

Introdução

O artigo resulta da pesquisa histórica *O Discurso psicológico na fundação da criminologia brasileira* (Silva, 2012), que aborda as teses principais da criminologia brasileira do período de 1940 a 1960. Descreve argumentos e dispositivos que fundamentaram a articulação do discurso psicológico na criminologia brasileira, buscando compreender como o saber psicológico firmou-se como prática judiciária no Brasil, isto é, como profissionais de psicologia e psiquiatria credenciaram-se como interlocutores do judiciário tanto na compreensão da origem da conduta criminal quanto no tratamento do condenado. Tomou como material de análise a *Revista Brasileira de Criminologia*, uma publicação do Instituto de Criminologia da Universidade do Estado da Guanabara, entre os anos de 1947 e 1967.

Tema central: um estranhamento das "psicologias do crime"

A psicologia pode explicar o crime? Parece que, em nossos dias, sim. Uma breve aproximação com o campo de estudos da criminalidade indica muitas vias pelas quais o saber psicológico dialoga com aqueles que se propõem a elucidar o fenômeno delituoso. Tomemos a distinção proposta por Neves (2003) e veremos que são muitas as psicologias que tratam do crime: a **psicologia criminal**, que estuda o delinquente como autor do delito; a **psicologia judiciária,** que se ocupa de seu comportamento como acusado de um delito; a **psicologia carcerária,** que se dedica ao acompanhamento do condenado quando no cumprimento de uma pena carcerária, e a **psicologia legal**, que define noções necessárias à avaliação e valoração de circunstâncias pes-

soais - menoridade, embriaguez - e factuais - atenuantes e agravantes (Neves, 2003).

A inserção da psicologia no discurso sobre o crime também tem evidências práticas. Os exames criminológicos, realizados por psicólogos que integram as Comissões Técnicas de Classificação com a finalidade de propor progressões, regressões dos regimes ou conversões nas penas de privação de liberdade do condenado no Sistema Penitenciário mostram tal interface. Da mesma forma, a categoria de sujeito inimputável no Código Penal Brasileiro, que pressupõe a realização de uma perícia psiquiátrica para determinação da responsabilidade penal e a submissão do indivíduo à medida de segurança, demonstra o acolhimento do discurso psicológico em nosso regime jurídico. E, ainda, se nos detivermos sobre as controvérsias em torno de temas referentes aos distúrbios de personalidade, gerados a cada vez que surge um caso criminal polêmico, veremos como a psicologia angariou um lugar privilegiado no debate a respeito do crime, na esfera do judiciário, da mídia ou no bate-boca da cidade. Seja para opinar sobre o curso de uma penalidade cumprida por condenado, seja para determinar a responsabilidade de um acusado, seja para dar inteligibilidade a uma conduta socialmente repreensível, podemos cogitar que o recurso ao conhecimento psicológico seja uma prática tão frequente quanto variada.

Mais uma evidência leva a pensar sobre a forma como o discurso psicológico se faz presente na criminologia: a bibliografia sobre o tema do crime delimita a inauguração deste processo de interseção com a entrada da criminologia positivista no Brasil, no início do século XX. O positivismo criminológico teria fornecido fundamento científico à associação entre crime e doença mental, possibilitando a articulação entre o discurso médico-psicológico e certas práticas judiciárias. Essa articulação tem, no conceito de delinquente, seu ponto-base, e, na concepção de uma penalidade baseada no tratamento, sua derivação. Na história da criminologia, tal tese teria seu enfraquecimento com a introdução da teoria estutural-funcionalista e com as abordagens "sociais" da criminalidade, as quais conceberiam o delito como inerente à própria norma, portanto, como um fenômeno estrutural social (Molina & Gomes, 2002). Entretanto, se no âmbito acadêmico as teses positivistas teriam perdido força como modelos explicativos da criminalidade, somos tentados a crer que os dispositivos de controle social do delito, que delas derivaram, persistem – como mencionamos anterior-

mente – com atuação resguardada pela legislação vigente e como prática corrente na operacionalização da Justiça (Carvalho, 2004).

Estudar como tal referência ao saber psicológico firmou-se como uma prática judiciária no Brasil, isto é, como os profissionais de psicologia e psiquiatria credenciaram-se como interlocutores do judiciário tanto na compreensão da origem da conduta criminal quanto no tratamento do condenado, constitui o escopo deste trabalho. Interessa-nos, dessa forma, tomar esta prática, não como um dado pronto, mas como um problema, para cuja reflexão somos convidados.

História da criminologia: criminologia na Europa, na América Latina e no Brasil

Com objetivo de compor uma cena teórica para discussão do tema, apresentaremos os autores que auxiliaram na compreensão desse campo de estudos. Abordaremos a história da criminologia e seu desenvolvimento na América Latina a partir da perspectiva de Rosa Del Olmo (2004), para compreender o surgimento da criminologia enquanto ciência do delito e os processos pelos quais este saber foi introduzido em nosso continente. Com intento de analisar a especificidade do caso brasileiro em relação à formação do discurso criminológico, percorreremos a história da criminologia brasileira apontada no trabalho de Cristina Rauter (2003). Será igualmente essencial entender a trajetória da formação da psicologia jurídica, conforme descrita na análise das teses de medicina legal realizada por Jacó-Vilela, Santo e Pereira (2005), e, ademais, compreender a articulação entre os conceitos de crime e de loucura a partir da inserção do saber médico-psicológico ao contexto judiciário, tal qual comentado por Carrara (1998).

Rosa del Olmo (2004) situa o nascimento da criminologia – enquanto ciência dedicada ao estudo do delito e da delinquência – nas últimas décadas do século XIX, na Itália, com a Escola Positivista. Tal pensamento constitui o marco inicial da tentativa de aplicação de uma metodologia científica à pesquisa do fenômeno criminal. No contexto histórico europeu, essa ciência apresentou-se como resposta às crises do capitalismo, aos temores de guerras e ao aumento da pobreza. A criminologia desempenha uma função importante visto que promete ela-

borar cientificamente meios preventivos e repressivos de controle do delito.

O Direito Penal – que a corrente positivista passou a denominar de Clássico - considera que a conduta humana é baseada no livre-arbítrio. A criminologia nascente a partir da Escola Positivista italiana, por sua vez, contrapõe-se à ideia de livre-arbítrio e utiliza o ideal cientificista para afirmar-se como discurso válido e para promover a recusa do passado penalista clássico, considerado como um "passado de erros" (Rauter, 2003).

A causa do delito é concebida pela Escola Positivista como algo "incontrolável" pelo sujeito. Surge assim, a figura do delinquente – um criminoso que é incapaz de conduzir-se conforme a lei. Um sujeito que delinque não porque decida fazê-lo, mas porque está determinado a isto por sua natureza e constituição, tal qual os corpos estão determinados à lei da gravidade (Olmo, 2004). A recusa da ideia de livre-arbítrio é um ponto central para a Escola Positivista visto que seus conceitos de lei, crime e criminoso estão associados à ideia de determinismo. O crime adquire nova significação. Para a criminologia positivista italiana, o ato criminoso não responde à vontade do sujeito, mas a uma série de causas que escapam a sua racionalidade, a saber, seus instintos, seus afetos e reflexos.

O sujeito criminoso torna-se distinto dos cidadãos comuns, sendo concebido como alguém cuja capacidade de controle desses "impulsos" é deficiente. Se esse sujeito não se conduz conforme a norma, não é por decisão, mas por destino: sua natureza é diferente da constituição dos não-criminosos. A antropologia criminal propicia a matriz teórica legitimadora do pensamento criminológico, pois a diferença constitucional dos criminosos torna-se uma anormalidade biopsicológica. O crime e as características biotipológicas do sujeito compõem um conjunto de indícios cujo significado o criminólogo é capaz de decifrar, avaliar e predizer.

Sérgio Carrara (1998) distingue duas perspectivas na história dos saberes da psiquiatria e da antropologia ligados ao crime, enfatizando os conceitos e as entidades psicopatológicas idealizados em resposta à problemática criminal. De início, a categoria nosológica da **monomania** age em resposta às inquietações relativas ao criminoso, descrevendo um tipo de patologia mental em que, por oposição à **mania**, o conteúdo delirante seria apenas parcial, ou seja, delimitado a certas ideias particulares. Se nas manias havia prejuízo da racionalidade como um todo, nas monoma-

nias o sujeito apresentava um delírio singular no que concernia a determinado juízo. O tipo "perseguido-perseguidor", por exemplo, encontrava amplo espectro de aplicação, dando inteligibilidade às situações em que o indivíduo mantinha plenas suas demais faculdades mentais tendo, somente neste aspecto, um comprometimento da racionalidade.

Mais tarde, essa noção de monomania se desdobra em **monomanias raciocinantes** e **monomanias instintivas**. As monomanias instintivas passaram a incluir ocasiões em que a patologia agia na esfera da vontade: alienados impulsivos ou obsessivos. Já nas monomanias raciocinantes, descreve-se um indivíduo cuja perturbação é sempre visível, apresentando uma conduta cruel, indisciplinada, agressiva, amoral, reivindicatória (Carrara, 1998). No conceito de **loucura moral**, vemos delinear-se a ideia de uma condição patológica do criminoso. Diferentemente da situação ou do estado mórbido descrito pelo conceito de monomania, a loucura moral pretende descrever uma condição mórbida que caracteriza o sujeito desde seu nascimento até a morte. A ideia da distinção entre o indivíduo normal e o louco se fundamenta e passa a orientar a observação médica.

O pensamento psiquiátrico passaria por nova formulação com o conceito de **degeneração**, proposto por Bénédict-Augustin Morel. A noção de degeneração baseava-se no pressuposto da unicidade física e moral do ser humano e na crença da hereditariedade mórbida. Na perspectiva de Morel, a degeneração implicava no distanciamento, no sentido de uma inferioridade biológica, de uma origem mítica e perfeita do tipo humano. Morel faz distinção entre as patologias mentais decorrentes de degeneração e as que não tinham origem degenerativa. Enquanto as doenças não-degenerativas eram passíveis de tratamento, as degenerativas eram consequência de má formação do sistema nervoso e, portanto, consideradas incuráveis. As doenças mentais poderiam ser classificadas em: **loucuras hereditárias, loucuras por intoxicação, loucuras histéricas, epitéticas, hipocondríacas, loucuras idiopáticas, loucuras simpáticas** e **demências**. Como a degeneração resultava de fatores tanto hereditários quanto das condições de vida e moralidade, com intuito de realizar uma avaliação, o médico deveria atentar ao corpo e à mente do examinando, assim como ao seu ambiente e histórico familiar. Enquanto nas monomanias e epilepsias era somente possível atestar a presença ou ausência da patologia, a degeneração permitia afirmação de graus de maior ou menor comprome-

timento. Dessa forma, na classificação nosológica de Morel constavam: (a) loucura ligada ao temperamento nervoso dos genitores e anomalias passageiras na esfera afetiva e intelectual; (b) monomanias, loucura moral e perversão sexual; (c) tendência precoce para o mal; (d) pela degeneração propriamente dita: os cretinos, imbecis, idiotas (Carrara, 1998).

De outra parte, Cesare Lombroso, fundador da criminologia positivista, inaugura seus estudos antropológicos sobre a criminalidade com a obra que se tornou emblemática da criminologia positivista: *O Homem Delinquente* (Lombroso, 1896). Sob forte influência da frenologia, a perspectiva lombrosiana do sujeito criminoso identifica uma anormalidade que se concentra nos âmbitos físico e mental. As características físicas são expressas através de estigmas anatômicos - como os "zigomas enormes", cor dos cabelos, assimetria do crânio e da face, postura corporal, etc. – e sinais fisiológicos – como a analgesia. Para concepção da anormalidade criminal, Lombroso toma de empréstimo o saber da biologia evolutiva, propondo que o delinquente seria um exemplo do fenômeno do atavismo evolutivo. O indivíduo atávico é um tipo biológico resultante de uma tendência contrária ao desenvolvimento evolutivo da espécie humana, que reproduz características físicas e mentais primitivas do homem (Alvarez, 2002).

O sociólogo criminal Enrico Ferri avança na perspectiva positivista em criminologia, propondo uma nova forma de determinismo no qual as causas da criminalidade são a um só tempo orgânicas e morais (Ferri, 1999). A anormalidade do criminoso seria essencialmente uma falha moral, constatável a partir da observação dos hábitos, comportamentos e, principalmente, dos vícios dos criminosos. A sociedade estaria dividida em três classes diferentes de indivíduos: (a) os homens honestos por constituição orgânica e senso moral; (b) indivíduos atávicos, de organização anormal patológica e degenerativa; e (c) uma classe intermediária de criminosos ocasionais. Junto ao exame dessas classes, o criminólogo deveria avaliar o grau de temibilidade – ou periculosidade – do sujeito. Tomando o crime como um sinal da anormalidade do sujeito, a avaliação, com base na gravidade do delito e na personalidade do sujeito, seria necessária para determinar a **quantidade de mal** que se pode esperar de comportamentos vindouros desse indivíduo.

Na medida em que o individualismo do Direito Penal Clássico é confrontado por tal determinismo da Escola Positivista, novas práticas podem

se impor. A ciência penal ganha, assim, poderes impensados pela perspectiva individualista, uma vez que o determinismo autorizaria uma intervenção muito mais direta, seja no âmbito social, seja sobre o indivíduo criminoso. Nesse contexto, a prisão adquire também nova significação. Passando por todas as transformações realizadas pela reforma penal do século XIX (Foucault, 1987), a prisão adquire dupla função: (a) como um laboratório, propicia um ambiente de observação controlada dos criminosos e, (b) como máquina, atua na disciplinarização dos indivíduos, a partir da ideia de reabilitação.

A história da criminologia na América Latina foi realizada pela análise das instituições formadas para controle do delito e dos eventos acadêmicos constituídos para consolidação deste saber em nosso continente (Olmo, 2004). O discurso criminológico ganha alcance mundial com a veiculação de "normas universais" protagonizada pelos EUA, Inglaterra, França e, principalmente, Itália. A importação, pela América Latina, dos problemas e teorias criminológicos operou-se por meio de viagens de estudos, congressos frequentados no exterior pelas "minorias ilustradas", e também por viagens de "avaliação" realizadas pelos especialistas norte-americanos.

Dentre os temas abordados nos principais congressos internacionais, Olmo (2004) evidencia a articulação dos saberes do direito, da antropologia e da psiquiatria e a preocupação com os delitos das multidões e com as atividades anarquistas. As revistas especializadas foram também veículos de propagação das "normas universais", reproduzindo as doutrinas sem uma reflexão crítica sobre a eficácia delas sobre a realidade da América Latina. No que concerne ao saber psi, as discussões versaram sobre as características biológicas dos delinquentes, assim como sobre as formas de tratamento destes. Na perspectiva de Olmo (2004), tal internacionalização da criminologia está intimamente associada à expansão do capitalismo e, no pós II guerra, com a tentativa de racionalização dos problemas e das desigualdades sociais.

Na América Latina, a adoção das doutrinas criminológicas e de suas "normas universais" decorreria da necessidade de o Estado em solucionar conflitos sociais locais. As ideias europeias gozavam de prestígio e autoridade não questionados, de forma que eram absorvidas e repetidas com uma veracidade que dispensava verificação experimental. Pela recorrente

história de negação do passado, nos países latino-americanos, a importação da filosofia positivista europeia tornou-se importante estratégia para fazer frente aos movimentos anarquistas, às guerras civis, compondo o esforço de consolidação do Estado. O estudo criminológico centrado no delinquente possibilitou a racionalização do desenvolvimento desigual entre os países latino-americanos frente aos EUA e à Europa. Assim, pôde-se explicar cientificamente o subdesenvolvimento desses países pela inferioridade biológica causada pela miscigenação racial (Olmo, 2004). O conceito de degeneração desempenhou papel fundamental, pois restringiu as causas do delito às limitações raciais e mentais, o que resultou numa forte articulação entre criminologia e medicina legal. O delito, entendido como resultado da inferioridade biológica, é tratado por importantes médicos legistas como algo "presumido para as raças inferiores", ou seja, negros e índios.

O conceito-chave para tal articulação da ciência com as práticas penais será o de periculosidade, descrevendo uma **tendência para o mal**, uma propensão delituosa do sujeito. Segundo Olmo (2004), o período pós-guerra é caracterizado pela doutrina da "defesa social". As políticas criminais baseiam-se na ideia de que o Estado precisa proteger a sociedade contra a delinquência e proteger os indivíduos tanto de se tornarem delinquentes quanto de reincidirem nela. Surge a ideia da prevenção, o que propicia uma nova entrada do Estado na regulação da vida social. Insere-se, nesse âmbito, a preocupação com a identificação de estrangeiros – e, mais tarde, de toda a população. No pós-guerra, esse dispositivo articula-se com os demais métodos de controle social como meio de proteção do Estado contra a entrada de "ideias perigosas e deletérias" – anarquismo e socialismo.

Assim, foram constituídos os Institutos de Criminologia da América Latina. Os dois primeiros foram: (a) o de Buenos Aires – criado por José Ingenieros, em 1907 – e (b) o de São Paulo – o Instituto Oscar Freire, criado em 1918. Os Institutos de Criminologia objetivavam o estudo dos delinquentes a partir dos postulados da Escola Positivista italiana, enfatizando o aspecto psicopatológico do criminoso.

Vale ressaltar que, na I Conferência Pan-Americana de Criminologia, realizada no Rio de Janeiro e em São Paulo, em 1947, os integrantes da Sociedade Brasileira de Criminologia tiveram intensa participação. Suas resoluções aproximam bastante o discurso psicológico do saber crimino-

lógico. A principal preocupação dos conferencistas parece ter sido a regulamentação da perícia psiquiátrica ligada ao exercício da justiça.

Olmo (2004) destaca que a expansão da criminologia na América Latina articula-se com a firmação do capitalismo, à medida que o saber criminológico funciona como justificativa racional para o silenciamento das diferenças, baseando as desigualdades numa anormalidade originária. Passaram, então, a compor o saber criminológico a pesquisa acadêmica sobre o delinquente e sua periculosidade; a normatividade jurídica, com o instrumento da medida de segurança, e a afirmação dos estabelecimentos penitenciários como metodologia de transformação da personalidade do delinquente.

No Brasil, a entrada da criminologia positivista encontra ressonância no processo de implantação da medicina social, iniciado na segunda metade do século XIX. O saber médico, aplicado ao social, constituiu-se a partir da reorganização espacial e observação dos cárceres (Rauter, 2003). Vale aludir ao processo de captura do espaço social realizado pela medicina social no Brasil que foi abordado por Alberti (2003), que realizou um exame detalhado da produção de textos em psicologia no Brasil no período oitocentista. A medicina social é um vetor importante na concepção de um sujeito que, aos poucos, distancia-se da ideia de alma e ganha as feições de um organismo, dando lugar a formas de exercício do poder e dispositivos de controle social ligados à constituição do poder burguês. Consideramos essa perspectiva interessante no que concerne à ideia de uma subjetividade determinada por características fisiológicas e pelo apoderamento do espaço urbano pelo poder médico-psicológico, pois pode contribuir para a articulação que se faz posteriormente entre as ciências humanas e as práticas judiciárias, abrindo campo para a entrada da criminologia positiva no âmbito das políticas públicas de controle social do delito, tendo como operadores os psiquiatras.

Segundo Rauter (2003), os juristas brasileiros observam a realidade nacional sob a perspectiva criminológica italiana, procurando estabelecer, entre nós, as características biopsicológicas que responderiam à degeneração na população brasileira. O momento inaugural do pensamento criminológico direcionado a nossa realidade tem como tema principal a questão da miscigenação. Surge um questionamento sobre as raças brasileiras, mais especificamente, uma preocupação com a propensão here-

ditária das raças inferiores ao crime, seriam elas: a negra e a indígena. No âmbito do judiciário, acirram-se as críticas ao liberalismo nas leis, que seria inadequado à índole bárbara do povo.

Observamos duas grandes preocupações: (a) a seleção de imigrantes, em particular após a II Guerra Mundial, a partir do conceito de **tara***;* e (b) com o **tipo racial** que compunha a nação brasileira, tendo o médico legista Nina Rodrigues como principal articulador desse pensamento. À medida que os movimentos políticos protagonizados pelos brancos imigrantes ameaçaram os dispositivos de controle social, a ideia de delinquência – como resultante da inferioridade racial – perde eficácia, tornando-se insatisfatória para explicar a origem dos delitos. Surge a necessidade de uma racionalização mais sutil, não mais amparada no dado corporal, mas referida a uma característica observável apenas pelos olhos dos especialistas: a personalidade do delinquente.

Segundo Jacó-Vilela, Santo e Pereira (2005), a Teoria da Degenerescência – proposta por Morel em 1857 no livro *Traité dês dégénéréscences physiques, intellectuelles et morales de l'espèce humain* – tem amplo alcance no discurso médico brasileiro, entre as últimas décadas do século XIX e princípio do século XX. Morel afirma uma relação entre a loucura individual e a degeneração racial - constituída a partir de traços físicos e morais - fazendo da degeneração uma categoria médico-legal. As autoras avaliam a influência da tese da degenerescência na medicina brasileira e citam algumas apropriações realizadas por autores nacionais. Seria o caso de Leonel Gomes Velho, na tese *Do degenerado e sua capacidade civil*, publicada em 1905: as apropriações da tese de Morel por médicos brasileiros incluiriam, também, como sinais da degeneração, o alcoolismo, a depressão, fobias, alterações de humor, perversões sexuais, dentre outros.

A partir do século XX, a medicina constitui um dos principais discursos presentes na criminologia brasileira, estruturando o saber criminológico pela postulação de causas orgânicas para a criminalidade (Rauter, 2003). No momento inicial, trata-se de patologias corporais referentes a doenças sexualmente transmissíveis, lesões cardíacas, tuberculose, verminose ou taxas hormonais. A pesquisa sobre a Revista de Direito Penal e Revista Brasileira de Criminologia realizada por Alcidesio de Oliveira Jr. (2005) também muito nos auxilia na compreensão do alcance das teorias biológicas na criminologia brasileira. Esse autor discute a continuidade das

teorias do determinismo biológico durante a década de 1940, demonstrando as permanências e adaptações das teorias das origens biológicas da criminalidade dentre os autores nacionais. Existem embates internos ao campo e o determinismo não é assumido claramente, mas é basilar como matriz teórica de nossa criminologia. Associando o fenômeno da criminalidade à causalidade biopsicológica, percebemos que a medicina insere-se no judiciário e credencia o médico como um operador do sistema penitenciário. Podemos afirmar que o discurso de justificação da pena de privação de liberdade, como uma medida terapêutica, está presente ainda nos dias de hoje, uma vez que o psicólogo é um dos profissionais autorizados pela Lei de Execução Penal para assumir a diretoria de um estabelecimento penitenciário. A inserção do psicólogo como profissional habilitado a dirigir um estabelecimento penitenciário numa lei que entra em vigor em 1984 nos faz pensar no quanto o discurso da pena/tratamento ainda circula no âmbito das práticas penais, orientando mecanismos legais como esse.

Posteriormente, a psiquiatria passa a integrar o discurso criminológico, oferecendo uma nova forma de compreensão das causas da criminalidade - dessa vez, ligadas a uma anormalidade mental. Na concepção psiquiátrica da etiologia do crime, a loucura torna-se o modelo explicativo para a conduta criminal, o criminoso padece de uma loucura que o incapacita ao convívio social. Essa apropriação do criminoso pela psiquiatria permite ao Estado dispor de uma nova forma de exercer o poder de sequestro. A Lei dos Alienados garante, nesse momento, o domínio político da psiquiatria sobre o sujeito delinquente.

Há uma ressonância da teoria da degeneração com o autor Nina Rodrigues (1957), quando publica o livro *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil*, dedicado a Lombroso, Ferri e Garófalo, em que defende a separação da legislação referente aos crimes de negros e índios, uma vez que estes não poderiam ser julgados em igualdade com os brancos, dada sua inferioridade biológica. Nina Rodrigues tem, além disso, ampla atividade política no contexto das políticas públicas nacionais, tendo participado das discussões acerca da aplicação da medicina à Justiça (Maio, 1995).

A psiquiatria credencia-se a duas entradas no âmbito do judiciário. A primeira delas refere-se à determinação da responsabilidade penal e

realiza-se na etapa do julgamento. O tipo de loucura imputada ao criminoso varia segundo o grau – maior ou menor da afetação da mente pela patologia – e o tipo de faculdade mental que está comprometida – a razão ou a moral. O discurso psiquiátrico insere-se no julgamento para apontar ao juiz o grau de capacidade de discernimento do criminoso com relação à ilegalidade de seu ato. Surge, assim, o exame da sanidade mental do acusado.

Nesse momento, as principais patologias ligadas ao crime são a **loucura moral,** a **epilepsia** e a **psicopatia**. Na perspectiva de Rauter (2003), a psicopatia é a entidade nosográfica que mais aproxima o discurso psiquiátrico do jurídico, porque descreve o criminoso como um louco lúcido, em que a oposição à lei é o sintoma de uma "doença moral" para a qual só resta o remédio da pena de privação da liberdade que defenderá a sociedade dos males causados por aquele sujeito.

A segunda entrada diz respeito ao destino do criminoso. Essa questão foi alvo de muita controvérsia, opondo os juristas que priorizam o direito como única esfera justificada de ação com o criminoso e os médicos que pretendem abarcar a responsabilidade sobre tais sujeitos. Nesse contexto, o manicômio criminal representa a junção desses dois saberes, compondo a apropriação da tecnologia disciplinar pelo judiciário e a medicalização da sociedade.

Jacó-Vilela, Santo e Pereira (2005) descrevem o dispositivo de controle social realizado a partir da articulação entre o discurso médico e o jurídico com a identificação do crime como o sintoma de uma anormalidade. Identificação que instaura uma prática de exame da personalidade do criminoso e aplicação de uma pena, doravante concebida como um tratamento. São essas ações engendradas pelo instrumento do laudo médico.

Heitor Carrilho – médico psiquiatra, nascido em Natal (Brasil), em 1890, formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro - dedicou-se à psiquiatria criminal, tendo sido o primeiro diretor do Manicômio Judiciário, em 1921, sediado à rua Frei Caneca, na cidade do Rio de Janeiro. Em 1930, ocupa o Conselho Penitenciário do Rio de Janeiro, e tem grande atuação na composição de legislação referente à medicina legal no Código Penal de 1940. O Manicômio Judiciário recebeu o nome do médico após seu falecimento, em 1954, passando a denominar-se Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico Heitor Carrilho.

Mais tarde, os fatores sociais também ganharam destaque na abordagem psiquiátrica da criminalidade. A doença mental passou a ser entendida a partir da interação entre as causas hereditárias e as causas ambientais. Os meios caracterizados pela pobreza, subnutrição, desagregação familiar e moral constituíram os antecedentes sociais da doença. Essa proposta autoriza a saúde pública a exercer um controle social mais amplo, uma vez que o combate ao crime inclui uma política de higiene social. A vigilância sobre a pobreza é crucial no discurso psiquiátrico, porque a miséria é a expressão da indolência do sujeito ao trabalho, um vício moral. As classes pobres demonstram tendência para o crime à medida que tais vícios representam um estilo de vida incompatível com a convivência em sociedade. Nessa lógica, o trabalho torna-se a terapêutica privilegiada, fazendo da colônia agrícola o modelo de controle social do delito. Sua função consiste em promover, junto ao condenado, o aprendizado da disciplina, o respeito às leis, a obediência.

Num segundo momento, há a aplicação dos testes psicológicos para a determinação da imputabilidade e da periculosidade do acusado, constituindo nova forma de inclusão do discurso científico no âmbito jurídico, uma vez que tais testes estariam apoiados na racionalidade objetivante da ciência (Jacó-Vilela, Santo, & Pereira, 2005).

Material de análise: a Revista Brasileira de Criminologia

Dispusemo-nos, então, a examinar os argumentos e as práticas que fundamentaram o vínculo entre os discursos do campo psi e do judiciário no Brasil, tomando como material privilegiado de análise a **Revista Brasileira de Criminologia**, uma publicação que constituiu Órgão Oficial do Instituto de Criminologia da Universidade do Estado da Guanabara, entre os anos de 1947 e 1967.

A escolha da Revista Brasileira de Criminologia (doravante, Revista), como material de análise da intercessão entre a psicologia e o judiciário, baseia-se na consideração de que tal publicação constituiu um esforço acadêmico para consolidação de um campo de discussão do tema da criminalidade dentre a intelectualidade brasileira e pôde revelar os principais argumentos e embates envolvidos na consolidação tanto de uma política pública que aposta no tratamento do condenado quanto de uma

rede de profissionais autorizados a levar esse projeto adiante. Pela constante referência aos conceitos concernentes aos saberes médico e psicológico, assim como pela publicação de artigos de autoria de psicólogos ou psiquiatras, consideramos essa publicação representativa de uma zona de conexão desses dois saberes.

Vale ressaltar que a Revista constitui um material de análise bastante particular, uma vez que integra diferentes tipos de dados. Podemos encontrar nessa publicação: (a) textos de inflexão teórica que são, principalmente, publicados nas seções de "Artigos Originais" e "Doutrina"; (b) evidências da prática judiciária, observadas pela transcrição de processos, jurisprudências, decisões comentadas; (c) a atuação no legislativo, visualizada a partir da divulgação e comentários de leis; e (d) a política acadêmica da criminologia, percebida através da publicidade dada aos congressos, cursos e à admissão de pessoas em cargos acadêmicos.

A Revista Brasileira de Criminologia foi publicada durante os períodos entre 1947 e 1956 e entre 1966 e 1967. Até 1953, intitulava-se **Revista Brasileira de Criminologia,** no ano seguinte, passou a denominar-se **Revista Brasileira de Criminologia e Direito Penal**. A Revista tinha periodicidade trimestral, aparecendo nos meses de Janeiro, Abril, Julho e Setembro. Sua coleção perfaz 40 volumes referentes aos seus 12 anos de existência. Era dirigida pelo Prof. Roberto Lyra e, até seu segundo volume, constituía propriedade do Cap. Victorio Caneppa, Diretor da Casa de Correção. Utilizava expedição postal e sua assinatura anual custava, inicialmente, Cr$ 120,00 (cento e vinte cruzeiros) – valor equivalente a R$ 115,00 (cento e quinze reais) - e um número avulso era comprado pelo preço de Cr$ 35,00 (trinta e cinco cruzeiros) – valor equivalente a R$ 33,00 (trinta e três reais)[1].

Roberto Lyra foi professor de direito e membro fundador da Faculdade de Direito do Estado da Guanabara. Era presidente da **Sociedade Brasileira de Criminologia** e, portanto, responsável pela orientação teórica da Revista, recebendo os artigos originais, livros, jornais e revistas cujos temas fossem de interesse para publicação. A Sociedade Brasileira de Criminologia tem intensa atividade intelectual e política

[1] Atualização de valores foi realizada no *site* da Fundação de Economia e Estatística do Governo do Estado do Rio Grande do Sul: http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/servicos/pg_atualizacao_valores.php

na criminologia brasileira. Lyra funda, em 1954 o **Instituto de Criminologia da Universidade do Estado da Guanabara**. Roberto Lyra dirigiu a Revista e ocupou cargos de direção em instituições brasileiras para o estudo da criminologia. Lyra também desenvolveu intensa atividade na organização de eventos acadêmicos ligados ao tema da criminologia, tornando-se referência para o grupo de criminólogos brasileiros. Além disso, atuou na elaboração de políticas públicas ligadas ao tema penal, colaborando em muitos projetos de reformulação da legislação brasileira e latino-americana.

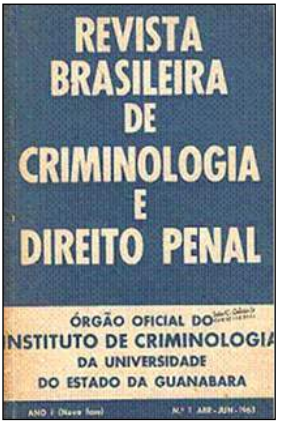
A Revista concentra, dessa forma, tanto uma importante discussão acadêmica do tema da criminalidade dentre a intelectualidade brasileira quanto outros dados interessantes, tais como: fragmentos selecionados da prática judiciária, transcrição e comentários de leis, notícias de congressos, cursos e política acadêmica. Assim, conjeturamos que as propostas de exercício da psicologia e psiquiatria em políticas públicas, as discussões, as alianças teóricas e os embates presentes no projeto de consolidação da criminologia brasileira, no qual a Revista foi um dos principais protagonistas, puderam revelar importantes argumentos e categorias discursivas que marcam as relações da psicologia com o Judiciário.

Em sua configuração de publicação, em 1947, a Revista conta com dezessete seções numeradas, um "ineditorial" e uma biografia na

contracapa. Em "Artigos originais", são publicados artigos nacionais e internacionais inéditos cujos temas dizem respeito à teoria criminal e à relação da criminologia com outras ciências. Em "As grandes páginas do Direito Criminal Brasileiro", encontra-se artigo já publicado anteriormente em outro veículo cuja importância autoriza sua republicação para maior conhecimento da comunidade acadêmica. A seção "Poderes" tem três subdivisões: Legislativo, Judiciário e Executivo. Em "Legislativo", há trechos de discursos, notícias de projetos de lei, acontecimentos no legislativo. Em "Judiciário", estão casos de jurisprudência, descrição de sentenças, dentre outros acontecimentos relativos à Justiça que concorram para a modificação da processualística judiciária. Em "Executivo", são citados e comentados discursos do governador do Estado do Rio de Janeiro. Na seção "Legislação", há leis e decretos-leis que modificam o Código Penal, o Código de Processo Penal, o Código Penal Militar e Lei das Contravenções Penais. Em "Jurisprudência", está a tentativa de consolidação da jurisprudência brasileira, contando com a descrição dos casos que originaram jurisprudência, a fim de dar conhecimento à comunidade acadêmica sobre as mudanças pertinentes e de tornar-se fonte de referência para consultas. Em "Congressos e Conferências" estão descritos eventos acadêmicos relativos ao tema da criminologia, assim como a transcrição de relatórios e discursos realizados naquelas oportunidades. Em "Associações e Sessões", são relatadas políticas institucionais das sociedades intelectuais ligadas ao tema da criminologia, bem como as relações entre tais entidades. Na seção "Cursos", estão informações sobre cursos e concursos, notadamente na área do direito. Em "Livros e Revistas", há comentário de livros e revistas sobre criminologia e também anúncios de novas publicações na área. "*Animus Narrandi*" é uma seção de noticiário, são informados fatos relativos ao grupo de profissionais ligados à criminologia, reclamações e sugestões ao poder público, casos jurídicos, dados demográficos, etc. Em "*Animus Criticandi*", são comentadas sentenças judiciais e políticas públicas de controle social do delito. Em "*Animus Jocandi*" são apresentadas anedotas envolvendo situações jurídicas, teóricos da criminologia, profissionais ligados ao direito, etc. A seção "Arquive-se" é um segmento concernente à filologia: são analisadas as origens e os sentidos de algumas palavras. Na seção "Diga o...", há breve exposição de ideias, trechos de comunicações e discursos considerados relevan-

tes para o tema da criminologia. Em "Polêmicas", estão controvérsias que instigam os integrantes da Sociedade Brasileira de Criminologia. Em "Crimes e Criminosos na poesia", são publicados trechos da literatura nacional e internacional relacionados a crimes. Em "Problema para Estudantes de Direito", são apresentados trechos de literatura, na maioria das vezes um conto policial, em relação ao qual são colocadas questões para serem comentadas à luz do direito brasileiro. Na seção "Ineditoriais", há o relato histórico concernente ao desenvolvimento das políticas penais no Brasil. Notadamente, a construção da Penitenciária do Distrito Federal (vols. 1 e 2). Em "Biografia", situada na contracapa, é publicada uma biografia de autores da criminologia, acompanhada de ilustração.

Já nos anos de 1966 e 1967, a Revista passa a denominar-se **Revista Brasileira de Criminologia e Direito Penal** e assume outra configuração. Passa a ter a direção do Prof. Benjamim Moraes Filho, a redação do Prof. Heleno Cláudio Fragoso, a secretaria do Dr. Alexandre Gabriel Gedey e a tesouraria de João Marques da Silva. Continua a ter expedição trimestral. Seu exemplar avulso custa, em 1967, NCr$ 3,00 (três cruzeiros novos) - o equivalente a R$ 21,22 (vinte e um reais e vinte e dois centavos) – e sua assinatura anual custa NCr$ 11,50 (onze cruzeiros novos e cinquenta centavos) – o que equivaleria, em nossos dias, a R$ 81,33 (oitenta e um reais e trinta e três centavos). Não possui mais anúncios.



Conta com oito seções, adquirindo, a nosso juízo, uma estrutura mais formal. Na seção "Doutrina", estão publicados textos com caráter conceitual, explicitando posicionamentos doutrinários do direito, teorias e estruturação do saber jurídico. Em "Parecer", há dissertação acerca do estado atual do direito sobre uma determinada problemática social. Em "Crônica", estão comentários sobre costumes sociais. Na seção "Comentários e Comunicações", estão artigos de divulgação de pesquisas e panoramas históricos sobre certo campo de estudos. Em "Notas e Informações", dá-se notícia de eventos de importância para a comunidade acadêmica, tais como cursos, congressos, obituário de personalidades ligadas ao direito, assunção de cargos administrativos ou acadêmicos. A seção "Bibliografia" resume e comenta o lançamento de publicações na área. A seção "Jurisprudência" relata e comenta casos de jurisprudência. Em "Decisões Comentadas", é abordado de maneira crítica o exercício da Justiça, através de comentário de casos. A seção "Leis e Projetos" divulga atualização da legislação brasileira.

Metodologia

A metodologia utilizada na pesquisa constituiu-se da seleção de textos que apresentavam temas de interface entre a psicologia e a criminologia a partir da leitura da Revista. Julgamos que a leitura e a análise integral dos textos distribuídos nos 40 volumes da revista demandariam mais tempo do que dispusemos para realização deste intento. Realizou-se a leitura integral do volumes de n. 1, 2, 15 e 16, sendo eles, respectivamente, o primeiro, segundo, penúltimo e último volumes da Revista (Instituto de Criminologia da Universidade do Estado da Guanabara, 1947, 1948, 1966, 1967). Esta pesquisa pormenorizada mostrou-se producente, uma vez que eram encontrados fragmentos que faziam menção aos saberes psicológicos mesmo em seções que, a princípio, tratariam de temas diversos ao da psicologia, o que indica mais fortemente a ligação entre os saberes.

O recorte cronológico obedeceu ao critério de favorecer o momento de formação e acomodação do campo da criminologia brasileira, representado pelos volumes iniciais; em contraposição a um momento de maior amadurecimento do campo, representado pelos últimos volumes.

Vale lembrar que há um marco importante na consideração deste momento final caracterizado pelo reconhecimento da profissão de psicólogo, a partir da Lei n. 4.119 de 27 de agosto de 1962.

Foi escolhido cada trecho em que havia citação de termos ligados à **pesquisa acadêmica dos fenômenos mentais**, estando incluídas as investigações em psicologia, psiquiatria e, muitas vezes, a antropologia criminal. É preciso ressalvar que somente foi trabalhado o trecho em que tais termos faziam menção à pesquisa acadêmica, ou seja, ao saber científico; visto que, em certas ocasiões, são mencionados termos homônimos aos conceitos psicológicos, mas que são utilizados de forma coloquial, tais como "personalidade", "juízo", "mente", "razão" que não pretendiam indicar conceitos científicos e, portanto, não são considerados, a nosso juízo, como representativos de uma interface entre a psicologia e a criminologia, nessas situações.

No desenvolvimento da pesquisa, os trechos selecionados na Revista foram esquematizados em tabelas nas quais constam: sua classificação temática, uma breve descrição do argumento apresentado, sua localização no conjunto dos volumes da Revista (ano, número e página) e o fragmento textual. O conteúdo integral das tabelas com os textos selecionados está disponível na publicação da pesquisa (Silva, 2012). A seguir, destacamos dois exemplos de como o material foi organizado.

Numa tentativa de aproximação radical do discurso jurídico com o psicológico, Altavilla chega a afirmar que a formação do penalista deva fazer dele um psicólogo.

Tema	Intercessão do saber psiquiátrico no processo jurídico: Periculosidade Identificação jurista – Psicólogo	
Descrição do Argumento	Discute o conceito de periculosidade afirmando que é necessário conhecimento de psicologia por parte dos juristas. Propõe reformulação da formação universitária.	
Localição	Ano	1948
	Nº	II
	P.	14

Trecho	Para isto é necessário apurar se o delito pertence, psicologicamente, ao seu autor ou se é uma cilada do destino. E isso só é possível, se a preparação do jurista e do juiz for plasmada, não somente no direito, mas, também, nas ciências naturais. De que vale criarmos novos códigos se não reformamos, profundamente, a preparação universitária? E o maior mérito da Escola Positiva é certamente este: o de ter destruído as barreiras entre os diversos ramos da ciência, o de ter chamando a biologia em auxílio do direito, o de ter criado uma nova ciência – a Criminologia – da qual são dois capítulos a antropologia e a sociologia criminais. A preparação cultural dos juristas positivistas torna possível a utilização de tal ciência. Dizemos mais até: se é possível conceber um cultor de direito privado, que seja unicamente um jurista **não é possível que um penalista deixe de ser, também, um psicólogo**." (Altavilla, E. **A Vitalidade da Escola Positiva** – Seção Artigos Originais).

Num trecho bastante elucidativo sobre as relações da psicologia com a criminologia, Roberto Lyra Filho propõe que a psicologia ofereça um modelo de ciência para a criminologia, dada a configuração "oscilante" da psicologia. Considerando que a psicologia já se constituíra como profissão nessa data (1966), a comparação com a psicologia poderia conferir solidez à criminologia.

Tema	Epistemologia da criminologia	
Descrição do Argumento	Roberto Lyra Filho recorre à constituição epistemológica da Psicologia para justificar dificuldade de conceituação na Criminologia.	
Localição	Ano	1955
	Nº	15
	P.	50 - 51

Trecho	**d**"A noção de crime não é fixa; daí toda disputa que se delineia entre a normalidade e anormalidade. Mas esse não é um problema só nosso, da Criminologia; é um problema da Psicologia, também. A Psicologia tem suas questões de limite com a psiquiatria, com a Sociologia... (...) Citei o exemplo da Psicologia. Mas ela ainda continua dilacerada, ela ainda continua recebendo o impacto da pressão de certas fórmulas sociais. Não é inexpressivo lembrar que existe uma categoria psiquiátrica dos chamados 'fronteiriços' e que não há paz no estudo das personalidades psicopáticas. O 'social' pode influenciar o conceito psicológico, mesmo a noção de desajustamento psíquico é influenciada pela de desajustamento social, cujo parâmetro é uma sociedade dada que o cientista deve tentar encarar objetivamente sem deixar de ser simultaneamente expectador e ator. Como exigir da Criminologia um conceito definitivo de crime, se noutros setores manifestam-se oscilações? Esta oscilação é fatal; esta oscilação prosseguirá; esta oscilação é fecunda." (Lyra Filho, R. Panorama Atual da Criminologia – Seção Doutrina).

Selecionados e tabelados os trechos, os dados foram catalogados por assunto ou tema. Distribuímos os dados em temas. São eles: Epistemologia da Criminologia: categoria utilizada quando o texto argumentava sobre o conjunto de disciplinas que formam a criminologia. Causalidade Biopsíquica da Criminalidade: categoria que engloba a perspectiva teórica sobre o fenômeno criminal que postula causas biopsicológicas para a conduta delituosa. Políticas e instrumentos de controle social do delito: categoria empregada aos trechos que apresentavam os argumentos e as propostas normativas concernentes à criação de estabelecimentos penitenciários destinados ao tratamento e à pesquisa da saúde mental dos condenados e à atuação dos profissionais de psicologia e psiquiatria nesses locais.

Resultados

No que se refere à Epistemologia da Criminologia, notamos que a psicologia, de maneira geral, figura como importante discurso explicativo

do fenômeno criminal. Há, portanto, uma tônica comum nos dois períodos temporais abordados, no que diz respeito à participação do saber psicológico na criminologia. Verifica-se o discurso psicológico por diversas atuações: teorias psicológicas e pesquisas que são divulgadas, a presença de conteúdo psicológico em programas de cursos, a ligação da Sociedade Brasileira de Criminologia com a Liga Brasileira de Higiene Mental e um anúncio da revista Pyske.

Entretanto, se há consenso sobre sua participação, já sobre a posição da psicologia na criminologia houve embate, podendo-se visualizar uma disputa pela hierarquização, protagonizada pelo direito penal, em que se tentava definir a qual disciplina caberia o "governo" do campo. No período final, sobretudo, nota-se maior fechamento do campo em direção ao pertencimento ao direito penal, seja pela defesa explícita desta posição, seja pela menor frequência de artigos de autoria de psicólogos.

O que consideramos ainda mais interessante é a utilização da psicologia como modelo peculiar de ciência. Roberto Lyra Filho defende a ideia de uma oscilação do pensamento criminológico por semelhança à configuração também oscilante do conhecimento psicológico. Segundo ele, a forma de construção do saber psicológico deveria ser observada pela criminologia, dada a capacidade da psicologia em lidar com conceitos que se modificam com o tempo e por sua constante busca por inclusão de novos fenômenos.

No que tange ao tema das Causas da Criminalidade, percebemos uma importante comparação concernente à mudança de abordagem no debate entre as teses deterministas e as adeptas do livre-arbítrio. Se, na década de 1940, havia um predomínio das teses do determinismo biopsicológico, é importante notar que, na década de 1960, encontramos diversas referências à consolidação da Teoria do Ânimo no Direito brasileiro, tendo como consequência principal para nosso tema a valorização do conceito de **vontade** para determinação das causas da criminalidade.

Nos primeiros volumes, o tema da causalidade biopsicológica da criminalidade é a tônica das explicações do fenômeno criminal, tendo como protagonista a Escola Positivista. A tese da degeneração, apropriada por Nina Rodrigues, oferece, assim, um modelo de entendimento da realidade

criminal brasileira, em que a causa da criminalidade é imputada a uma inferioridade biológica da população negra e mestiça.

Ademais, pelo determinismo biopsicológico, a política de controle do delito assume uma feição **curativa**. Utilizando uma linguagem médica para descrever o crime, a perspectiva do determinismo biopsicológico integra, a um só tempo, tanto a concepção de criminoso como doente quanto a ideia de uma ação estatal comparada ao tratamento. Temos a seleção de imigrantes - baseada na noção de **tara** - e a testagem psicológica na população – tributária da noção de psicopatia –. Tudo isso ganha um tom de prevenção médica. A legitimação do poder alcançada por essa articulação possibilita maior alcance social, uma vez que está amparada por um fundamento médico-científico.

Já nesse primeiro período, verificam-se tentativas de conceber o fenômeno criminal sob uma perspectiva social, entretanto, não consideramos leviano afirmar que há um predomínio da posição biopsicológica. Pois, de modo geral, o meio é concebido como, no máximo, um disparador de uma predisposição biológica.

Assim, se, num primeiro momento, havia o discurso prevalente de que o delinquente cometia crimes devido a certas causas biopsicológicas e morais, o que encontramos nos dois últimos volumes difere em muito disso, veiculando nova perspectiva de entendimento da criminalidade, em que as noções de vontade e consciência figuram como os eixos centrais de determinação da conduta humana. Desta feita, o debate – alvo de importante discussão na criminologia nascente da década de 1940 – entre as teorias do determinismo biopsicológico da criminalidade e os defensores do livre-arbítrio encontra, vinte anos depois, ressonância com a recusa de um modelo de subjetividade para cuja conduta não haja possibilidade de decisão consciente. Vemos, nesse sentido, formulações que tentam aliar determinantes psicológicos e sociais, assim como uma perspectiva da personalidade construída pelo desenvolvimento.

Além disso, a frequente recorrência aos conceitos psicológicos, por seus caracteres subjetivos, torna-se bastante problemática, produzindo diversas tentativas de formulação de tipologia criminal que independa de noções psicológicas. Verifica-se, dentre os brasileiros, relutância em conceber um direito unicamente baseado em critérios objetivos, sendo

mais comum a posição intermediária que busca a objetivação sem perder a experiência subjetiva do fato.

Ainda no que tange à vontade, percebemos a captura do conceito para finalidade de vigilância da vida política, uma vez que a noção de vontade, fundamentando a ideia de guerra psicológica, passa a caracterizar o crime de incitação. O poder de vigilância ganha novo alcance, supondo que um sujeito pode ter ação sobre outro, incitando sua vontade. Toda expressão de pensamento passa, dessa maneira, a guardar consigo a possibilidade de influenciar pessoas e, consequentemente, torna-se alvo de vigilância.

Finalmente, sobre o tema das Políticas e Instrumentos de Controle Social do Delito, evidencia-se, inicialmente, uma perspectiva que quase desculpabiliza o criminoso, porque, concebendo-o como doente, o torna competência dos médicos. Restaria, ao judiciário, adequar a cada criminoso o tipo de penalidade pela qual ele alcançaria a cura ou a segregação daquele indivíduo considerado incurável. A noção de pena, portanto, transforma-se significativamente, sendo identificada a um tratamento.

A entidade nosográfica da **personalidade psicopática** firma-se como a principal categoria utilizada nas avaliações psiquiátricas como conceito explicativo da conduta criminal, precisamente porque pode caracterizar um tipo de anormalidade ligada à esfera volitiva da conduta. Normatizadas, num primeiro momento, as perícias psiquiátricas se consolidam cada vez mais, englobando noções como a de desenvolvimento mental incompleto. Na década de 1960, já são prática formalizada e fiscalizada no judiciário, e sustentam a ideia da responsabilidade penal, tão cara ao direito. Psicólogos e psiquiatras atuam junto às esferas do julgamento, do cumprimento da pena, do livramento, etc.

Há contenda, todavia, sobre os instrumentos utilizados, percebida pela crítica aos testes, realizada por Roberto Lyra Filho. Este faz ressalvas sobre os testes de Myra e Lopez e de Rorschach. Mas, vale ressaltar que essa crítica não é, ainda, aos pressupostos da perícia, e sim aos instrumentos. Lyra Filho teria preferência por outros, somente. Assim, é importante ressaltar que o conceito de **periculosidade** fundamenta os dispositivos de avaliação de exames criminológicos. Tal tema é extremamente relevante, uma vez que diversos instrumentos jurídicos e psicológicos sustentam-se, ainda na atualidade, pela referência a essa noção.

O fato de que o exame de periculosidade, tão atrelado ao determinismo biopsíquico da Escola Positivista, persista como prática jurídica convida à reflexão. Ele persiste apesar das transformações da concepção de causalidade em criminologia, apesar da crítica aos testes psicológicos, apesar das críticas à capacidade reeducativa da prisão, dentre tantas outras.

Conclusão

A partir do exame dos volumes selecionados da Revista Brasileira de Criminologia, verificou-se extensa amplitude de dados relativos à inserção da psicologia no campo de estudos da criminalidade acompanhada de grande variedade de composições possíveis. A opção pelo recorte cronológico foi, assim, fundamental, uma vez que possibilitou o tratamento dos temas de maneira comparativamente conclusiva.

A distinção entre as três linhas de análise - Epistemologia da Criminologia, Causas da Criminalidade e Políticas e Instrumentos de Controle Social do Delito - possibilitou ordenar satisfatoriamente o discurso psicológico encontrado na Revista. No eixo epistemológico, como uma ciência em processo de consolidação, percebemos que a criminologia integra saberes provenientes de diferentes contextos teóricos, em razão do que se coloca o questionamento sobre sua legitimidade perante a Academia, e mais precisamente, perante o direito penal. A psicologia aparece como uma parceira bastante peculiar, formando um conjunto de saberes que integram a criminologia tanto conceitualmente como metodologicamente. No eixo das causas da criminalidade, observa-se que o positivismo criminológico italiano encontrou grandes espaços de divulgação na Revista, o que é surpreendente, dado que, no período histórico dos volumes I e II (pós-1945), as teses positivistas teriam se enfraquecido mundialmente. Tal dado aponta para a inserção do discurso médico no plano jurídico, que se opera não somente a partir da introdução de conceitos, mas também pela utilização da linguagem médica (met*áfora biológica e/ou orgânica).* Comparando a sociedade a um paciente enfermo e relacionando a atuação jurídica governamental à cura realizada pelo médico, tal discurso atua num plano estratégico cuja intenção é estabelecer uma pauta de discussão política sobre o tema. E, para tanto, observa-se a recorrência à comparação frouxa entre a justiça e a medicina, cujo objetivo não passa da

afirmação de uma ação estatal pela ancoragem na ação já socialmente autorizada da medicina. No eixo dos dispositivos de controle, percebe-se a psicologia como grande operador das políticas públicas de controle social do delito, inserida nas práticas judiciárias - no julgamento, na condenação e na pena. A inserção do saber psi consolida-se bastante pela avaliação da **periculosidade** ou **temibilidade** do agente, estabelecida no Código Penal, em 1940. Já na fase pós-condenação, no âmbito penitenciário, o discurso médico-psicológico implanta-se a partir da avaliação da "evolução do tratamento" do condenado. Se o debate a respeito das causas da criminalidade sofreu transformações significativas, no que se refere ao exame pericial de acusados e condenados, salvo rara exceção, tanto suas bases teóricas quanto os fundamentos de seu exercício parecem pouco se modificar comparativamente entre 1947 e 1962. Isso já implica grande contra-senso, dado que a concepção de tais exames, na década de 1940, foi fortemente marcada pela Escola Positivista, haja vista o papel fundamental da noção de periculosidade no exame criminológico. Embora a postulação de influências sociais para o estudo do crime tenha sido uma ferramenta teórica importante para críticas ao fundamento conceitual da perícia de periculosidade, a utilização dos testes psicológicos nas avaliações de condenados modifica-se mais no instrumento utilizado do que na testagem propriamente dita.

Referências

Alberti, S. (2003). *Crepúsculo da alma - a psicologia no Brasil no século XIX.* Rio de Janeiro: Contra Capa.

Alvarez, M. C. (2002). A criminologia no Brasil ou como tratar desigualmente os desiguais. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, *45*(4), 677-704.

Carrara, S. (1998). *Crime e loucura: o aparecimento do manicômio judiciários na passagem do século*. Rio de Janeiro: EDUERJ.

Carvalho, S. (2004). O papel da perícia psicológica na execução penal In H. Goncalves & E. Brandão (Orgs.), *Psicologia Jurídica no Brasil* (pp. 141-155). Rio de Janeiro: Nau.

Ferri, E. (1999). *Princípios de direito criminal*. Campinas, SP: Bookseller.

Foucault, M. (1987). *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis, RJ: Vozes.

Instituto de Criminologia da Universidade do Estado da Guanabara. (1947). *Revista Brasileira de Criminologia*, ano 1, n. 1, Rio de Janeiro.

Instituto de Criminologia da Universidade do Estado da Guanabara. (1948). *Revista Brasileira de Criminologia*, ano 1, n. 2, Rio de Janeiro.

Instituto de Criminologia da Universidade do Estado da Guanabara. (1966). *Revista Brasileira de Criminologia e Direito Penal*, ano 4 (Nova Fase), n. 15, Rio de Janeiro.

Instituto de Criminologia da Universidade do Estado da Guanabara. (1967). *Revista Brasileira de Criminologia e Direito Penal*, ano 4 (Nova Fase), n. 16, Rio de Janeiro.

Jacó-Vilela, A., Santo, A., & Pereira, V. (2005). Medicina legal nas teses da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (1830-1930): o encontro entre medicina e direito, uma das condições de emergência da Psicologia Jurídica. *Interações*, *10*(19), 9-34.

Lei n. 4.119, de 27 de agosto de 1962. (1962). Dispõe sobre os cursos de formação em Psicologia e regulamenta a profissão de Psicólogo. Conselho Federal de Psicologia. Brasilia, DF: Presidência da Republíca.

Lombroso, C. (1896). *L 'Uomo delinquente* (5ª ed.). Torino: Fratelli Bocca. Acesso em 20 de dezembro, 2013, em http://www.archiviodistoria.psicologia1.uniroma1.it/opere%20in%20pdf/Lombroso,%20C.%20(1896).%20L'uomo%20delinquente.%20Torino.%20Bocca.%20Vol.I-II.pdf

Maio, M. C. (1995). A medicina de Nina Rodrigues: análise de uma trajetória científica. *Cad. Saúde Públ*., *11*(2), 226-237.

Molina, A. G. P. & Gomes, L. (2002). *Criminologia* (4ª ed.). São Paulo: RT.

Neves, G. (2003). Análise do perfil psicológico do juiz criminal no contexto da psicologia judiciária. *Jus Navigandi*, 7, 73. Acesso em 21 de dezembro, 2007, em http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=4259

Nina Rodrigues, R. (1957). *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil.* Salvador: Progresso.

Oliveira, A. (2005). *"Penas especiais para homens especiais": as teorias biodeterministas na Criminologia Brasileira na década de 1940.* Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em História das Ciências da Saúde, Casa de Oswaldo Cruz – Fiocruz. Rio de Janeiro.

Olmo, R. (2004). *A América Latina e sua criminologia*. Rio de Janeiro: Revan/ICC.

Rauter, C. (2003). *Criminologia e subjetividade no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan.

Silva, J. (2012). *O discurso psicológico na fundação da criminologia brasileira.* Curitiba: CRV.

Do determinismo biológico ao determinismo familiar do criminoso: uma análise de documentos jurídicos

Lisandra Espíndula Moreira

Maria Juracy Filgueiras Toneli

Introdução

Este trabalho tem como objetivo analisar enunciados que articulam família e criminalidade, em especial, problematizar o movimento enunciativo que pode ser entendido como um deslocamento histórico na explicação da criminalidade: antes buscando as causas no corpo e agora buscando as causas na constituição psíquica como um reflexo da constituição familiar. Essa hipótese foi sendo construída no questionamento do uso e da análise da família como um fator no cálculo da pena de sujeitos condenados. Por que o fato de ter ou não família constituída representa atenuante ou agravante na análise da "personalidade"[1]? Para compreender essas articulações, foi necessário questionar o que é dito, como é dito e por quem é dito, construindo uma arqueologia desse discurso que associa família e criminalidade.

Este trabalho é um recorte de uma pesquisa mais ampla, que constitui a tese de doutorado da primeira autora. O *corpus* de pesquisa foi composto por documentos da jurisprudência de Tribunais de Justiça da Região Sul do Brasil, buscando aqueles que articulavam paternidade, família e criminalidade. Privilegiamos, nesta escrita, os materiais em que a família figura como elemento importante e determinante para a análise do criminoso.

Apresentaremos alguns materiais da pesquisa para compreender como esses enunciados circulam nos documentos jurídicos. Pos-

[1] O termo "personalidade" não está sendo usado neste trabalho como um conceito, pois não condiz com a perspectiva teórica adotada neste estudo, mas remete à forma como a instância jurídica nomeia as questões da subjetividade.

teriormente, apresentaremos a busca arqueológica que retoma transformações e condições de possibilidade para a construção desses enunciados.

Família nos documentos jurídicos

A pesquisa inicial, da qual esse trabalho se desdobrou, tomou como *corpus* a jurisprudência dos tribunais da Região Sul do Brasil. A jurisprudência é a compilação das decisões concretas que no caso dessas instâncias são anunciadas por meio dos acórdãos. Tem grande importância porque permite retomar o que já foi decidido e servir de base para decisões futuras. Consideramos que se trata de "Aparato jurídico que … opera como dispositivo de poder, cujos efeitos incidem diretamente no cotidiano familiar, na vida de homens e mulheres nestes novos arranjos sociais contemporâneos" (Perucchi, 2008, p. 62).

As instâncias pesquisadas na pesquisa foram os Tribunais de Justiça do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná (TJRS, TJSC e TJPR), bem como o Tribunal Regional (TR4 – refere-se à Região Sul do Brasil). Além disso, foram pesquisados os tribunais de terceira instância: Supremo Tribunal Federal (STF) e Superior Tribunal de Justiça (STJ). Consultando a jurisprudência dessas instâncias, foram analisados os documentos que articulavam as questões referentes à família e à criminalidade. Todos os documentos pesquisados são de domínio público e foram acessados virtualmente.

Não foi a decisão em si que configurou o objeto de análise, mas os enunciados. As possibilidades de embasamento e justificativa de determinadas decisões no que acionam, movimentam, inventam, transformam os enunciados que articulam família e criminalidade. Nesse sentido, há certa insubordinação às categorias jurídicas: não houve recorte em relação às instâncias investigadas, em relação às áreas do direito (por exemplo, apenas documentos de processos criminais ou apenas de processos cíveis) ou em relação às classificações/denominações dos documentos (por exemplo, *habeas corpus* e apelação criminal). Ao todo, foram analisados 208 documentos e alguns serão resgatados neste trabalho.

Dosimetria: medindo a pena, medindo a família

Apresentamos, a seguir, alguns documentos em que a família é colocada como elemento importante para a análise do caso. O primeiro é uma Apelação Criminal do Tribunal Regional Federal (TRF4, 2011), no qual a ré foi condenada por peculato (capítulo 312 do Código Penal). O documento analisa o cálculo da pena nas instâncias anteriores, levando em questão as condições tomadas como agravantes ou atenuantes. A forma como a família circula no documento constitui elemento a ser analisado para diferentes aspectos (culpabilidade, conduta social, personalidade) nesse jogo do estabelecimento da pena. Em relação à culpabilidade, a família – no caso, a presença de "problemas familiares" - ameniza a culpa da ré. O acórdão cita os textos das duas instâncias anteriores e em ambas esse aspecto é levado em consideração.

> Dosimetria inicial: a culpabilidade da ré V. é amenizada pelo fato de estar passando à época dos fatos por problemas familiares e emocionais. Embora tais aspectos não se prestem para excluir a culpabilidade, tem sim o condão de amenizar o seu grau... Pois bem. Como dito na sentença anterior, a ré passava à época dos fatos por problemas familiares e emocionais. Embora tais aspectos não se prestem para excluir a culpabilidade, têm o condão de amenizar o grau de censura. É que tais aspectos indicam que o esforço que deveria empreender para agir de acordo com os ditames da lei era maior, em face da situação excepcional que vivenciava. (TRF4, 2011)

Mesmo esse sendo um aspecto importante para o cálculo, não são apresentados elementos explicativos sobre o que se denominam "problemas familiares". Como, nesse contexto, os problemas familiares são vistos como atenuantes, amenizando a ânsia punitiva e, em alguns outros contextos, isso implica um endurecimento das condenações?

A família é também utilizada como forma de analisar a conduta social. "A conduta social da acusada é normal. Os autos dão conta que ela tem família, profissão lícita e nada consta que desabone sua conduta na comunidade em que vive" (TRF4, 2011). O fato de ter família e profissão lícita (mesmo que ela faça uso ilícito da sua profissão, afinal esse é o crime) compõe a imagem da ré que será beneficiada com a diminuição da pena e a indicação para cumprimento em regime aberto. "Ter família", nessa

enunciação, parece apontar novamente para certa norma de família, um determinado tipo e formato que se entende constante e estável.

A "boa família" nem sempre atenua a pena, como podemos analisar num *habeas corpus* do STJ (STJ, 2005), que avalia o caso de um adolescente que recebeu medida socioeducativa de internação por prazo indeterminado, pelo crime equivalente a roubo. Nesse caso, o uso da boa família figura como um agravante, porque contradiz a entrada no crime.

> A conduta reiterada do adolescente revela desajuste social incompatível com a liberdade, circunstância que não recomenda outra medida sócio-educativa diversa da internação. Muito embora não registre antecedentes, a conduta premeditada do adolescente, bem como a natureza do ato infracional demonstram ser este portador de grave desvio de caráter... porquanto, inadmissível que o adolescente provendo de boa família, de uma hora para outra e do nada, participasse de tão grave conduta infracional. Nessas circunstâncias a segregação do adolescente é indispensável. (STJ, 2005)

Se por um lado tal procedimento parece equiparar as desigualdades a que os sujeitos são expostos, por outro lado cristaliza as diferenças, produzindo desigualdades tão ou mais intensas. O fato de o adolescente ser de "boa família" serve como um agravante, sendo inadmissível que o mesmo cometa atos de criminalidade/violência, tendo em vista a boa base familiar. Cabe ressaltar que não há descrição no acórdão do que está sendo considerada "boa família". Portanto, partimos do princípio de que ela se aproxima de certo ideal de família nuclear e com boas condições financeiras.

O uso da "boa família" como agravante só é possível, portanto, pela colagem de alguns termos: famílias desestruturadas e/ou pobres=criminalidade. O que clama por medida de internação (que seria uma medida excepcional no caso de jovem/ECA) e fica como incompreendido ou inadmissível é a contradição nessa equação tão certa entre classe social/configuração familiar/ conduta social - um jovem de "boa família" cometer um ato criminoso. Mas também quando a equação aparece de forma linear: famílias desestruturadas e/ou pobres=criminalidade, a família permanece como fator de agravamento, como nos casos analisados no início desse item, nos quais a "desestruturação" familiar é apontada como um dos aspectos, senão o grande motivo para medidas de internação.

Mas quais as condições que tornam possível o uso da família como um elemento importante no cálculo da pena? Estaria a família em julgamento? Ou o sujeito está sendo julgado através de sua família? Como se constroem as categorias que servem de base para essas análises? Todas essas questões nos remetem à sua produção na interlocução com o direito. Para a fixação da pena, alguns critérios estão previstos em lei:

> O juiz, atendendo à culpabilidade, aos antecedentes, à conduta social, à personalidade do agente, aos motivos, às circunstâncias e consequências do crime, bem como ao comportamento da vítima, estabelecerá, conforme seja necessário e suficiente para a reprovação e prevenção do crime: (a) – as penas aplicáveis dentre as cominadas; (b) – a quantidade de pena aplicável, dentro dos limites previstos; (c) – o regime inicial de cumprimento da pena privativa de liberdade; (d) – a substituição da pena privativa da liberdade aplicada, por outra espécie de pena, se cabível. (Decreto-Lei n. 2.848, 1940, Art. 59).

Avaliam-se a culpabilidade, os antecedentes, a conduta social, a personalidade do réu, os motivos, as circunstâncias e as consequências do crime, bem como o comportamento da vítima para estabelecer, dentro dos limites previstos em lei para cada categoria de crime, as penas que serão estabelecidas. O cálculo da pena no direito é nomeado de "dosimetria" - a pena como um remédio a ser dosado conforme certa análise de termos previamente definidos.

Família e dosimetria: culpabilidade, conduta social e personalidade

Das categorias utilizadas para dosimetria da pena, algumas mostram-se diretamente atravessadas pela questão da família e da subjetividade: culpabilidade, conduta social e personalidade. A culpabilidade é entendida como "a reprovação social que o crime e o autor do fato merecem" (Nucci, 2003, p. 246). Num dos documentos (STJ, 2009), a culpabilidade do réu é avaliada como elevada por conta da sua relação com a família.

> A culpabilidade do réu é elevada pois, como ele mesmo admite, acabou por envolver sua própria família na criminalidade, merecendo, portanto, juízo de reprovação mais rigoroso... Conforme restou assinalado na sentença, o paciente envolveu a sua família na criminalidade, não comprovou ocupação lícita, tem personalidade voltada para o crime, que se tornou seu meio de vida, e possui condenações transitadas em julgado por crimes graves. Des-

> se modo, deve ter sua liberdade constrita a fim de salvaguardar a ordem pública. (STJ, 2009)

O uso da família em relação à culpabilidade, neste caso faz aumentar o grau de reprovação social que o réu mereceria. Em relação à conduta social, o enunciado utiliza-se da família como forma de mostrar alguns aspectos possíveis na análise de um acusado. Conforme a escrita doutrinária reproduzida em outro acórdão, podemos conceber conduta social:

> Como sendo o papel do réu na comunidade, inserido no contexto da família, do trabalho, da escola, da vizinhança etc. O magistrado precisa conhecer a pessoa que estará julgando, a fim de saber se merece uma reprimenda maior ou menor. (TJSC, 2010)

A orientação instiga uma posição inquisitória por parte do julgador, que deve aproximar-se da vida do réu, suas formas de conduta, perguntando às testemunhas sobre o mesmo. Conhecimento que não se restringirá ao delito, mas transborda para o cotidiano do sujeito. A conduta social fica explicitamente relacionada com certa noção familista quando se estabelece como "boa" conduta o fato de ter uma "família constituída". Ou ainda, quando algum aspecto da vida ou do delito coloca em questão certo funcionamento inadequado, configurando a má conduta. Encontramos a ideia da má conduta numa Apelação Criminal (TJSC, 2011) de um condenado por tráfico ilícito de drogas em que sua postura familiar está sendo colocada em questão.

> E conforme consignou a magistrada, o réu "no contexto familiar mostrou-se um marido despreocupado com a prole. Mesmo com um bebê de nem um ano de idade, ao invés de suprir-lhe as necessidades afetivas e materiais do infante, serve de péssima referência ao desempenhar atividades ilícitas, utilizando como meio de subsistência o tráfico de drogas, prática essa aparentemente assumida pela mulher, ainda menor, que se espelhou no acusado", fazendo jus, assim, à majoração da sanção inicial... mostra-se correta a elevação efetuada pela magistrada. (TJS, 2011)

Se em outros documentos o fato de ter uma família constituída é tomado como boa conduta, neste essa lógica se inverte pelo fato de o delito ser visto como uma exposição da criança e da esposa ao perigo. Essa conduta, vista negativamente, implica o aumento da pena aplicada ao réu.

A possibilidade de apreciação e julgamento da conduta social coloca o modo de ser do sujeito como algo a ser avaliado, para além do crime e de forma distinta do que se considera personalidade. Na conduta social tem um peso especial a forma de relacionamento com a família, como no exemplo do doutrinador.

Assim como a conduta social, a personalidade também influencia o cálculo da pena. Na análise da personalidade, a família é utilizada como forma de compreender a constituição do sujeito. A avaliação da personalidade aparece de diferentes formas. Nesse documento (e também em outros), os julgadores recusam-se a utilizar a personalidade no cálculo da pena. Num primeiro momento a enunciação destitui o saber psi sobre o acusado. Entretanto, esse enunciado permite a abertura dessa categoria, impossibilitando a prisão do sujeito na sua própria personalidade.

> Personalidade. Não há elementos nos autos para avaliar a personalidade da ré. Até porque existem na Psicologia e na Psiquiatria mais de 50 definições acerca da personalidade. Teria este magistrado então que consignar qual definição está adotando e qual o método utilizado para poder afirmar que o acusado tem personalidade "voltada à delinquência". Mas isso seria transformar o julgador em Psiquiatra ou Psicólogo, o que não me parece possível. (TRF4, 2011)

Chama atenção a explicitação da impossibilidade de o direito atuar como julgador da "personalidade" do réu. Entretanto, essa impossibilidade não representa uma renúncia à punição da personalidade mais que à punição do crime. A impossibilidade do uso da personalidade no julgamento se dá pela incapacidade técnica da ciência da "personalidade", um problema para a área psi que ainda não tratou de definir unanimemente ou consensualmente esse conceito.

Fica clara certa regularidade desse discurso na análise da dosimetria, mostrando o quanto é necessário para que se defina o tamanho da pena, uma análise para além do fato em si. Pequenos desvios que vão caracterizando essa "anormalidade" e que fazem com que o crime em si não seja mais o centro das atenções, mas sim a "personalidade". A subjetividade, os modos de ser, de viver, de se posicionar nas situações cotidianas vão sendo mensurados em outros delitos (antecedentes criminais) e em sua conduta/constituição/estabilidade familiar.

É através da transformação na forma de dosar a pena que se torna possível o uso da família no julgamento. Foucault (2004) mostra os interesses que movem a flexibilização dessas práticas quando afirma que:

> A ideia de um mesmo castigo não tem a mesma força para todo mundo; a multa não é temível para o rico, nem a infâmia a quem já está exposto... Enfim, já que o castigo quer impedir a reincidência, ele tem que levar bem em conta o que é o criminoso em sua natureza profunda, o grau presumível de sua maldade, a qualidade intrínseca de sua vontade. (Foucault, 2004, p. 52)

Há nessa modulação da pena alguns contornos das relações de poder que o tribunal encarna. Está presente a ideia de equidade, pois analisa e penaliza diferentemente sujeitos que estão colocados também em posições diferentes. O fato de estabelecer, previamente, critérios explícitos que poderão servir de agravantes ou atenuantes, busca tornar objetivo o ato de julgar, classificar os crimes e os castigos, na tentativa de minimizar a subjetividade do julgador na tarefa de julgar. Entretanto, na outra ponta, a modulação da pena busca dar conta das peculiaridades e singularidade do criminoso, de sorte que "A individualização aparece como o objetivo derradeiro de um código bem adaptado" (Foucault, 2004, p. 84).

Foucault (2004) mostra que as técnicas através das quais se direcionavam as modulações de pena na jurisprudência antiga elegiam como aspectos principais a serem analisados: a "circunstância" e a "intenção". A modulação provinha de uma casuística e o que estava em questão era o ato em si. Dessa técnica de análise para estabelecer a punição, vai se constituindo uma tendência a não mais analisar apenas o ato, mas o sujeito. Nas suas palavras: "O que começa a se esboçar agora é uma modulação que se refere ao próprio infrator, a sua natureza, a seu modo de vida e de pensar, a seu passado, a 'qualidade' e não mais a intenção de sua vontade" (Foucault, 2004, p. 84).

Não mais o ato, mas o hábito será objeto de análise para a pena. Abre-se "espaço para uma aplicação da lei modulada segundo "circunstâncias atenuantes" – ou agravantes – ligadas às condutas e virtualidades do indivíduo em julgamento" (Prado Filho, 2012, p. 108). Esse movimento, a partir do século XIX, evidencia que o direito penal vai abrindo mão da punição como "defesa da sociedade para punir de forma mais individualizada o infrator e corrigir o indivíduo desviante da norma" (Prado Filho, 2012, p. 108).

O movimento histórico da técnica de modulação da pena de que trata Foucault (2004) aparece nas orientações da legislação brasileira, que contempla tanto a análise das questões relativas ao ato em si - os motivos, as circunstâncias e as consequências do crime - quanto as questões relativas ao infrator - culpabilidade, os antecedentes, a conduta social, a personalidade do réu. Possibilita-se, na economia da punição, dentro da legislação brasileira, a análise de aspectos que compõem a produção do criminoso: uma substância para além do ato.

> É assim que, no século XIX, desenvolve-se, em torno da instituição judiciária e para lhe garantir assumir a função de controle dos indivíduos ao nível de sua periculosidade uma gigantesca série de instituições que vão enquadrar os indivíduos ao longo de sua existência; instituições pedagógicas como a escola, psicológicas ou psiquiátricas como o hospital, o asilo, a polícia. (Foucault, 2005, p. 86)

No vazio deixado pelo deslocamento do cálculo da pena, que não fica mais restrito ao delito, abre-se uma articulação fértil com o saber psi – chamado ao palco do tribunal para conceder também seu veredito sobre a subjetividade daquele que está no banco dos réus. Uma substituição da jurisprudência casuística pelo saber psicológico (Foucault, 2004). Ganha importância o exame psiquiátrico como documento relevante para a tomada de decisão, borrando os limites entre os campos da justiça e da saúde. “O exame psiquiátrico possibilita a transferência do ponto de aplicação do castigo, da infração definida pela lei à criminalidade apreciada do ponto de vista psicológico-moral” (Foucault, 2001, p. 22). Com base nesses elementos, a dose da pena será calculada nas mínimas gramas, efetivamente como um remédio, no qual “o duro ofício de punir vê-se assim alterado para o belo ofício de curar” (Foucault, 2001, p. 29).

Nos documentos analisados, a relação entre a instituição judiciária e o saber psi não se efetiva sem um intrincado jogo de poder. Algumas enunciações colocam essa articulação como um limite de ação dos tribunais, barrando a entrada desse saber como elemento primordial para a decisão, como podemos depreender deste trecho: “Mas isso seria transformar o julgador em Psiquiatra ou Psicólogo, o que não me parece possível” (TRF4, 2011). Interessante que para fortalecer esse limite, a enunciação utiliza-se da complexidade do saber psi como forma de atribuir-lhe fragilidade e impossibilitar sua legitimidade nessa instância.

Numa outra decisão construiu-se um jogo enunciativo um pouco mais amplo. O objetivo se parece em muito com a citação acima – apontar a inexatidão do saber psi como forma de mostrar a impossibilidade de utilizar-se dele como parâmetro para a dosimetria. Trata-se de uma Apelação Criminal do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC, 2010). Os condenados (a apelação foi feita em nome de três réus condenados no mesmo processo) por tráfico de drogas solicitam, entre outras coisas, a revisão da pena. Em função dessa solicitação a relatora busca enunciações para analisar a relevância e a forma para incorporação de elementos psicológicos na diminuição ou no aumento da pena.

O jogo enunciativo tenta afastar a personalidade como elemento a ser levado em consideração na dosimetria, apontando que "não há dados técnicos nos autos que indiquem desvios" (TJSC, 2010). Mais que isso, a enunciação vai discorrer sobre várias formas de conceituar a personalidade, utilizando-se da doutrina, como podemos perceber no seguinte trecho:

> Acerca da personalidade, leciona Guilherme de Souza Nucci: trata-se do conjunto de caracteres exclusivos de uma pessoa, parte herdada, parte adquirida. 'A personalidade tem uma estrutura muito complexa. ... Na configuração da personalidade congregam-se elementos hereditários e sócio-ambientais, o que vale dizer que as experiências da vida contribuem para a sua evolução. Esta se faz em cinco fazes bem caracterizadas: infância, juventude, estado adulto, maturidade e velhice'. (TJSC, 2010)

Esse enunciado por si só apontaria para a dificuldade de apreender a personalidade, tendo em vista que as questões do desenvolvimento nunca cessam e essa personalidade nunca se encontraria formada. Entretanto, o jogo enunciativo não problematiza tais questões de forma extensa. Pelo contrário, constrói um enunciado bastante cristalizado da personalidade ("modo de ser permanente") ao associá-la a qualidades morais.

A personalidade vai delimitando um aprisionamento do sujeito, contraposto sempre à sua própria constituição e aos valores que seriam uma ligação, um elo entre a sua biografia, sua conduta e suas tendências futuras. Nessa ideia de personalidade se produz a noção de periculosidade. Para Foucault (2005) esse é o grande conceito da criminologia e da penalidade em fins do século XIX: "A noção de periculosidade significa

que o indivíduo deve ser considerado pela sociedade ao nível de suas virtualidades e não ao nível de seus atos; não ao nível das infrações efetivas a uma lei efetiva, mas das virtualidades de comportamento que elas representam" (Foucault, 2005, p. 85). Mesmo assim, a enunciação se constrói não para fundamentar o uso de um instrumento técnico que capture essa personalidade dos réus, para nesse exame diminuir ou aumentar a pena conforme a verdade psicológica.

Por meio do conceito de periculosidade é que se permite estabelecer instituições e organizações de proteção social, um "*Continuum* protetor através do corpo social que irá da instância médica de cura à instituição penal propriamente dita" (Foucault, 2001, p. 42). Esse aparato, na sua face terapêutica ou judiciária, não visa centralmente à doença ou ao crime, mas ao perigo, uma vez que: "É para o indivíduo perigoso, isto é, nem exatamente doente nem propriamente criminoso que esse conjunto está voltado" (Foucault, 2001, p. 43).

> Invocando Manzini e Ferri: 'justamente por exigência da tarefa individualizadora, não é possível reduzir os caracteres e os temperamentos a esquemas e fórmulas que não permitem responder a única pergunta pertinente. Não se estudam os homens considerados em geral ou em classes, mas o caráter e o temperamento do réu e só do réu'. (TJSC, 2010)

O que a relatora sustenta é a dificuldade da captura desse elemento em fórmulas, tabelas, classificações. O interessante nesse embate é que a decisão foi tomada no sentido de reconhecer que essa não é uma competência do judiciário, pelo menos não sem um "laudo" fundamentado/fundamentando essa decisão. O jogo enunciativo faz referência a certa incompetência do judiciário, ao mesmo tempo em que explicita um jogo que passou a ser jogado pelos saberes psi no sentido de se firmar como aquelas ciências que podem falar sobre o instinto – tendência a determinados comportamentos marginais. Nesse documento, a enunciação encarna o paradoxo de sustentar que há uma personalidade que guia os atos do sujeito e que precisa ser julgada, pois carrega os valores morais do réu que, por sua vez, o fariam voltar ao delito posteriormente (grau de periculosidade). No entanto, esse elemento não é utilizado para fins de cálculo da pena, pela impossibilidade de fazer uma análise aprofundada no âmbito do tribunal.

Historicizando os saberes psi na articulação com o direito

Quanto a esse embate, cabe situar que a psicologia enquanto profissão (ao menos no que se refere aos seus órgãos reguladores) tem se posicionado criticamente em relação às demandas de exame criminológicos. Em 2012, o Sistema Conselhos, em parceria com o Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas – CREPOP, lançou a "Referência Técnica para atuação das(os) psicólogas(os) no sistema prisional", na qual apresenta um importante debate da articulação entre direito e psicologia nas questões criminais.

> As demandas jurídicas para a Psicologia sempre foram de classificar e diagnosticar características como periculosidade, moralidade, antissocialismo, prognose de reincidência, biografia criminal, nexo causal delito-delinquente, alterações em funções mentais "normais" e (im)possibilidades de "cura" para subsidiar posições jurídicas mais repressivas, punitivas e/ou os tipos de tratamentos psi que deveriam ser impostos ao sujeito "criminoso" a fim de evitar a qualquer custo a reincidência, ou seja, que indivíduos "de risco" incomodem os "em risco". Nessa lógica dicotômica e maniqueísta, os "especialistas do motivo" fortalecem a individualização das questões sociais e as visões punitivistas e repressoras através da busca de relações deterministas e causais que expliquem por que existem comportamentos criminais e como intervir antes para que eles não se repitam. (CFP, 2012, p. 35)

Em 1989, Rauter publicou um estudo em que analisou 120 laudos do EVCP (Exame para Verificação de Cessação de Periculosidade), realizados de 1968 a 1972, no Instituto de Classificação Nelson Hungria, mostrando o quanto o exame reproduzia vários estereótipos e preconceitos, criminalizando, em especial, a população pobre. A família[2] estava colocada como ponto crucial nesses exames e se um sujeito teve "a infância pobre e povoada de incidentes em suas relações familiares... com certeza será um criminoso" (Rauter, 1989, p. 90). Nesse sentido, desvendar a infância à procura de problemas explicativos da delinquência produz efetivamente o

[2] A autora transcreve integralmente alguns trechos dos Exames que são bastante ricos em detalhes do enunciado: "O interno formou sua personalidade num ambiente carente de pai e mãe... a presença de pai e mãe é importante para um jovem que se desenvolve... outro fator foi o fato de seus pais terem constituído novas famílias. A vivência de rejeição deve ter sido intensíssima... sua queda na vida delinquencial pode estar ligada ao desejo de atrair a atenção dos pais para si... com sua vinda para o cárcere mobilizou a atenção dos pais." Documento: EVCP39-1968 (Rauter, 1989).

que se desejava: "vidas pontilhadas de indícios que só poderiam mesmo levar ao crime" (Rauter, 1989, p. 91). O que se depreende de suas análises é que:

> É este tipo de determinismo que permite formular equações tais como: carências familiares na infância + miséria = crime. Estamos diante de uma concepção segundo a qual o indivíduo é escravo absoluto dos fatos concretos de sua vida pregressa, não lhe restando senão 'cumprir seu destino criminoso' já determinado pelas vicissitudes de sua vida familiar. (Rauter, 1989, p. 90)

Na crítica histórica dessas produções técnicas do saber psi, dentre outras questões, podemos identificar a importância que a biografia do sujeito vai adquirindo. O exame criminológico responde ao chamado do direito à necessidade de punição não apenas do crime, mas das virtualidades. A investigação e busca (sempre satisfeita) de razões para a criminalidade nas relações e experiência da infância hoje parece uma constatação óbvia, pois foi naturalizada. Durante quase todo o século XIX, a loucura (ainda indiferenciada da criminalidade e da deficiência) era atributo do adulto, ou no máximo do jovem. "Ainda assim as questões da loucura, mesmo ao considerar sua origem moral (sofrimentos, perdas, paixões) não remontavam a acontecimentos da infância... não se buscava na infância o lugar da loucura, tampouco o momento em que ela poderia surgir" (Lobo, 2008, p. 367).

Lobo (2008) aponta para a psiquiatrização da infância como um movimento intimamente atrelado às noções de instinto e desenvolvimento. "A ideia de desenvolvimento não como uma norma, uma lei natural à qual ninguém escapa, mas como uma propriedade que uns possuem e outros não" (Lobo, 2008, p. 371). A partir de então, mesmo quando algum desvio irrompe no adulto, será na infância que se buscará a raiz do problema. Busca sempre satisfeita porque as relações causais se produzem no próprio processo da investigação sempre travestida como grande descoberta. Conforme aponta Rauter (1989), é na cristalização dessas noções de desenvolvimento e também de normatividade que os exames criminológicos possibilitam construir associações e colagens, como aquelas entre infância, miséria e crime, já que "Ao combinar vigilância e sanção normalizadora, o exame estuda o desenvolvimento infantil para compreender o adulto, analisa o delinquente para definir os limites do cidadão normal" (Candiotto, 2012, p. 22).

A crítica vem sendo feita há algum tempo tanto da necessidade geral dos exames criminológicos como ponto de apoio para o judiciário, partindo do preceito de uma previsibilidade do comportamento do sujeito, quanto dos conteúdos que costumam compor esses exames e a prevalência da história familiar do sujeito, com base no ideal de uma família conjugal estável. A psicologia, produzida na forma de pareceres, laudos e perícias encontra uma interface intensa com o direito, funcionando como "'justiça paralela', refinando estratégias de julgamento, senão de correção e punição" (Prado Filho, 2012, p. 110).

No Brasil, a demanda do direito penal para a psicologia ficou fortemente estabelecida na Lei de Execução Penal de 1984. Esta lei instituía a Comissão Técnica de Classificação (CTC), composta por psicólogo, psiquiatra, assistente social e chefes de serviço da unidade prisional.

> A CTC tem a incumbência de classificar os apenados, segundo os seus antecedentes e personalidade para orientar a elaboração do programa individualizador da execução da pena... poderá propor à autoridade competente, as progressões, regressões e conversões dos regimes penais (art. 6º) a partir do exame criminológico realizado pelo psicólogo, psiquiatra e pelo assistente social. (CFP, 2012, p. 45)

O exame criminológico solicitado às Comissões sofria várias críticas por parte dos diferentes profissionais envolvidos nesse cenário: juristas, profissionais técnicos, entidades. Com o aumento da população carcerária e consequente aumento dessa demanda pericial, as críticas tomaram força e, em 2003, a Lei n.10.792, reformulou alguns artigos da Lei de Execução Penal. Dentre as determinações, a lei delegou às Comissões Técnicas de Classificação apenas "o exame criminológico inicial, para fins de orientação do plano individualizador da pena" (CFP, 2012, p. 48).

Apesar da mudança na lei, mantinha-se a demanda por exames criminológicos, tendo em vista que decisões do STF (2009) e do STJ (2010) permitiam a solicitação desses procedimentos. Também dentro da área psi, a crítica ao exame não é um consenso. Há produções que entendem o exame como forma de prevenção da criminalidade, enfatizando "a necessidade do exame criminológico acurado (investigação dos aspectos biopsicossociais do autor de um delito), diferenciando o criminoso ocasional do habitual" (Serafim, 2003, p. 75).

No fortalecimento desse debate, o Conselho Federal de Psicologia, pela resolução 09/2010, decidiu vedar aos psicólogos a realização dos exames criminológicos. Entretanto, o jogo de forças interno à psicologia e externo - da psicologia com a instância jurídica - ficou bastante acirrado e o debate se intensificou, fazendo com que o CFP suspendesse a resolução que em 2011 foi revogada pela resolução n. 012/2011, que permanece em vigor.

A atual resolução (12/2011) dispõe sobre a atuação do psicólogo no âmbito do sistema prisional de uma forma geral, priorizando os direitos humanos, a construção da cidadania, a desconstrução do crime como patologia e o fortalecimento dos laços sociais. Não mais veda a realização de exames criminológicos, mas delimita alguns parâmetros, dentre os quais:

> Caberá à(ao) psicóloga(o) somente realizar a perícia psicológica, a partir dos quesitos elaborados pelo demandante e dentro dos parâmetros técnico-científicos e éticos da profissão. § 1º. Na perícia psicológica realizada no contexto da execução penal ficam vedadas a elaboração de prognóstico criminológico de reincidência, a aferição de periculosidade e o estabelecimento de nexo causal a partir do binômio delito-delinquente. (CFP, 2011)

Essas decisões legais ou técnicas referem-se fortemente ao debate do uso do exame criminológico para a progressão ou não dos regimes penais, mas apresentam os mesmos critérios utilizados nas enunciações de dosimetria – a avaliação da periculosidade. O exame tira o foco do delito para direcionar o foco para o sujeito, "relacionando cada vez mais uma psicologização das questões penais aos aspectos exclusivamente punitivos e de controles da vida cotidiana" (CFP, 2012, p. 35).

Os exames criminológicos operam mutações no trabalho dos tribunais. O juiz não mais aplica apenas a lei – que define o crime específico, mas aplica também a norma – que define modos de ser adequados e saudáveis ou que representam riscos sociais. "E a sentença que condena ou absolve não é simplesmente um julgamento de culpa, uma decisão legal que sanciona; ela implica uma apreciação de normalidade e uma prescrição técnica para uma normalização possível" (Foucault, 2004, p. 20).

Na dosagem da pena, a ânsia de julgar, prever, prevenir e atribuir uma tendência de ação desloca o que está em questão. Tira o foco apenas da ocorrência delituosa para ampliar o olhar, borrando os limites do julga-

mento que invade os modos de ser do sujeito, sua profissão, sua biografia, suas experiências familiares. No limite, essas são as condições que tornaram possível a construção da articulação entre certas condições familiares e a criminalidade.

> A introdução do "biográfico" é importante na história da penalidade. Porque ele faz existir o "criminoso" antes do crime e, num raciocínio-limite, fora deste. E porque a partir daí uma causalidade psicológica vai, acompanhando a determinação jurídica da responsabilidade, confundir-lhe os efeitos... quando se trata de medir o crime, vemos os discursos penal e psiquiátrico confundirem suas fronteiras; e aí, em seu ponto de junção, forma-se aquela noção de indivíduo "perigoso". (Foucault, 2004, p. 211)

Da biologia à biografia: a construção do indivíduo perigoso

Até o fim do século XVII, não havia questionamento sobre a natureza do criminoso. É exatamente no exercício do poder de punir que surge a necessidade de atribuir uma dada natureza ao criminoso. Na produção de poder/saber psiquiátrico,[3] uma das tarefas centrais, na ânsia explicativa dos crimes sem razão, era conceder-lhe uma identidade, que ressurge nos documentos analisados como uma "personalidade 'voltada à delinquência'" (TRF4/ 2001.70.00.011137-0/PR). É a partir dos crimes sem motivo do início do século XIX que se desenvolve o problema do indivíduo perigoso: "Há indivíduos intrinsecamente perigosos? Como é possível reconhecê-los e como podemos reagir à sua presença?" (Foucault, 1978, p. 23).

A construção do indivíduo perigoso encontrou naquela época solo fértil nos modelos científicos vigentes. "A historia natural oferecia sem dúvida o esquema mais adequado: a taxonomia das espécies segundo uma gradação ininterrupta" (Foucault, 2004. p. 83). A proveniência do conceito de indivíduo "perigoso" aproxima-se do conceito de monstro, vigente no século XVII, impregnado das marcas da raça e da degenerescência, tidas como algo da infâmia, da anormalidade, da anomalia, da monstruosidade e como con-

[3] Foucault (2001) mostra como a psiquiatria, antes de ser uma especialidade médica se institucionaliza como domínio da proteção social. Sua funcionalidade a partir de meados do século XIX só foi possível mediante duas codificações simultâneas: codificar a loucura como doença – "tornar patológicos os distúrbios, os erros, as ilusões da loucura" (p. 148); e codificar a loucura como perigo – "essencialmente portadora de perigos e a psiquiatria podia efetivamente funcionar como higiene pública." (p. 149).

sequência, da periculosidade e da criminalidade (Courtine, 2011; Foucault, 2001; Lobo, 2008; Schwarcz, 1993). No século XIX e início do século XX, a vontade de identificar, prever e tratar ou julgar e punir o indivíduo perigoso estava direcionada ao corpo[4], em especial aos corpos dos monstros.

Foucault (2001) propõe pensar uma genealogia da anomalia e do indivíduo anormal, que carrega a uma tríplice herança: o monstro, o incorrigível e o onanista. É na compreensão dessa herança que podemos lançar algumas reflexões sobre a anormalidade e também sobre a própria criminalidade. A relação entre monstruosidade e criminalidade é bastante estreita, mas foi se transformando ao logo do tempo. Inicialmente, a monstruosidade era criminosa por infringir as leis da natureza, e por extensão as leis sociais. Após o final do século XVIII, a criminalidade passa a ser tomada como monstruosidade no âmbito moral. "A figura do criminoso monstruoso, a figura do monstro moral, vai aparecer bruscamente no fim do século XVIII e início do XIX" (Foucault, 2001, p. 93).

Presa dos tormentos da degenerescência física e moral da espécie, é ele (o monstro) que apõe sua assinatura ao retrato do homem criminoso esboçado pela antropologia das periculosidades[5], aquele que dá seu sinete físico ou moral às grandes figuras do crime que enchem as crônicas judiciárias e alimentam os temores sociais. (Courtine, 2011, p. 259)

A figura do monstro servia de grande modelo a partir do qual todos outros pequenos desvios eram identificados, classificados, hierarquizados. "É o princípio de inteligibilidade de todas as formas, circulando sob a forma de moeda miúda – da anomalia" (Courtine, 2011, p. 257). Courtine (2011) retoma Canguilhem, mostrando a funcionalidade das figuras anormais nas diferentes instâncias – o louco no asilo ensina a razão, o monstro do embriologista ensina a norma do corpo. Podemos, então, pensar que no tribunal está o criminoso a nos ensinar a lei.

[4] Courtine e Vigarello (2011) ressaltam o sucesso de 'ciências' novas durante o século XIX, como a frenologia e a antropologia criminal, com programas que tentam medir a periculosidade de acordo com o impacto aparente das fisionomias. Podemos encontrar semelhanças e riscos de algumas tendências atuais de identificação genética, "ao conservar na massa acumulada dos dados genéticos informações concernentes à raça ou ao histórico clínico do indivíduo, e de relacionar esses dados com a criminalidade." (Courtine & Vigarello, 2011, p. 341).

[5] Segundo Courtine (2011), a antropologia criminalística do fim do século XIX não poupou esforços para identificar, descrever e enumerar traços monstruosos aos sujeitos acusados de crimes, como a teoria de Cesare Lombroso.

As marcas dessas vertentes teóricas e práticas provocaram (e ainda provocam) formas distintas de conceber as famílias e as diferenças. Schwarcz (1993) e Lobo (2008) problematizam as reflexões acerca da anormalidade no cenário brasileiro, evidenciando algumas características diferenciadas dos processos e dos modos de lidar com a diferença. Lobo (2008) pesquisou as questões relacionadas à deficiência, sem negar a existência das "marcas do corpo", mas vincula a deficiência à história e não ao seu caráter biológico.

O que pretendemos, com toda essa problematização articulada com reflexões históricas acerca dos anormais, não é negar a marca das constituições familiares na história dos sujeitos, portanto, em seus corpos, mas desnaturalizar essa associação, compondo seus limites com as cores da história. Por isso, as pistas escritas por Lobo (2008), Foucault (2001) e Courtine (2011) possibilitaram também a aproximação com a história dos infames.

No início do século XX, as medidas eugênicas já deslocavam a noção de determinação apenas pela hereditariedade. Também a noção de hereditariedade invadia outros terrenos que não apenas os atributos físicos, escorrendo sua influência para as capacidades mentais. Lobo (2008), analisando os materiais daquele período, afirma: "Compreende-se que qualquer um, independentemente de sua constituição inata, poderá se tornar criminoso conforme as influências exógenas e a educação recebida" (p. 123). Trata-se da ideia de determinação familiar, não mais hereditária, mas da constituição da família que influencia a constituição do sujeito – para explicar as tendências morais e capacidades mentais. Sendo possível, inclusive, prever formas de intervenção e orientação da família para respeitar o melhor desenvolvimento da criança.

Esse movimento é próximo ao que Foucault (2001) denomina de "uma nova física do espaço familiar" (p. 311), configurando um "espaço familiar sexualmente asséptico" (p. 311), como forma de dar conta do problema da masturbação infantil. Uma família célula no lugar da família relacional, presente até meados do século XVIII, possui um espaço corporal, afetivo, saturado das relações diretas pais-filhos (Foucault, 2001, p. 314). Corresponde a esse movimento o investimento do saber médico nas figuras parentais, para que assumam o controle e a vigilância constantes de seus filhos.

> No momento em que se encerra a família celular num espaço afetivo denso, investe-se essa família, em nome da doença, da racionalidade que a liga a uma tecnologia, a um poder e um saber médicos externos. A nova família substancial, afetiva e sexual, é ao mesmo tempo, medicalizada. (Foucault, 2001, p. 317)

Outro ponto crucial para compreender a história da criminalidade – antes indiscriminada de quaisquer outras anormalidades -, é a herança escravagista no Brasil, uma "marca histórica que rasgou fundo a carne e as subjetividades brasileiras, que chegou quase ao século XX e faz suas cicatrizes dolorosas ainda latejarem no cotidiano." (Lobo, 2008, p. 129). Não é à toa que, apesar do mito da democracia racial, mantém-se no Brasil uma prevalência de aplicação do direito penal aos negros.

Por conta da histórica mestiçagem brasileira, as teorias raciais que aqui chegaram sofreram metamorfoses e implicaram distintas estratégias para sua implementação: "incentivo à imigração branca, profetizando a evolução através do embranquecimento, ou a defesa da superioridade do tipo híbrido." (Lobo, 2008, p. 143). O "racismo à brasileira" estava presente na "disciplinarização do corpo do trabalhador burguês das fábricas, ora como modelo de qualidade superior, ora como risco de adquirir hábitos degenerados pela vagabundagem e pelo contato com indivíduos das raças inferiores." (Lobo, 2008, p. 143). Desde suas incorporações à cultura brasileira, as teorias raciais que seguiram marcando os corpos mesmo após a abolição da escravatura, aproximavam o corpo negro ao perigo. Como efeito dessa herança, a periculosidade no Brasil parece graduar-se acompanhando a cor da pele. "Em nosso país, que traz como herança mais de trezentos anos de escravidão, considerada à época como fato natural, o controle das virtualidades exercerá um papel fundamental na constituição de nossas percepções e subjetividades sobre a pobreza." (Coimbra & Nascimento, 2008, p. 2)

A questão da raça mescla-se com as questões da pobreza, fazendo surgir uma multidão que deverá ser objeto prioritário de controle e disciplinarização. "Essa multidão de pobres e miseráveis formava o que os políticos, administradores e intelectuais designavam (o que sob outros eufemismos aparece ainda hoje) como 'classes perigosas'." (Lobo, 2008, p. 228). Cenário fértil para a colagem da pobreza com a criminalidade, que hoje funciona como um dos "panos de fundo" do enunciado que associa

família e criminalidade. “Estabelecida então, a relação entre ociosidade e pobreza e entre pobreza e criminalidade, restava às autoridades aplicar medidas preventivas de coerção ao trabalho e de repressão à vagabundagem” (Lobo, 2008, p. 229).

Considerações finais

Apesar de exaustiva, a tarefa de recuperação da herança que as figuras anormais carregam é de fundamental importância para compreender as condições de possibilidade das inúmeras articulações entre família e criminalidade visibilizadas nos documentos. Essa articulação provém, inicialmente, da ânsia de explicação da conduta desviante (o anormal, o louco, o deficiente, o delinquente). Essa ânsia, que ao longo do tempo foi sofrendo metamorfoses, sem abrir mão totalmente das roupagens anteriores, foi deixando de se fixar apenas no corpo, para buscar explicações na produção de uma interioridade (tida como personalidade) e que poderia ser capturada por meio da investigação da história do sujeito. E é na história do sujeito que a família reina quase que isoladamente. Da família investigam-se sua configuração, suas relações internas, o exercício dos papéis, o cumprimento das funções num *script* bastante definido.

Propomos que o ponto de ligação entre essas enunciações nos documentos criminais e os enunciados que articulam família e criminalidade está nos movimentos que foram transformando também a forma de julgamento. Antes, o julgamento estava restrito ao crime (jurisprudência casuística) e, depois, cada vez mais voltado para o criminoso (pela noção de periculosidade).

Por meio da noção de periculosidade, o mecanismo jurídico responde à ânsia e necessidade de explicar, conhecer, tratar e/ou prever o comportamento criminoso. Está dada a ponte para a ligação do direito penal com a família, lançando um olhar interessado (ou interesseiro) para as relações familiares, entendidas como determinantes da constituição da personalidade, inclusive quando ela apresenta “tendência à criminalidade”. Buscar na história do sujeito, em especial na relação familiar vivida na infância, elementos que determinaram a constituição desse sujeito evidencia certa ampliação da noção de constituição do sujeito, que antes estava marcada pela busca das marcas da degenerescência no corpo,

por teorias raciais, eugênicas, naturalistas e que agora busca as marcas da criminalidade na constituição psíquica do sujeito numa colagem com a imagem da família. Antes as causas eram buscadas e encontradas (ou produzidas) no corpo e, agora, as causas são também buscadas e encontradas (ou produzidas) na constituição psíquica do sujeito – que se estabeleceria como reflexo da constituição familiar e do exercício das funções de cada membro da família, inclusive do pai. Configura-se a ampliação das explicações para a criminalidade: do determinismo biológico ampliando para o determinismo familiar. Para construir um criminoso não apenas a biologia, mas sua biografia passa a ser objeto de estudo.

Compreendemos, por meio dessas articulações, a produtividade política desse mecanismo como estratégia para a permanente criminalização de determinada parcela da população, que no Brasil está atravessada principalmente pelos marcadores da raça e da pobreza. Na análise desses documentos, buscamos problematizar a forma como a família é utilizada como operador na mensuração da periculosidade, na avaliação da personalidade, etapa inserida nos procedimentos jurídicos de dosimetria - cálculo da pena, de análise para concessão de *habeas corpus* ou de definição do tipo de medida socioeducativa a ser aplicada ao jovem.

A implicação dessa ampliação pode ser uma autorização para intervenções na família, determinando modos adequados de cuidar e de criar filhos adaptados. É necessário questionar historicamente os interesses em medir, diferenciar e classificar indivíduos, pois nem sempre buscam a igualdade social e garantia de direitos. Essa ênfase coloca em questão as práticas psi na articulação com o direito, que muitas vezes vão obedecer aos anseios classificatórios e produzir relações causais entre determinadas formas de ser família e práticas criminosas.

Referências

Candiotto, C. (2012). Disciplina e segurança em Michel Foucault: a normalização e a regulação da delinquência. *Psicologia & Sociedade*, *24*(n. spe), 18-24.

Coimbra, C. & Nascimento, M. L. (2008). A produção de crianças e jovens perigosos: a quem interessa? In *CEDECA/São Martinho, Direitos Humanos não tem idade*. Acesso em 09 de janeiro, 2015, em http://www.infancia-juventude.uerj.br/pdf/livia/aproducao.pdf

Conselho Federal de Psicologia – CFP. (2010). *Resolução 09/2010*. Regulamenta a atuação do psicólogo no sistema prisional. Brasília, DF: Autor. Acesso em 09 de janeiro, 2015, em http://site.cfp.org.br/wpcontent/uploads/2010/07/resolucao2010_009.pdf

Conselho Federal de Psicologia – CFP. (2011). *Resolução 12/2011.* Regulamenta a atuação da(o) psicóloga(o) no âmbito do sistema prisional. Brasília, DF: Autor. Acesso em 09 de janeiro, 2015, em http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2011/06/resolucao_012-11.pdf

Conselho Federal de Psicologia – CFP. (2012). *Referência técnica para atuação das(os) Psicólogas(os) no sistema prisional.* Brasília, DF: Autor. Acesso em 13 de janeiro, 2013, em http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/11/AF_Sistema_Prisional-11.pdf

Courtine, J. (2011). O corpo anormal: história e antropologias culturais da deformidade. In A. Corbin, J. Courtine, & G. Vigarello (Orgs.), *História do corpo: as mutações do olhar*. *O Século XX* (Vol. 3, 4ª ed., pp. 253-340). Petrópolis, RJ: Vozes.

Courtine, J. & Vigarello, G. (2011). Identificar: traços, indícios, suspeitas. In A. Corbin, J. Courtine, & G. Vigarello (Orgs.), *História do corpo: as mutações do olhar*. *O Século XX* (Vol. 3, 4ª ed., pp. 341 a 361). Petrópolis, RJ: Vozes.

Decreto-Lei n. 2.848, de 07 de dezembro de 1940. (1940). Código Penal. Brasília, DF: Presidência da República.

Decreto-Lei n. 3.689, de 03 de outubro de 1941. (1941). Código de Processo Penal. Brasília, DF: Presidência da República.

Foucault, M. (2001). *Os anormais: curso no Collège de France (1974-1975)*(E. Brandão, Trad.). São Paulo: Martins Fontes.

Foucault, M. (2004). *Vigiar e punir: nascimento da prisão* (R. Ramalhete, Trad., 29ª ed.). Petrópolis, RJ: Vozes.

Foucault, M. (2004). A evolução da noção de "Indivíduo Perigoso" na Psiquiatria Legal do século XIX. In *Ditos escritos V: Ética, sexualidade e política* (pp. 1-25). Rio de Janeiro: Forense. (Original publicado em 1978).

Foucault, M. (2005). *A verdade e as formas jurídicas.* Rio de Janeiro: Nau.

Lei n. 7.210, de 11 de julho de 1984. (1984). Institui a Lei de Execução Penal. Brasília, DF: Presidência da República.

Lei n. 10.792, de 1º de dezembro de 2003. (2003). Altera a Lei n. 7.210, de 11 de junho de 1984, Lei de Execução Penal e o Decreto-Lei no 3.689, de 3 de outubro de 1941, Código de Processo Penal e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República.

Lobo, L. F. (2008). *Os infames da história: pobres, escravos e deficientes no Brasil*. Rio de Janeiro: Lamparina.

Nucci, G. S. (2003). *Código Penal comentado* (3ª ed., rev., atual. e ampl.). São Paulo: Editora Revista dos Tribunais.

Perucchi, J. (2008). *"Mater semper certa est pater nunquam" O discurso jurídico como dispositivo de produção de paternidades.* Tese de Doutorado, Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

Prado Filho, K. (2012). Uma breve genealogia das práticas jurídicas no Ocidente. *Psicologia & Sociedade*, *24*(n. spe), 104-111.

Rauter, C. (1989). Diagnóstico psicológico do criminoso: tecnologia do preconceito. *Revista Departamento de Psicologia (UFF)*, 1, 19-22.

Tribunal de Justiça de Santa Catarina -TJSC. (2010). *Apelação Criminal (Réu Preso), n. 2009.001536-9.* Acesso em 16 de março, 2014, em http://app6.tjsc.jus.br/cposg/pcpoQuestConvPDFframeset.jsp?cdProcesso=01000DBYL0000&nuSeqProcessoMv=30&tipoDocumento=D&nuDocumento=2846685

Tribunal de Justiça de Santa Catarina -TJSC. (2011). *Apelação Criminal, n. 2010.017751-5*. Acesso em 16 de março, 2014, em http://app6.tjsc.jus.br/cposg/pcpoQuestConvPDFframeset.jsp?cdProcesso=01000FYRC0000&nuSeqProcessoMv=39&tipoDocumento=D&nuDocumento=3324596

Tribunal Regional Federal 4ª Região -TRF4. (2011). *Embargos de Declaração em Apelação Criminal n. 2001.70.00.011137-0/PRN*. Acesso em 16 de março, 2014, em http://jurisprudencia.trf4.jus.br/pesquisa/inteiro_teor.php?orgao=1&documento=4035601&termosPesquisados=peculato-desvio.|art.|312|do|cp.|sentenca|parcialmente|anulada.|recurso|da|defesa.|agravamento|pena.|impossibilidade.|reformatio|in|pejus|indireta

Schwarcz, L. M. (1993). *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo: Companhia das letras.

Serafim, A. P. (2003). Investigação psicológica da personalidade na conduta criminosa. In S. P. Rigonatti, A. P. Serafim, & E. L. de Barros (Orgs.), Temas em Psiquiatria Forense e Psicologia Jurídica (pp. 65-78). São Paulo: Vetor.

Superior Tribunal de Justiça - STJ. (2005). *Habeas Corpus n. 45.964 (SP 2005/0119182-7).* Acesso em 16 de março, 2014, em https://ww2.stj.jus.br/revistaeletronica/Abre_Documento.asp?sSeq=592386&sReg=200501191827&sData=20060220&formato=PDF

Superior Tribunal de Justiça - STJ. (2009). *Habeas Corpus n. 10.405 (MS 208/03526-6)* Recuperado em 16 de março de 2014, de https://ww2.stj.jus.br/revistaeletronica/Abre_Documento.asp?sSeq=915553&sReg=200800352266&sData=20091103&formato=PDF

Supremo Tribunal Federal - STF. (2009). *Súmula Vinculante n. 26*. Acesso em 16 de março, 2014, em http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/listarJurisprudencia.asp?s1=26.NUME.%20E%20S.FLSV.&base=baseSumulasVinculantes

Superior Tribunal de Justiça - STJ. (2010). Súmula n. 439. Acesso em 09 de janeiro, 2015, em http://www.stj.jus.br/SCON/sumanot/toc.jsp#TIT1TEMA0

Planejamento familiar: um estudo de seu caráter educativo e eugênico

Melline Ortega Faggion

Maria Lucia Boarini

Introdução

Não é raro ouvir do senso comum que o Brasil tem muitas leis e a cada novo problema uma legislação não tarda a ser criada. Não vamos, neste trabalho, polemizar essa questão, até porque foge do que nos propomos a discutir nos limites deste texto. Nosso propósito é refletir sobre o conhecimento e a interpretação de leis que representam conquistas sociais no campo jurídico na medida em que determinam políticas públicas. Estamos nos referindo especificamente à Lei n. 9.263/1996, que regula o § 7º do art. 226 da Constituição Federal do Brasil de 1988, que versa sobre o planejamento familiar. Nesse artigo da Carta Magna consta que: "Fundado nos princípios da dignidade da pessoa humana e da paternidade responsável, o planejamento familiar é livre decisão do casal, competindo ao Estado propiciar recursos educacionais e científicos para o exercício desse direito, **vedada qualquer forma coercitiva** por parte de instituições oficiais ou privadas." (Constituição do Brasil, 1988; grifo nosso). Na regulamentação desse artigo da Constituição Federal, em 1996, foi promulgado o Decreto n. 9.263, que institui a política pública de saúde do planejamento familiar, cujas determinações, dentre outras, são as seguintes:

> Art. 2º Para fins desta Lei, entende-se planejamento familiar como o conjunto de ações de regulação da fecundidade que garanta direitos iguais de constituição, limitação ou aumento da prole pela mulher, pelo homem ou pelo casal.
>
> Art. 4º O planejamento familiar orienta-se por ações preventivas e educativas e pela garantia de acesso igualitário a informações, meios, métodos e técnicas disponíveis para a regulação da fecundidade.

> Art. 6º As ações de planejamento familiar serão exercidas pelas instituições públicas e privadas, filantrópicas ou não, nos termos desta Lei e das normas de funcionamento e mecanismos de fiscalização estabelecidos pelas instâncias gestoras do Sistema Único de Saúde. (Lei n. 9.263, 1996)

A fiscalização e execução dessa lei estão a cargo do Ministério da Saúde cujo Manual Técnico- Assistência em Planejamento Familiar orienta os profissionais da área de saúde a auxiliar e disponibilizar serviços que visam à anticoncepção. Devem estar atentos à dupla proteção, orientando para evitar a gravidez indesejada e doenças sexualmente transmissíveis, bem como para atuações integradas, que podem ser resumidas em:

> (a) Atividades educativas devem ser desenvolvidas com o objetivo de oferecer à clientela os conhecimentos necessários para a escolha e posterior utilização do método anticoncepcional mais adequado, assim como propiciar o questionamento e reflexão sobre os temas relacionados com a prática da anticoncepção, inclusive a sexualidade; (b) O aconselhamento é entendido como um "processo de escuta ativa individualizado e centrado no indivíduo; (c) Atividades clínicas ...anamnese; exame físico geral e ginecológico, com especial atenção para a orientação do auto-exame de mamas e levantamento de data da última colpocitologia oncótica para avaliar a necessidade de realização da coleta ou encaminhamento para tal; análise da escolha e prescrição do método anticoncepcional. (Ministério da Saúde, 2002. pp. 11-13)

Entretanto, o planejamento familiar, enquanto política pública de saúde, não está livre de controvérsia, pois há questionamento sobre a sua isenção quanto à aplicação em diferentes classes sociais. Vale lembrar que essa política pública de saúde, bem como as demais vigentes no território brasileiro, devem ser orientadas pelos princípios do Sistema Único de Saúde/SUS. Destacamos o princípio da universalidade, que define o alcance do SUS "a todos os brasileiros e estrangeiros que estejam no território nacional independente de sexo, idade ou condição social" (Lei n. 8.080, 1990). Esse princípio frequentemente é ignorado e o SUS é equivocadamente entendido como um sistema que atende apenas uma determinada classe social. Tal desconhecimento dos princípios do SUS nos estimula a indagar sobre a formação dos profissionais que vão atuar no campo da saúde pública e tornar viável a política de planejamento familiar: quais são os limites entre a viabilização dessa política e a eugenia? Qual é o co-

nhecimento sobre esse assunto e a formação do profissional que vai atuar no campo da saúde? É sobre esses limites enquanto parte da formação do profissional da saúde que estamos nos propondo a discutir. Antes, porém, considerando que o termo eugenia não é familiar ao vocabulário da atualidade, iniciaremos nossa exposição com algumas breves informações sobre a eugenia.

Significado de eugenia

Historicamente, a eugenia é praticada desde tempos remotos, porém, o termo eugenia foi cunhado pelo inglês Francis Galton (1822-1911) no ano de 1883. Francis Galton foi um dos importantes defensores desse movimento e a base de sua pesquisa se fundamentou nos estudos de Charles Darwin (1809-1882), mais especificamente no darwinismo social. É preciso lembrar que paralelamente ao evolucionismo social, existem duas escolas deterministas, a geográfica e a racial. A de cunho racial, denominada darwinismo social, não era favorável à miscigenação das raças, o que dava a espécies ditas como "puras" uma importância maior. Desse modo, a miscigenação era vista como uma ameaça que comprometia a preservação da espécie (Schwarcz, 1993).

A eugenia teve seu apogeu ao longo do século XIX e, embora tivesse como "pátria" a Inglaterra, também ganhou força em países como Alemanha, França, Itália, Suécia, Dinamarca, Suíça, Rússia, Áustria, Espanha, Portugal, Holanda, Noruega, Tchecoslováquia, Polônia, Japão, China, Austrália, Nova Zelândia, Índias Inglesas, México, Cuba, Canadá, Estados Unidos, Argentina, Bolívia e Brasil (Domingues, 1942). No Brasil, esse movimento agregou importantes nomes da intelectualidade brasileira, principalmente médicos, com destaque para dois importantes publicistas, o médico Renato Kehl e o professor e agrônomo Octávio Domingues. Os estudos sobre eugenia começaram a ser divulgados no território nacional por volta das primeiras décadas do século XX, mais especificamente em 1913, com o trabalho do Dr. Horácio de Carvalho. Em 15 de Janeiro de 1918, Renato Kehl, com ajuda e patrocínio de Arnaldo Vieira de Carvalho, diretor da Faculdade de Medicina, funda a "Sociedade Eugênica de São Paulo", a primeira da América do Sul. Em 1931, Kehl fundou a Comissão Central Brasileira de Eugenia cujo objetivo era explanar as ideias sobre a eugenia e levar esse assunto à Assembléia Constituinte.

Segundo Stepan (2005), a eugenia é considerada um movimento científico por ser uma tentativa de aplicação social dos conhecimentos referentes à hereditariedade a fim de se obter o aprimoramento da espécie humana, encorajando ou evitando a reprodução de determinados grupos de pessoas. Renato Kehl, referência em eugenia no Brasil, defendia que ela deveria ser vista como uma religião que concentra os ideais que beneficiam o homem, trazendo felicidade, saúde, alegria e beleza para a espécie humana, em outras palavras: "As aspirações galtonianas são as únicas capazes de apressar a marcha evolutiva da espécie humana". (Kehl, 1922, p. 17). Para Renato Kehl (1922), ao compreender e adotar o ideal galtoniano, será possível que a seleção deixe de se fazer através da luta em que o forte vence o fraco, porque não haveria mais fracos, apenas fortes. "A civilização que tanto fez mal para o progresso dos indivíduos e tanto mal para a espécie, será corrigida pela Eugenia." (p. 17).

Para Domingues (1942):

> A Eugenia é, a meu ver, a ciência que se propõe estabelecer princípios e regras para a formação de proles sadias de corpo, sadias de espírito ... o termo Eugenia ... deve ser definido como o estudo dos fatores que, sob o controle social, possam melhorar ou prejudicar as qualidades raciais das gerações futuras, quer física, quer mental. (p. 29)

Esse mesmo autor, Domingues (1942), afirma ainda que a eugenia não pretende e nem conseguiria extinguir todos os homens considerados degenerados (disgênicos), seria uma tarefa muito complexa. Seu ideal, então, se mantém atado na premissa de que o homem não deve se guiar pelo instinto quando o tema é reprodução. Apoiando-se nos estudos de Conklin, Domingues (1942) é enfático ao afirmar que:

> A ação da sociedade, no que concerne ao casamento e à geração, tem sido, até o presente, a de permitir indiferentemente ao bom, ao mau e a todos de se multiplicarem, na presunção de que um bom ambiente e uma educação boa possam compensar os defeitos de nascença. (p. 35)

Temos, nas palavras do autor, o ideal da eugenia: "O aumento do número dos tipos humanos, normais e a diminuição e o desaparecimento final dos sub-normais, dos geneticamente inferiores- eis o seu ideal" (Domingues, 1942, p. 33).

Ainda que brevemente, é necessário lembrar que o Brasil entrou no século XX como uma sociedade estratificada, tanto em termos sociais quanto raciais, isso sem falar no desenvolvimento distorcido e dependente que marca nossa história. O visível desenvolvimento urbano e industrial que acontecia nessa época não tarda a revelar suas contradições, ou seja, cresce numericamente a pobreza social. O caos urbano e importantes problemas de saúde passaram a ser encarados como uma questão social. Nessa ocasião, médicos e intelectuais da época podem ser considerados como os grupos mais inquietos em relação a esse assunto. Para os intelectuais, defensores da eugenia, uma das explicações era a transmissão hereditária de importantes doenças que dizimavam a população brasileira, como a sífilis, que pode ser transmitida ao feto durante a gestação. Entretanto, eram inúmeras outras doenças que se proliferavam por conta da falta de saneamento básico, água potável e tantas outras questões derivadas da falta de infraestrutura. Desconsiderando essas mazelas sociais, entendia-se que as radicais práticas eugênicas de intervenção na sociedade promoveriam a regeneração moral e racial da população brasileira. É sobre esse pensar que o movimento eugênico ganha força e se desenvolve em território brasileiro. (Stepan, 2005).

A sociedade brasileira e o modelo de família

Por volta das décadas iniciais do século XX, no Brasil, as famílias eram numerosas. Tal fato ocorria, praticamente, por necessidade, considerando que as propriedades familiares e de caráter rural demandavam mão de obra para levar adiante as tarefas. Nessa época, por conta de valores herdados do tempo colonial, ao homem cabia o sustento da casa, ao passo que a mulher assumia uma postura de cuidadora e procriadora, além, claro, de ser responsável pela organização doméstica. A partir de 1920, por contingências históricas, a sociedade brasileira se propõe a transformar o Brasil em uma nação moderna a exemplo dos países da Europa. No período referente aos anos de 1930-1934, várias medidas que apontavam para o desenvolvimento da industrialização foram implementadas no Brasil, como, por exemplo: o Conselho Federal de Comércio Exterior, o Ministério do Trabalho, o estabelecimento da jornada máxima de oito horas diárias nas indústrias, o trabalho assalariado da mulher, dentre outras iniciativas. Essas transformações permitiram que o Brasil caminhasse em direção não só da modernidade, mas também da urbanização crescente, distan-

ciando-se das bases de relações sociais pautadas no desenvolvimento da agricultura e no latifúndio e das famílias numerosas e, em geral, isoladas (Ianni, 1997). Nessa perspectiva, um número significativo de orientações e encaminhamentos em relação à constituição das famílias foi apresentado.

No modelo de família eugênica, de acordo com Mai (1999), os filhos deveriam ser crianças fortes, robustas e saudáveis, merecedoras de atenção e cuidados. Aos indivíduos disgênicos/ inferiores (indivíduos geneticamente "ruins"), a reprodução deveria ser evitada. Para isso, os eugenistas propunham a criação de dispositivos que evitassem a procriação dos indivíduos disgênicos. Assim, os homens e suas relações sociais são encarados pela ótica da natureza, isto é, são regidos pelas leis presumíveis e matematicamente calculadas, o que desconsidera as situações sociais vivenciadas pelas pessoas de um modo em geral. Tendo a hereditariedade como explicação e solução para os conflitos e diferenças sociais, a responsabilidade passa a ser única e exclusivamente do indivíduo. Conforme afirma Mai (1999):

> As ideias eugenistas, em seu caráter ideológico, procuravam justificar à sua maneira a oposição entre miséria de uma classe e as vantagens de outra. Através da explicação racial e hereditária, de inferioridade e superioridade inatas, explicavam-se todas as diferenças sociais. (p. 76)

Devido ao desenvolvimento da mecanização e da industrialização, inicia-se uma intensa migração das zonas rurais para as zonas urbanas, além disso, a importante e necessária participação da mulher no orçamento familiar, por volta dos anos 60 do século XX, provoca uma inversão no que diz respeito ao estímulo de formar uma família numerosa, ou seja, o grande número de filhos passou a ser um motivo de preocupação e começou ser evitado. Apressando o relato da história, temos em meados do século XX o advento da pílula anticoncepcional para as mulheres, o que contribuiu para reduzir o número de nascimentos. A pílula para as mulheres, enquanto meio de contracepção, foi um dos disparadores para o desenvolvimento da ciência que nos anos subsequentes criou tantos outros e novos meios de anticoncepção, tais como diafragma, anéis medidores, dispositivo intra-uterino, entre outros.

Por fim, ao longo do tempo e impulsionada pelas circunstancias históricas, a sociedade brasileira demandou a política pública de planejamento familiar sobre a qual exporemos a seguir.

Planejamento familiar: um assunto controverso

O planejamento familiar enquanto política pública tem como proposta evitar a gravidez indesejada e prevenir doenças venéreas, atendendo todas as pessoas que residam em território brasileiro e pertençam a qualquer estrato social. Tal fato pode ser entendido como uma importante conquista social. Nesse sentido, cabe aos profissionais da saúde estabelecer, no que se refere a planejamento familiar, um diálogo com a população, o que significa pensar com a pessoa que demanda o serviço o melhor método para evitar gravidez indesejada e prevenir doenças venéreas. Esse encaminhamento, por si só, deixa claro que a prática de esterilização não deve ser estimulada de imediato. Entretanto, essa não é a única visão que ocupa o imaginário social. Comumente, tem-se a ideia de que a existência do planejamento familiar deve-se à "improcedência" de famílias numerosas com baixo poder aquisitivo.

Tais ideias podem ser observadas tanto em afirmações do senso comum como em afirmações de renomados profissionais da saúde, tal como o médico oncologista Dr. Drauzio Varella. O médico, em duas reportagens publicadas no site de sua própria autoria, intituladas "Planejamento familiar" e "Laqueadura", afirma que realizar um planejamento da família é um privilégio das classes médias e altas, e que as políticas públicas para os pobres, no Brasil, não funcionam. Devido aos entraves, como muita burocracia para realizar de fato o procedimento de esterilização e falta de conhecimento e acesso a essa política, quando alguém de condição financeira precária tenta realizar laqueadura ou ter acesso a algum outro método contraceptivo é que acabamos por "condenar" tais indivíduos a ter um enorme número de filhos, sem condições para criar e em uma situação miserável. Nas palavras do autor:

> A maior crueldade que a sociedade pratica contra as mulheres pobres, é condená-las a ter mais filhos e a se tornarem miseráveis. A verdade é que, embora a sociedade possa ajudar, nessa área dependemos de políticas públicas, portanto dos políticos, e estes morrem de medo de contrariar a igreja. *Agem como se o planejamento familiar fosse uma forma de eugenia para nos livrarmos dos indesejáveis, quando se trata de uma aspiração legítima de todo cidadão.* É justo oferecer vasectomia, DIU, laqueadura e vários tipos de pílulas aos que estão bem de vida, enquanto os mais necessitados são condenados aos caprichos da natureza na hora de planejar o tamanho de suas famílias? (Varella, s. d.)

Sem dúvida, é válido o grito de alerta desse reconhecido profissional da saúde ao nos lembrar que a política pública de planejamento familiar é para todas as pessoas que habitam o solo brasileiro e de qualquer classe social. Afinal, é o consagrado princípio da universalidade do Sistema Único de Saúde, como lembramos anteriormente. Entretanto, afirmar que "mulheres pobres" estão "condenadas" a terem mais filhos e que se tornarão "miseráveis" nos leva a supor que a situação de miserabilidade social é uma determinação natural, ou seja, nasceu "pobre" está predestinado a ser "pobre". Esse raciocínio é bem familiar aos eugenistas das primeiras décadas do século XX. O jeito de pensar objetivado nas práticas da política pública desvela as controvérsias e os limites possíveis do planejamento familiar.

Esses são alguns exemplos do cotidiano que nos levam a pensar na proximidade do imaginário social a respeito do planejamento familiar e do ideário eugenista. Tal fato, acrescido da carência de produção de conhecimentos sobre essa política pública e sua relação com o eugenismo, justifica este estudo sobre o assunto. Diante do exposto, o objetivo geral deste estudo é a análise do caráter educativo dessa política pública e as possíveis interpretações eugênicas quanto a sua aplicação, bem como a avaliação da formação dos profissionais da saúde em relação a esse assunto.

Método

Trata-se de uma investigação de natureza exploratória pautada em levantamento bibliográfico e, inicialmente, em entrevistas com doze acadêmicos do último ano de graduação em Medicina, Psicologia e Enfermagem de uma universidade pública, sendo quatro estudantes de cada curso, dois do sexo feminino e dois do sexo masculino.

A escolha de acadêmicos desses cursos justifica-se pela maior probabilidade de atuação na área da saúde, e nesse campo, a provável execução do planejamento familiar enquanto um programa da política pública de saúde. No que tange à proposta inicial, dada a inexistência de alunos do sexo masculino disponíveis para entrevista nos anos previstos do curso de enfermagem, optamos por entrevistar alunos do penúltimo ano de enfermagem. Contudo, nesse nível do curso de enfermagem havia apenas

um acadêmico do sexo masculino. Por conta dessa questão foram entrevistados somente três acadêmicos do curso de enfermagem, o que resultou em onze (11) entrevistas e não 12 (doze), conforme projeto inicial.

As entrevistas foram realizadas a partir da apresentação dos seguintes temas: (a) O conhecimento do programa de planejamento familiar criado pelo Ministério da Saúde. (b) A importância, ou não, dessa política pública. (c) O conhecimento sobre a eugenia. (d) O programa oficial de planejamento familiar e a grade curricular. (f) A relação do programa oficial de planejamento familiar com a eugenia.

Todos os entrevistados foram selecionados aleatoriamente e voluntariamente assinaram o termo de consentimento livre e esclarecido, devidamente aprovado pelo Parecer n. 233.432 do Comitê Permanente de Ética em Pesquisa (COPEP) envolvendo Seres Humanos.

Para apresentação dos resultados, vamos adotar abreviações para referenciar os entrevistados: Enf. (1; 2; 3); Med. (1; 2; 3; 4); Psic.(1; 2; 3; 4).

Resultados

De acordo com os relatos dos acadêmicos de enfermagem, as práticas do planejamento familiar são apresentadas desde o primeiro ano da graduação, ficando a cargo da enfermagem a realização das atividades educativas dessa política pública. Os acadêmicos de enfermagem relataram que "infelizmente" a medicina se mostra ausente nessa parte, ficando apenas com a execução do procedimento médico. Um dos acadêmicos de enfermagem demonstrou sensibilidade quanto à forma de transmitir informações à população:

> *a gente tem que proporcionar para a pessoa, para ela conseguir ter o relacionamento que ela quer, que é a relação sexual, isso sem fazer com que um terceiro sofra, que seria o aparecimento de uma gravidez e ela rejeitar o filho ... a gente tenta mostrar da maneira mais simples possível, da maneira mais detalhada ... para nós isso parece muito óbvio, mas para algumas pessoas não.* (Enf. 3)

Os acadêmicos do curso de medicina foram os que demonstraram maior desconhecimento em relação à política pública de planejamento fa-

miliar, chegando a confundir a política de planejamento familiar enquanto parte das ações da Estratégia em Saúde da Família/ESF[1]. Todos do grupo de medicina afirmaram que as orientações recebidas se restringiram a um curto período de estágio realizado em uma Unidade Básica de Saúde e eram relacionadas à sexualidade (contracepção, prevenção de doenças e etc.). Afirmaram ainda que o conhecimento teórico sobre esse assunto é passado muito rapidamente dentro da graduação e que algumas informações podem ser pesquisadas fora do ambiente acadêmico (leituras, trabalhos voluntários etc.).

Em relação aos acadêmicos de psicologia também houve a confusão com o programa Estratégia em Saúde da Família/ESF e, quando afirmaram que conheciam a política de planejamento familiar, revelaram pouca propriedade sobre o assunto.

> *Bom, o que eu lembro é do PSF o Programa de Saúde da Família, e da estrutura da saúde da família, e na época que era PSF meu pai trabalhava como médico e minha mãe era enfermeira. Eu lembro da atuação deles assim, como mais no cotidiano das pessoas, mais dentro da casa das pessoas, coisas mais cotidianas mesmo.* (Psic. 1)

Com relação à importância dessa política pública, dois entrevistados do curso de enfermagem defenderam a ideia de que a política de planejamento deve ser direcionada a uma classe social em especial, e argumentaram que pessoas com menos conhecimento necessitam de maiores instruções e a falta dessas acarreta em um número maior de mazelas sociais e gestações não planejadas.

> *A falta de informação dos leigos acaba gerando mais crianças, mais fome, mais desemprego. Não que eles sejam ruins, mas eu penso que se eles tivessem um pouco mais de conhecimento, de informação, a gente teria menos crianças na rua, menos desempregados, talvez não menos desempregados...enfim, eu acho que se o planejamento funcionasse eu acho que essa miséria do Brasil seria menor. Eu acho que acaba sendo focado no pobre, porque o rico, o de melhor classe social, ele tem um maior conhecimento,*

[1] O Programa Estratégia em Saúde da Família "caracteriza-se por um conjunto de ações de saúde, no âmbito individual e coletivo, que abrange a promoção e a proteção da saúde, a prevenção de agravos, o diagnóstico, o tratamento, a reabilitação, a redução de danos e a manutenção da saúde com o objetivo de desenvolver uma atenção integral que impacte na situação de saúde e autonomia das pessoas e nos determinantes e condicionantes de saúde das coletividades" (Ministério da Saúde, 2012, p. 54).

> *ele se envolve com trabalho então ele acaba não tendo essa facilidade e essa falta de conhecimento para ter filhos "a torto e a direita", pegar doenças e não que não aconteça, porque você vê muito filho de riquinho usando droga, jogado na rua.* (Enf. 1)

O excerto nos sinaliza uma aproximação com as afirmações de Octávio Domingues (1942) quando afirma que a eugenia não tem o intuito de proibir completamente a reprodução humana, ela apenas defende que esses tipos (disgênicos) não sejam donos do próprio destino, o que por sua vez os faz ser "peso morto". Embora o acadêmico considere que a prole numerosa é uma sobrecarga no sistema, muito parecida com a do início do século XX, quando preocupações dessa natureza circulavam na sociedade da época, paradoxalmente reconhece que parte dos problemas sociais também são causados pelo "filho de riquinho".

Todos os entrevistados do curso de psicologia, e um do curso de medicina, alegaram já ter ouvido o termo eugenia, porém nenhum soube dizer seu significado. Um dos entrevistados de medicina, quando recebeu a explicação do que era eugenia, defendeu que o planejamento familiar não tem correlação com a eugenia, e completou afirmando que o governo, na tentativa de ofertar os mesmos direitos para todos os cidadãos, disponibiliza políticas como essa, contudo, na prática há muita burocracia, o que inviabiliza a execução de procedimentos mais complexos, como laqueadura e vasectomia,dificultando o acesso a procedimentos contraceptivos irreversíveis. Para o entrevistado, quem pode pagar por um procedimento cirúrgico de contracepção tem acesso mais facilmente do que a pessoa menos favorecida economicamente, que deve aguardar atendimento público. Essa afirmação se aproxima da posição do Dr. Drauzio Varella, citado anteriormente, e nos estimula a questionar se de fato são "entraves burocráticos" ou uma sequência de procedimentos pautados em critérios rigorosos e cuidadosos que o plano de ação da política em tela propõe a fim de que se possa evitar que procedimentos, inclusive os cirúrgicos, sejam realizados de maneira inconsequente.

No que se refere ao significado da eugenia, um dos acadêmicos arrisca afirmar

> *eu me lembro como uma questão negativa ... eu me lembro de questões históricas de eugenia. Não sei, vou arriscar uma, não sei se estou confundindo*

> *a palavra, mas de tratar uma determinada raça ou um determinado gene de maneira discriminada negativamente.* (Psic. 1)

Após receber explicações sobre o que era eugenia, o entrevistado citado, rapidamente, associou tal prática com as práticas nazistas realizadas por Hitler, na Alemanha. Stepan (2005) deixa claro o quanto as ideias eugênicas podem estar associadas às práticas hitlerianas e que, por conta disso, o termo passou a ser relacionado a práticas cruéis. Isso pode explicar o fato do termo eugenia ter caído no esquecimento, principalmente após a Segunda Guerra Mundial. Nesse sentido, Stepan (2005) lembra que estudar a eugenia é interessante quando não olhamos sob o ponto de vista nazista, período em que as práticas eugênicas eram aterrorizantes, mas sim sob o ponto de vista de como e quais eram as ideias que sustentavam tal ciência e que levaram à criação de práticas sociais historicamente significativas.

> a eugenia oferece ao historiador uma oportunidade de examinar as relações entre ciência e vida social- como a vida social estrutura ou influencia os desenvolvimentos reais da ciência da hereditariedade, e os usos que podem ser dados a esta ciência. A eugenia tem, ainda, a vantagem de ser, a um tempo, contemporânea e histórica: contemporânea porque os problemas de elaborarem-se políticas sociais com base em novos conhecimentos nos campos da genética humana e da tecnologia reprodutiva são particularmente prementes em nossos dias; histórica no sentido de que *a eugenia do período anterior a 1945* pode ser vista como um fenômeno relativamente encerrado no passado, sobre o qual podemos ter algum distanciamento. (Stepan, 2005, p. 13, grifo nosso).

Ao tratar do programa oficial de planejamento familiar visto dentro da grade curricular, os acadêmicos de psicologia alegaram ter contato com esse assunto no quarto ano de graduação nas disciplinas que fazem parte da ênfase saúde. Detalhe importante a destacar é que não são todos os alunos desta universidade que cursam a ênfase saúde porque as vagas são limitadas. Isso pode resultar na falta de conhecimento dos outros acadêmicos que não fazem parte de tal ênfase. Quanto ao aprendizado de políticas públicas dentro da graduação de medicina, o acadêmico relatou que:

> *a abordagem é muito pequena a gente não tem muito abordagem educacional para os pacientes, orientações de promoção de saúde, mudanças de estilo de vida, a gente acaba tendo contato com pacientes doentes, são*

> *poucos pacientes que a gente consegue ter essa liberdade... a gente não pega pacientes saudáveis para que a gente possa interferir no estilo de vida deles para que eles não fiquem doentes.* (Med. 2)

Um acadêmico de medicina relatou sobre a ausência de grupos de discussão sobre planejamento familiar, e que essa política pública é importante justamente porque falta conhecimento para a população. O acadêmico de psicologia, ainda que intuitivamente, esbarra nos princípios da política pública de planejamento familiar, afirmando

> *esse cuidado que a gente tem que ter quando trata de questões familiares, porque os valores não são nossos. O que é bom ou ruim para a gente não é a questão ... a forma como a família vai se estruturar não é a gente que vai estabelecer.* (Psic. 4)

Entretanto, se contradiz em seguida:

> *mas a gente vai saber alguns conteúdos ou alguns pontos específicos que são essenciais para a estruturação de uma família e do indivíduo. Eu acho que isso é não ser eugênico, não sei, mas essas questões me parecem fazer sentido*. (Psic. 4)

Em geral, a considerar as entrevistas realizadas, todos os cursos em tela apresentam noções de políticas públicas. Fica claro, todavia, que são informações que carecem de aprofundamento no que se refere aos princípios e diretrizes das políticas públicas contempladas no Sistema Único de Saúde, sobretudo no que se refere à política pública de planejamento familiar.

Em estudo realizado, Barroso (1984) indica que a taxa de fecundidade no Brasil entrou em declínio a partir do ano de 1965. Estudos mais recentes mostram que a taxa de fecundidade, bem como de natalidade, no Brasil, segue ainda em declínio.

A taxa de natalidade e de fecundidade são, respectivamente, indicadores que buscam dar uma estimativa do número de crianças nascidas por ano a cada mil habitantes de uma determinada área e o número de filhos que uma mulher tem durante a vida. Os indicadores de fertilidade podem também demonstrar a condição reprodutiva das mulheres de uma determinada área. No último estudo do IBGE (2008a) a taxa de natalidade no Brasil diminuiu de +- 21 para +- 14 crianças nascidas a cada mil habi-

tantes. A taxa de fecundidade no Brasil, no ano 2000, era de 2,39, já em 2013 essa taxa caiu para 1,64 IBGE (2008b). Outro fator importante a ser observado é que a taxa de natalidade também diminuiu, conforme demonstrado nos gráficos abaixo.

Gráfico 1. Taxa de fecundidade

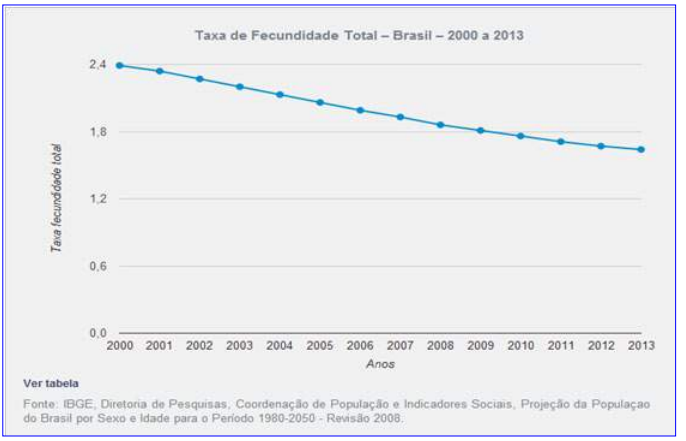
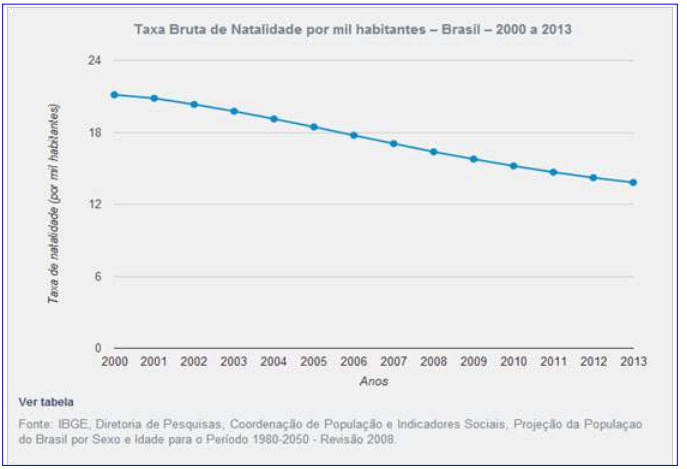


Gráfico 2. Taxa de natalidade



Para um dos nossos entrevistados

> *a falta de um planejamento familiar acarreta, dentre outras questões, problemas na educação, no sistema como um todo. Porque muitas vezes o filho vem, não planejado e acarreta inúmeros outros problemas dentro dessa família e sobrecarrega esse sistema, rede pública.* (Psic. 2)

Tal prognóstico não se confirma a considerar os índices demonstrados pelos estudos do IBGE (2008a, 2008b). Afinal, a taxa de fecundidade e de natalidade, no Brasil, vem diminuindo a cada ano e os sistemas públicos, de maneira geral, mantêm-se sobrecarregados. Isso pode estar indicando que os problemas sociais, em geral, não estão diretamente ligados à quantidade de filhos que uma determinada família tem. De acordo com Pimentel (2012), o pauperismo compõe a lógica perversa de acumulação do capitalismo e destaca que, dentro da lógica de acumulação capitalista, ao mesmo tempo em que se tem acumulação de riqueza se tem de miséria, em suas palavras: "a acumulação de riqueza numa extremidade significa, ao mesmo tempo, "acumulação de miséria, tormento de trabalho, escravidão, brutalização e degradação moral" na extremidade oposta" (p. 44).

Um ponto que merece destaque é a coerência entre as propostas da política pública de planejamento familiar e as práticas que de fato ocorrem nos dispositivos de saúde. É bom lembrar que faz parte do plano de ação dessa política atividades educativas que visam acima de tudo um diálogo com a população, o que parece não se confirmar por um dos nossos entrevistados

> *a gente repara que os técnicos e os funcionários da UBS eles querem trabalhar os métodos contraceptivos apenas, eles querem chegar e passar essa informação para uma população, mas população não vai entender o porquê de tomar esses cuidados, o porquê tomar medidas contraceptivas, porque isso*. (Psic. 2)

Considerações finais

Enfim, o fato de nossos entrevistados relacionarem o planejamento familiar à necessidade das pessoas desfavorecidas economicamente de evitar filhos e, na sequência, contribuir para a não proliferação das ma-

zelas sociais produzidas pela pobreza vincula-se diretamente ao modelo de família eugênico, já discutido anteriormente. Além disso, pode-se perceber a presença de um ideário de família burguesa, como regra, para a formação de uma família que se requer hegemônica.

Não devemos perder de vista que essa política visa a atender a demanda da prevenção de gravidez indesejada e de doenças venéreas de qualquer pessoa que habita o território brasileiro, qualquer que seja a sua inserção social. Cientes disso, cabe a nós estarmos atentos ao decurso que o próprio homem faz, e que de certa forma transforma um dispositivo público em excludente. A visão que preenche o imaginário social está relacionada à "improcedência" de famílias numerosas com baixo poder aquisitivo, que por sua vez desvincula a real compreensão de como a sociedade se estrutura de modo desigual, ficando as discussões dessas problemáticas em outro âmbito que não aquele que se relaciona a desigualdade e a dinâmica social própria do capitalismo. Por fim, deve-se dizer que a universidade necessita estar atenta a sua histórica função de produtora de conhecimento, fomentadora de discussões e agente de formação profissional na verdadeira acepção da palavra. Em nosso estudo identificamos o desconhecimento dos entrevistados de aspectos importantes da saúde pública e em especial sobre política pública de planejamento familiar. Esse fato indica a necessidade de se rever a formação dos profissionais da saúde que estão prestes a entrar no mercado de trabalho.

Enfim, ao longo da história podemos entender o planejamento familiar como uma conquista social, na medida em que se tornou uma política do Estado brasileiro e, nesse sentido, devem prevalecer os princípios da igualdade e equidade contemplados na Lei n. 8.080/90, que instituiu o Sistema Único de Saúde, caso contrário, se torna mais um instrumento para escamotear as contradições sociais.

Referências

Barroso, C. (1984). Esterilização feminina: liberdade e opressão. São Paulo: *Revista de Saúde Pública*, *18*(2), 170-180.

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. (1988). *Cap.VII: Da Família, da Criança, do Adolescente, do Jovem e do Idoso*. Acesso em 02

de março, 2014, em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

Domingues, O. (1942). *Eugenia: seus propósitos, suas bases, seus meios (em cinco lições)*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.

Ianni, O. (1997). *O Estado e o capitalismo: estrutura social e industrialização no Brasil.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. (2008a*). Brasil em síntese. Taxa Bruta de Natalidade por mil habitantes- Brasil- 2000-2013.* Acesso em 01 de março, 2014, em http://brasilemsintese.ibge.gov.br/populacao/taxas-brutas-de-natalidade

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. (2008b). *Brasil em síntese: Taxa Bruta de Fecundidade por mil habitantes- Brasil-2000-2013.* Acesso em 01 de março, 2014, em http://brasilemsintese.ibge.gov.br/populacao/taxas-de-fecundidade-total

Kehl, R. (1922). *Melhoremos e prolonguemos a vida: a valorização eugênica do homem.* Rio de Janeiro: Francisco Alves.

Lei n. 8.080, 19 de setembro de 1990. (1990). Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Acesso em 06 de março, 2014, em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm

Lei n. 9.263, de 12 de Janeiro de 1996. (1996). Regula o § 7º do art. 226 da Constituição Federal, que trata do planejamento familiar, estabelece penalidades e dá outras providências. Acesso em 06 de abril, 2013, em http://legis.senado.leg.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=120914&norma=142894&anexos=

Mai, L. D. (1999). *Boletim de Eugenia (1929-1931): um estudo sobre forças educativas no Brasil***.** Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Maringá, PR.

Ministério da Saúde. (2002). Área Técnica de Saúde da Mulher. *Assistência em Planejamento Familiar: Manual Técnico/Secretaria de Políticas de Saúde*. Brasília, DF: Autor. Acesso em 18 de maio, 2013, em http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/0102assistencia1.pdf

Ministério da Saúde. (2012). *Política Nacional de Atenção Básica. Série E. Legislação em Saúde.* Brasília, DF: Autor. Acesso em 24 de março, 2014, em http://189.28.128.100/dab/docs/publicacoes/geral/pnab.pdf

Pimentel, E. (2012). *Uma "nova questão social": raízes materiais e humano-sociais do pauperismo de ontem e de hoje.* São Paulo: Instituto Lukács.

Schwarcz, L. M. (1993*). O espetáculo das raças: cientistas, instituiç*ões e questão racial no Brasil, *1870-1930.* São Paulo: Companhia das Letras.

Stepan, N. L. (2005). *A hora da Eugenia: raça, gênero e nação na América Latina.* (P. M. Garchet, Trad.). Rio de Janeiro: Fiocruz.

Varella, D. (s. d.) *Planejamento Familiar.* Acesso em 10 de março, 2010, em http://drauziovarella.com.br/wiki-saude/planejamento-familiar/

Hanseníase e políticas públicas no contexto amazônico

Clara Miranda Santos

Vânia Damasceno Costa

Introdução

A hanseníase[1] é uma doença causada pela infecção do bacilo *Mycobacterium leprae* e caracterizada por alterações dermatoneurológicas, cujos sintomas mais comuns são o surgimento de manchas ao longo do corpo, geralmente com insensibilidade nas áreas afetadas, acometendo também os nervos periféricos das mãos, pés, olhos, nariz, orelhas, etc. É dividida em dois tipos clínicos: a forma paucibacilar (indeterminada e tuberculoide) e a multibacilar (virchowiana e dimorfa). Tal classificação auxilia o esquema medicamentoso, pois o tratamento depende do tipo da doença devido ao fato de a primeira forma citada ser caracterizada pelo baixo grau de transmissibilidade em razão do reduzido número de bacilos, enquanto a segunda forma é mais temida por ter um elevado grau de contágio.

A transmissão acontece pelas vias aéreas superiores durante contato interpessoal contínuo e direto com uma pessoa infectada que não tenha iniciado o tratamento e seja padecente da forma multibacilar. É importante destacar que o bacilo acomete, principalmente, o indivíduo que tem déficit nutricional.

O diagnóstico clínico ocorre por meio de anamnese e avaliações meticulosas da pele em busca dos sintomas característicos, como manchas e insensibilidade. Se necessário, recorre-se à avaliação laboratorial - a baciloscopia, cuja função é medir a quantidade de bacilos para poder caracterizar a infecção como paucibacilar (presença de poucos bacilos) e multibacilar (muitos bacilos).

[1] Os termos hanseníase, lepra ou mal de Hansen são apresentados durante o texto como sinônimos.

De acordo com o Ministério da Saúde (2002) a hanseníase tem baixa patogenicidade e alta transmissibilidade na sua forma multibacilar, ou seja, em situações endêmicas tende a infectar um número elevado de pessoas, porém poucas desenvolvem a doença por serem resistentes ao bacilo. O tempo de incubação é, em média, de dois a sete anos, ou seja, a manifestação da doença depende do sistema imunológico da pessoa infectada. Portanto, a imunologia de uma pessoa também está relacionada com as suas condições de vida. A doença atinge com mais frequência a faixa populacional menos provida de recursos financeiros e/ou instrução escolar. Por ser uma afecção tipicamente de países subdesenvolvidos, há escassos investimentos em pesquisas na área.

O Brasil ocupa o segundo lugar no mundo em números relativos de casos de hanseníase, cuja taxa de prevalência é inferior apenas à Índia. Os dados do Ministério da Saúde (2002) confirmam o número de 4,68 doentes para cada 10.000 habitantes, no período entre 1985 a 2000. Este mesmo documento apresenta o compromisso de diminuir esse número para um doente em cada 10.000 habitantes até o ano de 2005, meta não alcançada.

Em Rondônia, segundo os dados do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Ministério da Saúde, 2009), entre os anos de 2001 e 2006 houve notificação de hanseníase em todos os municípios do estado, fazendo com que essa unidade da federação seja categorizada como uma região hiperendêmica e, portanto, trata-se de um desafio para a sua saúde pública. Ainda de acordo com essa fonte de dados, dos 52 municípios que compõem o estado, 48 (92%) possuem ao menos uma instituição de saúde que realiza o diagnóstico, tratamento e controle de contatos. Nos 8% restantes, existe ao menos uma unidade de saúde que operacionaliza o tratamento poliquimioterápico e faz a suspeição do diagnóstico, sendo o paciente encaminhado à unidade de referência regional.[2]

A coordenação do Programa Nacional de Controle da Hanseníase (PNCH) assumiu o compromisso de controlar a hanseníase como o principal objetivo da saúde pública. Ressaltou em seu boletim que os coeficientes para detecção de novos casos passaram a ser representados pelo

[2] Dados fornecidos pelo SINAN, setor ligado à AGEVISA (Gerência de Vigilância em Saúde) da Secretaria de Saúde do Estado de Rondônia.

índice de 100.000 habitantes, e não mais de 10.000 mil habitantes, com a justificativa de que a adoção do coeficiente de 100.000 habitantes facilita o acompanhamento epidemiológico frente a outras ocorrências. No mesmo documento do Ministério da Saúde, destacam-se os novos pactos realizados nas instâncias gestoras do SUS como metas para o ano de 2011, sendo elas as seguintes: cura de todos os casos diagnosticados precocemente; controle epidemiológico dos contatos, principalmente, os menores de 15 anos (faixa etária considerada crescente dos novos diagnósticos); avaliação e monitoramento das incapacidades físicas nos casos detectados tardiamente; reforço dos aspectos de vigilância e tratamento. Esses foram os principais compromissos pactuados para o controle da doença (Ministério da Saúde, 2008).

No Fórum de Hanseníase, realizado em Porto Velho-RO, no mês de julho de 2010, a coordenadora do PNCH, Maria Aparecida de Faria Grossi, divulgou um panorama epidemiológico do mal de Hansen no mundo e no Brasil. O Brasil lidera o ranking dos índices de prevalência da moléstia na América do Sul, sendo de aproximadamente 0,2/100.000 habitantes. No Brasil, dados preliminares de 2009 revelam a detecção de 36.718 casos novos, o que corresponde a 19,18/100.000 habitantes.

As regiões Centro-Oeste, Nordeste e Norte são as que apresentam maior prevalência de casos novos. Rondônia situa-se numa localização estratégica para propagação da doença, pois está rodeada por regiões do Centro-Oeste - Mato Grosso é o estado em primeiro lugar no diagnóstico de novos casos de hanseníase -, além de também estar próxima do Acre e de Lábrea (AM), regiões com frequentes detecções de novos casos. Rondônia, nos dados preliminares de 2009, ocupa o terceiro lugar desses casos, sendo o índice de 66,96/100.000 habitantes. “A região de Amazônia Legal apresenta barreiras físicas e sociais que dificultam o acesso aos serviços de saúde e tem aspectos demográficos e referentes à produção social do espaço geográfico que a fazem historicamente vinculada à evolução da endemia no Brasil” (Ministério da Saúde, 2008, p. 2).

O mapeamento do mal de Hansen no Brasil corrobora o posicionamento de vários estudiosos da área no que concerne a afirmar que essa patologia acomete predominantemente os pobres, “doença de pobre”, como é denominada em vários estudos. Corrobora essa ideia o fato de que as regiões do país que possuem maior detecção de casos novos têm

déficits significativos em saneamento básico, condições de higiene e acesso à educação e saúde.

Após a apresentação desse breve panorama sobre a hanseníase e sua propagação no contexto brasileiro, é importante atentarmos para a região amazônica, uma vez que é nesse e sobre esse universo que pretendemos refletir com relação às dificuldades de controle e erradicação da hanseníase. A territorialidade é fundamental para compreensão do desenvolvimento de políticas públicas e do processo saúde/doença, possibilitando reflexões sobre efetividade ou não efetividade de ações de saúde, considerando a peculiaridade do território.

Para compreender o processo de adoecimento de determinada população é necessário um resgate do entrelaçamento do indivíduo e da sociedade, da intersecção de história, cultura, política, ambiente e demais fatores que se conjugam para uma visão mais realista e contextualizada de tal processo. De acordo com Lane e Codo (2012), é preciso abandonar a dicotomia indivíduo-sociedade, perspectiva esta que nos leva a entender os fenômenos por uma ótica psicologizante ou sociologizante, compreensão reducionista de tais aspectos.

É de fundamental importância destacar que este trabalho é um recorte de uma pesquisa de mestrado, realizada entre os anos de 2009 e 2011, a qual teve como objetivo relatar as experiências de mulheres em tratamento contra a hanseníase e as sequelas provocadas por essa doença, historicamente conhecida como lepra. O estudo foi desenvolvido dentro de uma abordagem qualitativa, tendo sido realizadas entrevistas com dez mulheres residentes no estado de Rondônia, que são pacientes do Hospital Dr. Marcello Cândia (Casa de Saúde das Obras Sociais Santa Marcelina), localizado na zona rural de Porto Velho. O fio condutor da discussão das experiências acessadas é norteado pelas próprias narrativas dessas mulheres, cujas idades variam entre 24 e 72 anos, e que serão referenciadas no decorrer do texto com nomes fictícios. Pretendeu-se recolher na voz dessas mulheres, estigmatizadas por viverem com tal moléstia, experiências que nos permitissem compreender as maneiras como administram sofrimentos e estigmas que lhes são decorrentes, pois embora o tratamento da hanseníase tenha uma terapêutica eficaz, que possibilita cura quando tratada adequadamente, ainda persistem muitas dúvidas e compreensões equivocadas.

O relato de uma paciente mostra-nos como é vivenciada a questão de se sentir marcada, evitando lugares públicos e assumindo quase que um papel marginal na sociedade: "Evito ir à igreja, porque lá todos ficam perguntando o que tenho nos dedos da minha mão, falo até que é reumatismo, e quando vou à igreja sento num banco distante das pessoas.". O estigma à antiga lepra sobrevive, portanto, mesmo com o passar de tantos anos.

A fala dessa senhora exemplifica o processo de estigmatização, incorporado por muitas pessoas com doenças que causam horror, por serem infectocontagiosas e estarem associadas às várias mortes que alguém pode sofrer: social, emocional, física. Essas pessoas isolam-se e evitam contatos. É perceptível também que, como consequência da atitude de afastamento, surge a atitude de tentar esconder a doença a todo custo, mesmo de familiares mais próximos, como pudemos observar nos relatos das pessoas entrevistadas.

Pretendia-se compreender, com as entrevistas, o modo como cada uma enfrenta a doença, as repercussões de tudo isso no corpo e na alma. Interessava-nos também o impacto da doença sobre as questões próprias do universo feminino e, nesse sentido, priorizamos uma metodologia que pudesse nos permitir ouvir suas vozes, mas sem o intuito de referendar hipóteses ou estabelecer comparações. Buscávamos uma forma de colher a expressão do único/singular de cada uma, contextualizando, se possível, com questões da região amazônica.

Assim, o escopo deste trabalho é trazer à luz um panorama sobre uma doença estigmatizante e milenar que foi erradicada de vários países do mundo e controlada em parte de regiões do Brasil. Contudo, permanece com altos índices na região amazônica, fazendo milhares de pessoas padecerem fisicamente, psiquicamente e socialmente em função desse acometimento. Sendo assim, cabe a tentativa de apresentarmos um recorte bibliográfico sobre a história da doença, o desenvolvimento de políticas públicas destinadas à hanseníase e as especificidades do contexto amazônico, para que, assim, ocorra uma tentativa de compreensão do alto nível de afecção e, portanto, das dificuldades de ações de saúde resolutivas numa região hiperendêmica.

Propomos um olhar sobre essa região e tal endemicidade, por uma perspectiva da psicologia social, da postura construtivista do pro-

cesso saúde/doença, conforme propõe Spink (2011). Por essa ótica, a compreensão do adoecimento e mesmo do conceito de saúde para os indivíduos, é feita com maior integralidade, perpassando o entrecruzamento de "fronteiras disciplinares" e vendo o homem como produto e produtor da realidade social. Há o abandono das explicações do processo de adoecimento de cunho intraindividual para considerar a dinamicidade da esfera social e da integração da história da sociedade e da história do indivíduo, uma compreensão interdisciplinar do processo saúde/doença.

A postura construtivista enxerga a doença como um fenômeno biopsicossocial, historicamente construído e multideterminado culturalmente. Atenta-se para o significado que as pessoas atribuem ao processo de adoecimento, o sentido que dão às experiências. Para Spink (2011), esse processo é "um indicador da ideologia vigente sobre o adoecer e os doentes em uma determinada sociedade (p. 47)".

Acreditamos que este trabalho possa contribuir para gestores, profissionais, pacientes e familiares que estejam envolvidos com a questão da hanseníase, pois se pretende fazer um retrato de como aconteceu e acontece o apoio às suas vítimas, tendo como enfoque as peculiaridades das experiências inerentes a tal fenômeno. A atenção se volta para os a fatores específicos que favoreçam ou tragam empecilhos à adesão ao tratamento.

Procedimentos metodológicos

Esta pesquisa foi desenvolvida na perspectiva da abordagem qualitativa, uma vez que tal modelo de investigação científica prioriza aspectos de ordem descritiva e subjetiva do objeto de estudo.

Recentemente, muitos pesquisadores passaram a recorrer à metodologia qualitativa para investigações na área da saúde, um campo em que por muito tempo predominaram trabalhos quantitativos (Minayo, 2008). Egberto Turato (2005) também destaca esse assunto e discute o trabalho de pesquisadores que articulam questões das ciências humanas às investigações no campo da saúde.

> No contexto da metodologia qualitativa aplicada à saúde, emprega-se a concepção trazida das Ciências Humanas, segundo as quais não se busca

> estudar o fenômeno em si, mas entender seu significado individual ou coletivo para a vida das pessoas. Torna-se indispensável assim saber o que os fenômenos da doença e da vida em geral representam para elas. O *significado* tem função estruturante: em torno do que as coisas significam, as pessoas organizarão de certo modo suas vidas, incluindo seus próprios cuidados com a saúde. (Turato, 2005, p. 509)

A investigação qualitativa aborda as questões relacionais, representações e crenças como produtos da interação humana, percebidas a partir da ótica dos seus atores. Trata-se de construções que indicam como os sujeitos ou um grupo particular sentem e pensam diante de determinada situação. Valoriza-se a subjetividade e a singularidade do indivíduo como parte da sua realidade social e configura-se, também, de forma complexa pela sua essência em estabelecer interlocução com várias disciplinas, não privilegiando nenhum método e considerando as bases históricas de cada disciplina ou área de conhecimento.

Trilhar os caminhos da pesquisa qualitativa exige que se recorra a fontes e metodologias que se reinventem a cada situação do campo, favorecendo o conhecimento das pluralidades. A opção pelos relatos orais, na forma de depoimento como método, destaca-se pela necessidade de dar flexibilidade no contato com o modo de ser do outro: do perceber e compreender o mundo do qual faz parte.

Os dados coletados para este estudo teve como base os referenciais bibliográficos sobre a hanseníase e as políticas públicas no contexto amazônico, e fazem parte do recorte da dissertação de Mestrado intitulada "Experiências de Mulheres da Amazônia Vivendo com a Hanseníase". As vivências apresentadas ao longo deste trabalho foram acessadas por meio dos relatos orais das colaboradoras da dissertação mencionada, os quais demonstram o panorama do funcionamento da saúde pública nessa região do país.

Schmidt e Mahfoud (1993, p. 297) declaram que o instante exato da entrevista é um momento de ruptura com o cotidiano e a possibilidade de elaboração da experiência, pois essa ferramenta é útil "tanto para os objetivos de pesquisa em psicologia social, quanto para os sujeitos da pesquisa que têm acolhido a entrevista como uma oportunidade de refletir e de transmitir sua experiência pessoal e comunitária".

Hanseníase: a história de uma doença milenar

A humanidade, em sua história, deparou-se com epidemias que aniquilavam e causavam terror na população e, com isso, o imaginário de horror sobre essas doenças permanece por décadas ou séculos, sendo substituído apenas quando surgem novos males (Nicoletti, 1992). Os avanços tecnológicos da medicina são importantes na superação desses obstáculos, mas o conhecimento científico por vezes não apresenta soluções definitivas para muitos problemas e é exatamente a indefinição e o não-saber que mais apavoram a mente humana. Nesse sentido, a hanseníase ocupou um importante exemplo para a humanidade de como uma representação em torno de uma doença pode trazer sentimentos exagerados de medo e angústia.

Em 1874, o médico norueguês Armauer Hansen isolou as células leprosas de Virchow e encontrou a presença de bacilos, os agentes da infecção, dando bases científicas para a prática antiga de controlar e isolar o doente (Queiroz, 1997). De tal forma, a construção social feita sobre essa doença, ainda na Antiguidade, resiste ao tempo e, mesmo com a descoberta da cura, a lepra de outrora continuou a assombrar. Tenta-se, acertadamente, mudar a nomenclatura para minimizar o preconceito, substituindo o termo lepra, uma vez que ele traz significantes pejorativos, como indignidade e impureza (Mendes, 2007; Nicoletti, 1992).

Mesmo mudando o nome, e campanhas de esclarecimentos sendo feitas, o horror ainda perdura. Há outros nomes, como *MorbusPhenicius,E lefantíasisGraecorum, Tsaraath, Morféia.* Na realidade, muitos desses nomes descreviam doenças muito parecidas com hanseníase, mas por falta de rigorosos critérios no diagnóstico, muitas patologias com manifestações similares confundiam os profissionais da medicina e a população, em função da variedade de significantes.

A história de exclusão começou com a tradução do hebraico para essa doença que acomete a pele, deixando-a com característica escamosa. Passou a ser denominada como algo relacionado à sujeira, causando asco na população ao perceberem traços da doença nas pessoas infectadas. Acreditava-se que a causa do mal, além de ser de origem divina, guardava estreita relação com a sujeira, refletindo inclusive na aparência

daqueles que padeciam da lepra. Afinal, o sujeito uma vez acometido pela doença, estava condenado à mendicância, vestia-se de farrapos e vivia às margens das cidades em situações miseráveis. Atualmente, os sanitaristas defendem o posicionamento de que a falta de saneamento básico e as condições precárias de higiene são favoráveis à proliferação do bacilo causador do mal de Hansen (Bakirtzief, 1994).

A lepra ocupa um lugar no imaginário coletivo, como afirma Débora Minuzzo (2008). A representação social é a de uma doença considerada como um castigo divino, em razão do cometimento do "pecado original", ou seja, a prática sexual desregrada. O doente de lepra não era apenas um doente com comprometimentos físicos, mas acima de tudo moral, devido à suposição da origem do mal. Assim, o termo leproso passou a ser sinal de ofensa, injúria. Ainda nos dias atuais, há quem se refira à hanseníase usando o termo lepra, inclusive os pacientes hansenianos recorrem a esse termo, denotando a carga de preconceitos que teima em persistir.

O afastamento dos doentes das cidades não era apenas uma medida profilática, mas também uma punição devido ao pecado que teriam cometido. O leproso representava uma ameaça à sociedade, pois seria alguém "poluído". Segundo Minuzzo (2008), o doente era alvo de caridade da Igreja Católica, numa situação favorável para esta instituição demonstrar ao público modelos de compaixão. Seguindo os preceitos da Idade Média, o cuidado e a dedicação aos leprosos eram tidos como a prática do bem supremo, devendo-se prestar assistência às pessoas que viviam às margens das cidades e em condições desumanas, sobrevivendo com migalhas e desapropriadas de qualquer direito.

No caso da lepra na Europa, decorrente dos movimentos de tropas em função das Cruzadas, a crise financeira se abateu sobre aquele continente, acentuando os problemas já enfrentados por causa das guerras. Como havia poucas condições sanitárias nas cidades, e não havendo como tratar as pessoas doentes, a solução foi recorrer a medidas de segregação para poder ter melhor controle, mesmo que o discurso oficial fosse revestido de argumentos humanitários (Goffman, 1982).

Em relação à permanência dos temores e das fantasias sobre a "lepra" da Antiguidade, Bakirtzief (1994, pp. 57-58) acrescenta:

> A ignorância sobre a doença, por exemplo, favorece a busca de teorias populares, fortalece os mitos, as fantasias, e enfatiza as impressões superficiais mais marcantes da doença, como a pele e suas deformidades, perpetuando, desse modo, as imagens icônicas a ela associadas, como o ícone de São Lázaro, cujas feridas são lambidas por um cão, ou aqueles leprosos vestidos em farrapos e habitando cavernas.

A questão do medo do contágio e do nojo de entrar em contato com as pessoas infectadas, pudemos também perceber nas queixas das pacientes no campo de pesquisa. Falavam de conhecidos e parentes que evitavam comer ou beber em suas casas quando sabiam que estavam portando a doença. Alguns relatos mencionam afastamentos definitivos, mesmo quando os envolvidos conhecem a forma de transmissão da doença e sabem que a cura ocorreu, não havendo qualquer perigo.

De acordo com Michel Foucault (1987) a lepra começou a desaparecer na França, Alemanha e Inglaterra no século XIV, não por motivos de assistência médica de qualidade, mas como resultado da segregação que essas pessoas sofreram durante séculos. Além disso, nessa época chegava ao fim as Cruzadas e isso reduziu o fluxo de viajantes entre o Oriente Médio e a Europa.

> Aquilo que sem dúvida vai permanecer por muito mais tempo que a lepra, e que se manterá ainda numa época em que, há anos, os leprosários estavam vazios, são os valores e as imagens que tinham aderido à personagem do leproso; é o sentido dessa exclusão, a importância no grupo social dessa figura insistente e temida que não se põe de lado sem se traçar à sua volta um círculo sagrado. (Foucault, 1987, p. 6)

O diagnóstico de lepra condenava a pessoa à morte social, uma vez que não poderia mais conviver com seus familiares e todos os contatos com outras pessoas passavam a ser restritos. Conforme Foucault (1987) foi um mal a assombrar a humanidade até o século XV, quando apareceram as doenças venéreas e passaram a ocupar esse lugar, deixando a hanseníase em segundo plano, principalmente por causa da descoberta das Américas e o fato de a sífilis ter sido levada para a Europa pelos marinheiros. “Nasce uma nova lepra, que toma o lugar da primeira. Aliás, não sem dificuldade, ou mesmo conflitos, pois os próprios leprosos também sentem medo” (Foucault, 1987, p. 7). Na passagem do século XIV

para o XV houve redução no número de detecção de novos casos também em função da melhoria da infraestrutura das cidades.

Nessa mesma época houve a transformação dos lazaretos em hospitais, não mudando a natureza desse tipo de instituição, que continuou sendo ocupada por classes excluídas, como os loucos (Ornellas, 1997). Ainda nesse contexto, a Igreja continuava sua política dúbia de caridade, pois seus cuidados muitas vezes se transformavam em punição aos doentes, afinal, o isolamento racionalmente empregado, numa prática para manter a ordem nas cidades, servia também para afastar os "impuros". Sem a pandemia da lepra, essa prática higienista era feita com os loucos, libertinos, prostitutas e criminosos com quaisquer características. Na realidade, não havia distinção entre nenhum deles aos olhos dos opressores. Todos eram considerados proscritos e deviam ser afastados da sociedade.

A prática de isolamento de pacientes com hanseníase foi utilizada por um longo período em vários países. No Brasil, até a década de 1920 o isolamento não era compulsório, e sim voluntário. Depois desse período, tornou-se a principal medida profilática. Nessa época são criados os asilos-colônias, cujo objetivo era abrigar e isolar os doentes sob o argumento de proteger a população sadia. A situação da saúde pública no país agravava-se com o crescimento populacional e a prática do isolamento compulsório auxiliava na resolução de alguns problemas socioeconômicos (Ornellas, 1997). Sendo assim, é necessário discorrermos sobre como ocorreu tais medidas em território brasileiro.

Brasil: a contextualização das políticas públicas voltadas para a hanseníase

As práticas higienistas das políticas de saúde no combate à hanseníase

No que concerne ao desenvolvimento de políticas públicas voltadas para a hanseníase, vale resgatar a forma como ela foi abordada e tratada desde o surgimento dos primeiros focos no Brasil, possibilitando a compreensão do desenvolvimento das ações de saúde no combate à hanseníase, retratando principalmente a singularidade do contexto amazônico no bojo de políticas de saúde.

Em sua obra *A Morféa no Brazil especialmente na Província de São Paulo*, o médico José Lourenço de Magalhães retrata a preocupação com o alastramento da lepra em algumas províncias do país. De acordo com o autor, após estudos de Faivre, em 1844, sobre as águas termais da província de Goiás, as quais eram consideradas terapêuticas, o pesquisador enviou a um ministro do Império os resultados de seus estudos e uma carta na qual descrevia uma série de medidas higiênicas com a intenção de prevenir o desenvolvimento descontrolado da lepra em território brasileiro.

Faivre sugeria duas medidas urgentes a serem tomadas para que se controlasse a lepra: fazer um levantamento estatístico da doença no país e a "lei do sequestro", pois como imaginava que o mal era de origem hereditária, preconizava que os infectados não deveriam se reproduzir. Dessa forma, acreditava que não ocorreria a perpetuação de uma "prole morfética" e uma geração inteira de "moribundos". A Academia Imperial de Medicina coadunava com as sugestões, julgando "que esta medida, independentemente de quaisquer estudos e ilustrações ulteriores acerca da morféia" poderia "produzir bens reais para o país" (Magalhães, 1882, p. 7).

A obra de Magalhães (1882) relata ainda que os europeus ocuparam-se de fixar os limites geográficos da lepra. Em uma referência, datada de 1875, apresentava o Brasil como o país que possuía o maior foco da doença e no qual ela era mais frequente. O autor julga os europeus inexatos com base no levantamento estatístico da morféia no Brasil, uma vez que apenas três províncias registravam com mais constância o surgimento de pessoas infectadas: São Paulo, Mato Grosso e Minas Gerais. Diante das análises de documentos, com a descrição da fisionomia dos indígenas, concluiu que não havia lepra entre os índios antes da chegada dos europeus. Portanto, a lepra vinha mesmo da Europa e tinha chegado ao Brasil com os colonizadores. Em outras palavras, o problema estaria de fato ainda no velho continente.

Para Souza-Araújo (1946) citado por Ornellas (1997),[3] o tráfico de escravos não teve significativa contribuição para a entrada da doença no Brasil, apesar dos focos existentes na África e muitas pessoas escravizadas estarem infectadas pela lepra ao serem trazidas para o Brasil. A redução

[3] Souza-Araújo, H. C. (1946). A situação da lepra nos tempos dos vice-reis. In *A história da lepra no Brasil* (pp. 1680-1808). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional.

da lepra em Portugal, assim como em toda Europa no século XVI, não se refletiu nas colônias da Ilha de Açores e da Ilha da Madeira. A doença permaneceu endêmica e foram principalmente dessas ilhas que vieram grande parte dos colonos para o Brasil. Foi, então, que o Rio de Janeiro se tornou a província com maior número de casos.

Outro marco nas políticas de saúde que levaram às práticas de assistência às pessoas vivendo com lepra ocorreu na década de 1920. Ornellas (1997) ressalta que tais ações foram marcadas pelo autoritarismo: os pacientes eram obrigados a se internarem nos asilos e qualquer um considerado "suspeito" tinha que fazer exames sob força policial. Além do mais, as mães eram obrigadas a se separarem de seus filhos, vedando-se qualquer contato com eles. As políticas públicas eram voltadas para a preservação da mão de obra, destinando-se aos cuidados com a força de trabalho. Nessa perspectiva, o intuito não era tratar os doentes de lepra, era proteger quem não havia sido acometido pela doença.

Ornellas (1997) lembra o quanto os problemas de saúde pública sempre estiveram interligados com a situação socioeconômica e política do país. A década de 1920 foi caracterizada pelas atividades cafeeiras que tinham aumentado consideravelmente a população brasileira em função da entrada de inúmeros imigrantes. As mazelas sociais agravavam-se com a falta de infraestrutura e as políticas públicas nesse contexto socioeconômico eram de fundamental importância para o controle do espaço, da mão de obra e na prevenção das doenças endêmicas que dizimavam grande parte dos trabalhadores. Dentre essas doenças, a lepra era uma das que causava preocupação para o Estado, uma vez que a pessoa contaminada era vista como um foco da moléstia, sendo um potencial transmissor do bacilo, portanto, eram considerados perigosos e deveriam ser afastados impiedosamente. Repercutindo dessa maneira, a prática higienista era adotada frente a muitas outras situações.

A segregação das pessoas que padeciam do mal de Hansen era defendida pelas autoridades governamentais, médicas e acadêmicas. Souza-Araújo (1933), médico e responsável por traçar o perfil epidemiológico da lepra no Brasil, foi um dos principais idealizadores dos projetos de construção dos asilos-colônias, os quais caracterizavam-se pela produção agrícola. A mudança de modelo asilar deu-se ao final da década de 1920 e mais uma vez acreditava-se que o isolamento era a principal medida no

controle da epidemia, inclusive, com a torcida de que essa prática poderia eliminá-la. O "benefício" dessa exclusão pautava-se no ideal de proteção da coletividade, mas o discurso era atrelado aos interesses da classe dominante, distinguindo a maneira como seriam tratados os doentes ricos e os pobres. Os ricos poderiam viver isolados em seus domicílios de acordo com seus bens e os pobres deveriam obedecer a norma de internação nos estabelecimentos para leprosos.

A hanseníase no contexto amazônico

Considerando a proposta deste trabalho, é necessário situar de qual espaço geográfico estamos falando. Rondônia está localizada na Amazônia Legal. De acordo com H. Silva (2006, p. 78), "a Amazônia Legal brasileira é formada por nove Estados, ocupa 61% do território nacional e tem 12.5% do contingente populacional do país. São mais de cinco milhões de quilômetros quadrados de terras e águas". Essa vastidão amazônica denota as disparidades existentes no acesso aos serviços básicos de saúde, educação, entre outros fundamentais para promoção e manutenção de saúde.

H. Silva (2006, p. 79) relata que, "embora a Amazônia Legal tenha o maior contingente populacional rural do país, pouco se sabe sobre a diversidade sociocultural dessas populações e muito menos é conhecido sobre sua situação de saúde".

Nesta pesquisa foi possível entrar em contato com mulheres que residiam ou residem em lugares muitos distantes, longe de qualquer assistência, mínima que seja. Isso reforça a sensação de abandono e a atitude de postergar a procura por ajuda ou em seguir as recomendações dos profissionais de saúde.

Cabe destacar o perfil das mulheres entrevistadas e salientar o contexto socioeconômico e geográfico em que estão inseridas. Residem em municípios do interior do estado de Rondônia ou do Amazonas. No geral, são lugarejos afastados, sendo a maioria sítios de difícil acesso, considerando o clima e as características da região amazônica. São estradas que no período das chuvas, que comumente duram seis meses do ano, ficam praticamente isoladas. Esse é um aspecto que dificulta seguir corretamente o tratamento, sendo necessárias regulares consultas médicas e/ou ses-

sões de fisioterapia, destacando esta última como primordial para pacientes de pós e pré-operatório. Afetadas por essas condições, encontramos Rita, que precisava caminhar horas em uma estrada que ficava completamente inundada no período das chuvas sazonais.

É difícil para uma mulher se cuidar, quando precisa ir até um riacho lavar roupa, ficando com os pés sempre molhados e, depois disso, usar um fogão à lenha, podendo pisar em brasas sem a sensação da dor para alertar dos perigos que enfrenta.

Conforme H. Silva (2006), pouco se conhece sobre a população ribeirinha, cabocla, ou melhor, as comunidades das áreas rurais, pois pouco ocupam as pesquisas e estatísticas do âmbito da saúde. Este mesmo autor utiliza a expressão de um antropólogo britânico para caracterizar essa parcela da população, a qual é denominada por tal pesquisador como "população invisível". Destaca o quanto de nascimentos e mortes acontecem nos rincões da Amazônia sem chegar ao conhecimento das estatísticas, denunciando o descaso ou a falta de ações viáveis para essas populações, por parte do poder público.

O Brasil obteve melhores índices e alcances de importantes metas estabelecidas pela Organização Mundial de Saúde e demais esferas que regulamentam as ações de saúde no país, contudo, é perceptível que tais alcances acontecem com maior efetividade nos grandes centros urbanos e com maior dificuldade nas áreas rurais. A Amazônia é um retrato desses acontecimentos: as áreas urbanas possuem maior atenção à saúde e também em relação aos demais setores que a compõe, em detrimento da zona rural, que quando recebe tais investimentos acontece de forma irregular e descontextualizada.

Sobre a proliferação da hanseníase na Amazônia, os autores D. Silva, Souza-Santos, Hacon e Ignotti (2010, p. 268) destacam:

> A Amazônia brasileira se caracteriza por ocupação recente e por um acelerado fluxo migratório, que levou, nas últimas três décadas, ao desmatamento de cerca de 10% de sua área (6, 7). A maior parte do desmatamento na região concentra-se ao longo de um "arco" que abrange desde o sudeste do Maranhão até o norte de Tocantins, o sul do Pará, o norte de Mato Grosso, Rondônia, o sul do Amazonas e o sudeste do Acre. A hanseníase usualmente atinge populações menos favorecidas. Entretanto, ainda que a pobreza possa estar intimamente relacionada à incidência dessa doença,

> outros fatores podem interferir na resposta adaptativa do ser humano a um agente nocivo. Segundo Woodward et al. (8), 'o crescimento econômico destrutivo, a redução de estoques de capital, a rigidez política, o isolamento geográfico, a dependência em relação a serviços e informações são fatores que, total ou parcialmente, afetam a capacidade da população de elaborar respostas adaptativas à deterioração da saúde.'

A região amazônica é uma área de fronteiras que recebeu no passado e que continua recebendo - conforme as políticas de habitação dessa região do país - muitos fluxos migratórios. Pode concentrar-se nesse aspecto uma das dificuldades de controle da hanseníase, uma vez que os serviços de saúde não atendem a demanda em função das peculiaridades da população e do espaço geográfico.

Para D. Silva et al. (2010, p. 271), os fatores citados acima contribuíram sobremaneira para o aumento dos índices de hanseníase na Amazônia e para a dificuldade de controle e erradicação da mesma:

> Tomou-se como premissa que o fenômeno migratório próprio da região da Amazônia brasileira interfere na organização social, no aumento acentuado e rápido da demanda por serviços públicos e na infraestrutura local. Ficou evidente a magnitude da hanseníase na região do arco do desmatamento, que é entendida como o caminho por onde avança a colonização, e, consequentemente, a degradação da floresta amazônica no território brasileiro.

Sobre essa incidência, a pesquisa de Lins (2010, p. 172) apresenta:

> A despeito das muitas iniciativas colocadas em curso para diagnosticar e tratar os doentes, o aumento na detecção de casos novos aponta para a permanência das condições responsáveis pela alta prevalência da doença no Brasil, em especial na Amazônia. Na última década, a expansão da atenção básica de saúde, principalmente através do Programa de Saúde da Família (PSF), teve como um dos objetivos o enfrentamento da alta prevalência de doenças endêmicas, entre elas a hanseníase, nos municípios que contavam com menor infraestrutura de saúde.

Nesse sentido, Oliveira (1995, p. 104) defende que fatores socioeconômicos influenciam tanto o nível de vulnerabilidade às doenças como a resposta que o sujeito infectado pode oferecer no sentido de superar a moléstia. "A pobreza, as más condições de vida, de moradia, a desnu-

trição, o estresse favorecem a acentuam as enfermidades já existentes, sejam infecto-contagiosas ou não."

A hanseníase é uma doença que afeta predominantemente as classes menos favorecidas. Deve-se considerar que as regiões nas quais há maior número de detecções de casos da moléstia situam-se na região Centro-Oeste, Norte e Nordeste do país, pois são exatamente nesses lugares que encontramos os maiores déficits em saneamento básico, assim como de acesso da população à rede pública de educação e de saúde. A região amazônica, com sua vastidão continental e os vários obstáculos quanto aos meios de transporte e comunicação, favorecem que a doença se cronifique.

O redimensionamento da assistência em saúde no Brasil

Conforme Marcos Queiroz (1997), houve orientação em relação às ações de saúde, aliando medicina clínica com a saúde pública. Essa nova perspectiva culminou na mercantilização das medidas do setor saúde. "As ideias mais intensamente propagadas neste período é que a doença e a miséria não seriam controladas com maiores gastos em serviços de saúde, mas com o desenvolvimento econômico que levasse à maior independência da sociedade" (p. 28).

As propostas desse modelo tecno-assistencial, com base em serviços integrados no âmbito coletivo e individual, permanentes e planejados pelo governo, foram rechaçadas em 1964, inaugurando-se outra estruturação do modelo assistencial com o regime ditatorial implantado e o receio de que ações de tal tipo favoreceriam movimentos de massa e isso incomodava os militares. Minimizava-se a força de políticas de saúde pública e ampliava a comercialização da assistência médica, incluindo o setor previdenciário. Essa nova característica do modelo médico-assistencial fortaleceu a prática de medicalizar e privatizar a saúde, acontecendo os movimentos sanitaristas, apenas, em algumas regiões.

O período da ditadura militar caracterizou-se pela forte centralização do poder político, financeiro e da estruturação do sistema de saúde. Houve grandes investimentos na esfera privada, propiciando seu crescimento e consequentemente houve o sucateamento da saúde pública. "Esta am-

pliação do poder de intervenção estatal permitiu um enorme crescimento do setor privado, provedor direto ou indireto de equipamentos e de serviços médicos, propiciando a mercantilização e o empresariamento da medicina numa escala nunca antes atingida" (Queiroz, 1997, p. 29).

O aparecimento de Departamentos de Medicina Preventiva e Social nas universidades brasileiras, segundo Queiroz (1997), foi fomentado pela Organização Pan-americana de Saúde e pelo Centro Brasileiro de Estudos e Saúde (CEBES). Dessa maneira, foi possível despertar para um pensamento crítico da situação vigente na qual o sistema de saúde estava engendrado. Essa criticidade permitiu repensar o modelo de saúde, em meados da década de 1970, surgindo a ideia de uma reforma sanitária que pudesse oferecer os serviços de saúde a uma maior parcela da população e com melhor qualidade.

Um movimento importante nessa resistência foi o Movimento Sanitário.

> Esse movimento foi formado basicamente pelos intelectuais progressistas do setor e tinha como objetivos constituir-se enquanto um saber contra-hegemônico, de crítica ao modelo dominante de atenção à saúde e produzir uma reforma nas políticas e práticas de saúde que vigoravam no Brasil, de forma a possibilitar a obtenção efetiva da saúde por toda a população. Ou seja, buscava-se a democratização e a instituição de um novo sistema nacional de saúde, utilizando-se para isso a tática da ocupação dos espaços institucionais e a participação ativa no processo de formulação e implementação das políticas de saúde. (Dimenstein, 1998, p. 5)

O nascimento dessas mudanças teve início exatamente com o processo de redemocratização no Brasil, na metade da década de 1970, permitindo uma maior participação da sociedade civil nos planejamentos e nas decisões relacionadas aos direitos e deveres do cidadão, participando ativamente na organização e ampliação das políticas relacionadas aos direitos civis. O retorno à democracia, após o período da ditadura, permitiu, no âmbito da saúde, por meio das Conferências Nacionais de Saúde, uma participação ampliada do cidadão na busca da reorganização do modelo assistencial em saúde (Queiroz, 1997).

Com a intenção de rever a conceituação de saúde e a própria forma de lidar com o processo saúde-doença, em 1978 aconteceu uma conferência

sobre os cuidados primários em saúde. Nesse evento, houve a proposta de ampliar a atenção primária e cuidar da saúde tomando por base as questões sociais e a família, abandonando o aspecto estritamente clínico (Rosa & Labate, 2005). Tal proposta veio a ser implementada no Brasil apenas em 1993 com o Programa de Saúde da Família, cujo propósito fundamental é trabalhar a Atenção Básica, cuidando da saúde integral da população por áreas delimitadas, e que se articulem a intersetorialidade, de um dispositivo de extrema importância para a ESF (Estratégia de Saúde da Família), pois uma política de saúde requer a interlocução entre setores e espaços geográficos.

Sobre esses setores disciplinares, Dina Czeresnia e Freitas (2003, p. 46) acrescenta:

> As ações próprias dos sistemas de saúde precisam estar articuladas, sem dúvida, a outros setores disciplinares e de políticas governamentais responsáveis pelo espaço físico, social, simbólico. Essa relação entre intersetorialidade e especificidade é, não obstante, um campo problemático e deve ser tratado com cuidado, pois sustenta uma tensão entre a demarcação dos limites da competência específica das ações do campo da saúde e a abertura exigida à integração com outras múltiplas dimensões.

Outro dispositivo lançado pela ESF é o controle social, que consiste na participação dos usuários de forma efetiva na elaboração de serviços e novas políticas para o SUS. Por meio da criação dos Conselhos de Saúde, nas esferas municipal, estadual e nacional, a população pode se tornar capaz de participar de forma organizada e efetiva na fiscalização, no planejamento de estratégias em saúde e na execução de novas políticas nesse setor. A implementação da estratégia de saúde da família preconiza a promoção de saúde.

Czeresnia e Freitas (2003, pp. 47-48) tem uma importante conceituação de promoção de saúde, que cremos ser essencial citar, tendo em vista esta proposta. Nesse novo modelo de saúde não basta orientar-se pelos estudos epidemiológicos que embasam as ações preventivas em saúde.

> A ideia de promoção envolve a de fortalecimento da capacidade individual e coletiva para lidar com a multiplicidade dos condicionantes da saúde. Promoção, nesse sentido, vai além de uma aplicação técnica e normativa, aceitando-se que não basta conhecer o funcionamento das doenças e encontrar mecanismos para seu controle. Essa concepção diz respeito ao for-

> talecimento da saúde por meio da construção de capacidade de escolha, bem como à utilização do conhecimento com o discernimento de atentar para as diferenças e singularidades dos acontecimentos.

Assim, para que ocorra a promoção de saúde, a territorialização é uma das bases da ESF, necessária para o planejamento de ações específicas e do cuidado com a população, considerando o seu contexto histórico-cultural, político-econômico e social. Permite ainda um olhar mais atento às necessidades da comunidade, singularizando o atendimento. As estratégias de planejamento devem ou deveriam ser idealizadas e executadas de acordo com as necessidades do território. Território deve ser entendido não apenas como um espaço geográfico, mas sim como manifestação de história, cultura, características singulares de uma determinada população e/ou comunidade.

A perspectiva sanitarista e de uma epidemiologia social, da qual a ESF deriva, propõe que as políticas de saúde devem traçar e efetivar suas práticas para a educação e prevenção dos problemas, promovendo a autonomia dos sujeitos por meio da promoção de saúde, substituindo as práticas "higienistas" e curativas, por educação em saúde, priorizando a perspectiva construtivista do processo saúde/doença como destacado no início deste trabalho.

Discussão do panorama da Hanseníase e as políticas públicas

Percebemos, então, com este breve panorama das políticas de saúde pública no Brasil, que as doenças que afetam sobretudo a população mais carente, como o mal de Hansen, foram tratadas desde seu surgimento no país. Tal doença permanece sendo referenciada atualmente como um problema de saúde coletiva e muitas das medidas adotadas configuraram-se como herança da lepra, sempre vista pela ótica do preconceito e de seus estigmas.

O tratamento da lepra, de modo geral, sempre priorizou a segregação, uma vez que não conheciam sua causa. Essa lógica de tratamento, acentuadamente dolorosa e ineficaz, permaneceu por anos, mesmo com a descoberta de remédios que podem curá-la, com o aparecimento da sulfona em 1944.

A construção do modelo de saúde brasileiro aconteceu num bojo de grandes transformações políticas do país, mudando o foco da atenção, voltando-se aos poucos para uma ação preventiva, setorial e focada no interesse coletivo. Entretanto, não deixa de ser um "negócio", com forte domínio do mercado que lucra com grandes volumes de medicamentos e planos de assistência, sempre se valendo de seus representantes políticos e do forte corporativismo. Conforme Santos (2006, p. 58), "A ideologia neoliberal produziu um retrocesso histórico à origem do bem-estar social, que sai da esfera do público e passa para o âmbito do privado".

Com a Carta de Ottawa (1986), inaugurou-se um novo conceito na concepção de saúde pública, como o total bem estar biopsicossocial da pessoa e não somente a ideia de saúde como a ausência de doença. Com base nessa conceituação, era necessário buscar atender o paciente em sua integralidade a partir da ótica multifatorial para a compreensão do doente e das patologias, uma perspectiva fundamental para a prevenção, o tratamento e a reabilitação da pessoa enferma.

A história da hanseníase demonstra, além de práticas higienistas, uma falta de consciência do adoecer e da experiência de vida. A doença é concebida como uma realidade própria e desconectada de toda complexidade e dos significados que compõem esse universo, perfazendo a prática médica o modelo cartesiano de saúde e vendo o paciente de hanseníase como um corpo doente, apenas com seus órgãos e funções. A reorganização da assistência em saúde, de forma a ser orientada pelo modelo biopsicossocial, parece ainda estar no plano da retórica, especificamente com relação a esse grupo de pacientes.

É possível perceber que a hanseníase é uma patologia que tem uma história, é influenciada por ela e, consequentemente, recebe influências da sociedade na qual se manifesta. O conceito biopsicossocial, visão integralizada de disciplinas, e a superação da fragmentação das ciências inauguram uma nova perspectiva do processo saúde/doença. Essa ótica viabilizaria melhor compreensão da patologia, considerando todos os fatores que a engendram, inclusive as representações sociais que contribuem sobremaneira para o preconceito, estigma e a prática excludente desses pacientes durante séculos. Contudo, a racionalidade científica, principalmente do campo da medicina, prioriza a causa, as explicações e as origens das patologias, transformando-as em amontoados de concei-

tos científicos, e desconsiderando o processo saúde/doença como manifestação de vida.

De um modo geral, em relação à educação e considerando essa importante ferramenta no combate de qualquer doença, verificamos que as mulheres entrevistadas enfrentaram muitas dificuldades para obterem o mínimo de instrução formal. As dificuldades podem ser encontradas: nas limitações impostas pela doença, como é o caso de Jovita, que abandonou os estudos pelo medo do preconceito e pelas fortes dores causadas pela hanseníase; nos fatores sociais, como a localização geográfica em que residem ou residiam; ou ainda no fato de serem mulheres e como tal serem impedidas de desfrutarem do saber, como podemos ver nas histórias de Joaquina, Rita e Tereza, que precisaram trabalhar para ajudar os pais e, depois, os maridos.

Com Luzia e Rita a expectativa era que a doença fosse algo passageiro, que em pouco tempo estariam livres. Luzia imaginava poder voltar para o trabalho na roça e descobriu que a doença implicava cuidados, incompatíveis com dias debaixo do sol ou com os pés dentro d'água, atividades laborais comum às mulheres campesinas ou ribeirinhas da região amazônica. "*Pensei que fosse tomar o remédio e ficar normal, que não fossem aparecer essas coisas tudo".* Rita ansiava pelo fim das manchas e, por isso, desesperou-se ao descobrir as sequelas nos olhos e o aparecimento de úlceras nos seus pés, que lhe ameaçavam com o fantasma da amputação: "S*e eu ficar aleijada prefiro morrer. Isso é melhor que ficar dependendo dos outros".* Somente após dez anos da descoberta da infecção em seu organismo é que pôde compreender que necessitará de cuidados específicos por um longo tempo e que sua vida camponesa havia ficado limitada por uma doença.

Considerando as dificuldades apresentadas nos fragmentos das histórias mencionadas acima podemos inferir que a reorganização do modelo de saúde vigente teve importantes contribuições às populações que vivem em regiões mais isoladas, de difícil acesso ao sistema de saúde. Contudo, também é possível observar que há dificuldades na implementação das estratégias na região amazônica. Segundo D. Silva et al. (2010, p. 273):

> Sabe-se que a organização do espaço geográfico em microrregiões auxilia no planejamento da rede de referência do Sistema Único de Saúde (SUS).

> Concluiu-se que o coeficiente de detecção de hanseníase, que representa a magnitude da doença, está associado a indicadores de condição de vida e modo de ocupação territorial na Amazônia brasileira.

Ao considerar tal afirmação faz-se necessário retomarmos a discussão de como o fluxo migratório nessa região, desde o início de sua ocupação que ocorreu por meio de incentivos governamentais as quais reforçavam as políticas de colonização, impulsionou desordenamentos ambientais e sociais que implicaram na falta de infraestrutura para as cidades, acarretando prejuízos para população no que tange a educação, saúde, saneamento básico, condições de vida que compõe o processo de saúde/doença. Portanto, salienta-se que esse pode ser um dos principais complicadores para erradicação e eliminação de doenças como a hanseníase, tendo em vista o crescimento desordenado da população e a dificuldade de abrangência dos serviços de saúde.

Considerações finais

Além dos problemas inerentes à vida das pessoas acometidas pela hanseníase no contexto amazônico, ou os que lhes foram impostos, é preciso considerar também questões relacionadas ao funcionamento do sistema de saúde brasileiro, ou à qualidade da formação acadêmica de seus profissionais. Há vários relatos de diagnósticos tardios, mesmo os pacientes tendo procurado ajuda profissional. Com isso, receberam tratamentos inadequados, que podem ter mascarado o problema real. O diagnóstico errôneo ou tardio acarreta prejuízos que podem ser irreversíveis aos acometidos por esta doença, num contexto em que deveriam ter acesso e assistência aos serviços de saúde.

Não poderíamos deixar de enfatizar a importância da capacitação dos profissionais de saúde, principalmente aqueles que exercem suas funções nos postos de saúde, estratégia de saúde da família (ESF) e nos demais serviços públicos de saúde que atendem prioritariamente pessoas menos favorecidas. Considerando que a hanseníase não exige a utilização de tecnologias sofisticadas e que no geral acomete a população menos provida de recursos, as próprias instituições de ensino têm deixado-a em segundo plano, causando um déficit na formação dos profissionais, uma

vez que é bastante comum nos relatos dos pacientes uma verdadeira peregrinação em busca do diagnóstico em função da incapacidade de tais profissionais detectarem a hanseníase. Esse é um aspecto que por sua vez pode estar interferindo na falta de sucesso nos alcances das metas estabelecidas pela Organização Mundial de Saúde (OMS) e inaceitavelmente em pleno século XXI desencadeando sérias debilidades físicas àqueles que são diagnosticados erroneamente ou tardiamente.

O imaginário social em torno da lepra ainda guarda muitos resquícios da Antiguidade, mesmo após anos em que se recebe um tratamento diferenciado ao de outrora, tanto no que se refere ao significante com o qual nos dirigimos a ela, quanto ao emprego de uma terapêutica eficaz. Isso mostra que a representação social sobre a hanseníase, mesmo com as campanhas informativas, ainda vincula-se à lepra.

Essa questão leva-nos a pensar quais os efeitos de propagandas midiáticas na população brasileira e se elas têm obtido os resultados esperados tanto para o público leigo quanto para os profissionais de saúde. Embora tenha ocorrido a desativação dos lazaretos, o imaginário é de uma moléstia que causa ojeriza permanece. Sua história dificulta a eliminação do preconceito e das crenças que permeiam a simbologia da hanseníase.

A hanseníase é marcada por sua história e essas marcas muitas vezes são produzidas ou reforçadas pela sociedade. Seu acometimento extrapola-se dos corpos para as esferas relacionais, sendo responsável por prejuízos biopsicossociais.

Não poderíamos deixar de considerar o contexto no qual estão inseridas: a região amazônica com seus déficits no acesso à educação, saúde e sua peculiaridade geográfica, como já foi descrita no decorrer do texto. Muitos vivem com o mínimo para a sobrevivência, desprovidos de qualquer conforto. São fatores que influenciam na manutenção e cronificação das doenças vinculadas à pobreza.

Embora haja esforços para minimizar o estigma da hanseníase, encontramos representações e fatores que contribuem negativamente.

No geral, o impacto da doença na vida das pessoas infectadas pelo mal de Hansen foi e continua sendo permeado por uma série de sentimentos, sobretudo o medo e as incertezas, transparecendo suas dúvidas

em relação ao êxito do tratamento no que concerne a uma "cura completa", livre de qualquer sequela que as impossibilitem de realizar alguma atividade ou que lhes cause vergonha.

Diante das dificuldades impostas pela enfermidade relatada, torna-se evidente a necessidade de apoio, pois compreender as especificidades de cada pessoa no contexto que está inserida pode ser fundamental para o oferecimento de um serviço de saúde de qualidade, possibilitando melhor adesão ao tratamento e, consequentemente, trilhando uma meta segura para a eliminação da doença.

É necessário que os idealizadores dos programas de combate à hanseníase estejam atentos para as diferenças regionais, entre outros fatores que influenciam as formas de vivenciar a doença. Talvez, assim, as metas poderão ser alcançadas e, sobretudo, os padecentes dessa enfermidade obterão um atendimento de acordo com suas peculiaridades, facilitando a cura e prevenindo as incapacidades físicas ou o agravamento das sequelas neurais que causam tanto desconforto, provocando até mesmo a invalidez.

Obviamente que os avanços no tratamento da hanseníase são eficazes, os de cunho medicamentoso, ou os de reabilitação das incapacidades físicas por meio das fisioterapias. Todavia, os desdobramentos na vida das pessoas que vivem com hanseníase não se restringem aos aspectos biológicos ou físicos. Isso nos faz pensar que para se cumprir as metas estabelecidas pelas organizações de saúde para a redução da prevalência da hanseníase, é necessário mais do que uma abordagem clínica e/ou sanitária, pois o processo de adoecimento implica em outras questões envolvidas, como a compreensão das representações da doença, as quais estão relacionadas ao contexto social, cultural e histórico do meio no qual o indivíduo está inserido.

Referências

Bakirtzief, Z. (1994). *Águas passadas que movem moinhos: as representações sociais da hanseníase*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo.

Carta de Ottawa. (1986). *Conferência Internacional Sobre Promoção Da Saúde*. Acesso em 12 de novembro, 2009, em http://www.google.com.br/

search?hl=pt- BR&source=hp&q=carta+de+ottawa+1986&meta=&aq=1s&oq=Carta+de+ota

Czeresnia, D. & Freitas, C. M. (2003). *Promoção da saúde: conceitos e reflexões, tendências.* Rio de Janeiro: Fiocruz.

Dimenstein, M. B. D. (1998). O psicólogo nas unidades básicas de saúde: desafios para formação e atuação profissionais. *Estudos de Psicologia*, *3*(1), 1-21.

Foucault, M. (1987). *Vigiar e punir: nascimento da prisão* (L. M. P. Vassallo, Trad., 5ª ed.). Petrópolis, RJ: Vozes.

Goffman, E. (1982). *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada* (M. B. Mello Leite, Trad., 4ª ed.). Rio de Janeiro: Zahar.

Lane, S. T. M. & Codo, W. (Orgs.). (2012). *Psicologia social: o homem em movimento* (14ª ed.). São Paulo: Brasiliense.

Lins, A. U. F. A. (2010). Representações sociais de hanseníase em São Domingos do Capim: um estudo de caso na Amazônia. *PHYSIS Revista de Saúde Coletiva*, *20*(1), 171-194.

Magalhães, J. L. (1882). *A morféa no Brazil especialmente na província de São Paulo*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional.

Mendes, C. M. (2007). Conhecimento científico versus manutenção de crenças estigmatizantes - reflexões sobre o Trabalho do psicólogo junto aos programas de eliminação da hanseníase. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, *2*(1), 140-151.

Minayo, M. C. S. (2008). *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde* (11ª ed.). São Paulo: Hucitec.

Minuzzo, D. A. (2008). *O homem paciente de hanseníase (lepra): representação social, rede social familiar, experiência e imagem corporal.* Dissertação de Mestrado em Política de Bem-Estar em Perspectiva: evolução, conceitos e actores, Universidade de Évora, Portugal.

Ministério da Saúde. (2002). *Guia para o Controle da Hanseníase*. Brasília, DF: Autor. Acesso em 10 de novembro, 2009, em http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_de_hanseniase.pdf

Ministério da Saúde. (2008). *Secretaria de Vigilância em Saúde/Departamento de Vigilância Epidemiológica*. *Vigilância em Saúde: Situação Epidemiológica da Hanseníase no Brasil 2008. Manual do Programa de Controle de Hanseníase*. Brasília, DF: Autor.

Ministério da Saúde. (2009). *Sistema de Informação de Agravos de Notificação*. Brasília, DF: Autor. Acesso em 12 de novembro, 2009, em http://dtr2004.saude.gov.br/sinanweb/

Nicoletti, Ê. A. (1992). Aids no contexto hospitalar. In V. A. Angerami-Camon (Org.), *O doente, a psicologia e o hospital* (pp. 29-50). São Paulo: Pioneira.

Ornellas, C. P. (1997). *O paciente excluído: história e crítica das práticas médicas de confinamento***.** Rio de Janeiro: Revan.

Oliveira, M. H. P. (1995). Os *efeitos da hanseníase em homens e mulheres: um estudo de gênero.* Tese de livre docência, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP.

Queiroz, M. S. (1997). *A endemia hansênica: uma perspectiva multidisciplinar*. Rio de Janeiro: Fiocruz.

Rosa, W. A. G. & Labate, R. C. (2005). Programa de saúde da família: a construção de um novo modelo de assistência. *Revista Latino- Americana de Enfermagem*, *13*(6), 1027-1034.

Santos, V. S. M. (2006). Entidades filantrópicas & políticas públicas no combate à lepra: ministério Gustavo Capanema (1934-1945). Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em História da Ciência e da Saúde, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro.

Schmidt, M. L. S. & Mahfoud, M. (1993). Halbwachs: memória coletiva e experiência. *Psicologia USP*, *4*(½), 285-298.

Silva, D. R. X., Souza-Santos, R., Hacon, S. S., & Ignotti, E. (2010). Hanseníase, condições sociais e desmatamento na Amazônia brasileira. *Rev. Pan Salud Publica*, *27*(4), 268-275.

Silva, H. P. (2006). A saúde humana e a Amazônia no século XXI: reflexões sobre os objetivos do milênio. *Novos cadernos*, *9*(1), 77-94.

Souza-Araújo, H. C. (1933). *Contribuição à epidemiologia e prophylaxia da lepra no norte do Brazil.* Rio de Janeiro: Instituto Oswaldo Cruz.

Spink, M. J. P. (2011). *Psicologia social e saúde; práticas, saberes e sentidos* (8ª ed.). Petrópolis, RJ: Vozes.

Turato, E. R. (2005). Métodos qualitativos e quantitativos na área da saúde: definições, diferenças e seus objetos de pesquisa. (2005). *Revista Saúde Pública, 39*(3), 507-514.

Conceito dinâmico de juventudes e sua implicação na política pública

Alcimar Enéas Rocha Trancoso

Adélia Augusta Souto de Oliveira

Introdução

A palavra inserida em uma relação social, definida em um contexto histórico-cultural, é palavra-signo que comunica e representa, que "permite agir sobre as pessoas e sobre si mesmo, produzindo mudanças nelas e em si próprio [exercendo] poder ... sobre as pessoas [comandando] suas ações" (Pino, 2005, p. 148). Os conceitos são palavras penetrantes, tornadas social e culturalmente proprietárias de um poder especial, da capacidade de mudar o rumo das coisas, em um sentido dramático, de permitir a vida ou autorizar a morte. No campo político são capazes de reforçar a produção de certas subjetividades, de certos modos de ser, de determinados modos de agir sobre os grupos sociais.

Estabelecer um conceito é ter uma compreensão generalizante, ou seja, buscar uma única explicação para uma série de coisas que se inter-relacionam em movimento. Juventude, ou juventudes, é um conceito em andamento, em constante construção, posto que tanto os processos de reflexão como os empíricos se dão em um contexto, no qual os discursos e conteúdos são produzidos na teia de sentidos e significados que as pessoas tramam, entretecem em meio ao vivido, em um território sócio-histórico e cultural.

Este artigo é resultante de dissertação de mestrado, que analisa 189 documentos acessados integralmente (37 artigos científicos em sua íntegra, 32 teses e 120 dissertações, em seus capítulos sobre o conceito de juventude), publicados no período de 2007 a 2011, no banco de teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e na biblioteca eletrônica SciELO, pelo *Google* Acadêmico. Além disso, discute as características dos conceitos de juventude presentes na produção

acadêmica nacional vinculada às Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas e a implicação de seu uso na produção de política pública referente aos jovens e à juventude.

As questões que se apresentam são: quais são as concepções de juventude produzidas no contexto do conhecimento científico brasileiro? Quais são as implicações da adoção do conceito de juventudes para a política pública juvenil no Brasil?

Os resultados dessa análise apresentam o esforço de um exercício teórico e metodológico, ao mesmo tempo, de compreensão crítica interna e externa da produção de um campo de conhecimento e a apresentação do que distintos pesquisadores produzem sobre o conceito de juventude. A análise se deparou com o constante labor dos autores de se aproximarem desse conceito de forma sucessiva, recorrente, em um processo duplamente interativo: com o conceito em si e os pressupostos teórico-metodológicos para abordá-lo, e com as demais pessoas que desenvolveram essa mesma ação, através de suas obras.

Questões teóricas e operacionais vinculadas à produção desse conceito formam um substrato com capacidade fertilizadora. Essa pode reforçar permanências ou engendrar mecanismos de ruptura nas formas de conceber, e, portanto, lidar com as juventudes. Formas essas que podem estar expressas nas políticas públicas ou em suas epistemologias fundantes. A ampliação do conceito de juventude e os vínculos epistemológicos dos autores analisados representam formas de expressão desse grupo social como um amálgama de modos de ser jovem. A expressão **juventudes** também se constitui enquanto categoria pragmática e operacional.

Método

A metassíntese teve como objetivo mapear e discutir o estado do conhecimento da produção acadêmica no Brasil, nas áreas de Ciências Humanas, incluindo Linguística, Letras e Artes, e das Ciências Sociais Aplicadas, sobre o conceito de juventude, divulgada no site da CAPES, teses e dissertações, e no *Google* Acadêmico, artigos científicos, entre os anos de 2007 e 2011.

Utilizou-se de três etapas para a seleção dos documentos a serem analisados. A fase **exploratória**, que se caracterizou por estabelecer o

banco de dados inicial. Para isso, utilizou-se como filtro restritivo nos três tipos de documentos buscados a presença obrigatória da palavra **juventude / juventudes** no título e, para as teses e dissertações, também da expressão **conceito de juventude** no resumo. Selecionaram-se 534 documentos, sendo 163 artigos científicos, 68 teses e 303 dissertações.

Na segunda fase, **garimpagem**, que se caracterizou pela presença do conceito de juventude, realizou-se a leitura dos resumos de teses e dissertações e leitura de artigos científicos. Obteve-se um tratamento dos 534 documentos com base nos critérios: identificação geral da publicação, tema, fundamentos teóricos e método utilizado (Zanella & Titon, 2005). Adicionou-se o critério de presença de discussão do conceito de juventude. Foram selecionados, portanto, por este critério 213 documentos, sendo 37 artigos, 35 teses e 141 dissertações[1].

Na terceira e última etapa, denominada **análise de conteúdo**, procedeu-se a leitura e análise de 189 documentos acessados integralmente (37 artigos científicos em sua íntegra, 32 teses e 120 dissertações, em seus capítulos sobre o conceito de juventude).

No processo de leitura e análise da produção acadêmica obtida, foram estabelecidas as seguintes categorias para caracterização das reflexões dos autores: vinculação teórica, ampliação do conceito de juventude, características da condição juvenil, juventude e relação com a ideia de tempo e devir. Para cada categoria, perspectivas foram atribuídas e estão presentes no conteúdo deste texto, fundamentando a reflexão e a consequente associação de autores à determinada perspectiva.

A vinculação teórica adotada nos trabalhos analisados foi identificada nos itens em que os autores apresentaram o conceito de juventude. Não se referem necessariamente, portanto, à perspectiva teórica da obra como um todo, ainda que possa haver alguma coincidência. Além da explicitação, pôde ser identificada por dedução a partir dos enunciados produzidos, bem como dos autores utilizados para a discussão do

[1] Todos os 37 artigos foram acessados integralmente. Três teses e vinte e uma dissertações não tiveram o texto integral acessado, por isso apenas o resumo delas foi lido. A não disponibilização desse grupo de trabalhos nos bancos de dados virtuais, incluindo os repositórios virtuais das bibliotecas depositárias e o insucesso no contato com os autores, foi a causa do não acesso, já que esses foram os mecanismos utilizados para a obtenção dos trabalhos completos.

conceito. Esse exercício de análise pode resultar em reduções e dificultar o trabalho de evidenciar a produção de determinadas concepções teóricas e suas respectivas áreas de conhecimento. No entanto, partimos da descrição dos trabalhos consultados e analisados e, assim, estamos nos referindo a eles. Desse modo, a análise resultou em categorizações a partir das características conceituais apresentadas pelos autores sobre juventude.

Juventudes: um conceito dinâmico e em processo de ampliação

A análise empreendida permite afirmar a ampliação do conceito de juventude nas Ciências Humanas e Ciências Sociais Aplicadas a partir da produção acadêmica analisada. A inserção de aspectos históricos, sociais e culturais nas investigações é preponderante nas reflexões desse conceito. Os investigadores destacam a crescente importância adquirida pelo fenômeno juventude no cenário político-operacional e acadêmico. As razões dessa importância podem ser consideradas como um dos efeitos de ser uma construção social e histórica, uma herança histórica, resultante de intermitências intermináveis da confluência de condições materiais e psicológicas que se interpõem na formação de um *quantum* criativo (Vigotski, 2009). Como bem observa Dib (2007, p. 124), "os impactos das transformações vêm impondo novas formas de se conceber e instrumentalizar as noções sobre a juventude".

Nessa perspectiva, a ampliação do conceito de juventude é tanto uma imposição das transformações sociais e culturais da contemporaneidade como um resultado da concomitância de condições necessárias para isso. Assim, destaca Gorczevski (2007, p. 81), a ampliação assume "um vasto leque conceitual e operacional" e se torna um campo de disputas. Na mesma direção de Geber (2010), para quem esta situação traz junto não o consenso, mas a tensão, Ehlers (2007) afirma haver "uma diversidade de argumentações teóricas relacionadas à categoria juventude e seus significados" e, na verdade, "não há uma definição conceitual única, mas aproximações" (p. 26), e Simões (2007) entende que o conceito se amplia "na duração desta etapa do ciclo de vida, na abrangência do fenômeno para vários setores sociais, incluindo os jovens trabalhadores, nos elementos constitutivos da experiência juvenil e nos conteúdos da noção socialmente estabelecida" (p. 13).

Esses apontamentos corroboram com a perspectiva de produção de conceitos adotada aqui, baseada em Souza Santos (1997, 2012), Sawaia (2001) e Vigotski (1999), que valoriza a ideia de conceito-processo.

Outro fator é que essa ampliação conceitual, no campo acadêmico, ocorre como forma de resistência e superação ao fato de que as concepções de juventude mais prevalentes até então se originaram, como observa Maia (2007, p. 53), "da cultura e da sociedade ocidental capitalista, burguesa e liberal, do século XIX, marcada por caracteres definidores e legitimadores cientificistas". Essa gênese traz como uma de suas consequências a cristalização das divisões etárias, que tem seu início com o nascimento e fortalecimento da era industrial, quando o Estado assume múltiplas funções de proteção ao indivíduo. Esse era o contexto histórico e social. Essa separação pelos grupos etários cria a figura dos seres adultos, finais, e dos seres em formação: os jovens.

O estabelecimento da juventude como uma etapa específica do ciclo de vida, então, consolida-se na modernidade, como também observa Pires (2008). Alguns fatores como alongamento da vida escolar, retardo da entrada no mundo do trabalho e o desenvolvimento de uma cultura juvenil, especialmente ligada ao consumo, contribuíram para que isso ocorresse. Ainda segundo a autora, "observa-se, no entanto, que esses fatores variam de acordo com o contexto histórico e social" (Pires, 2008, p. 24).

Podemos considerar ainda que o enfraquecimento das instituições tradicionais de socialização – escola, família, trabalho –; o fortalecimento de posições contra-hegemônicas a respeito do comportamento das pessoas, como por exemplo os estudos de Margareth Mead (1975) sobre os moradores de Samoa; as críticas às promessas não cumpridas pela modernidade iluminista, referentes especialmente à evolução e supremacia das ciências na direção da construção de um mundo e de um homem melhor, robustecem os argumentos a favor de uma compreensão mais histórica, social e cultural dos processos de subjetivação e produção de significados e sentidos. Temos então o fortalecimento da compreensão, pelo menos no âmbito das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, da supremacia cultural sobre a biologia.

Essa preponderância cultural sobre os fatores biológicos (Pino, 2005; Vigotski, 1999) carrega em dificuldade a definição da categoria juventude (Rodrigues, 2009; Stamato, 2008), justamente pelo fato de envolver, além

das questões biológicas afeitas aos ciclos da vida, as questões sociais, históricas e culturais. Esse modelo plurilocular representa ordens e lógicas distintas, que se complexifica ao se considerar que a estabilidade atribuída às divisões etárias vigentes, apoiadas tanto pelo senso comum como por correntes científicas, não reflete o que de fato ocorre nesse campo, nos grupos sociais categorizados.

Rodrigues (2009, p. 41) alerta que, além da idade colocar a juventude e as demais fases do ciclo de vida em um quadro provisório, "essa complexidade que dá contornos difusos ao termo juventude está diretamente relacionada ao pressuposto de que a idade é também um fenômeno social, e não apenas biológico". Nessa mesma direção, Bourdieu (1983) via o estabelecimento de limites iniciais e finais entre grupos de idade como algo essencialmente arbitrário, a partir, quase sempre, de quem detém o poder. A entrada, ou saída, da juventude – do estado de, da idade de – aparece no decorrer da história como disputa política, manipulada a partir dos interesses de quem detinha o poder e se beneficiaria ou se prejudicaria com uma ou outra definição: os pais em relação à repartição da herança, os políticos em relação à sucessão das pessoas nos cargos, por exemplo.

Portanto, a construção histórica e cultural, ou seja, "a teia de sentidos e significados que envolvem o conceito de juventude certamente dificulta o estabelecimento de categorias capazes de abarcar todas as formas por meio das quais a sociedade percebe esse grupo geracional" (Rodrigues, 2009, p. 94). Isso, por si só, justificaria o investimento na ampliação desse conceito, bem como em um processo permanente de crítica a qualquer política pública estabelecida. Essa deve incorporar em suas proposições essa diversidade de concepções e de possibilidades de intervenção.

Juventudes: a dinamicidade conceitual que impõe mudanças às políticas públicas

O movimento de ampliação e de reflexão do conceito de juventudes, em sua dimensão complexa, pontua avanços significativos do ponto de vista conceitual, ao tempo em que as juventudes se constituem no alvo de determinada política de Estado. Essa, por sua vez, se preocupa em responder aos aspectos pragmáticos na implantação da política

pública e aos aspectos operacionais das pessoas abarcadas pelos seus parâmetros legais. Desse modo, sua afirmação conceitual da diversidade e pluralidade traz uma negação, no seu contraponto e crítica, tomando em conta a especificidade da circunscrição a códigos legais, quaisquer que sejam.

Dentre os 213 trabalhos selecionados na fase de **garimpagem**, 132 relacionam suas investigações às questões da política pública, sendo 98 de forma direta, tratando da avaliação de algum programa ou política social, ou sugerindo diretrizes e abordagens para a elaboração de políticas públicas específicas para os jovens; e 34 de forma indireta, tendo como ambiente de pesquisa locais onde alguma política pública se materializa, como escolas, assentamentos de reforma agrária e movimentos sociais, abordando, a partir disso, aspectos de políticas sociais referentes. Essa relação foi observada também em Sposito (2009) e Weisheimer (2009).

Outros dois fatores interligados que também desencadeiam processos que corroboram para essa ampliação conceitual e sua consequente incidência, pelo menos *a priori*, sobre as políticas públicas de juventude, são a proliferação de estudos sobre juventude e o fortalecimento das disputas políticas dentro dos campos acadêmicos e da gestão pública. Isso vem ocorrendo a partir de motivadores externos, advindos principalmente dos agentes governamentais e internos, provenientes diretamente dos grupos juvenis.

Dentre os motivadores externos destaca-se o estabelecimento de vários programas sociais vinculados às políticas públicas de/com/para a juventude, de acordo com a linguagem utilizada pelos documentos governamentais que tratam do tema. Com a instituição legal de populações prioritárias para as ações de Estado, nesse caso os jovens conforme entendidos pela respectiva política (Lei n. 11.129, 2005, que cria o Conselho Nacional da Juventude, CNJ, e a Secretaria Nacional de Juventude, SNJ), aumenta o volume de estudos devido tanto à demanda para fundamentar linhas governamentais de investimento e avaliar projetos executados, como à academia que volta o olhar para esse tema.

Outro motivador externo a destacar é o esforço de controlar ou governar as pessoas, traduzido naquilo que chamamos aqui de **fazedores de juventude**. Para muitos, esse empenho em gerir as vidas juvenis está diretamente relacionado com o estabelecimento de políticas públicas.

Diante de uma excessiva valorização, como classifica Silva (2011), os grupos juvenis chamam a atenção de muitos outros grupos. Dentre esses, os governos políticos que se esforçam na normatização de procedimentos, linhas estratégicas de ação e de investimentos públicos de forma a direcionar atitudes no presente e em relação à perspectiva de futuro. Lima (2009) aborda essa mesma perspectiva afirmando haver uma verdadeira **tecnologia de juventude** configurada pelos mecanismos institucionais, que objetivam claramente "guiar e conduzir, não apenas esta população, mas também os adultos para a vida sob a égide da normatividade da sociedade moderna, repleta de valores e proposições sobre saúde, raça, higienismo, correlatas aos ideários de progresso e desenvolvimento" (Lima, 2009, p. 22).

No mesmo caminho, Gulo (2011) lembra que, a partir dos apontamentos de Michel Foucault, uma explosão discursiva evidencia ser este um tema caro em relação ao investimento político e desenvolvimento de instrumentos de tecnologia de governo. O mesmo papel de **fazedores de juventude** é jogado pelas instituições de educação, especialmente as que atuam no processo socializador que atinge as pessoas saindo da infância; as exigências em torno do mercado de trabalho; o discurso midiático[2], mormente subjugado por interesses mercadológicos; a família e os grupos de pares. Assim, o controle pode ser identificado, como um forte mote, na relação de identidade hegemônica desses grupos e o jovem.

A relação entre a juventude e a política pública pode ser também vista a partir da efervescência e a quantidade de câmaras e conselhos municipais de juventude. Podemos acrescentar ainda a quantidade de políticas públicas de juventude identificadas no *Guia de Políticas Públicas de Juventude*, publicado pela SNJ em 2010[3]. Essa realidade pode ser ampliada se considerarmos a possibilidade de serem estabelecidas outras tantas a partir justamente dos conselhos que se estruturam localmente. Todas as políticas apresentadas pela SNJ estabelecem uma contrapartida do jovem para que participe, ainda que sejam questões inerentes à própria participação, como presença nas atividades oriundas de política ou nos índices de avaliação do desempenho dessa participação.

[2] Para Pais (1990), junto com os *mass media*, a sociologia funciona como fazedora de juventude ao reforçar imagens do senso comum sobre os jovens.

[3] Este documento trata de 18 grupos de políticas, sendo que dois deles possuem desdobramentos, como se fossem subpolíticas.

Portanto, a relação estabelecida entre os grupos juvenis em um mesmo atendimento de política pública e entre os jovens e o Estado é dinâmica. Tanto pode servir como espaço de construção de uma participação política propositiva do jovem, como pode estabelecer novos – ou reforçar antigos – processos de dominação.

Já entre os motivadores internos, que contribuem para desencadear processos que corroboram para essa ampliação conceitual e fortalecimento de sua importância apriorística, destacam-se dois. Em primeiro lugar, o crescimento dos grupos juvenis e suas manifestações dentro e fora da escola. Grupos juvenis de variados matizes ganham evidência especialmente nos ambientes urbanos, subvertendo os usos do corpo, utilizando, em alguns casos, a violência como marca identitária. Podemos considerar que esses grupos juvenis colocam em evidência uma espécie de fragmentação social, lançando dúvidas sobre os agentes tradicionais de socialização, quais sejam: a escola, o estado e suas autarquias, o mundo do trabalho/emprego e a família (Andrade, 2007; Cecchetto, 2004; Diógenes, 2008).

Um segundo motivador nesse âmbito, diretamente ligado ao item anterior, é o crescimento do debate a respeito desses grupos juvenis, conforme escrevem Dayrell (2003) e Sposito (2002, 2009). Esse crescimento foi também verificado na crescente produção acadêmica registrada no banco de dados da CAPES entre os anos 2007 e 2011 (Trancoso & Oliveira, 2011).

Juventudes: uma mudança paradigmática em curso

Alguns direcionamentos conceituais evidenciados nos estudos de juventude anteriores a 2007 (Groppo, 2000; Guerreiro & Abrantes, 2005; Pais, 1990, 2003) e em nosso estudo, de publicações de 2007 a 2011, evidenciam, a nosso ver, uma mudança paradigmática importante de ser considerada na produção de políticas públicas. Destacam-se dois desses direcionamentos conceituais. O primeiro diz respeito à concepção da vida como uma sucessão de fases que se encadeiam de forma linear, tendo cada uma seu *telos*. Tavares (2009, p. 48), por exemplo, observava que muitos dos estudos atuais sobre juventude, no Brasil, "ainda trabalhavam com abordagens lineares que se restringem a uma descrição superficial dos estilos de vida jovem".

Nesse sentido, parece haver um avanço em relação a isso, apesar das observações a respeito de aspectos que tendem a homogeneizar a condição juvenil, no aspecto da situação, de como se vive esta experiência, e também da força que as marcas biológicas ainda ocupam em parte das definições. No entanto, os trabalhos analisados apresentam a opinião de que o conceito de juventude ultrapassa as questões biológicas, que não há linearidade na relação que possa guardar com os momentos do ciclo de vida que possam ser localizados antes ou depois dela. Apresentam ainda o argumento de que os modos como se vive, representa e projeta a juventude estão diretamente ligados ao contexto histórico, social e cultural dos grupos sociais, às disputas de poder que ocorrem em todos os níveis e instâncias do ambiente vivido. Ressalta-se, entretanto, que há intensidades distintas em relação a cada um desses aspectos nas proposições conceituais dos autores estudados.

Groppo (2000) e Guerreiro e Abrantes (2005), em seus estudos, observaram a ocorrência do "fenômeno de 'naturalização' e objetivação das faixas de idade pelas técnicas sociais e pelas ciências médicas, que enfatizou principalmente a infância e a juventude" (Groppo, 2000, p. 59). Do ponto de vista da "naturalização", essa compreensão não encontra força explícita na produção científica analisada neste artigo. Apesar de ficar evidente nesta produção a importância dada pela demarcação etária como parte integrante do conceito, sendo a juventude, dentre outras coisas, uma experiência etária específica; estão presentes em toda ela a ideia e a afirmação de que a idade é uma variável insuficiente para se basear a definição de juventude.

Além disso, foi recorrente a observação de que a juventude é devir, ainda que, para a tentativa de controlar comportamentos juvenis, se valha do paradoxo da previsibilidade do devir, ou do falso devir, assumido como um conjunto de "opções elegíveis", que já foram pré-estabelecidas anteriormente em um cardápio oferecido à juventude pelos componentes da antiga geração, muitas vezes reforçados pela política pública. Ainda que se deva considerar as disposições e as posições sociais que sustentam a atividade humana, a tomada de consciência sociológica, a partir da produção de sentidos, pode recuperar a ideia de devir como parte da própria condição humana.

O segundo direcionamento vincula-se à análise de Pais (1990, 2003) a respeito dos estudos sobre a juventude, que apontava para a concentração dos autores em dois grandes eixos de teorização: os que refletiam sobre juventude a partir dos aspectos geracionais e os que utilizavam a perspectiva classista. A perspectiva geracional incide tanto sobre a condição como sobre a situação de juventude. Em outras palavras, pode-se definir juventude como o conjunto de pessoas pertencentes a uma mesma geração, e buscar entender a influência direta nas maneiras como cada pessoa ou grupo vive sua juventude, a partir do pertencer a esta ou aquela geração. Por outro lado, a perspectiva classista incide somente sobre os modos de viver a juventude e/ou sobre a situação de juventude.

Pode-se considerar que a conexão das questões ligadas à classe social, geração à qual pertencem os jovens, e ao desenvolvimento biológico tem tomado espaço na discussão nacional a respeito de juventude. Há um volume expressivo na produção analisada que aborda essa confluência de fatores como importantes para sua compreensão. Em torno de 52% da produção analisada tem no conceito de geração, especialmente como abordam Mannheim (1961) e Weller (2010), um analisador importante do conceito de juventude. Quanto à relação das diferenças de classe social com a experiência de juventude, aproximadamente 66% dos autores tomam isso em conta de forma explícita.

Em outra proposição sobre geração e classe, Cardoso e Sampaio (1995) observaram também duas tendências nos estudos sobre juventude que analisaram. Aqueles que generalizavam as análises, à moda dos estudos geracionais, e aqueles que as particularizavam, à moda dos estudos classistas. Aplicando outra categorização binária, Gil (2009) fala de conceptualizações gerais e operativas na produção de pesquisadores que analisou[4], sendo juventude numa conceptualização geral uma categoria não homogênea, tendo a noção de jovem (sujeitos concretos) diferente da noção de juventude. Já a conceptualização operativa diz respeito à condição e situação juvenil; ao jovem abordado como sujeito consumidor; à juventude como um conceito a consumir; a um período de mora-

[4] Alberto Melucci (*O jogo do eu: a mudança de si mesmo na sociedade globalizada*, 1992), José Machado Pais (*Culturas juvenis*, 1993), Angelina Peralva (*O jovem como modelo cultural*, 1997) e Marília Sposito (*Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil*, 1997).

tória. Consideram-se ainda elementos da esfera pública, dos processos, como a desinstitucionalização dos ciclos da vida, e do tempo.

Apesar da imensa maioria dos autores abordarem a juventude sob duas perspectivas – geracional e classista –, identificadas através de distintos sobrenomes, devemos considerar ainda a existência do uso de uma terceira, que é a abordagem das culturas juvenis. Todas essas categorias de análise aparecem nos estudos apreciados em maior ou menor grau, com a característica de ocorrerem mais mescladas, e menos como abordagem unificadora do conceito de juventude. Esse se configura, em si, o aspecto ligado à ampliação do conceito de juventude, principalmente considerando que o tema geração não esteve preso à visão positivista e romântica, como critica Mannheim (1961), mas como um determinado grupo social, num momento histórico, numa relação tempo e espaço, criando sentido para o mundo e as coisas do seu tempo.

Além disso, coopera com essa abertura a diferenciação clara entre juventude e jovens. Aquela se refere aos modos específicos de determinada sociedade representar esta condição componente do ciclo de vida. Estes como os sujeitos concretos, atravessados por todos os condicionamentos e realidades históricas e sociais (Costa, 2009; Villar e Villar, 2007). Juventude é, ao mesmo tempo, uma condição pela qual se passa e na qual se está ainda que temporariamente, uma situação concreta de vivência das experiências decorrentes e uma representação social. Esse fato influencia diretamente os dois aspectos anteriores, podendo determinar o valor de se estar nessa condição, experiências a serem vivenciadas, e as formas institucionais de se lidar com esse grupo social.

Conclusão

As questões que se apresentaram no contexto deste artigo e que contribuíram para sua reflexão são agora retomadas. A primeira delas, acerca das concepções de juventude produzidas no contexto do conhecimento científico brasileiro, entre os anos 2007 e 2011, nas áreas das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, analisadas neste trabalho, podemos compreender que se apresenta como um conceito estruturado em uma perspectiva com gênese social, histórica e cultural, desafiando as políticas públicas destinadas a essa população.

As características operacionais e pragmáticas podem responder parte da segunda questão, a saber: as implicações da adoção do conceito de juventudes para a política pública juvenil no Brasil. Nessa tentativa aparece, com um peso definidor, nos conceitos de juventude apresentados pelos autores estudados, uma proposição em direção a uma categoria e grupo social historicamente localizados, em que o corpo, a forma de estar no mundo e a relação com o tempo delineiam concretamente os sujeitos jovens.

Está presente o modo de se entender a juventude como valor, a partir do qual as condições objetivas como as faixas etárias, o trabalho, o corpo natural, a demografia são vividas. Concomitante a essas condições definidoras se expressam a multiplicação de identidades móveis e nômades.

Essa postura pode auxiliar a compreensão da juventude não restrita à idade e a definidores exteriores à condição de ser jovem. Mudanças com um espectro maior devem avançar na ruptura de definições estanques entre o "eu" e o mundo, que são atribuídas tacitamente à juventude, como se brotassem mais da idade do que de sua condição social. Numa perspectiva que permita ressignificações tanto às rupturas quanto às permanências podem ser evidenciadas e analisadas para melhor intervir.

Nesse sentido, as políticas públicas, além do desafio de serem estruturadas a partir das concepções plurais, devem permanecer em estado de constante prova a partir dos movimentos, lentos ou rápidos, a depender da perspectiva e da dimensão considerada, que movem as juventudes.

A produção acadêmica analisada permite identificar o lançar mão de aspectos biológicos, psicológicos, sociológicos e políticos para buscar uma compreensão do conceito de juventude. Nesse sentido, as abordagens psicológicas apareceram consideravelmente vinculadas à perspectiva de um desenvolvimento humano dividido em fases mais ou menos lineares e universalizadas.

Do ponto de vista teórico, entende-se que o material analisado se divide em dois grandes grupos: aqueles que enfatizaram mais o biológico, a natureza humana, para a compreensão de juventude, defendendo a idade, as mudanças hormonais, a energia em excesso como marcas que permanecem e universalizam o conceito, visto que todos passam por essas mudanças que resultam em características semelhantes (Batista, 2008; Meneses,

2007). Na outra ponta, aqueles que demarcam a ênfase na raiz epistemológica da cultura, associando o conceito à experiência dos jovens, a elementos da cultura que caracterizam a juventude (Barbalho, 2011; Prata, 2009).

O desafio de análises psicossociais pode contribuir e problematizar essa falsa dicotomia, pois permite localizar as mudanças biológicas na relação processual de um escopo cultural. Permite, ainda, estudar a significação da cultura a partir dos planos sócio e microgenético. Contudo, nossa análise de 189 produções significativas na produção nacional do conceito de juventude mantém os polos de análise em elementos culturais e biológicos, de modo separado e conflitante.

A edição de políticas públicas ligadas às juventudes tem se tornado motor dos estudos sobre juventude, e estes, por sua vez, se transformam em reflexões teóricas que fundamentam, reproduzem, criticam e propõem alterações nessas políticas. Daí a importância fundamental de não perder de vista as implicações mútuas que vão se estabelecendo nesse movimento, de considerar as ideias de juventude que vão sendo forjadas, não obstante o domínio hegemônico de uma ou outra perspectiva. Retomando Sawaia (2001), justifica-se a preocupação de querer ativas perguntas que subvertam uma ordem mundial homogeneizada de forma a reforçar a ação dominadora do homem sobre o homem, que caminhem na contramão dos fundamentos epistemológicos e ontológicos do saber constituído que brinca de excluir e incluir, conforme melhor aprouver aos grupos que permanecem no poder nas sociedades contemporâneas.

Referências

Andrade, C. C. (2007). *Entre gangues e galeras: juventude, violência e sociabilidade na periferia do Distrito Federal*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Universidade de Brasília, Brasília, DF.

Barbalho, A. (2011). Juventude, cidadania e comunicação. *Fronteiras: Estudos Midiáticos*, *13*(2), 86-93. Acesso em 01 de fevereiro, 2012, em http://www.unisinos.br/_diversos/revistas/ojs/index.php/fronteiras/article/view/534

Batista, M. I. F. C. S. (2008). *A formação do indivíduo no capitalismo tardio: um estudo sobre a juventude contemporânea*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-graduação em Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

Bourdieu, P. A. (1983). "Juventude" é só uma palavra. In P. Bourdieu, *Questões de sociologia* (M. S. Pereira, Trad., pp. 151-162). Lisboa: Fim de Século.

Cardoso, R. & Sampaio, H. (Orgs.). (1995). *Bibliografia sobre a juventude*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo-EDUSP.

Cecchetto, F. R. (2004). Corpo, masculinidade e violência. In F. R. Cecchetto, *Violência e estilos de masculinidade* (pp. 73-89). Rio de Janeiro: Editora FGV.

Costa, O. F. (2009). *Políticas públicas e juventude: uma construção possível?* Tese de Doutorado, Programa de Pós-graduação em Política Social, Universidade de Brasília, Brasília, DF.

Dayrell, J. T. (2003). O jovem como sujeito social. *Revista Brasileira de Educação*, 24, 40-52.

Dib, S. K. (2007). *Juventude e projeto profissional: a construção subjetiva do trabalho*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Diógenes, G. (2008). Grupos identitários e fragmentação social: a violência como marca. In G. Diógenes, *Cartografias da cultura e da violência: gangues, galeras e o movimento Hip Hop* (2ª ed., pp. 161-180). São Paulo: Annablume.

Ehlers, C. J. A. (2007). *A constituição da juventude no contexto da família: questões relacionais*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

Geber, S. P. (2010). *Jovens educadores no contexto de uma ação pública voltada para a juventude na periferia de Belo Horizonte*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Conhecimento e Inclusão Social em Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

Gil, C. Z. V. (2009). *Jovens e participação: a experiência da ONG Trilha Cidadã*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

Gorczevski, D. (2007). *Micropolíticas da juventude e visibilidades transversais: in(ter)venções audiovisuais na Restinga, em Porto Alegre*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-graduação em Ciências da Comunicação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Porto Alegre.

Groppo, L. A. (2000). *Juventude: ensaios sobre sociologia e história das juventudes modernas*. Rio de Janeiro: DIFEL.

Guerreiro, M. & Abrantes, P. (2005). Como tornar-se adulto: processos de transição na modernidade avançada. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, *20*(58), 157-175.

Gulo, F. H. (2011). *Educação sexual na escola e juventude: um estudo das pesquisas acadêmicas no Brasil (2000- 2004)*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho, Presidente Prudente, SP.

Lei n. 11.129, de 30 de junho de 2005. (2005). Institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens - ProJovem; cria o Conselho Nacional da Juventude - CNJ e a Secretaria Nacional de Juventude; altera as Leis n. 10.683, de 28 de maio de 2003, e n. 10.429, de 24 de abril de 2002; e dá outras providências. Brasília-DF: Presidência da República.

Lima, F. P. (2009). *Midiatização empresarial: estratégias de legitimação e interlocução a partir de um canal televisivo de marca*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Comunicação Social, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte.

Maia, A. A. R. M. (2007). *Ninguém pode ficar parado: juventude, trabalho e projetos de vida*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Psicologia Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Mannheim, K. (1961). O problema da juventude na sociedade moderna. In K. Mannheim, *Diagnóstico do nosso tempo* (pp. 36-61). Rio de Janeiro: Zahar.

Mead, M. (1975). *Adolescência, sexo e cultura em Samoa*. Barcelona: Editorial Laia.

Meneses, B. M. (2007). *Juventude, trabalho e formação: um estudo com jovens das camadas populares*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-graduação em Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

Pais, J. M. (1990). A construção sociológica da juventude: alguns contributos. *Análise Social*, *25*(105-106), 139-166.

Pais, J. M. (2003). Correntes teóricas da sociologia da juventude. In J. M. Pais, *Culturas juvenis* (2ª ed., pp. 47-82) Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.

Pino, A. (2005). *As marcas do humano: às origens da constituição cultural da criança na perspectiva de Lev S. Vigotski*. São Paulo: Cortez.

Pires, S. J. (2008). *Juventude(s), escola pública e programas sociais de transferência de renda*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

Prata, P. H. P. (2009). *Comunicação e cidade: juventude e pirataria como exercício de cidade cultural*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Comunicação Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Rodrigues, H. B. S. (2009). *Políticas públicas para a juventude e gestão local no Brasil: agenda, desenho e implementação*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte.

Sawaia, B. B. (2001). O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão. In B. B. Sawaia (Org.), *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social* (2ª ed., pp. 97-118). Petrópolis, RJ: Vozes.

Secretaria Nacional de Juventude - SNJ. (2010). *Guia das políticas públicas de juventude*. Brasília: Autor.

Silva, D. L. C. (2011). *A adolescência e o des-prazer do saber escolar*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Teologia, Escola Superior de Teologia, São Leopoldo, RS.

Simões, C. A. (2007). *Juventude e educação técnica: a experiência na formação de jovens trabalhadores do Colégio Estadual Prof. Horácio Macedo/ CEFET-RJ*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro.

Souza Santos, B. (1997). A queda do Angelus Novus: para além da equação moderna entre raízes e opções. *Novos Estudos – CEBRAP*, 47, 103-124.

Souza Santos, B. (2012). *Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências*. Acesso em 18 de agosto, 2012, em http://www.ces.uc.pt/bss/documentos/sociologia_das_ausencias.pdf

Sposito, M. P. (Org.). (2002). *Juventude e escolarização (1980/1998)* (Estado do Conhecimento, 7). Brasília: INEP/MEC.

Sposito, M. P. (2009). *O estado da arte sobre juventude na pós-graduação brasileira: Educação, Ciências Sociais e Serviço Social (1999-2006)* (Vols. 1-2). Belo Horizonte: Argumentum.

Stamato, M. I. C. (2008). *Protagonismo juvenil: uma práxis sócio-histórica de ressignificação da juventude*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-graduação em Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

Tavares, L. B. (2009). *Na quebrada, a parceria é mais forte – juventude hip-hop: relacionamento e estratégias contra a discriminação na periferia do Distrito Federal*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-graduação em Sociologia, Universidade de Brasília, Brasília, DF.

Trancoso, A. E. R. & Oliveira, A. A. S. (2011). Que juventude é essa? Metassíntese das produções científicas brasileiras. In Associação Brasileira de Psicologia Social – ABRAPSO (Org.), *Psicologia Social e seus movimentos. Textos*

completos do Encontro Nacional de Psicologia Social da ABRAPSO – Anais eletrônicos. Recife, Pernambuco. Acesso em 02 de junho, 2012, em http://www.encontro2011.abrapso.org.br/trabalho/view?ID_TRABALHO=1029

Vigotski, L. S. (1999). *Pensamento e linguagem* (J. L. Camargo, Trad., 2ª ed.). São Paulo: Martins Fontes.

Vigotski, L. S. (2009). *Imaginação e criação na infância* (Z. Prestes, Trad., Comentários A. L. Smolka, Série Ensaios Comentados). São Paulo: Ática.

Villar e Villar, M. E. (2007). *Experiências juvenis e ações públicas dirigidas à juventude: artes e trabalho na transmissão geracional*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo.

Weisheimer, N. (2009). *A situação juvenil na agricultura familiar*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

Weller, W. (2010). A atualidade do conceito de gerações de Karl Mannheim. *Sociedade e Estado*, *25*(2), 205-224.

Zanella, A. V. & Titon, A. P. (2005). Análise da produção científica sobre criatividade em programas brasileiros de pós-graduação em Psicologia (1994-2001). *Psicologia em Estudo*, *10*(2), 305-316. Acesso em 02 de setembro, 2011, em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722005000200018

Quem são as mulheres que entregam o filho para adoção na visão dos profissionais da saúde e do judiciário?

Aline Cardoso Siqueira

Samara Silva dos Santos

Flavia Elso Leão

Suane Pastoriza Faraj

Bruna Maria Corazza Martins

Ângela Roos Campeol

Introdução

A adoção e o abandono de crianças estão presentes na realidade brasileira, em seu cotidiano, nas instituições de saúde, nos órgãos legais e na mídia. A adoção de crianças existe desde os primórdios dos tempos, mas, em algumas culturas, houve a discriminação e o sofrimento. Weber (2008) aponta que, diante de uma parcela da população que não pode ter filhos biológicos e de um número significativo de crianças que ficam sem uma família, a organização social de inúmeras culturas encontrou formas de construir outros tipos de relações familiares, além das estabelecidas através dos laços consanguíneos.

No Brasil, por muito tempo, não se legislou sobre as crianças que não eram criadas por suas famílias de origem, mas sim por famílias que praticavam a caridade (Marcílio, 2006; Paiva, 2004). A primeira legislação sobre a adoção no Brasil surgiu em 1916, e as Santas Casas de Misericórdia eram um lugar para casais sem filhos buscarem crianças para adotar, as quais davam o nome de "filhos de criação". As mulheres da época podiam entregar anonimamente seu filho em um dispositivo chamado roda dos expostos, evitando que essas crianças fossem abandonadas em lugares de risco e com risco de morte. A expressão "filhos de criação" denominava a

falta de legalidade desta condição, deixando muitos filhos na condição de empregados da família. Nesse momento, a adoção visava somente suprir as necessidades de casais inférteis e não era percebida como um meio de dar uma família a uma criança abandonada (Weber, 2011). Essa forma de adoção é conhecida como "adoção clássica".

Outra prática também presente na sociedade brasileira é a "circulação de crianças", estudada pela antropóloga Fonseca (1987, 1995). Esta estudiosa, em suas pesquisas sobre dinâmicas familiares em grupos populares brasileiros, encontrou em famílias de baixo nível socioeconômico uma prática que poderia ser nomeada como "adoção à brasileira", a qual consiste no fato de que grande número de crianças passa parte da infância ou da juventude em casas que não a de seus genitores (Fonseca, 1995). É possível que crianças sejam colocadas em casas de algum parente próximo, como avós, ou não, como, por exemplo, uma cunhada. Considerada uma prática comum, o cuidado de uma criança por pessoas que não são seus progenitores estimula o fortalecimento da rede social. Mesmo que não tivesse sido intenção da mãe entregar por muito tempo o filho para alguém da família ou outras pessoas criarem, em muitos casos a criança passava a fazer parte de outra família, não voltando mais para sua família biológica.

Atualmente, a chamada adoção "moderna" visa garantir que a criança abandonada tenha o direito de crescer e ser educada por uma família. Nessa nova perspectiva, há uma mudança no foco de interesse e de ações, que passa a contemplar não apenas os casais que não podem ter filhos biológicos, mas, principalmente, a criança que foi destituída de uma família (Weber, 2008). Muito se tem estudado sobre o fenômeno da adoção, desde a perspectiva das crianças e adolescentes adotados quanto da dos adotantes (Brodzinsky, 2011; Jones & Hackett, 2012; Otuka, Scorsolini-Comin, & Santos, 2012; Silva, 2009). Contudo, poucos estudos têm se debruçado sobre o outro lado da adoção, o lado da família que entrega o filho para ser adotado, ou seja, o lado da mulher que renuncia a experiência da maternidade.

A maternidade é uma experiência complexa, vista ao logo do tempo como um determinismo para as mulheres. Badinter (1985) afirmou que a exaltação ao amor materno é algo relativamente recente na história da civilização ocidental. Ao longo do tempo, a maternagem foi relacionada

com a maternidade[1] e ambas passaram a ser entendidas como funções exclusivamente femininas. A importância do cuidado materno se destacou nos séculos XIX e XX devido à responsabilidade delegada à mãe de assumir o papel de educadora e responsável pelo desenvolvimento emocional dos filhos (Ariès, 1981).

Tais construções sociais possibilitaram uma análise crítica em relação à maternidade, visto que até então ela era atrelada à noção de cuidado e correlacionada com a feminilidade, oriunda da essência do "ser mulher". A maternidade é entendida socialmente como um desejo natural das mulheres (Boyle, 1997). Assim, a capacidade biológica reprodutiva da mulher foi se tornando um determinante, adquirindo no social o tom de dívida com a maternidade (Boyle, 1997; Heilborn, Araújo, & Barreto, 2010).

Por outro lado, segundo Badinter (1985), o amor materno é um sentimento adicional às mulheres e, como todos os sentimentos, está sujeito a imperfeições e oscilações. Há mulheres que geram uma criança e, logo após o parto, desistem de criá-la. Há aquelas que abandonam a criança em situações de risco ou em locais inóspitos e há aquelas que entregam a criança às instituições. Sob influência da pré-concepção de que as mulheres estão programadas biológica e socialmente para amar e cuidar de sua prole, as mulheres que desistem de seus filhos são julgadas sem que se compreendam os motivos implicados nessa ação e tomadas como transgressoras do imperativo biológico que predetermina a maternidade e o desejo da mãe de cuidar e nutrir o filho (Badinter, 1985). Apesar do julgamento social, a situação da mulher que entrega o filho para adoção é pouco estudada no Brasil, o que potencializa a invisibilidade social e o desamparo dessas mulheres, nomeadas como "mães doadoras ou desistentes" ou "mulheres desalmadas", más, sem instinto materno ou com algum distúrbio psicológico (Souza & Casanova, 2011).

Há uma tendência de rotular toda a separação de mãe e filho para a adoção como abandono, mas torna-se importante diferenciar essas duas ações (Martins, Faraj, Santos, & Siqueira, no prelo). O abandono é consi-

[1] Há diferenças significativas entre os termos, a maternidade pode ser compreendida como o processo que envolve a gestação, o parto, o puerpério e a criação dos filhos, implicando adaptações importante à mulher, decorrentes tanto das alterações do corpo como mudanças dos papéis que são desempenhados no contexto sócio-familiar (Scavone, 2001). Já a maternagem pode ser entendida como o conjunto de cuidados ofertados ao bebê para suprir suas necessidades (Böing & Crepaldi, 2004).

derado crime e representa uma situação de risco à vida da criança, incapaz de defender-se sozinha das condições do abandono. Já a entrega sinaliza o desejo da mãe em preservar a vida do filho, ao vislumbrar a possibilidade de um futuro melhor para a criança (Martins, Faraj, Santos, & Siqueira, no prelo; Menezes, 2007). Os motivos da entrega e os sentimentos implicados nessa decisão muitas vezes não são considerados. Entretanto, existem alguns fatores que podem contribuir para a decisão de entregar um filho, entre eles miséria, desemprego, abandono do companheiro, violência doméstica, abuso sexual, seja por incesto ou estupro (Souza & Casanova, 2011). A literatura ainda aponta como motivadores da entrega: vivências de sofrimento, falta de apoio familiar, do parceiro e da equipe de saúde, assim como dificuldades econômicas e fatores sociais (Menezes, 2007; Soejima & Weber, 2008).

Com a promulgação da Nova Lei Nacional de Adoção, Lei n. 12.010 (2009), as gestantes ou mães que manifestarem o interesse em entregar o filho para a adoção passam a obter o direito de acompanhamento psicológico e acolhimento judicial, oferecidos pelo poder público no período pré e pós-parto. Esse apoio psicológico as ajudaria a tomar a decisão sobre a entrega. Segundo a lei, essas mulheres deveriam obrigatoriamente ser encaminhadas à Justiça da Infância e Juventude, uma vez manifestando a intenção de entregar o filho, aceitando legalmente a adoção e assinando a destituição do poder familiar junto às autoridades (Lei n. 12.010, 2009). O reconhecimento desse fenômeno por parte dos juristas e o cuidado a ser tomado com as mães que estão decidindo sobre a entrega de um filho são louváveis e ajudam a tirá-las da invisibilidade.

Nesse sentido, torna-se importante ampliar o debate sobre os possíveis e diferentes fatores que podem estar subjacentes à manifestação de uma mãe sobre a decisão de entregar um filho para adoção, e se ela está recebendo a assistência prevista na Lei n. 12.010. Os estereótipos e preconceitos sociais são nocivos para as relações humanas e para serem ultrapassados é preciso apresentar e esclarecer os fatos, divulgando e debatendo em sociedade. A partir disso, devem-se problematizar essas questões, em vista das prerrogativas da Nova Lei Nacional da Adoção, que vem dar conta de uma lacuna de políticas públicas voltadas à entrega de crianças, com o objetivo de acolher e promover assistência psicológica e jurídica a essas mulheres, garantindo tanto os seus direitos como os da criança.

O presente artigo teve como objetivo investigar as características das mulheres que entregam o filho para adoção através de análise documental de processos judiciais e de entrevistas, a partir da percepção de profissionais da saúde sobre o fenômeno da entrega do filho para adoção. A preocupação está em compreender o que perpassa o fenômeno da entrega de um filho via sistema judiciário.

Método

Trata-se de um estudo descritivo, com abordagem qualitativa, em que a coleta de dados foi realizada em duas etapas do projeto "guarda-chuva" intitulado "Adoção e a renúncia da maternidade". A primeira etapa foi realizada em dois hospitais públicos de um município do Rio Grande do Sul, da qual participaram sete profissionais da saúde (três técnicas de enfermagem, três enfermeiras e uma médica ginecologista e obstetra). O critério de inclusão dos participantes foi ser técnico de enfermagem, enfermeiro ou médico de uma maternidade pública. O critério de exclusão foi o profissional ter filho(s) adotivo(s). Os participantes responderam a um roteiro de entrevista semiestruturada que investigou a percepção dos profissionais sobre as características das mães que renunciam à maternidade.

A segunda etapa de coleta de dados ocorreu junto ao Juizado Regional da Infância e Juventude (JRIJ). Os dados foram coletados a partir de seis processos judiciais que envolviam a entrega de crianças, ocorridos no período de 2010 a 2013. Para a coleta de informações foi elaborada pela equipe de pesquisa uma ficha de registro com questões sobre os dados biossociodemográficos da mãe da criança, como idade, estado civil, nível socioeconômico, profissão/ocupação, além de questões sobre o processo de entrega, dentre elas, o motivo.

Este estudo seguiu todos os procedimentos preconizados na Resolução n. 466 do Conselho Nacional de Saúde (2012) e na Resolução n. 016 do Conselho Federal de Psicologia (2000), que regulamentam a pesquisa em seres humanos. O projeto de pesquisa foi apresentado nos dois hospitais e no JRIJ. Após a autorização prévia desses locais, o projeto foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Santa Maria (CAAE número 04350412.0.0000.5346).

Os profissionais de saúde que preencheram os critérios de inclusão foram convidados a responder à entrevista. No momento da entrevista, foi solicitada a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido aos participantes. As entrevistas foram realizadas individualmente, em uma sala do hospital, e cada uma delas teve duração de cerca de uma hora e meia.

O acesso aos seis processos judiciais referentes à entrega do filho para adoção ocorreu no próprio juizado e contou com a colaboração dos profissionais para resgatarem na memória esses casos. Não foi possível mensurar ao todo quantos processos sobre entrega de crianças ocorreram nessa cidade, pois o JRIJ não possuía um sistema para levantar essa informação. Os dados coletados em ambas etapas da pesquisa foram analisados qualitativamente por meio da análise de conteúdo proposta por Bardin (1979). O foco da análise dos dados foi sobre as características das mulheres que entregaram o filho para adoção, tanto do ponto de vista das profissionais de saúde das maternidades quanto dos processos judiciais analisados.

Resultados e discussão

Dados sociodemográficos

Para os profissionais de saúde, as características sociodemográficas das mulheres que manifestaram desejo de entregar o filho à adoção não são diferentes das usuárias das maternidades dos hospitais públicos. Ou seja, a maioria das mulheres é jovem, tem mais de um filho e possui nível socioeconômico baixo, como pode ser observado nos relatos de duas profissionais da saúde: *"de classe social baixa, às vezes não tem nenhuma roupa para o nenê, com vários filhos né, 2 ou 3... esse é mais ou menos o perfil"* (A, enfermeira); "*mas a maioria das pacientes que tu vê são mães que têm mais de um filho"* (B, técnica de enfermagem). A análise dos seis processos judiciais também revelou um quadro semelhante. As seis mulheres que renunciaram à maternidade eram solteiras e jovens, com idade entre 18 e 37 anos. Destas, duas mulheres consideraram-se pardas, duas brancas e uma negra. Quatro apresentavam nível socioeconômico desfavorecido e, em um processo, essa informação não constava. O nível de

escolaridade variou do ensino fundamental (não finalizado por uma das mães e completado por outra) ao ensino médio, interrompido por uma das mães e concluído por outras duas. Quanto à ocupação, duas dessas mulheres eram do lar, uma trabalhava como doméstica, uma como garçonete e doméstica e uma como garota de programa. Em um dos processos analisados não constava nenhuma das informações acima. Todas as mulheres já tinham um ou dois filhos, sendo que em três casos os filhos estavam sendo cuidados por familiares.

Esses dados estão próximos aos achados do estudo de Freston e Freston (1994), que encontrou que a maioria das mulheres que entregaram o filho para a adoção, em uma enfermaria da cidade de Campinas, SP, era solteira, jovem, com idade entre 20 e 29 anos, com ensino primário incompleto e sem trabalho fixo. Outros estudos apontaram que essas mulheres estão sob condições socioeconômicas desfavorecidas (Hollingsworth, 2005; Najman, Morrison, Keeping, Andersen, & Williams, 1990). O perfil sociodemográfico das mães que entregam seus filhos para adoção, destacado pelas profissionais da saúde e verificado nos processos analisados, reflete as condições de cidadania de uma parcela das mulheres brasileiras. No entanto, cabe ressaltar que é plausível que a entrega de crianças para adoção não seja uma decisão tomada apenas por mulheres jovens, com desvantagem econômica e escolar.

A entrega de crianças para adoção

A partir dos processos, pode-se identificar que o motivo da entrega do filho para a adoção está relacionado à falta de apoio familiar (um processo), à carência de condições socioeconômicas (três processos), à gestação ser fruto de um abuso sexual (um processo) e de uma relação eventual (um processo). Em relação à concepção dos profissionais de saúde, esses fatores também estão implicados na decisão da entrega, no entanto acrescentaram que a dependência química, os problemas de saúde mental e a prostituição também foram aspectos presentes no cotidiano de trabalho que influenciam a entrega do filho para adoção.

A falta de condições financeiras não deveria ser motivo para que mães colocassem seu filhos para adoção. No entanto, verificou-se nos relatos das profissionais da saúde e nos processos analisados que a carência financeira ainda atua como um fator que contribui para a decisão da mãe

de entregar sua criança, apesar da existência de ações, programas e políticas públicas, que têm como foco a diminuição da desigualdade social em nosso país. Pode-se questionar se essas mães manteriam sua decisão, caso fossem dadas condições efetivas para superar a desvantagem econômica. A falta de recursos financeiros pode ser um motivo aparente, por vezes mais aceito socialmente, e que se antepõe ao não desejo de exercer a maternagem.

Uma característica encontrada na análise dos processos judiciais refere-se ao desamparo familiar e assistencial em que se encontravam essas mulheres. Percebeu-se que as mães não receberam apoio da família no momento da decisão de entregar o filho. Identificou-se, ainda, que nos processos judiciais não constavam informações a respeito do pai da criança, como idade, escolaridade, profissão, estado civil ou endereço, seja porque a mãe não informou, seja porque não lhe foi perguntado, seja porque a mãe não sabia tais informações. A ausência do pai não foi considerada e, dessa forma, o progenitor da criança não foi ouvido em nenhum dos processos analisados. As mulheres declaravam nos processos que a gravidez foi provida de um relacionamento breve, o pai desconhecia sua gestação e também não fora informado do nascimento da criança (três casos). A análise dos processos revelou que basta a palavra da genitora para a colocação dessas crianças em adoção. Tal constatação demonstra que o posicionamento do pai biológico não é considerado relevante para o sistema judiciário.

Constatou-se que havia uma fragilidade familiar que impossibilitava o que Fonseca (1987, 1995) denominou como "circulação de crianças", quando uma criança é criada por pessoas que não são seus progenitores. Fonseca destacou que tal prática não afastava a mãe biológica da criança, mas poderia fazer com que a criança considerasse ter duas mães, a que cuidava e a que a colocou no mundo. Pode-se inferir que, se houvesse desejo da mãe de cuidar de seu filho e se houvesse uma família extensa ou rede social apoiadora que pudesse cuidar da criança, essa mulher poderia se reestabelecer financeiramente e exercer a maternidade assim que alcançasse condições para tal. Nesse caso, o determinismo biológico da maternidade estaria subjacente às ações dessa mãe. Considerando a existência de políticas públicas de atenção às famílias em situação desfavorecida e a possibilidade de ajuda de uma rede de

apoio social e familiar, pode-se concluir que essas mulheres que entregaram o filho para adoção, de fato, estavam renunciando à maternidade, visto que, se desejassem ficar com seus filhos, havia alternativas para concretizar esse desejo.

Atenção recebida no processo de entrega

Em relação à assistência na área da saúde, nos processos judiciais, constavam que três mulheres eram usuárias do Sistema Único de Saúde (SUS), mas que apenas uma delas realizou acompanhamento pré-natal, o que indica a pouca inclusão dessas mulheres nas políticas públicas de saúde. Nessa perspectiva, as profissionais de saúde apontaram que a maioria das mulheres não faz o pré-natal, e as que realizam no sistema público não recebem um atendimento adequado. De acordo com as entrevistadas, "*tem uma grande porcentagem que não faz né* [pré-natal]. *Tem bastante, que tem vários filhos e que não faz pré-natal, seguem não fazendo pré-natal, né? E tem umas que fazem pré-natal, só que aquele pré-natal que não orienta nada...*" (C, enfermeira)*;* "[As mulheres realizam] *um pré-natal, não ideal, menos de seis consultas geralmente...*" (A, enfermeira)*.*

Observou-se que, diante de casos de entrega nos hospitais públicos, as profissionais de saúde, apesar de reconhecerem os procedimentos que deviam ser tomados, dentre eles encaminhamento ao Conselho Tutelar e ao Juizado da Infância e Juventude, não se sentiam preparadas nas suas práticas para intervir nesses casos. O acolhimento realizado pelas profissionais de saúde tinha como base "conversas", muitas vezes com a intenção de fazer as mulheres reavaliarem a decisão de entregar o filho. Dessa forma, os atendimentos nos hospitais públicos eram permeados pela crença da impossibilidade de negar a maternidade, ou seja, a crença de que as mulheres devem amar, cuidar e permanecer com os seus filhos, como pode-se perceber no relato: *"muito se reverte, já houve casos de reverter... da mulher dizer que quer dá, e... e acaba se sensibilizando e não dando mais..."* (D, enfermeira)*.*

A Lei n. 12.010 (2009), que dispõe sobre a Nova Lei Nacional de Adoção, preconiza a comunicação aos órgãos competentes nos casos de mães ou gestantes que decidirem entregar os filhos para adoção, para que todos os procedimentos legais sejam tomados, prevendo uma multa

ao médico, enfermeiro ou dirigente de estabelecimento de atenção à saúde de gestante que não efetuar imediatamente o encaminhamento à autoridade judiciária dos casos de que tenha conhecimento (Lei n. 12.010, 2009).

De acordo com a cartilha da Associação dos Magistrados Brasileiros (2008), que trata da atenção às mães que decidem entregar o filho para adoção, a escuta e análise das motivações da mãe que decide pela entrega é necessária em um primeiro momento. Posteriormente, o profissional de saúde deve realizar os encaminhamentos de maneira breve a fim de diminuir a angústia diante da situação. Tais orientações vão de encontro à ação descrita pela profissional de saúde pois "sensibilizar" e "reverter" uma decisão não deveriam ser ações de uma profissional. Esse comportamento, inicialmente altruísta, pode gerar grandes problemas para a criança, que crescerá em um ambiente ao qual não é bem-vinda, podendo ser exposta à situação de risco, como violência, privação de cuidados e afeto, privação de alimentação, entre outros aspectos.

No estudo, não foi possível identificar nenhum serviço de assistência psicológica e social oferecido no município às mulheres que decidiram entregar o filho à adoção. Observou-se em apenas um processo o encaminhamento da mãe à psicóloga do Juizado Regional da Infância e Juventude no momento do seu consentimento, para que esta reafirmasse se estava segura de sua decisão. Dessa forma, observou-se que as mulheres não estavam recebendo o encaminhamento e acolhimento psicológico necessário, o que vai de encontro às determinações indicadas na legislação vigente (Lei n. 12.010, 2009). Pode-se perceber que o acompanhamento do Conselho Tutelar ocorreu na maioria dos casos de entrega do filho à adoção, entretanto, muitas vezes ocorreu de forma breve, pouco efetiva e consistente, como não deveria ser o esperado de tal órgão. Em apenas um dos processos analisados, identificou-se a assistência do Conselho Tutelar por período considerável, o qual possibilitou a busca de recursos para amparar tanto a mãe quanto o bebê. O Conselho Tutelar é um órgão permanente e autônomo encarregado pela sociedade de assegurar os direitos de crianças e adolescentes (Lei n. 8.069, 1990). Dessa forma, é fundamental que esse órgão acompanhe a mãe e o bebê para que todos os procedimentos legais e assistenciais possam ser realizados, visando ao melhor interesse da criança.

Considerações finais

A análise das entrevistas realizadas com os profissionais da saúde de dois hospitais públicos e dos seis processos judiciais de mulheres que entregaram seus filhos para adoção forneceu relevantes informações sobre um panorama da imagem social que retratam essas mulheres, bem como sobre reais características e fatores envolvidos no ato da entrega. Há concepções de valores e crenças que moldam a forma como a cultura determina a maternidade, sendo que esses aspectos refletem também na atuação das profissionais da saúde. Embora exista o entendimento da maternidade como algo natural e universal às mulheres, pode-se pensar no ato da entrega também como um ato de amor. Para tanto, é preciso que exista a distinção clara entre abandono e entrega, uma vez que a dificuldade das profissionais em diferenciar essas condutas pode interferir no atendimento às mulheres e na decisão de concretizar a entrega nos hospitais de saúde. Há uma carência de capacitação desses profissionais, bem como de políticas públicas que propiciem um espaço de escuta e acolhimento para que as mães possam tomar a decisão de entregar um filho ou não, sem o temor de um julgamento social pela sua decisão.

A análise dos processos de entrega acessados em um JRIJ apontou que fatores familiares, sociais e financeiros contribuem para decisão da entrega do filho, assim como o fato de as mulheres sentirem-se desamparadas, sem apoio familiar e de instituições assistenciais. O retrato encontrado foi o de mulheres que não receberam atenção psicológica, que estão invisíveis em nossa sociedade e que estão marcadas por um ato que, naquelas circunstâncias, muitas vezes foi o melhor que puderam fazer pela criança. Tais constatações explicitam a falta de implementação e efetivação das determinações da legislação vigente e dos órgãos responsáveis do direito. A Nova Lei Nacional de Adoção (Lei n. 12.010, 2009) preconiza o acompanhamento psicológico e acolhimento judicial às mães que manifestarem o desejo de entregar seu filho para adoção, desde a gestação até o momento em que a mulher se reorganize física e psicologicamente. O Conselho Tutelar se mostrou presente no decorrer dos processos, embora sua atuação tenha sido efetiva em apenas uns dos casos. Espera-se ainda um aperfeiçoamento de tal órgão, para que melhor se intere de cada contexto e busque recursos para melhor assistir mãe e bebê.

Outro achado importante desse estudo foi a constatação da invisibilidade paterna, que vai de encontro ao que é proposto pelo ECA (Lei n. 8.069, 1990), que determina que o consentimento da adoção deve partir de ambos os genitores – exceto se os pais são desconhecidos ou se tenha ocorrido a destituição familiar. No entanto, o que se observou na prática foram mulheres com autonomia total para decidirem a entrega de seu filho, sem o consentimento do pai da criança. Ainda não se observou nenhuma ação por parte do poder judiciário para identificar ou buscar o pai da criança entregue para adoção, assumindo uma posição conivente com o discurso materno. Tal situação impede que o pai, a família paterna ou até mesmo a família extensa possa se apresentar ou manifestar o interesse de cuidar da criança, pois, na maioria das vezes, não sabem de sua existência. Ainda, esse desconhecimento também impossibilita à criança adotada o acesso aos dados de seus pais biológicos, conforme determinação do ECA (Lei n. 8.069, 1990). Parece haver um esquecimento de que a criança é um sujeito de direito e o objetivo maior é a qualidade de seu futuro.

Referências

Ariès, P. (1981). *História social da criança e da família* (2ª ed.). Rio de Janeiro: LTC.

Associação dos Magistrados Brasileiros. (2008). *Campanha da AMB em favor da adoção consciente*. *Cartilha para profissionais de saúde*. São Paulo: Autor.

Badinter, E. (1985). *Um amor conquistado: o mito do amor materno* (4ª ed.). Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

Bardin, L. (1979). *Análise de conteúdo* (L. A. Reto & A. Pinheiro, Trads.). Lisboa: Edições 70.

Böing, E. & Crepaldi, M. A. (2004). Os efeitos do abandono para o desenvolvimento psicológico de bebês e a maternagem como fator de proteção. *Estudos de Psicologia Campinas, 21*(3), 211-226.

Boyle, M. (1997) *Re-thinking abortion: Psychology, gender, power and the law*. Londres: Routledge.

Brodzinsky, D. M. (2011). Children's understanding of adoption: Developmental and clinical implications. *Professional Psychology: Research and Practice, 42*(2), 200-207.

Conselho Federal de Psicologia - CFP. (2000). *Resolução CFP n. 016/2000*. Acesso em 18 de fevereiro, 2015, em http://www.crprs.org.br/upload/legislacao/legislacao68.pdf

Conselho Nacional de Saúde - CNS. (2012). *Resolução n. 466*. Brasília, DF: Autor.

Fonseca, C. (1987). O internato do pobre: Febem e a organização doméstica em um grupo porto-alegrense de baixa renda. *Temas IMESC, Sociedade, Direito, Saúde, 4*(1), 21-39.

Fonseca, C. (1995). *Caminhos da adoção*. São Paulo: Cortez.

Freston, Y. M. B. & Freston, P. (1994). A mãe biológica em casos de adoção: um perfil da pobreza e do abandono. In F. Freire (Ed.), *Abandono e adoção: contribuições para uma cultura da adoção* (Vol. 2, pp. 81-90). Curitiba: Terre des Hommes.

Heilborn, M. L., Araújo, L., & Barreto, A. (2010). *Gestão de políticas públicas em gênero e raça/ GPP-GeR: módulo 2*. Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília, DF: Secretaria de Políticas para as Mulheres.

Hollingsworth, L. D. (2005). Birth mothers whose parental rights are terminated. In G. P. Mallon & P. M. Hess (Eds.), *Child welfare for the twenty-first century: A handbook of practices, policies, and programs* (pp. 469-481). New York: Columbia University Press.

Jones, C. & Hackett, S. (2012). Redefining family relationships following adoptions: Adoptive parents' perspectives on the changing nature of kinship between adoptees and birth relatives. *British Journal of Social Work, 42*, 283-299.

Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. (1990, 16 de julho). Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília-DF: Presidência da República.

Lei n. 12.010, de 29 de julho de 2009. (2009). Dispõe sobre adoção; altera as Leis n. 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, 8.560, de 29 de dezembro de 1992; revoga dispositivos da Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, e da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943; e dá outras providências. Acesso em 20 de novembro, 2012, em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L12010.htm

Marcílio, M. L. (2006). *História social da criança abandonada* (2ª ed.). São Paulo: Hucitec.

Martins, B. M. C., Faraj, S., Santos, S. S., & Siqueira, A. C. (no prelo). Entregar o filho para adoção é abandoná-lo? Concepções de profissionais da saúde. *Psicologia: Ciência e Profissão.*

Menezes, K. F. F. L. (2007). *Discurso de mães doadoras: motivos e sentimentos subjacentes a doação.* Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Psicologia Clínica, Universidade Católica de Pernambuco, Recife.

Najman, J. M., Morrison, J., Keeping, D., Andersen, M., & Williams, G. (1990). Social factors associated with the decision to relinquish a baby for adoption. *Community Health Studies, 14*(2), 180-189.

Otuka, L. K., Scorsolini-Comin, F., & Santos, M. A. (2012). Adoção suficientemente boa: experiência de um casal com filhos biológicos. *Psicologia: Teoria e Pesquisa, 28*(1), 55-63.

Paiva, L. D. (2004). *Adoção: significado e possibilidades*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Scavone, L. (2001). Maternidade: transformações na família e nas relações de gênero. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação, 8*, 47-59.

Silva, G. C. R. F. (2009). A criança como sujeito no processo de adoção. *Paidéia, 19*(42), 131-132.

Soejima, C. S. & Weber, L. N. D. (2008). O que leva uma mãe a abandonar um filho? *Aletheia,* 28, 174-187.

Souza, H. P. & Casanova, R. P. (2011). *Adoção: o amor faz o mundo girar mais rápido*. Curitiba: Juruá.

Weber, L. N. D. (2008). *Laços de ternura: pesquisas e histórias de adoção* (4ª ed.). Curitiba: Juruá.

Weber, L. N. D. (2011). *Adote com carinho: um manual sobre aspectos essenciais da adoção.* Curitiba: Juruá.

Entre redes de cuidado e circuitos aprisionantes: um estudo sobre internações psiquiátricas de crianças e adolescentes

Flávia Blikstein

Maria Cristina G. Vicentin

Introdução

Este trabalho[1] buscou investigar como e em quais condições, apesar dos avanços da Reforma Psiquiátrica Brasileira (Lei n. 10.216, 2001) e da promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n. 8.069, 1990; Lei n. 11.185, 2005; Lei n. 12.010, 2009), se mantém a internação de crianças e adolescentes em hospitais psiquiátricos no Estado de São Paulo. Ou seja, interroga-se a distância entre as diretrizes em saúde mental que preconizam uma ação de cuidado de base territorial e comunitária e as práticas de governo da vida de crianças e adolescentes que acionam circuitos de exclusão.

Buscamos evidenciar neste estudo, mais especificamente, um aspecto do funcionamento do campo da saúde mental infantojuvenil: os percursos institucionais que demandam internações psiquiátricas. Assim como Scisleski (2006), entendemos que o estudo sobre a população de internos pode evidenciar práticas e discursos presentes no campo da saúde mental infantojuvenil, na medida em que é resultante do operar de instituições, estabelecimentos e atores. Da mesma maneira, Dell'Acqua e Mezzina (1991) sugerem que, para compreender a demanda psiquiátrica, é necessário estudar seus elementos constitutivos: "os agentes do encaminhamento, o percurso de chegada ao serviço, as passagens institucionais precedentes, etc." (Dell'Acqua & Mezzina, 1991, p. 57).

[1] Este texto apresenta alguns dos resultados da pesquisa de mestrado *Destinos de crianças: estudo sobre as internações de crianças adolescentes em Hospital Público Psiquiátrico* (Blikstein, 2012).

A pesquisa realizou-se no Núcleo da Infância e Adolescência (NIA) do Centro de Atenção Integrada em Saúde Mental (CAISM) Philippe Pinel, instituição de referência para a internação de crianças e adolescentes no Estado de São Paulo[2]. O procedimento metodológico foi a caracterização do perfil das crianças e dos adolescentes internados e de suas trajetórias institucionais até a internação[3]. Tal caracterização se produziu por meio de dados obtidos nos prontuários arquivados no Serviço de Assistência Médica (SAME) do CAISM Philippe Pinel. Foram analisados 451 casos entre janeiro de 2005 e dezembro de 2009[4]. Para a construção do perfil das internações de crianças e adolescentes, trabalhamos com as seguintes categorias: sexo; município de residência; data de nascimento; idade no momento da internação; data de entrada; data de alta; duração da internação; tipo de internação[5]; CID[6] de entrada; CID de saída; procedência; queixa; encaminhamento.

Neste texto, apresentamos inicialmente alguns elementos sobre a atenção à crise e a rede de atenção que lhe corresponderia, tal como é formulada no âmbito da Reforma Psiquiátrica, assim como a noção de circuito (De Leonardis, 1998; Rotelli, De Leonardis, & Mauri, 2001) em que, diferentemente da rede, as respostas são fragmentadas e pontuais. No circuito, o hospital psiquiátrico representa um ponto de passagem recorrente.

Em seguida, apresentamos as características das internações pesquisadas. Estas configuram dois percursos institucionais distintos: as internações encaminhadas por familiares e por outros serviços de saúde, e as internações encaminhadas por ordem judicial. Tais percursos são

[2] A pesquisa foi apresentada e aprovada na Comissão de Ensino e Pesquisa do CAISM Philippe Pinel, bem como no Comitê de Ética da PUC-SP e foram assegurados todos os parâmetros éticos.

[3] Foram adotados outros procedimentos como a análise em profundidade de alguns casos que, por suas condições singulares, evidenciavam dimensões importantes da internação. Neste artigo, focalizaremos particularmente o perfil e as trajetórias do conjunto dos internos.

[4] O critério para tal recorte temporal foi o da complementaridade à pesquisa similar (Joia, 2006), que trabalhou com o recorte de 2002 a 2004 no mesmo serviço. Essa pesquisa será abordada mais à frente.

[5] As internações no serviço são distinguidas entre não compulsórias e compulsórias. As do primeiro grupo são aquelas em que o encaminhamento é feito pela família ou por outros serviços de saúde, como hospitais, prontos-socorros e Unidades Básicas de Saúde. As internações compulsórias são aquelas que acontecem por meio de determinação judicial.

[6] Classificação Internacional de Doenças.

analisados à luz da tensão rede-circuito, quando são apresentadas certas pistas para a modificação dessa situação sob a perspectiva das diretrizes em saúde mental.

A atenção à crise na Reforma Psiquiátrica

A Política Nacional de Saúde Mental, expressa na Lei n. 10.216/01 (2001), busca consolidar um modelo aberto de atenção à saúde mental e de base comunitária. Isto é, um modelo que garanta a livre circulação das pessoas com transtornos mentais pelos serviços, comunidade e cidade, oferecendo um conjunto de cuidados com base no território e na articulação em rede. Esse modelo conta com uma rede de serviços e equipamentos variados, tais como os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), os Serviços Residenciais Terapêuticos (SRT), os Centros de Convivência e Cultura e os leitos de atenção integral (em hospitais gerais e nos CAPS III) (Ministério da Saúde, 2013).

No âmbito da infância preconiza-se que o cuidado em saúde mental ocorra por meio de uma rede articulada de serviços substitutivos ao hospital psiquiátrico, de base comunitária, que tem como objetivo garantir alternativas de cuidado de acordo com as necessidades da população adstrita. A rede de atenção e cuidado deve articular-se de forma horizontal e sistêmica, assegurando às crianças e aos adolescentes a utilização de modo contínuo de cada um dos níveis de atenção. Assim, a rede deve consolidar-se com base na intersetorialidade para garantir o cuidado em saúde mental infantojuvenil, para o que se faz necessária estreita articulação de diversos campos: saúde, educação, justiça, assistência social, habitação, entre outros (Comissão de Cuidados à Saúde Mental de Crianças e Adolescentes no Estado de São Paulo, 2003).

A crise, nessa perspectiva, não é concebida simplesmente como um período de irrupção de sintomas, mas como um período que deflagra uma complexa situação e exige que os serviços de intervenções abarquem essa complexidade (Dell'Acqua & Mezzina, 1991). Assim, a internação, quando necessária nos períodos de crise, deve ser uma estratégia de cuidado inserida no tratamento e não o tratamento em si (Kinoshita, 1997). Tampouco deve ocasionar rupturas de vínculos ou estigmatização. Os conflitos expressos em uma situação de crise não devem ser desconsiderados,

pelo contrário, devem ser trabalhados e significados junto ao paciente, à família e à comunidade, a fim de possibilitar transformações (Dell'Acqua & Mezzina, 1991).

Os serviços substitutivos, ao contrário do hospital psiquiátrico, são territorializados. Desse modo, têm como característica intrínseca a proximidade em relação à família, à comunidade e às instituições que compõem o contexto de vida do paciente. Dessa forma, nas palavras de Dell'Acqua & Mezzina (1991), os serviços substitutivos são capazes de:

> perceber, conhecer, entrar em contato e elaborar a rede de relações e de conflitos que constituem os limites da crise, de outra maneira escondidos, fragmentados, banalizados e desprovidos de significado, graças àquele processo de simplificação que se verifica, via de regra, nos modelos baseados na centralização do hospital psiquiátrico. (Dell'Acqua & Mezzina, 1991, p. 61)

Além disso, os mesmos autores afirmam que os serviços territoriais são capazes de efetuar a "reconstrução da história através dos múltiplos momentos de contato e de conhecimento entre o serviço e os problemas materiais e concretos". Isto é, exatamente por estarem inseridos no território existencial, estes serviços têm a potencialidade de dar significado, "dar um senso à crise" e assegurar que o paciente preserve "sua continuidade existencial e histórica" (Dell'Acqua & Mezzina, 1991, p. 56).

Ainda, segundo Kinoshita (1997, p. 72), principalmente nos casos de maior gravidade, faz-se necessário, nas situações de crise, que o usuário possa se afastar de seu contexto familiar e social de forma a "criar uma distância útil, que permita uma percepção diferenciada da situação, seja pelo paciente, seja por todos aqueles envolvidos". Dessa forma, segundo o autor, o sistema de saúde mental deve ser capaz de garantir espaços que proporcionem essa condição sem promover segregação ou isolamento. Ele chama essa situação de "direito ao asilo" (Kinoshita, 1997, p. 72).

As diretrizes da Reforma Psiquiátrica no Brasil (Lei n. 10.216, 2001) também reconhecem a necessidade de serviços capazes de acolher as situações de crise. O atendimento deve, entretanto, ocorrer em serviços extra-hospitalares e sob a lógica do atendimento territorial, conforme preconiza a Política de Saúde Mental (Lei n. 10.216/01, 2001). No caso de crianças e adolescentes, tal direção de trabalho torna-se crucial, seja em função da longa história de institucionalização a que crianças e adoles-

centes foram sujeitados (Rizzini, 2005, 2008; Rizzini & Rizzini, 2004), seja em função da suposta condição de incapacidade sociopolítica de crianças e adolescentes (Castro, 2008)[7], seja ainda em função dos direitos que lhes são assegurados hoje em decorrência dessa história, principalmente o direito à convivência familiar e comunitária, garantido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n. 8.069, 1990) e pelo Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2006).

Vimos acima que a crise é o momento de complexificação da atenção e não de sua redução à lógica da segregação, demandando a construção/sustentação de redes no âmbito do projeto singular do sujeito e do seu território de inserção. No entanto, essa direção de trabalho nem sempre se constitui.

Como sinalizam Rotelli et al. (2001), a internação psiquiátrica pouco a pouco vai perdendo suas tradicionais funções de coerção e segregação "estáticas" (com o confinamento duradouro ou ainda perpétuo), sendo substituída pelo "dinâmico" funcionamento em circuito. No **circuito***,* os usuários percorrem uma cadeia de serviços especializados, cujas respostas são fragmentadas e pontuais, dentre os quais o hospital psiquiátrico representa um ponto de passagem de curta duração, mas recorrente.

De acordo com De Leonardis (1998), o circuito constitui-se de instituições pertencentes a áreas distintas de atuação (psiquiátrica, sanitária, assistencial, judicial, etc.) que não se comunicam e trabalham isoladamente. Desse modo, essas instituições funcionam de forma independente e de acordo com sua própria lógica: "cada uma delas tem seu filtro, seu código, seu procedimento" (De Leonardis, 1998, p. 436). Como consequência tem-se a produção de respostas pontuais, fragmentadas e pouco eficientes. Ainda, segundo a autora, esse funcionamento dos serviços não só contribui para a ampliação a um só tempo do controle social e do abandono dos usuários, mas também não responde às suas reais necessidades e demandas, o que resulta na sua cronificação.

Ou seja, nesses casos, a internação psiquiátrica se perpetua por uma relação de encaminhamento e reencaminhamento de uma instituição a

[7] Entendemos a infância como construção sócio-histórica que se fundou na desigualdade estrutural de poder adulto-criança, configurando a relação de idade como relação de poder (Rosemberg, 1976).

outra. Essa complementaridade entre as instituições de internação e os agentes territoriais promove tanto a cronicidade quanto o surgimento de situações de emergência.

Assim, se a internação psiquiátrica parecia perder sua importância e se deslocar (com a desospitalização) aos serviços substitutivos, na psiquiatria reformada a internação passa a encarregar-se, principalmente, da gestão das situações que excedem as respostas dos modelos institucionais do circuito composto pelos setores sanitários, assistenciais e judiciais (De Leonardis, 1998). É com essa chave de análise do funcionamento em rede e do funcionamento em circuito que os dados produzidos a partir dos prontuários do NIA-CAISM serão problematizados.

Caracterização das internações de crianças e adolescentes no CAISM entre os anos de 2005 e 2009

A pesquisa colheu dados sobre 451 casos e 611 internações no NIA entre janeiro de 2005 e dezembro de 2009. Como algumas dessas crianças foram reinternadas nos anos seguintes, colhemos também alguns dados referentes a essas internações nos anos de 2010 e 2011. Esse número evidencia a existência de um contingente significativo de crianças e adolescentes encaminhados para a internação psiquiátrica, mesmo após a vigência da Lei n. 10.216 (2001), na direção da pergunta colocada na Introdução.

As crianças e os adolescentes internados são, em sua maioria (77,8%), do sexo masculino. Além disso, a internação de adolescentes (maiores de 12 anos) é mais recorrente, representando 88% dos casos. Em relação ao município de residência, verificamos que 60% dos pacientes internados residem na cidade de São Paulo. Em segundo lugar estão os municípios da Grande São Paulo (Carapicuíba, Osasco, Guarulhos, Taboão da Serra, Francisco Morato e Itapecerica da Serra) e Baixada Santista (Guarujá e Praia Grande). Por fim, o terceiro lugar é ocupado pelos municípios do interior do estado: Registro, Guararema e Tatuí são os principais encaminhadores. Importante observar que encontramos também crianças e adolescentes provenientes de outros estados brasileiros, como Paraná, Goiás e Mato Grosso do Sul.

Observamos que 79,1% dos casos referem-se a pacientes internados uma única vez no CAISM. Os demais casos apresentam de duas a sete reinternações. Destacamos a ocorrência de 14 casos que tiveram 4 ou mais internações. As internações também variam em relação à sua duração. As internações têm em média a duração de 41,6 dias, com desvio padrão[8] de 74,9 e duração máxima de 1004 dias.

Tabela 1. Duração da internação por instituição de procedência (01/2005-12/2009)

Instituições	Média de dias	Desvio padrão	Máx. duração
Abrigo	62,2	133,8	1004
PS	38,7	57,0	489
CAPS	29,0	26,5	127
Fundação CASA	28,1	34,0	211

Além disso, pudemos observar que as internações ocorrem por meio de dois encaminhamentos distintos. Em 55% dos casos, as internações foram solicitadas por familiares e por outros serviços de saúde e, em 45% dos casos, as internações ocorreram por ordem judicial. Fluxos e destinos distintos decorrentes desses dois encaminhamentos, no que diz respeito ao lugar da internação, nos levaram a analisar cada um desses percursos separadamente: (a) o percurso 1, relativo ao circuito acionado nas internações ocorridas por meio dos serviços de saúde; e (b) o percurso 2, o circuito acionado nas internações por ordem judicial.

O percurso 1, acionado pelo sistema de saúde

Esse percurso representa 55% das internações, que se caracterizam por:

- Média de 30 dias de duração;
- As crianças e os adolescentes deste percurso, em 83% dos casos, são internados uma única vez;
- 40% das internações são de pacientes com 17 anos de idade;

[8] O desvio padrão é uma medida de dispersão estatística. Esse número aponta para a variação dos dados em relação à média.

- Os três grupos de diagnósticos mais recorrentes na internação são, em ordem decrescente: esquizofrenia, transtornos esquizotípicos e transtornos delirantes (F20-F29) representam 52%; transtornos do humor (F30-F39), 19%; retardo mental (F70-F79) aparece com 7%;
- Os serviços de emergência são os que mais encaminham para a internação no CAISM;
- Na alta, aproximadamente 60% dos casos são encaminhados aos CAPS.

Análise do percurso 1

O primeiro analisador[9] do percurso 1 que gostaríamos de discutir é o da procedência e encaminhamento das internações. Aproximadamente 70% das internações do percurso 1 são procedentes de serviços de urgência, sem a participação de serviços territoriais. No momento da alta, entretanto, pudemos constatar que 60% foram encaminhadas para CAPS e 4% para UBS.

A Portaria n. 251 (2002) estabelece diretrizes e normas para a assistência hospitalar em psiquiatria e define que "o hospital deve articular-se com a rede comunitária de saúde mental, estando a porta-de-entrada do sistema de internação situada no serviço territorial de referência para o hospital" (Item 2.2.1).

Apesar disso, observamos que apenas 8% dos casos foram encaminhados por Unidade Básica de Saúde (UBS) ou por CAPS. Essas informações nos permitem refletir sobre a relação internação e rede de atenção territorial. Seja no sentido de que a pouca participação de serviços territoriais na trajetória de internação de crianças e adolescentes pode ter relação direta com a produção da necessidade de internação ou, ao contrário, que a maior participação dos serviços territoriais na promoção da saúde e na acolhida da crise pode evitar a internação[10].

[9] Analisador aqui entendido, conforme Lourau (1993), como evento crítico que permite explicitar o jogo de forças atuando numa determinada situação, bem como arguir determinadas naturalizações.

[10] O estudo realizado não permitiu trabalhar essa direção de análise, já que implicaria um desenho mais detalhado das redes dos serviços e das trajetórias desses casos.

Prosseguindo nossa análise: os pacientes encaminhados pelos CAPS apresentam a menor média de dias de internação (29 dias)[11] e a menor variação em relação à duração das internações representadas. Além disso, os pacientes encaminhados foram reinternados em apenas 3% dos casos. Assim, esses dados nos possibilitam concluir que após o encaminhamento para serviços territoriais, as internações tornam-se menos frequentes. Nossa hipótese é que isso se deve ao fato de que os serviços territorializados podem responder às reais necessidades do usuário.

Um segundo analisador importante refere-se à duração das internações: a média de 30 dias de internação indica que, para esses casos, as internações perduram apenas o tempo necessário para a remissão de sintomas e encaminhamento a serviços de saúde territoriais.

Dessa forma, podemos dizer que, para as crianças e os adolescentes do percurso 1, o NIA não funciona como instituição de asilamento, mas como serviço de atendimento à crise. Os dados sobre a idade e o diagnóstico das crianças e dos adolescentes internados pelo percurso 1 corroboram a nossa hipótese. Ao verificarmos que 80% das internações são de adolescentes entre 15 e 17 anos e que o principal diagnóstico para internação é de esquizofrenia, podemos aventar que essas internações são de pacientes em seu primeiro episódio de crise psicótica.

A pesquisa realizada por Bentes (1999) já sinalizava essa direção. A pesquisadora levantou dados sobre as internações de crianças e adolescentes do sexo masculino ocorridas no Centro Psiquiátrico Pedro II, no Rio de Janeiro, e expõe as seguintes observações:

> Há uma distinção nítida entre adolescentes "portadores" de Psicose não Especificada, segundo a origem de seus encaminhamentos. Para os pacientes com tal diagnóstico, encaminhados por familiares, a UHVR se comporta como "*enfermaria de crise*", ou seja, o tempo médio de permanência é em torno de 18 dias. Para os de mesmo diagnóstico, internados por encaminhamentos judiciais, a UHVR funciona como "*asilo*", com um tempo médio de permanência de 88 dias de internação. (Bentes, 1999, p. 117)

Voltaremos a essa observação mais à frente, na análise do percurso 2.

[11] Apresentam também o menor desvio padrão. Um baixo desvio padrão indica que os dados tendem a estar próximos à média. Isso significa que as internações desse grupo de pessoas não apresentam discrepância(s) em relação à média de dias de sua duração.

O percurso 1 nos coloca as seguintes questões: há investimentos suficientes em serviços extra-hospitalares? De que modo as Unidades Básicas de Saúde (UBS) atendem a demanda de saúde mental infantojuvenil? Por que, nesses casos, a UBS e os CAPS não funcionam como porta de entrada do sistema de saúde mental?

Podemos supor que o percurso 1 poderia sofrer alterações no número de internações, caso existisse uma rede suficiente de serviços substitutivos. O NIA, como vimos, tem, nesse percurso, a função de porta de entrada e de instituição para o atendimento de crise. Essas funções, entretanto, devem, segundo as diretrizes da Política Nacional de Saúde Mental (Lei n. 10.216, 2001), ser exercidas pelos serviços substitutivos. Isso significa que, para alterar o percurso 1, é necessário que haja investimento para consolidação dos serviços já determinados na política nacional de saúde mental.

O percurso 2: o circuito das ordens judiciais

As internações acionadas por este percurso representam 45% do total de internações no período estudado. Vejamos as principais características dessas internações:

- As internações são, em média, de 55 dias;
- 27% das crianças e adolescentes apresentam mais do que uma internação;
- As internações de crianças entre 9 e 12 anos representam aproximadamente 20% das internações realizadas por este percurso;
- Os três grupos de diagnósticos mais recorrentes na internação são, em ordem decrescente: esquizofrenia, transtornos esquizotípicos e transtornos delirantes (F20-F29) somam 28%; transtornos mentais e comportamentais devido ao uso de substâncias psicoativas (F10 – F19), 17%; e em terceiro lugar os transtornos do comportamento e transtornos emocionais que aparecem habitualmente durante a infância e a adolescência (F90-F98), com 16% dos casos;
- As instituições que mais encaminham para a internação no CAISM são: abrigos, 30%; Fundação Casa, 18%; e serviços de emergência, 17%. Observamos também que em 9,1% das internações encontramos apenas o encaminhamento das instituições judiciais;

- Na alta, aproximadamente 40% dos casos foram encaminhados para CAPS, 11% foram encaminhados para o ambulatório de saúde mental da Fundação Casa, 6,9% para comunidades terapêuticas e 6,1% não tinham encaminhamento, pois, segundo avaliação do CAISM, não havia necessidade de tratamento em saúde mental.

Análise do percurso 2

Ao analisarmos comparativamente os percursos, podemos perceber que as internações do percurso 2 têm maior duração e maior incidência de reinternações do que as do percurso 1. Isso é, 92% das internações que duram mais do que 150 dias e 85,7% das crianças e adolescentes internados de 4 a 6 vezes no NIA o são por ordem judicial.

Pesquisas realizadas por Bentes (1999), Scisleski (2006), Joia (2006) e Cunda (2011) já sinalizavam a existência dessa trajetória institucional não apenas no estado de São Paulo, mas também nos estados do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul. Apresentaremos brevemente esses resultados para compará-los aos dados por nós levantados.

A pesquisa de Joia (2006), também realizada no Hospital CAISM Philippe Pinel em São Paulo, apresentou como resultado que as internações de crianças e adolescentes ocorridas por via judicial são mais longas, e representam 23% dos casos internados entre fevereiro de 2001 e dezembro de 2004. Ao comparar os dados por nós apresentados aos resultados de Joia, podemos verificar que há um aumento relevante de ocorrências desse tipo de internação no CAISM Philippe Pinel. A porcentagem de ocorrências dessas internações passou de 23%, entre os anos de 2001 e 2004, para 45%, entre os anos de 2005 e 2009.

O estudo de Scisleski (2006) revela que, entre os anos de 2002 e 2005, o sistema judiciário foi responsável pelo encaminhamento de 54% das internações no Hospital São Pedro, em Porto Alegre. Em 2011, Cunda realiza nova pesquisa na mesma instituição, com o objetivo de verificar o impacto causado nas internações ocorridas no Hospital São Pedro pelo surgimento do crack. Segundo o autor, "A atuação judiciária das varas da infância e juventude e do ministério público estadual na regulação das internações é a marca" (Cunda, 2011, p. 19). Prova disso foi observada com o aumento da participação dos Conselhos Tutelares nos

encaminhamentos, de 29% em 1998 para 64% em 2005 (Cunda, 2011). Os registros indicam, segundo Cunda (2011), que a primeira internação compulsória por meio de determinação judicial no Hospital São Pedro ocorreu em 1993. A partir desse momento, esse tipo de internação passou a ser cada vez mais frequente e, atualmente, ocorre em quase metade dos casos internados.

A pesquisa realizada por Bentes (1999) trabalha com um período cronológico anterior (1994 a 1997) e já apontava para essa tendência. A autora, como vimos, realizou a pesquisa no Centro Psiquiátrico Pedro II, no Rio de Janeiro, e verificou que "as internações por Mandado Judicial tornaram-se progressivamente mais numerosas, representando, no ano de 1997, um terço do total de primeiras internações" (Bentes, 1999, p. 6).

Esses dados demonstram que a internação por mandado judicial de crianças e adolescentes em hospitais psiquiátricos não é situação pontual, sendo, ao contrário, uma prática identificada em três grandes capitais do país, e em números significativos. Pudemos também observar algumas semelhanças em relação ao perfil das crianças e adolescentes internados nos três estados.

No estado do Rio de Janeiro, segundo Bentes (1999), os pacientes encaminhados por ordem judicial, ao contrário dos demais, têm predomínio de quadros não psicóticos. Da mesma forma, averiguamos que os diagnósticos de esquizofrenia, transtornos esquizotípicos e transtornos delirantes (F20-F29) não representam a maioria dos casos internados pelo percurso 2, ocorrendo em apenas 28% das internações.

Nosso estudo identificou que o segundo grupo de diagnósticos mais frequentes nessas internações é o de transtornos mentais e comportamentais devido ao uso de substâncias psicoativas (F10-F19). Encontramos nas pesquisas realizadas no estado do Rio Grande do Sul um número ainda maior de internações por uso de substâncias psicoativas. Em 2005, esse diagnóstico foi responsável por 50% das internações (Scisleski, 2006), chegando a 70% em 2007 (Cunda, 2011). Além disso, verificou-se que 50% dos casos internados por uso de substâncias psicoativas têm como diagnóstico associado os transtornos do comportamento e transtornos emocionais que aparecem habitualmente durante a infância e adolescência (Cunda, 2011).

A ocorrência desse grupo de diagnósticos também se mostrou relevante em nossos dados. Os transtornos do comportamento e transtornos emocionais que aparecem habitualmente durante a infância e adolescência (F90-F98) são, no CAISM Phillipe Pinel, o terceiro grupo de diagnósticos de maior ocorrência nas internações pelo percurso 2. Observamos, a partir da comparação com os resultados de Joia (2006), que há um crescimento gradual desses diagnósticos. Em 2002, representavam 5,26% dos casos, em 2005 já ocorriam em 7,14% e, em 2009, verificamos que houve um aumento dessa porcentagem para 15,2%.

Dentro desse grupo, temos como diagnóstico de maior incidência (75%) os distúrbios de conduta (F91). Observamos no estudo dados relevantes sobre esse diagnóstico. É ele o responsável por 26% das internações com duração maior do que 150 dias e por 36,4% dos casos de crianças e adolescentes internados de 4 a 7 vezes.

Assim, a partir dos dados apresentados, podemos observar que o diagnóstico de transtorno de conduta é característico do percurso 2 e bem menos recorrente no percurso 1. Além disso, parece-nos que, dentro do percurso 2, os pacientes que permanecem por mais tempo na instituição recebem esse diagnóstico.

Ademais, pudemos perceber por meio da análise das queixas registradas nos encaminhamentos que o diagnóstico de transtorno de conduta tem sido atribuído de forma generalizada a crianças e adolescentes. Vimos que, em muitos casos, o transtorno de conduta é diagnosticado em crianças com episódios de descontrole e agressividade, sem que haja uma análise sobre sua história e contexto de vida. O relato encontrado nas queixas é bastante sucinto e privilegia a descrição de sintomas. Dito de outra forma, o diagnóstico e a internação psiquiátrica são determinados, muitas vezes, apartados do contexto social, político e econômico em que crianças e adolescentes estão inseridos[12].

Assim, o percurso 2 parece funcionar de acordo com uma lógica de produção de subjetividade individualizante e, portanto, reducionista acerca da doença mental na infância. Isto é, o diagnóstico que encaminha crianças e adolescentes à internação é elaborado sem considerar outros aspectos de suas vidas (escola, lazer, habitação, família, trata-

[12] Na dissertação, essa discussão está apresentada com maiores detalhes (Blikstein, 2012).

mentos precedentes etc.), e a internação como conduta de tratamento, da mesma forma, é determinada sem considerar as reais necessidades do paciente. Prova disso é que a conduta médica sugerida para os casos de F91 (distúrbios de conduta) é a inserção comunitária e o não asilamento.

Esse fato também pode ser observado com a ocorrência de internações de crianças com comprometimentos orgânicos. Os CID F06, F70, F71, F72, F73 e F79[13] somados representam 18% das internações pelo percurso 2 no CAISM. A ocorrência de internações dessa população também foi observada por Bentes (1999) no estado do Rio de Janeiro. Segundo a autora, "interna-se também, através do poder público, o adolescente abandonado que apresente quaisquer condições psiquiátricas ou neurológicas, inclusive o encefalopata portador de oligofrênia grave ou profunda, que não se beneficia de um hospital com as características da UHVR[14]" (Bentes, 1999, p. 4).

A análise dos dados evidenciou que, além de semelhanças no diagnóstico, há outra característica recorrente e semelhante nos três estados. Por meio da análise das instituições de procedência e de encaminhamento, pudemos observar as trajetórias institucionais realizadas por crianças e adolescentes até a internação. Vimos que, no percurso 2, essa trajetória é marcada por diversas intervenções do aparato jurídico, isto é, antes de serem encaminhadas à internação, as crianças e os adolescentes já haviam sido submetidos a outras determinações judiciais. Em nossos dados, observamos que aproximadamente 49% das crianças e adolescentes internados no CAISM por via judicial já estavam institucionalizados em abrigos ou em unidades da Fundação Casa. Além desses, 9% dos casos foram encaminhados exclusivamente pelo sistema judiciário. Observamos que nesses casos há pouco ou nenhum registro de intervenção de instituições educacionais, culturais, de lazer, saúde ou assistência.

A pesquisa de Bentes (1999) já sinalizava esse mesmo perfil. Segundo a autora, os adolescentes internados por ordem judicial já haviam sido submetidos a medidas socioeducativas ou medidas protetivas. Cun-

[13] F06 - Outros transtornos mentais devidos à lesão e disfunção cerebral e à doença física; F70 - Retardo Mental Leve; F71 - Retardo Mental Moderado; F72 - Retardo Mental Grave; F73 - Retardo Mental Profundo; F79 - Retardo Mental Não Especificado.

[14] Setor destinado à internação de crianças e adolescentes do Centro Psiquiátrico Pedro II.

da (2011) também encontra características similares entre essas crianças e adolescentes e afirma que eles "possuem antes de tudo trajetos semelhantes: transgressão às instituições família, escola, trabalho; manifestação de agressividade, exercício de má conduta, cometimento de delitos" (p. 19), tendo a internação psiquiátrica o objetivo de incidir sobre comportamentos desviantes.

Esses dados sobre a trajetória institucional das crianças e dos adolescentes nos permitem afirmar que há uma estreita relação entre as medidas de proteção e/ou socioeducativas e a demanda em saúde. De acordo com Scisleski, Maraschin e Silva (2008), nessa lógica, as intervenções visam incidir sobre o próprio sujeito e não sobre a situação. Segundo a autora, baseado numa concepção desenvolvimentista, a lógica (que vimos no percurso 2) propõe às crianças e aos adolescentes intervenções como mecanismos de adaptação a uma determinada configuração social. Isto é, "a solução encontrada se aplica ao próprio sujeito – internando-o, por exemplo –, mas sem oferecer-lhe verdadeiramente a chance de sair desse itinerário" (Scisleski, Maraschin, & Silva 2008, p. 347).

Dessa forma, o hospital psiquiátrico, as instituições jurídicas, assistenciais, pedagógicas e de saúde, ao contrário de formarem juntos uma rede de atenção e cuidado, capaz de apoiar a potencialização das vidas dos indivíduos, formam "um circuito de individualidades fracassadas" (Cunda, 2011). Na medida em que percorre esse caminho, a criança ou o adolescente é cada vez mais apartado de seus próprios direitos. As internações por ordem judicial apontam para esse ponto de convergência entre o sistema jurídico e de saúde mental no qual, segundo Telles (2010), uma leitura equivocada dos discursos dos direitos do doente mental e das crianças pode recobrir outras formas de segregação.

Cabe destacar, ainda, que as internações no CAISM persistem, muitas vezes, a despeito da indicação clínica. Ao contrário, são motivadas por uma combinação complexa de aspectos que constroem uma situação de vulnerabilidade, para a qual a resposta exclusiva do campo da saúde, principalmente aquela da internação psiquiátrica, além de redutora da complexidade, é ela mesma produtora de maior sofrimento. Ou seja, a internação é uma tentativa de solução individualizada e pontual para uma situação de grande complexidade, resultado de um campo de vulnerabilidades.

Dessa forma, o percurso 2 mantém viva a função histórica exercida pelos manicômios, que consiste em recolher indivíduos considerados perigosos e, portanto, impossibilitados de convívio social (Cunda, 2011), acionando uma concepção de infância e adolescência pautada no medo e no perigo. Em outras palavras, o manicômio se mantém como lugar de segregação ocupado pelos indivíduos que representam "a exceção da regra, o limite, o negativo da lógica de funcionamento das outras instituições" (De Leonardis, 1998, p. 433).

Verificamos, dessa forma, que as internações por mandado judicial exigem redobrada atenção no tocante à necessidade de arguir a construção da rede de atenção e cuidado da infância e adolescência, bem como de considerar diferenças e singularidades das crianças e de seus contextos, evitando respostas que reduzam crianças e adolescentes ao status de pacientes psiquiátricos perigosos, produzindo sua cronificação e estigmatização (Cunda, 2011; Vicentin & Gramkov, 2010).

Podemos concluir, com Ota de Leonardis (1998), que no percurso 2 o CAISM cumpre o papel de administração dos **resíduos institucionais**. Isto é, resíduo como o produto de um circuito de respostas seletivas, codificadas e fragmentárias dos serviços nos quais o controle social se soma ao abandono numa espiral de cronificação. Assim, podemos dizer que a patologização das crianças em situação de vulnerabilidade social evidencia a precariedade da rede de atenção e cuidado, e também a insuficiente articulação entre as políticas públicas nos campos da educação, saúde, habitação, lazer e assim por diante.

Considerações finais

O presente texto teve como objetivo apresentar e discutir dois percursos institucionais distintos percorridos por crianças e adolescentes até a internação psiquiátrica num serviço de saúde mental do estado de São Paulo, o NIA do CAISM Philippe Pinel: o percurso 1, derivado de encaminhamentos da rede de saúde, marcado pelas políticas instituídas pela Reforma Psiquiátrica (em que a internação é breve e para situações agudas), no qual a criança e o adolescente encontram-se em situação de referência territorial e atenção das redes de saúde e intersetoriais; e o percurso 2, que se refere às internações ocorridas via ordem judicial, no qual se ve-

rifica o efeito de afastamento dos jovens dos contextos sociais e comunitários e a patologização de demandas sociais, produzindo na trajetória de adolescentes a reafirmação de um circuito aprisionante.

Em relação ao percurso 1, pudemos verificar que sua existência se perpetua em função da insuficiência de serviços territoriais. Segundo nossa análise, para substituir a internação psiquiátrica seriam suficientes investimentos em políticas voltadas para a descentralização, a territorialização e para a promoção da saúde, como equipes de PSF e de saúde mental nas UBS, implantação CAPSi, CAPS III e leitos em hospitais gerais. Possivelmente, muitas das crianças e adolescentes, principalmente aqueles advindos de municípios menores, poderiam deixar de ser encaminhados ao CAISM se houvesse serviços em seu território.

O percurso 2, por outro lado, perpetua-se principalmente pela ausência ou insuficiência de práticas e ações articuladas entre os agentes que atuam e as políticas no campo da infância e adolescência. Vimos que as instituições não trabalham na perspectiva da constituição de atendimento em rede, mas, pelo contrário, trabalham sob a lógica da fragmentação, do encaminhamento e da desresponsabilização. Por esse motivo, tendo como base as concepções de De Leonardis (1998) e Rotelli et al. (2001), consideraremos que o percurso 2 opera como um circuito.

O funcionamento em circuito, marcado muitas vezes pela ação imperativa do sistema judiciário, além de produzir a segregação dos indivíduos, tem como consequência o enrijecimento da rede de atenção e cuidado, na medida em que parte de uma lógica excludente, com caráter disciplinar e manicomial (Scisleski, Maraschin, & Silva, 2008).

Melhor dizendo, o circuito destrói a rede. Ao contrário dessa lógica, o funcionamento em rede propõe a desconstrução da compreensão do sujeito a partir de dicotomias (saúde x doença, indivíduo x sociedade, objetividade x subjetividade etc.) e considera que as intervenções devem ser desenvolvidas a partir das vinculações interpessoais do usuário, tendo os atores institucionais de diferentes campos envolvidos nesse processo (Marinho, 2009).

A necessidade de investimentos na ampliação dos serviços territoriais, bem como em ações de saúde mental na atenção básica, nos parece urgente para a construção de uma política de saúde mental infantojuvenil

congruente com as necessidades dessa população. Retomamos aqui as recomendações do Relatório da IV Conferência de Saúde Mental, realizada em 2010 (Comissão Organizadora da IV Conferência Nacional de Saúde Mental – Intersetorial, 2010), que aponta para a necessidade de intervenção nessa área e define as seguintes recomendações:

561. Garantir a educação permanente e fortalecer as ações em saúde mental das equipes da atenção básica Unidades Básicas de Saúde (UBS), Estratégia de Saúde da Família (ESF), Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF) no cuidado a crianças e adolescentes em sofrimento psíquico.

562. Criar incentivos financeiros específicos para ações da atenção básica em saúde mental dirigidas à infância, adolescência e juventude.

563. Capacitar as equipes da Estratégia de Saúde da Família (ESF) para que identifiquem precocemente o sofrimento psíquico na primeira infância, de tal forma que os encaminhamentos e intervenções, quando necessários, possam acontecer em tempo hábil. (p. 96)

E, ainda:

360. Ampliar o número de CAPS nos Estados, particularmente de CAPS III e CAPSi nas regiões de saúde, reavaliando o índice de cobertura estabelecido pelo Ministério da Saúde e as demandas de cada área, no sentido de acolher a crise e evitar internações em hospitais psiquiátricos. (p. 70)

375. Garantir a implantação de CAPSi III, para atender a demanda infantil e juvenil em crises e urgências. (p. 72)

565. Assegurar a qualidade do cuidado e atenção à crise na infância e na adolescência no hospital geral, com equipe de saúde mental em articulação com o serviço de referência territorial, respeitando os princípios da reforma psiquiátrica e do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). (p. 96)

Referências

Bentes, A. L. S. (1999). *Tudo como dantes no quartel D'Abrantes*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Saúde pública, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro.

Blikstein, F. (2012). *Destinos de crianças: estudo sobre as internações de crianças e adolescentes em Hospital Público Psiquiátrico*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

Castro, L. R. (2008). Conhecer, transformar(-se) e aprender: pesquisando com crianças e jovens. In L. R. Castro & V. L. Besset (Orgs.), *Pesquisa-intervenção na infância e juventude* (pp. 21-42). Rio de Janeiro: Trarepa/FAPERJ.

Comissão de Cuidados à Saúde Mental de Crianças e Adolescentes no Estado de São Paulo. (2003). *Política de Saúde Mental para a Infância e Adolescência. Uma proposta de organização da atenção*. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo.

Comissão Organizadora da IV Conferência Nacional de Saúde Mental – Intersetorial. (2010). *Relatório Final da IV Conferência Nacional de Saúde Mental – Intersetorial*. Brasília, DF: Conselho Nacional de Saúde/Ministério da Saúde. Acesso em 02 de fevereiro, 2012, em http://conselho.saude.gov.br/biblioteca/Relatorios/relatorio_final_IVcnsmi_cns.pdf

Cunda, M. F. (2011). *Tramas empedradas de uma psicopatologia juvenil*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional, Universidade Federal do Rio Grande Sul, Porto Alegre.

De Leonardis, O. (1998). Estatuto y figuras de la peligrosidad social. Entre psiquiatria reformada y sistema penas: notas sociológicas. *Revista de Ciencias Penales, 4*, 429-449.

Dell'Acqua, G. & Mezzina, R. (1991). Resposta à crise: estratégia e intencionalidade da intervenção no serviço psiquiátrico territorial. In J. Delgado (Org.), *A loucura na sala de jantar* (pp. 53-79). Santos, SP: Copyright Jaques Maurício Ferreira Delgado.

Joia, J. H. (2006). *Interface psi-jurídica: estudo de internações de adolescentes por determinação judicial no Hospital Psiquiátrico Pinel*. Relatório de Iniciação Científica, Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

Kinoshita, R. T. (1997). Em busca da cidadania. In F. C. B. Campos & C. M. P. Henriques (Orgs.), *Contra a maré à beira-mar* (pp. 67-77). São Paulo: Hucitec.

Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. (1990). Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Acesso em 21 de setembro, 2011, em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm

Lei n. 10.216, de 6 de abril de 2001. (2001). Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo

assistencial em saúde mental. Acesso em 04 de julho, 2012, em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10216.htm

Lei n. 11.185, de 07 de outubro de 2005. (2005). Altera o caput do art. 11 da Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Acesso em 21 de setembro, 2011, em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11185.htm#art2

Lei n. 12.010, de 03 de agosto de 2009. (2009). Dispõe sobre adoção; altera as Leis n. 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, 8.560, de 29 de dezembro de 1992; revoga dispositivos da Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, e da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943; e dá outras providências. Acesso em 21 de setembro, 2011, em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L12010.htm#art2

Lourau, R. (1993). *René Lourau na UERJ. Análise institucional e práticas de pesquisa*. Rio de Janeiro: Editora da UERJ.

Marinho, D. M. (2009). *Acompanhamento terapêutico: caminhos clínicos, políticos e sociais para a consolidação da reforma psiquiátrica brasileira*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Enfermagem, Universidade de São Paulo, São Paulo.

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. (2006). *Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária*. Acesso em 20 de agosto, 2013, em http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/secretaria-nacional-de-assistencia-social-snas/livros/plano-nacional-de-convivencia-familiar-e-comunitaria-2013-pncfc/Plano%20Nacional%20de%20Convivencia%20Familiar%20e%20Comunitaria%202013%20PNCFC.pdf/download

Ministério da Saúde. (2013). *Portal da Saúde*. Acesso em 02 de novembro, 2013, em http://portalsaude.saude.gov.br/index.php/cidadao/acoes-e-programas/conte-com-a-gente

Portaria n. 251/GM, de 31 de janeiro de 2002. (2002). Estabelece diretrizes e normas para a assistência hospitalar em psiquiatria, reclassifica os hospitais psiquiátricos, define e estrutura, a porta de entrada para as internações psiquiátricas na rede do SUS e dá outras providências. Acesso em dia de 12 de abril, 2012, em http://dtr2001.saude.gov.br/sas/PORTARIAS/Port2002/Gm/GM-251.htm

Rizzini, I. (2005). Abordagem crítica da institucionalização infanto-juvenil no Brasil. Caminhos para uma política de saúde mental infanto-juvenil. In Ministério da Saúde (Org.), *Cadernos de Textos de Apoio da III Conferência*

Nacional de Saúde Mental (pp. 29-34). Brasília, DF: Editora do M.S. Ministério da Saúde.

Rizzini, I. (2008). *O século perdido: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil* (2ª ed.). São Paulo: Editora Cortez.

Rizzini, I. & Rizzini, I. (2004). *A institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios do presente*. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio; São Paulo: Loyola.

Rosemberg, F. (1976). Educação: para quem? *Revista Ciência e Cultura, 28*(12), 1466-1471.

Rotelli, F., De Leonardis, O., & Mauri, D. (2001). Desinstitucionalização: uma outra via. In F. Rotelli, O. De Leonardis, & D. Mauri (Orgs.), *Desinstitucionalização* (pp. 17-59). São Paulo: Hucitec.

Scisleski, A. C. C. (2006). *Entre se quiser, saia se puder: o percurso dos jovens pelas redes sociais e a internação psiquiátrica*. Dissertação de Mestrado, Prorama de Pós-graduação em Psicologia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

Scisleski, A. C. C., Maraschin, C., & Silva, R. N. (2008). Manicômio em circuito: os percursos dos jovens e a internação psiquiátrica. *Caderno de Saúde Pública*, *24*(2), 342-352.

Telles, H. P. R. S. (2010). A criança nos discursos da saúde mental: um processo histórico a partir de recomendações para políticas públicas. In E. Lauridsen-Ribeiro & O. Y. Tanaka (Orgs.), *Atenção em saúde mental para crianças e adolescentes no SUS* (pp. 131-143). São Paulo: Hucitec.

Vicentin, M. C. G. & Gramkov, G. (2010). Que desafios os adolescentes autores de ato infracional colocam ao SUS? Algumas notas para pensar as relações entre saúde mental, justiça e juventude. In E. Lauridsen-Ribeiro & O. Y. Tanaka (Orgs.), *Atenção em saúde mental para crianças e adolescentes no SUS* (pp. 337-351). São Paulo: Hucitec.

Bem-estar infantil e as percepções das crianças

Bibiana Ramos dos Santos

Fernanda Czarneski Borges

Jorge Castellá Sarriera

Bem-estar

O bem-estar é foco fundamental da Psicologia Positiva (Seligman & Csikzentmihalyi, 2000), a qual se dedica aos aspectos positivos do desenvolvimento humano, promotores de saúde e de satisfação de vida, atuando como fatores protetivos a esse desenvolvimento (Giacomoni & Hutz, 2008; Seligman & Csikzentmihalyi, 2000). Muitos autores consideram o bem-estar como um componente da qualidade de vida (Andelman, Attkisson, Zima, & Rosenblatt, 1999), porém não sendo um sinônimo desta. A importância do estudo dessa temática baseia-se no entendimento de que a compreensão do bem-estar, especificamente o psicológico, é socialmente benéfico, pois os resultados dos estudos podem ser amplamente utilizados como referencial para políticas públicas e intervenções sociais (Diener, 2005).

Neste trabalho, será abordado especificamente o bem-estar subjetivo. Esse aspecto do bem-estar representa, de maneira geral, as crenças e os sentimentos que uma pessoa tem a respeito do que seria uma vida desejável e compensadora (Diener, 2012), considerando-se os aspectos internos, as relações com outras pessoas e também com o meio ambiente em que vivem (Casas, 2009). É, portanto, compreendido como a avaliação cognitiva, emocional ou afetiva que as pessoas fazem de suas vidas, por exemplo: pessoas com elevado bem-estar subjetivo seriam satisfeitas com suas vidas (componente cognitivo) e vivenciariam emoções prazerosas com mais frequência do que experimentariam emoções desprazerosas (componente afetivo) (Lucas & Gohm, 2000).

Já o bem-estar infantil é apresentado pela literatura como tendo diversos conceitos, indicadores e maneiras de ser medido e avaliado (Casas,

Gonzáles & Navarro, 2014). Estudos preocupam-se em entender como ele é definido, quais são seus domínios e indicadores (Pollard & Lee, 2003). Além disso, alguns países têm considerado os estudos sobre bem-estar infantil como estratégia essencial para a construção de políticas condizentes com as necessidades apontadas pelas próprias crianças (Casas, Tiliouine & Figuer, 2013; Goswami, 2012; Gray, Chamratrithirong, Pattaravanich, & Prasartkul, 2013; McAuley, McKeown, & Merriman, 2012).

Por essa razão, este trabalho considera essencial ouvir as próprias crianças sobre os aspectos que consideram relevantes tanto para a promoção quanto para a redução do seu bem-estar. As crianças participantes foram consideradas, portanto, participantes ativas do processo de pesquisa.

A perspectiva infantil

Estudos atuais têm considerado as perspectivas das próprias crianças sobre seu bem-estar, deixando de lado o foco adultocêntrico na produção desse conhecimento (McAuley, McKeown, & Merriman, 2012). Essas pesquisas têm deixado claro o quanto as crianças têm a dizer sobre o que lhes faz bem e o que se deve considerar quando pensamos em ações voltadas a elas (Corsaro, 2009; Redin, 2009). Desse modo, os pesquisadores da área entendem que a construção de políticas públicas voltadas às crianças precisa passar pelo entendimento do que é caracterizado por elas mesmas como bem-estar (Casas, 2011). Essa escuta exige metodologias alternativas, como o uso dos grupos focais, desenhos e entrevistas com as próprias crianças, a fim de que seja considerada a opinião delas como dado de pesquisa fidedigno. Essa metodologia vai de encontro ao posicionamento tradicional utilizado para estudar a infância, o qual atribui valor à opinião dos adultos (Rocha, 2008).

Objetivo

O objetivo deste estudo é identificar significados e concepções de bem-estar infantil atribuídos por um grupo de crianças com idades entre 8 e 12 anos.

Objetivos específicos

Compreender possíveis relações entre o bem-estar e a visão que as crianças têm de si mesmas e dos diferentes ambientes nos quais se relacionam; identificar como as crianças percebem suas relações familiares, com amigos, com a comunidade em que vivem e com a escola; e identificar como as crianças relacionam o bem-estar com seu próprio futuro.

Método

Este estudo trata-se de uma pesquisa com metodologia qualitativa, de caráter exploratório-descritivo. O presente trabalho faz parte de uma pesquisa maior, realizada pelo Grupo de Pesquisa em Psicologia Comunitária (GPPC), da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, intitulado "Bem-estar subjetivo na infância: percepções das crianças e fatores psicossociais associados".

O projeto maior iniciou-se em 2012 e conta com duas etapas: uma de metodologia quantitativa e outra de metodologia qualitativa. A etapa quantitativa está finalizada e foi realizada a partir de questionários que apresentaram um conjunto de variáveis e escalas afins com o objeto de estudo. Foi elaborado um questionário em parceria com um grupo de pesquisa internacional avaliando dimensões do bem-estar, além de itens sobre atividades diárias e a vida das crianças (no contexto familiar, de amizade, escolar e entre vizinhos, por exemplo). O estudo foi realizado em diferentes grupos populacionais do estado do Rio Grande do Sul, tais como na capital Porto Alegre e em quatro cidades do interior (Santa Cruz, Santa Maria, Passo Fundo e Rio Grande).

Na segunda etapa da pesquisa, dentro da qual se enquadra o presente trabalho, estão sendo realizados grupos focais para conhecer a percepção das crianças sobre aspectos relevantes à temática da pesquisa. Até o momento, já foram realizados dez grupos focais, totalizando 100 crianças participantes de escolas públicas e privadas dos municípios de Porto Alegre e Santa Maria. Em cada escola efetivaram-se três grupos focais: um feminino, um masculino e um misto. Cada grupo teve, em média, dez participantes que foram alocados de acordo com sua faixa etária, ou seja,

grupos de crianças com idades de 8 a 10 anos, e grupos com crianças que compreendiam a faixa etária dos 11 aos 12 anos.

Ao final do estudo misto, pretende-se contribuir para a avaliação do bem-estar em crianças e para formulação de políticas públicas. Além disso, espera-se validar instrumentos e medidas de bem-estar, adaptados à população infantil brasileira. No presente recorte da pesquisa, foi analisado um desses grupos focais, pertencentes à etapa qualitativa do estudo, composto por meninas residentes na cidade de Porto Alegre.

Aspectos éticos

Esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, registrado na Plataforma Brasil sob o número 00674612.6.0000.5334.

Participantes

Sendo o presente estudo um recorte de uma pesquisa maior, contemplou um grupo focal realizado com 10 meninas, com idade entre 10 e 12 anos, estudantes de uma escola pública da capital gaúcha.

Procedimentos

A coleta dos dados qualitativos tem obedecido a três pressupostos estabelecidos por Minayo (1996): a compreensão dos dados coletados e vivenciados em campo, a confirmação ou não dos pressupostos dos pesquisadores e as questões formuladas, e a ampliação do conhecimento sobre a temática pesquisada, articulando-o ao contexto cultural no qual transcorre o estudo.

Nesse sentido, foi realizado um primeiro contato com as escolas escolhidas, onde se solicitou aprovação para a realização da pesquisa, através do Termo de Concordância Institucional. Após o consentimento da escola, os pesquisadores apresentaram os objetivos do estudo nas salas de aulas das séries do ensino fundamental que compreendiam a faixa etária desejada aos participantes e convidaram os alunos a participar. Os Termos de Consentimento Livre e Esclarecido foram enviados aos responsáveis.

Após a assinatura dos responsáveis, o grupo focal foi realizado com as crianças que foram autorizadas. O encontro foi realizado na própria

escola das crianças, em horário disponibilizado pela direção, e foi gravado, de acordo com autorização e ciência prévia dos informantes. O grupo foi coordenado por duas pesquisadoras treinadas e teve duração de, aproximadamente, uma hora. Gibson (2007) propõe alguns critérios a serem considerados quando se conduz um grupo focal com crianças, tais como idade dos participantes, composição e local de realização do grupo.

Neste tipo de estudo é essencial que, além de se obter sucesso na coleta de dados, seja permitida aos participantes a vivência de uma experiência positiva. Ainda, o fato de os grupos serem realizados na própria escola dos participantes pode auxiliar a diminuir o desequilíbrio de poder entre pesquisadores e participante, já que as crianças estão imersas em seu local habitual.

Posteriormente à coleta dos dados, o áudio foi transcrito para ser analisado. A transcrição foi analisada através da técnica de análise de conteúdo de Bardin (1977/2004), com base nos pressupostos teóricos da Teoria Bioecológica (Bronfenbrenner, 1979/1996), considerando os contextos dos quais as crianças participam: família, escola, amigos e vizinhança.

Resultados e discussão

Os dados coletados foram agrupados em temáticas para análise, a partir da técnica de Análise de Conteúdo (Bardin, 1977/2004). A análise do grupo revelou que os principais temas abordados pelas crianças e relacionados ao seu bem-estar foram: família, amigos, vizinhança, escola e contato com a natureza. Cada tema será abordado detalhadamente na discussão a seguir.

Família

A família foi tema recorrente durante todo o desenvolvimento do grupo focal, sendo abordada pelas crianças, inclusive, quando outros contextos estavam sendo discutidos. As crianças apontaram a família tanto como um contexto promotor de bem-estar, como associado a mal-estar, detalhando que essa condição depende da qualidade e do tipo de relação estabelecida nesse contexto.

Em relação à família como promotora de bem-estar, as crianças destacaram aspectos positivos, tais como o apoio familiar recebido dos pais,

irmãos e avós. A imposição de limites também foi aspecto interessante destacado pelas meninas participantes, relatando-o como necessário e saudável. Esses dados vão ao encontro com outros escritos da literatura, os quais afirmam que as relações positivas com a família favorecem o bem-estar subjetivo infantil e são as principais relações interpessoais a interferirem no bem-estar nessa faixa etária (Goswami, 2012).

A configuração familiar foi outro aspecto discutido pelo grupo. As participantes discutiram sobre suas famílias, destacando famílias monoparentais, biparentais e parentes constituintes da família extensa. Foram abordadas relações estabelecidas com os pais e especial destaque foi dado aos avós como cuidadores e como uma das principais fontes de apoio das crianças. Grande parte das crianças do grupo permanecia sob os cuidados dos avós quando fora da escola, particularmente em virtude da carga horária de trabalho dos pais. Outros estudos também destacam que a relação com os avós tem sido uma das relações interpessoais mais próximas e mais importantes citadas pelas crianças (Goswami, 2012; McAuley, McKeown, & Merriman, 2012).

Como referido anteriormente, os limites são percebidos pelas participantes do estudo como demonstração de carinho e cuidado dos cuidadores em relação a elas. Além de uma maneira de aprender a se relacionar com respeito com as outras pessoas, como colegas, professores e pais (Araújo & Sperb, 2009). Foram citadas justificativas para a imposição de limites, como: uso de determinada vestimenta, horários para permanência fora de casa e pessoas com quem podem ter relações próximas de amizade.

> *Mas muitas vezes o que a gente gosta de fazer não é o certo a fazer. A gente não deve fazer aquilo. A gente pode gostar, mas não é o certo a fazer, que tem que ter alguém pra nos controlar porque então não vai dar certo.* (Menina 10, 11 anos)

Os limites e as regras em relação ao uso de tecnologias foram discutidos, já que algumas das crianças participantes relataram ter páginas pessoais na *internet*. Algumas meninas relataram ter o acesso e os conteúdos a serem postados fiscalizados pelos pais e entendem essa aparente intromissão como cuidado necessário à sua segurança, apesar de também relatarem sentimentos de falta de privacidade. Segundo o relato de par-

ticipantes, as mães são as pessoas que mais controlam esses acessos e a "amizade", que se dá também virtualmente. As responsáveis visualizam os conteúdos disponibilizados pelas crianças, como frases, dados de identificação e fotografias.

Dentre os fatores relacionados à família que foram relatados como promotores de diminuição no bem-estar destacam-se as brigas familiares – entre os pais e entre pais e filhos – além de preocupações associadas à separação dos pais. Alguns estudos também encontram resultados semelhantes (Amaro, 2007; Barrera, Chassin, & Rogosh, 1993). Preocupações em relação à saúde dos avós também aparecem, assim como em estudos anteriores (McAuley, McKeown, & Merriman, 2012). As brigas entre irmãos são relatadas, porém percebidas como típicas desse relacionamento.

Ainda, as preocupações com as brigas familiares são contadas como um risco à estrutura familiar. Algumas meninas relataram lembrar da angústia em relação à separação dos pais, ocorrida no início de suas infâncias. As próprias crianças discutiram configurações familiares, tais como biparental, monoparental e reconstituída, destacando que o ambiente familiar harmonioso e sem brigas é promotor de sentimentos de bem-estar, independentemente da configuração familiar (Costa & Mota, 2012; Wagner, Ribeiro, Arteche, & Bornholdt, 1999).

Dessa forma, a família apresentou-se como um contexto de referência para as crianças do grupo, sendo fonte de apoio, cuidado e segurança e necessitando de atenção para a manutenção da qualidade das relações.

Amigos

Durante a realização do grupo focal, os amigos foram destacados como influentes no bem-estar. Para as meninas, são considerados amigos aqueles que possuem laços estabelecidos a partir da confiança, da proximidade e da intimidade. Os amigos foram, frequentemente, diferenciados dos colegas a partir dessas características.

Essa diferenciação muitas vezes escapa aos pais, que podem confundir os colegas de escola com os amigos, mas fica muito bem estabelecida entre as próprias crianças. As principais diferenças apontadas entre os amigos e colegas foram a confiança em contar seu segredos, seus medos e poder contar com o apoio e compreensão dos amigos,

o que também aparece no estudo de McAuley, McKeown e Merriman (2012). A proximidade física e a convivência destacaram a escola e a vizinhança como principais contextos de formação dos amigos, seguidas pela igreja e clube frequentados pela família, dos quais as crianças participam ocasionalmente (Merizio & Rossetti, 2008; Silva & Garcia, 2008).

Muitas das meninas participantes contavam com suas "melhores amigas" ali no grupo focal, e seu entrosamento e proximidade são evidentes à observação: completam as frases e histórias uma da outra, concordam com sua opinião e em alguns momentos explicaram ao grupo a razão do posicionamento ou fala da amiga, especialmente quando envolviam aspectos emocionais que dificultavam o próprio relato. As amigas participantes do grupo eram vizinhas ou colegas de escola há alguns anos, concordando com Silva e Garcia (2008) quanto à importância da convivência para o reforço do companheirismo e amizade. Os amigos das participantes também foram apontados como companhia para o tempo de lazer e diversão, e como fontes de apoio (Garcia & Pereira, 2008) e proteção, seja no contexto escolar (Sena & Souza, 2010; Sperb, 2009) ou na vizinhança (Garcia, 2005), especialmente em situações de doença (Ferreira & Garcia, 2008), insegurança ou vitimação de bullying (McAuley, McKeown, & Merriman, 2012). Abaixo, alguns exemplos sobre a importância dos amigos para o bem-estar, relatados pelas próprias crianças:

> *Quando a gente tá triste os meus melhores amigos tentam me ajudar.* (Menina 3, 12 anos)
>
> *Quando os amigos tão perto da gente pra nos ajudar... pra nos fazer as coisas que a gente precisa.* (Menina 10, 11 anos)
>
> *Eu ia dizer que muitas vezes eu tava triste ou não tava se sentindo bem e eu peguei o telefone ou entrei no "face" pra conversar com uma das duas - duas meninas sentadas ao seu lado - e isso me fez me sentir muito melhor.* (Menina 1, 12 anos)

Vizinhança

Em relação à vizinhança, as crianças destacaram como um ambiente importante de convivência e desenvolvimento. Foram apontados como aspectos positivos a familiaridade com o local, com os vizinhos e a presen-

ça de amigos, proporcionando sensação de apoio e segurança. Quando relacionaram ao bem-estar, as crianças atribuíram algumas características importantes a essa vizinhança, tais como proximidade com amigos e locais com natureza.

> *Eu tenho uma amiga de 14 anos* [mais velha que a participante] *que mora bem pertinho da minha casa também, a gente vive na pracinha, a gente vai conversar, a gente vai na beira* [do rio] *às vezes que é perto também...* (Menina 3, 12 anos)

A vizinhança é citada por Rogers (2012) como um dos principais contextos de desenvolvimento e de relações interpessoais. Os vizinhos, sejam adultos ou outras crianças, foram citados no grupo focal como pessoas em quem se pode confiar, nas quais podem buscar apoio e segurança. Especialmente em situações que ocorrem quando as crianças estão longe de seus pais, os vizinhos adolescentes ou adultos são considerados pelos participantes como importantes pessoas de referência (Goswami, 2012). Além da relação com as pessoas da vizinhança, as crianças destacaram o local onde moram como espaço disponível ao lazer e encontro com amigos. A discussão trouxe diferentes contextos de moradia, algumas crianças moravam em apartamentos com pouco espaço externo para brincadeiras, outras em condomínios ou bairros que tinham áreas verdes e espaços que propiciavam a diversão.

> *Eu gostaria também de morar em condomínio, é um lugar que tem, assim, mais gente morando num lugar, tem mais criança, tem mais adolescente, tem mais, mais pessoas.* (Menina 6, 11 anos)

> *Eu acho bem legal, nunca morei, mas eu tenho vários familiares, agora eles moram em casa, mas antigamente eles tudo moravam em apartamentos, condomínios, e eu gostava muito de ir. A gente tinha bastante amigos, bastante pessoas, e também a rua era meio parada assim, ... e eu adoro sair, ficar na frente de casa conversando, brincando.* (Menina 4, 11 anos)

Independentemente de onde moram, as crianças foram unânimes em afirmar que locais que ofereçam espaço para brincar, como parques, praças públicas ou campos para jogos, são importantes para seu bem-estar, proporcionando lazer e convivência com outras crianças (Luz & Kuhnen, 2013; Muhajarine, Labonte, Willians, & Randall, 2008).

Escola

Em relação à escola as crianças ressaltaram como aspectos positivos: local de aprendizado, de encontro com os amigos e onde estabelecem relações positivas com professores e funcionários. As respostas das crianças vão ao encontro da literatura, quando afirmam que o contexto escolar pode ser promotor de saúde e bem-estar, ao proporcionar um ambiente agradável, com clima escolar positivo (Ottova et al., 2012). As crianças trouxeram suas vivências com colegas de escola e professores como positivas e enriquecedoras. Os relacionamentos positivos com professores são associados com melhor desempenho e engajamento acadêmico (Forrest, Bevans, Riley, Crespo, & Louis, 2013).

> *Tem coisas boas e coisas ruins, tipo, é bom tu tá todo dia com os teus amigos, é bom tu ter aula do professor que tu gosta, da matéria que tu gosta, mas também tem, sempre vai ter aquela matéria que tu não gosta tanto, aquela... Aquela professora que não é muito legal, essas coisas.* (Menina 10, 11 anos)

A escola também oferece a oportunidade de estabelecer novas amizades, não mediadas pelos pais, sendo um dos primeiros contextos onde a criança estabelece relações com outras pessoas a partir de seu próprio julgamento e percepção (Merizio & Rossetti, 2008; Müller, 2008; Silva & Garcia, 2008). A relação positiva com colegas de escola ou amigos na escola protege a criança contra agressões de outras crianças, o fato de pertencer a um grupo atua como fator protetivo (Braga & Lisboa, 2010; Gini, 2006).

Os aspectos negativos relacionados à escola foram o estresse ocasionado por provas e avaliações, assim como relacionamentos percebidos como ruins com professores e colegas. O *bullying* também foi apontado como um aspecto presente causador de mal-estar (Glew, Fan, Katon, & Rivara, 2008; Reijntjesa et al., 2013). O relacionamento com os professores é marcado por mudanças ao longo do desenvolvimento da criança, desde seu ingresso na escola. Nas séries iniciais, os professores são as primeiras figuras de autoridade fora da família, especialmente para crianças que convivem apenas com seus pais. O posicionamento dos pais pode ajudar a criança a estabelecer uma relação de respeito e confiança com o professor e a escola, ou pode desqualificá-los como autoridade (Bhering & Siraj-Blatchford, 1999; Marcondes & Sigolo, 2012; Reis, 2008).

A literatura aponta que, quando uma relação de respeito com o professor é estabelecida, através da confiança e respeito pela hierarquia dessa relação, este profissional passa a ser visto como uma pessoa de referência para a criança, juntamente com seus responsáveis. Essa proximidade permite que a criança confie no professor não apenas em questões educacionais, mas também quando precisa de auxílio para uma situação difícil, dificuldades de aprendizagem ou *bullying*. Especificamente em relação a este último, a importância da escola e dos professores serem vistos como apoiadores dos alunos é essencial para que o aluno possa procurar ajuda (Eliot, Cornell, Gregory, & Fan, 2010).

Assim, a escola pode atuar como um contexto de desenvolvimento positivo, auxiliando as crianças a estabelecer relações positivas com pessoas de origens e valores diferentes dos seus.

Contato com a natureza

Os ambientes naturais vêm sendo compreendidos como um importante contexto para o desenvolvimento de características importantes para a maturação infantil. Estudos nessa área apontam que o contato com a natureza pode estar significativamente relacionado ao desenvolvimento de componentes físicos, afetivos, emocionais e morais das crianças (Kellert, 2002).

Um dos tópicos abordados espontaneamente pelas participantes do grupo foi justamente a sensação de bem-estar que o contato com a natureza lhes causa. Os ambientes naturais foram relatados como fonte de sensações de tranquilidade e liberdade. Os locais relacionados a esses tipos de sensações foram os que possuem água, árvores, "verde" e ar puro. Já alguns aspectos como lixo e poluição foram mencionados como causadores de mal-estar. Alguns estudos vêm ao encontro dessas afirmativas, encontrando relação entre a quantidade de natureza próxima a crianças e a diminuição do estresse (Corraliza & Collado, 2011; Wells & Evans, 2003). Abaixo, alguns exemplos referidos pelas próprias crianças sobre a relação entre o contato com a natureza e seu bem-estar:

> *Pra mim, água, mar ou lagoa, qualquer coisa assim, me faz me sentir bem ... o ar é muito melhor do que o daqui. A gente... vocês não sabem como é a bom ir lá no pé de pêssego, ir lá, pegar, lavá e comer na hora, é muito melhor* [referindo-se à casa de sua avó, em uma cidade do interior]. (Menina 9, 10 anos)

> *É um lugar que tem muita árvore de fruta, muita flor, e é muito bonito. É o único lugar que eu posso sair da casa da minha avó e andar um pouco sozinha pra descansar minha cabeça, pra ficar um pouco sozinha num lugar aberto, em vez de trancada no meu quarto.* (Menina 10, 11 anos)

> *Eu gostaria de morar num lugar calmo, cheio de árvore, assim, porque eu gosto bastante de natureza.* (Menina 7, 11 anos)

> *Ajuda a ter calma, ter calma, a relaxar...* (Menina 2, 12 anos)

Esses achados, os quais apontam que o contato com a natureza associam-se significativamente ao desenvolvimento infantil, atentam-nos para a necessidade de maior compreensão e divulgação dos resultados encontrados.

Conclusão

A escuta das crianças foi crucial para observarmos sua própria percepção das questões que interferem em seu bem-estar. Mostraram-se ativamente conscientes do que necessitam para sentirem-se bem. E fica claro que os diferentes contextos dos quais fazem parte têm influência direta nas suas vidas.

O presente estudo procura proporcionar subsídios ancorados na perspectiva infantil, em detrimento da perspectiva adultocêntrica, sobre o que contribui para seu bem-estar e qualidade de vida. Para atender a esse objetivo fomos escutar as pessoas que acreditamos ser as mais aptas a compreender as necessidades infantis: as próprias crianças. Todas as participantes mostraram muito interesse em contribuir com suas ideias e opiniões, e a discussão decorrente no grupo foi considerada por elas uma tarefa séria, trazendo conteúdos acessíveis somente a partir de conversas entre as próprias crianças, quando os adultos atuam somente como mediadores. Foram explorados pelas crianças diversos contextos importantes para seu desenvolvimento, como família, escola e comunidade, onde pode haver intervenções e propostas de políticas públicas executadas por profissionais de diversas áreas, como educação, saúde, sociologia e psicologia. Espera-se que os dados coletados e analisados na pesquisa possam subsidiar propostas de atenção às necessidades apontadas pelas crianças, contribuindo para melhora de sua qualidade de vida e bem-estar.

Referências

Amaro, J. P. (2007). Sentimento psicológico de comunidade: uma revisão. *Análise Psicológica, 1*(25), 25-33.

Andelman, R. B., Attkisson, C. C., Zima, B. T., & Rosenblatt, A. B. (1999). Quality of life of children: Toward conceptual clarity. In M. E. Marusich (Ed.), *The use of psychological testing for treatment planning and outcomes assessment* (pp. 1383-1414). London: LEA.

Araújo, G. B. & Sperb, T. M. (2009). Crianças e a construção de limites: narrativas de mães e professoras. *Psicologia em Estudo, 14*(1), 185-194.

Bardin, L. (2004). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Pro-livro. (Original publicado em 1977)

Barrera, M., Júnior, Chassin, L., & Rogosh, F. (1993). Effects of social support and conflict on adolescents children of alcoholic and nonalcoholic fathers. *Journal of Personality and Social Psychology, 64*(4), 602-612.

Bhering, E. & Siraj-Blatchford, I. (1999). A relação escola-pais: um modelo de trocas e colaboração. *Cadernos de Pesquisa, 106*, 191-216.

Braga, L. L. & Lisboa, C. (2010). Estratégias de *coping* para lidar com o processo de bullying: um estudo qualitativo. *Interamerican Journal of Psychology, 44*(2), 321-331.

Bronfenbrenner, U. (1996). *A ecologia do desenvolvimento humano: experimentos naturais e planejados.* Porto Alegre: Artes Médicas. (Original publicado em 1979)

Casas, F. (2009). El bienestar personal: Su investigación en la infancia y la adolescencia. *Encuentros en Psicología Social, 4*(1), 85-101.

Casas, F. (2011). Subjective social indicators and child and adolescent well-being. *Child Indicators Research,* 4, 555–575.

Casas, F., González, M., & Navarro, D. (2014). Social Psychology and child well-being. In A. Ben-Arieh, F. Casas, I. Frones, & J. E. Korbin (Eds.), *Handbook on child well-being* (pp. 513-554). New York: Springer.

Casas, F., Tiliouine, H., & Figuer, C. (2013).The subjective well-being of adolescent from two different cultures: Applying three versions of the PWI in Algeria and Spain. *Social Indicators Research, 115*(2), 637-651.

Corraliza, J. A. & Collado, S. (2011). La naturaliza cercana como moderadora del estrés infantil. *Psicothema, 23*(2), 221-226.

Corsaro, W. (2009) Reprodução interpretativa e cultura de pares. In F. Müller & A. M. A. Carvalho (Orgs.), *Teoria e prática na pesquisa com crianças: diálogos com William Corsaro* (pp. 31-50). São Paulo: Cortez.

Costa, M. & Mota, C. P. (2012). Configuração familiar, gênero e *coping* em adolescentes: papel dos pares. *Psicologia em Estudo, 17*(4), 567-575.

Diener, E. (2005). *Guidelines for national indicators of subjective well-being and ill-being*. Champaign, IL: University of Illinois.

Diener, E. (2012). New findings and future directions for subjective well-being research. *American Psychologist, 67*(8), 590-597.

Eliot, M., Cornell, D., Gregory, A., & Fan, X. (2010). Supportive school climate and student willingness to seek help for bullying and threats of violence. *Journal of School Psychology, 48*, 533–553.

Ferreira, B. E. S. & Garcia, A. (2008). Aspectos da amizade de adolescentes portadores de diabetes e câncer. *Estudos de Psicologia, 25*(2), 293-301.

Forrest, C. B., Bevans, K. B., Riley, A. W., Crespo, R., & Louis, T. A. (2013). Health and school outcomes during children's transitions into adolescence. *Journal of Adolescent Health, 52*, 186-194.

Garcia, A. (2005). *Psicologia da amizade na infância: uma introdução*. Vitória: Gráfica e Editora GM / Núcleo Interdisciplinar para o Estudo do Relacionamento Interpessoal - UFES.

Garcia, A. & Pereira, P. C. C. (2008). Amizade na infância: um estudo empírico. *PSIC - Revista de Psicologia da Vetor Editora, 9*(1), 25-34.

Giacomoni, C. H. & Hutz, C. S. (2008). Escala multidimensional de satisfação de vida para crianças: estudos de construção de validação. *Estudos de Psicologia, 25*(1), 23-35.

Gibson, F. (2007). Conducting focus groups with children and young people: Strategies for success. *Journal of Research in Nursing, 12*(5), 473-474.

Gini, G. (2006). Bullying as a social process: The role of group membership in students' perception of inter-group aggression at school*. Journal of School Psychology 44*, 51–65.

Glew, G. M., Fan, M. Y., Katon, W., & Rivara, F. P. (2008). Bullying and school safety. *The Journal of Pediatrics, 152*, 123-129.

Goswami, H. (2012). Social relationships and children's subjective well-being. *Social Indicators Research, 107*, 575-588.

Gray, R. S., Chamratrithirong, A., Pattaravanich, U., & Prasartkul, P. (2013). Happiness among adolescents students in Thailand: Family and non-family factors. *Social Indicators Research, 110*, 703-719.

Kellert, S. R. (2002). Experience nature: Affective, cognitive, and evaluative development in children. In P. H. Kahn & S. R. Kellert (Eds.), *Children and nature: Pshycological, sociocultural and evolutionary investigations* (pp. 117-151). Cambridge: MIT Press.

Lucas, R. E. & Gohm, C. L. (2000). Age and sex differences in subjective well-being across cultures. In E. Diener & E. M. Suh (Eds.), *Culture and subjective well-being* (pp. 291-317). Massachusetts: Institute of Technology.

Luz, G. M. & Kuhnen, A. (2013). O uso dos espaços urbanos pelas crianças: explorando o comportamento do brincar em praças públicas. *Psicologia, Reflexão e Crítica, 26*(3), 552-560.

Marcondes, K. H. B. & Sigolo, S. R. R. L. (2012). Comunicação e envolvimento: possibilidades de interconexões entre família-escola? *Paidéia, 22*(51), 91-99.

McAuley, C., McKeown, C., & Merriman, B. (2012). Spending time with family and friends: Children's views on relationships and shared activities. *Child Indicators Research, 5*(3), 449–467.

Merizio, L. Q. & Rossetti, C. B. (2008). Brincadeira e amizade: um estudo com alemães, brasileiros e libaneses. *Psicologia Argumento, 26*(55), 329-339.

Minayo, M. C. S. (1996). *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde* (4ª ed.). São Paulo: Hucitec.

Muhajarine, N., Labonte, R., Willians, A., & Randall, J. (2008). Person, perception, and place: What matters to health and quality of life. *Social Indicators Research, 85*, 53–80.

Müller, F. (2008). Socialização na escola: transições, aprendizagem e amizade na visão das crianças. *Educar, 32*, 123-141.

Ottova, V., Erhart, M., Vollebergh, W., Kökönyei, G., Morgan, A., Gobina, I. et al. (2012). The role of individual – and macro – level social determinants on young adolescent's psychosomatic complaints. *The Journal of Early Adolescence, 32*(1), 126-158.

Pollard, E. L. & Lee, P. D. (2003). Children well-being: A systematic review of the literature. *Social Indicators Research, 61*, 59-78.

Redin, M. M. (2009). Crianças e suas culturas singulares. In F. Müller & A. M. A. Carvalho (Orgs.), *Teoria e prática na pesquisa com crianças: diálogos com William Corsaro* (pp. 115-126). São Paulo: Cortez.

Reijntjesa, A., Vermandea, M., Goossensb, F. A., Olthofb, T., Schoota, R., Alevaa, L. et al. (2013). Developmental trajectories of bullying and social dominance in youth. *Child Abuse & Neglect, 37*(4), 224–234.

Reis, M. P. I. F. C. P. (2008). *A relação entre pais e professores: uma construção de proximidade para uma escola de sucesso.* Tese de Doutorado, Programa de Pós-graduação em Educação Infantil e Familiar, Investigação e Intervenção Psicopedagógica, Universidade de Málaga, Málaga; E.S.E. João de Deus, Lisboa.

Rocha, E. A. C. (2008). Por que ouvir as crianças? Algumas questões para um debate científico multidisciplinar. In S. H. V. Cruz (Org.), *A criança fala: a escuta da criança em pesquisas* (pp. 43-51). São Paulo: Cortez.

Rogers, M. (2012). "They are there for you": The importance of neighborhood friends to children's well-being. *Child Indicators Research, 5*, 483-502.

Seligman, M. E. & Csikszentmihalyi, M. (2000). Positive psychology: An introduction. *American Psychologist, 55*(1), 5-14.

Sena, S. S. & Souza, L. K. (2010). Amizade, infância e TDAH. *Contextos Clínicos, 3*(1), 18-28.

Silva, G. R. & Garcia, A. (2008). Os primórdios da amizade na infância: a perspectiva materna. *Paidéia, 18*(41), 591-604.

Sperb, T. M. (2009). Diálogo interdisciplinar: tensões e convergências. In F. Müller & A. M. A. Carvalho (Orgs.), *Teoria e prática na pesquisa com crianças: diálogos com William Corsaro* (pp. 71-79). São Paulo: Cortez.

Wells, N. M. & Evans, G. W. (2003). Nearby nature: A buffer of life stress among rural children. *Environment and Behavior, 35*(3), 311-330.

Wagner, A., Ribeiro, L. S., Arteche, A. X., & Bornholdt, E. A. (1999). Configuração familiar e o bem-estar psicológico dos adolescentes. *Psicologia, Reflexão e Crítica, 12*(1), 147-156.

Desafios da inclusão escolar/social de jovens no ensino superior

Ana Claudia Rodrigues Fernandes

Maria Cláudia Santos Lopes de Oliveira

Introdução

Nas últimas décadas, a inclusão social de jovens com deficiência e/ou necessidades educacionais especiais tem se feito relevante nos diferentes espaços acadêmicos, políticos e sociais, dada a política de inclusão vigente. A despeito da reconhecida relevância da inclusão, sua complexidade leva à necessidade de estudos e pesquisas capazes de ampliar a compreensão dos processos de desenvolvimento e as demandas desses jovens como parte de distintos contextos de inclusão social, dentre eles a Universidade.

No presente trabalho, discutimos concepções e práticas inclusivas no ensino superior, considerando as relações sociais e pedagógicas que se estabelecem no espaço da Universidade. O texto articula considerações teóricas sobre inclusão educacional e dados empíricos. A análise que se apresenta é parte da pesquisa de doutorado (em andamento) da primeira autora, sob a orientação da segunda. A pesquisa problematiza a inclusão escolar no ensino superior, e toma como lócus a Universidade de Brasília (UnB). São investigadas as significações dos estudantes com deficiência e/ou necessidades educacionais especiais que frequentam essa Universidade acerca de sua trajetória acadêmica, e do papel do Programa de Apoio à Pessoa com Necessidades Especiais (PPNE) na promoção de condições de permanência e sucesso do estudante. O PPNE é uma iniciativa inovadora, mesmo em instituições federais de ensino superior, a qual será objeto de uma seção adiante.

Como ponto de partida, acatamos o conceito de deficiência adotado pelo Ministério da Educação (MEC) em sua instrução normativa mais

recente, os Marcos Político-Legais da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (MEC, 2011). Nesse documento, a deficiência é caracterizada como impedimento de longo prazo, que pode restringir a participação do indivíduo no meio social. Essa compreensão está expressa de modo mais completo na Lei n. 12.470, de 31 de agosto de 2011, que define "pessoa com deficiência" como aquela que tem impedimentos de longo prazo (pelo menos 2 anos) de natureza física, mental, intelectual, ou sensorial. Tais impedimentos podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade, em igualdade de condições com as demais pessoas. Já por necessidades educacionais especiais, segundo Figueiredo et al. (2011), entendem-se as demandas a serem sanadas pela escola para que o estudante possa realizar suas atividades e obter resultados acadêmicos em condições de igualdade com os pares[1], podendo ou não estar associadas à presença de deficiências.

Deficiência e desenvolvimento humano: um olhar a partir das possibilidades

O estudo propõe, a partir do paradigma do desenvolvimento humano, a reflexão crítica da inclusão das pessoas com deficiência e/ou necessidades educacionais especiais no ensino superior. Nesse sentido, a educação é compreendida como a oportunidade de promoção da autonomia e participação social. O texto perpassa os estudos de Vygotsky (1998), Zittoun (2009), Mantoan (2008), Fleith (2011), Lopes de Oliveira (2003) e tantos outros autores, para fundamentar as contribuições da Psicologia do Desenvolvimento e os estudos sobre inclusão. O propósito é subsidiar a compreensão do fenômeno da inclusão nas trajetórias acadêmicas de jovens estudantes, tendo por foco não apenas questões de aprendizagem, mas a promoção do desenvolvimento humano integral.

A perspectiva sociocultural é tomada como norteadora, ao propor uma visão de sujeito que, por meio dos processos de significação, das relações de significados construídas, ao se inserir nos diferentes espaços e bens culturais, como família, escola, trabalho e demais grupos com os quais interage, amplia sua participação. A participação social se concreti-

[1] Não há consenso na literatura sobre os conceitos de deficiência e necessidades educacionais especiais, assim como sobre os limites entre eles, mas esse debate foge ao escopo deste trabalho. Aqui optamos por utilizar ambos os termos.

za quando o indivíduo consegue atuar com crescente autonomia e pode, assim, responder de modo cada vez mais competente às demandas de cada contexto.

O processo de desenvolvimento aqui é concebido como a dinâmica e contínua transformação, na linha do tempo, onde estão inter-relacionados fatores internos e externos, num processo complexo e não linear (Zittoun, 2009). Uma tal compreensão busca romper com visões fragmentadas, que entendiam o desenvolvimento como estágios pelos quais todos os indivíduos deveriam passar. Trata-se de um modelo que teve forte influência de teóricos como Lev Vygotsky (1998), por sua contribuição para a concepção de desenvolvimento humano como transformação contínua (Fávero, 2005), e autores contemporâneos que seguem sua trilha (Valsiner, 2012; Zittoun, 2009).

Considerando o desenvolvimento como dinâmico e contínuo, Zittoun (2009) se detém sobre o desenvolvimento humano adulto, marcado pela existência de mudanças, num sistema não linear, em que o desenvolvimento é considerado ao longo do curso de vida pelo estabelecimento de regularidades e continuidades, mas também por interrupções, reorientações e mudança, constituindo um fenômeno complexo, que envolve processos biológicos, psicológicos, interpessoais e sociais.

Assim, se torna importante perceber que o processo de desenvolvimento se dá pela presença de marcadores bem definidos: interação, influência, continuidade, mudança, estando todas essas definições materializadas em ações que estão em constante negociação na vida do indivíduo cotidianamente. Dias e Lopes de Oliveira (2013) nos alertam para esse caráter dinâmico da vida, ressaltando que o sentido de desenvolvimento na perspectiva sócio-histórica não se centra no progresso, mas sim no movimento, na dinamicidade em que tais fenômenos se materializam nas condições de vida, tendo como pano de fundo a cultura e os sistemas simbólicos constituídos.

Inclusão educacional: aspectos históricos, normativos e conceituais

A inclusão escolar representa uma proposta para a Educação Especial, que resultou de uma série de movimentos e reflexões internacionais

sobre o papel da escola na promoção de igualdade de condições sociais para pessoas com diferentes pontos de partida, em termos de desenvolvimento e aprendizagem (Anache, 2009; Carvalho, 2006; Fleith, 2011). O paradigma da inclusão visa ultrapassar a condição de exclusão que pode advir quando a sociedade e a escola, de modo particular, não se orientam por uma perspectiva ética e respeitosa à diversidade (Falsarella & Silva, 2002; Mantoan, 2008).

O tema da inclusão surgiu há cerca de duas décadas como alternativa a uma história de práticas de exclusão, sofridas por pessoas com deficiências e/ou necessidades especiais ao longo dos tempos, salvo raras iniciativas locais. O movimento inclusivo internacional, hoje vigente, resulta de uma construção histórica marcada pela resistência às práticas segregatórias seculares em relação às pessoas com deficiência (Molon, 2008).

A história da deficiência envolve desde o extermínio, na Antiguidade, dos considerados "amaldiçoados", em seguida passa pela segregação e dependência de caridade, na Idade Média, e depois, ao longo de vários séculos, por modelos de normalização dos indivíduos considerados diferentes, defeituosos, por meio de práticas excludentes e subestimadoras (Goffman 1963/1988; Mittler, 2003). Nos últimos 50 anos, ocorreram diversas conquistas, que vêm sendo consolidadas desde o final da segunda grande guerra. O desenvolvimento da cultura de direitos humanos, assim como o crescente reconhecimento da diversidade como condição humana, contribuiu para a elaboração e efetivação de um modelo de educação que concedesse espaço aos alunos com deficiência e/ou necessidades educacionais especiais.

No final do século passado, embora ainda coerente com o paradigma da normalização, surge um conjunto de tratados, convenções e mobilizações que influenciaram a proposição de um modelo educacional voltado aos alunos deficientes. Foram iniciativas, no âmbito das relações internacionais, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 1948, e a Declaração Universal dos Direitos da Criança, em 1959. O impacto das iniciativas repercutiu nos modelos educacionais de vários países, dentre eles o Brasil. Com isso, surgiu inicialmente a proposta de integração das pessoas com deficiência ao ambiente escolar.

O movimento da integração visava ampliar a garantia de direitos e representava uma alternativa para inserir em espaços sociais diversos e,

em especial, na escola, as pessoas com deficiência. A proposta de integração impunha como condição a identificação no indivíduo a ser integrado da presença, ou o desenvolvimento prévio, de algumas capacidades básicas requeridas para a atuação bem-sucedida em cada contexto particular (Duarte, Rafael, Filgueiras, Neves, & Ferreira, 2013).

Em outras palavras, na perspectiva de integração caberia ao indivíduo a obrigação de exibir ou desenvolver habilidades e capacidades pelas quais pudesse viver, aprender e trabalhar de forma semelhante aos demais indivíduos. Somente nessas condições poderia ele/a alcançar a oportunidade de ser inserido nas instituições educacionais e de trabalho, entre outras. É importante destacar que o modelo de integração permanece como um modelo excludente e discriminatório, que se baseia em concepções adaptativas, seletivas e normatizantes da relação pessoa-sociedade, de acordo com uma visão orgânica e positivista da dinâmica social (Mantoan, 2008).

Apenas no final dos anos 1980 e início dos anos 1990, surgiram na esteira de movimentos sociais anticolonialistas e de afirmação de minorias, e no caso da educação de novas iniciativas, como a Declaração de Jomtien em 1990, a Declaração de Salamanca em 1994, a Convenção da Guatemala em 1999 e a Declaração de Montreal em 2004. A partir daí, foram criadas as condições culturais que favoreceram a reflexão crítica acerca dos valores vigentes na sociedade até então, e que se refletiam, em especial, na educação escolar. As análises decorrentes do processo possibilitaram que, em meados dos anos 1990, ganhasse vigor a perspectiva da inclusão escolar. O paradigma inclusivo representa uma tentativa de romper com o modelo pautado na integração, tirando do indivíduo a responsabilidade por possuir habilidades que o tornem apto a se integrar aos grupos sociais (Mantoan, 2008). Com isso, transferiu-se para a sociedade a responsabilidade por acolher a diversidade, respeitar as diferenças e garantir espaço e oportunidade de existência plena a todos os indivíduos, independentemente das condições.

O paradigma inclusivo tem nas escolas um importante ator na promoção de acolhimento à diversidade e transformação de valores. De acordo com o artigo 24 do Decreto n. 6.949 (2009), para caracterizar-se como inclusiva, uma escola deve, no mínimo, conter as condições físicas, pedagógicas e relacionais para acesso, permanência e

plena participação do estudante com deficiência e/ou necessidades educacionais especiais.

Nesses 20 anos, é possível verificar avanços do paradigma, ainda que nem todos os espaços educacionais tenham sequer adequadas condições de acessibilidade e a demanda de vagas para estudantes com necessidades educacionais especiais não seja plenamente atendida. Ao mesmo tempo, muito há por ser feito quanto a qualificar as condições de permanência e desenvolvimento das pessoas no sistema educacional inclusivo, em especial nas séries finais da educação básica e ensino superior (Marinho-Araújo, 2009, 2011; Martínez, 2007). Para avançar no processo de inclusão, torna-se importante no momento compreender as práticas da inclusão no espaço educativo, as condições que a favorecem e, ainda, como fazê-la viável (Martínez, 2007).

Cabe destacar que a pessoa com deficiência, em outros tempos e contextos culturais, já foi alvo de legítima exclusão social, passou por distintos dispositivos de normalização (sob a alcunha de "integração") e, recentemente, conquistou o direito à sua inclusão escolar em escolas regulares. Sabe-se que foram alcançadas muitas conquistas de direitos sociais, embora ainda haja muito por construir (Mittler, 2003). Após considerar os vinte anos em que o paradigma da inclusão norteia a educação especial, o desafio que se percebe no momento é de compreensão do processo e práticas inclusivas instituídas e qualificação destas.

No Brasil, na última década, os processos educativos das pessoas com deficiência no espaço universitário começou a chamar a atenção de pesquisadores, a exemplo de Duarte et al. (2013), mas o interesse tem se dado de modo ainda pontual e incipiente, carente de mais pesquisas e reflexões capazes de ampliar atendimentos, qualificar práticas, promover desenvolvimento, exercitar cidadania e respeitar direitos.

Práticas inclusivas no ensino superior: desafios e perspectivas

Chegar à universidade e conseguir permanecer até a conclusão do ensino superior é um desafio para todos os estudantes (Coulon, 2008; Figueiredo et al., 2011; Ressurreição, 2013), em especial para os que detêm deficiência e/ou necessidades educacionais especiais (Marcondes & Caia-

do, 2013). A experiência universitária é um importante marcador pessoal e social, tanto pelas oportunidades de formação acadêmica, quanto pelas relações sociais estabelecidas, que se espera sejam pautadas em posturas éticas e humanizadas (Marinho-Araújo, 2009, 2011) e, ainda, que diminuam as diferenças impostas pelos padrões potencialmente desiguais estabelecidos historicamente na sociedade.

O ensino superior tem como característica ser um tempo e espaço de interações e transições na vida dos estudantes, demarcado por regras, valores e crenças próprias. O sucesso no ensino superior demanda do estudante o desenvolvimento de habilidades pessoais e sociais (Del Prette & Del Prette, 1998), que abrem possibilidades para que ele se aproprie do espaço simbólico da universidade, reconheça seu ofício em meio a ele (Coulon, 2008), e se sinta incluído. Da mesma forma, a experiência universitária tem um papel importante no desenvolvimento dos estudantes, ao conferir-lhes novas visões de realidade, que possibilitem (re)posicionamentos identitários e recolocações espaço-temporais, transformações essas que ocorrem de forma dinâmica e negociada (Ressurreição, 2013).

Diante do exposto, interessa-nos entender de que forma as relações e experiências desenvolvidas no contexto universitário afetam a subjetividade dos estudantes com deficiência e/ou necessidades educacionais especiais. Importa conhecer como os estudantes constroem histórias escolares de enfrentamento e superação, as muitas lutas que enfrentam para alcançarem níveis mais elevados de ensino, considerando-se a incapacidade ainda predominante na maioria dos espaços educacionais (Mantoan, 2008).

A universidade, como contexto promotor de desenvolvimento, representa um período importante na trajetória de vida dos indivíduos, vista por Coulon (2008) como uma passagem, na qual é preciso fazer a transição do estatuto de aluno ao de estudante. A universidade pode favorecer o desenvolvimento do senso crítico e levar à participação social ativa dos estudantes. Entretanto, por sua característica de um ensino especificamente voltado a adultos e à profissionalização, várias rupturas simultâneas ocorrem e exigem do indivíduo adequação e afiliação ao novo contexto.

No Brasil há ações afirmativas voltadas à inclusão de minorias nos espaços de ensino superior, a exemplo do sistema de cotas. A Lei n. 12.711 (2012) reserva vagas para estudantes provenientes de escolas públicas,

considerando também quesitos de raça/cor. Também há a iniciativa de algumas universidades que reservam cotas para estudantes indígenas ou com deficiência, bem como programas voltados à ampliação do acesso ao ensino superior, como o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) e o Programa Universidade para Todos (PROUNI). Há ainda iniciativas provenientes de movimentos sociais, como a "Carta do Rio: celebrar, consolidar e ampliar as políticas de ação afirmativa", ação de pesquisadores, gestores e ativistas, em seminário de dez anos de ações afirmativas, realizado em 2012. No documento é destacada a importância das políticas afirmativas que ampliam o acesso e a permanência de jovens de menor renda, negros e indígenas na educação superior.

As dificuldades e barreiras à permanência de grupos menos favorecidos são comuns no espaço universitário e, por isso, justificam-se as iniciativas do Estado e dos movimentos sociais. No tocante à inclusão das pessoas com deficiência e/ou necessidades educacionais especiais, as dificuldades tendem a ser ainda mais agudas (Duarte et al., 2013). Por um lado, merece destaque a importância de ações já consolidadas no propósito inclusivo, mas, por outro, a complexidade e as demandas próprias desse contexto, bem como a luta de jovens com deficiência é merecedora de urgente e significativa intervenção, a fim de melhorar as condições de permanência e promover aproveitamento qualificado dos estudos.

Mesmo com ações afirmativas no ensino superior avançando, estas ainda não se mostram capazes de responder plenamente à questão dos estudantes com deficiência e/ou necessidades educacionais especiais. Sabemos tratar-se de uma parcela de estudantes que ainda sofre invisibilidade, pois não raramente deixa de ser contemplada como público-alvo de políticas e ações afirmativas. A exclusão ou invisibilidade dificulta a superação de situações de estigmatização (Goffman, 1963/1988), como a discriminação, ausência de perspectivas, barreiras que vão se interpondo ao desenvolvimento de habilidades e funcionamento ativo do indivíduo (Mantoan, 2008).

A inclusão de jovens com deficiências no espaço universitário denota a necessidade de construção de valores, atitudes que se baseiem na superação dos paradigmas normatizantes que ainda preponderam na sociedade e em suas escolas. O modelo de inclusão que se pretende deve

superar a mera garantia de acesso ao ensino superior e a acessibilidade a espaços e materiais. São práticas capazes de valorizar papéis, refletir e transformar valores e crenças num exercício mais amplo de democracia, justiça, respeito às diferenças e aceitação da diversidade.

As práticas de inclusão precisam ser entendidas numa perspectiva ética, que se estabeleça nas relações com o outro, ao longo da história, favorecendo a colaboração, o diálogo, a valoração positiva que resulta em aceitação (Valsiner, 2012). Numa perspectiva inclusiva e ética, a nosso ver, a pessoa deve ser compreendida por suas potencialidades e não em função de suas possíveis limitações.

Na próxima seção partiremos das considerações teóricas anteriores para buscar compreender significações de estudantes de graduação com deficiências e/ou necessidades educacionais especiais que frequentam a Universidade de Brasília. Como já mencionado, o estudo empírico é parte de um projeto de doutorado em andamento.

A experiência inclusiva na Universidade de Brasília

A pesquisa em realização na Universidade de Brasília propõe a investigação da experiência inclusiva no ensino superior, considerando as oportunidades de inclusão escolar e social que a universidade oferece, e as relações humanas que se estabelecem nesse espaço institucional. O estudo envolve uma análise holográfica que considera as inter-relações entre o panorama nacional e local da educação superior inclusiva, considerando o desenvolvimento de práticas inclusivas em instituições de ensino superior do Distrito Federal e o caso específico da UnB. Neste artigo, o foco incide sobre o estudo de caso realizado na Universidade de Brasília.

A escolha dessa Universidade fundamentou-se no critério de identificação de um programa de atenção às pessoas com necessidades educacionais especiais, que acompanha os estudantes desde a década de 1990, sendo formalizado em 1999. Assim sendo, a UnB conta com uma política institucional de inclusão relativamente consolidada, organizada em torno do Programa de Apoio às Pessoas com Necessidades Especiais (PPNE). O objetivo do estudo foi investigar o impacto desse programa nos processos de desenvolvimento dos estudantes, à luz de narrativas de entrevista.

O Programa de Apoio às Pessoas com Necessidades Especiais (PPNE)

A Universidade de Brasília começou a receber estudantes com deficiência e/ou necessidades educacionais especiais na década de 1980, numa iniciativa de responder aos anseios de pessoas que almejavam ingresso, acesso e uso dos espaços e instalações acadêmicas (Souza, Soares, & Evangelista, 2003). Os serviços e as primeiras iniciativas foram frutos de discussão e dispositivos legais emitidos pelo Ministério da Educação, Ministério da Justiça, Presidência da República e pela própria UnB. No ano de 1989, o Ministério da Justiça, por meio da Lei n. 7853 e, anos mais tarde, pelo Decreto n. 3298 (1999), determinou ações para a integração da pessoa portadora de deficiência ao ensino superior. Assim, a Universidade começou seu esforço em tornar-se inclusiva, promovendo ações para atender o público-alvo da inclusão com iniciativas movidas pelo Sistema de Orientação ao Universitário (SOU), órgão do Decanato de Ensino de Graduação (DEG).

Ao longo dos anos, as iniciativas inclusivas no espaço da Universidade contaram com o envolvimento de diversos setores, na elaboração e execução de trabalhos voltados à acessibilidade de estudantes com deficiência (Souza, Soares, & Evangelista, 2003). No ano de 1994, coincidindo com a Declaração de Salamanca, a Universidade de Brasília propôs, através da Resolução DEG n. 002/94, a instalação de comissões especiais para tratar de questões de pessoas com necessidades educacionais especiais. A Universidade se viu diante da necessidade de institucionalizar suas ações de inclusão. Assim, seguiram-se várias ações, como elaboração de relatórios de avaliação, composição de comissões, apresentação de propostas, elaboração e execução de projetos de inclusão, planejamento de ações (Imperatori, Vieira, & Renault, 2012).

As ações caminharam para a criação, em outubro de 1999, por Ato da Reitoria, do PPNE da UnB. A iniciativa visou criar uma política de ação institucionalizada e permanente de atenção à pessoa com deficiência no espaço universitário, visando favorecer a integração à vida acadêmica e atender a necessidades pedagógicas e didáticas específicas. A criação do programa concorreu para que a Universidade passasse a oferecer igualdade de condições aos estudantes, bem como buscasse garantir a formação profissional necessária para o atendimento às demandas.

A implantação do Programa foi orientada pelo marco legal da Constituição Federal, da Política Nacional de Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, e demais legislações. O referido programa ainda conta com legislação específica, a Resolução do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão n. 48/2003 (2003), emitida pela Universidade, a qual dispõe sobre os direitos acadêmicos de alunos regulares com deficiência e/ou necessidade educacional especial. O PPNE tem o objetivo de estabelecer uma política permanente de atenção às pessoas com necessidades especiais na UnB e assegurar sua inclusão na vida acadêmica, por meio da garantia da igualdade de oportunidades e condições adequadas para o seu desenvolvimento na Universidade.

Em seu público-alvo, o PPNE atende aos membros da comunidade acadêmica que se autodeclaram com deficiência sensorial, física ou intelectual, dislexia, transtornos globais do desenvolvimento ou transtorno de déficit de atenção e hiperatividade. O cadastramento do estudante é feito por equipe de acolhimento, mediante a apresentação de relatório médico comprobatório de sua necessidade especial. A equipe de trabalho envolvida é composta por coordenador, vice-coordenador, assistentes sociais, psicólogo escolar e técnicos em assuntos educacionais, bem como por professores colaboradores.

Os projetos e as atividades atualmente desenvolvidos são: o acompanhamento acadêmico dos estudantes, em suas atividades de vivência, com intenção de criar estratégias e propor adequações às demandas individuais dos estudantes; interação com os diferentes agentes da Universidade (coordenadores, professores, servidores) para promoção de adequação de espaços, práticas e estratégias; interação com a prefeitura do *campus* visando assegurar condições de acessibilidade e eliminação de barreiras arquitetônicas; parceria com o Laboratório de Apoio ao Deficiente Visual (LDV) da Faculdade de Educação, com vistas à adequação e impressão de materiais e recursos de acessibilidade; parceria com a Biblioteca Digital e Sonora (BDS), para democratização do acesso à informação e cultura por meio do uso de equipamentos e recursos tecnológicos; disponibilização de serviço de transporte no *campus*, para facilitar a locomoção de estudantes; realização de um Programa de Tutoria Especial (PTE) que oferece um monitor, estudante da Universidade que realiza ou realizou a mesma disciplina, como apoio ao estudante com deficiência dentro e/

ou fora de sala, para sanar ou minimizar suas necessidades acadêmicas; realização de cursos e palestras versando sobre práticas inclusivas para a comunidade interna e externa.

O programa hoje atua, prioritariamente, no suporte à permanência qualificada de jovens no espaço universitário, frente às demandas que envolvem a inclusão, consideradas as especificidades de diferentes necessidades educacionais especiais. Para isso, conta com laboratórios de adaptação de materiais didáticos, sistemas de apoio pedagógico, cursos de extensão para formação de professores e técnicos em práticas inclusivas.

A atuação do PPNE na ótica da coordenação e dos estudantes

Conforme já explicitado, a Universidade de Brasília é tomada como contexto da pesquisa por apresentar uma política de inclusão organizada em torno do serviço especificamente orientado a esse fim, o PPNE. Para maior compreensão do programa e sua atuação junto à Universidade e aos estudantes, a pesquisa utilizou como instrumento a entrevista individual.

Foram realizadas entrevistas com a coordenação do PPNE, para conhecer as demandas apresentadas pelos jovens estudantes e os serviços realizados na promoção da inclusão; e também entrevistas com jovens universitários com deficiências e/ou necessidades especiais, com a finalidade de conhecer as significações desses jovens sobre o tema da inclusão e a atuação do programa em sua trajetória acadêmica. Aqui apresentamos trechos de suas falas sobre as ações do referido programa.

A entrevista realizada com o coordenador do Programa, Cláudio Silva (nome fictício), trouxe como resultados alguns indicadores da iniciativa do Programa em atender as demandas dos estudantes ao ingressarem na Universidade. Seguem alguns trechos dessa entrevista. De início, interessou-nos conhecer a forma de contato do Programa com o público-alvo de suas ações:

> *A partir do momento que a pessoa entra na Universidade, ela não é automaticamente cadastrada no Programa, porque o Programa é facultativo, não é uma coisa compulsória. Quando sai a lista dos vestibulandos, a gente* [PPNE] *confere quem pediu atendimento especial junto ao CESPE e quem*

> *está nesta lista, quem passou. A partir daí a gente estabelece um primeiro contato, explica como é o programa, em que ele pode ajudar, deixa à disposição para que, a qualquer momento, o universitário faça seu cadastro, sendo uma decisão dele se cadastrar. Porque esta questão é um pouco pessoal, a forma de reconhecimento, de ser ou não ser deficiente*. (Cláudio Silva, Coordenador do PPNE, relato de entrevista, 04 de julho de 2012)

A exposição aponta como o programa se aproxima dos estudantes para apresentar-lhes as oportunidades e os serviços oferecidos em apoio à permanência na Universidade. A iniciativa representa aos estudantes mecanismo de apoio, auxílio em seu processo de adaptação, desenvolvimento de capacidades, visando sua melhor inserção social e individual (Arantes, 2006; Coulon, 2008). Cabe destacar que a adesão é voluntária, em respeito à decisão do estudante em se declarar deficiente, e mais, com demandas a serem acolhidas, o que constitui uma premissa de atuação pautada na ética e no respeito à individualidade dos estudantes. A seguir, no trecho citado, a entrevista focou-se em conhecer as ações do Programa:

> *Aqui a gente trabalha com o indivíduo, porque um estudante cego não vai ter a mesma necessidade de outro cego, e isso não os coloca como iguais, porque cada um é um indivíduo. A gente trabalha a individualidade, a história dessa pessoa, um cego, por exemplo, pode ter tido condições melhores e por isso está mais adaptado ao meio do que o outro. Isso a gente não pode desconsiderar, então talvez este que está mais adaptado vai precisar de menos apoio do que aquele que está menos adaptado, mas o ideal é que eles cheguem a uma baliza, entendeu? Isso é que é o ideal, isso é que a gente tem que promover. E queremos que esta baliza não seja baliza de cego, seja baliza de pessoa, para qualquer estudante*. (Cláudio Silva, 04 de julho de 2012)

As considerações feitas pelo coordenador denotam os princípios do atendimento proposto pelo Programa, que busca levar em conta, sempre que possível, a individualidade dos jovens estudantes e suas demandas no que se refere à permanência e aproveitamento acadêmico na Universidade. Marinho-Araújo (2009) destaca que, no ensino superior, as concepções de sujeito, de desenvolvimento humano, bem como dos processos de ensino e aprendizagem precisam responder às urgências sociais resultantes das faltas de oportunidade, discriminação, injustiças, e outros pro-

blemas que as universidades são convocadas a enfrentar. Nesse intuito, devem pautar sua ação no reconhecimento às diferenças e no compromisso em diminuir as desigualdades. A intenção expressa na narrativa acima apresentada pelo coordenador do PPNE vai ao encontro dessas prerrogativas. É importante salientar, por outro lado, que atender ao objetivo de promover igualdade no ambiente universitário representa um tema complexo, um conjunto de ações de mudança cultural que devem abraçar a instituição como um todo e não apenas trabalhar com foco nas pessoas com necessidades especiais.

Conforme destaca Mantoan (2008), interessa-nos um novo ambiente educacional em que as ambiguidades, ambivalências e diferenças não são mais negadas e desvalorizadas. Entretanto, consideramos pertinente destacar que o modelo proposto pelo referido programa pode apresentar limitações, tendo em vista a dificuldade de manter um atendimento personalizado e continuado aos estudantes com necessidades especiais, dada a atual estrutura física e de pessoal disponível. Do mesmo modo, são necessárias mais iniciativas institucionais, a partir do PPNE, que envolvam a comunidade universitária, como um todo, na reflexão sobre cultura da diferença e a construção de um ambiente acadêmico em que as barreiras simbólicas à plena inserção de todos sejam minimizadas.

Na realização de entrevistas individuais com jovens universitários com deficiências e/ou necessidades especiais, objetivamos conhecer as significações dos jovens sobre a dinâmica da inclusão na UnB. Aqui são expostos trechos de duas entrevistas realizadas nos meses de novembro e dezembro de 2013, nas quais, entre outras questões, os estudantes responderam sobre o papel do PPNE em apoio e acompanhamento à sua permanência na Universidade.

As entrevistas foram feitas, respectivamente, com Ellen (nome fictício), uma estudante de vinte anos, do 5º semestre do curso de Psicologia, com deficiência física e que faz uso de cadeira de rodas; e Gabriel (nome fictício), um estudante de vinte e três anos, do 5º semestre do curso de Geologia, com déficit de atenção. Ao serem perguntados sobre a atuação do PPNE durante o tempo de sua permanência na Universidade, os estudantes informaram:

> *O PPNE me ajudou em mudança de sala, fazendo a comunicação entre a reitoria e o departamento. Já peguei matérias em espaços longes da Uni-*

> *versidade e eles conseguiram me ajudar a não mudar de prédio, também ajudam com o pessoal que é monitor, embora eu ainda não precisei. São bem abertos, você quando precisa, vai lá, liga e conversa. Mas eu acho que é um grupo que ainda não tem muita força na UnB, porque dependem de autorização da Prefeitura e Reitoria para atuar*. (Ellen, relato de entrevista, 28 de novembro de 2013)

> *No meu caso, nas situações em que eu precisei, procurei, o PPNE me ofereceu um monitor para me ajudar. Eu precisei numa matéria e me ajudou com a disciplina Física II, em que eu tinha acompanhamento semanal. Também consegui que me ajudassem em um tempo maior para realizar minhas avaliações e trabalhos. Também existe um acompanhamento de estudos, encaixando meus horários de estudo, minha organização. Mas eu acho que precisava de um especialista, lá precisava de uma psicóloga, tinha uma, mas ela saiu. E eu acho que precisaria de uma psicóloga, especialista, para acompanhar pessoas como eu, seria mais adequado. Eu acho que ele o* [PPNE] *poderia, para minha necessidade, um acompanhamento melhor, um profissional especializado, seria bom*. (Gabriel, relato de entrevista, 10 de dezembro de 2013)

As ações do programa, na opinião dos entrevistados, são positivas ao resolver questões práticas tais como adequação da localização de salas para facilitar o acesso de estudantes, mudança de salas para diminuir distância e facilitar o deslocamento deles entre as aulas. Ainda destaca-se o apoio junto a professores na ampliação/adequação de tempo para realização das atividades escolares e avaliações, bem como a disponibilização do programa em oferecer o apoio da monitoria especial[2].

Ao analisar as informações construídas por meio das entrevistas, sumariadas acima, algumas questões são merecedoras de atenção. Identifica-se a percepção de que o PPNE é atuante no apoio à permanência do estudante na Universidade. Assim que são aprovados para o ingresso, os estudantes autodeclarados com deficiência e/ou necessidades especiais são contatados, acompanhados e apresentados aos docentes pela equipe do PPNE, que também indica, conforme o caso, um monitor especial

[2] A monitoria especial é a monitoria exercida por estudante regularmente matriculado na disciplina em que existam estudantes com necessidades especiais, o qual passa a ter a responsabilidade de fornecer apoio tutorial a esses últimos, além de favorecer seu acesso ao material didático. O monitor especial recebe uma remuneração compatível com a do monitor de graduação.

para o estudante. A equipe mostra-se igualmente preparada para acolher demandas específicas por eles apresentadas, por meio de ações pontuais que visam minimizar dificuldades diversas que emergem no cotidiano da vida universitária. Com esse apoio, os estudantes reconhecem o valor da mediação do PPNE para equacionar alguns dos problemas e buscar igualar oportunidades.

Apontam, ao mesmo tempo, a necessidade de que o PPNE atue de um modo mais sistêmico do que a mera atenção às questões pontuais, com o objetivo de prover o acompanhamento continuado e sistemático dos estudantes até que estes alcancem maior autonomia e agência, dispensando eles próprios esse apoio.

Considera-se que a busca de igualdade de oportunidades e o foco na singularidade dos estudantes é condição necessária, mas não suficiente, para que situações e práticas efetivamente inclusivas sejam alcançadas. A Universidade de Brasília, cujas características e valores institucionais, no sentido amplo, não são nosso objeto neste artigo, tem caminhado e obtido avanços importantes como instituição inclusiva. Tais avanços não são, até o momento, bastantes para neutralizar os elementos normatizantes e homogeneizadores que tendem a presidir os sistemas de signos dominantes em um contexto meritocrático, conservador e seletivo, como tendem a ser as universidades.

Nesse sentido, entendemos as iniciativas em curso como importantes no enfrentamento à estigmatização dos estudantes com deficiência e/ou necessidades educacionais especiais. Da mesma forma, reconhecemos que ainda há importantes desafios para tornar o espaço universitário amplamente democrático e capaz de incluir em seu bojo as diferenças e demandas de todos os estudantes, dentre eles os que detêm deficiência e/ou necessidade educacional especial (Sousa, Soares, & Evangelista, 2003).

Ações que favoreçam o reconhecimento da igualdade de direitos e a promoção da cidadania são necessárias. Aproximadamente 50% dos estudantes titulados pela UnB recebem diplomas de licenciatura. Desse modo, a universidade desempenha importante papel como espaço de formação inicial dos professores que atuam na região. Compreendemos esse espaço como de fundamental importância para a formação de consciências inclusivas com impacto nas escolas e diferentes contextos sociais.

Percebemos que a cultura da inclusão está insuficientemente disseminada entre os docentes da UnB. Conciliar práticas inclusivas e a vocação meritocrática que orienta a ação docente demanda iniciativas criativas e problematizadoras para a formação continuada de professores e profissionais que nela atuam. Os responsáveis pelo trabalho cotidiano com os estudantes devem ser envolvidos no crescente debate e reflexão sobre o papel da inclusão no desenvolvimento pessoal e social (Mantoan, 2008).

Os estudantes entrevistados foram instados também a refletir sobre o futuro e apresentaram os principais desafios a serem enfrentados pelo PPNE. Destaca-se, na percepção destes, a necessidade de uma maior autonomia e voz do Programa junto aos órgãos administrativos da Universidade, como a Reitoria e Prefeitura do *Campus*, e ainda a necessidade de ampliar o quadro de profissionais no Programa, voltados ao acompanhamento especializado dos estudantes.

Outros aspectos se desprendem de seus relatos de entrevista e devem ser aqui enfatizados. Uma universidade plenamente inclusiva necessita lidar com um perfil muito diferenciado de demandas, negando categorizações atribuídas universalmente (Mantoan, 2008). As demandas precisam ser acolhidas considerando-se as especificidades e necessidades individuais dos estudantes.

Não menos importante é o desafio de ajustar o ambiente universitário para uma inclusão que exceda a simples acessibilidade. O campus Darci Ribeiro, situado no Plano Piloto de Brasília, é uma vasta área, tombada pelo Patrimônio Histórico da União, o que resulta em dificuldades adicionais para reformas e adequação dos espaços e meios para que o jovem estudante possa atuar com autonomia. Além dele, a UnB tem três outros *campi* (Planaltina, Ceilândia e Gama), os quais, por ainda funcionarem de modo precário, levam à necessidade de deslocamento de estudantes para aulas no *campus* principal, tarefa dificultada para alguns tipos de necessidades especiais.

Discussão

Vemos como necessária a disponibilização de meios mais eficazes para que o estudante possa adequadamente exercer seu ofício de estu-

dante (Coulon, 2008), e que qualifiquem sua permanência e aproveitamento no ensino superior. Isso envolve, conforme destacado pelos estudantes, a ampliação dos serviços do PPNE, sua maior autonomia nas ações, bem como a ampliação da equipe de apoio especializada que atua diretamente junto aos estudantes.

Consideramos da mesma forma fundamental que o estudante universitário com deficiência e/ou necessidades educacionais especiais seja respeitado, como pessoa com potencialidades e cuja posição acadêmica foi conquistada por mérito, do mesmo modo como os demais estudantes (Zanella, Lessa, & Da Ros, 2002). Tal reconhecimento precisa se sobrepor ao de seus possíveis impedimentos, sendo que estes últimos não podem ser convertidos em barreira ao alcance do sucesso escolar.

O reconhecimento, assim como a promoção de atitudes sociais favoráveis à inclusão, apoia a permanência dos jovens estudantes na Universidade. As atitudes favoráveis organizam ou reorganizam crenças e cognições sobre diferenças, direcionando para a aceitação, criando espaços para a promoção de atitudes inclusivas (Xavier, 2012).

A pesquisa aponta que iniciativas de inclusão são essenciais quando se visa à proteção dos direitos humanos em todos os espaços sociais, dentre eles a Universidade. Embora a Universidade de Brasília, por meio de seu Programa de Apoio às Pessoas com Necessidades Especiais, tenha adotado ações importantes para esse fim, muitos desafios ainda se colocam no intuito de tornar esse um espaço de igualdade de oportunidades a todos os estudantes, indistintamente. Assim, para que a UnB possa ampliar e qualificar efetivamente a inclusão, vemos como necessários maiores investimentos em ações capazes de ampliar a atuação do PPNE, e que envolvam professores e demais servidores, o que implica um esforço bem mais significativo do que tornar acessíveis os bens, as atividades e os espaços do *campus*.

Os estudantes entrevistados não esperam da Universidade atitudes baseadas em protecionismo, mas também não gostariam de admitir a submissão ou subestimação de suas potencialidades intelectuais e socioemocionais. As expectativas dos estudantes se concentram em encontrar apoio na Universidade para superar dificuldades e eliminar dispositivos de normatização e exclusão.

No espaço da Universidade, marcador social, acadêmico e profissional na vida dos jovens e adultos que a procuram, todos os estudantes precisam encontrar experiências sociais e acadêmicas ampliadas, relações mais éticas e igualitárias e, assim, oportunidades de desenvolvimento. Nesse contexto, os indivíduos com deficiência, ao assumirem seu ofício de estudante, exercem os mesmos direitos e deveres que todos.

Algumas considerações parciais

Algumas considerações que se pode extrair da pesquisa apontam para a necessidade de se encontrar nas instituições de ensino um ambiente verdadeiramente acolhedor à diversidade em todas as suas expressões. Para tanto, emerge o desafio de tornar o espaço acadêmico democrático, emancipador, crítico e participativo, superando modelos idealizados que tendem a segregar determinados grupos de estudantes, especialmente aqueles que podem deter alguma desvantagem, como no caso da deficiência e/ou necessidade educacional especial.

O ensino superior inclusivo ao contar com a acessibilidade de espaços e materiais, e também com iniciativas inclusivas atitudinais, é capaz de qualificar práticas, potencializar papéis, refletir e transformar valores e crenças. Na Universidade isso pode se traduzir nas ações de ampliação do envolvimento de professores, servidores e demais atores em modelos de formação permanente cada vez mais significativos e qualificados. As proposições exigem o exercício amplo de democracia, justiça, respeito às diferenças, aceitação e valoração positiva da diversidade, e, assim, promoção de desenvolvimento (Valsiner, 2012).

O PPNE trouxe avanços à inclusão no ambiente universitário, mas sua atuação precisa ser ampliada, conforme as expectativas dos estudantes e as demandas da inclusão. Espera-se uma atuação mais autônoma e, assim, efetiva nas demandas, bem como a citada ampliação da formação dos professores e demais servidores. Com isso, a Universidade de Brasília continuará avançando em sua trajetória de inclusão e oportunizando aos estudantes com deficiência e/ou necessidades educacionais especiais maior apropriação do acesso aos meios sociais, nesse caso o meio educacional, e, como resultado, melhor aproveitamento da experiência universitária.

Referências

Anache, A. A. (2009). O psicólogo escolar e o processo de escolarização de pessoas com deficiência mental. In C. M. Marinho-Araújo (Ed.), *Psicologia escolar: novos cenários e contextos de pesquisa, formação e prática* (pp. 221-244). Campinas, SP: Alínea.

Arantes, V. A. (Org.). (2006). *Inclusão escolar: pontos e contrapontos*. São Paulo: Summus Editorial.

Carta do Rio: celebrar, consolidar e ampliar as políticas de ação afirmativa. (2012). Seminário 10 Anos de Ações Afirmativas, organizado pela FLACSO/Brasil (Projeto GEA-ES, com apoio da Fundação Ford) e LPP/UERJ. *Revista de Ciências Humanas*, *12*(2), 415-417.

Carvalho, M. B. W. B. (2006). Política de Educação Especial: o acesso à escola e a responsabilidade do poder público. In A. C. Castro, I. V. Nascimento, & R. N. Lima (Orgs.), *Política pública de educação no Brasil: compartilhando saberes e reflexões* (pp. 145-168). Porto Alegre: Sulina.

Coulon, A. (2008). *A condição de estudante: a entrada na vida universitária*. Salvador: UDUFBA.

Decreto n. 3.298, de 20 de dezembro de 1999. (1999). Regulamenta a Lei n. 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República.

Decreto n. 6.949, de 25 de agosto de 2009. (2009). Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Brasília, DF: Presidência da República.

Del Prette, Z. A. P. & Del Prette, A. (1998). Desenvolvimento interpessoal e educação escolar: o enfoque das habilidades sociais. *Temas em Psicologia*, *6*(3), 205-215.

Dias, S. & Lopes de Oliveira, M. C. S. (2013). Deficiência Intelectual na perspectiva histórico-cultural: contribuições ao estudo do desenvolvimento adulto. *Revista Brasileira de Educação Especial*, *19*(2), 169-182.

Duarte, E. R., Rafael, C. B. S., Filgueiras, J. F., Neves, C. M., & Ferreira, M. E. C. (2013). Estudo de caso sobre a inclusão de alunos com deficiência no ensino superior. *Revista Brasileira de Educação Especial*, *19*(2), 289-300.

Falsarella, A. M. & Silva, L. M. (2002). Preconceito na Escola Inclusiva. *Revista Presença Pedagógica*, *8*(46), 96-106.

Fávero, M. H. (2005). Desenvolvimento psicológico, mediação semiótica e representações sociais. *Psicologia: Teoria e Pesquisa, 21*(1), 17-25.

Fleith, D. S. (2011). A Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva: desafios para o psicólogo escolar. In R. S. L. Guzzo & C. M. Marinho-Araújo (Orgs.), *Psicologia Escolar: identificando e superando barreiras* (pp. 33-46). Campinas, SP: Alínea.

Figueiredo, A. C., Lisboa, C. P., Frederico, C., Cotrim, G., Perez, J., Alves, J. V. et al. (2011). Acessibilidade e vida universitária: pontuações sobre a educação inclusiva. In S. M. R. Sampaio (Org.), *Observatório da vida estudantil: primeiros estudos* (pp. 187-208). Salvador: EDUFBA.

Goffman, E. (1988). *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: Zahar. (Original publicado em 1963)

Imperatori, T. K., Vieira, J. R. F., & Renault, C. R. N. (2012). A inclusão do estudante com necessidades especiais na Universidade de Brasília: a experiência do Programa de Tutoria Especial. In *Congresso Internacional de Educação, 3 - Educação: saberes para o século XXI*. Ponta Grossa, PR: UEPG. Acesso em 21 de fevereiro, 2015, em http://isapg.com.br/2011/ciepg/download.php?id=99

Lei n. 7.853, de 24 de outubro de 1989. (1989). Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República.

Lei n. 12.470, de 31 de agosto de 2011. (2011). Altera os arts. 21 e 24 da Lei n. 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre o Plano de Custeio da Previdência Social, para estabelecer alíquota diferenciada de contribuição para o microempreendedor individual e do segurado facultativo sem renda própria que se dedique exclusivamente ao trabalho doméstico no âmbito de sua residência, desde que pertencente a família de baixa renda; altera os arts. 16, 72 e 77 da Lei n. 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre o Plano de Benefícios da Previdência Social, para incluir o filho ou o irmão que tenha deficiência intelectual ou mental como dependente e determinar o pagamento do salário-maternidade devido à empregada do microempreendedor individual diretamente pela Previdência Social; altera os arts. 20 e 21 e acrescenta o art. 21-A à Lei n. 8.742, de 7 de dezembro de 1993 - Lei Orgânica de Assistência Social, para alterar regras do benefício de prestação continuada da pessoa com deficiência; e acrescenta os §§ 4º e

5º ao art. 968 da Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, para estabelecer trâmite especial e simplificado para o processo de abertura, registro, alteração e baixa do microempreendedor individual. Brasília, DF: Presidência da República.

Lei n. 12.711, de 29 de agosto de 2012. (2012). Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República.

Lopes de Oliveira, M. C. S. (2003). Do sujeito das representações ao sujeito dialógico. *Revista de Psicologia da UFF, 15*(1), 33-52.

Mantoan, M. T. E. (Org.). (2008). *O desafio das diferenças nas escolas*. Petrópolis, RJ: Vozes.

Marcondes, M. E. R. S. & Caiado, K. R. M. (2013). Educação especial: da filantropia ao direito à escola. In K. R. M. Caiado (Org.), *Trajetórias escolares de alunos com deficiência* (pp. 35-64). São Carlos, SP: EdUFSCar.

Marinho-Araújo, C. M. (2009). Psicologia escolar na educação superior: novos cenários de intervenção e pesquisa. In C. M. Marinho-Araújo (Org.), *Psicologia escolar: novos cenários e contextos de pesquisa, formação e prática* (pp. 155-202). Campinas, SP: Alínea.

Marinho-Araújo, C. M. (2011). Psicologia escolar e educação superior: construindo possibilidades diferenciadas de atuação. In R. S. L. Guzzo & C. M. Marinho-Araújo (Orgs.), *Psicologia escolar: identificando e superando barreiras* (pp. 193-214). Campinas, SP: Alínea.

Martìnez, A. M. (2007). Inclusão escolar: desafios para o psicólogo. In A. M. Martìnez (Org.), *Psicologia escolar e compromisso social* (pp. 115-134). Campinas, SP: Alínea.

Ministério da Educação - MEC. (2011). *Marcos Político-Legais da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.* Brasília, DF: Autor.

Mittler, P. (2003). *Educação inclusiva: contextos sociais*. Porto Alegre: Artmed.

Molon, S. I. (2008). O processo de exclusão/inclusão na constituição do sujeito. In A. V. Zanella, M. J. T. Siqueira, L. A. Lhullier, & S. I. Molon (Orgs.), *Psicologia e práticas sociais* (pp. 9-18). Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais.

Resolução do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão n. 48/2003. (2003). Dispõe sobre os direitos acadêmicos de alunos regulares Portadores de Necessidades Educacionais Especiais (PNEs) da UnB. Brasília, DF: Universidade de Brasília.

Resolução DEG 002, de 27 de outubro de 1994. (1994). Relatório de Apoio ao Portador de Necessidades especiais da UnB. Brasília, DF: Universidade de Brasília.

Ressurreição, S. B. (2013). *Estudantes universitários indígenas: histórias de rupturas e transições.* Exame de Qualificação de Doutorado, Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

Souza, A. M., Soares, D. L., & Evangelista, G. B. M. G. (2003). A Universidade de Brasília e a inclusão do aluno com necessidades educativas especiais. *Linhas Críticas*, *9*(16), 105-126.

Valsiner, J. (2012). *Fundamentos da Psicologia cultural: mundos da mente, mundos da vida*. Porto Alegre: Artmed.

Vygotsky, L. S. (1998). *A formação social da mente*. São Paulo: Martins Fontes.

Xavier, C. R. (2012). Modelo para mudança de atitudes sociais em relação à inclusão. *Revista Galego-Portuguesa de Psicoloxía e Educación, 20*(1), 83-98.

Zanella, A. V., Lessa, C. T., & Da Ros, S. Z. (2002). Contextos grupais e sujeitos em relação: contribuições às reflexões sobre grupos sociais. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, *15*(1), 211-218.

Zittoun, T. (2009). Dynamics of life-course transitions: A methodological reflection. In J. Valsiner, P. C. M. Molenaar, M. C. D. P. Lyra, & N. Chaudhary (Eds.), *Dynamic Process Methodology in the Social and Developmental Sciences* (pp. 405-430). New York: Springer.

Escolarização de jovens em conflito com a lei: sentidos construídos por professores da rede pública

Débora Cristina Fonseca

Fernanda Lustosa Almeida Damm

Introdução

Atualmente, conceber a criança e o adolescente como sujeitos de direitos parece estar naturalizado na fala da população em geral, pois são vários os atributos que contribuem para esse pensamento comum. Entretanto, foi somente com a Constituição de 1988 que os direitos específicos voltados para esse grupo foram conquistados legalmente, o qual se deu a partir de ampla movimentação popular proveniente dos mais diversos setores da sociedade civil, acompanhando o processo de redemocratização do país, reivindicando o status de sujeitos de direitos a todas as crianças e adolescentes.

Também foi acompanhado pela promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (Lei n. 8.069, 1990) que passou a assumir legalmente a criança e o adolescente como sujeitos de direitos, expressando a necessidade de quebra de um padrão nas políticas públicas assistencialistas voltadas para esse grupo. O ECA legalmente rompeu com a tradição do menor, expressa no Código de Menores de 1927, que se destinava especificamente a legislar sobre crianças e adolescentes de 0 a 18 anos em estado de abandono, e com a Doutrina de Situação Irregular consubstanciada no Código de 1979, ao adotar a Doutrina da Proteção Integral (Francischine & Campos, 2005).

A previsão em atender os direitos desse grupo também direcionou orientações e novas referências quanto ao cuidado com adolescentes (entre 12 e 18 anos de idade) que transgridem as normas sociais e legais estabelecidas, ou seja, que cometem atos infracionais. Nesse caso, cabem medidas socioeducativas, como está previsto no Art. 112 do ECA:

Verificada a prática de ato infracional, a autoridade competente poderá aplicar ao adolescente as seguintes medidas:

I - advertência;

II - obrigação de reparar o dano;

III - prestação de serviços à comunidade;

IV - liberdade assistida;

V - inserção em regime de semiliberdade;

VI - internação em estabelecimento educacional;

VII - qualquer uma das previstas no art. 101, I a VI. (Lei n. 8.069, 1990)

Legalmente, somente em situações graves, considerada como última possibilidade deveria ser aplicada a VI medida, a que priva de liberdade os adolescentes autores de atos infracionais, no entanto, em alguns relatos, esta foi a primeira medida tomada, visto a ausência de programas para a execução das demais medidas socioeducativas (Fonseca, 2013).

Considerando o objetivo da pesquisa, que consistiu em refletir sobre o processo de escolarização de adolescentes em privação de liberdade e sobre as percepções de violência e adolescência dos professores que ministram/ministraram aulas em Unidades da Fundação Casa, consideramos importante ilustrar, a partir do relato de um professor entrevistado, o caso de um jovem que, a pedido de sua mãe, furtou um saquinho de bexiga para a festa de aniversário do irmão mais novo. Ele foi preso e, ao ser julgado, foi aplicado sobre ele a VI medida socioeducativa, destituindo-o de seu direito às medidas anteriores garantidas por lei. Refletindo sobre o motivo que levou esse jovem a tal ato e as consequências com a aplicação dessa medida socioeducativa, provavelmente o jovem, ao chegar à unidade de internação, passará a conviver com meninos mais velhos e mais experientes, compartilhando vivências antes não imaginadas por ele.

Metodologia

O estudo foi desenvolvido por meio de pesquisa qualitativa, com a realização de entrevistas individuais, semiestruturadas, com dez profes-

sores que ministram, ou ministraram, aulas para adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas de privação de liberdade, realizadas em Unidades de Internação da Fundação Casa, de três municípios do interior do Estado de São Paulo, os quais, por questões de sigilo, serão denominados de Unidades 1, 2 e 3, além disso os nomes dos professores foram trocados.

Os referenciais teóricos utilizados para fundamentar a análise dos dados estão baseados nos pressupostos da Psicologia Sócio-Histórica (Leontiev, 1978; Vigotski, 2006), que compreendem o indivíduo e a condição humana como socialmente construídos.

Análise e discussão

Após a realização das entrevistas, elas foram transcritas literalmente e organizadas por categorias, buscando não fragmentar a fala dos sujeitos, conforme a proposta de Bardin: a "Análise de Conteúdo aparece como um conjunto de técnicas de análises das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens" (1977, p. 38). A autora complementa que esse método empírico depende da fala a que se dedica e da interpretação que se pretende como objetivo, existindo somente algumas regras de base, quase nunca transponíveis.

Segundo os professores entrevistados, dentro da conjuntura da Instituição Fundação Casa, existe uma rotina estabelecida, com horários para cada atividade, que contam com a presença dos agentes de segurança no desenvolvimento de cada uma delas. No horário de aula, o agente de segurança permanece na porta da sala e, se for observado qualquer comportamento mais agressivo dos internos com relação ao professor ou com os demais colegas, o professor solicita auxílio e o segurança pode intervir. Os agentes de segurança detêm o controle sobre o material utilizado em aula, assim como também não devem permitir que diálogos associados ao "mundo do crime" ocorram, ou mesmo desenhos associados ao tema.

Após o período de aula, como os adolescentes permanecem 24 horas internados, outras atividades pedagógicas são desenvolvidas pelos agentes de educação, o que está previsto no Estatuto da Criança e do

Adolescente. Entretanto, segundo os professores entrevistados, elas não têm qualquer vinculação e/ou articulação com o que foi trabalhado em sala de aula.

Com relação aos critérios de seleção para os professores que se candidatam a ministrar aulas na unidade, eles não são muito claros, pois cada Diretoria de Ensino estabelece os seus, fato confirmado pelos professores entrevistados que indicaram desconhecer os critérios de avaliação, ou mesmo as informações a respeito das regras da Instituição. Alguns professores afirmaram que aprenderam as regras no cotidiano, geralmente com os agentes de segurança, pois, na leitura dos documentos oficiais, nenhuma dessas regras é explicitada, assim como não receberam qualquer orientação/formação/treinamento antes de iniciarem seu trabalho na Unidade. Apenas duas professoras informaram que visitaram a Unidade e puderam conhecer antes de iniciarem as aulas efetivamente com os alunos, mas que esta visita foi apenas para conhecimento das instalações.

Diante dessa breve contextualização, pode-se observar que diferentes formas de manifestação de violência parecem presentes no cotidiano da Instituição, mesmo os professores não relatando situações de violência direta, mencionam a violência simbólica, como expressões faciais, palavras intimidadoras, levando-nos a refletir sobre o que significa estudar, qual sentido tem a escola quando se tem que ficar trancado, isolado? (Leme, 2007). Conforme nos lembra Foucault (1987, p. 134), "o trabalho de privar um homem de sua liberdade e vigiá-lo na prisão é um exercício de tirania".

Considerando a limitação de um artigo, neste texto analisaremos os dados, tendo como foco principal as concepções de adolescência, de violência e de ensino/aprendizagem construídas e partilhadas pelos professores.

Concepções de adolescência

Em nossa cultura há predominância de uma visão naturalizada das fases da vida e uma concepção de desenvolvimento humano linear e evolutiva, cabendo ao homem a responsabilidade por seu crescimento e o

esforço necessário para que a sociedade seja um espaço de incentivo para seu desenvolvimento (Bock, 1999), ou seja, as condições estão dadas para todos os indivíduos e compete exclusivamente a eles a autoria de suas escolhas.

Essa concepção naturalizante é contraposta por autores que partilham da perspectiva sócio-histórica, tal como Leontiev (1978), que entende que o ser humano não nasce dotado de aptidões e habilidades, visto que elas são conquistadas e criadas. Portanto, concebe que ele nasce candidato a essa humanidade, que está no mundo material, cristalizada nos objetos, nas palavras e nos fenômenos da vida humana. Dessa forma, contrapõe-se a visão de que o homem já possui características pré-estabelecidas desde o nascimento que o faça ser homem, mas compreende-se como um produto social construído ao longo da história, de cada cultura, podendo ser mais bem explicado segundo as reflexões do autor, quando afirma que: "O que a natureza lhe dá quando nasce não lhe basta para viver em sociedade. É-lhe ainda preciso adquirir o que foi alcançado no decurso do desenvolvimento histórico da sociedade humana" (Leontiev, 1978, p. 267).

Tratando mais especificamente de adolescência e juventude, segundo Aguiar e Ozella (2008), a concepção de adolescência é criada historicamente pelo homem, como representação e como fato social e psicológico, sendo constituída com significado na cultura e na linguagem que permeia as relações sociais. Nessa perspectiva, Bock (2004, p. 33) afirma que um caráter universal e abstrato foi dado a ela, tornando-a inerente ao desenvolvimento humano. Dessa forma, a adolescência foi sendo naturalizada e tomada como uma fase difícil. Segundo a autora, passou a figurar socialmente como uma fase do desenvolvimento, semipatológica, que se apresenta carregada de conflitos "naturais".

A visão naturalizada e semipatológica destacou-se nos relatos dos participantes da pesquisa. Quando perguntado aos professores como eles entendiam adolescência, alguns significados foram apresentados como sendo uma fase difícil, repleta de crise, de confronto, transformações, de solidificação da personalidade, como um desabrochar para a vida. O relato de João da Unidade 1 ilustra esse entendimento: "É uma fase de adaptação, transformação, fase de confronto. Confront*ar o que sabe com a realidade*."

Esse mesmo entendimento aparece na fala de duas professoras entrevistadas, Elisângela e Juliana, ambas da Unidade 1, que expõem a seguinte reflexão:

> *Eu acho que adolescência é um processo do indivíduo, faz parte de um processo do indivíduo, que ele ainda está em desenvolvimento, ele está se desabrochando para o mundo adulto. ... Então, para mim, adolescência é isso: um marco do desabrochar para o mundo adulto*. (Elisângela, Unidade 1)

> *Eu acho que a adolescência é um florescer assim da vida, eu acho que eles estão em um monte de descobertas, de mundo, do corpo, da sexualidade, de tudo aquilo que os rodeia, eles estão começando a formar opinião sobre as coisas, eu acho que é uma fase fundamental de solidificação da personalidade, acho que não é nem de construção, você constrói desde pequeno, mas de consolidação da personalidade, e aí quando dizem "ah o adolescente infrator" ... Mas eu acho que também alguns foi uma necessidade de aceitação social que aconteceu, por exemplo, todo mundo em minha volta é traficante, se eu não for, quem vai ser ridicularizado sou eu. Na adolescência isso é importantíssimo, então eu senti um pouco isso*. (Juliana, Unidade 1)

Conceber a adolescência como "desabrochar natural da vida" parece ser um entendimento partilhado pelos professores entrevistados. Contudo, Leontiev (1978) questiona essa forma de compreender e distingue a adolescência como um momento significado, interpretado e construído pelos homens, e não como um período natural do desenvolvimento, mas uma construção social que tem suas repercussões na subjetividade e no desenvolvimento do homem moderno.

Fonseca (2011), ao buscar compreender como se constitui essa forma de significar a adolescência por parte de profissionais de saúde, considera que:

> Analisando seu discurso, parece-nos que o sentido de adolescência construído ... é permeado pelas contradições decorrentes da internalização dos valores pressupostos em sua vida pessoal, do aprendido e vivenciado em sua formação profissional e da simbolização de sua própria adolescência. Desta forma, percebemos que tende a naturalizar e universalizar a adolescência, considerando que existem conflitos e emoções que seguem próprias da adolescência; ao mesmo tempo, contextualiza e atribui à família certa responsabilidade pelas dificuldades que o adolescente vivencia. (Fonseca, 2011, p. 10)

No raciocínio de que jovem não é sujeito por natureza, Vigotski (1995) ressalta que a incapacidade em considerar o desenvolvimento humano como um processo histórico e social é um dos principais entraves das concepções tradicionais, pois as perspectivas desenvolvimentistas simplificam o processo considerando-o como natural e mecânico. Segundo o autor, para o pleno desenvolvimento humano são necessários amplos e ricos processos educativos do ponto de vista social e cultural, que permitam a apropriação da cultura e dos processos sociais de forma crítica.

Para compreender a adolescência é preciso, então, entender primeiramente seu processo social, para depois compreendê-la na forma como acontece para os jovens. Esse modo de compreender a adolescência aparece, de forma rudimentar, na fala da professora Letícia, que faz parte do corpo docente da Unidade 3, quando ela afirma que os "*Adolescentes não pensam no futuro, somente no imediato, vivem o hoje e não pensam no amanhã*".

A fala do professor Jonas acerca da definição de adolescência, diferentemente dos demais, aparece de modo questionador, não corroborando diretamente com a concepção naturalizada predominante, porém controversa em relação à realidade, pois ele aponta, por outro lado, a "*barbaridade que os adolescentes estão fazendo e que os adultos hoje estão numa boa*".

> *Eu acho esse negócio meio estranho. Eu ouço falar em adolescente, estipula-se uma idade para a adolescência, mas eu não sei, eu não consigo ver as pessoas de forma diferenciada, de repente esse aqui é mais novo, não sei... eu não aprendi esse negócio, gostaria de aprender esse tal de adolescente, porque a gente está vendo uma barbaridade que os adolescentes estão fazendo, que os adultos hoje estão numa boa*. (Jonas, Unidade 2)

Esta fala contraditória aponta que as experiências vivenciadas por esse professor o levam a constituir um modo de pensar a adolescência que, de certa forma, culpabiliza os adultos e os próprios jovens.

Na perspectiva de que os adolescentes/jovens são frutos da sociedade emergente, a conduta referida aos adultos poderia ser facilmente trocada e associada ao procedimento das políticas públicas, que estão atreladas a uma visão assistencialista e que pouco se refletem

nas práticas voltadas à população em desvantagem social. Em analogia à frase do professor, verifica-se que quem está "numa boa" são as políticas públicas ou os governantes responsáveis por sua implementação e não propriamente os adultos.

Também é interessante notar que esse professor aponta que não aprendeu e que gostaria de aprender sobre adolescência. Entretanto, estudar teorias sobre o desenvolvimento e sobre a adolescência em sua formação profissional não significa, necessariamente, garantir uma maior compreensão sobre a adolescência/juventude. Muitos cursos de formação de professores introduzem teorias sem o devido questionamento, o que leva, em muitos casos, os ouvintes a terem uma visão idealizada sobre a adolescência e, consequentemente, não conseguirem se relacionar com os sujeitos concretos presentes nas escolas.

Ao analisar a formação de profissionais de saúde, Fonseca (2011) aponta que, para esses profissionais, o sentido pessoal de adolescência parece estar "permeado pela concepção naturalizada, universal e patológica, eles também apontam as instituições formadoras como responsáveis pela deficiência na formação e pela exclusão do adolescente nos serviços de saúde" (Fonseca, 2011, p. 419).

Na fala da professora Cecília há uma crítica à visão de adolescente dos anos 90, na qual o jovem era associado à violência, às drogas, ao individualismo: "*Adolescente acha que tem razão em tudo, não admitem um não, não tem disciplina. Eles chegam aqui sem regras e sem valor nenhum, você tem que trabalhar os valores e dizer que aqui dentro tem regras*" (Cecília, Unidade 3).

Essa crítica também foi analisada por Aguiar e Ozella (2008), que reconhecem que os adolescentes estão reproduzindo, de uma forma própria, as significações sociais do que vem a ser essa fase da vida em nossa sociedade, ou seja, como momento de crise, de transitoriedade, turbulência, tensão, conflito, de instabilidade. Esse sentido também está presente na fala da professora Laís: "*Na realidade assim, eu vejo adolescência logicamente pela faixa etária, mas eu acredito que é um momento de grandes transformações e descobertas, é um momento ainda que oscile a questão psicológica deles, então, é uma oscilação muito grande*" (Laís, Unidade 2).

Diferentemente da concepção presente nos discursos dos professores, partilhamos do entendimento de adolescência como:

> um momento de um processo e, como tal, em construção, que pode ser diferente do que está sendo para o próprio adolescente e para uma sociedade. É entendido como não natural e universal, mas produto de sua história de vida, enquanto sujeito pertencente a um grupo social, a uma cultura, da qual recebe influência e sobre a qual age dialeticamente; não desenvolvimentista, pois cada sujeito o vivenciará de uma maneira, dependendo de suas interações sociais, do desenvolvimento de seus interesses, de suas necessidades e da significação que as mudanças biológicas têm ou tiveram; e não patológico, no sentido de que não vivenciar as mesmas coisas que outro adolescente – por exemplo, a chamada crise da adolescência – pode ser saudável, possibilitando que cada um seja sujeito de sua própria história, capaz de fazer suas escolhas dentro de suas possibilidades objetivas e subjetivas, desenvolvendo uma autoconsciência e autonomia diante do contexto. (Fonseca & Ozella, 2010, p. 413)

Dessa forma, na análise das falas dos professores participantes da pesquisa, observa-se que, ao pontuarem problemas relacionados à adolescência, não se toma as questões sociais como referência. Consideramos relevante refletir sobre o fato de que a adolescência/juventude está imersa numa realidade em que faltam políticas públicas que a contemplem, que considerem os adolescentes/jovens como sujeitos no processo, de modo a construir novas necessidades e interesses. Esta necessidade começa pelos conteúdos escolares, geralmente pouco interessantes para eles, por não terem sentido em sua experiência concreta de vida.

Ensino e aprendizagem

Ao perguntar-se aos professores se a Instituição assegura um ambiente de reeducação e se de fato eles consideram que os jovens aprendem, obtivemos as seguintes respostas:

> *Acredito que eles devem sair daqui sabendo pelo menos o mínimo, o nome, as 4 operações. ... Eu tenho um jogo de cintura com eles, digo sempre que eles estão tendo uma oportunidade aqui dentro, pois eu estou com 43 anos, curso a segunda faculdade, e não preciso mais dos estudos, eles sim, pois lá fora está difícil para quem não tem emprego*. (Cecília, Unidade 3)

A visão apresentada pressupõe a postura assumida pela professora enquanto educadora de assentar-se em uma tendência mais tradicional de ensino, na qual o aluno é educado para atingir, por esforço próprio, sua plena realização como pessoa. Assim os conteúdos são separados da experiência do aluno e das realidades sociais (Libâneo, 1984), ou seja, os problemas sociais pertencem à sociedade, e o sucesso depende unicamente da disposição dos próprios jovens se prepararem para o mercado de trabalho. Desse modo, desconsideram-se falhas no processo educativo e, consequentemente, do Estado, em atender a esses jovens que, em tese, deveriam ser sujeitos das políticas públicas de qualidade.

A seguir a fala de um professor sobre sua concepção de ensino ministrado na Fundação Casa, em correspondência com o fator de interesse e real aprendizagem dos jovens:

> *Quando cheguei aqui tinha uma visão daquele filme "Ao mestre com carinho", mas a materialização desse ideal não aconteceu, na verdade, gostaria que eles soubessem escrever melhor. Trabalhei em escola estadual, mas aqui é emburrecedor, pois os alunos não exigem muito do educador. Quando entrei, as salas eram multisseriadas, eu me baseio nos conteúdos mais importantes dos PCNs, tenho liberdade para fazer as coisas, mas o interesse é pequeno, principalmente em filmes de história, músicas...* (João, Unidade 3)

Esse professor acaba declarando, aparentemente, sua posição de omissão e conformismo enquanto educador, pois assumir que o local é emburrecedor, e que os jovens têm pouco interesse, descarta a possibilidade de suas aulas não fazerem sentido, ser pouco ou nada estimulante para os educandos. O professor não parece considerar que o desinteresse dos jovens possa ser uma resposta à sua omissão. Em contrapartida, também foi possível verificar propostas como de uma professora que se mostrou bastante preocupada com o conteúdo que ela ensina fazer sentido para os alunos e, por consequência, despertar a interação objetivando a aprendizagem.

> *a gente percebe dois tipos de adolescente, o adolescente que está ali porque de fato fez uma besteira e está querendo mudar de vida, e ele vai fazer tudo direitinho para que isso aconteça então ele vai pra aula, presta atenção, vai fazer as atividades com interesse ... eu observei aquilo que faz sentido pra eles, eles participam mais, perguntam, interagem, eu acho que isso tam-*

> *bém é um traço importante da aprendizagem. Quando ele começa a tomar gosto por aquilo que a professora está falando, não é uma chatice, "aquilo faz parte da minha vida", e tem o outro menino que é do crime, que a mãe é do crime, o pai é do crime, ele vai sair e vai voltar para o crime, ele tem consciência disso, então irá cumprir daquele jeito para conseguir sair logo, vai copiar da lousa o que tiver que copiar, mas não participa, então a aprendizagem também fica prejudicada*. (Juliana, Unidade 1)

O olhar dessa educadora sobre os educandos nos mostra que ela parece incluir as mudanças evolutivas, os retrocessos, as falhas, as contradições, não tomando os jovens como naturalmente desinteressados, mas de forma contextualizada, como um sujeito social e histórico, com necessidades e interesses coadunados à sua realidade. Parece considerar a história familiar e o aprendizado de formas de "sobrevivência" nas instituições, tal como na Fundação Casa. Portanto, parece assumir a adolescência/juventude não como parte de um processo natural de desenvolvimento, mas sim na perspectiva apontada por Vigotski (1995).

> Pero basta ampliar el concepto de desarrollo hasta sus legítimos limites, basta saber que no sólo se incluyen en él los cambios evolutivos, sino también los revolucionários, diversos retrocesos, fallos, movimientos em zig-zag y conflictos para ver que el arraigo del niño en la cultura equivale al desarrollo e el verdadero sentido de la palabra, aunque distinto al del feto humano. (Vigotski, 1995, p. 303)

O ato de um educador refletir sobre a relação que estabelece com seus educandos pode dizer muito sobre a concepção de educação que ele acredita. Como no caso dessa professora, sua tentativa de compreender a motivação das atitudes de determinados grupos e assim conseguir fazer uma intervenção, pedagógica e solidária, no sentido de fazê-los refletir sobre sua própria condição, pode fazer toda a diferença. Essa diferença se reflete na prática pedagógica, na relação professor-aluno e no ensino de conhecimentos historicamente acumulados e institucionalizados.

Assim, os adolescentes em conflito com a lei, autores de atos infracionais, são privados de liberdade com o objetivo de reeducar-se para a vida em sociedade. Nesse processo de reeducação, imagina-se que os direitos básicos de sobrevivência com dignidade sejam respeitados, com acesso à educação, à alimentação e a um ambiente livre de constrangi-

mento e de tortura/espancamento. Entretanto, na fala dos professores, a privação de liberdade de adolescentes/jovens parece, em muitos casos, estar se constituindo em um aparato do Estado, que a fim de cumprir os deveres disciplinares desrespeita direitos fundamentais do cidadão (Fonseca, 2013).

Concepções de violência

A violência é uma prática conhecida desde a Antiguidade, que varia de sociedade para sociedade. Passou a ser caracterizada como fenômeno social, motivo de grande preocupação do poder público, sendo as primeiras discussões acerca do assunto registradas a partir do século XIX. Diferentes autores a estudaram, tal como Marx, Hegel e Nietzsche (Hayeck, 2009). De acordo com Filho (2001, p. 10), "para Marx a violência passou a ser algo superável e não inerente ao homem", e para Nietzsche "ela é algo que pertence ao homem". Portanto, trata-se de um fenômeno com compreensões e explicações bastante dicotômicas, que perduram até os dias atuais.

A realidade da cidade de São Paulo, no século XIX, é marcada pela elaboração de estatísticas criminais precisas acerca da ocorrência de crimes na cidade. Nesses dados, à época, se notou que o menor de idade sempre estava presente. Conforme Santos (2010), entre os anos de 1900 e 1916, o coeficiente de prisões por dez mil habitantes era distribuído da seguinte forma: 307,32 maiores de idade e 275,14 menores de idade, sendo os crimes cometidos por estes muito diversos daqueles cometidos por adultos. Estimativas relacionadas à prisão de menores entre os anos de 1904 e 1906 apontaram que das prisões 40% eram motivadas por desordens, 20% por vadiagem, 17% por embriaguez, 16% por furto ou roubo.

Levando-se em consideração a hipótese de Filho (2001) sobre esse assunto, há uma violência que está relacionada a uma cultura tradicional herdada, baseada na colonização e no passado escravocrata da sociedade brasileira. Tais índices presentes nesse recorte da sociedade brasileira do século XIX apontam para a necessidade de se verificar as condições sociais, políticas e econômicas quando se pretende estudar assuntos relacionados à violência.

Nessa mesma perspectiva, Waiselfisz e Maciel (2003) apontam duas questões que dificultam a definição do conceito de violência, sendo:

> A primeira refere-se ao fato de que os significados do termo violência são socialmente construídos, modificando-se de acordo com o momento histórico ou o contexto social. A segunda está relacionada ao fato de que a palavra violência pode se referir a situações bastante diversificadas, tais como a doméstica, juvenil, bélica, contra a criança, simbólica, que se associam a modos de manifestação e de entendimento diferentes. (Waiselfisz & Maciel, 2003, pp. 15-16)

Com relação à palavra violência, é arriscado formular um conceito, pois ela pode ter vários sentidos. No dicionário francês *Le Petit Robert* (Robert, 1964), a violência é o ato através do qual se exerce a violência; o ato de agir sobre alguém ou de fazê-lo agir contra a sua vontade empregando a força ou a intimidação; uma imposição natural para a expressão brutal dos sentimentos; a força irresistível de uma coisa, o caráter brutal de uma ação.

Nas entrevistas realizadas com os professores, ao tratarmos da questão da violência, foi possível colher algumas impressões que se fazem pertinentes para análise. O professor João, da Unidade 3, afirma que violência "é um mal necessário. ... Uma criança que recebe *maus-tratos desde pequeno, quando adulto, se torna também violento*". Percebe-se que ele considera a violência como um fenômeno socialmente construído no seio da família, na qual o indivíduo vai agir influenciado por suas vivências. O mesmo aparece no discurso da professora Laís, que diz que a família é responsável por mostrar o limite aos filhos:

> *Violência para mim não seria somente violência física, mas extrapolar o limite social. Por exemplo, na escola não vemos tanto a agressão física, nem lá dentro com os meninos, mas vemos muito a agressão psicológica. ... O que eu percebo às vezes, como já percebia fora da escola, quando eles não têm, vamos dizer assim, cuidado, a família não tem cuidado deles, às vezes eles não sabem o limite, até mesmo o limite de voz, o fato gritar ou estar respondendo uma coisa para você parecendo estar bravo, é o jeito deles, e aí você vai trabalhando que deve-se pedir licença tal e tal*. (Laís, Unidade 2)

Com relação ao apontamento de violência psicológica, Koehler (2003) fez o estudo do fenômeno na relação professor-aluno e registrou

que o silêncio das instituições com relação às práticas escolares classificadas como violência psicológica vem sendo praticado no Brasil desde o tempo colonial, contudo, por serem ideologicamente justificadas em nome da boa educação, ficou difícil identificar essa prática como violência, principalmente quando usadas para corrigir crianças e adolescentes.

Enquanto a professora Laís acredita que a violência é fruto do meio em que o adolescente está inserido, para a professora Letícia:

> *Ninguém nasce mau, as pessoas se tornam mau ... Submissão é violência. ... Um menino que sai, é isolado, e estar no mundo do crime é sinal de respeito, é bonito, então ele não tem medo de nada. Nas escolas a direção fala: "Cuidado, esse saiu da Fundação Casa". Desse modo, eles acabam se tornando modelo, o cara é o cara, não só dentro do regime como também lá fora*. (Letícia, Unidade 3)

Assim, observamos que esses professores parecem ter uma visão mais social sobre a origem da violência. Entretanto, é possível destacar que nesses três exemplos de falas, os professores tendem a responsabilizar a família, sem considerar que essa mesma família está inserida em uma sociedade produtora de violência, assim como desconsideram o papel do Estado, com suas formas sutis de violência que influenciam no desenvolvimento da subjetividade de todos.

De acordo com Chauí (1985), a violência não seria violação e transgressão, mas uma violação das diferenças hierárquicas com a finalidade de opressão e dominação, decorrente da passividade e do silêncio dos sujeitos.

A professora Juliana, que atuou como professora na Unidade 1 por aproximadamente dois anos, parece partilhar dessa concepção, pois estando inserida numa sociedade, ela se coloca também como responsável pela questão social em que os adolescentes autores de ato infracional estão inseridos.

> *Acho que a violência é meio, meio não é completamente guichê, a gente fala isso, mas a violência não é um ato em si, ela é um conjunto de ações e um fruto da sociedade, ela é um fruto do sistema que a gente vive, os atos que os meninos cometeram são frutos do sistema que estamos inseridos ... Eu acho que a viol*ência é uma questão social*, não é uma questão de criminalidade, nem de segurança pública, nem de nada disso. Eu acho*

> *que é uma questão social, que deve ser tratada desde a base*. (Juliana, Unidade 1)

A violência também pode ser definida como a fronteira entre a racionalidade e a destruição, ou ainda definida em termos sociológicos, no qual a lógica excludente do capitalismo exclui a condição dos cidadãos e os considera como clientes (Carbonari, 2002, citado por Hayeck, 2009).

Sobre os adolescentes que cometem atos infracionais e em nome do Estado e da sociedade são privados de liberdade, podemos lembrar que Foucault (1987, p. 196) aponta que a prisão é fundamentada para transformar os indivíduos: "Como não seria a prisão imediatamente aceita, pois se só o que ela faz, ao encarcerar, ao retreinar, ao tornar dócil, é reproduzir, podendo sempre acentuá-los um pouco, todos os mecanismos que encontramos no corpo social?".

Logo, entende-se que violência é um fenômeno complexo que pode ter muitas faces, entre elas a familiar, a social, a institucional e a de Estado, e o jovem privado de liberdade está submetido a todas elas. Nesse contexto, problematizamos como ocorre o envolvimento dos adolescentes/jovens com atos de violência. Como não se constituir como agressivo sendo vilipendiado e submetido a formas de violência ainda que veladas nas diferentes instituições em que está inserido?

Das formas de violência apontadas pelos professores entrevistados, a mais evidenciada foi violência implícita/simbólica, sendo assim a mais frequentemente observada entre os participantes. Entretanto, deparamo-nos com falas que sustentaram haver a prática de violência explícita na relação adolescente-segurança, como consolidado no trecho a seguir:

> *Violência é o que fez esse jovem que abriu a tesoura e partiu para cima do outro, isso é uma violência. Violência é o agente pegar o adolescente e empurrar contra aquela porta de ferro lá que acaba machucando o braço, cabeça, porque é um ferro grosso. Violência é tudo isso, é agressão* física para mim, mas também existe *a agressão que eu ouvia no primeiro ano quando entrei, mas que* não ouço *mais, meus ouvidos não ouvem mais, quando os seguranças chamavam os meninos de vagabundos*. (Elisângela, Unidade 1)

Interessante notar a observação de que seus "ouvidos não ouvem mais". Será que deixou de existir ou a professora não "quer mais ouvir",

pela impotência diante de tais atos. Talvez essa forma defensiva de se relacionar com o lugar também contribua para a manutenção de situações de violência explícita e/ou implícita.

Sobre a violência simbólica, vale ressaltar que ela "exclui e domina por meio da linguagem" (Leal & Zaluar, 2001, p. 148). Tavares dos Santos (2009) define violência como uma forma de dispositivo de excesso de poder que se instaura com uma justificativa racional, desde a prescrição de estigmas até a exclusão, efetiva ou simbólica. É uma prática que produz um dano social, sendo um ato de excesso presente nas relações de poder, considerando-se tanto o nível macro ou micro das relações sociais.

Bourdieu (1989, p. 146) conceitua de forma ampla e difusa a violência simbólica que, segundo ele, é uma violência que "se exerce também pelo poder das palavras que negam, oprimem ou destroem psicologicamente o outro", sendo muitas vezes operada pelos mandatários do "Estado, detentor do monopólio da violência simbólica legítima", o que, de certa forma, se opera sobre o professor.

A professora Cecília, entrevistada na Unidade 3, parece reconhecer a violência simbólica como um dispositivo também de violência e, em sua fala: "*A violência não é só roubar, matar, mas é gritar, desrespeitar, faltar com valores, ou seja, agressão verbal*".

Jonas, professor da Unidade 2, também considera que aquilo que oprime ou destrói psicologicamente o outro é um dispositivo de violência:

> *Nossa tem tanta violência hoje, chamar o outro de gordo, ou chamá-lo de magro, de isso ou daquilo. Eu vejo que muitas coisas faladas que são violência ... Violência não é só aquela que vai machucar, mas aquela que vai ferir a moral, a ética da pessoa. Violência para mim é isso, tudo que foge do padrão normal que a sociedade pode viver bem em que todos são pensantes, em que todos têm direitos e deveres*. (Jonas, Unidade 2)

A fala retratada acima pode ser pensada pelas reflexões de Zaluar (2004, p. 229) que consideram violência um termo polissêmico e a definem como uma força que se torna violência quando perturba acordos tácitos ou ultrapassa um limite "e regras que ordenam relações, adquirindo assim carga negativa ou maléfica. Portanto, é a percepção do limite e da

perturbação e do sofrimento causado que vai caracterizar um ato como violento, percepção que varia cultural e historicamente".

É interessante ressaltar a concepção da professora Laís que coloca o espaço, o meio em que os jovens estão inseridos e a família como motivos influentes de violência presentes no comportamento desses jovens privados de liberdade, já que atualmente "o crime organizado representa uma instância de poder que não pode ser mais ignorada" (Zaluar, 2004, p. 153).

Para muitos adolescentes/jovens a opção de trabalho no mercado ilegal do tráfico constitui-se como a possibilidade de ser alguém, muito mais que a escola, e assim também contribui para diminuir a importância da escolarização formal.

> *Para mim, a maior parte ali é pelo espaço onde eles estão inseridos, é a convivência familiar que tem a maior parte, o pai era bandido e morreu e acaba sendo criado pela mãe ou na rua. A droga, então ali, vamos dizer assim, adolescentes que estão no mundo do tráfico, não usuários de droga, tem alguns usuários, mas pouquíssimos. Não que eles não usem. É mais o tráfico mesmo, em função de ter a aquisição, os bens e tal, mas eu acho que é muito pelo local onde estão inseridas, as pessoas*. (Laís, Unidade 2)

De forma geral, a partir dos diálogos com os professores entrevistados neste estudo, percebe-se que eles consideram violência como uma conduta que vai além da agressão física, podendo ser também o que alguns autores denominam de violência simbólica/implícita ou psicológica. Muitos afirmaram a existência de violência física em momentos pontuais, o que, no imaginário social, parece não fazer parte da rotina de uma unidade de privação de liberdade justamente pelo grande aparato de segurança, mas que na realidade se faz presente.

Considerações finais

No desenvolvimento da pesquisa foi possível ouvir, mesmo que de forma concisa, a experiência de professores que ministram ou ministraram aulas no contexto de privação de liberdade, e observar a visão que esses educadores têm sobre seus educandos e como concebem violência, já que estão inseridos em uma escola entre as grades de medida fechada, uma verdadeira cela de aula (Leme, 2007).

De forma geral, as concepções de adolescência/juventude coadunam-se às visões hegemônicas, que tomam a adolescência como uma fase da vida, natural e universal. Alguns professores parecem refletir sobre essas concepções, apontando as questões sociais e familiares como elementos constitutivos e responsáveis pelo modo de ser de cada jovem. Quanto às concepções de violência, os participantes da pesquisa parecem estabelecer uma relação mais social, apontando para o contexto de vida dos jovens e não como algo por natureza e, portanto, socialmente produzida, ainda que culpabilizem a família e o próprio jovem pelo envolvimento.

Com essas reflexões e considerando a condição peculiar de desenvolvimento em que os adolescentes/jovens em conflito com a lei vivenciam, já que são privados do direito de ir e vir, do apoio de suas famílias e dos recursos da comunidade, questionamos se tal condição não seria merecedora de um planejamento adequado à realidade de manter-se 24 horas no mesmo lugar. Será que os professores e demais profissionais (educadores da instituição) consideram que adolescentes/jovens que cometem atos infracionais são merecedores de direitos que possibilitem o seu desenvolvimento pleno? Ou, ainda, como compreendem Direito Humano no contexto de privação de liberdade?

Pensamos que para a escolarização desses sujeitos, seria necessária uma proposta articulada ao contexto, que lhes possibilitassem a formação de uma consciência crítica e um conteúdo que fizesse sentido para esses jovens. Dessa forma, pensamos que este texto pode contribuir para se pensar em propostas de educação/escolarização que considere os adolescentes/jovens em seu contexto e de forma mais abrangente do que a tradicional e ultrapassada escola regular.

Na grade curricular dos cursos de Licenciaturas não se encontram disciplinas específicas que preparem professores para atuarem em contextos escolares diferenciados, assim como não se discute o que significa ser professor/educador entre grades. Provavelmente esse cenário não se modifique pelo fato de que para muitos, inclusive educadores, a prisão ainda é a melhor e única alternativa de isentar a sociedade de violência, sendo uma forma de tirar “o problema” das ruas e alocá-lo longe dos olhos humanos. Dessa forma, como apontou um dos professores, ministrar aulas nesse contexto é “emburrecedor”.

Conforme Foucault (1987) aponta, com a instituição da prisão em meados do século XIX, a punição não foi mais dirigida ao corpo em suas formas mais duras, mas a alma do indivíduo "deve suceder um castigo que atue, profundamente, sobre o coração, o intelecto, a vontade, as disposições" (p. 20). Tais apontamentos levam-nos a refletir sobre o quanto essa medida tão clássica melhorou a sociedade em termos de prevenção/eliminação da violência? E como considerar que os indivíduos que passam por prisões vão sair cidadãos justos e autônomos?

Pensar em privação de liberdade como meio de reeducação parece uma verdadeira incoerência, pois como é possível ser educador, construir um conhecimento junto com os alunos de modo que ambos possam trocar experiências, quando professores precisam se submeter à autoridade dos agentes de segurança, não permitindo que diálogos associados ao "mundo do crime" ocorram, quando na verdade esse é o mundo que os adolescentes conhecem e com o qual toda a sociedade convive.

Pode-se compreender que, de modo geral, os jovens que cometem atos infracionais certamente sofreram um processo de exclusão social. No padrão imposto pelo sistema capitalista, segundo a ótica da capacidade de consumo, esses indivíduos não têm valor, e são reduzidos à não participação na sociedade (Marques, 2013), o que pode predispô-los, muitas vezes, ao envolvimento em condutas delituosas, tal como o tráfico no bairro.

Na totalidade do contexto, pode-se dizer que uma série de fatores sociais, histórico, familiar, psicológico, político, econômico, condicionam um jovem a cometer alguma infração. No entanto, há uma evidência relacionada à associação entre baixa escolarização e o envolvimento com o ato infracional (Zanella, 2010), o qual em algumas falas dos professores ficou evidente, ao julgar a família como a responsável em potencial. Sendo assim, como esses "culpados pais" poderiam "dar" a seus filhos algo que não tiveram?

As pessoas necessitam do atendimento nas políticas públicas e estas não têm se refletido na prática e pouco atingem a população marginalizada, descumprindo o que sinaliza o artigo 3º do ECA: "A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, ... a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade" (Lei n. 8.069, 1990).

Referências

Aguiar, W. M. J. & Ozella, S. (2008). Desmistificando a concepção de adolescência. *Cadernos de Pesquisa*, *38*, 97-125.

Bardin, L. (1977). *Análise de conteúdo*. Rio de Janeiro: Edições 70.

Bock, A. M. B. (1999). *Aventuras do Barão de Munchhausen na psicologia*. São Paulo: Cortez /EDUC.

Bock, A. M. B. (2004). A perspectiva sócio-histórica de Leontiev e a crítica à naturalização da formação do ser humano: a adolescência em questão. *Cadernos do CEDES*, *24*(62), 26-43.

Bourdieu, P. (1989). *O poder simbólico*. Lisboa: Difel.

Chauí, M. S. (1985). Participando do debate sobre a mulher e violência. In B. Franchetto, M. L. Cavalcanti, & M. L. Heiborn (Orgs.), *Perspectivas antropológicas da mulher* (Vol. 4, pp. 23-62). Rio de Janeiro: Zahar Editores.

Filho, C. M. (2001). Violência fundadora e violência reativa na cultura brasileira. *São Paulo em Perspectiva, 15*(2), 20-27. Acesso em 10 de julho, 2013, em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392001000200004

Fonseca, D. C. (2011). Adolescência e subjetividade: pressupostos teóricos para uma análise dos sentidos e significados no campo da saúde. *Educação: Teoria e Prática, 21*(36), 63-83.

Fonseca, D. C. (2013). Escolarização de adolescentes em privação de liberdade: análise do tema em uma amostra de periódicos. *Revista Eletrônica de Educação, 7*(1), 13-31. Acesso em 09 de julho, 2013, em http://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/viewFile/608/230

Fonseca, D. C. & Ozella, S. (2010). As concepções de adolescência construídas por profissionais da Estratégia de Saúde da Família (ESF). *Interface: Comunicação, Saúde e Educação, 14*(33), 411-424.

Foucault, M. (1987). *Vigiar e punir: nascimento da prisão* (27ª ed., R. Ramalhete, Trad.). Petrópolis, RJ: Vozes.

Francischini, R. & Campos, H. R. (2005, setembro/dezembro). Adolescente em conflito com a lei e medidas socioeducativas: limites e (im)possibilidades. *Psico*, *36*(3), 267-273.

Hayeck, C. M. (2009). Refletindo sobre a violência. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais, 1*(1). Acesso em 03 de setembro, 2013, em http://www.rbhcs.com/index_arquivos/Artigo.Refletindo%20sobre%20a%20viol%C3%AAncia.pdf

Koehler, S. M. F. (2003). Violência psicológica: um estudo do fenômeno na relação professor-aluno. In Centro de Enseñanza Superior Don Bosco (Org.), *Congreso Internacional "La nueva alfabetización: un reto para la educación del siglo XXI"*. Acesso em 04 de agosto, 2013, em http://www.educacao.salvador.ba.gov.br/site/documentos/espaco-virtual/espaco-praxis-pedagogicas/RELA%C3%87%C3%83O%20PROFESSOR-ALUNO/violencia%20psicologica%20-%20um%20estudo%20do%20fenomeno%20na%20relacao%20professor-aluno.pdf

Leal, M. C. & Zaluar, A. (2001). Violência extra e intramuros. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, *16*(45), 05-198.

Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. (1990). Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Acesso em 25 de fevereiro, 2015, em http://www.conselhodacrianca.al.gov.br/sala-de-imprensa/publicacoes/ECA%20ATUALIZADO.pdf/view

Leme, J. A. G. (2007). A cela de aula: tirando a pena com letras. Uma reflexão sobre o sentido da educação nos presídios. In E. M. C. Onofre (Org.), *Educação escolar entre as grades* (pp. 111-160). São Carlos, SP: EduFSCar.

Leontiev, A. N. (1978). *Actividad, consciencia y personalidad*. Buenos Aires: Ciencias Del Hombre.

Libâneo, J. C. (1984). Tendências pedagógicas na prática escolar. In *Democratização da Escola Pública* (pp. 19-44). São Paulo: Loyola.

Marques, G. C. S. (2013). Acompanhamentos de adolescentes em cumprimento de medidas sócio-educativas: do direito a implementação da ação educativa. *Revista Eletrônica de Educação*, *7*(1), 192-210. Acesso em 09 de julho, 2013, em http://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/viewFile/660/237

Robert, P. (1964). *Le Petit Robert - Dictionnaire de la Langue Française*. Paris: Le Robert.

Santos, M. A. C. (2010). A criança e a criminalidade no início do século XX. In M. D. Priore (Org.), *História das crianças no Brasil* (7ª ed., pp. 210-230). São Paulo: Contexto.

Tavares dos Santos, J. V. (2009). *Violências e conflitualidades*. Porto Alegre: Tomo Editorial.

Vigotski, L. S. (1995). *Obras Escogidas: Vol. 3. Problemas del desarrollo de la psique*. Moscú: Editorial Pedagógica.

Vigotski, L. S. (2006). *Obras Escogidas: Vol. 4. Psicología infantil* (2ª ed.). Moscú: Editorial Pedagógica.

Waiselfisz, J. J. & Maciel, M. (2003). *Revertendo violências, semeando futuros*: *avaliação de impacto do Programa Abrindo Espaços no Rio de Janeiro e em Pernambuco*. Brasília, DF: UNESCO.

Zaluar, A. M. (2004). *Integração perversa: pobreza e tráfico de drogas* (Vol. 1). Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.

Zanella, M. N. (2010). Adolescente em conflito com a lei e escola: uma relação possível? *Revista Brasileira Adolescência e Conflitualidade*, 3, 4-22. Acesso em 09 de julho, 2013, em http://periodicos.homologa.uniban.br/index.php/RBAC/article/viewFile/169/128

Exclusão e inclusão da juventude da/na universidade pública expandida e precarizada do norte fluminense

Eduardo Pinto e Silva

Introdução

No presente artigo retomamos algumas reflexões sobre a clivagem juvenil e fratura social no Brasil (Silva, 2011; Silva & Trajber, 2011a, 2011b, 2011c; Takeuti, 2002), assim como a infeliz e problemática constatação da existência de jovens condenados e relegados das/nas cidades (Wacquant, 2001). E, sob a mediação da discussão crítica da dialética da exclusão-inclusão (Martins, 2008, 2009), apresentamos um recorte de uma das análises desenvolvidas, de forma mais ampla e aprofundada, no Relatório de Pesquisa intitulado "Trabalho, subjetividade e saúde do professor no contexto de expansão da universidade pública: estranhamento, sofrimento e prazer" (Silva, 2013).

Em relação ao recorte de uma das análises de nossa pesquisa, ora apresentamos, particularmente, algumas das considerações explicitadas por um dos 28 professores por nós entrevistados. Procuramos, por meio de tais considerações, caracterizar o perfil do aluno universitário da região norte fluminense, enfocando as possibilidades e limitações de sua formação no contexto de uma expansão precarizada e desordenada da universidade pública. Trata-se de professor lotado no polo interiorizado de Rio das Ostras, da Universidade Federal Fluminense (UFF), cujo ideal ético-político, como o de vários outros colegas, imbuídos da intenção de contribuir para transformações sociais, encontrava uma série de impedimentos. Os obstáculos à materialização dos seus ideais de transformação social, por meio da sua atividade profissional (pesquisa, extensão, ensino), eram engendrados, em parte, pela organização política, institucional e organizacional da universidade à qual pertence e das condições objetivas de trabalho do/no referido polo, e, de outra, pelas próprias características de crescimento urbano e econômico do município; ou

ainda, de forma mais ampla, pelas formas históricas da sociabilidade capitalista brasileira.

Procuramos, desse modo, considerar, ainda que brevemente, algumas dimensões do padrão de desenvolvimento urbano, recorrendo a considerações históricas (Fernandes, 2008; Martins, 2009) e a aspectos específicos da economia e mercado de trabalho na região norte fluminense (Carvalho & Totti, 2006; Pessanha & Silva Neto, 2004; Sirelli, Oliveira, Campos, & Silva, 2012; Souza & Ponciano, 2006). Ao fazê-lo, recorremos também às contribuições da economia política de extração marxista, particularmente às do materialismo histórico-geográfico (Harvey, 1994, 2004, 2012).

O jovem, sujeito ontológico inserido em formas históricas de sociabilidade

O jovem é um sujeito ontológico, existente numa objetividade histórica fundada em aspectos econômicos e extraeconômicos (Lukács, 2010, 2012), ser social e singular do coletivo juventude, co-produtor de práticas sociais e institucionais e, não raramente, presa relativamente fácil de suas grelhas, sobretudo quando emaranhado numa situação societária de vulnerabilidade, para nos referirmos a um termo tão em voga, após certo desuso do conceito de exclusão. E de pronto indicamos que, de nossa parte, compreendemos ser necessário apontar para os limites do termo "vulnerabilidade". Dito de outra forma, entendemos ser necessário defender e resgatar o conceito de exclusão, pautados por uma reflexão crítica propiciada por relevantes estudos e proposições sobre a persistente realidade da exclusão e da pobreza das classes e segmentos sociais que vivem "do outro lado do espelho" da sociedade das mercadorias (Demo, 2002; Freire & Pereira, 2009; Martins, 2009, 2008; Takeuti, 2002; Wacquant, 2001).

A fragmentação e heterogeneidade da juventude brasileira pode engendrar a aparência de que não há fronteiras relativamente definidas – ainda que estas sejam relativamente destituídas de rigidez, isto é, não sejam imóveis nem imutáveis – entre excluídos e incluídos. Ou ainda, a relativa fluidez nas trocas de posições do sujeito ontológico do jovem, de uma área de prática social mais, para uma menos, clivada e/ou integrada, esta última relativa à condição de sujeito do poder disciplinar (Takeuti,

2002), pode barrar a percepção da existência ou materialidade da condição (real) de exclusão, ou melhor, do processo excludente.

A condição de exclusão da juventude, ou da inclusão da juventude, nos inúmeros espaços sociais existentes na realidade do cotidiano de uma cidade em franca expansão, como Rio das Ostras e outras congêneres do norte fluminense (Freire & Pereira, 2009; Pessanha & Silva Neto, 2004; Sirelli, Oliveira, Campos, & Silva, 2012; Souza & Ponciano, 2006), é social e historicamente construída. Nos diversos espaços e fenômenos sociais nos quais o jovem se insere – na comunidade, na rua, no subemprego, no trabalho, nas escolas, na universidade, na informalidade, na violência, nos atos infracionais e/ou delinquenciais etc. – há a marca de uma sociabilidade, ao mesmo tempo, disciplinadora e excludente. Desse modo, sua condição social e cultural, e, destacamos, formativo-universitária, não é gratuitamente constituída. Outrossim, relaciona-se a um desenvolvimento desigual e combinado de uma economia capitalista com determinadas particularidades e fragilidades (Fernandes, 2008; Harvey, 2004).

Esse desenvolvimento desigual, eticamente deplorável, e socialmente injusto, é fundamental à reprodução da máquina econômica mundial, fortemente financeirizada (Chesnais, 1996; Harvey, 1994). As disparidades das condições sociais, econômicas e culturais das distintas regiões brasileiras são parte das desigualdades mais amplas entre países e nações. A condição dependente do Brasil no processo de mundialização e sua subserviência aos países dominantes se refletem na condição de ampla desigualdade de determinadas regiões de distintos Estados, e de distintas regiões do interior de um mesmo Estado. Mesmo nas regiões de estados ricos, como o do Rio de Janeiro, e com apelos para um crescimento aparentemente inclusivo e enriquecedor de municípios, como no caso dos do norte fluminense, a chegada de classes sociais mais bem remuneradas, qualificadas e integradas à economia de mercado e às inovações tecnológicas, se dá *pari passo* com a (re)criação, se não intensificação de bolsões de miséria (Freire & Pereira, 2009; Pessanha & Silva Neto, 2004; Sirelli, Oliveira, Campos, & Silva, 2012).

Excluídos dos grandes centros, são deslocados para o interior, "incluídos" em práticas sociais sob promessas imaginárias e ideológicas, habitantes de uma espécie de "cidades de esperança" (Sirelli, Oliveira, Campos, & Silva, 2012), onde se (des)iludem em relação a um (sobre)viver

em melhores condições das que de seus espaços antes ocupados, no qual malogravam formas instáveis de exclusão e inclusão social, institucional, laboral etc. De outro lado, há os jovens que se integram à universidade, geralmente por não terem obtido sucesso em suas tentativas de ingresso nos *campi* das matrizes das universidades públicas do Estado do Rio de Janeiro (UFF Niterói, UERJ, UFRJ, UNIRIO).

A juventude no Brasil é uma juventude clivada, inserida numa fratura social (Takeuti, 2002), produtora de distintas formas históricas de subjetividades forjadas (Silva & Trajber, 2011a, 2011c). A juventude efetivamente excluída é a juventude nadificada, à deriva dos movimentos históricos de expansão, desenvolvimento, morte e vida de grandes cidades (Candido, 2010; Jacobs, 2000; Vainer, 1998), em um país cujo desenvolvimento do capitalismo, que se caracterizou como dependente e subdesenvolvido (Fernandes, 2008), se reatualiza nas mudanças históricas mais recentes e na atual condição do Brasil de plataforma de valorização do capital financeiro internacional (Paulani, 2008).

Consideramos, portanto, que conceitos como exclusão e inclusão não devam ser desconsiderados, ou plasmados por outros, como vulnerabilidade e instabilidade, como se fossem engessados em si mesmos. A objetividade histórica clama por um retomar problematizado desses conceitos (Demo, 2002; Martins, 2008), para que se possa realizar uma análise crítica das relações entre juventude, sociedade, trabalho e educação.

O movimento das cidades, da urbanização, do dito "crescimento" dos municípios, os fatores econômicos e extraeconômicos das mudanças e da caracterização da população jovem de uma região em particular, como no caso da região norte fluminense, podem nos fazer elucidar importantes aspectos sobre a exclusão da juventude da universidade/na universidade. Ou ainda: inclusão da juventude da universidade/na universidade.

As formas históricas de reatualização da exclusão includente e da inclusão excludente envolvem uma refuncionalização do velho ou arcaico (Fernandes, 2008), mas sob os auspícios eufemísticos do termo "novo", da "cidade promessa", dos fetiches em torno dos *royalties*, do petróleo, e de outros elementos do imaginário socialmente construído (Sirelli, Oliveira, Campos, & Silva, 2012). A juventude da região pesquisada, em sua maior parte imersa na sociabilidade do homem simples (Martins, 2009),

é, na sua maioria, excluída da universidade, e empurrada para bairros periféricos e violentos (Costa, 2009). Portanto, é imprescindível se fomentar o debate sobre os jovens incluídos e excluídos da/na universidade na sociedade da exclusão includente e da inclusão excludente, problematizando situações reais (Silva & Trajber, 2011b) e dados de relatórios de caráter oficialesco, tais como os do Relatório de Desenvolvimento Juvenil que, se lidos a contrapelo, revelam ser apressados, se não equivocados os otimismos nele assumidos em relação à dita "sociedade do conhecimento" (Silva, 2011).

Na condição de modos de vida, ao mesmo tempo coletivos e particulares, de *ethos*, de estilo de existência e de reprodução social, se define a classe social tanto dos jovens "integrados-disciplinarizados" como dos "excluídos-nadificados". Os contornos e a situação de exclusão ou inclusão dos/nos modelos institucionais hegemônicos e na economia de mercado são mais ou menos estabelecidos ou fluidos conforme o jovem em questão. Mas não podemos ignorar a evidente segmentação ou "segregação socioespacial" dos espaços urbanos, da "cidade partida" em bairros de elite e subúrbios; estes últimos caracterizados pela violência e "sangue negro", que, no caso que nos é específico, sofre relegação real e simbólica, no interior da suposta virtuosidade da "capital brasileira do petróleo" (Costa, 2009, pp. 145-146). E nas especificidades das suas condições objetivas e de suas classes sociais em particular, dos modos de sociabilidades que lhes são singulares, se constituem subjetividades cujas dimensões política e desejante são, não obstante, inalienáveis, pulsantes, sempre tensionando, desse modo, a objetividade e o fazer histórico na prática social e cotidiana.

A exclusão e a degradação que acompanha a juventude dita nadificada e simbólica e concretamente relegada geralmente se materializam nos confins do humano, "incluindo" classes sociais (campesinato, indígenas) que não alcançaram a condição proletária, e por vezes nem tampouco a de marginalidade na vida citadina (Martins, 2009). Mas, no caso da região que tomamos para elaborar reflexões e algumas análises sobre juventude e exclusão/inclusão, podemos lançar a hipótese de que nela a exclusão se dá dentro da cidade, "incluindo" um crescente número de jovens situados no "de fora" da universidade, ou mesmo no "de fora" do trabalho (informal ou assalariado). Não obstante, se colocam desde um

"de dentro" de uma notória segregação socioespacial existente na cidade (Costa, 2009, p. 57), e a partir de um *ethos*, de uma prática, cujo coletivo aderiu de forma peculiar, neste ou naquele bairro, vila, pedaço de terra, imóvel desocupado etc., numa condição histórica dada, com seus movimentos e contradições, isto é, nos fragmentos e subdivisórias do espaço urbano, cuja materialidade interpola o novo e o antigo.

Na região norte fluminense nos deparamos com apelos e promessas de um crescimento inclusivo e enriquecedor. Mas, como apontamos, a chegada de classes sociais mais bem remuneradas, qualificadas e integradas à economia de mercado e às inovações tecnológicas tem efeitos como os da atração de jovens excluídos dos grandes centros. Verifica-se, assim, uma intensificação de bolsões de miséria. Excluídos dos grandes centros, deslocados para o interior, "incluídos" em práticas sociais sob promessas – imaginárias, ideológicas ou discursivas, oficiais e extraoficiais, pois também produzidas por seu grupo ou classe de pertença – de encontrar uma "salvação" nas ditas "cidades de esperança" (tal como um dia foram representados os grandes centros e metrópoles, hoje tão saturados, ou, intensificados em sua saturação, de certo modo, original). Cidades de esperança, de um poder (sobre)viver minimamente em melhores condições que de seus espaços antes ocupados, no qual também malogravam formas relativamente instáveis de exclusão e inclusão social, institucional, laboral etc.

A juventude disciplinada, eis a que é "inclusa", de forma normatizada, inevitavelmente; podendo o ser de forma excludente em comparação a outras formas de inclusão de classes ou segmentos sociais outros (os de elite, geralmente nos grandes centros urbanos), mas, de certa forma, inclusa. E pode, mesmo sendo normatizada, também expelir o instituído, transformando-o desde dentro, e vir a objetivar uma nova práxis, que não seja mero *fac simile* do social e da sociabilidade que tendem a fetichizar as mercadorias e a reificar as existências humanas.

A juventude no Brasil, portanto, a despeito de certo entusiasmo despropositado de alguns estudos-relatórios, tal como o referido Relatório de Desenvolvimento Juvenil (Silva, 2011), é, segundo nosso argumento, uma juventude clivada, construída numa fratura social (Silva & Trajber, 2011b, 2011c).

A juventude excluída de cidades como Macaé e Rio das Ostras é fruto de movimentos históricos de expansão, desenvolvimento, morte e vida

de grandes cidades (Jacobs, 2000), em um país cujo desenvolvimento do capitalismo aliou uma frágil sociedade de classes e uma condição de sociedade nacional pseudo-moderna. Sociedade na qual, como bem apontou em outro momento histórico nosso reconhecido mestre sociólogo, Florestan Fernandes (2008), se forjou um capitalismo dependente e subdesenvolvido, e uma fragilidade tão intensa de formas de integração à economia capitalista que o levou até mesmo a questionar se haveria de fato "classes sociais na América Latina" (Fernandes, 2009, p. 45). Juventude excluída que envolve, no caso da região norte fluminense, tanto os excluídos dos grandes centros como uma parcela pobre e original dessas cidades do interior, e que se vê deslocada de suas moradias e bairros de outrora. Vivem condições muitas vezes sub-humanas, ainda que relativamente passíveis de sofrer distintos desdobramentos, de cunho mais ou menos favorável e/ou desfavorável face às variações da dialética dinâmica dos processos, históricos e contraditórios, de exclusão includente e inclusão excludente. Isso significa dizer, ou ponderar, que o devir histórico pode produzir relativa integração e/ou apaziguamento de desigualdades gritantes de nossa fratura social; desigualdades estas que, ao menos potencialmente, podem vir a ter dias melhores em determinados setores, regiões, nos quais temos avançado em termos de tecnologia, como o da região que ora brevemente analisamos, ainda que à custa de outras.

Consideramos, portanto, que os velhos e bem conhecidos termos, exclusão e inclusão, não devam ser desconsiderados e tampouco plasmados por termos como vulnerabilidade e instabilidade. A objetividade histórica clama por um retomar problematizado desses conceitos para que possamos realizar uma análise crítica das relações entre juventude, sociedade, trabalho e educação no Brasil. Em prol de uma análise que não caia, assim, nas grelhas da ideologia importada de uma "sociologia enlatada" que preconiza e holofoteia o empreendedorismo, a empregabilidade, as parcerias público-privadas e os eufemismos como *empowerment* e sociedade do conhecimento, por vezes sob um dourar linguístico pretensamente crítico.

Se temos no Brasil uma juventude cindida entre, grosso modo, nadificados e disciplinarizados, há sempre movimento no seu fazer histórico, continuidades, continuidades com diferenças, e até mesmo, ainda que potencialmente, continuidades com rupturas e novas ligações, vínculos,

que, de alguma forma, se contraponham à degradação histórica dos vínculos de grande parcela da juventude brasileira no seu permanente devir histórico.

Fechamos o presente item apontando que a universidade que, nas suas práticas, no interior de si, tanto inclui como exclui, que inclui mas também produz novas formas de desigualdade (em função das distinções entre Ifes, imagéticas e reais), que inclui disciplinando, normatizando, é a mesma da qual muitos jovens são excluídos. Muitas de suas unidades chegaram mais recentemente às cidades em desenvolvimento, como a do Polo de Rio das Ostras (PURO), relativamente próximo de outras unidades da mesma Instituição federal de ensino superior (Ifes), a Universidade Federal Fluminense (UFF), como as localizadas em Macaé, Campo dos Goyatacazes, Santo Antonio de Pádua e Nova Friburgo; ou ainda, da Universidade Estadual Norte Fluminense (UENF), para não mencionar outros polos ou *campi* interiorizados de desenvolvimentos e longevidades distintos, que há em outras regiões e cidades relativamente próximas do Estado do Rio de Janeiro.

O tempo dirá o que prevalecerá nesses *campi* interiorizados e nas cidades onde se implantam, e qual será a tônica imperante nas dimensões de exclusão e inclusão dentro e fora da instituição universitária. Tendo já sido apontado para os sérios problemas de segregação e exclusão nas cidades em franca expansão populacional na região norte fluminense e suas relações com o desenvolvimento capitalista desigual e combinado, por ora, e a seguir, traremos alguns apontamentos adicionais acerca do jovem universitário e suas possiblidades e limites de formação na visão de um dos professores entrevistados em nossa pesquisa. Esse professor foi por nós escolhido, de modo a podermos destacar suas considerações neste texto, por ter ele proferido um discurso emblemático, isto é, ecoado em outras entrevistas, mormente por professores cujo ideal ético político se caracterizava pela utopia da transformação social.

Sobre os jovens "incluídos" na universidade da sociedade da exclusão includente e inclusão excludente: (im)possibilidades formativas

Primeiramente se faz necessário ressaltar que o foco de nossa pesquisa não foi o perfil do jovem e de sua formação na universidade em ex-

pansão, mas sim as repercussões das múltiplas demandas da universidade em expansão – da graduação que se amplia mediante Planos de Expansão, como o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI); da pós-graduação, cuja intensificação do trabalho é paradigmática; da Educação a distância (EAD), vertente de docência que também cresce vertiginosamente nas Ifes, por intermédio da Universidade Aberta do Brasil (UAB) e de cursos para gestores, coordenadores e conselheiros escolares, propiciando formas de recompor perdas salariais dos professores, mas à custa da intensificação e extensificação de seu trabalho – sobre o trabalho, saúde e subjetividade do professor (Silva, 2013). Procuramos na pesquisa contrapor distintas repercussões do incremento e sobreposição do trabalho na sua saúde e subjetividade docente entrevistando professores de todas as áreas dos campi da UFF da matriz (Niterói – RJ) e do polo PURO, este já antes apontado por outros pesquisadores (Gregório, 2011; Lima, 2009) como tipicamente precarizado e com sérios problemas de infraestrutura, além de, como outros polos interiorizados (Rodrigues, 2011), restritas possiblidades de consolidação de pesquisa, dada a alta demanda por atividades de gestão e de ensino.

Pudemos identificar que as defesas patogênicas e um processo de adoecimento surdo e insidioso ocorrem com os docentes, com destaque para os distúrbios afetivos e de humor, conforme dados de levantamento dos diagnósticos prevalentes em docentes atendidos nos casos de licença e junta médica. As defesas patogênicas e o processo de adoecimento latente, conforme se demonstrou em nossas análises (Silva, 2013), envolviam as dimensões afetivas e ético-políticas.

Havia professores que se sentiam por vezes traídos nas relações com seus colegas, a quem tomavam inicialmente como parceiros, e que, no contexto de alta demanda de trabalho e de indução à competição e individualismo, relatavam uma degradação da solidariedade e da cooperação, o que ocasionava sofrimento, decepção e vulnerabilidade ao estresse e/ou adoecimento. Vale, porém, ressaltar que tal nem sempre ocorria, sendo que alguns grupos preservavam seus vínculos e laços, o que lhes parecia ser uma fonte ou "escudo" ao sofrimento e ao desgaste bio-psíquico evidenciado em outros. Mas, como pudemos constatar, mesmo nesses grupos supostamente mais unidos havia casos ou relatos de professores que ficavam ou se sentiam alijados desse coletivo, digamos, protetor. Eis

aí a dimensão afetiva do adoecimento, implicado em casos de depressão, distúrbios de humor, entre outros.

Já a dimensão ético-política do adoecimento se relaciona aos entraves para, no contexto da universalidade mercantilizada, precarizada e expandida de forma desenfreada e desorganizada, haver situações efetivas de se concretizar ideais de transformação social. Estamos nos referindo a um segmento de professores de posição que, grosso modo, poderíamos denominar como de esquerda, e que, tal como Bobbio (2011), acredita na permanência da validade das razões e dos significados de esquerda e direita como distinção de projetos políticos e societários. Muitos haviam deixado carreiras profissionais mais promissoras e trajetórias de trabalho anteriores por acreditarem na diferença do contexto da universidade e da maior possibilidade desta instituição fazer frente crítica e engendrar ações efetivamente tensionadoras da sociabilidade capitalista. Mas, ao se depararem com a sociabilidade produtiva, com o saber instrumentalizado, mensurado e quantificado, e, ademais, hegemonicamente distanciado de sua função social, assim como com a relativa absorção nos grupos de pertença e nas relações intergrupos (departamentos, unidades acadêmicas diversas, grupos de pesquisa etc.) da pequena política da instituição, caracterizada por jogos interesseiros e corporativistas, sofriam, se decepcionavam, e, no limite, se deprimiam (Entrevistas 12 e 20).

De outra parte, pudemos perceber, não obstante, possibilidades da saúde docente se sustentar mesmo diante de fatores patogênicos produzidos no cotidiano organizacional e institucional, tal como mediante a preservação de alguns processos criativos que não se eliminam do trabalho imaterial, das relações de professores com certos segmentos e grupos de alunos, e, até certo ponto, e sob certa ressalva, como antes apontado, das relações de amizade em grupos de professores que compartilhavam determinados ideais, ideologias e afinidades epistemológico-políticas.

Ademais, a assunção ativa do que é geralmente imposto também pode ser uma dimensão preservadora da saúde em contextos adversos ou de muita demanda de trabalho. Estamos nos referindo a um entrevistado que se referiu ao "trabalho intensificado" e que o diferenciou da situação no qual ele é predominantemente heterônomo daquela na qual se dá o inverso. Trata-se do caso da Entrevista 5, que não iremos aqui aprofundar, mas no qual houve a indicação da diferença entre o que o professor

expressou (ser) "o meu trabalho intensificado" (no caso, em atividades de pesquisa que lhe eram motivantes, já em unidade da sede da UFF), e o que lhe era impingido (atividades organizativo-administrativas e sobrepeso de atividades de ensino, em detrimento das de pesquisa, quando de sua inserção anterior no PURO).

No presente trabalho se faz importante salientar umas dessas possíveis espécies de "antídoto" ao adoecimento (ainda que não sejamos capazes de avaliar até quando perdura a "validade" dessa "vacina"), a saber: a realização de funções, pelo docente – a despeito das condições objetivas de precarização do polo e do individualismo-competitivo nele induzido – de práticas de formação política dos alunos. Tratamos aqui do caso emblemático da Entrevista 2. Este professor afirmava que a prática social da formação política dos alunos se caracterizava por ir muito além das meras práticas educacionais de formação técnico-profissionais. Essa prática encontrava eco na sua singularidade ético-política e ético-afetiva. Se em várias outras situações esse eco não se concretizava, nessa dimensão do trabalho docente, sim, ela ocorria, tanto para este como para alguns outros professores que valorizavam a conscientização dos estudantes e seu engajamento na luta por projetos societários e universitários alternativos ao da universidade quase mercado.

A prática social da formação política dos alunos era contraditoriamente ensejada pela própria situação precarizada do polo em termos de infraestrutura de modo geral, de sobrecarga de trabalho docente e insuficiência de professores e técnicos, de condições de realização de pesquisa praticamente inexistentes, ou, no melhor dos relatos, "insuficientes". Formação política e ação reivindicativa assaz intensificada, numa luta conjugada de professores do PURO e alunos, quando do que denominamos, em nosso Relatório de Pesquisa (Silva, 2013), como "apagão" de cursos. Estamos nos referindo à ocasião na qual, por insuficiência de condições de trabalho e professores, e sob influência do descaso dos dirigentes em relação aos problemas do interior e aos frágeis pactos (então "quebrados") entre prefeituras e UFF, não houve vestibular para vários cursos do PURO, e a formação dos já "incluídos" na universidade foi temporariamente interrompida, por um ano em alguns cursos, e por dois anos em um curso específico (mais agudamente atingido pela insuficiência e precarização, que, tal como a economia capitalista, se demonstra desigual e combinada).

Podemos considerar que o exercício da função docente de formação política possibilitava uma reação micropolítica parcialmente bem-sucedida. Micropolítica, pois não efetivamente transformadora do projeto universitário hegemônico, privatista e subsumido aos imperativos da ordem econômica e política. O que queremos apontar é que, a despeito dessa tensão desejável e saudável, em vários sentidos, ela se efetiva num horizonte de possibilidades e causalidades postas um tanto circunscritas (Lukács, 2010). Como aponta Mascaro (2013), a forma política do Estado se caracteriza por ser uma forma mercadoria. E Oliveira (2010) corroboraria tal análise, ao indicar como a hegemonia às avessas do democratismo-populista "integrado" ao capitalismo do lulismo engendra práticas universitárias prevalentemente subsumidas ao mercantil, e não ao humano-genérico que norteia o ideário (e práticas) ético-político do professor em pauta e de outros que com ele compartilham desse ideal (e ações).

Mas nem tudo se sustenta. Das 28 entrevistas por nós realizadas, 6 delas foram com professores que prestaram novos concursos após longo e/ou intenso período de investimento no polo interiorizado (E5, E6, E7, E10, E17, E21). E havia outros que desejavam sair do PURO, apesar da boa relação com o estudante no polo interiorizado (mais próxima e satisfatória do que a existente na matriz, segundo relato de professor que vivenciou as duas situações, caso da Entrevista 5).

E havia outros que gostariam de fazê-lo, mas que o temiam, e que se referiram a processos de desencantamento, estresse e/ou adoecimento. Por vezes, conseguiam engendrar reações pontualmente positivas para seu equilíbrio. Mas tal se dava ao lado de certa regressão das condições ideais para se realizar novo concurso em função da própria situação vivenciada no PURO:

> *Eu vivo pensando em me transferir ou fazer concurso pra outro lugar, mas fico achando que eu não conseguiria, porque eu publiquei pouco, e publiquei tão pouco porque fiquei sobrecarregado, estressado, doente, e depois deprimido. O que fez com que eu "ressuscitasse" um pouco foi que eu comecei a escrever denúncias e textos "militantes", e daí me aproximei muito de outras pessoas que também estavam muito incomodadas com a situação do polo e tentando mudá-las... E agora eu fico com medo de me transferir para um outro lugar e ele ter problemas estruturais parecido com os daqui, e eu ainda por cima não conseguir me entrosar lá. De vez em quando eu penso em abandonar a vida acadêmica e ir pra outro país.* (Resposta de docente do PURO no Questionário do Perfil Docente)

Assim, apesar das possiblidades de formação do aluno no sentido de sua formação política e crítica para além da formação técnico-instrumental, e das possibilidades de relações pessoais e afetivas mais estreitas e genuínas no polo interiorizado e de menor porte, como no PURO, vale dizer que "nem tudo eram flores" quando professores avaliavam atitudes de estudantes. Segundo relato dos professores, além do perfil do aluno que se engajava e compartilhava com seus ideários de posições de esquerda, havia os que lhes geravam relações conflitivas, pois se encontravam já normalizados, naturalizavam a pequena política, se "disciplinavam" sob seus auspícios, e forjavam que professores e universidade em certa medida se curvassem aos seus propósitos individualistas, por meio de práticas reprodutivas e não transformadoras. Fazemos referência aos estudantes que, imersos na mentalidade clientelista do poder municipal, se enredavam na sua lógica. Um dos professores (Entrevista 20) relatou que uma vez um aluno, prepotentemente, lhe disse que não cumpriria determinada obrigação de estágio, pois a professora, segundo ele, tinha que entender que ele não o faria, pois ele "já trabalhava" na Prefeitura, e próximo ao prefeito, como se tal condição lhe deixasse em posição de não ter que arcar com tudo o que todos os demais deveriam arcar no cumprimento de créditos e atividades de estágio.

O professor da Entrevista 2, não obstante, relatou que havia situações nas quais interesses dos alunos (no caso, estagiários) se afinavam aos dos professores, e em mobilizações compartilhadas conseguiam obter algumas vitórias, ainda que fossem "vitórias" que se desenhavam no terreno do que era, de partida, adverso. Mas que, d'outra parte, poderiam motivar e aprofundar ações políticas transformadoras do instituído:

> *Uma coisa é a aula. A supervisão tem outro grau de exigência. E nosso estágio tem uma política complexa, e tem uma intensidade de trabalho. Então a gente conseguiu, por exemplo, no ano passado, a diminuição* [do número de alunos por supervisor]*, no* [processo de decisão do] *colegiado. Nós íamos dividir as turmas: "aconteça o que acontecer, nós vamos dividir as turmas"; "isso é um compromisso do colegiado". Nós não vamos ter mais turmas de estágio com 45 alunos. Nós vamos dividir as turmas. E aí, se o impacto disso for, "nós vamos ter que cancelar a disciplina", nós vamos ter que cancelar pra não criar problema. E quem sabe a gente mobiliza politicamente, porque é isso, a gente vai assumindo, a gente vai absorvendo os impactos do não investimento, e quem paga esse preço somos nós e os alunos.* (Entrevista 2)

Segundo o docente, "*a gente começou a colocar os limites*". Este reconheceu que os "impactos" dos "não investimentos" atingem negativamente os docentes e os alunos, ao que acrescentou: "*ainda tem muita coisa que a gente absorve com o ônus de não poder fazer uma pesquisa, de não ter uma pós-graduação*". Assim, evidenciou um dos problemas da formação do aluno, que fica distinta e desvalorizada em comparação aos das Ifes e *campi* nos quais a pesquisa de fato se concretiza, conferindo maior valor simbólico aos diplomas dos estudantes e maior amplitude de apropriação do conhecimento historicamente produzido. Nesse sentido, trata-se de uma formação que, em certa medida, também precariza, ou de uma inclusão universitária que não se divorcia de processos de produção de novas formas de desigualdade.

Para o docente, "*o projeto de expansão da universidade brasileira não está descolado do projeto de sociedade que está vencendo historicamente nos últimos anos*". Segundo sua crítica, da qual compartilhamos, trata-se de um "*projeto de universidade*" voltado "*para uma minoria que é uma elite empresarial*". Assim, continua, trata-se de "*um projeto de sociedade*" que é "*extremamente conservador*" e que "*se desresponsabiliza do ponto de vista da seguridade social*". Na sua função de formador da consciência política, desse modo, o professor busca que o coletivo de alunos possa compreender que "*a sociedade* [capitalista] *está preocupada*" tão somente em "*assegurar crescimento econômico*" que tem um "*custo social elevadíssimo*", e que, como argumentávamos de início, em nossas reflexões da dinâmica contraditória da inclusão-exclusão, "*está produzindo miséria*". E "*a lógica para responder ao mínimo das necessidades da miséria não é uma responsabilidade pública, sustentada pela cidadania. É a da mercantilização da vida*", complementou.

O docente então considerou que o modelo de expansão opera num "*sentido ideológico*", de modo a não "*assegurar qualidade nem a democratização do acesso*", além de "*transformar a responsabilidade pelo sucesso disso na comunidade acadêmica*", ao que completou: "*Isso é extremamente perverso*", pois vai ao encontro da "*individualização*" e não ao da "*formação*" propriamente dita. Da formação política, humano-genérica, acrescentamos nós.

A questão da Ciência e da Tecnologia, tão apregoada no imaginário que coloca Rio das Ostras, para muitos jovens, como "cidade esperança"

– quer sejam os "nadificados", entregues aos novos bolsões de miséria, quer sejam os normatizados, "incluídos" na universidade-instrumentalizada –, foi considerada sob o viés da matriz conceitual da economia política pelo docente em sua tenaz crítica. Considerou que a "*área chamada da ciência, tecnologia e inovação*" poderá vir "*abrir mão do dinheiro, do financiamento público diretamente*", uma vez que "*os professores são empreendedores*", e, assim, "*vão conseguir continuar fazendo sua pesquisa*". Percebe-se, desse modo, uma dimensão de seu discurso potencialmente formador da consciência crítica dos estudantes acerca da exclusão e da forma mercadoria da política e do Estado: "*o mercado está usando a estrutura da universidade pública, está usando o capital cultural da universidade pública pra transformar isso em capital*". Ao que sentencia: "*o projeto de universidade pública e a expansão da universidade pública federal hoje são resultado de uma política econômica*". E, desse modo, indica elementos para compreensão da precarização à qual são submetidos docentes e alunos: "*a gente está sofrendo os impactos de uma política econômica, onde há um modelo* [privatista, ideológico, produtivista] *de universidade*".

Tais aspectos se materializam nos espaços diminutos oferecidos aos estudantes "incluídos" na promessa integradora da universidade:

> *Então, você olha a nossa biblioteca, ela é superpequena. Nossos alunos não têm espaço pra ler, não tem espaço pra estudar. Porque quando nós estamos em aula, somos seis cursos, todos diurnos, só Serviço Social que é noturno. Diurnos integrais. Então, tem aula manhã, tarde e noite aqui. Quando os alunos estão aqui tem muito barulho, porque é um prédio aberto, ele faz eco etc. Então, não tem nem espaço pra todo mundo, não dá pra você sentar e ler. A nossa biblioteca não cabe, tem uma salinha de leitura, deve ter meia dúzia de lugares, sei lá, doze vai, meia dúzia pra cá, meia dúzia pra lá. Ou seja, nós estamos falando de um polo universitário, de uma universidade pública em que você não oferece o mínimo de condições para o estudante estudar. Estudar, sentar, ler um livro, fazer uma consulta na biblioteca, estudar, fazer grupo de estudo, desenvolver pesquisa. Nós professores não temos lugar para atender aluno. Eu atendo aluno na lanchonete, ali fora,* [debaixo de] *um toldo, com algumas mesas, e eu atendo lá, por quê? As salas dos professores elas são divididas, a gente tem um contêiner que a gente chama de sala dos professores. No contêiner que eu estou instalada, são doze professores, cada um tem sua mesa, que não é sua, a gente compartilha. Isso não é um problema, porque nós estamos falando de*

> *universidade pública, o problema não é compartilhar. O problema é que se estivermos todos ali, naquela sala, atendendo* [cada um] *um aluno, pronto, inviabilizou! Você não consegue dar uma orientação porque não cabe, não tem cadeira pra todo mundo, e você acaba atrapalhando o colega. Então, se você está estudando e eu chego pra dar uma orientação, por mais baixo que eu fale, eu estou no mesmo ambiente que você, uma hora eu vou desconcentrar o colega. Quando tem três, quatro alunos... Então, assim, não temos espaço para orientar, não tem espaço pra orientar TCC, orientar pesquisa, orientar monitoria, e a gente faz tudo isso. Cada um de nós tem projeto de extensão, monitoria, a gente faz, não é que a gente não faça não! Então, eu dou orientação no teatro de arena; então, não tem lugar, eu sento lá. Quando está sol é gostoso, um clima gostoso, tudo bem. Mas... tem dia que está chovendo e você não tem pra onde ir, e é desconfortável ... Você não tem espaço pra desenvolver nenhuma das suas atividades docentes porque na verdade a sala dos professores não é uma sala, ela é uma improvisação. As nossas salas são pequenas. Então, se eu tenho uma turma lotada, as cadeiras são cadeiras pra criança, você não pode nem se mexer. As cadeiras são cadeiras pra crianças, se você for uma pessoa um pouquinho maior, não cabe. As salas são pequenas, e os equipamentos, por falta de manutenção, vivem quebrando.* (Entrevista 2)

E as condições precárias são sentidas, tanto "dentro" como "fora" da universidade, tendendo a ser banalizadas, se não naturalizadas, tais como o são as injustiças sociais (Dejours, 1999):

> *Tem uma precarização, e tem uma banalização disso, as pessoas entram aqui e... Quer dizer, hoje está sem água. A gente não tem água tratada na cidade, que foi outra coisa que eu tomei um susto. Eu cheguei aqui e não sabia. Eu não sabia que não tinha água tratada na cidade. Aí eu mudei pra cá e a primeira vez que eu abri a torneira e senti o cheiro e fui falar pra pessoa que tinha alugado a casa pra mim, e ele falou: "É água de poço". Eu quase morri. Água de poço é quando eu era criança no interior de São Paulo. Eu tenho quase cinquenta anos. Então eu tomei um susto, então tem essa falta de infraestrutura e investimento no quadro docente. E tem a banalização. Se tivesse tendo aula* [a entrevista foi concedida no polo, durante a greve dos professores, no segundo semestre de 2012] *as pessoas ficariam dando aula sem água no banheiro. É uma questão de saúde pública! Isso me assusta um pouco. E as pessoas fariam normalmente suas atividades, com muita gente aqui, com o banheiro sem água. Banheiro sem água é para fechar o prédio. Ou você providencia o conserto*

> *imediatamente, ou se você não tem a possibilidade de consertar, você fecha o prédio.* (Entrevista 2)

E as questões políticas não ficam de fora de seu discurso crítico e inconformado: "*Não dá pra ter aula, não dá pra fazer nada* [sem água]". "*Na greve a gente vem, claro, até porque é uma questão de resistência, a gente tem trazido a própria água pra beber*". Mas, como foi argumentado, há uma banalização dessas condições.

O docente também se referiu ao "*desperdício de dinheiro pela falta de planejamento, pela barganha política*", ao que acrescentou: "*como o recurso é pouco*", "*como não tem transparência na aplicação do recurso*" e "*como a distribuição do recurso é meritocrática*", quem fez um determinado projeto, leva o dinheiro. Então, comenta o docente, "*você vai aprofundando a desigualdade que existe nas áreas, e vai tendo descontrole do uso* [de verbas]". Em seguida, apontou para os prédios em construção – ao lado da pequena casa onde estávamos, uma ex-escola municipal infantil que então "abrigava" o polo. Prédios inacabados e já totalmente fora dos prazos de término de conclusão: "*para mim é o exemplo desses dois prédios aí em frente*".

O docente ainda ponderou que as "*dificuldades*" não "*seriam um grande problema se elas efetivamente fossem uma dificuldade passageira, temporária*". Mas, argumentou, "*nós estamos aqui desde 2004 e o que era para ser temporário está virando definitivo, e sem nenhuma expectativa de mudança*", explicando que *"acabou o dinheiro, o repasse do REUNI acabou*".

Para o docente "*a luta política não é uma luta dos polos*", "*da expansão*", mas sim uma "*luta* [em prol] *da universidade pública*", na acepção radical deste adjetivo. Trata-se, no seu modo de ver, de uma "luta" que tem que estar no bojo da luta pelas melhorias da condição de trabalho da carreira docente. E, por extensão, dos jovens excluídos e incluídos, acrescentamos nós, estudantes ou não. Jovens esses excluídos da universidade ou nela incluídos de forma precária – ainda que, como procuramos indicar, estes últimos tenham possibilidades de, nessa situação, receberem uma formação política e, sob as diretrizes da conscientização e da crítica, virem a compor e intensificar a necessária luta coletiva da classe trabalhadora brasileira de modo geral, assim como da massa de desalentados e desempregados.

Considerações finais

No presente texto procuramos resgatar a importância de um resgaste crítico, contextualizado e atualizado do conceito de exclusão e de suas relações com as formas históricas e contraditórias de sociabilidade, educação e inclusão, enfocando a clivagem juvenil e suas relações com a fratura social brasileira.

Por meio de um recorte de uma das análises de nossa pesquisa sobre trabalho, saúde e subjetividade do professor da universidade pública em expansão, pudemos, sob a mediação de algumas falas de um dos professores entrevistados, e de alusões a aspectos centrais do conteúdo de relatos de outros, contribuir com o debate acerca dos processos de exclusão includente e inclusão excludente de jovens brasileiros.

Enfatizamos algumas peculiaridades dos jovens situados na região norte fluminense, nosso campo empírico, em um município em franco processo de crescimento populacional, de certo modo desordenado, desigual e combinado. Pudemos identificar potencialidades de formação política dos jovens "integrados" à universidade. Tais potencialidades se inserem, vale ressalvar, em reações micropolíticas de alcance ainda limitado, ao menos em seus desdobramentos mais imediatos. E, por outro lado, pudemos apontar para aspectos negativos dos processos formativos desses jovens do polo PURO da UFF. Suas condições de estudo e formação são precários, de forma que as condições de apropriação do conhecimento e de valorização dos seus diplomas se caracterizam, supostamente, como um tanto distintas das dos alunos das universidades e *campi* da UFF Niterói e de outras universidades públicas da capital do Rio de Janeiro. Estas têm estrutura de quadro docente melhor equalizada, e de pesquisa bem melhor estruturada. Assim, pela via da inclusão se criam novas formas de reprodução da desigualdade.

Esperamos que as análises e reflexões ora apresentadas possam vir a contribuir com as discussões que problematizam as relações, tão necessárias quanto insuficientes (Segnini, 2002), da relação trabalho e educação, e, particularmente, para os estudos sobre educação e juventude brasileiras.

Referências

Bobbio, N. (2011). *Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política* (3ª ed.). São Paulo: Editora Unesp.

Candido, A. (2010). *O discurso e a cidade* (4ª ed.). Rio de Janeiro: Ouro sobre o Azul.

Carvalho, A. M. & Totti, M. E. F. (2006). Dinâmica, organização e qualidade de vida na rede urbana. In A. M. Carvalho & M. E. F. Totti (Orgs.), *Formação histórica e econômica do norte fluminense* (pp. 99-130). Rio de Janeiro: Garamond.

Chesnais, F. (1996). *Mundialização do capital*. São Paulo: Xamã.

Costa, R. C. R. (2009). "Sangue negro": juventude e violência na capital brasileira do petróleo. In S. M. Freire (Org.), *Direitos humanos e questão social na América Latina* (pp. 145-160). Rio de Janeiro: Gramma.

Dejours, C. (1999). *A banalização da injustiça social* (2ª ed.). Rio de Janeiro: FGV.

Demo, P. (2002). *Charme da exclusão social* (2ª ed.). Campinas, SP: Autores Associados.

Fernandes, F. (2008). *Sociedade de classes e subdesenvolvimento* (5ª ed.). São Paulo: Global.

Fernandes, F. (2009). *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina* (4ª ed.). São Paulo: Global.

Freire, S. M. & Pereira, J. A. S. (2009). Desigualdade persistente e subcidadania no Brasil contemporâneo. In S. M. Freire (Org.), *Direitos humanos e questão social na América Latina* (pp. 43-55). Rio de Janeiro: Gramma.

Gregório, J. R. (2011). *Política de pessoal docente do governo Lula: uma análise do REUNI na UFF e seus desdobramentos*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ.

Harvey, D. (1994). *Condição pós-moderna* (4ª ed.). São Paulo: Edições Loyola.

Harvey, D. (2004). *Espaços de esperança*. São Paulo: Loyola.

Harvey, D. (2012). *O enigma do capital e as crises do capitalismo*. São Paulo: Boitempo.

Jacobs, J. (2000). *Morte e vida das grandes cidades*. São Paulo: Martins Fontes.

Lima, K. R. S. (2009). Universidades federais e o REUNI: alterações nas funções da universidade pública brasileira. *Revista Advir*, 23, 20-27.

Lukács, G. (2010). *Prolegômenos para uma ontologia do ser social*. São Paulo: Boitempo.

Lukács, G. (2012). *Para uma ontologia do ser social I*. São Paulo: Boitempo.

Martins, J. S. (2008). *A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais* (3ª ed.). Petrópolis, RJ: Vozes.

Martins, J. S. (2009). *Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano*. São Paulo: Contexto.

Mascaro, A. L. (2013). *Estado e forma política*. São Paulo: Boitempo.

Oliveira, F. (2010). Hegemonia às avessas. In F. Oliveira, R. Braga, & C. Rizek (Orgs.), *Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira* (pp. 21-28). São Paulo: Boitempo.

Paulani, L. (2008). *Brasil delivery*. São Paulo: Boitempo.

Pessanha, R. M. & Silva Neto, R. (Orgs.). (2004). *Economia e desenvolvimento no norte fluminense: da cana de açúcar aos royalties do petróleo*. Campos dos Goyatacazes, RJ: WTC.

Rodrigues, V. S. (2011). *O REUNI como estratégia da contra-reforma na educação superior.* Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ.

Segnini, R. P. (2002). Educação e trabalho: uma relação tão necessária quanto insuficiente. *São Paulo em Perspectiva*, *14*(2), 72-78.

Silva, E. P. (2011). Juventude, trabalho precário e desemprego: problematizando o Relatório de Desenvolvimento Juvenil e o discurso da inclusão e democratização. In Associação Brasileira de Psicologia Social - ABRAPSO (Org.), *Anais do XVI Encontro Nacional da ABRAPSO* [CD-ROM]. Recife.

Silva, E. P. (2013). *Trabalho, subjetividade e saúde do professor no contexto de expansão da universidade pública: estranhamento, sofrimento e prazer* (Relatório de pesquisa). São Carlos, SP: Universidade Federal de São Carlos; Rio de Janeiro: Universidade Estadual do Rio de Janeiro.

Silva, E. P. & Trajber, N. K. (2011a). Identidades forjadas: a vulnerabilidade escolar e laboral da juventude criminalizada. In Associação Brasileira de Psicologia Social - ABRAPSO (Org.), *Anais do XVI Encontro Nacional da ABRAPSO* [CD-ROM]. Recife.

Silva, E. P. & Trajber, N. K. (2011b). Fratura social e clivagem juvenil: a inclusão excludente da juventude disciplinarizada. In Associação Brasileira de Psicologia Social - ABRAPSO (Org.), *Anais do XVI Encontro Nacional da ABRAPSO* [CD-ROM]. Recife.

Silva, E. P. & Trajber, N. K. (2011c). Juventude clivada e fratura social: da disciplinarização à vulnerabilidade escolar e laboral [Resumo]. In Sociedad

Interamericana de Psicología (Org.), *Memorias del 33 Congresso Interamericano de Psicologia* (p. 836). Medellin, Colômbia.

Sirelli, P. M., Oliveira, R. C., Campos, K. M., & Silva, H. J. (2012). Trabalho, reestruturação do capital e mercado de trabalho em Macaé. *Em Pauta*, *10*(30), 187-207.

Souza, P. M. & Ponciano, N. J. (2006). O perfil da produção agrícola na região Norte Fluminense: uma análise das alterações ocorridas no período de 1970-2000. In A. M. Carvalho & M. E. F. Totti (Orgs.), *Formação histórica e econômica do norte fluminense* (pp. 169-224). Rio de Janeiro: Garamond.

Takeuti, N. M. (2002). *No outro lado do espelho: a fratura social e as pulsões juvenis*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.

Vainer, C. B. (1998). Cidades, cidadelas e a utopia do reencontro: uma reflexão sobre tolerância e urbanismo. *Cadernos IPPUR*, *12*(1), 33-46.

Wacquant, L. (2001). *Os condenados da cidade: estudo sobre marginalidade avançada*. Rio de Janeiro: Revan / Fase.

Juventudes: paisagens periféricas e de periferias em devir

Silvana Mendes Lima

Introdução

O debate a partir do qual se sustenta o presente artigo emerge das experiências desenvolvidas no Laboratório de Subjetividade e Política (LASP), do Departamento de Psicologia da Universidade Federal Fluminense (UFF), do qual fazemos parte integrando a linha de pesquisa Subjetividade, Política e Cultura. Nossas intervenções se dão na esfera das políticas dirigidas a crianças e jovens periféricos e que têm como foco a tríade: trabalho, arte e subjetividade.

Trata-se de intervenções, estudos e pesquisas que objetivam criar um espaço coletivo de debate e de construção de estratégias frente ao processo de institucionalização das chamadas juventudes periféricas, avaliando os seus efeitos em relação aos projetos, movimentos e coletivos que se utilizam do enlace arte-cultura, como saída para os problemas que envolvem esse segmento social na contemporaneidade.

Assim, de uma maneira mais geral, acompanhamos os processos de produção de subjetividade de uma juventude periférica, de modo a acessarmos as linhas de transformação engendradas pelos aprendizes na contemporaneidade. Mais do que apontar uma especificidade do jovem ou da sua condição de aprendiz a partir de uma conotação etária ou, ainda, referida aos segmentos das classes populares, acepções circunscritas, de forma dominante, à sociedade industrial, buscamos explorar, nesses estudos, as múltiplas facetas que se encontram em jogo na experiência aprendiz.

Neste percurso, retomamos, como uma das fontes de inspiração, o pensamento grego e suas formas de confeccionar práticas que compreendiam a experiência aprendiz a partir das relações estabelecidas com a

política, a pedagogia e as inúmeras funções daí depreendidas: de crítica, de luta, curativa, terapêutica, entre outras (Foucault, 1986).

Esse caráter múltiplo de conceber a condição de aprendiz, fundada nas práticas que os gregos denominaram "ocupar-se de si", traz concomitantemente a força de pensar o aprendiz para além das significações ou representações prévias. Assim, o aprendiz passa a ser abordado como um ser precário, na medida em que não possui respostas ou atitudes já formadas para reagir a determinadas situações: um aprendiz lançado em experimentações por meio das quais irá provar, ou seja, saborear, o que o torna aprendiz. Nesse lançamento o aprendiz abre mão de fórmulas prontas, fazendo valer um aprendizado vivo, no qual as soluções serão efeitos desse aprendizado e nunca as causas.

Tomando o aprendiz em seu sentido inacabado, provisório e indeterminado, situamos, neste artigo, a condição do aprendiz dando visibilidade, por meio de suas trajetórias, a alguns dos embates em que se veem lançados para dispor de suas vidas não como sobreviventes, mas, fundamentalmente, como maneiras peculiares de viver os vários sentidos que uma existência pode comportar.

Buscamos, então, acompanhar os processos de subjetivação do aprendiz na sua relação com a arte: musical, circense, teatral, atentando aos sentidos e valores que os jovens conseguem criar a partir do convívio diário junto aos programas, projetos e iniciativas que os tomam como alvo de suas intervenções. Acompanhamos e analisamos suas formas de engajamento, sempre singular, ao que nomeamos como laboratórios de experimentação social.

A ideia de laboratório social encontra-se referida a toda e qualquer tentativa de criação de espaços-tempo aptos a multiplicar experimentações que assumam os riscos de alçar o inusitado e, portanto, alternativo, configurando novos modos de existência, sejam eles grupais, individuais, comunitários, artísticos, entre outros tantos.

Acerca das questões-problema que envolvem a tríade: jovens, arte e cultura na contemporaneidade, busca-se analisar, junto aos aprendizes, os embates presentes nos modos de subjetivação dominantes com os quais se deparam cotidianamente e avaliar sobre, em que medida, o encontro com arte e cultura viabilizam a criação e transformação de uma

realidade periférica na sua versão excludente, modulando-a e engendrando movimentos que nomeamos neste estudo de "periferias em devir".

Acerca de periferias em devir

A partir dessa ideia de laboratórios de experimentação social e na convivência diária com jovens residentes nas periferias da cidade do Rio de Janeiro urge pensar como se configura, na contemporaneidade, a criação de alternativas aos seus embates frente às formas de vida atuais. Formas que portam uma tensão constituinte que reduz, por um lado, a vida a uma sobrevida e, de outro, tendem a criar o imprevisível atualizando processos de subjetivação distintos, originais e singulares. Essa urgência ganha contornos específicos quando atravessada pela imersão desses jovens em ações educativas ligadas à arte e à cultura.

Isso porque trabalhar com políticas públicas ligadas à arte traz seus desafios. Desafios que se expressam por meio do seguinte embate: da arte enquanto produto para o mercado e da arte como um operador potente de transformação dos modos de vida. Uma transformação que combate a clausura da arte a uma perspectiva meramente mercadológica.

Nessa direção e corroborando com Pelbart (2000), sabemos acerca do quanto desempenhar e desenvolver atividades marcadas pela interferência da arte e da cultura comporta de trabalho imaterial, já que nesse campo não se trata apenas de executar tarefas, mas, especialmente, criá-las. As matérias criadas produzem, por conseguinte, coisas imateriais: sons, ritmos, performances, imagens, serviços, incidindo sobre algo imaterial: a subjetividade humana. É nessa direção que o autor aponta que a condição de trabalho imaterial, assim como o seu conteúdo e resultado, consiste, eminentemente, na própria produção de subjetividade que atravessa tanto o processo de trabalho como o seu produto. Nisso conclui-se que o trabalho necessita da vida como nunca, e seu produto afeta a vida numa escala sem precedentes (Pelbart, 2000).

Um dos efeitos analíticos se apresenta a partir de um outro dilema. Dilema que aparece estampado e presente entre os jovens e consiste, de um lado, em traçar uma perspectiva artística que porta uma forma de trabalho pautada em valores coletivos e de ajuda mútuos e, de outro, que

tende a garantir "nichos" de mercados relativos ao oficio de músico, ator, artista de circo pautados na lógica do "cada um no seu quadrado". Uma lógica artística orientada e restrita ao eixo consumidor-mercadoria que, por vezes, coloca em risco a construção de um projeto comum.

Encontrar tal dilema, sobretudo em um território constituído por uma população que, dominantemente, vive alijada dos serviços básicos como saúde e educação, e de jovens na sua grande maioria alvos da escassez de bens culturais e de lazer e que, além disso, não logram inserção no mercado de trabalho, nos co-move imensamente. Parte dessa co-moção deve-se à constatação de que, apesar de tantos obstáculos e disparidades, seus embates trazem a força de não sucumbir, de vez, à tentação crescente, aos valores individualistas, competitivos e de consumo apregoados nos modos de vida vigentes, força que resiste, altera e resgata, nas formas de trabalho por eles implementadas, sua potência criadora.

Caberia aqui assinalar para outro aspecto analisado e comungado junto aos aprendizes sobre um sentido comumente apontado nos projetos dirigidos a esses jovens que os colocam na condição de vulnerabilidade social ou em situação de risco. Afirmam os jovens que tais categorias não abarcam o que eles compreendem acerca do que implica viver em territórios periféricos. Ou seja, as condições precárias de existência não necessariamente se coadunam com tais categorias. Isso porque a própria convivência comunitária aponta para a criação de outras redes de produção do comum que tais categorias invisibilizam.

Nessas redes "quentes", a situação de vulnerabilidade é convertida em formas de solidariedade que inventam outras maneiras de integração à vida social que se expressam nos modos de compartilhar os cuidados com os filhos, de se relacionar entre eles, de trabalhar e de morar e que produzem um cotidiano que escapa das formas de trabalho e vida que o capital reproduz. Desse modo, a miséria não condiciona apenas uma experiência de falta e da carência, mas também de produção que arranja outras formas materiais e imateriais de se sustentar e se reinventar.

Quando é operada essa inversão de uma periferia lançada em guetos de exclusão para uma periferia formada por redes em que a falta ou carência é convertida em excesso, o sentido de periférico ganha nova expressão. Uma expressão de uma periferia em devir na sua potência minoritária. Vale esclarecer aqui as diferenças entre "marginal" e "minoria" a

partir das contribuições de Guattari e Rolnik (1986). Para o autor, "marginal" refere-se a pessoas que vivem à margem de um sistema de produção dominante, no qual passam a ser cada vez mais segregadas. Com relação à ideia de minoria, ela estaria mais ligada a um sentido de devir.

Sobre a noção de devir é importante, neste estudo, diferenciá-la do modo como a história da filosofia a concebe quando opõe Ser e Devir. Nessa direção, "devir" passa a ser concebido como "vir a ser", ou seja, algo deixa de ser o que era para se tornar o que não é. De modo avesso a essa acepção clássica, presente na História da Filosofia, e tomando Nietzsche (Deleuze, 2007) como inspiração, Devir e Ser deixam de se opor e, portanto, Devir não é um "vir a ser", como se o Ser se constituísse em algo a ser alcançado. Nem o Devir é Devir de um Ser, já que não há Ser eterno do qual o Devir seria a expressão. Dito de outro modo, não há ser em si separado do que devém. No mundo onde tudo muda, nada é, exceto a mudança. No mundo onde tudo devém, nada é, exceto o Devir.

Deleuze (Deleuze & Guattari, 1997) afirma acerca da noção de Devir de que não se trata de uma semelhança, de uma imitação, de uma metáfora simbólica ou de um analogismo. Seria algo que é mais da ordem de um princípio de proximidade ou de aproximação que ele e Guattari nomeiam como uma espécie de "zona de vizinhança ou de co-presença de uma partícula, o movimento que toma toda partícula quando entra nessa zona" (p. 64). O mais fundamental para os autores é que sempre nos tornamos algo diferente do que somos molecularmente.

Devir remete a tudo que é de ordem processual, daquilo que escapa aos sistemas de integração dominantes – um novo tipo de sensibilidade, de raciocínio, de ver e sentir o mundo – e que viabiliza outros meios de semiotização possíveis. Sobre esse aspecto, conjetura-se que "há uma experimentação subjetiva que acontece nos grupos marginalizados ou oprimidos que, por manterem uma distância, ao mesmo tempo desejada e forçada em relação aos focos de poder, se descolam mais facilmente da subjetividade normalizada" (Caiafa, 2000, p. 68).

Um devir minoritário que atenta para os níveis microssociais, microinstitucionais, familiares, afetivos e existenciais a partir dos quais se conecta ou coexiste com as práticas sociais mais amplas em todos os níveis (do urbanismo, da cidade, da vida cotidiana, do trabalho, entre outros).

Juventudes: produzindo valores e sentidos de cultura

Tratamos, então, de paisagens periféricas que transitam, de um lado, entre uma produção que inclui à força de uma grande exclusão as camadas pobres da população e, de outro, paisagens de uma periferia em devir quando fazem frente aos processos de exclusão que as formas materiais e sociais de existência vigentes os colocam, dando passagem às forças minoritárias que escapam e, ao mesmo tempo, inventam modos inauditos de experimentações periféricas.

A noção de devir em sua expressão periférica é de valor inestimável quando opera e engendra, nas experiências e ações que tomam a arte e a cultura como instrumento privilegiados junto aos jovens, formas de escape e de contraposição à máquina de produção de subjetividade capitalista. Trata-se de uma tentativa, por parte de algumas dessas experiências, de criarem modos de subjetivação singulares, que se referem a:

> modos de sensibilidade, modos de relação com o outro, modos de produção, modos de criatividade que produzam uma subjetividade singular. Uma singularização existencial que coincida com um desejo, com um gosto de viver, com uma vontade de construir o mundo no qual nos encontramos, com a instauração de dispositivos para mudar os tipos de sociedade, os tipos de valores que não são nossos. (Guattari & Rolnik, 1986, p. 17)

Mas, não basta que enunciemos as palavras “arte” e “cultura” para que estejam dadas as condições propícias à criação de processos de singularização. Isso porque ambas, no decorrer dos processos históricos, aparecem articuladas a valores e sentidos diversos.

Em seu sentido mais antigo, o campo da arte e da cultura surge como atividades desinteressadas, promotoras do espetáculo do belo em si, ou ainda como catarse, sublimação, purificação em direção àquilo que nasce no horizonte como um modelo a ser seguido. Arte e cultura corresponderiam, nessa acepção, a uma categoria geral de valores que designariam os diferentes níveis artísticos e culturais, divididos entre os que pertencem aos meios cultos e aqueles que pertencem aos meios incultos (Guattari & Rolnik, 1986).

Um outro sentido advém da renúncia a uma referência geral de arte e cultura, tal qual esboçada anteriormente, reivindicando uma espécie de policentrismo artístico e cultural, sendo que a cada etnia, povo, grupo social será atribuída uma identidade que lhe é própria, tentando isolar a esfera da cultura e da arte da maneira como cada etnia, povo ou grupo social produz bens e relações sociais. Esse sentido deve-se, em particular, ao desenvolvimento da antropologia cultural e das correntes estruturalistas e culturalistas que, ao tentarem escapar aos "sistemas de apreciação etnocêntricos", acabaram, em certa medida, multiplicando os etnocentrismos:

> Da mesma maneira que o burguês fidalgo de Molière descobre que ele 'faz prosa', as sociedades primitivas descobrem que 'fazem cultura' ... E descobrem isso, sobretudo no momento em que as pessoas vêm lhes tomar a produção para expô-la em museus ou vendê-la no mercado da arte ou para inseri-las nas teorias antropológicas científicas em circulação. Mas elas não fazem nem cultura, nem dança, nem música. Todas essas dimensões são inteiramente articuladas umas às outras num processo de expressão ... Ou seja, elas não assumem, absolutamente, essas diferentes categorizações que são as da antropologia. (Guattari & Rolnik, 1986, pp. 18-19)

Por último, arte e cultura comungam do sentido que as tomam como mercadorias (equipamentos, pessoas, filmes, livros, entre outros), a serem produzidas e difundidas no mercado de capitais e que se modificam incessantemente.

Atualmente, esses diferentes sentidos, historicamente enunciados e, sucessivamente, designados por Guattari e Rolnik (1986) de cultura-valor, cultura alma-coletiva e cultura-mercadoria, não são excludentes, mas simultâneos e mantêm relação de complementaridade:

> A produção dos meios de comunicação de massa, a produção da subjetividade capitalística gera uma cultura com vocação universal. Esta é uma dimensão essencial na confecção da força coletiva de trabalho, e na confecção daquilo que eu chamo de força coletiva de controle social. Mas, independentemente desses dois grandes objetivos, ela está totalmente disposta a tolerar territórios subjetivos, que escapem relativamente a essa cultura geral. É preciso, para isso, tolerar margens, setores da cultura minoritária – subjetividades em que possamos nos reconhecer, nos recuperar entre nós numa orientação alheia ao Capitalismo Mundial Integrado. (Guattari & Rolnik, 1986, p. 19)

Mais do que tolerar essas margens, os processos capitalistas têm se esforçado em ampliá-las, instaurando e propagando, por meio de um falso democratismo, arte e cultura segundo a lei de liberdade de trocas. Porém, omite-se que o campo social que recebe a cultura difundida não participa, igualmente, da cultura capitalista dominante.

Contudo, para além de buscar uma legitimidade dessa cultura, engendrada pelas leis do mercado e de capitais, impregnada nos mais diversos níveis sociais e produtivos, o que significaria agenciar "outros modos de produção semiótica" que escapem aos sentidos de arte e de cultura produzidos no percurso da história?

Trata-se, por conseguinte, de trabalhar os campos da arte e da cultura a partir de uma sensibilidade estética, na sua "dimensão de criação em estado nascente". Uma criação em estado nascente corresponde, igualmente, a uma atitude que aposta no devir, no tempo e na mudança dos modos de vida.

Nessa direção que retomamos a acepção de periferias em devir que em nossos estudos é delineada e encarnada pelo jovem/aprendiz enquanto um problematizador de si e, portanto, ávido na produção de sentidos que coloquem em análise as significações dominantes tornadas verdades eternas quando no seu encontro com o mundo. E ao produzir sentidos, que é, do mesmo modo, colocar-se na disposição de criar, o aprendiz estará fazendo consistir mundos por vir.

Entretanto, tal disposição, intrínseca ao campo da criação, somente se realiza por agenciamentos concretos operados por experimentações sociais que tenham a capacidade de travar uma "briga encarniçada contra a pobreza de opções disponíveis no mercado da vida" (Pelbart, 1993).

Nessa direção, no trabalho que temos realizado com os diferentes jovens aprendizes, salta aos olhos a pobreza de modelos que lhes são ofertados. Destarte, um combate urge ser travado e acirrado, continuamente, pelo sentido aprendiz que traz consigo a esfera da criação como companheira de viagem. Para tanto, algumas indagações problematizadoras se fazem, sempre, necessárias para as experimentações sociais que utilizam ferramentas no campo da arte e da cultura.

A que perspectiva os modelos eleitos no campo da criação, mesmo na sua provisoriedade, correspondem? Que forças são ativadas no apren-

diz e seu encontro com experimentações de natureza artístico-cultural em seu aspecto criador? Que forças reativas são, do mesmo modo, instauradas no corpo aprendiz e que tramam restringi-lo e submetê-lo a valores estabelecidos de modo alheio a suas inquietações mundanas? Com que interesses essas forças se apresentam, ou seja, no interesse de qual tipo de vida? Que tipo de saúde produz essas diferentes forças, ativas e reativas, que se instrumentalizam na tríade juventude, cultura e arte? (Pelbart, 1993).

Com essas indagações decorrentes de um percurso orientado por aquilo que nomeamos de laboratório de experimentação social, um dos indicativos positivos é que os jovens, ao sofrerem a interferência da arte, possam extrair suas conexões anárquicas, o radicalmente novo, o impensável, a ponto de torná-lo um plano de sustentação de modelos, mesmo que provisórios, mas consistentes para suas vidas e para as instituições que, de algum modo, o tomam como alvo.

Cabe indagar e avaliar se as instituições e suas práticas desejam forjar modelos provisórios, pautados em experiências que se interessam em fomentar processos criadores, se elas são, de fato, capazes de provocar tais modelos e, mormente, se os suportam (Pelbart, 1993).

No convívio diário com os aprendizes inscritos em projetos de natureza social, damo-nos conta da importância de espaços que permitam e acolham o que jovens aprendizes trazem de diferenciação. Acolher seus jeitos atípicos, sons estridentes, saltos inusitados, gírias, trajes extravagantes, corpos tatuados, rebeldia, alegria e invenções são possibilidades que, acreditamos, devam ser, ininterruptamente, valorizadas.

Algumas considerações finais

Compartilhamos, em nossos estudos e pesquisas, a aposta travada por algumas experiências que vêm conseguindo instrumentalizar jovens que delas participam, quando trazem consigo a esfera da criação como companheira de viagem e, por isso, dão consistência ao aprendiz de mundos por vir. O que advém em seus afazeres diários é a invenção de um tempo que abarca sentidos próprios aos rituais de passagem de um aprendiz experimentador de si. Tais sentidos são tecidos às avessas daqueles que

os sentenciam, diariamente, tornando-os, quase sempre, suspeitos para a polícia, aparecendo na mídia apenas nas estatísticas de violência ou, ainda, como mera força de trabalho precarizada.

No entanto, a composição de espaços que abrigam e, até mesmo, incitam a criação de novas formas de relações sociais desafia os modos de vida vigentes, por isso demanda um campo de experimentação que deve ser avaliado e analisado à luz do confronto com suas realidades locais e nacionais, principalmente quando se trabalha com matérias no campo da arte e da cultura.

Isso significa dizer que, embora a subjetividade capitalista tenda a produzir uma cultura com vocação universal, é premente atentar que setores da cultura marginal podem confeccionar outros modos de produção semiótica, não apenas se contrapondo às significações dominantes, mas fazendo consistir sentidos que abarquem suas diferenças e modos de existência.

Os movimentos culturais periféricos na década de 90 trazem em suas inúmeras manifestações artísticas uma forma de crítica social que retrata o dia a dia de uma juventude guetificada. Esse processo de guetificação se expressa, por exemplo, no gênero musical presente no rap, com letras que dão visibilidade e também denunciam as injustiças sociais que são perpetradas a jovens residentes nas regiões periféricas da cidade. De modo outro, o funk, atualmente capitalizado pela indústria fonográfica, desde a década de 80 reúne jovens dos subúrbios cariocas que reverenciam, em seus ritmos, gestos e letras, visões particulares de viver, sentir e estar no mundo.

Nesse aspecto, notamos a fragilidade como se inscrevem as políticas públicas voltadas para a juventude no país e sua indiferença quanto às expressões culturais locais. Aliadas a essa fragilidade, as parcerias, em geral, estabelecidas atualmente entre as ONGs e as políticas de atendimento a esse grupo específico exigiriam uma reavaliação dos critérios que norteiam os projetos tecidos conjuntamente.

O caráter meramente formal de avaliação cria um fosso ainda maior em termos de afinidade entre o que, de fato, esse grupo demanda e aquilo que lhe é ofertado. Interessa-nos atentar como vêm sendo endereçadas tais propostas e como estas são processadas por aqueles que as recebem.

Mesmo considerando todas as adversidades presentes na produção da condição e do corpo de aprendiz, talvez um dos argumentos convincentes seja o de que os programas e projetos voltados para os jovens possam exercitar práticas mais próximas a um paradigma ético-estético.

Trata-se de práticas que portam uma ética, porque referendadas na criação de uma rede de sustentação baseada em alianças (políticas, institucionais, familiares, entre outras) capazes de abrigar os jovens que sofrem um contínuo processo de ruptura com o vínculo social. Também portam uma estética, porque tomam essa produção histórica de suscetibilidades das mais diferentes ordens (econômica, ocupacional, social, familiar e subjetiva) como matéria a ser transformada em atitudes e movimentos que intervenham nesse processo contemporâneo de subjetivação dominante, dando passagem ao novo, ao que advém.

Referências

Caiafa, J. (2000). *Nosso século XXI: notas sobre arte, técnica e poderes*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.

Deleuze, G. & Guattari, F. (1997). Devir-intenso, devir-animal, devir-imperceptível. In *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia* (Vol. 4, pp. 11-114). São Paulo: Editora 34.

Deleuze, G. (2007). *Nietzsche*. Lisboa: Edições 70.

Foucault, M. (1986). *História da sexualidade 1 – a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Edições Graal.

Guattari, F. & Rolnik, S. (1986). *Micropolítica: cartografias do desejo*. Petrópolis, RJ: Vozes.

Pelbart, P. P. (1993). *A nau do tempo rei: 7 ensaios sobre o tempo da loucura*. Rio de Janeiro: Imago.

Pelbart, P. P. (2000). *A vertigem por um fio: políticas da subjetividade contemporânea*. São Paulo: Iluminuras.

Violência de Estado e juventude: problematizando atos infracionais

Leticia Eli Pereira de Campos

Willian Mella Girotto

Introdução

Em tempos em que para nos sentirmos seguros das agressões alheias autorizamos que a "justiça" seja feita com as próprias mãos, antecipamos a violência violentando. Como contraponto aos ímpetos de cometermos nossos crimes particulares, para utilizar uma expressão de Clarice Lispector em *O Mineirinho,* em nome de um bem demasiado escuso, propõe-se aqui uma parada para pensarmos nas implicações coletivas de nossas ações.

No Brasil os direitos humanos vêm sendo não somente violados, mas negligenciados. A urbanidade nos tem mostrado que enfrentamos muitas iniquidades, isto é, os direitos para uns são preservados em detrimento de outros, dependendo do status socioeconômico. Essas iniquidades se expressam frequentemente, quando muitos sujeitos não têm acesso a uma educação de qualidade, pluralizada, que considera a diversidade; ou a uma saúde que pense as particularidades de cada situação humana, e aqui referimos saúde como moradia, saneamento básico, alimentação adequada, entre outros (Lei n. 8.080, 1990). E, ainda, por contraditório que pareça, não tem de fato direito à cidade, a habitá-la.

Partimos de situações cotidianas para produzir essa reflexão, no intento de colocar luz sobre algumas invisibilidades acerca da violência perpetrada pelo Estado em relação à juventude pobre, com a legitimação da sociedade. No final do ano de 2013 e no início de 2014, tivemos dois acontecimentos que convocamos em nossa análise por enunciarem agressões banalizadas. O primeiro ficou conhecido como *rolezinho,* em que alguns jovens, pobres, grande parte negros, foram tomados como bandidos ao

visitar um shopping, pois com seus corpos e com seus ritmos[1] borravam a ordenação do espaço de consumo de alguns. No segundo, um jovem negro foi espancado, desnudo, teve a orelha mutilada, acorrentado pelo pescoço, em função de ter sofrido uma acusação de furto. Os justiceiros, como foram chamados aqueles que tiveram tal iniciativa, se sentiram no pleno direito de fazê-lo com o aval de uma parte considerável da mídia brasileira.

Convocamos esses acontecimentos, experienciados por alguns jovens, no sentido de provocar uma análise desnaturalizante sobre os modos de subjetivar a juventude. Entendemos a experiência como aquilo que é vivenciado pelos sujeitos como modo de subjetivação. Experiência articulada e situada em contextos históricos, socioeconômicos e culturais específicos. Por estarmos inseridos em um tempo e espaço próximos a esses acontecimentos, ainda não temos uma dimensão do que realmente foram e são, já que seguem durando, seguimos a pista de Agambem (2009). Para o autor, ser contemporâneo é interpelar o escuro de nossa época, mais do que seus excessos de luzes, sobretudo tendo em vista que a problemática que abordaremos aqui muitas vezes se refere a vidas condenadas a passarem em branco, silenciadas, sentenciadas a um não lugar.

Foucault (1996, p. 31) nos presenteia em sua aula inaugural, que resulta em *A ordem do discurso*, com a seguinte frase: "há mais; e há mais, sem dúvida, para que haja menos". Partindo dessa enunciação foucaultiana, aos psicólogos convocados a dirigir suas ações aos jovens em conflito com a lei, oferecendo uma escuta que ultrapasse e mesmo não se limite ao "gesto" infracional, é necessário ainda colocar em análise os processos de criminalização dessa população. Essa escuta pode oportunizar a emergência de subjetividades naquilo que elas portam de diferença, no sentido deleuziano. Diferença que escapa à via, tornada dominante, da marginalização desses corpos, de modo que o pensamento e as ações humanas não sejam apenas passíveis de interpretações, mas de pluralizações, de desnaturalizações como aposta na singularidade.

Nessa escuta implicada, importam as mais diversas formas de manifestações das subjetividades. Nessa direção, se faz igualmente necessário

[1] Ritmos relacionados ao funk, o qual articula música sincopada de batidas fortes e repetidas e expressão corporal, sendo a afirmação política de um modo de vida. O funk atravessa outras classes sociais, embora seja muito associado à periferia, uma vez que grande parte dessas produções daí se origina.

não nos paralisarmos diante das barbáries que o cotidiano oferece. Vale, então, tomar a contestação/transgressão que os jovens expressam como linha de fuga[2], ato em devir e, desse modo, sair do âmbito de uma escuta do ato infracional como de natureza exclusivamente individual. Esse caminho pode apontar para potencializações de processos singulares, de modo a viabilizar processos inventivos.

Nietzsche (1945, p. 7), em *Vontade de potência*, coloca que "é a impotência em face dos homens, e não a impotência em face da natureza, que produz o amargo desespero de viver". Com isso, apontamos que não é a cidade que oferece riscos, enquanto estrutura física, mas sim os afetos tristes que segregam e marginalizam quem circula por ela. Porém, uma vez que se possa apostar nas linhas de fuga, linhas flexíveis por onde o desejo possa se manifestar de outros modos, relacionando-as à criação e à singularização, os atos podem ser outros, não somente infracionais.

A população de zero a dezoito anos no Brasil

Para problematizarmos os atos infracionais e suas implicações, é necessária uma retomada de marcos legais que expressam como as forças sociais institucionalizam a juventude no Estado brasileiro. Somente a partir do século XIX que a infância se construiu enquanto alvo de ações e intervenções na realidade brasileira. Arantes (2004) aponta as Casas da Roda ou Casa dos Expostos, criadas na Bahia (1726), no Rio de Janeiro (1738), em São Paulo e Minas Gerais (1831) como uma prática em que bebês eram abandonados junto a instituições religiosas durante o período colonial brasileiro. Nesse período, o Estado delegava a responsabilidade e financiamento a estabelecimentos religiosos que voltavam sua atenção para os abandonados (Arantes, 2004, p. 162).

Na passagem para o século XX, a disputa entre a caridade e a filantropia sobre as classes menos abastadas se tece. Sendo assim, a questão da infância sai das mãos da Igreja e passa para dos higienistas, que uti-

[2] Para Deleuze, as linhas de fuga fazem vazar, escapar às imposições dos territórios existenciais. Não é fugir de algo ou de alguém, mas fazer fugir de estados de dominação com a criação de novas cartografias, desvios possíveis. "Fugir é entendido nos dois sentidos da palavra: perder sua estanquidade ou sua clausura; esquivar, escapar" e "traçar uma linha sobre um plano fornece um outro ponto de vista sobre o conjunto de uma situação" (Zourabichvili, 2004, pp. 30-32).

lizaram mecanismos disciplinares para uma "melhoria" da população. A ordem e a disciplina que atravessavam famílias e internatos existiam ainda na rua cuja polícia visava limpá-las. A filantropia passa a se ancorar no discurso científico, ampliando as intervenções caritativas, ainda que as práticas pouco se modifiquem. "Fundamentada pela ciência, a filantropia atribuiu-se a tarefa de organizar a assistência no sentido de direcioná-la às novas exigências sociais, políticas, econômicas e morais, que nascem juntamente com a República" (Rizzini, 1990, p. 82).

Nesse sentido, a educação compõe-se com uma forma de governar, conduzir condutas. Enquanto instrumento da ação filantrópica, visava impedir a deterioração moral através da preparação para o trabalho, que se insere enquanto estratégia para o desenvolvimento econômico do Brasil. O país passava por um momento de expansão desordenado das cidades o que, por sua vez, colocava novas questões sociais para o Estado dar conta. Desse modo, "o investimento na educação da infância desviante passa a ser antes de tudo, uma questão de cunho político e econômico" (Rizzini, 1990, p. 77). A autora situa que há uma defasagem de dois séculos do processo descrito por Philippe Ariés da saída do anonimato da infância passando a ser objeto para moralistas, educadores, médicos e juristas na realidade brasileira.

É somente no início do século XX que o Estado passa a se ocupar da infância e juventude, o que culmina na criação do primeiro Código de Menores em 1927, criado pelo juiz Mello Mattos. De objeto de caridade a objeto de política de Estado, o Estado brasileiro conjugava criminalidade e pobreza sobre o eixo menor que se desdobra em outras categorizações: abandonados, delinquentes, desviados e viciados. O menor que perambulava pelos grandes centros urbanos é tomado potencialmente como criminoso, o que demandava práticas punitivo-repressivas e corretivas. A fim de dar conta do objetivo de correção, a participação multidisciplinar de diferentes saberes operava. "Cabia ao higienista os cuidados com saúde, nutrição e higiene; ao educador, a disciplina e instrução; e ao jurista, conseguir que a lei garantisse essa proteção e assistência" (Oliveira, 1999, p. 76). Desse modo, a problemática jurídica do menor configurava-se dentro do campo policial sendo equacionada com a política social. É possível visualizar isso no Serviço de Assistência ao Menor (SAM), criado em 1942, que possuía funcionamento análogo ao sistema penitenciário.

Isto é, pela via da disciplina e do trabalho era possível corrigir a conduta dos delinquentes.

Desde o início das ações direcionadas à infância e adolescência se pensava em recuperação pelo trabalho, tomado como um dispositivo estratégico importante na regulação da moralidade das famílias brasileiras, como uma estratégia política que ganha grande destaque a partir da Era Vargas, sobretudo com a consolidação dos direitos trabalhistas. Nessa época, o Brasil vive em plena ditadura instaurada pelo golpe de 1937 e marcada por estratégias populistas, paternalistas, e autoritárias (Carneiro, 1999, p. 331).

Em 1964, ano do Golpe Militar no Estado brasileiro, o SAM é extinto, havendo uma unificação das ações voltadas ao menor com a criação da Política do Bem-Estar do Menor (PNBEM). A responsabilidade pela formulação e execução dessa política ficou sob a responsabilidade da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM), e a nível estadual foram sendo criadas as unidades da FEBEM (Fundação para o Bem-Estar do Menor), que efetivavam o atendimento direto. Nessa época crianças e adolescentes eram abrigados em complexos de atendimento, contendo escola, quadra esportiva, piscina, núcleo profissionalizante, afastados dos grandes centros urbanos.

Nascimento, Lacaz e Travassos (2010) colocam que esses estabelecimentos voltados ao atendimento da população infanto-juvenil estavam estruturados segundo a lógica das instituições totais (manicômios, prisões, asilos, conventos). Eles emergem durante o século XIX, "fazendo parte de um aparato médico-jurídico-assistencial, que buscava a prevenção, a reeducação e a recuperação dessa parcela da população quando vista como perigosa ou em perigo" (Nascimento, Lacaz, & Travassos, 2010, p. 20). Operavam a partir da vigilância e do controle a fim de promover a correção dos internados e o saneamento social.

O ano de 1979 foi declarado como o Ano Internacional da Criança, conforme decisão da Assembleia das Nações Unidas. O Estado Brasileiro reformula seu Código de Menores, em que a institucionalização passa a se fazer não mais no indivíduo-menor, mas a partir da Situação Irregular em que o menor se encontrava. No entanto, pouca mudança houve nas lógicas de atendimento, o que pode indicar somente uma legitimação do

que já vinha sendo efetuado enquanto práticas dirigidas ao atendimento dessa população, em especial. Ao mesmo tempo, proliferam pesquisas sobre a criança no Brasil e diversos grupos começam a se articular na defesa dos direitos de crianças e adolescentes, com críticas ao Código de Menores promulgado naquele ano. Sendo assim, já é possível vislumbrar algumas condições de possibilidade para outro estatuto para a infância e juventude.

O término da ditadura, a reabertura democrática e os diferentes movimentos sociais durante a década de oitenta culminam na promulgação da Constituição Federal de 1988, indicando novos tempos para a cidadania brasileira. Nessa direção, a população de zero a dezoito anos ganha outro lugar na sociedade brasileira com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei n. 8.069 de 13 de julho de 1990: crianças e adolescentes, sujeitos **de direitos** e na condição de estarem **em desenvolvimento**. O ECA marca legalmente um novo modo de conceitualizar e operar com a infância e juventude, derivando em outras estratégias na política de Estado.

Com Fonseca (2004) temos elementos para situar historicamente o ECA, que é promulgado no enlace dos movimentos políticos brasileiros e das pressões internacionais, bem como da investida neoliberal que vai permeando o Brasil. A autora aponta a similitude de legislações de outros países com a brasileira no campo dos direitos à criança e ao adolescente, convocando a pensar nas peculiaridades locais frente a esse movimento global. "A legislação que lida com o bem-estar da criança envolve muito mais do que valores humanitários consensuais. Longe de ser a consequência espontânea de uma preocupação objetiva, envolve filosofias econômicas e negociações políticas que não devem ser subestimadas" (Fonseca, 2004, p. 111).

Se o ECA assegura direitos às crianças e aos adolescentes, num movimento de ruptura com os paradigmas do Código de Menores, tomá-lo descontextualizado nos faz incorrer em uma ingenuidade, já que ele emerge nos movimentos da sociedade civil e dos fóruns internacionais de debate, bem como reflete um momento específico da história dos direitos à criança e ao adolescente. Não mais sob a égide do paradigma da Situação Irregular, as políticas de atendimento à infância e adolescência ancoram-se na Proteção Integral, tentando substituir as práticas tutelares, ao mesmo tempo em que o controle estatal vai ganhando outros contornos.

Da questão jurídica do menor, sujeito de direito e em desenvolvimento, o modelo de atenção à infância e juventude sofreu várias modulações ao longo da história brasileira. Por exemplo, as estratégias disciplinares, marca dos internatos, não deixaram de existir, apenas sofreram modulações, rupturas e continuidades inseridas em uma estratégia biopolítica de governamento da vida de sujeitos atravessados por essa problemática, sejam eles trabalhadores, crianças e adolescentes, famílias, entre outros. Modulações e rupturas percebidas, igualmente, nos agentes envolvidos: menor e monitores, criança e adolescente e orientadores socioeducativos, como veremos a seguir.

Os diferentes modelos de intervenção se apresentam articulados a saberes e poderes, incidindo na produção de modos de ser, sentir e viver a infância e juventude, inclusive a pobre, no país. Schuch (2009) afirma a coexistência no contemporâneo de três modos de intervenção junto à infância e juventude: práticas com uma preocupação higiênico-sanitarista com o objetivo de produzir populações saudáveis e civilizadas; práticas ancoradas no ideário modernista de desenvolvimento da nação; e, por fim, práticas que colocam a infância e juventude enquanto sujeitos de direitos e em desenvolvimento. Podemos encontrar um exemplo dessa tensão nas acaloradas tentativas de redução da maioridade penal, a despeito de todas as conquistas que vêm se institucionalizando nos modos de atender os jovens em conflito com a lei pelo Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) (Lei n. 12.594, 2012).

Contra-versões para problematizações

Mesmo diante de avanços nos marcos legais, há que se considerar que os pilares da justiça brasileira se constroem desde formas de agir e de punir e variam historicamente. Desse modo, faz-se necessária uma discussão acerca da juventude brasileira, levando em consideração as ações do Estado pelas vias da justiça e da polícia que se utiliza de violência sob a insígnia de correção. Vivemos em um país no qual passado e presente são marcados por muitas violações de direitos; em que a democracia se instaura a partir de ditaduras. O discurso social é tonificado não apenas por moralismos, mas também por ideais de juventude pré-estabelecidos que visam ao "protagonismo". Por um lado, regimes de verdade definem esses

jovens como o futuro da nação e neles são depositadas "as fichas". Ao mesmo tempo, são ainda capturados/produzidos sob o signo da rebeldia e da transgressão. A juventude brasileira está em um plano onde os erros e os acertos são milimetricamente visibilizados, estudados e investigados. Há uma intensificação da binarização (futuro da nação - transgressor) nos corpos dos jovens pobres, tomados um a um como parte de um grupo homogêneo para quem leis, políticas de Estado, programas e ações são fabricados.

Dentro da estratégia de biopoder, maximizando a amplitude do poder disciplinar, como proposto por Foucault (1999), sujeitos tomados como massa, objetificados sob o estatuto de potenciais perigosos, precisariam de uma regulagem instrumentalizada por ações de controle, tendo como justificativa a segurança da população. Aquele(s) que foge(m) dos parâmetros pré-estabelecidos pelo Estado deve(m) ser reconfigurado(s), reordenado(s), corrigido(s). Ou seja, há produção de um desejo pelo social de que a lei opere sobre o corpo do sujeito que põe em xeque, com seus atos, a máquina do capitalismo que fabrica excluído.

Alguns signos vão marcando a vida dos jovens que entram em conflito com a Lei: roubo ou furto, tráfico de drogas, pichação, vandalismo, entre outros muitas vezes interligados. Para o jovem pobre as alternativas estão colocadas: ou ele se insere no mercado de trabalho, em lugares já definidos, ou inventa outros caminhos próprios e singulares, quase sempre tomados como desviantes, não havendo (inter)mediações entre essas polaridades produzidas. Assim, o sujeito é reduzido ao ato infracional em uma negação de sua dimensão coletiva, por meio de procedimentos de individualização dentro do modo de vida capitalista que se procede por dicotomias.

> A máquina binária só existe por razões de comodidade ... é uma peça importante dos aparelhos de poder. Ficará estabelecido tantas dicotomias, quanto for preciso para que cada um seja fichado sobre o muro, jogado no buraco. Até mesmo as margens de desvio serão medidas segundo o grau da escolha binária: você não é nem branco nem negro, então é árabe? (Deleuze & Parnet, 1998, p. 36)

Ora, ou são bandidos ou são mocinhos. Há elementos outros que precisam ganhar visibilidade: não fazer parte de padrões socialmente

preconcebidos, isto é, ser pobre, não branco, não intelectualizado, entre outros aspectos considerados desvios. A existência marcada pelo peso de diferir da norma situa-os à margem como quem pode/deve ser objeto de correção. A lógica punitiva que se incide nessa juventude perpassa a tessitura social, de modo que há quem exija punições, provocando e efetuando a criminalização, o que aparece nas instituições, organizações e estabelecimentos produtores de modos de ser jovem. Sob os signos que lhes são ofertados, ao "vesti-los" legitimam-se enquanto jovem ou como bandido.

Há, ainda, reverberações do Código Penal que fazem eco nos modos como o dispositivo-policial e a instituição judiciária estabelecem suas práticas diante das situações virtualmente perigosas de jovens pobres. A virtualidade perigosa, cabe explicar, está, nesse contexto, diretamente relacionada aos estigmas que negros, pardos e mesmo brancos manifestam através de seu comportamento e/ou imagem, esta última ligada, predominantemente, ao fora-da-norma, seja pela vestimenta, pela linguagem, e até pela presença em si. Reprimir e criminalizar qualquer ato expresso por esses jovens, sendo ele transgressivo ou não, fazendo uso da violência física e psicológica aparece como uma saída fácil para aquele que é executor da dita correção, na medida em que combate a periculosidade (su) posta no jovem com violência.

No caso das punições/correções, estas começam com uma série de procedimentos "jurisprudentes", uma vez que, se caírem na malha judiciária, cada juiz pode julgá-los conforme a sua interpretação dos fatos, que vão se guiar na maior parte das vezes mais no sentido da punição do que no de pensar sobre a transgressão. Se a jurisprudência se baseia muito mais na punição como forma de intervir/castigar, se valendo de uma lei fundamentalmente autoritária e de ordem paternalista, abre-se precedente para que a violência seja maquinada desde a captura desse jovem pela polícia. Uma violência que se inscreve no sentido de bater, de espancar, de marcar o corpo do adolescente com a força do braço que desce o cassetete. Mas não só isso: há, coadunado à violência física, outra bem mais sutil e não menos eficaz: a psicológica, que estigmatiza, delega papéis (bandido, agressor, entre outros). Essa última imprime no sujeito marcas muitas vezes indeléveis minando, por meio de tatuagem macabra, a potência de vida. Faces da mesma moeda, a polícia os apanha e os faz apanhar. Ferindo corpos e almas, violando direitos, a violência policial faz

com que alguns humanos sejam menos humanos que outros, sendo legítimo sofrer agressões.

Esses mecanismos perversos só podem se estabelecer devido às invisibilidades a que os jovens pobres estão marcados. A passagem ao ato da força policial, em geral, pode estar a serviço daquilo que não é verbalizado, colocado em palavra. Para a psicanálise lacaniana, na dificuldade de falar ou entender o que paralisa, tende-se a transbordar para o ato em si. Violentar um corpo em relação ao ato criativo de uma transgressão à norma estabelece-se uma distância minimamente segura para a tensão gerada pelo sujeito que desvia. O que foge à norma deve então sofrer regulação. Apoiando-se em regimes de verdades, a polícia se situa em uma categoria interventiva que está a serviço do "bem da sociedade".

Se tomarmos as intervenções policiais como estritamente perversas, não conseguimos avançar na discussão, tendo em vista que caímos novamente na lógica binária. No intento de caminhar por veredas em que análises sejam menos reducionistas, lançamos aqui algumas indagações que demandam ser pensadas coletivamente, para além de respostas simplistas e demonizadoras: como escutar as expressões juvenis sem preconceber que o jovem meramente ocupa o lugar ao qual lhe é demandado? Como escutar as expressões juvenis existentes em nosso *socius* sem reproduzir as lógicas punitivo-repressivas?

É importante frisar que muitos jovens pobres estão dentro do estereótipo de potenciais criminosos. Seguindo essa linha do que é/pode ser criminalizável, podemos tomar a política antidrogas como um modo predominante do Estado dar conta dessa problemática, inviabilizando uma discussão ampla e franca a respeito das drogas e suas implicações políticas na vida de jovens penalizáveis. Temos como resultado da negação das relações que a sociedade estabelece com as drogas consideradas ilícitas o tráfico de drogas como crime organizado, investindo crianças e adolescentes envolvidos com essa organização como atores infracionais. A política de guerra às drogas resulta em distorções, ilegalidades, morte subjetiva (pois ao serem presos se criam outras realidades de exclusão, de sofrimento e se forjam indivíduos ainda mais criminalizáveis) e objetiva.

Além disso, diversas situações encontram eventualmente suporte nas discursividades moralizadas, mas, sobretudo no anonimato, práticas de natureza perversa ganham materialidade no cotidiano das vilas e bair-

ros pobres, como batidas policiais nas periferias, enxerto de provas, guerras de facções, punições corporais tanto pela polícia quanto pelos agentes do tráfico, prisões arbitrárias, execuções, prisões preventivas que fazem o preso aguardar meses sem julgamento ou o adolescente passar a ser um mero joguete nas mãos da polícia, passando a enfrentar uma via de mão dupla: delatar seus companheiros ou não "abrir a boca" e correr os riscos de negar informações.

É conveniente explicitar que o ato infracional se impõe algumas vezes como única saída para conflitos. Seja ele relacionado aos preconceitos vivenciados por meninos e meninas pobres, seja aos bens duráveis ou não duráveis que se tem necessidade de adquirir, o ato está sempre inscrito nesse grande quadro de desigualdade social, atravessado pela cultura do mercantil, em que aquele que pode pagar por uma representação de seus interesses tem vantagens em relação àquele que não pode, o que evidencia uma capitalização dos direitos. Há situações em que o ato sequer ocorreu, como no caso do *rolezinho*, ou é uma suposição, como no caso do jovem preso ao poste, e a questão se reduz à palavra do jovem contra toda a parafernália social e institucional. Uma pergunta que se faz mais do que necessária é: que fazer para modificar tal situação, quando o panorama da *polis* tem como regra que o marginal sequer pode ser considerado alguém digno de compaixão? (mesmo que aqui não se esteja tratando disso).

Em nosso cenário político, urge que se lance outros olhares, não coniventes e conformistas com a violência praticada cotidianamente com a juventude brasileira, tendo em vista que violentar o jovem pobre é violentar toda a juventude brasileira. Não somente a polícia e a jurisprudência são responsáveis pela criação dos indivíduos penalizáveis, mas todos aqueles que se valem do saber e da cultura como forma de fazer operar a segregação. Podemos mencionar alguns exponenciais: a mídia, a medicina, a psicologia, a pedagogia, entre tantos outros saberes, que operam um poder sobre a vida. No nosso campo de saber, há a linha da psicologização, a serviço de um jogo de forças que pode operar amenizando as "crises" vivenciadas pelos jovens.

Porém, se tomarmos a infração como uma produção do sistema penal/capitalista remetida a um indivíduo que se torna penalizável, a psicologia pode (e deve!) interessar em sustentar um movimento de abertura

às contingências, acolhendo e acompanhando os jovens tomados como desviantes, afirmando a vida que resiste.

Entendendo as ações em termos de agenciamento coletivo[3], podemos pensar que a polícia, ao maltratar jovens partindo de configurações específicas de existência (negro, pobre, marginalizado), responde ao desejo social microfascista de expurgar o mal com essa tendenciosa intervenção individualizante. Mas, por outro lado, como alternativa, podemos pensar também em uma produção desejante que não ofereça a violência e a estupidez de quem a pratica, nem a vitimização, mas acolhimento para situações violentas, o que implica a garantia de direitos básicos e inalienáveis, como acesso a saúde, educação, cultura, entre outros.

Considerações finais - abrir caminhos entre duras pedras

Desfigurar um pouco a máscara mortificadora que se mostra para a juventude, introduzindo nela algumas fissuras para a passagem de algum respiro. É preciso acreditar nas possibilidades de operar na diferença, tomando as palavras e as coisas como nunca acabadas. Propomos pensar a transgressão, quando de fato ela ocorre, como uma inventividade mal interpretada, tendo em vista que essa produção em contato com as máquinas do poder somente é tomada como algo ruim, e não como uma expressão singular, muito menos como expressão da desigualdade produzida no tecido social capitalista. É preciso ir além, como podemos encontrar nas palavras do escritor brasileiro Jorge Amado, que ilustra o esforço de vida que insiste em negar a mortificação que a violência tenta impor:

> Não o levarão. Vêm em seus calcanhares, mas não o levarão. Pensam que ele vai parar junto ao grande elevador. Mas Sem-Pernas não pára. Sobe para o pequeno muro, volve o rosto para os guardas que ainda correm, ri com toda a força do seu ódio, cospe na cara de um que se aproxima estendendo os braços, se atira de costas no espaço como se fosse um trapezista de circo. (Jorge Amado, 1998, p. 238)

[3] Para Deleuze e Parnet (1998, p. 84), agenciamento "é uma multiplicidade que comporta muitos termos heterogêneos e que estabelece ligações, relações entre eles, através das idades, sexos, reinos - de naturezas diferentes. Assim, a única unidade do agenciamento é o cofuncionamento: é a simbiose, uma 'simpatia'".

Ao cometer um ato infracional pode ser que o jovem esteja visando obter amizades; ou um modo de ocupar, de apropriar-se, de pertencer fazendo na superfície da cidade um traço por onde possa se reconhecer como agente. Talvez precise cometer um crime por ser um modo de expressar uma saída para uma vida que só oferece miséria e privação. Independentemente das origens e causas/motivações, a criatividade juvenil está na produção de linhas de fuga, por onde pode escapar das artimanhas que capturam e impossibilitam qualquer manifestação da diferença. Produtor de linhas de fuga, porque desvia. Parece-nos que só se constroem desvios a partir do que está dado como certo. Foge-se, no desvio, na ruptura, da massificação, dos sofrimentos engendrados pela vida em uma sociedade extremamente desigual. Segundo Deleuze e Parnet (1998, p. 49), "fugir não é renunciar às ações, nada mais ativo que uma fuga. É o contrário do imaginário. É também fazer fugir, não necessariamente os outros, mas fazer alguma coisa fugir, fazer um sistema vazar como se fura um cano".

Nesse sentido, se de algum modo pudermos tomar, no horizonte do Estado, nos meandros da governabilidade, o ato infracional como também um ato criativo e questionador da modalidade capitalística em que vivemos, poderemos (talvez) fazer torções com o que está instituído como norma, produzindo novos desvios, novas derivas. E quem sabe possamos ver nossos jovens de um modo menos reducionista e limitador – mesmo que no meio dos caminhos muitos lances inteligentes e furtivos do jovem não sejam sacados, mas capt(ur)ados pelo imperativo da violência.

Referências

Agambem, G. (2009). *O que é o contemporâneo? e outros ensaios*. Chapecó, SC: Argos.

Amado, J. (1998). *Capitães da Areia* (Col. Mestres da literatura brasileira e portuguesa, 1). Rio de Janeiro: Record/Altaya. (Original publicado em 1937)

Arantes, E. (2004). De "criança infeliz" a "menor irregular" - vicissitudes na arte de governar a infância. *Mnemosine*, 1, 162-164.

Carneiro, M. L. T. (1999). O Estado Novo, o Dops e a ideologia da segurança nacional. In D. Pandolfi (Org.), *Repensando o Estado Novo* (pp. 327-341). Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas. Acesso em 11 de novembro, 2013, em http://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arq/142.pdf

Deleuze, G. & Parnet, C. (1998). *Diálogos*. São Paulo: Escuta.

Foucault, M. (1996). *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola.

Foucault, M. (1999). *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal.

Fonseca, C. (2004). Os direitos da criança: dialogando com o ECA. In C. Fonseca, T. Veriano Jr., & C. F. Alves, *Antropologia, diversidade e direitos humanos: diálogos interdisciplinares* (pp. 103-115). Porto Alegre: Ed. UFRGS.

Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. (1990). Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Acesso em 03 de fevereiro, 2014, em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm

Lei n. 8.080, de 19 de setembro de 1990. (1990). Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Acesso em 03 de fevereiro, 2014, em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm

Lei n. 12.594, de 18 de janeiro de 2012. (2012). Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional; e altera as Leis n. 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente); 7.560, de 19 de dezembro de 1986, 7.998, de 11 de janeiro de 1990, 5.537, de 21 de novembro de 1968, 8.315, de 23 de dezembro de 1991, 8.706, de 14 de setembro de 1993, os Decretos-Leis n. 4.048, de 22 de janeiro de 1942, 8.621, de 10 de janeiro de 1946, e a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943. Acesso em 03 de fevereiro, 2014, em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12594.htm

Nascimento, M. L., Lacaz, A. S., & Travassos, M. (2010). Descompasso entre a lei e o cotidiano dos abrigos: percursos do ECA. *Aletheia*, 31, 16-25.

Nietzsche, F. W. (1945). *Vontade de potência: ensaio de uma transmutação de todos os valores*. Rio de Janeiro: Globo.

Oliveira, S. M. (1999). *A moral reformadora e a prisão de mentalidades*. São Paulo em Perspectiva, 13(4), 75-81.

Rizzini, I. (1990). A assistência à infância na passagem para o século XXI: da repressão à reeducação. *Fórum Educacional*, 14(2), 77-94.

Schuch, P. (2009). *Práticas de justiça: antropologia dos modos de governo da infância e juventude no contexto pós-ECA*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS.

Zourabichvili, F. (2004). *O vocabulário de Deleuze*. Rio de Janeiro: Centro Interdisciplinar de Estudos em Novas Tecnologias e Informação. Acesso em 03 de fevereiro, 2014, em http://claudioulpiano.org.br.s87743.gridserver.com/wp-content/uploads/2010/05/deleuze-vocabulario-francois-zourabichvili1.pdf

Mulheres, prisões e outras histórias: clínica, corpo e devir

Gabriela Pinheiro Soares

Antonio Vladimir Félix-Silva

Martha Emanuela Soares da Silva Figueiró

> *Conspirar quer dizer respirar junto e é disso que somos acusados; eles querem nos impedir de respirar porque nós nos recusamos violentamente a respirar em seus locais de trabalho asfixiantes, em suas relações individuais, familiares, em suas casas atomizantes. Há um atentado que confesso ter cometido. É o atentado contra a separação da vida e do desejo*. (Guattari, 1981, p. 59)

> *Já contei esta história tantas vezes e ninguém quis me acreditar. Vou agora contar tudo especialmente para a senhora que se não pode ajudar pelo menos não fica me atormentando como fazem os outros. É que eu não sou mesmo essa que toda gente diz. O jornal me chama de assassina ladrona e tem um que até me deu o retrato dizendo que eu era a Messalina da boca do lixo.* (Telles, 2010, p. 75)

Leontina quer contar a sua história e ninguém a escuta. Leontina com seus sonhos, com seus desejos, Leontina apagada nas letras negras dos jornais a tatuar seu corpo com outros nomes: ladra, assassina, traficante, estelionatária. A multiplicidade dos corpos de mulher presa nas prisões das palavras, presa nas amarras da subordinação. As Leontinas do presídio em que fizemos a pesquisa também não eram o que os jornais diziam, não eram o que os prontuários e as fichas de registro as nomeavam; eram mais, eram uma e, ao mesmo tempo, muitas, eram múltiplas. A Leontina do conto de Lygia Fagundes tinha saído do interior para tentar melhores condições de vida na cidade. Na cidade, Leontina conheceu o amor, conheceu a violência, a solidão, conheceu os homens e seus desejos, conheceu palavras, conheceu o desejo de voltar. Leontina foi presa num ato de violenta resistência. No presídio, ela relata sua vida, seus sonhos, suas dificuldades, sua fúria tecida no calor do ventre violado,

na força bruta de um corpo violentado, de um corpo que não consegue mais calar. No presídio feminino, onde realizamos o estágio, conhecemos muitas mulheres-Leontinas. Mulheres sem família, abusadas sexualmente, usuárias de drogas, mulheres que tiveram que se prostituir. Mulheres presas por amor, por ciúmes, presas por desejos. Mulheres que, com o bordado de cada dia, vão traçando os pontos das linhas necessárias para fazer fugir, mesmo atrás das grades.

> Puxa vida que cidade. Que puta de cidade é esta, a Rubi vivia dizendo. E dizia ainda que eu devia voltar pra Olhos d'Água porque isto não passa de uma bela merda e se nem ela que tem peito-de-ferro estava se agüentando imagine então uma bocó-de-mola feito eu. Mas como eu podia voltar? E voltar pra fazer o quê? ... Voltar é voltar pra casa de dona Gertrudes que só faltava me espetar com o garfo. E nem me pagava porque mal sei ler e por isso meu pagamento era em comida e uns vestidos que ela mesma fazia com as sobras que guardava numa arca. (Telles, 2010, p. 76)

Nossa reunião com as mulheres-Leontinas do campo de estágio era semanal. Começamos o trabalho com um grupo de dez mulheres indicadas pela gestora da Unidade Prisional. A gestora havia escolhido as Leontinas-problema para participar do grupo. Ela precisava de psicólogos para "dar um jeito" nas Leontinas-problema; precisava do exército psi e suas práticas- Máquinas de Estado prontas a avaliar e descobrir a "verdade" sobre as "patologias" e "desvios" das mulheres. No entanto, nós apenas usávamos as práticas psi naquilo que elas servissem para criar espaços de encontros, sem nada querer descobrir, a não ser a intensidade que pulsava na nossa relação, as trilhas que poderíamos percorrer na imprevisível interação entre os corpos. Os encontros nada mais eram do que vibrações de partículas que se davam ao acaso, no calor do contato entre os corpos.

Trabalhávamos com a arte como fio condutor para o calor circular. Nada estava previsto nos nossos encontros, embora tivéssemos um "objetivo" a alcançar: aquecer os nossos corpos e os corpos das mulheres. Esses encontros que se produziam no e pelo território existencial– eram alegrias, que, tal como nos lembra Roberto Freire (2001), não se produzem a toda hora, não se dão sempre da mesma forma, com a mesma intensidade. Freire nos chama a atenção para o fato de que a alegria não é um estado, porém uma sensação, e, como tal, é por natureza instável, furtiva, fluída, como acontecem com as coisas que não existem

por si mesmas, mas que dependem da relação imanente com o outro, com o outro lado da mesma coisa.

Os nossos encontros com as mulheres, mais do que encontros de corpos, eram encontros de potência desejantes, potências desejantes de novelos de linhas de fuga, de devires, de produção de acontecimento. Acontecimento que, para Deleuze (1974), é uma vibração, tal como uma onda sonora, uma onda luminosa, que se propaga, que se estende convergindo para limites. Acontecimentos que são intensidades que podem ser produzidas no encontro com uma história, com um personagem, com uma música, com uma palavra, com uma cor, com um toque. "Não perguntaremos, pois, qual é o sentido de um acontecimento: o acontecimento é o próprio sentido" (Deleuze, 1974, p. 23). Nesse sentido, contrariando o pedido da gestora, dispensamos os Manuais de Diagnósticos e os Instrumentos de Avaliação Psicológica. Pensando com Deleuze (1974) citando Paul Valery: O mais profundo é a pele.

> Ou então será que todo acontecimento não é deste tipo, floresta, batalha e ferimento, sendo tudo tanto mais profundo quanto mais isso se passa na superfície, incorporal de tanto margear os corpos? A história nos ensina que os bons caminhos não têm fundação, e a geografia, que a terra só é fértil sob uma tênue camada. (Deleuze, 1974a, p. 11)

Manchetes de jornais estampando os rostos das mulheres-Leontinas, rostos marcados pelas cicatrizes do esquecimento social. Nos jornais, os rostos não têm colorido, o gesto é capturado pela pose forçada, violentas fotografias de desespero. Um mesmo rosto que se reconhece nas esquinas solitárias da carne, nos semáforos, nos becos dos guetos onde empurramos para debaixo do tapete o "lixo" social.

> *Ele* (o policial) *chegou e disse que a gente podia fazer um rolo. Eu tinha ido na casa de um vizinho e a polícia bateu. O polícia disse que a gente podia resolver aquilo de outro jeito e foi pegando em mim. Eu disse que podia me levar que eu não ia fazer rolo nenhum.* (Luana)

> *Quando a gente sai da cadeia quer ir dar um rolé. Eu tinha ido numa lanchonete comer uma coxinha. O polícia parou; eu não sei como ele me conhecia. Os polícias seguem a gente quando a gente sai da cadeia. Alguns a gente conhece, outros eu não sei como descobrem, mas eles sempre acham onde a gente está.* (Fernanda)

Fernanda está estampada no jornal. Mãos tentando esconder os olhos: sua relação com o mundo. Fernanda não tem direito ao princípio magno da presunção de inocência. Fernanda tem sua face exposta, a face do perigo social. Fernanda cumpre pena. Um, dois, seis anos esquecida no ferro e concreto do presídio. Ela chora a ausência da família que ela não tem. Fernanda chora a violência sexual vivida quando ainda era criança; chora os seus sonhos descoloridos como seus cabelos. Fernanda sai da prisão com o passado na lembrança e na bagagem uma "ficha suja". Ela só quer se divertir, comer uma coxinha. Mas a face de Fernanda ainda está estampada nas letras negras do que está por vir: Fernanda é um rosto pobre na multidão.

> Um outro "rosto" encontrado nesta caminhada foi o das "classes perigosas", dos "territórios dos pobres", apresentado como homogêneo, identitário, uno e, portanto, imutável. De forma unilateral e simplista esse "rosto" aparece referindo-se àqueles que têm um destino conhecido e previsível. ... Aqueles que, por não conseguirem ser "domesticados", docilizados e tornados produtivos, são mostrados como "perigo social", "fardo social" e, por extensão, "dispensáveis". (Coimbra, 2011, p. 250)

Fora da fotografia, contudo, vemos outros rostos. Para além do enquadre, os rostos não têm pose, nem close, nem homogeneidade. As mesmas mulheres que com seus rostos identitários infringem as leis, quando a fotografia não é programada, quando o gesto não é domesticado, revelam um negativo fotográfico que é a própria positividade como afirmação de rostos menores, criativos em sua não-forma, em sua molecularidade. Rostos de mães com saudade de suas crianças; rostos de usuárias de drogas; rostos de mulheres violentadas pelos maridos, abandonadas; rostos de meninas abusadas sexualmente; rostos desfigurados pela solidão; rostos que aprenderam a defender-se violentamente, rostos de mulheres que velam a noite cuidando de suas parceiras presidiárias adoecidas, que abrigam outros rostos que não têm para onde ir quando saem da prisão; rostos que não cabem nas notícias em preto e branco.

Foi nessas aberturas da pele, nessa abertura espontânea de paisagem-rosto, nesses respiros dos poros que "descobrimos" que as "Leontinas-problema", com suas gírias cortantes e seus incisivos questionamentos, eram, sobretudo, mulheres marcadas por múltiplos históricos de encarceramentos e ausência familiar. Mulheres marcadas por relações de

classe, mulheres que desde cedo tiveram que "se virar" para ajudar a família, mulheres jovens com muitos filhos para cuidar.

> O retorno dá-se para um lugar inesperado, criam-se gestos imprevisíveis, sem referência, nem sujeito. Compõe-se, portanto, uma produção ativa do ser, composição de forças, nomadismos, território povoado de singularidades pré-individuais: intensidades, profundidades, hecceidades ... Torna-se passional, intensivo, impulsivo, produz diferenciações constantes que o conduzem ao caos, ao acaso. O encontro com o caos faz o corpo exceder de si mesmo. Algo é cavado no corpo e no pensamento para que o caos possa entrar. E como um furacão ou uma vassoura de bruxa, a superfície é liberada, o rosto é desfigurado. Rosto e corpo são desconstruídos e arrastados para uma região a-significante, a-subjetiva, a-rostificada. (Munhoz, 2012, p. 163)

A autora nos faz o seguinte questionamento: Como escapar das instituições que nos rostificam? Nos nossos encontros com as mulheres tentávamos produzir um espaço de criação, no qual outros modos de subjetivação pudessem ser produzidos, e o rosto não fosse um lugar de aprisionamento, de codificação, de naturalização, todavia uma máscara dentre tantas outras máscaras que criamos para compor intensidades, experiências, acasos.

> Abandonar o rosto demasiado humano, desfazê-lo libertando as linhas de devir. Furar o muro ou limiar o muro. Furar o muro ou limiar o muro, como dizia Van Gogh. Passar o muro sem ser esmagado por ele, sair do buraco negro ao invés de ficar girando no fundo. Achar um furo que dê acesso ao fora. ... Desconstruir o corpo subserviente e mostrar os corpos desfigurados que se encontram escondidos no figurino diário. (Munhoz, 2012, p. 163)

Para além das notícias dos jornais, dos crimes cometidos e das informações contidas nas fichas policiais, a relação que tentávamos estabelecer com as mulheres era baseada na experiência, ou seja, naquilo que nos passavam (Larrosa, 2011). Era um pensamento, um gesto de cuidado, um gesto de confiança, um riso fora de hora, uma "desordem" alegre, uma música, uma poesia, uma história. E tudo isso era vida.

> Mas supõe também, em segundo lugar, que algo me passa. Não que passe ante mim, ou frente a mim, mas a mim, quer dizer, em mim. A experiência supõe, como já afirmei, um acontecimento exterior a mim. Mas o lugar da

> experiência sou eu. É em mim (ou em minhas palavras, ou em minhas ideias, ou em minhas representações, ou em meus sentimentos, ou em meus projetos, ou em minhas intenções, ou em meu saber, ou em meu poder, ou em minha vontade) onde se dá a experiência, onde a experiência tem lugar. ... Poderíamos dizer, portanto, que a experiência é um movimento de ida e volta. Um movimento de ida porque a experiência supõe um movimento de exteriorização, de saída de mim mesmo, de saída para fora, um movimento que vai ao encontro com isso que passa, ao encontro do acontecimento. E um movimento de volta porque a experiência supõe que o acontecimento afeta em mim, no que eu sou, no que eu penso, no que eu sinto, no que eu sei, no que eu quero, etc. (Larrosa, 2011, pp. 6-7)

Os encontros com as mulheres mobilizavam acontecimentos-experiências em nossos corpos e nos delas. Um movimento de afetar e ser afetado: um movimento de ida e volta: afetávamos as mulheres com o nosso trabalho por meio das oficinas com arte (seja através de um filme, de uma poesia, de uma obra de arte, de uma técnica de dramatização, de um trabalho com argila), afetávamos através de uma escuta, um pensamento, uma história, um personagem ou uma reflexão; e éramos afetadas no que pensávamos, no que sentíamos, no que sabíamos. Aprendemos com a experiência se fazendo "corporal", circulando feito sangue quente nas nossas veias, nos afetos alegres mobilizados nos encontros.

Aos poucos, os grupos foram crescendo, sobretudo, devido à entrada de outras convidadas pelas próprias mulheres. Levavam as amigas, as namoradas, as mulheres que em seu entender gostariam de participar de nossos encontros. A cada semana uma nova lista de nomes nos era entregue. Tivemos que ocupar um espaço maior, o salão em que aconteciam os cultos religiosos. Os nossos encontros eram espaços para que elas pudessem se expressar – sem o receio de serem repreendidas, castigadas. Eram também espaços para que, por meio da arte, o pensamento fosse forçado se expressar, e as linhas de fuga pudessem ser maquinadas, produzidas.

Nossa experiência no campo de estágio mostrou que a passagem das mulheres pela prisão é talvez ainda mais dolorosa que a dos homens, uma vez que as mulheres, em razão de serem histórica e culturalmente responsáveis pelo cuidado com os filhos, preocupam-se com eles (a situ-

ação se agrava devido ao afastamento familiar promovido pela prisão[1]). Muitas vezes, éramos nós os canais de comunicação com essa família, e que, através desse contato, passávamos informações e comunicávamos notícias às mulheres-Leontinas (normalmente elas pediam para saber como estavam os filhos, pediam para a família visitá-las, trazer os filhos nas visitas, pediam para passar informações sobre estado de saúde, etc).

Em um dos nossos encontros, fizemos uma oficina tendo como recurso o filme "o céu de Suely"[2]. O filme é sobre uma jovem pobre, de nome Hermila, e tem como ponto de partida o relacionamento entre ela e Mateus, um namorado. Essa relação amorosa e o posterior abandono desencadeiam uma série de mudanças e rompimentos: a saída de Iguatu, cidade do interior do Ceará, com o namorado, para tentar a vida em São Paulo; o retorno sozinha, à cidade natal, com um filho, na esperança e espera por Mateus, que viria em seguida – fato que não se concretizou; e, por fim, a saída de Iguatu para Porto Alegre.

Quando escolhíamos um filme ou outro recurso, ficávamos sempre com receio de como as mulheres iriam receber, de como isso afetaria seus corpos, potencializando a fala, a reflexão, a vida das mulheres. Tínhamos sempre o cuidado de levar um artefato artístico relacionado à vida delas e que pudesse gerar algum tipo de questionamento. No entanto, nossa intenção não era didática, muito menos educativo-moralista, mas de possibilitar que o afeto circulasse. Os recursos que levávamos eram aqueles que nós também apreciávamos, nos afetavam e que gostaríamos de compartilhar com todas. Não nos colocávamos como detentores do saber, nem dar respostas ou soluções, mas como alguém que estava ali para compartilhar experiências (tanto que, também colocávamos nossas experiências, nossas compreensões como membros do grupo).

Nesse encontro em que trabalhamos o céu de Suely, as mulheres-Leontinas apontaram que, por mais que desejem ver a família, por mais que tenham que suportar o morfiticante ambiente prisional, não pensam

[1] Esse afastamento familiar se dá, sobretudo, pela proibição dos maridos que já estiveram presos, mesmo após cumprida a pena, irem visitar suas mulheres na prisão. Ademais, existe uma série de restrições em relação à entrada de familiares, limitando-se, muitas vezes, a entrada apenas de parentes de primeiro grau, por exemplo, mãe, pais e irmãos. As mulheres reclamavam, pois, algumas vezes, eram outros familiares que eram mais próximos delas. Também sentiam falta da visita de amigos que não era permitida.

[2] "O céu de Suely", 2006 [documentário]. Direção: Karim Aïnouz.

em fugir. Elas destacaram que o presídio masculino tem fuga, já que os homens não têm responsabilidade com o cuidado dos filhos, de modo que podem ficar foragidos sem prejudicar o funcionamento familiar. Uma das mulheres-Leontinas afimou que, no presídio feminino, as mulheres querem "sair pela porta da frente", pois sabem da responsabilidade que as espera e do prejuízo que significa sua ausência: filhos sendo criados por terceiros, que nem sempre têm condições de mantê-los.

Apesar dos filhos serem um elemento que dificulta a mudança e o movimento das mulheres no mundo, as mesmas encontram estratégias para lidar com tais dificuldades – mesmo que essas estratégias recaiam em práticas ilícitas. Ou seja, paradoxalmente, as mulheres necessitam cuidar dos filhos, desenvolvendo uma postura reconhecida socialmente como de mãe responsável. Contudo, de outro lado, necessitam movimentar-se no espaço, construir outras possibilidades de vida, o que, devido à exclusão e à estigmatização, algumas vezes acabam recaindo em práticas criminosas. O nosso propósito em discutir o filme era avaliar as inúmeras prisões das quais nós mulheres somos vítimas, em função de nossa condição de gênero, e como podemos vislumbrar outras saídas ou linhas de fuga que possam romper com tais prisões.

Na discussão, o amor apareceu. Para as mulheres, o amor é um elemento primordial para a transformação da vida, para a mudança de perspectivas. Elas reclamaram: "é um filme muito triste, ela deveria ter ficado com quem gostava dela". O filme não tem o final romântico que elas esperavam. Discutimos que, do mesmo modo que elas estão presas, Hermila também estava presa a um lugar que ela não desejava – e esse era o mote da partida, da mudança; presa a um sentimento doloroso de abandono, presa a um território sem perspectivas.

Algumas mulheres discordaram dessa necessidade de sair da Cidade, apontando que ela poderia ter permanecido lá, com o ex-namorado – personagem que no filme nutre uma paixão por Hermila, montado um negócio de venda de DVD, por exemplo; viver dos recursos do trabalho do ex-namorado – que trabalhava como moto-taxi ou, até mesmo, continuar rifando seu corpo (no filme, a personagem rifa o corpo como forma de libertar-se da prisão a que estava submetida). As mulheres-Leontinas questionaram que Hermila estava "trocando o certo pelo incerto", no sentido de que na Cidade ela tinha o ex-namorado que a amava.

Segundo Soares (2009), o filme "o céu de Suely" traz a reinvenção de Hermila, pois, no momento em que ela se transforma em Suely – rifando seu corpo – ela constrói um outro caminho, que lhe deu possibilidade de seguir adiante, de não se imobilizar. No campo de estágio, percebemos que as mulheres também constroem estratégias para não se imobilizarem, seja na vida dentro ou fora da prisão. Para vencer as dificuldades do dia-a-dia fora da prisão, as mulheres negociam seus corpos, vendem drogas, fazem serviços domésticos, realizam contravenções; para não sofrer abusos, elas fogem de casa desde criança para viver na rua, a fim de não se imobilizarem na dor e na solidão da prisão. Por estarem longe de sua família, de seus companheiros e filhos, acabam estabelecendo alianças de amizade e de afeto.

Quando problematizamos o que seria o céu para elas, as mulheres responderam que seria encontrar alguém para gostar – e que fossem correspondidas; sair da prisão e encontrar-se com a família. A ideia do amor romântico está muito presente na vida das mulheres, amor como solução para todos os problemas, amor capaz de superar qualquer adversidade.

> Não confessava nem a Rubi, mas no fundo do coração cheguei a esperar que de repente aparecesse alguém que gostasse de mim de verdade e me levasse embora com ele. Podia até ser alguém que falasse em casamento. E em toda a minha vida nunca quis outra coisa. Mas Rubi que parecia adivinhar meu pensamento me avisou que tirasse o cavalo da chuva porque nenhum homem quer casar com uma mulher que fica trancada a noite inteira com tudo quanto é cristão que aparece. (Telles, 2010, p. 100)

As mulheres esperam o amor-acontecimento em suas vidas. Acontecimento-amor expresso em encontrar alguém, sair da prisão, encontrar a família. Amor que muda; amor que muda amor. Amor como possibilidade de vida, amor que supera as adversidades; amor que muda amor romântico, amor que muda, amor platônico, amor de carne, osso, superfície. Amor sem profundidade. Nos filmes que elas assistem, o amor romântico brilha em cores luminosas. Elas sorriem. Nas suas vidas, todavia, mantêm relações com homens mais velhos, os quais representam conforto material e afetivo para elas. Entre as grades da prisão, o simulacro de amor romântico briga para acontecer.

Os conflitos motivados pelo amor, têm como pano de fundo interesses outros: formar alianças de sobrevivência no cárcere, encontrar suporte afetivo-sexual, manter poder-dominação sobre o corpo do outro. Amor e poder, amor e sobrevivência, amor e liberdade sexual. Com as visitas íntimas limitadas, o simulacro de amor acontece. Algumas mulheres que não haviam experimentado relação com outra mulher antes da prisão, acabam se envolvendo por necessidade de afeto, de cuidado, de prazer ou experimentação.

A gestão da Unidade Prisional tentava inibir as relações afetivas, as paixões alegres das mulheres-Leontinas. Limitava as visitas íntimas, mas não conseguia. Limitava as relações entre as mulheres e não conseguia. Os corpos teimam em resistir. O simulacro de amor sobrevive. As mulheres reclamam da liberdade que existe nos presídios masculinos. Mulheres vão e mulheres vêm nas visitas íntimas dos presídios masculinos. Corpo masculino - liberdade. No presídio feminino, sobretudo quando é controlado por mulheres, a repressão do corpo feminino é evidente.

O corpo feminino quer respirar e respira. O vírus do amor simulacro se proliferou, outras mulheres quiseram experimentar. A gestão da Unidade se incomodou com o afeto entre as mulheres, com a vida que agora respirava, que agora vivia. Proibiram as mulheres de entrar nas celas umas das outras, assim limitando os encontros. As mulheres, contudo, transgridem e inventam outros modos de relacionamento. As mulheres sobrevivem como podem e, para tanto, é fundamental o apoio umas das outras. Como não se podem perder aliados, qualquer atitude que fragilize e ou ameace as relações é vista como grave. Elas brigam com frequência para se protegerem e fazem novas alianças na mesma velocidade com que desfazem as primeiras. E tudo à flor da pele, pois a vida lá dentro também tem que acontecer. Elas amam e odeiam numa mesma oração. Elas sobrevivem.

> *Eu gosto da pessoa que eu sou agora, a pessoa que eu era antes era muito triste, porque não vivia na minha casa, mas no mundo. Mas hoje, apesar de estar aqui dentro, Deus está me mostrando maravilhas, Deus ensina como é o mundo. E também porque tem uma mulher que está do meu lado, sempre me dando forças. E também tenho a certeza que vou sair daqui para cuidar dos meus filhos. Eu gosto de ficar perto dela, porque ela me faz bem. O nome dela é Ana. Eu amo muito ela. Ela sabe disso, só não quer acreditar.* (Gil)

Muitas das escutas realizadas no campo de estágio estavam relacionadas às demandas envolvendo questões afetivas – normalmente diante de notícias de maridos envolvidos com outras mulheres. Percebemos que é notório o abandono dos homens em relação às mulheres presas, o que termina por contribuir para o relacionamento afetivo entre as mulheres na prisão – o aprisionamento atravessando a vida, o desejo transversalizando o corpo (o corpo aprisionado pelo abandono escapa pelas vias do desejo).

Uma mulher- Leontina nos procura, muito aflita, pois sua companheira está prestes a ir embora do presídio. Essa mulher, com uma rígida criação religiosa, não aprovava a relação entre mulheres. O amor-acontecimento, todavia, aconteceu. E agora ela temia perder o inesperado acontecimento. A amizade como forma de vida, eis o que as experiências das mulheres nos ensinam. Amor que desconhece sexo, idade, que desconhece história. Amor que é só geografia do toque, do cuidado, do conforto. Algumas vezes, o amor é só um quartinho numa ruinha estreita cheirando a café. O amor é cuidado e sobrevivência. Resistência e aprisionamento.

As mulheres-Leontinas aprendem, com o desejo que sabota as veias, que afirmar não é carregar; afirmar-se mulher não é carregar o fardo de uma existência marcada pela heteronormatividade de gênero; carregar o peso do desejo violentado pelo abandono, pela exigência de não desejar. Elas aprendem no calor da própria carne que queima na espera, e que se afirmar mulher, ao contrário, é desatrelar-se, livrar-se, descarregar-se dos aprisionamentos que impedem a potência do corpo de agir. Deleuze (1997) ressalta: "Não carregar a vida com o peso dos valores superiores, mesmo heroicos, porém criar valores novos que façam a vida leve e afirmativa" (p. 115). Depois acrescenta: "Abandonada por Teseu, Ariadne sente que Dionisio se aproxima. Dionisio-touro é a afirmação pura e múltipla, a verdadeira afirmação, a vontade afirmativa; ele nada carrega, não se encarrega de nada, mas alivia tudo o que vive. Sabe fazer aquilo que o homem superior não sabe: rir, brincar, dançar, isto é, afirmar" (p. 117). Para as mulheres-Leontinas que vêm Ariadne passar de Teseu a Dionisio, é uma questão de clínica de saúde e de cura (Deleuze, 1997) – haja vista que permanecer com Teseu que se acredita touro, forte, nada mais é do que um fardo para Ariadne que segura o fio do labirinto com medo de se perder. Encontrar outros corpos, criar outros valores, inventar um corpo, em que a questão de gênero seja movida apenas pelo devir-Ariadne

no encontro com Dionisio. Potência do desejo. O acontecimento-amor, o acontecimento-amizade sopra e faz respirar os pulmões das mulheres--Leontinas, faz vibrar suas máquinas desejantes, faz vibrar nossas máquinas desejantes.

Entretanto, até mesmo a prática da sexualidade entre as mulheres é, em certa medida, limitada pelas gestões da instituição. Para dificultar a prática da sexualidade na prisão, durante o período em que realizamos o estágio, existia uma norma proibindo a entrada das mulheres nas demais celas. Assim, a entrada ficava restrita apenas à cela a que a detenta pertencia – isso em razão das celas ficarem abertas todos os dias, exceto aos domingos, das oito ao meio dia, o que possibilita o contato entre as presas e, inclusive os encontros sexuais. Uma vez que nem sempre as companheiras residem na mesma cela, os encontros sexuais ficavam limitados diante dessa proibição.

A justificativa para tal proibição era uma norma do Regimento Interno do presídio, que estabelecia a proibição da entrada das mulheres presas nas outras celas, sem a prévia autorização das moradoras. Ocorre que, como uma das mulheres apontou durante o encontro em que discutíamos o curta "visita íntima"[3], isto não se justifica, na medida em que o Regimento Interno estabelece que, quando autorizada, a entrada é permitida. Todavia, elas não questionavam esse fato sob o temor de serem castigadas.

Além do aprisionamento do corpo das mulheres nas grades de ferro, nas duras camas de concreto, no feijão frio e na mistura azeda, nos corpos, muitos corpos a se amontoarem numa cela de poucos metros quadrados,[4] constatamos a existência de uma outra prisão em paralelo – a prisão da medicalização. Observamos durante o estágio um excesso de medicalização das mulheres presas. As histórias de loucura relatadas por elas nos faziam imaginar a produção da loucura no sistema prisional, de uma loucura produzida por essa claustrofóbica disciplinar do medo, da violência, da individualidade. Uma máquina que produz um estado de desconfiança sempre crescente gerado por essa vigilância e esse controle onipresentes, que, somada às dificuldades vivenciadas pelo afastamento familiar, pela precariedade das condições do encarceramento

[3] "visita íntima", 2005 [curta-metragem]. Direção: Joana Nin.

[4] O estabelecimento prisional pesquisado tinha, no ano de 2012, no qual foi realizado a pesquisa, uma população carcerária de, aproximadamente, cento e quarenta apenadas distribuídas em treze celas.

– superlotação, ausência de privacidade, abandono – produzia uma fuga-louca, uma louca-fuga para outros mundos, o mundo da desrazão que faz esquecer o tempo e o texto, inventar línguas que podem fazer devir-linguagem.

Pelbart (2009) discute que o primeiro aspecto do traço esquizofrênico é o que Deleuze enuncia como corpo-coador, corpo que tudo passa, pele-buraco perfurada, infiltrada. "o colapso da superfície acarreta a falência do sentido, e as palavras perdem sua capacidade de recolher ou de exprimir um efeito incorporal distinto das ações e paixões do corpo. Todo acontecimento é efetuado ainda que sob a forma alucinatória" (Pélbart, 2009, p. 128). Paralelamente, um outro movimento, o movimento de constituir um corpo sem órgãos, um movimento de dar sentido à palavra, de torná-la menos dura, penetrável.

Não é nas profundezas, no sofrimento, no corpo-coador esburacado que vamos buscar falar das experiências das mulheres com a loucura, mas na superfície da pele, na superfície onde os encontros se dão. Todavia, não queremos contrapor a profundidade à superfície, desejamos chamar atenção ao que essa loucura enuncia, o que se enuncia sobre essa loucura e, principalmente, os agenciamentos coletivos de enunciação produzidos por ela.

Joana, presa há dez anos, louca, vive sozinha, isolada em uma cela; não sai para banhos de sol, nem visitas. Mutila-se. O único tratamento recebido é o medicamentoso. Ninguém cuida de Joana, exceto algumas mulheres presas que ajudam com os cuidados de higiene. Certa vez foi transferida para um hospital psiquiátrico: praticou ato obsceno, voltou para a prisão. Joana matou o pai e recebeu pena de morte, morte da mulher-Joana.[5]

Fátima, artesã, exímia costureira. Vive na prisão há três anos. Enlouqueceu. Criou um mundo de palavras só seu, poucos a entendem. Ela quer falar – e fala muito – e nós queremos entendê-la. Suas amigas sentem falta da Fátima-artesã. Fátima vendeu droga e recebeu pena de morte, morte da mulher-linguagem-Fátima.

[5] Joana faz parte dos dados estatísticos da Unidade Psiquiátrica de Custódia e Tratamento, onde realizamos uma pesquisa-intervenção. Como não há manicômio judiciário feminino no Rio Grande do Norte, ela cumpre, eternamente, medida de segurança no centro de Detenção Feminino Dr. João Chaves.

Diana, várias vezes reincidente. As agentes carcerárias a apelidam de Psicopata. Diana é doce e linda. Louca, inventa vidas. É querida pelas demais presas. Quer esquecer seu passado e inventa um presente. Diana matou dois homens. Motivo desconhecido. Diana não fala desse assunto. Recebeu pena de morte, morte da mulher Diana.

Como elas, outras tantas Joanas, Fátimas e Dianas encontramos nas prisões. Muitos roteiros, várias histórias, um mesmo desfecho: corpos que se negam a morrer e inventam na loucura outros corpos e outras vidas. Mulheres que encontraram na loucura uma fuga do aprisionamento do sentido, do aprisionamento da palavra, do aprisionamento do corpo.

Em uma dos encontros, utilizamos o documentário "O cárcere e a rua"[6] como ferramenta. O documentário narra a história de três mulheres que têm suas vidas marcadas pelo cárcere, pelas privações, pelo afastamento do mundo externo, mas também pela amizade, pelo amor e pela cumplicidade que conseguem estabelecer no lugar. Uma das coisas que nos chamou a atenção é que, a certa altura, o documentário traz o depoimento de uma mulher presa afirmando que não tem como passar pela prisão sem medicamento. No mesmo momento em que a fala aparecia, surgia um discurso em paralelo, confirmativo desse primeiro por parte das mulheres presas de nosso grupo.

Medicamentos como Rivotril e Diazepan são os mais utilizados: "medicamentos para dormir" como elas conceituam. As queixas de "perturbação" e "problemas na cabeça" eram recorrentes. Quando questionávamos as razões dessa "perturbação", apesar de tentarem colocar no plano patológico, seus discursos acabavam denunciando preocupações com filhos, com maridos e ou a própria condição do encarceramento – a superlotação das celas, a ociosidade, a falta de privacidade, os conflitos.

A Assistente Social do estabelecimento prisional queixava-se do aumento no consumo de psicotrópicos na unidade. Segundo ela, o aumento da utilização de psicotrópicos relacionava-se à comercialização desse produto entre as mulheres presas, sobretudo de alguns medicamentos com efeitos semelhantes a outras drogas. O pré-texto para nós estava claro: a medicalização do confinamento faz suportar o insuportável, preservar a sanidade num sistema louco, faz suportar as ausências, e as horas e as horas e as horas...

[6] "O cárcere e a rua", 2004 [documentário]. Direção: Liliana Sulzbach.

Não estamos fazendo apologia à medicalização do confinamento, tampouco defendendo o arrebatamento incondicional muitas vezes provocado pela loucura, entretanto, estamos chamando a atenção para uma das formas de violência de ordem econômica, cultural e social, isto é,a perversão do sistema que, ou medicaliza ou faz enlouquecer, que medicaliza e faz enlouquecer, que produz essa loucura fabricada.

Nos nossos encontros com as mulheres elas se queixavam da tristeza ali vivenciada: tristeza pelas coisas mínimas perdidas, como poder vestir a roupa desejada; ouvir uma música que as fizesse viajar no tempo, recordar bons momentos; uma maquiagem para cobrir a marca das dores, etc. As alegrias eram todas cortadas, como uma sobrepunição – como se não fosse suficiente a punição da privação. Nada de música, apenas a trilha sonora dos passos, das grades e dos cadeados. O arrastar-se das horas. Essas estratégias disciplinares contribuíam para reduzir a potência do corpo, mantendo a força de resistência aprisionada.

Entretanto, as hábeis artesãs de redes de apoio logo teciam redes de canto, de dança; logo inventavam algum som diferente no homogêneo som da prisão e ouvíamos o seu alegre canto. Nós também percebíamos que a direção nos demandava matar a alegria. Em certa ocasião, em que assistíamos a um filme, tivemos que justificar a razão das mulheres estarem rindo e falando alto; outras vezes tivemos que justificar as danças e os cantos; tivemos que justificar a alegria, e justificar o injustificável. Todavia, nós e as mulheres presas reagíamos com novas danças, cantos, com a invenção da alegria de experimentar outras vidas em nossos corpos – um novo momento de respiro.

Em razão desse modelo repressor adotado pela gestão da Unidade Prisional, com seu sistema de controle e castigo, existia uma cultura de desconfiança por parte das mulheres-Leontinas. A regra era: não se pode confiar em ninguém, porque todas nós somos vigias e vigiadas. Paradoxalmente, as mulheres cuidavam umas das outras, dividiam seus pertences, trocavam palavras de conforto, eram amantes, companheiras. Num contexto de privação, as relações de afeto e amizade eram fundamentais para sobreviver. E eram muitas as privações: proibiam-se as mulheres de usarem roupas próprias, impondo o uso de fardamento; limitava-se a visita social e íntima - na visita social apenas pais, maridos e irmãos, e na visita íntima apenas pessoas legalmente casadas; proibia-se a entrada de cer-

tos alimentos e materiais de higiene. As mulheres eram afastadas de seus amigos, companheiros, eram impedidas de se arrumarem, e submetidas a uma rígida dieta; tentava-se apagar seus corpos de mulher. Mas, mais uma vez, na luta entre Teseu e Dionisio, Dionisio mostra sua potência afirmativa da vida. O fio da amizade pra sair do labirinto. O labirinto já não é mais arquitetônico, todavia musical, uma música que se dança movendo o corpo, hora indo e hora vindo; hora prendendo-se, hora desprendendo-se.

Pelbart (2006) cita um trabalho do dramaturgo argentino Tato Pavlovski, o qual criou um personagem chamado Poroto (que em português significa feijão). Poroto tem uma preocupação constante em saber como vai escapar das situações que se apresentam o tempo todo, por exemplo, se vai a uma festa, a primeira pergunta que faz é onde vai sentar para sair sem ser notado ou, se vê um conhecido na rua, procura logo arranjar um jeito de escapulir sem ser notado, etc. Poroto diz o seguinte: "Basta de vínculos, apenas contiguidades de velocidades".

As mulheres-Leontinas desconfiam umas das outras – pelo próprio mecanismo de controle do dispositivo disciplinar; brigam, afastam-se e, paradoxalmente, aproximam-se, cuidam-se, amam-se. Elas afirmam: "Não existe amizade, somos parceiras". Nós ficávamos intrigados quando víamos as expressões de afeto que contradiziam a afirmativa recorrente. O que elas queriam dizer, em outras palavras, é que existem vínculos demais, formas (e fôrmas) demais de prenderem-se, correntes demais nos aprisionando. O importante, elas pensam como Peroto, são as contiguidades de velocidades, são os aproximar-se e afastar-se; são as intensidades que pulsam nos corpos livres dos excessos de vínculos.

> Uma subjetividade então mais esquizo, mais fluxonaria, mais de vizinhança e ressonância, mais de distância e encontros do que vinculação e pertinência. Expressão talvez paradoxalmente de uma sociedade de controle e seus mecanismos flexíveis de monitoramento dos fluxos, muito mais disso do que uma sociedade disciplinar com a sua lógica rígida da pertinência e da filiação. (Pelbart, 2006)

A potência dessa subjetividade mais esquizo, segundo Pélbart (citando Agamben), é que ela evoca uma resistência singular, miúda, molecular. Uma resistência vinda não como antes de uma classe, partido, grupo, ou seja, de uma minoria, porém de uma singularidade qualquer, sem

identidade ou vinculação específica. A potência do encontro das mulheres-Leontinas está no seu poder de resistir aos aprisionamentos, a criar, dentro do próprio dispositivo de controle, formas de escapar (mesmo que escapar não signifique fugir). Escapar do controle, da instituição do medo, escapar do machismo, do autoritarismo, dos aprisionamentos do corpo, escapando, como escapa Gregor Samsa, na metamorfose de Kafka. Devir outros, devir muitos como via de escape.

> Foi na tarde que eu inventei de comprar, sapato porque o meu estava esbagaçado, e quando chovia meu pé ficava nadando na água. Não comprei porque o dinheiro não deu e então como não tinha o que fazer fui olhar as vitrines. Foi quando eu dei com o vestido marrom. Amaldiçoada hora essa. Amaldiçoada hora que enveredei por aquela rua e parei naquela vitrine. O vestido estava numa boneca e tinha meu corpo. E pensei que decerto ia servir pra mim e que era o vestido mais lindo do mundo. Foi quando ouvi uma voz perguntando, bem baixinho, se eu não queria aquele vestido. (Telles, 2010, p. 80)

Quantos vestidos-sonho as mulheres- Leontinas desejaram: vestido sonho de ter uma casa, educar seus filhos, encontrar um amor. Na prisão, elas teciam novos sonhos: sonhos de uma vida diferente, de abrir um negócio, de trabalhar como empregada doméstica, sonho de estudar. Mas, não sabiam como ia ser "lá fora" e, lá fora, o mundo engole seus frágeis sonhos de mulher. Abandonadas pelos companheiros – muitos deles também presos – a prisão se torna ainda mais dolorosa para as mulheres. Preocupam-se com os filhos, que normalmente ficam sob cuidado das mães, avós ou irmãos. Elas tinham medo dos filhos se envolverem com drogas e orgulhavam-se de dizer que eles "não seguiram esse caminho". Caminho estreito, o qual poucas tinham o privilégio de adentrar. Vidas periféricas.

O mundo está lá fora e acontece. Lá dentro, é tudo incerteza. Os jornais policiais comunicam as mortes, as prisões, comunicam o medo. Prisão e morte de filhos, maridos, familiares, medo do inesperado. A prisão aprisiona a ação. Elas esperam a sorte pra quem a sorte nunca vem.

Uma mulher- Leontina, que se encontrava presa há dez anos e perdeu todo o processo de desenvolvimento do filho – foi presa quando o menino tinha apenas cinco anos de idade – assistiu pela televisão a prisão do menino, então com quinze anos. Pouco tempo depois, o mesmo jornal noticia a fuga do filho e, na fuga o ferimento que o levou a óbito. A mulher

nos contou que ficava com o "coração na mão" receando "notícia ruim" no jornal. Temia que o pior pudesse acontecer. E o pior aconteceu. Na tristeza, um fio de esperança: um sobrinho, que ela considerava como filho, que também se encontrava preso, estava prestes a sair em liberdade. Ela também já tinha cumprido a pena e logo poderia encontrá-lo "na rua", como elas chamam. Ela constrói o sonho de cuidá-lo, isso mantém seu corpo magro e seu triste olhar ainda com vida. As mulheres esperam a liberdade, com seu cheiro volátil de sonho.

> Juro que estava disposta a aturar tudo porque sabia muito bem que a gente não ganha nada fácil não senhora ... E quando veio aquela mãozona me apertando de novo e me levantando o vestido endureci o corpo e fechei a boca bem na hora em que me beijou. Sai daqui sua puta, ele gritou ... O bofetão veio nessa hora e foi tão forte que quase me fez cair no banco. Meu ouvido zumbiu e minha cara ardeu que nem fogo. Outro bofetão me fez bater com a cabeça na porta e a cabeça rachou feito um coco ... Nessa hora achei uma coisa fria e dura no chão. Era o ferro ... Num salto me levantei e quando ele me puxou de novo pelo cabelo e me sacudiu assentei o ferro na cabeça dele. Assim que comecei a bater fui ficando com tanta raiva que bati com vontade e só parei de bater quando o corpo do velho foi vergando para frente e a cabeça caiu bem em cima da direção. (Telles, 2010, pp. 107-109)

A história de Leontina, de Lygia Fagundes Telles, começa como a de muitas mulheres- Leontinas do campo de estágio: com violência, com dor, com sofrimento. O conto não conta, mas as mulheres-Leontinas são fortes e, na certa, a Leontina de Telles vai também conhecer o sopro de algum acontecimento em sua vida, o som do corpo de Dioniso. "a maneira mais radical de matar não é através da cólera, mas por meio do riso" (Ferraz, 2002, p. 83). As mulheres-Leontinas riem e fazem do riso e dos encontros alegres sua arma de resistência.

Referências

Coimbra, C. (2001). *Operação Rio: o mito das classes perigosas: um estudo sobre violência urbana, a mídia impressa e os discursos de segurança pública*. Rio de Janeiro: Oficina do autor; Niterói, RJ: Intertexto.

Deleuze, G. (1974). Dos efeitos de superfície. In *Lógica do sentido* (pp. 5-12). São Paulo: Perspectiva.

Deleuze, G. (1974a). Da proposição. In *Lógica do sentido* (pp. 11-23). São Paulo: Perspectiva.

Deleuze, G (1997). Mistério de Ariadne segundo Nietzsche. In *Crítica e clínica* (pp. 114-121). São Paulo: Editora 34.

Ferraz, M. C. F. (2002). *Nove variações sobre temas nietzschianos*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.

Freire, R (2001). *Utopia e paixão.* São Paulo: Trigrama; Produções Culturais.

Guattari, F. (1981). *Revolução molecular: pulsações políticas do desejo*. São Paulo: Brasiliense.

Larrosa, J. (2011). Experiência e alteridade em educação. *Revista Reflexão e Ação*, *19*(2), 4-27.

Munhoz, A. V. (2012). Rostidade em solo. *Repertório*, 19, 161-164.

Pelbart, P. P (2006). Como viver só. Seminário: Vida coletiva. *Seminário Internacionais para a 27ª Bienal de São Paulo*. Acesso em 05 de março, 2014, em http://www.youtube.com/watch?v=-8wh6LKLR1Y

Pelbart, P. P. (2009). O mais profundo é a pele. In *Da clausura do fora ao fora da clausura: loucura e desrazão* (pp. 127-135). São Paulo: Iluminuras.

Soares, R. (2009). Sexualidade e juventude em "O céu de Suely". *Educação Foco*, *14*(1), 91-116.

Telles, L. F. (2010). A confissão de Leontina. In *A estrutura da bolha de sabão* (pp. 75-112). São Paulo: Companhia das Letras.

O conflito com a lei pela gestalt-terapia e sua epistemologia

Lusmar Roosevelt Passos Ibiapina

David Vieira de Araujo

Introdução

O presente trabalho surgiu a partir da inserção na comunidade do Lagamar, onde foram realizadas atividades de extensão do projeto "LagamARTE: Consciência através da Arte" do Laboratório de Estudos sobre a Consciência (LESC-Psi), vinculado à Universidade Federal do Ceará. O trabalho pretende levar uma reflexão, a partir do contexto do Lagamar, acerca de possíveis geradores do conflito com a lei entre as crianças. Com o trabalho, buscamos o fortalecimento da discussão sobre a infância em conflito com a lei de forma a subsidiar modelos de trabalho com esse público, a inserção social consciente e a promoção de cidadania, no sentido da emancipação humana.

Mediante a observação participante, foram observadas cerca de trinta (30) crianças do Ponto de Cultura, projeto realizado na Fundação Marcos de Bruin no Lagamar, que consistia em grupos onde as crianças praticavam teatro, percussão e violão.

A Fundação Marcos de Bruin (s.d.) é uma Organização Não Governamental - ONG atuante na comunidade há mais de 20 anos. Nasceu de um desejo dos pais do jovem Marcos de Bruin e da comunidade de darem continuidade a um trabalho desempenhado por ele na comunidade do Lagamar na prática da Teologia da Libertação.

Acometido por uma grave infecção, Marcos faleceu em Lisboa-Portugal antes de chegar a sua terra Natal. E assim, fruto do amor, de esperança, fé e solidariedade e com o apoio de diversos parceiros, a sede da Fundação Marcos de Bruin foi construída em regime de mutirão pelos moradores e inaugurada, como Escola Profissionalizante, em 17 de maio

de 1992, recebendo o nome do jovem alemão em homenagem ao trabalho realizado.

Durante esses anos, a FMB teve diferentes enfoques de trabalho: foi uma escola profissionalizante, um instituto eminentemente de cultura e arte, além de agregar características de ambos. Outro aspecto da FMB, apesar de não possuir nenhuma diretriz religiosa, é a boa relação com a igreja católica, desde sua fundação, já que surgiu junto com os movimentos CEB (Comunidades Eclesiais de Base).

Em seu site oficial a Fundação Marcos de Bruin (s. d.), também consta a missão da Fundação: "Promover a formação social, profissional, cultural e o desenvolvimento comunitário, estimulando as potencialidades e visando ao enfretamento das violações dos direitos humanos".

No momento em que este estudo se efetuava, a FMB tinha suas atividades centradas, principalmente no projeto Ponto de Cultura do município de Fortaleza, em parceria com o Banco do Nordeste do Brasil (BNB), e suas atividades eram principalmente voltadas à Arte e cultura. Foi uma destas atividades a acompanhada diretamente, e as demais foram acompanhadas por meio de relatos e partilhas em reuniões.

O objetivo geral do trabalho, refletido neste artigo, é compreender a relação entre o ser humano e o conflito com a lei a partir do aspecto da sujeit-ação. Dentre os objetivos específicos, consideramos que o presente trabalho permite um novo olhar à questão da relação entre o jovem e o princípio do conflito com a lei. A busca é por compreender um dos seus possíveis geradores, os estigmas. Buscamos também iniciar um trabalho de teorização dos múltiplos fatores envolvidos no conflito com a lei, deixando para trás as relações diretas, que são de competência de quem julga o ato infracional/criminoso. Para tanto, buscaremos trazer à tona a multiplicidade das relações entre o ser humano e a lei, abordando um dos seus aspectos: a limitação das possibilidades de ser humano.

A fenomenologia gestaltificativa

Dentre as diversas maneiras de observar os processos humanos, abordaremos aqui a fenomenologia e o existencialismo em interface. Cabe, porém, esclarecer que a fenomenologia, como colocada aqui, é

uma proposta moderna em relação ao que é desenvolvido, principalmente no Nordeste, por meio dos estudos de Afonso Fonseca e da Escola de Gestalt. Buscaremos a relação existente entre a fenomenologia gestaltificativa, nome que daremos à nova proposta de fenomenologia, e, principalmente, o existencialismo nietzscheano no tocante ao nascimento da tragédia.

Primeiramente, é importante explicar o porquê de utilizar o termo "gestaltificativa". Afinal de contas, por que compreender a fenomenologia através desse olhar "gestaltificativo"? O que ele representa?

O que significa gestalt como uma abordagem metodológica? Temos preferido utilizar o termo gestaltificação, porque é exatamente disso que se trata: ação da essência da vivência formativa, fenomenológico existencial e dialógica, compreensiva e implicativa, meramente cognitiva, ou cognitiva e muscular (Fonseca, s. d.)

Gestalt aparece no sentido de uma forma que se apresenta, e o sufixo "ação" é no intuito de entender a forma em um sentido dinâmico, do acontecer, do *devir*, compreendemos então a forma, no sentido de form-ação. Ou seja, estamos lidando com a forma no acontecer, da maneira como ela se apresenta. Fonseca também utiliza os temos "dialógica", "compreensiva" e "implicativa", podendo ela ser cognitiva ou cognitiva e muscular.

Explicando melhor, o dialógico se dá no sentido de que é uma vivência próxima, que possui um dia-logos, ou seja, um sentido compartilhado, e também pode ser traduzido da dialógica buberiana, tratada durante toda sua obra *Do diálogo e do dialógico* de 1983, em outras palavras, entrando na relação Eu-Tu. O compreensivo se dá, principalmente, pelo fato de ser uma relação dialógica, e implicativo, porque o Eu está implicado na vivência, isto é, próximo, junto, compreendendo e dialogando com o mundo ao redor.

Já a ação, ocorrendo de forma cognitiva e muscular, efetua-se pelo fato de poder acontecer unicamente de forma emocional, ou racional, como também pode se dar no âmbito da ação muscular. Sendo assim, pode mobilizar tanto a cognição quanto a matéria.

Fonseca introduz dois modos de existirmos que se alteram; a partir deles, é possível compreender melhor como se dá a Gestaltificação.

De uma perspectiva fenomenológica e existencial, em termos da experiência de nossos modos de ser, temos duas alternativas, basicamente de modos de sermos que ontologicamente se alternam de maneira regular, uma ensejando a alternância da re-emergência da outra. São elas: (a) A experiência de um modo explicativo de sermos; (b) A experiência e experimentação - a ação, e interpretação (compreensiva, fenomenológica e existencial, dialógica) - do modo implicativo, modo, compreensivo, de sermos, fenomenológico, existencial, e dialógico. (Fonseca , 2012)

A gestaltificação, portanto, ocorre no modo da experiência implicativa, e a significação dessa experiência, depois de vivida, é explicativa, ou seja, de algo que não está em contato com a pessoa. Nesse caso, já não há mais a presença da relação Eu-Tu, e aí acontece a relação Sujeito-Objeto, uma relação contemplativa do que aconteceu.

Exemplifiquemos desta maneira: um homem jogando futebol. No momento em que ele está jogando e tem a posse da bola, precisa agir para poder avançar no campo, vê um adversário a sua frente. Ele executa uma ação com um intuito, porém uma ação no modo implicativo, da relação Eu-Tu, vindo de uma consciência pré-reflexiva (antes da reflexão), no modo do acontecer num ato tanto cognitivo quanto muscular, no qual ele escolhe uma possibilidade e desdobra, executando o movimento. Depois de executado o movimento, ele pode pensar, rever num vídeo o movimento, agora lança sobre ele a consciência do acontecido, a consciência reflexiva no qual ele pensa o que pode ser melhorado, ou se foi bem executado, ou mesmo a reação de seu adversário, porém agora ele está na relação Sujeito-Objeto, no modo contemplativo, no modo da explicação, no qual não há emergência de possibilidades que ele possa desdobrar sobre aquela situação.

Tais modos de existir têm um embasamento na tragédia nietzscheana, mas qual seria a relação desstes dois modos de existir com o nascimento da tragédia? Tudo. Fonseca parte também de Nietzsche, quando elabora essa teoria dos dois modos de existir. Ele classifica o modo implicativo como o dionisíaco, e o modo explicativo como o apolíneo.

Para tanto, usaremos a explicação de Machado (2005) e assim poderemos desenvolver a relação que Nietzsche trouxe, e que a fenomenologia gestaltificativa se propôs a aprimorar.

O apolíneo é o princípio de individuação, um processo de criação do indivíduo, que se realiza como uma experiência da medida e da consciência de si. E se Nietzsche dá a esse processo o nome de apolíneo é porque, para ele, Apolo — deus da beleza, cujos lemas são "Conhece-te a ti mesmo" e "Nada em demasia" — é a imagem divina do princípio de individuação (Machado, 2005).

Apolo representa a postura contemplativa do individual como relação sujeito e objeto, Eu (sujeito) e o Mundo (objeto). A beleza e perfeição como se produzidos de maneira ideal, representação da racionalidade. Modelos bem definidos.

Já para o dionisíaco, temos outras características completamente opostas ao apolíneo. Machado o define da seguinte maneira:

Já o dionisíaco, tal como se dá no culto das bacantes — cortejos orgiásticos de mulheres, vindas da Ásia, que, em transe coletivo, dançando, cantando e tocando tamborins, nas montanhas, à noite, em honra de Dionísio, invadiram a Grécia —, em vez de um processo de individuação, é uma experiência de reconciliação das pessoas umas com as outras e com a natureza, uma harmonia universal e um sentimento místico de unidade. A experiência dionisíaca é a possibilidade de escapar da divisão, da individualidade, e se fundir ao uno, ao ser; é a possibilidade de integração da parte à totalidade (Machado, 2005).

Dionísio representa a multiplicidade, a vivência das possibilidades. A relação Eu-Tu é perfeitamente visível quando falamos de "harmonia universal" e "sentimento de unidade". É deixada para trás a perfeição apolínea. É a superação da medida, dos modelos, e é principalmente na superação dos modelos e da multiplicidade que vamos nos ater para meditar neste estudo.

Por fim, é importante perceber que o apolíneo e o dionisíaco, por mais diferentes que possam ser e partes diferentes que possam representar, como haviamos falado anteriormente, um enseja o outro, um só existe na espera do outro, como denotado por Machado na finalização deste pensamento, ao afirmar: "Entretanto, a última palavra de Nietzsche a respeito do nascimento da tragédia não é o antagonismo entre o apolíneo e o dionisíaco: é a aliança entre os dois princípios metafísicos, a reconciliação entre as duas pulsões estéticas da natureza" (Machado, 2005).

Metodologia

Este estudo se deu a partir de uma observação participante. O autor esteve inserido na comunidade do Lagamar, entre agosto de 2011 e setembro de 2012, participando de atividades da Fundação Marcos de Bruin (FMB), situada na comunidade do Lagamar, em Fortaleza, Ceará. As atividades ocorreram mediante um projeto de extensão da Universidade Federal do Ceará por meio do LESC-Psi (Laboratório de Estudos sobre a Consciência). O projeto em questão tinha por título "LagamArte: Consciência através da Arte.".

O autor não tinha nenhuma outra vivência na comunidade, sendo ela iniciada através do projeto, que contava na época com cerca de trinta crianças e adolescentes. Portanto, é importante salientar que o processo de inserção ocorreu continuamente durante esse período, já que o autor era alguém que, além de não estar inteirado daquela realidade por não ser morador, sempre reafirmava sua postura, negando a neutralidade de sua presença, como também a completa e perfeita inserção igualando-o a um morador da localidade.

Foi um processo de intenso envolvimento. Os trabalhos desenvolvidos pelo autor eram tanto focais quanto globais na realidade da FMB. O trabalho principal se dava no acompanhamento de um grupo de ensino da técnica para tocar violão. O autor participou do grupo, inclusive como um dos aprendizes, mas sempre tendo papel de problematizar as conversas e fortalecendo os momentos vivenciais para ouvir mais relatos. O grupo era composto por três adolescentes, com 13, 14 e 15 anos de idade e o facilitador, um jovem de 22 anos de idade. Também havia atribuições paralelas dadas pela própria inserção junto à ONG, como o de acompanhar as reuniões semanais com a direção, Participar na construção e execução de eventos e espaços.

O projeto Ponto de Cultura contava com uma média de 25 participantes entre crianças e adolescentes, que participavam de atividades de cultura. Além disso, o autor estava o tempo inteiro em contato com esses outros participantes, bem como do grupo do qual era participante efetivo, além de ter contato direto com os supervisores dos grupos e seus relatos, que tanto levavam para a reunião geral, quanto também traziam em conversas particulares.

Os dados coletados para este estudo tiveram base nessa convivência de pouco mais de um ano, nos relatos ouvidos, na vivência comunitária, já que também havia certa proximidade com os problemas e potencialidades comunitários. Houve produção de diários de campo que igualmente ajudaram na elaboração deste estudo.

Nas conversas, principalmente no grupo de violão, buscamos fortalecer os momentos de conversa livre, a fim de que os adolescentes pudessem se expressar livremente sobre seu cotidiano. A intenção era conhecer a comunidade pelos seus olhares e compreender o processo de subjetivação de cada um dentro da comunidade, bem como do olhar que eles tinham sobre a mesma.

Resultados

Observou-se que os jovens da comunidade têm de lidar com muitas limitações impostas por meio de estigmas. É muito comum ouvir-se a palavra "não". Essa negativa está muito presente nos discursos, e, muitas vezes, naqueles que se pretende educar. Muitas frases eram articuladas na seguinte forma: "Você não deve fazer isso...", "Você não pode fazer isso...", "Eu não consigo...", "Eu não posso...", "Não dá 'pra' fazer". Este, em geral, é seguido de uma justificativa. Logo, muitas vezes o discurso é seguido de "porque". "Não dá 'pra' fazer porque...", "Você não deve fazer isso porque...", entre outros.

Além disso, existe também a identidade urbana da juventude da comunidade do Lagamar. Foi colocado em um dos espaços da FMB, por exemplo, que "o Lagamar é terra de gente que não presta. Gente de bem quando cresce vai embora", ou: "No Lagamar só tem traficante e prostituta.". Isso também se dá pelo fato de a comunidade ser conhecida na cidade como um lugar perigoso, principalmente por veiculação da mídia policial em especial a televisiva.

Existem também algumas crianças e adolescentes que têm, em seu histórico familiar, parentes presos ou foragidos e por isso caem em um universo simbólico ainda mais complexo, alvejados diariamente com estigmas e simbologia típicos da vivência do conflito com a lei como por exemplo o tráfico de drogas. Esse é o caso de dois irmãos: uma criança

e um adolescente cuja mãe está presa por tráfico. Também de um dos adolescentes do grupo do qual o autor foi participante, que teve o irmão preso em um assalto para pagar dívida referente ao uso que faz de drogas. Para tais casos, o envolvimento indireto no conflito com a lei já os faz se aproximar dos estigmas.

Estigmas são relatos distantes da realidade concreta do aqui-agora. Eles são constituídos como forma racional e em geral embasados em significações de experiências vividas. Porém, cada olhar sobre uma vivência é singular, e o estigma surge como uma generalização e se coloca como a resposta para o resultado de um certo tipo de experiência.

Resgatamos outro relato de experiência que busca tematizar o trabalho em gestal-terapia referente ao conflito com a lei. É importante compreender nele também o processo de lida com o estigma, e de como ele surge como umas das bases norteadores do trabalho a partir do método gestaltico.

Portanto, o gestalt-terapeuta auxilia o *adolescente em conflito com a lei* na revisão de sua história de vida, na ressignificação do estigma de infrator e no encontro de sua ética. Com essa ressignificação, ocorre a desconstrução da destrutividade e, em seu lugar, é construído um funcionamento construtivo, voltado para a ação ética (Leão, 2007).

Apesar de o artigo fazer referência direta ao estigma do conflito com a lei, admitimos que os outros estigmas encontrados durante a observação também têm função similar aos estigmas de pessoas em processo de conflito com a lei. Acreditamos que o estigma, então, é a negação da experiência, no sentido de que já possui uma resposta explicativa para essa negação. Por exemplo: viver no Lagamar pode despertar inúmeras experiências a serem desdobradas, vividas. Viver no Lagamar pode trazer perspectivas singulares de vivenciar o mundo. Porém, o estigma já determina que viver no Lagamar é ruim. Isso é uma negação de outras formas de vivenciá-lo.

Além do Lagamar em si, existem os estigmas sobre o próprio corpo da pessoa. Pois, se o Lagamar, por exemplo, é lugar de "bandido e prostituta", existe uma dimensão até mesmo de agressão à vivência daquele adolescente, que pode ser diferente daquilo que surge como explicação. Sua implicação na vivência cotidiana pode acontecer, e é diferente da explicação estigmática, afinal, nenhuma experiência simplesmente se repe-

te. Estamos sempre em contato com o novo. As significações de si diante das vivências implicativas, são conflitantes com as explicações/estigmas. Essa é uma crise que, acreditamos, deve ser melhor estudada em trabalhos posteriores.

A dimensão apolínea, formal, individual acaba por dominar a dimensão dionisíaca de vivência da multiplicidade. Aspectos estanques como a explicação na forma de estigma demonstram o pensamento uniforme de uma experiência.

Acreditamos que o conflito com a lei pode então surgir como uma busca de superação das negações das vivências. O conflito com a lei seria então uma forma de resgate dessa multiplicidade: o ser fora da forma imposta e o resgate, portanto, da tão desejada e necessária tragédia entre Dionísio e Apolo. Nesse sentido, o conflito com a lei constitui-se resgate do ser humano por trás do estigma. O sentir-se potente, ter possibilidades e desdobrá-las, para aí a experiência implicativa significar a própria existência. Ou seja, o conflito com a lei é a fuga das impossibilidades e a chance de constituir-se a si mesmo, fugindo de explicações distantes da realidade e negadoras das experiências. Essa é uma forma de ser presente e não ser passado.

Não estamos aqui com uma afirmação absoluta desse princípio do conflito com a lei, mas acreditamos que diante dos inúmeros aspectos que podem estar envolvidos nesse princípio de conflito com a lei, o aspecto de criação simbólica de si é um fato que pode estar associado a esse princípio no conflito com a lei.

Observamos também que é nesse aspecto que age a inserção da arte e do esporte. Ouve-se muito o discurso de utilizar a "arte e o esporte como ferramentas para inserção social". Acreditamos, porém, que a arte e o esporte surgem como uma possibilidade de criação de si e superação das limitações impostas. Representa esse resgate da potência, o despertar o dionisíaco. O esporte e as artes não necessariamente estão ligadas a uma futura possibilidade de proventos; no entanto, surgem como uma possibilidade de superação da forma e representam a transgressão através de outro modelo.

Todas as vivências implicativas depois de desdobradas deságuam em uma significação. E as significações provenientes das experiências ar-

tísticas e desportivas fortalecem significados que, ao invés de fortalecer o domínio dos estigmas relacionados à violência, ressignificam a vivência das pessoas, dando-lhes novas perspectivas de existência fora da forma estigmatizada.

A transgressão, nesse caso, acontece de forma lúdica e simbólica. Também é uma transgressão de si próprio, na tentativa constante de constituir um novo Eu, porém agora ela se dá num âmbito diferente. Um ser humano constantemente negado, que vê seu potencial ceifado pela estigmatização, consegue ressignificar sua existência existindo para além daquilo que se colocou como seu limite.

As crianças e adolescentes observados encontravam no espaço artístico da FMB um ambiente diferente daquele encontrado na sua rua ou em sua própria casa. Lá era um ambiente vivencial, propício para a manifestação de cada um. Durante muito tempo, houve um debate na ONG para tentar encontrar um equilíbrio sobre o controle necessário dentro da instituição e ao mesmo tempo não ceifar mais possibilidades dentro do seu espaço, já que se entendia que o espaço fora da FMB era uma realidade cercada de negações e cerceamentos.

Como resultado do Ponto de Cultura, cujo projeto deu um novo fôlego à Arte dentro da instituição, tivemos a multiplicação dos espaços vivenciais.

Considerações finais

É fácil perceber na FMB relatos no sentido de tentar mostrar uma nova perspectiva de vida por meio da Arte e do Esporte. A tentativa deste estudo é de esclarecer como esse mecanismo tem impacto na existência dos jovens e crianças que vivem no contexto do Lagamar. Acreditamos que ainda há muito o que avançar no estudo dessa perspectiva da transgressão.

Consideramos, ainda, muito importante a produção de outros estudos que visem investigar tais processos de transgressão a partir desta abordagem, para que se tenha um olhar mais preciso sobre esse fenômeno. Especificamente no campo das psicologias fenomenológico-existenciais humanistas, existe pouco material que pretenda ter um olhar sobre a questão da transgressão vista no âmbito social. Este estudo também tem

o objetivo de contribuir para a nova leitura à temática, bem como mostrar a potência que emana das abordagens fenomenológico-existenciais humanistas sobre os temas para além da psicoterapia.

Outra consideração a ser feita é a respeito da fenomenologia gestaltificativa, que a cada dia mostra ter mais potência no trabalho em Psicologia. Recomendamos também o aprofundamento na temática da fenomenologia gestaltificativa para aqueles que têm o intuito de trabalhar com fenomenologia e existencialismo, pois é uma forma muito efetiva de entender esse fenômeno nos mais diversos trabalhos.

Referências

Buber, M. (2003). *Eu e Tu* (6ª ed.). São Paulo: Centauro.

Fonseca, A. H. L. (s.d.). *Gestaltificação. Compreensão e implicação. Ação*. Eksistencia: escola experimental de psicologia e psicoterapia fenomenológico existencial gestalt terapia abordagem rogeriana . Acesso em 14 de setembro, 2013, em http://www.sites.google.com/site/eksistenciaescola/eksistencia/gestalt-ensaios/gestaltificacao-compreensao-e-implicacao-acao

Fonseca, A. H. L. (2012). *Explicação & a Implicação Compreensiva. Ação*. Eksistencia: escola experimental de psicologia e psicoterapia fenomenológico existencial gestalt terapia abordagem rogeriana . Acesso em 12 desetembro, 2013, em https://sites.google.com/site/eksistenciaescola/eksistencia/explicacao-a-implicacao-compreensiva

Fundação Marcos de Bruin – FMB. (s. d.) *Sobre a Fundação*. Acesso em 14 de setembro, 2013, em http://www.fmblagamar.com.br/fmb/sobre-a-fundacao.html

Fundação Marcos de Brun – FMB. (s. d.) *Missão e Visão.* Acesso em 14 de setembro, 2013, em http://www.fmblagamar.com.br/fmb/missao-e-visao.html

Leão, N. C. (2007). Incríveis infratores: adolescentes estigmatizados em encontro com a Gestalt-Terapia. *Revista da Abordagem Gestáltica*, *13*(1), 51-61. Acesso em 26 de setembro, 2013, em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1809-68672007000100004&script=sci_arttext

Machado, R. (2005). Nietzsche e o renascimento do trágico. *Kriterion: Revista de Filosofia*, *46*(112), 174-182. Acesso em 26 de setembro, 2013, em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-512X2005000200003&script=sci_arttext

Sobre os autores, organizadores e coordenadoras

Autores

Adriana Eiko Matsumoto é Doutora em Psicologia Social. Professora do Departamento de Psicologia Social da PUC/SP.
E-mail: amatsumoto@pucsp.br

Alcimar Enéas Rocha Trancoso é Doutorando em Educação pela Universidade Federal de Alagoas.
E-mail: osocnart@gmail.com

Aline Cardoso Siqueira é Doutora em Psicologia pela UFRGS. Docente do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Santa Maria.
E-mail:alinecsiq@gmail.com

Aluísio Ferreira de Lima é Pós-Doutor em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Professor Adjunto III do Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Ceará e Professor Permanente (M/D) do Programa de Pós-Graduação em Psicologia e do Mestrado Profissional em Saúde da Família UFC/FIOCRUZ/RENASF.
E-mail: aluisiolima@hotmail.com

Ana Claudia Rodrigues Fernandes é Doutoranda em Processos de Desenvolvimento Humano no Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília.
E-mail: anacrf@ibest.com.br

Ângela Roos Campeol é Graduanda em Psicologia da Universidade Federal de Santa Maria.
E-mail: angela13_07@hotmail.com

Antonio Vladimir Félix-Silva é Doutor em Ciências Psicológicas pela Universidad de La Habana - Cuba. Professor da UnP- Universidade Potiguar.
E-mail: wladyfelix@hotmail.com

Bibiana Ramos dos Santos é Doutoranda em Psicologia do Desenvolvimento na Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
E-mail: bibianarsantos@hotmail.com

Bruna Maria Corazza Martins é Psicóloga, formada pela Universidade Federal de Santa Maria.
E-mail:bruna_9_@hotmail.com

Bruno Gonçalves Medeiros é Graduando em Psicologia da Universidade Federal da Paraíba.
E-mail: brunogonk@hotmail.com

Clara Miranda Santos é Mestre em Psicologia pela Universidade Federal de Rondônia. Psicóloga do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia da Bahia.
E-mail: clara.miranda@ifro.edu.br

David Vieira de Araujo é Graduado em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará e Psicólogo da Fundação Marcos de Bruin.
E-mail: dvaraujo1988@yahoo.com.br

Débora Cidro de Brito é Mestre em Ciências pelo Programa de Pós Graduação em Mudança Social e Participação Política na Universidade de São Paulo.
E-mail: dcidro@gmail.com

Eduardo Pinto e Silva é Pós-Doutor em Políticas Públicas e Formação Humana pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Professor Associado do Departamento de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos.
E-mail: dups@ig.com.br

Erlayne Beatriz Félix de Lima Silva é Graduada em Psicologia e Mestranda em Psicologia Social pela Universidade Federal da Paraíba.
E-mail: erlayne.beatriz@gmail.com

Fernanda Czarneski Borges é Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
Email: fernanda.cborges@yahoo.com.br

Fernanda Lustosa Almeida Damm é Graduanda em Pedagogia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho.
E-mail: ferlustosa.al@gmail.com

Flávia Blikstein é Mestre pelo Programa de Estudos Pós-graduados em Psicologia Social da PUC/SP. Doutoranda em Saúde Pública pela Faculdade de Saúde Pública da USP. Docente na Universidade Paulista.
Email: flavia.blikstein@gmail.com

Flavia Elso Leão é Mestra em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Maria.
E-mail:flavia.el@hotmail.com

Gabriela Pinheiro Soares é Pós-graduanda na Fundação Gregório Baremblitt e Instituto Félix Guattari.
E-mail: gabypsoares@hotmail.com

Jorge Castellá Sarriera é Pós-doutor pela Universidade de Barcelona. Professor Adjunto no Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
E-mail: jorgesarriera@gmail.com

Juliana Ferreira da Silva é Psicóloga. Mestre e Doutoranda em Psicologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e Especialista em Políticas Públicas de Justiça Criminal e Segurança Pública pela Universidade Federal Fluminense. Professora da Universidade Católica de Brasília e Oficial Psicóloga da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro.
E-mail: jumeil@hotmail.com

Juliane Neves Silva da Costa é Graduanda em Psicologia da Universidade Federal da Paraíba.
E-mail: j_costa92@hotmail.com

Larissa Leão de Castro é Bacharel em psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC- Goiás).
E-mail: larissaleao.leo@gmail.com

Leticia Eli Pereira de Campos é Graduada em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
E-mail: lcampospoa@gmail.com

Lisandra Espíndula Moreira é Doutora em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina (2013). Atualmente é professora adjunta da Universidade Federal de Alagoas
E-mail: lisandram@ig.com.br

Lusmar Roosevelt Passos Ibiapina é Graduando do curso de Psicologia da Universidade Federal do Ceará. Estagiário do Serviço de Psicologia e Serviço Social - Departamento Nacional de Obras Contra as Secas.
E-mail: rooseveltibiapina@hotmail.com

Márcia Esteves de Calazans é Psicóloga Social. Ph.D em Violência, Democracia e Segurança Cidadã- INCT/USP/UFRGS. Doutora em Sociologia - UFRGS. Mestre em Psicologia Social e Institucional - UFRGS. Professora-Pesquisadora no PPG Políticas Sociais e Cidadania, Universidade Católica do Salvador, Bahia/Brasil.
E-mail: márcia_calazans@hotmail.com

Maria Cláudia Santos Lopes de Oliveira é Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Professora Associada da Universidade de Brasília.
E-mail: mcsloliveira@gmail.com

Maria Cristina G. Vicentin é Doutora em Psicologia Clínica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Professora Doutora do Programa de Pós Graduação em Psicologia Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
E-mail: cristinavicentin@gmail.com

Maria Juracy Filgueiras Toneli é Pós-doutora em Psicologia Social pela UFMG e Universidade do Minho/Portugal. Professora Titular do Departamento de Psicologia e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina.
E-mail: juracy.toneli@gmail.com

Martha Emanuela Soares da Silva Figueiró é Doutoranda do curso de Pós-graduação em Psicologia da UFRN. Professora do curso de graduação em Psicologia da Universidade Potiguar – UnP.
E-mail: marthaess@gmail.com

Melline Ortega Faggion é Graduanda em Psicologia na Universidade Estadual de Maringá (UEM).
E-mail: mellinee@hotmail.com

Mérly Luane Vargas do Nascimento é Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia pela Universidade Estadual de Maringá. Professora da Universidade Estadual de Maringá.
E-mail: mérly_nascimento@hotmail.com

Nelson Gomes de Sant'Ana e Silva Junior é Doutorando em Psicologia pela UFRN e Docente na Universidade Federal da Paraíba.
E-mail: nelsonjunior77@gmail.com

Norton Godinho Leão é Mestre em Sociedades Ocidentais: Tempo, Espaços e Civilizações pela Universidade de Paris.
E-mail: ngl@terra.com.br

Samara Silva dos Santos é Doutora em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professora Adjunta do Departamento de Psicologia e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Maria.
E-mail:silvadossantos.samara@gmail.com

Silvana Mendes Lima é Doutora em Ciências da Saúde pela Fundação Oswaldo Cruz - Escola Nacional de Saúde Pública. Professora Adjunta do Departmento de Psicologia da Universidade Federal Fluminense.
E-mail: sm.lima1960@uol.com.br

Suane Pastoriza Faraj é Mestre em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Maria.
E-mail:suanef@yahoo.com.br

Vânia Damasceno Costa é Mestre em Psicologia pela Universidade Federal de Rondônia. Docente no Instituto Luterano de Ensino Superior de Porto Velho - ILES/ULBRA.
E-mail: psicologiapvh@ulbra.br

Willian Mella Girotto é Mestre em Psicologia Social e Institucional pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
E-mail: williangirotto@gmail.com

Organizadores

Adélia Augusta Souto de Oliveira é Doutora em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e docente pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia (mestrado) na Universidade Federal de Alagoas.
E-mail: adeliasouto@ip.ufal.br

Angela Maria Pires Caniato é Doutora em Psicologia e Professora do Mestrado em Psicologia da Universidade Estadual de Maringá.
E-mail: angelacaniato@gmail.com

Débora Cristina Fonseca é Doutora em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Docente do Dep. de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação na Universidade Estadual Paulista (UNESP/Rio Claro).
E-mail: deboracf@rc.unesp.br

Juracy Armando Mariano de Almeida é Mestre e Doutor em Psicologia (Psicologia Social) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Pesquisador colaborador na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
E-mail: juracyam@hotmail.com

Kleber Prado Filho é Doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo e Pós-doutor em História pela Unicamp. Professor aposentado do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina. Professor efetivo da Fundação Universitária Alto Vale do Rio do Peixe - UNIARP, Caçador/SC.
E-mail: kleberprado.psi@gmail.com

Maria Lucia Boarini é Doutora em Psicologia. Professora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Estadual de Maringá.
E-mail: mlboarini@uol.com.br

Coordenadoras da Coleção

Ana Lídia Campos Brizola é Mestre em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina. Pesquisadora do INCT CNPq Brasil Plural - IBP. Editora executiva do Núcleo de Publicações do Centro de Filosofia e Ciências Humanas - CFH/UFSC e da ABRAPSO Editora. E-mail: ana.lidia@ufsc.br

Andrea Vieira Zanella é Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Professora do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina e bolsista em produtividade do CNPq. E-mail: avzanella@gmail.com